



# JANELAS DA PANDEMIA

Ludmila de Vasconcelos M. Guimarães

Teresa Cristina Carreiro

Jacyara Rochael Nasciutti

(Orgs.)

JANELAS DA PANDEMIA

Copyright @ 2020

Todos os direitos reservados.

Os textos publicados neste livro passaram por uma revisão entre pares. O corpo de pareceristas foi composto por: Carolyne Reis Barros, Christiane Girard Ferreira Nunes, Flavia Pereira Dias Menezes, Hellen Cordeiro Alves Marquezini, Jacyara Rochael Nasciutti, Juliana de Arruda Castro, Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães, Maria Aparecida Penso, Teresa Cristina Carreteiro, Teresa Pinheiro, Valéria Quiroga Vínhas, Vanessa Andrade Barros

Projeto gráfico e diagramação: Letícia Santana Gomes

Imagem capa: Marli Ribeiro de Miranda

Fotografias: Carolina Lopes Arantes Mascarenhas, Carolina Pedroso, Edgar Xakriabá, Eduardo Mourão Vasconcelos, Leticia Santana Gomes, Ludmila de Vasconcelos Guimarães, Marli Ribeiro de Miranda, Pedro Céu, Renato Saredidine Araújo, Simine Fardjadi

Conselho editorial	MEMBROS Acácio Augusto Sebastião Junior Universidade Federal de São Paulo	Giovani Clark Universidade Federal de Minas Gerais
Editoras	Alexandre Bernardino Costa Universidade de Brasília	João Batista Moreira Pinto Escola Superior Dom Helder Câmara
Carolyne Reis Barros Universidade Federal de Minas Gerais	Ana Marta Lobosque Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte	José Geraldo de Sousa Junior Universidade de Brasília
Vanessa Andrade de Barros Universidade Federal de Minas Gerais	Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Resende Universidade de Brasília	José Luiz Quadros de Magalhães Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
	Caio Augusto Souza Lara Escola Superior Dom Helder Câmara	Joseph Handerson Universidade Federal do Amapá
	Dominique Lhuilier Conservatoire National des Arts et Métiers	Marco Aurélio Máximo Prado Universidade Federal de Minas Gerais
	Elaine Cristina Pimentel Costa Universidade Federal de Alagoas	Pierre Roche Centre d'Études et de Recherches sur les Qualifications
		Valdirene Daufemback Universidade de Brasília

---

G963j

Janelas da Pandemia / Organizadoras: Ludmila de Vasconcelos M. Guimarães, Teresa Cristina Carreteiro, Jacyara Rochael Nasciutti. - Belo Horizonte : Editora Instituto DH, 2020.

500 p.: il.

ISBN: 978-65-991947-0-2

1. Ciências Humanas 2. Psicologia 3. Pandemia. I. Organizadoras.  
III. Título

CDD: 304.2

---

Elaborada por Jussara Feitosa de Santana Gomes - CRB-6/1094

Editora Instituto DH  
Rua Alexandre Barbosa, 29 - São José,  
Belo Horizonte - MG, 31275-140  
Tel: 31 25350611  
e-mail: editora@institutodh.org

Ludmila de Vasconcelos M. Guimarães  
Teresa Cristina Carreteiro  
Jacyara Rochael Nasciutti  
{Orgs.}

# JANELAS DA PANDEMIA



## DEDICATÓRIA

Um pensamento especial a:

todos os mortos da pandemia  
todos os brasileiros que morreram  
(105.791 em 14/08/20)

todos que sofrem e estão sofrendo com as perdas  
e a todos que os amaram e os amam...

## **Aos que partiram**

(Teresa Carreiro)

Quando as lágrimas são solitárias  
E devem ficar presas no peito,  
Quando o amor tem de fugir dos gestos e das palavras,  
Quando a aurora ressurge  
sem você,  
sem vocês,  
Restará um dia o encontro com a multidão,  
E poderei dizer que sofro por ti,  
E sofro por todos que partiram.





A Juliana, Fernanda e Mariana,  
pelo orgulho e alegria de tê-las.  
A Alice e Davi, por existirem.

*Jacyara*

A Marcos e Laura  
(minhas maiores preciosidades)

*Ludmila*



À Eugène, Luciana e Alexandre,  
meus grandes afetos.

*Teresa*



# AGRADECIMENTOS

Agradecer é “oferecer graças”, no caso desta obra é reconhecer a importância do outro para que pudéssemos chegar onde chegamos. Foi essencial poder contar com o suporte e colaboração de vários colegas na construção deste livro para que pudéssemos materializá-lo de forma tão profunda e rápida ao mesmo tempo. Tínhamos um desafio de tempo para realizá-lo e felizmente, muitos estiveram empenhados para que o desejo se tornasse uma realidade.

Nos dossiês temáticos contamos com a ajuda de colegas-amigas na coordenação. Queremos agradecer a Christiane Girard Nunes por ter coordenado junto com Teresa Carreteiro a janela “Vieses da Crise: Rumo a reorganização do trabalho?”, a Vanessa Andrade Barros e Carolyne Reis Barros pela coordenação da Janela “Pandemia de dores e danos: o cárcere no desamparo”, a Teresa Pinheiro a janela sobre Psicanálise, a Maria Aparecida Penso por junto com Teresa Carreteiro ter se dedicado a janela “Família - Intersubjetividades em turbulências e expectativas”.

Aproveitamos aqui para agradecer também a todos os autores, artistas, fotógrafos e aos que nos concederam entrevistas no Brasil e no exterior.

Ainda, agradecemos nominalmente a Alexandre Gustavo da Silva Carvalho, Elizabeth Maria Pinto, Flávia Pereira Dias Menezes, Gustavo Carvalho Souza, Hellen Cordeiro Alves Marquezini, Juliana de Arruda Castro, Lucimara Moreira da Silva, Mariana de Lima Caeiro, Natália Alves Oliveira, Paloma Leite Costa, Valéria Quiroga Vinhas pelo apoio nas normatizações dos artigos.

Queremos agradecer a Leticia Santana Gomes por materializar com tanta sensibilidade nossas ideias em um projeto gráfico e dar formas a este livro.

Queremos também agradecer a Hellen Marquezini, que desde o início quando o livro era apenas um projeto pode incentivar e contribuir com ideias, inteligência, delicadeza, conhecimento e grande apoio técnico para que este livro se tornasse realidade.

Finalmente, nosso profundo agradecimento a Eugène Enriquez por, tão generosamente, aceitar o convite para prefaciar este livro, o que muito nos honra.



© Eduardo Mourão Vasconcelos

# PREFÁCIO

EUGÈNE ENRIQUEZ

Quero, inicialmente, agradecer às organizadoras deste livro por terem me solicitado escrever este prefácio, fato que me entusiasmou bastante. É uma honra para mim, sendo eu um estrangeiro, um francês, redigir a primeira página de um livro que é escrito primordialmente por autores brasileiros, mesmo se existam autores franceses, canadenses e argentinos que igualmente colaboraram nesta obra. Eu creio conhecer bem o Brasil. Eu o descobri há trinta anos, tive oportunidade de trabalhar em várias universidades com pesquisadores e professores brasileiros, mas esta situação não impede que eu me sinta um pouco intimidado e ansioso em realizar esta tarefa. Estou bem consciente da dificuldade e do privilégio que me foi acordado.

Este livro tem o propósito de ser a manifestação do vigor de intelectuais, brasileiros e estrangeiros, de reagirem à pandemia da COVID-19.

Se olharmos não somente o Brasil, mas igualmente para o resto do mundo antes do aparecimento progressivo deste novo vírus, somos atingidos por uma evidência: vemos um planeta essencialmente preocupado pelos problemas econômicos. Todos os Estados tentam ter um papel essencial no desenvolvimento da produção e do comércio internacional e também na gestão política do mundo que é, paradoxalmente, cada vez mais unificado e cada vez mais dividido.

Se praticamente todos os países, excetuando-se a China e a Coreia do Norte, se dizem democráticos, as suas concepções democráticas podem fundamentalmente se opor. Não existe, por exemplo, similaridade entre a concepção democrática entre os EUA e a Rússia. Em algumas regiões o populismo se desenvolve, em outras a democracia participativa, ou a tentativa de tal democracia, tenta se estabelecer.

Se todos os países se centram, cada vez mais, nas capacidades dos indivíduos, no papel que podem exercer no funcionamento social, é para que, em certos países, os indivíduos possam (ao menos teoricamente) se desenvolver e contribuir para o dinamismo social. No entanto, em outros países, o objetivo é exercer um maior controle sobre os indivíduos e impedir

que eles se comportem de modo considerado inaceitável para os dirigentes e para a ideologia que eles professam.

Acrescentemos que todas as regiões do globo são transformadas de modo rápido pela invenção e aplicação de novas tecnologias que dão o sentimento, mobilizado pelo imaginário enganador, de que estamos vivendo um universo comum, mesmo sendo utilizadas vias divergentes, onde todos os problemas de saúde, de educação, de política, etc., poderão um dia ser solucionados devido ao progresso infinito destas tecnologias.

Dizendo de outro modo, o mundo se mostrava um universo complicado; transmitia a cada pessoa o sentimento que os valores antigos (qualquer que fossem suas naturezas) tinham tendência a se dissolverem, só deixando lugar aos novos valores, àqueles que se engendravam, de um lado, na força dos Estados e, de outro, na força dos indivíduos. A focalização, tanto nas forças dos Estados, quanto nas dos indivíduos, aumentava seus poderes pela invenção tecnológica. Aqueles (Estados ou indivíduos de prestígio) que se encontravam em posição dominante ou privilegiada podiam esperar manter ou aumentar seus poderes; os outros deveriam aceitar ter somente um papel diminuído, mesmo irrisório, no funcionamento do planeta.

Deste modo, as regras do jogo davam a impressão de estarem, de uma vez por todas estabelecidas. O mundo não era totalmente pacificado, mas parecia relativamente tranquilo.

Subitamente, o coronavírus apareceu. No início, ele não provocou medo ou reações. Uma epidemia na China não representava grande novidade. Já havia existido outras epidemias (AIDS, que continua a ser destruidora, mesmo que os progressos médicos propiciem menos efeitos letais) e a lembrança da terrível gripe espanhola, deixando um número enorme de mortos, já começava a desaparecer. Progressivamente, a epidemia do coronavírus se propagou e a OMS declarou que se tratava de uma verdadeira pandemia. Começou então a tomada de consciência desta pandemia. Mas ela se fez lentamente. E mesmo atualmente, passados vários meses, muitos países, dirigentes e pessoas do povo têm tendências negacionistas sobre o impacto pandêmico. Muitos dirigentes exacerbam as tendências negacionistas das pessoas, refutando as evidências, as mortes, as difíceis condições sociais e de saúde. Eles se recusam a questionar suas políticas e suas ideologias. Eles atuam como se fossem os “portadores da verdade”.

Uma outra razão da dificuldade em aceitar esta situação é sua estranheza, dado a seu caráter maciço que acomete progressivamente todos os países e todas as esferas de atividade. Os povos são preparados, mesmo que mal, para enfrentar os inimigos visíveis e para aceitar a guerra, mesmo sendo muito dolorosa. Eles sabem que a vida na terra é ritmada por combates e conhecem a crueldade da guerra, mas ficam desmunidos diante de um

inimigo invisível, podendo se alastrar em todo lugar, contra o qual eles não foram prevenidos e contra o qual não existe antídoto disponível. As vacinas não existem, faltam máscaras e aparelhos respiratórios. Nada no mundo cotidiano pode lhes advertir de tal perigo. Eles, povos e pessoas, estavam, nos primeiros meses, em estado de choque e de desamparo. É por isto que, durante muito tempo, mesmo certas pessoas cultas e o governo da Lombardia italiana, não levaram a sério esta epidemia. Ela não correspondia a nenhuma representação social. Quando eles se conscientizaram, os mortos já se acumulavam na região. Toda tomada de consciência é dolorosa e é por isto que ela é tão difícil. A pandemia atinge todos os setores da vida social: a família, a escola, a saúde, o trabalho, as relações afetivas, etc. Nada lhe resiste.

Poderíamos pensar que os povos não iriam reagir, que cada pessoa iria se retirar na esfera privada, e aceitar passivamente essa horrível situação; ou tentar simplesmente se proteger do melhor modo possível. Mas, na verdade, as pessoas ficaram precavidas, normas sanitárias foram construídas, as pessoas se confinaram, usaram máscaras, redobram a atenção de prevenção. Mas também, sem que ninguém pudesse prever, as pessoas buscaram compreender o que estava ocorrendo, reagiram coletivamente, reforçaram os vínculos existentes, criaram outros, se conduziram de modo não previsto, adotando comportamentos novos que não haviam pensado antes.

Em todos os domínios do trabalho e da gestão, da família, da educação, da saúde (física e mental), da vida social e política, da vida das categorias mais vulnerabilizadas (mulheres, negros, pobres, migrantes, presos, LGBTQ+, ...), os intelectuais, os técnicos, os indivíduos sem qualificação específica, começam a se ocupar de problemas novos e tentam examiná-los lucidamente. Tentam tratá-los de modo sério e às vezes com humor, propor novas perspectivas, provar constantemente a inventividade e não se deixar abater, nem deixar de fazer novos questionamentos. Eles mostram continuamente o que há de mais essencial no ser humano: resistir a adversidade, pensar de modo inovador, propor, se possível, soluções aos problemas e provar constantemente a coragem.

É o que mostra este livro, que foi organizado, pensado, redigido com um grande número de autores em tempo recorde, a partir do momento em que tantos se deram conta de que era impossível ter comportamentos habituais em uma situação completamente em movimento.

Adotar tais comportamentos não é nada evidente. Não somente é necessário, para estas pessoas que tentam reagir a situação mortífera engendrada pela difusão da Covid-19, se engajarem totalmente e não contarem suas horas de trabalho, mas também lidarem com todos os novos problemas que surgem em todos os domínios da vida coletiva. Não é possível aqui citar todos:

Grande número de pessoas verá desaparecer seus trabalhos. Elas ficarão sem renda e não saberão mais como se alimentar todos os dias, apesar dos

pequenos subsídios do governo e dos atos da solidariedade social. Como se ocupar delas, o que lhes dizer? Os que trabalham nestes domínios improvisam continuamente.

O confinamento das pessoas vai colocar em perigo as relações das famílias que vivem em lugares exíguos. Quando as pessoas ficam constantemente juntas, elas podem ficar psicologicamente sufocadas, não podendo suportar umas às outras. As características machistas (que não deveriam mais existir) ficam exacerbadas, surgem comportamentos agressivos contra mulheres e crianças. Como intervir para tentar impedir tais comportamentos?

Quando as escolas fecham e as aulas ocorrem pela internet, como as pessoas que não dispõem de internet e computador podem continuar a realizar seus estudos? A ausência de novas tecnologias junto às classes mais vulnerabilizadas pode representar golpes mortais para elas.

Esses são alguns exemplos entre um número incalculável deles. Eles atestam os novos problemas, continuamente em transformação. Os que trabalham no social são confrontados por eles todos os dias. A sociedade, na qual eles trabalham, é movediça e exige deles uma criatividade constante, difícil a manter.

Este livro mostrará análises aprofundadas, sutis e propostas novas. Vocês encontrarão principalmente um desejo de não se deixar subjugar. De fazer prova de luta, mantendo a humanidade mesmo nestas situações difíceis, onde o número de mortos continua muito grande. Este livro também encontra na participação coletiva uma forma de enfrentamento do mundo atual.

Este livro não pode deixar insensível qualquer pessoa capaz de querer pensar os novos problemas apresentados por nosso tempo.

**Tradução**

Teresa Cristina Carreteiro

# APRESENTAÇÃO

Olha-se ao longe um mundo que, em um passado muito recente, parecia que tínhamos algum domínio. Era permitido circular, andar, perambular, flunar (W. Benjamin), mostrar o rosto e também explorá-lo. Talvez, a forma distorcida que tivéssemos de aproveitá-lo fosse pela aceleração (Harmut Rosa): corríamos.

A experiência pandêmica cria uma ruptura neste modo de estar no mundo. Em um primeiro tempo, desintensifica os ritmos, sugere que sigamos regras sanitárias que confiscam parte da população em suas casas. As paredes são o limite da vida, o mundo virtual passa ser o contato com o espaço público e as janelas são concretamente o que lançam nosso olhar no espaço físico do mundo exterior. Outra parte da população se expõe ao vírus ao sair, trabalhar, tentar ganhar a vida. Elas não podem construir o simbolismo das janelas.

Para os confinados, vivendo em grandes cidades, o mundo público é alcançado, espreitado, almejado, através das janelas. Elas são estas brechas arquitetônicas que possibilitam pensar o simbolismo da existência do espaço público. É através delas que olhamos o que passou a ser proibido e é associado ao perigo, devido a contaminação por um vírus que pode ter um poder letal.

As janelas são estas aberturas arquitetônicas que nos deixam imaginar, pensar no já vivido e nas interrogações do futuro. O confinamento permitiu que as janelas reais e virtuais também se abrissem como meio de expressão artística, musical e outras formas de interação afetiva, em concertos, serenatas e performances poéticas, permitindo que a proximidade social vencesse a distância física, pelo mundo todo.

Com o passar do tempo as janelas continuam lá, mas os confinados podem vê-las pouco. Muitos tiveram de refazer suas vidas na virtualidade. O trabalho, os estudos em todos os níveis, são projetados no mundo virtual. Não se corre mais no espaço da cidade, mas nas reuniões por Zoom, WhatsApp, Skype. A aceleração passa a existir no mundo virtual. Muitos, os que não puderam ficar de quarentena, também vivem intensificações nos trabalhos, nas próprias instituições sanitárias, nos cemitérios, nas organizações de produção alimentícia, entre tantos outros lugares. Estes desconhecem as janelas, têm pouco tempo de construir imagens.

As janelas, nessa perspectiva, também significam a abertura, o desvelamento do olhar atento para mundos invisíveis, para outros com pouca visibilidade e, ainda, para outros bem visíveis.

Sabemos que no presente, algumas janelas estão sendo fechadas, e portas cada vez se abrem mais. O movimento de flexibilização que já ocorreu na Europa e em outros países, tem sido uma evidência. No Brasil ele tem sido muito complexo, mais organizado em certos locais e bem confuso em outros. Os ritmos desordenados colocam a economia como único mote importante. Nos perguntamos como escutar os efeitos das mortes e das contaminações que continuam a ocorrer a cada dia. Há políticas e políticos que desconhecem o que seja sensibilidade ao outro. Ele não importa pois só representa um número a mais ou a menos. Reina a insensibilidade. Devemos ficar vigilantes para não fecharmos as janelas da sensibilidade e da reflexão e não nos deixarmos contaminar pelo vírus da irracionalidade e pela banalização do vírus.

Nosso propósito, muito sensibilizadas pelo momento atual e movidas pelo desejo de pensar, foi de abrir janelas no interior de vários campos de saber. Assim, o livro conta com diferentes eixos temáticos, que agrupam instigantes análises, reflexões e expectativas para o futuro, elaboradas por autores de diversas formações acadêmicas, das áreas de Ciências Humanas e Sociais, incluindo também algumas entrevistas com pesquisadores relevantes em suas áreas.

O Eixo **“Vieses da Crise: Rumo a reorganização do trabalho?”**, traz os questionamentos político-econômicos de Mário Theodoro sobre a situação dos trabalhadores informais na pós-pandemia; em seguida Tania Maria Campos de Almeida discute questões de gênero e na pandemia, evidenciando situações opressivas e interconectadas entre planos socioeconômicos, culturais, políticos e biopsíquicos da vida humana. Carolina Rodrigues Alves de Souza e Rhuan Cambuí Machado trazem à tona sentimentos de desamparo e conflitos vividos por acolhedoras institucionais, em trabalho na pandemia, e a diminuição do sentimento de pertencimento social em relação aos seus núcleos familiares e sociais. Seguem-se Jean-Philippe Bouilloud e Ghislain Deslandes, que desvelam a atual governança pelos números nas sociedades contemporâneas e propõem caminhos alternativos para a renovação da gestão, face à “incalculabilidade” do desastre sanitário. O eixo finaliza com a entrevista realizada por Teresa Cristina Carreteiro e Jacyara Rochoael Nasciutti com Dominique Lhuilier, sobre as mudanças no mundo do trabalho pela pandemia e perspectivas para o trabalho na pós-pandemia, com a retomada precoce das atividades laborativas e a preservação da vida como elementos centrais da discussão, com ênfase na força criativa dos coletivos.

O Eixo **“Retratos da Educação Fraturada”** traz, inicialmente, a abordagem de Bruna de Oliveira Santos Pinto e Lurdes Perez Oberg sobre as alterações metodológicas (ensino remoto) na educação pública de ensino

médio durante a pandemia, questionamento este que tem continuidade no capítulo seguinte, que reflete os impactos psicossociais do ensino a distância vividos pelos docentes nas escolas particulares, de Ana Maria Valle Rabello, Carolina Rodrigues Alves de Souza e Luciana Rodrigues Martins. Os impactos e desafios vivenciados pelas IES, no Brasil e em Portugal (alterações no calendário letivo, EAD e evasão) e a mercantilização e empresariamento da educação são os temas tratados no capítulo de Catia Eli Gemelli e Luisa Cerdeira. A discussão sobre a universidade pública tem continuidade no texto de Fernanda Tarabal Lopes, sobre desigualdades sociais, precarizações próprias ao sistema neoliberal e acentuadas na crise e o papel essencial das universidades públicas na recondução dessa situação. O eixo finaliza com um texto, elaborado por intelectuais negros: Luiza Rodrigues de Oliveira e Abrahão de Oliveira Santos, que analisa a prática institucionalizada do racismo, na educação, contra a infância e a juventude negra no país, evidenciada pela pandemia.

No Eixo **“Família - Intersubjetividades em turbulências e expectativas”**, as contribuições começam pela discussão sobre a construção de um contrato metafórico, definindo regras do relacionamento conjugal e as novas formas de convivência doméstica e familiar, alterando conjugalidade e individualidades, por Maria Aparecida Penso e Denise Pereira Alves de Sena. O capítulo de Bruna de Oliveira Santos Pinto e Luciana da Silva Rodriguez discute a sobreposição de jornada de trabalho e tarefas domésticas e maternais durante a pandemia e os desafios de dar conta do home office, homeschooling, tarefas domésticas e cuidados familiares. Em seguida, a abordagem de questões familiares se volta para as alterações provocadas pela pandemia em processos de adoção, no início da convivência e na guarda provisória e suas consequências na construção de laços afetivos, no texto de Lidia Levy e Isabel Cristina Gomes. O capítulo final, de Josette Halégoi e Marcela De Grande, reflete sobre o impacto da pandemia (na organização sociopolítica e as bases existenciais) sobre as formas de escuta e caminhos possíveis até a resiliência, ao tratar de grupos de mulheres em três países: França, Estados Unidos e Argentina.

O Eixo **“Adversidades e enfrentamentos das contingências criadas ou reforçadas pela pandemia”** traz, inicialmente, a abordagem de Rogério Diniz Junqueira e Marco Aurélio Máximo Prado sobre as correlações possíveis entre as pandemias do HIV/aids e a atual, sublinhando a herança de lutas sociais de grupos subalternizados e problematizando a noção de "grupo de risco". Na sequência, Juliana Ferreira da Silva discute os atravessamentos da Pandemia de COVID-19 na segurança pública brasileira (saúde, gestão do trabalho e dinâmicas sócio-políticas), e no agravamento da vulnerabilidade de profissionais e comunidades em que atuam. Wladimir Porreca é o autor do texto que analisa o impacto no acesso aos lugares religiosos, provocado

pelo isolamento social: reconhecimento de sua importância socioafetiva e o despertar de um “novo” olhar teológico, visual e emocional. O capítulo de Valéria Quiroga Vinhas, Fábio Torres de Bastos (Fábio Fabato) e Sérgio Henrique Barroca Costa, mostra o impacto do coronavírus no mundo do carnaval, a interdependência das dimensões da vida com as atividades culturais, a evolução do carnaval e das pandemias no tempo, e perspectivas para o próximo do carnaval carioca. A entrevista com Karen Worcman, Diretora do Museu da Pessoa, realizada por Teresa Cristina Carreteiro e Jacyara Rochael Nasciutti, finaliza o eixo, com foco na história do Museu da Pessoa e seus projetos, a relevância do registro e socialização de histórias de vida, a catalogação das histórias de vida coletadas e os projetos criados durante a pandemia, permitindo que pessoas se expressem e relatem suas vivências neste momento.

O Eixo **“Pandemia de dores e danos: o cárcere no desamparo”** apresenta um painel sobre prisões brasileiras, iniciando pelo capítulo de Vanessa Andrade de Barros, Carolyne Reis Barros e Thaís Augusta de Oliveira Máximo, que fala dos impactos da pandemia no cenário intramuros, do trabalho de policiais penais e violações aos direitos de prisioneiros e familiares. Seguindo a mesma linha de pensamento, Ana María Correa e Silvana Melisa Herranz nos trazem aspectos históricos de prisão argentina e os desafios atuais impostos pela pandemia, em uma perspectiva crítica. A análise da crescente judicialização dos conflitos que envolvem indígenas, assim como à imputação penal por delitos cometidos, é feita por Carlos Alberto Marinho Cirino, em seu capítulo, que invoca o fazer antropológico em caso de indígenas encarcerados em Roraima. Elaine Pimentel, em seu ensaio, defende medidas judiciais desencarcerizantes, que abrangem a população carcerária feminina, diante da pandemia, e a resistência dos magistrados em aplicá-las, o que coloca em questão a defesa do direito fundamental à vida e à saúde de mulheres privadas de liberdade. O capítulo de Rafaela Vasconcelos Freitas e Júlia Silva Vidal questiona os tratamentos disciplinares empregados nas prisões de pessoas trans e travestis, que evidenciam como o gênero é utilizado para articular elementos heterogêneos para a criminalização e sobrevivência à pandemia.

**“Pandemia e expressões de quem está à margem”** é o título do penúltimo eixo, que tem como primeiro capítulo, de autoria de Carolyne Reis Barros e Phanel Georges, uma abordagem da situação de migrantes, refugiados e apátridas na pandemia do COVID-19, em que mercadorias circulam com mais facilidade do que trabalhadores, que encontram restrições nas fronteiras físicas, jurídicas e políticas. O texto seguinte trata de problema histórico da naturalização de genocídio no país desde o escravismo e constata que o principal grupo que morre por Covid-19 no Brasil é de homens negros. No texto seguinte, uma análise do período de reabertura

da pandemia no Canadá, é feita por Jacques Rhéaume, destacando como há uma recorrência pandêmica de desigualdades sociais, racismo e violência na hipermodernidade. Esse eixo traz ainda um estudo sobre os impactos do coronavírus sobre adolescentes já marcados por vulnerabilidades sociais, elaborado por Juliana de Arruda Castro, Mariana de Lima Caeiro e Brígida de Freitas Ferreira, que elucidam alguns impactos da pandemia sobre o acolhimento de adolescentes em instituições públicas.

O eixo se encerra com três interessantes contribuições Xacriabás: A carta “aos brancos” escrita por Célia Xakriabá em que trata de um apelo para que os olhares sejam dirigidos à coletividade; a fotografia de uma criança Xakriabá e, por fim, a entrevista de Edgar Kanayakō Xakriabá à Ludmila de V. Machado Guimarães e Hellen Marquezini que discute a situação dos indígenas, os efeitos nocivos do sistema branco e capitalista no mundo, a desigualdade de enfrentamento à pandemia as quais as minorias estão expostas e a atuação do Governo.

O último Eixo: **“Psicanálise, Desamparos e Solidão”**, conta inicialmente com três textos de psicanálise. O primeiro trabalha questões atuais referentes a novas formas de sofrimento psíquico produzindo um novo lugar da melancolia na clínica psicanalítica, por Teresa Pinheiro. Seguem-se as reflexões de Thais Klein sobre a temporalidade do sonhar em tempos de pandemia, concebendo o sonhar como um processo analítico central que inclui os sonhos acordados dos analistas e articula uma temporalidade particular. O capítulo seguinte discute questões da Ética e Técnica nas modalidades do atendimento psicanalítico no isolamento social, por Marcelo Wanderley Bouwman. Luiz Alex Silva Saraiva revela as alterações nas concepções de solidão e de solidariedade nas cidades. O surgimento de novos atores sociais e de redes solidárias de apoio psi é o foco da contribuição de Teresa Cristina Carreteiro, que aponta como esses novos atores sociais se sensibilizam com a grande desigualdade social e com as repercussões na esfera da subjetividade. O último capítulo analisa as diferentes formas como o luto tem sido vivido na pandemia, devido à impossibilidade da realização de rituais fúnebres tradicionais, como os velórios e o surgimento dos memoriais digitais, publicados em páginas na internet e nas redes sociais, que prestam homenagens às vítimas por meio da narrativa de suas histórias e memórias, na abordagem das autoras Raquel de Oliveira Barreto, Ludmila de V. Machado Guimarães e Michele de Castro Caldeira.

Queríamos também que este livro pudesse, por meio da arte, tão cara nesse tempo de pandemia, mostrar janelas e outras cenas expressivas possíveis. Entendemos a arte como uma outra possível expressão ou linguagem que toca, de forma diferente da científica, em questões tão duras quanto as que tratamos nos eixos. Neste intento, contamos com

imagens captadas por fotógrafos e amantes da fotografia que nos cederam gentilmente fotos de janelas ou relacionadas ao propósito do livro. Trouxemos também poemas e trechos de artistas como Alice Ruiz, Bertolt Brecht, Caio Fernando de Abreu, Carlos Drummond de Andrade, Cristiana Ituassu e Manoel de Barros. Ainda, sobre a arte dos detalhes daquilo que parece invisível a alguns olhares está a escolha das fontes das letras que compõe o livro. Duas fontes principais foram escolhidas cuidadosamente pela designer do livro, Letícia Santana Gomes: uma com o nome de “Covid SY” e que já fala por si própria o motivo da escolha e, outra com o nome de Ubuntu. Ubuntu, além de ser um sistema operacional de código aberto construído a partir do Linux, deriva do conceito sul africano não traduzível diretamente mas que pode ser compreendido de forma aproximada como “humanidade com os outros” ou “sou o que sou pelo que nós somos todos”. Esse significado nos convida a resgatar o que temos de coletivo... de mais humano principalmente na situação atual que estamos vivendo.

Esperamos que este livro nos auxilie na tarefa de identificação e de busca de janelas que façam circular os ares da fraternidade, da liberdade, da solidariedade e da justiça. Ubuntu a todos.

Ludmila de Vasconcelos Guimarães  
Teresa Cristina Carreiro  
Jacyara Rochoael Nasciutti

# SUMÁRIO

<b>VIESES DA CRISE: RUMO A REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO? .....</b>	<b>27</b>
<b>MERCADO DE TRABALHO E INFORMALIDADE NO BRASIL PÓS-PANDEMIA</b> Mário Theodoro .....	29
<b>DILEMAS DE GÊNERO E O HOME OFFICE EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19</b> Tânia Mara Campos de Almeida .....	39
<b>ACOLHEDORAS DESAMPARADAS: VIVÊNCIA PSICOSSOCIAL E SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO EM TEMPOS DE PANDEMIA</b> Carolina Rodrigues Alves de Souza e Rhuan Cambuí Machado .....	49
<b>A VIDA NÃO É UMA QUANTIDADE: FRAGMENTOS FILOSÓFICOS SOBRE A GOVERNANÇA PELOS NÚMEROS</b> Jean-Philippe Bouilloud e Ghislain Deslandes .....	61
<b>TRABALHO DURANTE E DEPOIS DA PANDEMIA</b> Entrevista com Dominique Lhuilier Teresa Cristina Carreteiro e Jacyara Rochael Nasciutti .....	71
<b>RETRATOS DA EDUCAÇÃO FRATURADA .....</b>	<b>87</b>
<b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E PANDEMIA: MOMENTO REMOTO DE ENSINO OU EDUCAÇÃO COLONIZADA?</b> Bruna de Olivera Santos Pinto e Lurdes Perez Oberg .....	89
<b>EDUCAÇÃO REMOTA EM TEMPOS DE COVID-19</b> Ana Maria Valle Rabello, Carolina Rodrigues Alves e Luciana Rodrigues Martins .....	101
<b>COVID-19: IMPACTOS E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E PORTUGUESA</b>	

Catia Eli Gemelli e Luísa Cerdeira .....	115
<b>NOTAS DE PERCURSO PELA UNIVERSIDADE PANDÊMICA</b>	
Fernanda Tarabal Lopes .....	125
<b>EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA – O QUE DIZER ÀQUELES QUE SEMPRE ESTIVERAM À MARGEM DO ENSINO PÚBLICO NO PAÍS? ..</b>	
Luiza Rodrigues de Oliveira e Abrahão de Oliveira Santos .....	137
<b>FAMÍLIA: INTERSUBJETIVIDADES EM TURBULÊNCIAS E EXPECTATIVAS .....</b>	<b>153</b>
<b>RELAÇÕES AMOROSAS EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL</b>	
Maria Aparecida Penso e Denise Pereira Alves de Sena .....	155
<b>MATERNIDADE E TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES</b>	
Bruna de Oliveira Santos Pinto e Luciana da Silva Rodriguez .....	165
<b>ADOÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA</b>	
Lidia Levy e Isabel Cristina Gomes .....	179
<b>COVID-19: A LA ESCUCHA DE LO QUE SE TRANSFORMA. MUJERES EN CUARENTENA - FRANCIA, ARGENTINA, ESTADOS UNIDOS</b>	
Joseette Halégoi e Marcela De Grande .....	187
<b>ADVERSIDADES E ENFRENTAMENTOS DAS CONTINGÊNCIAS REFORÇADAS OU CRIADAS PELA PANDEMIA .....</b>	<b>201</b>
<b>A GESTÃO ÉTICO-POLÍTICA DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: “GRUPO DE RISCO” E NORMALIZAÇÃO DA CATÁSTROFE</b>	
Rogério Diniz Junqueira e Marco Aurélio Máximo Prado .....	203
<b>AS DOBRAS DA CRISE: ALGUNS ATRAVESSAMENTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA SEGURANÇA PÚBLICA</b>	
Juliana Ferreira da Silva .....	217
<b>AS RELIGIÕES E A COVID-19: ENFRENTAMENTOS E ADAPTAÇÕES</b>	
Wladimir Porreca .....	229
<b>CARNAVAL E PANDEMIA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO</b>	
Valéria Quiroga Vinhas, Fábio Torres de Bastos (Fábio Fabato) e Sérgio Henrique Barroca Costa .....	243

<b>A PANDEMIA COMO UMA CICATRIZ HISTÓRICA</b> Entrevista com Karen Worcman - Museu da Pessoa Teresa Cristina Carreteiro e Jacyara Rochael Nasciutti .....	257
<b>PANDEMIA DE DORES E DANOS: O CÁRCERE NO DESAMPARO ..</b>	269
<b>TRABALHAR NAS PRISÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA: QUESTÕES PARA REFLEXÃO</b> Vanessa Andrade de Barros, Carolyne Reis Barros e Thaís Augusta de Oliveira Máximo .....	271
<b>PANDEMIA, DESIGUALDAD Y VULNERACIÓN DE DERECHOS EN EL ENCIERRO. CÓRDOBA - ARGENTINA</b> Ana María Correa e Silvana Melisa Herranz .....	283
<b>INDÍGENAS ENCARCERADOS NA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA MONTE CRISTO/RR: O DIÁLOGO ENTRE O DIREITO E A ANTROPOLOGIA</b> Carlos Alberto Marinho Cirino .....	295
<b>APRISIONAMENTO DE MULHERES EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19</b> Elaine Pimentel .....	307
<b>O GÊNERO D/NA PANDEMIA: PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NO CÁRCERE</b> Rafaela Vasconcelos Freitas e Júlia Silva Vidal .....	315
<b>PANDEMIA E EXPRESSÕES DE QUEM ESTÁ À MARGEM .....</b>	327
<b>A LEI DA VIAGEM: SITUAÇÃO DE MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS NA PANDEMIA</b> Carolyne Reis Barros e Phanel Georges .....	329
<b>A NATURALIZAÇÃO DO R.I. P. HOMEM NEGRO COMO PRINCIPAL GRUPO QUE MORRE POR COVID-19 NO BRASIL: OS INDÍCIOS INTERSECCIONAIS E HISTÓRICOS DA MANUTENÇÃO DE TECNOLOGIAS DE GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA</b> Juliana Schneider Mesquita e Juliana Cristina Teixeira .....	341
<b>PANDEMIA PÓS-VIRAL: PARALISAÇÃO GLOBAL E RECUPERAÇÃO "FEBRIL", PARA MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS?</b> Jacques Rhéaume .....	359
<b>IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS NO ACOLHIMENTO</b>	

<b>INSTITUCIONAL PÚBLICO DE ADOLESCENTES DO DISTRITO FEDERAL Juliana de Arruda Castro, Mariana de Lima Caeiro e Brígida de Freitas Ferreira .....</b>	<b>373</b>
<b>A CURA NÃO ESTARÁ APENAS NO PRINCÍPIO ATIVO, MAS TAMBÉM NO ATIVAR DE NOSSOS PRINCIPIOS DE HUMANIDADE Célia Xakriabá .....</b>	<b>385</b>
<b>O TEMPO DO “QUIETA AÍ” Entrevista com Edgar Kanayakō Xakriabá Hellen Cordeiro Alves Marquezini e Ludmila de Vasconcelos Guimarães .....</b>	<b>389</b>
<b>PSICANÁLISE, DESAMPAROS E SOLIDÃO .....</b>	<b>399</b>
<b>QUESTÕES DA MELANCOLIA NA PANDEMIA Teresa Pinheiro .....</b>	<b>401</b>
<b>SONHAREM TEMPOS DE PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA ANALÍTICA Thais Klein .....</b>	<b>409</b>
<b>ÉTICA E TÉCNICA: DUAS FACES DO TRABALHO DO PSICANALISTA Marcelo Wanderley Bouwman .....</b>	<b>419</b>
<b>ISOLAMENTO SOCIAL E SOLIDÕES NA CIDADE Luiz Alex Silva Saraiva .....</b>	<b>427</b>
<b>DA “REINVENÇÃO” DOS RITUAIS: O TRABALHO DO LUTO EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19 Raquel de Oliveira Barreto, Ludmila de Vasconcelos Guimarães e Michele de Castro Caldeira .....</b>	<b>435</b>
<b>FILIAÇÕES, DESFILIAÇÕES SOCIOPSÍQUICAS E DESAMPAROS NA PANDEMIA: ENCONTRO COM REDES DE APOIO Teresa Cristina Carreteiro .....</b>	<b>447</b>
<b>AUTORES/AS .....</b>	<b>457</b>
<b>RESUMOS .....</b>	<b>469</b>
<b>FOTÓGRAFOS .....</b>	<b>487</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>489</b>

## MÃOS DADAS

(Carlos Drummond de Andrade)

Não serei o poeta de um mundo caduco  
Também não cantarei o mundo futuro  
Estou preso à vida e olho meus companheiros  
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças  
Entre eles, considero a enorme realidade  
O presente é tão grande, não nos afastemos  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história  
Não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela  
Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida  
Não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins  
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes  
A vida presente



**VIESES DA CRISE:  
RUMO A REORGANIZAÇÃO  
DO TRABALHO?**



# MERCADO DE TRABALHO E INFORMALIDADE NO BRASIL PÓS-PANDEMIA

MÁRIO THEODORO

## Introdução

Dias muito difíceis. Além da pandemia do Corona Vírus, há o ambiente de crise política, e a tragédia de termos hoje um governo inepto e a economia paralisada. Esse é o cenário atual do Brasil. Já somos o país com maior incidência de mortes diárias pelo Covid-19. A equipe econômica está amedrontada e sem uma linha de ação traçada para esse momento. Cúmplice dos interesses dos bancos, evitam se desviar de sua política econômica, totalmente descolada da atual realidade. A cantilena da responsabilidade fiscal, fumaça e fogo para a implantação do Estado Mínimo e retirada das conquistas sociais históricas, não cabe no panorama atual. No momento de crise, a ação positiva do Estado é fundamental, até porque, nenhum empresário vai querer arriscar-se. Como sempre acontece, é o Estado o grande instrumento de enfrentamento da realidade mais perversa. Políticas keynesianas de aumento de gastos públicos e de reativação de setores-chave, potencialização de programas de transferência de renda, redirecionamento das prioridades governamentais em prol de uma agenda de crescimento inclusivo, esse deve ser o caminho e é exatamente isso que os demais países estão de algum modo buscando em suas ações. Desse ponto de vista, o Brasil está na contramão. A política governamental insiste em desconsiderar o papel central do Estado, acreditando em investimentos privados vindos não se sabe de onde, nem quando e, muito menos, porque viriam. Esse é o lado mais dramático. Estamos sem timoneiro e navegando águas bastante bravias.

No que tange ao mercado de trabalho é importante estabelecermos alguns marcos iniciais para balizar o texto. Três características são aqui marcantes. Uma informalidade que antes da pandemia beirava os 40% da mão-de-obra ocupada, uma taxa de rotatividade das mais altas do mundo e uma segmentação salarial muito grande e que faz com que o diferencial entre os maiores e os menores salários chegue a ser mais 1.700 vezes. Isso mesmo, 1.700 vezes, de acordo com estudo do Ipea. Para se ter uma base de comparação, nos países desenvolvidos essa diferença gira em torno de 20 vezes, segundo dados da OCDE (Organização para a Cooperação e o



Desenvolvimento Econômico).<sup>1</sup> Com essas três características, o mercado de trabalho no Brasil funciona como um potencializador de desigualdades, criando um fosso abissal entre os mais ricos e os mais pobres. E quando falamos dos mais pobres estamos falando majoritariamente da população negra. Em uma palavra, o mercado de trabalho brasileiro é, hoje, resultado de uma história que não pode ser olvidada, sob o risco de não entendermos o quadro atual.

Assim, o presente artigo vai se desenvolver em quatro partes, sem contar com esta introdução. Na primeira serão apresentados alguns componentes históricos importantes e que até hoje influenciam na conformação do mercado de trabalho. Chamaremos aqui de componentes estruturais. Em seguida, na parte 2, observaremos alguns elementos de cunho legal introduzidos pelos governos Temer e Bolsonaro, a saber, A PEC do Gasto, e as Reformas Trabalhista e Previdenciária, que representaram um duro golpe para a maioria dos trabalhadores. São alterações importantes, que mudam as regras do jogo e que trazem um prejuízo ainda maior para os trabalhadores mais pobres e que vão ser determinantes daqui para frente. Na parte 3, seguinte, chegamos ao cerne do trabalho, justamente as considerações sobre os efeitos dessa pandemia no mercado de trabalho brasileiro. Finalmente, na parte 4, teremos as considerações finais e algumas sugestões em guisa de alternativas possíveis.

## **Um pouco de nossa história**

Nélson Rodrigues, um dos nossos maiores teatrólogos, estava certo quando afirmou que o subdesenvolvimento não é algo que ocorre ao acaso. Ao contrário é uma obra de séculos. Um construto lavrado inicialmente em um ambiente de exclusão, e que, no nosso caso, se deu sob o esteio da escravidão. Quase 5 milhões de negros, cerca de metade do total da Diáspora, vieram para o Brasil. Três séculos e meio de escravidão forjaram um país acostumado com a desigualdade. Imerso nela. Some-se a isso as ideias eugênicas que surgem na segunda metade do século XIX a desenhar um destino trágico para o negro brasileiro no pós-abolição, substituídos pela mão-de-obra imigrante, no bojo de uma política de branqueamento. Do mesmo modo, interditou-se o acesso da população negra às terras. A Lei de Terras de 1850, devolvia a propriedade das terras ocupadas aos senhores sesmeiros, definindo sua posse apenas mediante compra em dinheiro, algo impossível para a população negra e pobre. Sem terra e sem trabalho, os negros vieram aos poucos habitar as áreas urbanas, ocupando-se dos serviços menores e inventando a informalidade. Mal remunerados, sem recursos e

<sup>1</sup> [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4662/1/Comunicado\\_n2\\_Hierarquia.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4662/1/Comunicado_n2_Hierarquia.pdf)



sob a égide de uma sociedade racista que lhes negava melhores colocações no mercado de trabalho, ao negro sobrou a informalidade, os serviços mais pesados na construção civil e, por decorrência, um lugar privilegiado entre os mais pobres e mais miseráveis.

A desatenção do Poder Público para com a população negra suscitou a busca por moradia em locais inusitados. Os morros do Rio de Janeiro, os mangues do Recife, os Alagados da Bahia, as periferias de São Paulo. À população negra o Brasil negou tudo. Educação, habitação, trabalho decente, saúde e mesmo uma vida sem violência, nunca fizeram parte do cotidiano desse importante segmento e que hoje representa 54% da população brasileira. Definitivamente, os negros não foram convidados a participar da festa do crescimento econômico.

De fato, a economia brasileira, desde o século passado apresentou um desempenho extraordinário. Crescemos em um patamar muito alto. Entre 1920 e 1970, obtivemos uma taxa anual média de crescimento de 5,1%. Nenhum dos países ditos desenvolvidos alcançou tal performance. Nem mesmo os Estado Unidos. Mas ao contrário dos outros países, nosso crescimento não se constituiu em redução da pobreza e muito menos das desigualdades. Os dados da Cepal mostram que, em 1970, auge do Milagre Econômico, O Brasil tinha um contingente de 46,7 milhões de pobres, o que representava 41,7% de toda a população pobre do continente latino-americano.<sup>2</sup>

A convivência com a desigualdade, constitutiva da história do país, acabou se tornando uma dependência. A sociedade brasileira necessita da desigualdade. Daí a importância dos serviços pessoais: a empregada doméstica, os guardadores de carros nos grandes centros, a prestação de pequenos serviços, sem os quais o país não funciona. Aqui é importante observar que a própria existência dos serviços pessoais, ou seja, aqueles serviços contratados diretamente de uma pessoa, sem relação institucional de assalariamento, são característica de sociedades desiguais. No Brasil, pode-se facilmente contar com os serviços de um guardador ou lavador de carro ou de um engraxate, que muitas vezes perambula à noite em bares atrás de serviços. Temos uma horda de pessoas a ofertar serviços a qualquer hora e em qualquer lugar.

Esse foi o legado que o crescimento econômico deixou para a população pobre e majoritariamente negra. Precariedade no trabalho, informalidade, pobreza e miséria. Trata-se de um quadro de vulnerabilidade histórica, potencializada por uma visão racista que naturaliza a desigualdade. No Brasil, é visto com normal, ou pelo menos não causa espécie, a existência de cerca de 1,5 milhão de pessoas vivendo em lixões. E a própria condição

---

<sup>2</sup> CEPAL. *La Pobreza en America Latina: dimensiones y políticas*. Santiago de Chile, Col. Estudios y Informes de la CEPAL, 1985.



de habitação das favelas, dos mocambos e dos alagados é algo que fere a existência humana, mas que se notabiliza como parte de nossa cultura e de nossa paisagem. Milhares de pequenos cômodos apinhados de gente, ruas sem calçamento, sem rede de esgoto, sujeitas a todo tipo de perigo. Enfim, naturaliza-se e até se glamoriza a miséria da população negra.

### **A Constituição de 1988 e a reviravolta Temer-Bolsonaro**

A Constituição de 1988 trouxe uma série de novidades importantes sobretudo no tocante à questão social. A Carta Magna introduziu mecanismos de acesso à programas assistências, previdenciários e, principalmente, de universalização da saúde, que trouxeram benefícios significativos à população em geral e, em decorrência, ao povo negro.

De modo geral, esse conjunto de Direitos e programas assistenciais embasados constitucionalmente tiveram grande participação na redução da pobreza e da miséria que se deu entre os anos 2003 e 2014. É certo que o país teve a favor o chamado boom das commodities que possibilitaram um forte crescimento econômico. Mas o que aqui é digno de nota é que, pela primeira vez, esse crescimento se deu de forma mais equitativa, incorporando os mais pobres e a população negra. Foram 40 milhões de pessoas que saíram da pobreza, com redução da informalidade a níveis mínimos, aumento do emprego formal, queda do desemprego e aumento da renda. Um momento em que o Brasil se afirmava como uma economia emergente e em condições de atuar com um player no cenário internacional.

O processo de impeachment da Presidenta Dilma, ocorrido entre 2015 e 2016, é ainda algo a ser mais bem estudado. A destituição de um chefe de Estado sem um crime que a justificasse, contando com a complacência e o apoio dos demais poderes ainda será objeto de uma revisão, tamanha a desfaçatez da classe política tendo como sustentáculo a elite empresarial, além da Grande Mídia. Enfim, um Golpe de Estado apoiado em um discurso legalista, mas que fundamentalmente visava alterar os rumos da política governamental em prol de ações de cunho mais liberal. Houve, de fato, a partir de 2014, o fim do ciclo de alta nos preços das exportações e o país entrava em uma trajetória de recessão econômica e de pressão sobre as contas públicas.

O discurso do Estado Mínimo, muitas vezes recitado com intensa crueldade, sobretudo ao culpar os mais pobres pela crise, ganhou vigor e passou a pressionar o Governo. Dilma tentou contemporarizar, mudando os rumos de sua política econômica. Não foi o suficiente para barrar seus opositores, então já majoritários no Congresso Nacional. Temer assume a Presidência com a agenda neoliberal. E consegue rapidamente duas grandes mudanças que serão muito prejudiciais aos mais pobres. A primeira foi a



Emenda Constitucional 95, a PEC do Gasto, que congelou o gasto público por 20 anos. É importante lembrar que esse dispositivo toma como base os dispêndios efetivados em 2016, cujo montante, em função da crise, já estava deprimido, o que significa dizer que por 20 anos teremos despesas governamentais muito reduzidas e aquém das necessidades do país.

O segundo mecanismo introduzido no Governo Temer foi a Reforma Trabalhista, que retirou uma série de direitos conquistados ao longo de décadas, e, sob o pretexto de reduzir custos e aumentar a empregabilidade, trouxe significativa desproteção ao trabalhador formal. Note-se que as mudanças não lograram qualquer aumento do emprego, cujos índices permaneceram em baixa.

Já no Governo Bolsonaro, foi aprovada a Reforma Previdenciária que, sob o argumento de que era preciso sanar o déficit previdenciário, outra questão polêmica, restringiu as condições de acesso, reduziu o valor das pensões e igualou o servidor público ao regime geral, sem levar em consideração as especificidades do serviço público e a importância desse servidor em ter uma proteção social específica, como fator de fortalecimento, autonomia e de estabilidade do próprio serviço público oferecido.<sup>3</sup>

Assim o período Temer-Bolsonaro abriu as portas da desproteção social com o argumento falacioso de que o Estado Brasileiro não teria capacidade de arcar com os custos sociais de um sistema previdenciário inclusivo e de uma legislação trabalhista onerosa ao empregador. Impossível não lembrar que outras nações menores e em situações mais críticas, como no caso dos países da Europa no pós-Guerra, cuja imensa maioria da população estava na miséria ao final da contenda, lograram montar sistemas de proteção social que acabaram com a pobreza e a miséria em três décadas. Por que nós, que temos uma das nove maiores economias do mundo, não podemos ter um Estado Social?

Essa questão é complexa e sua resposta não é escopo deste artigo. Passa pela construção de um projeto mais inclusivo de país e que, para isso, há que se enfrentar, antes, o racismo incrustado em nossa vida social. Um racismo visceral, que naturaliza a pobreza e a miséria do negro e que é capaz de fazer com que nossos burocratas da economia venham a racionalizar a miséria e adotar posições antagônicas à construção de uma sociedade mais equitativa em prol de interesses de grupos da elite.

---

<sup>3</sup> Ver o Relatório da CPI da Previdência Social do Senado Federal. [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/539169/Relat%c3%b3rio%20Final\\_CPIPREV.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/539169/Relat%c3%b3rio%20Final_CPIPREV.pdf?sequence=1&isAllowed=y)



## A Pandemia e o Brasil de hoje

É esse o Brasil que vai se encontrar com a pandemia do Corona Vírus. Desde 2015 o país não cresce, o desemprego aumenta, a pobreza e a miséria voltaram a se ampliar e o Estado negando-se a assumir outro papel que o não o do Estado Mínimo e cioso das contas públicas. Contas públicas, diga-se de passagem, vistas como um problema bastante particular e concernente aos gastos sociais, posto que não perturba aos governantes de plantão o fato de que o país destine um montante anual da ordem quase 500 bilhões de reais para o pagamento de juros da dívida pública. O quadro é de total despreparo. Só em 2019, o sistema de Saúde deixou de contar com cerca de R\$ 20 bilhões em função da EC 95<sup>4</sup>. Assim, já debilitado com a redução dos gastos, o Estado vê-se agora compelido a enfrentar um desafio para o qual encontra-se desqualificado a fazê-lo. Do mesmo modo, resiste em rever sua posição ortodoxa e abrir o cofre. A necessidade de uma política anticíclica é premente. A recessão econômica permite que se possa lançar mão de políticas mais audaciosas como a emissão de moeda. Essa agenda econômica é fundamental para que o país consiga sair do atoleiro atual. Entretanto, o Governo resiste. Com muito custo, liberou uma ajuda emergencial de R\$ 600,00, um benefício a que o trabalhador tem direito e que poderá ou não ser estendido a duas ou três novas parcelas, a depender do humor do mandatário.

Os empresários pressionam os governantes das três esferas para que liberem a volta do trabalho normalmente, como se não houvesse a pandemia. Os trabalhadores, sobretudo aqueles ligados às atividades informais e que dependem de sua renda diária, e à falta de uma ação mais positiva do Estado, parecem inclinados a voltar à labuta. A questão que se impõe é em que condições se dará essa retomada da atividade? Estamos transitando em direção ao auge de uma pandemia e os números apontam para um crescimento exponencial de mortes para os próximos meses. A decisão de se afrouxar a quarentena é, no mínimo, irresponsável. Os governantes que optarem por essa perigosa via deverão arcar com as consequências futuras.

Parece evidente que todo esse imbróglio tem na falta de uma ação mais efetiva e coordenada do Estado o grande motivador. Desde o início da pandemia o Presidente da República e os governadores, bem como os prefeitos das cidades mais importantes têm dados sinais contraditórios à população. Posições diametralmente opostas acerca da necessidade da quarentena, do protocolo médico a ser seguido e mesmo da relevância da própria pandemia vêm confundindo a população.

<sup>4</sup><http://desacato.info/orcamento-da-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-conta-da-emenda-do-teto-de-gastos/>



Há, de certo, uma maior omissão do Governo Federal, que poderia lançar mão de uma série de instrumentos e políticas para fazer frente à pandemia. Além da política econômica anticíclica, com aumento de gastos, financiados pelo endividamento, mas também com emissão de moeda, o governo poderia lançar mão de negociação da dívida com seus credores, estendendo prazos, reduzindo juros, entre outros. Ademais, os bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES) poderiam, neste momento, voltar a se comportar mais como agentes públicos e menos como bancos comerciais, injetando os recursos que foram oferecidos pelo governo. Lembremos que o governo tentou aumentar a liquidez via redução do compulsório dos bancos, sem sucesso, pois o sistema bancário não repassou às empresas novos empréstimos alegando falta de garantias por parte dos tomadores. Houve também a criação de um programa de preservação do emprego, com a mesma sistemática de empréstimos a juros menores para as empresas que não demitissem. Previsivelmente, a atitude dos bancos foi a mesma, negando empréstimos e aumentando seu próprio caixa. O governo não se moveu.

O quadro de desmando e de descaso é crítico. O governo está prostrado em plena pandemia. E a população sofre, principalmente os grupos mais fragilizados. Os mais pobres necessitam de alimentos e de renda para o consumo básico e imediato. Muitos empresários, demitiram parte significativa de seus funcionários. A redução da atividade econômica, sem que tenha havido a adoção de vigorosas políticas de cunho anticíclicos por parte do governo, sinaliza uma retomada operosa. É difícil neste momento fazer uma projeção do que deverá ocorrer nos próximos meses. Nem mesmo o horizonte de redução dos efeitos da pandemia é incerto.

O que se pode afirmar sem medo de errar é que a pós-pandemia será um momento de muita adversidade e que exigirá ações mais positivas da parte dos governantes. O mais trágico é que os sinais são de que essa inação do Estado deverá continuar ainda por algum tempo. O cenário, infelizmente, é de uma catástrofe social anunciada. Uma informalidade que deverá crescer, juntamente com o desemprego, além de uma queda expressiva dos rendimentos, tudo isso em função principalmente da ausência de um projeto governamental de retomada. Mais uma vez a história e se repete e os mais prejudicados serão os mais pobres e, sobretudo, a população negra.

### **O que fazer?**

Falamos até aqui da postura passiva do governo. Ainda cioso das contas públicas, o governo assemelha-se a um porteiro a exigir bilhetes de entrada para uma festa que já terminou. O problema atual é outro. Há uma guerra, há milhares de mortes diárias, o país descarrilha e um futuro sombrio se avizinha. Nesta parte final intentaremos propor algumas ações e medidas



necessárias e que deveriam estar na agenda governamental para responder à pandemia e seus efeitos mediatos e imediatos. Desse modo, há propostas de ações de curtíssimo prazo, de curto prazo, de médio e de longo prazo que pensamos serem imprescindíveis. Vamos a elas.

No que tanger às ações de curtíssimo prazo (hoje, aqui e agora) podemos elencar as seguintes:

- Estabelecer imediatamente uma política de confinamento absoluto, para a população em geral, salvo os casos das atividades de efetivo interesse público;
- Revigorar o caixa do governo para os gastos com a pandemia, mediante (i) emissão extraordinária de moeda, (ii) revisão das condições atuais da dívida pública, com vistas à redução do passivo e do serviço da dívida, (iii) suspensão imediata da EC 95.
- Organizar um programa de entrega de cestas básicas para a população pobre, sobretudo nas áreas reconhecidamente de concentração da pobreza e da miséria, notadamente as favelas, os alagados, os mocambos, as periferias urbanas. A base seria o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PAA). O governo garantiria a compra de alimentos e encarregaria as forças de segurança (forças armadas, bombeiros, polícias militares etc.) para coordenar e realizar a entrega. A vantagem desse programa é que se promove a alimentação da população sem que para isso se tenha que recorrer ao exercício de atividade laboral. Em uma palavra as pessoas ficariam em casa.

Para o curto prazo (próximo mês) teríamos o seguinte:

- Criar e revigorar mecanismo de transferência de renda tendo em vista três públicos: (i) os inscritos no Programa Bolsa Família, que deverão ter seus benefícios majorados para que possam enfrentar dignamente a pandemia. de um programa de renda básica; (ii) os inscritos no BPC, que deverão ter preservados seus benefícios no valor do salário mínimo, mantidos os atuais critérios de acesso; (iii) um programa de renda básica, que venha não a substituir, mas a se constituir em um acréscimo aos demais programas de transferência de renda, visando atender àquelas populações atingidas pela pandemia e que não se encontram contempladas pelos programas existentes;
  - Mobilizar os bancos públicos para a viabilização dos empréstimos aos micros e pequenos empresários, como fomento à preservação dos empregos, programa este já em curso, mas inviabilizado pela postura inflexível do sistema bancário, que se nega a participar do esforço social neste momento;
- Para o médio prazo (seis meses, ou 2021)
- Construir um projeto de reforma tributária de cunho progressivo, aumentando a taxaço do capital, das grandes

fortunas e do patrimônio, de maneira a proporcionar um montante adicional de recursos capaz de viabilizar o projeto de retomada da economia nos próximos anos;

- Elaboração de um programa de retomada do crescimento, elegendo os segmentos estratégicos, seja por sua capacidade de geração de emprego, seja por seu conteúdo tecnológico, a serem diretamente contemplados com recursos públicos;
- Revisão das reformas trabalhistas e previdenciárias, no intuito de resgatar os direitos que foram retirados e garantir a saúde financeira do sistema previdenciário.

Em linhas gerais, o mercado de trabalho brasileiro pós pandemia deverá sofrer com o aumento da informalidade, do desemprego e da redução da renda, com reflexos mais acentuados sobre a população negra. A dimensão e a profundidade desse quadro, no entanto, vão depender fundamentalmente da ação ou da omissão do governo. Há algumas impressões em curso, sinais de mudanças e readaptações, como a tendência de aumento das atividades ligadas ao delivery e o incremento no trabalho em casa, ambos na perspectiva de que o próprio domicílio vai se tornar o local de maior tempo de estadia para grande parte das pessoas. Impossível, no entanto mensurar esses processos que se avizinham.

Uma palavra final. Os dias são difíceis e o governo mantém-se inerte. Cabe a nós, estudiosos, ativistas, políticos, militantes dos movimentos sociais, lideranças comunitárias, buscar propostas e soluções para esta pandemia, que já se configura como a maior catástrofe social deste século. Alternativas existem. Tratamos aqui de elencar algumas que consideramos as mais relevantes. Outras seguramente podem ser listadas. O imprescindível neste momento é abrimos o debate e a possibilidade de traçarmos saídas. O Brasil tem à mão todos os instrumentos para sobrepujar esse problema. A única atitude que não nos interessa neste momento é a inação. O governo precisa se mover e assumir sua responsabilidade.

## Referências

CEPAL. (1985). La pobreza en América Latina: dimensiones y políticas. *Estudios e Informes de la CEPAL N° 54*. Santiago de Chile: Naciones Unidas.

Gambier, A. & Amorim R. (2007). *Hierarquia e desigualdade salarial na administração pública brasileira*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Recuperado em 20 julho, 2020 de: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4662/1/Comunicado\\_n2\\_Hierarquia.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4662/1/Comunicado_n2_Hierarquia.pdf).

Senado Federal. (2017). Relatório Final. *Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo*



*com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos (CPIPREV).* Brasília: Senado Federal. Recuperado em 20 julho, 2020 de: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/539169/Relat%c3%b3rio%20Final\\_CPIPREV.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/539169/Relat%c3%b3rio%20Final_CPIPREV.pdf?sequence=1&isAllowed=y).

Souza, M. D. (2020, 21 Fevereiro). Orçamento da Saúde perdeu R\$ 20 bilhões em 2019 por conta da Emenda do Teto de Gastos. *Desacato*. Recuperado em 20 Julho, 2020 de: <http://desacato.info/orcamento-da-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-conta-da-emenda-do-teto-de-gastos/>.

# DILEMAS DE GÊNERO E O HOME OFFICE EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19

TÂNIA MARA CAMPOS DE ALMEIDA

## Introdução

A atual pandemia não atinge da mesma maneira os diversos países, muito menos, seus grupos e pessoas. Há uma grade de interconexões políticas, econômicas e socioculturais que os constitui, atuando diretamente na vivência e nos recursos disponíveis ao enfrentamento da doença provocada pelo novo coronavírus (COVID 19), que impacta com prejuízos o bem-estar físico-emocional e possui alto grau de letalidade. Nesse sentido, a pandemia desnuda as desigualdades de condições existenciais e a perversidade mortífera dos sistemas de opressão de raça, gênero, classe e geração, os quais se refazem fortemente em ambientes em que as ações públicas, os governantes, os poderes estabelecidos e a própria sociedade organizada não confrontam o neoliberalismo, o Estado mínimo, o patriarcado, o racismo, a pobreza e o desprezo ao envelhecimento. O campo de batalha desses sistemas de opressão não é abstrato e, neste crítico desafio sanitário, se estabelece diretamente sobre corpos concretos, biografias reais, causando sofrimentos profundos e ceifando milhares de histórias humanas.

Desde março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a COVID estava disseminada pelo planeta, alterações significativas têm ocorrido na vida como um todo e alcançado não apenas a ordem macroeconômica, política e institucional das nações, como têm incidido diretamente em processos subjetivos e de interação social cotidiana, a exemplo da convivência familiar, das relações de amizade, das expressões de afeto, da liberdade e da autonomia individual. Espaços relacionais, estes, considerados pelo senso comum apenas como pessoais e íntimos, mas que estão, na verdade, perpassados por vínculos de poder e que, neste cenário pandêmico, tornaram-se mais expostos e foram acentuados.

No caso das mulheres, a pandemia também nos chega de acordo com nossa imensa pluralidade, enquanto mulheres negras, indígenas, pobres, quilombolas, idosas, profissionais de saúde e muitas outras marcas identitárias. De modo geral, ainda que plurais, todas nós já estávamos e continuamos sujeitas a lidar com vários tipos de violência, além agora da



calamidade causada pela COVID. A violência, em diferentes facetas, era e é ainda motivo de grande preocupação e apreensão das mulheres nas relações de âmbito público e privado, especialmente no Brasil.

Se não fosse o trabalho de décadas das Ciências Sociais e Humanas voltado ao estudo e pesquisa sobre as classificações e os entendimentos sobre nós mesmos/as e as pessoas em geral, baseados na significância social e subjetiva da diferença sexual - grosso modo, na categoria gênero -, hoje não estaríamos enxergando bem a complexidade e a profundidade da devastação que a pandemia está causando em nós e entre nós. Além disso, se não fosse a compreensão gerada por esse trabalho, a qual contribui para atuações na sociedade brasileira de visibilização da violência doméstica e familiar, de denúncia do assédio feminino no mundo laboral, de entendimento da saúde por perspectiva de integralidade, de politização dos cuidados e atividades reprodutivas da vida (que são essenciais, mas precarizadas e nada reconhecidas), dentre outras temáticas inter e intra grupos de mulheres e homens, hoje, contaríamos com menor número de mecanismos de reação e fortalecimento frente a tantas vulnerabilidades em que, acentuadamente, as mulheres que estão nas franjas da sociedade se encontram.

Faz tempo que esse saber científico, ao se voltar para os conflitos e as lutas da ordem dos gêneros, produziu dados significativos, vocabulário qualificado, matrizes interpretativas e práticas formativas de agentes e gestores/as públicos/as para seguirem protegendo e ampliando os direitos das mulheres e de outras minorias sociais em terem uma vida sem violência e digna em qualquer momento, seja no fluxo dito normal ou nesta época tão dura à humanidade. Antes da pandemia, as estatísticas mundiais alertavam sobre o fato de um terço das mulheres no planeta já ter sofrido alguma forma de violência, seja em países ditos desenvolvidos seja nos mais pobres, assim como mais de 87 mil mulheres terem sido intencionalmente assassinadas em 2017 (ONU, 2020). Na verdade, o fluxo normal da vida sempre foi em si um problema por naturalizar o patriarcado, o racismo, o classismo e a gerontofobia, o que leva a resposta negativa à pergunta que se tornou conhecida da jurista estadunidense Catherine MacKinnon (1987) e a estendê-la a outros grupos minoritários: “Há tempos de paz às mulheres”?

A pandemia acabou por evidenciar, com alta dose dramática, situações opressivas e interconectadas com vários planos socioeconômicos, culturais, políticos, biopsíquicos que as Ciências Sociais e Humanas vinham insistentemente apontando. Agora, tais situações estão em xeque por necessitarmos lidar diretamente com o âmbito da preservação e reprodução da vida dentro dos lares, vida que ora nos relembra das dimensões individuais e coletivas do cuidado frente à sua fragilidade diante da finitude. No entanto, o que está ocorrendo nos lares em tempos de isolamento social? Um breve



levantamento desse tema e uma síntese analítica do *home office* é o que o presente texto se propõe nas páginas seguintes.

### “Lar doce lar”

A ideia corrente que os lares são ambientes de conforto e proteção às mulheres, crianças, idosos/as e empregadas domésticas caiu por terra na academia ao se começar, nas Ciências Sociais e Humanas, a se deslocar o foco da expressão pública e institucional da violência, a qual era considerada apenas associada ao controle social e ao papel do Estado, ator central que detém o monopólio legítimo do uso da força na Modernidade, inclusive em Ditaduras como as da América Latina, para enfrentar desordens da população, administrar a criminalidade e as ameaças à propriedade privada (Suarez & Bandeira, 2002). Outras formas de violência foram encobertas, especialmente aquelas de cunho interpessoais como se fossem elementos integrantes naturais das relações entre parentes, conhecidos, amigos e vizinhos<sup>1</sup>. Tratava-se de sociabilidades habituais por estarem ancoradas na paisagem costumeira das tradições patriarcal, racista e classista, as quais desqualificam o outro visto como inferior, feminino, fragilizado etc. em dissimetrias de poder em espaços simbólicos da vida pessoal e da vida pública.

Neste momento da pandemia, quando as medidas eficazes de contenção do vírus dizem respeito ao confinamento social (Nunes, 2020), os lares passam a ser objeto de extrema atenção da população mundial, das sociedades civis organizadas e dos Estados, uma vez que o conhecimento e a experiência acumulados desfizeram a sua idealização de segurança a todos/as os/as que neles habitam. No início de abril do corrente ano, em fase do avanço do novo coronavírus, o chefe da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, alertou sobre a necessidade de se combater o aumento global da violência doméstica contra mulheres e meninas: “Peace is not just the absence of war. Many women under lockdown for #COVID19 face violence where they should be safest: in their own homes. Today I appeal for peace in homes around the world. I urge all governments to put women’s safety first as they respond to the pandemic.” (Guterres, 2020)

No Brasil, com cenário alarmante de violência doméstica e feminicídios praticados por (ex)maridos, (ex)companheiros e (ex)namorados, em linha ascendente nos últimos anos<sup>2</sup>, a preocupação com a permanência das

<sup>1</sup> A correlação da violência com a condição de gênero originou-se sob a inspiração das reivindicações do movimento feminista estadunidense nos anos 1970, sob a denúncia de *violência sexual contra a mulher*. Após uma década, esse fenômeno foi apresentado como categoria sociológica e área de pesquisa, sendo estabelecido como *violência contra a mulher* e caracterizando questão central do movimento feminista brasileiro, conforme Bandeira (2014).

<sup>2</sup> Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foram 563,7 mil novos processos de



mulheres em suas casas gerou ainda maior apreensão, uma vez que as violências perpetradas contra elas ocorrem em número bem superior em suas residências ou mediações que aquelas contra os homens (Atlas da Violência, 2019). Mesmo que as mulheres venham denunciando seus agressores cada vez mais junto ao poder público, o que é um avanço no enfrentamento ao fenômeno, em período de restrição de circulação pelas cidades, delegacias, hospitais, defensorias etc., acabam se deparando com o desamparo e a dificuldade de pedirem ajuda, particularmente diante do perigo exacerbado no ano passado com o decreto presidencial, Nº 10.030 de 30 de setembro de 2019, que libera o porte de armas de fogo dentro de casa.

Concomitantemente, sabe-se por investigações já realizadas em outros países, assolados antes que o Brasil pela pandemia, que a combinação de tensões econômicas e sociais, bem como com limitações ao ir e vir, aumentou dramaticamente o número de mulheres e meninas em situação de violência e de sofrimento no mundo, mesmo com informações subnotificadas. Ao citarem Wang (2020), em estudo com 194 cidades chinesas, país onde a COVID teve início, Maia e Dias (2020, p. 08) afirmam que houve “(...) diferenças significativas para o sexo feminino (...) maiores indicadores de depressão, ansiedade e estresses entre as mulheres”. Embora o sistema de informação seja falho em vários países, o que se sabe é suficiente para afirmar que elas se encontram hoje, certamente, em maior vulnerabilidade, em polos ainda mais desfavoráveis das relações de poder frente à pandemia. Ou seja, por estarem sistemática e previamente expostas a interações políticas desiguais, se veem mais frágeis diante da violência, do empobrecimento, do adoecimento, da fome, do deslocamento forçado e da morte, tendo que lidar com requeentados e atuais dilemas em tempos da COVID.

Por exemplo, torna-se claro que a luta por moradia passa a se articular com o aumento das denúncias da violência doméstica, revelando por meio delas o quão indignas são as condições de habitação e saneamento nas periferias urbanas, o quão encontram-se os bolsões de pobreza nas capitais sem planejamento, assistência adequada e à mercê do crime organizado e das milícias, o quão insuficiente é a mera disponibilização de equipamento público que atua como residência temporária às vítimas, as casas-abrigo, para dar resposta a esse tipo de violência. No atual momento, todos esses espaços acabam se mostrando de alto risco à propagação do vírus em meio a camadas da população que sequer contam com serviços estruturados e adequados de saúde, sendo muitas vezes inexistentes para as ações de bem-estar social do Estado.

---

violência doméstica em 2019, o que significa um aumento de 10% em relação a 2018. Os feminicídios saltaram para 1.941, crescimento de 5% no mesmo período.

A luta por moradia também se articula com a denúncia de que a casa não pode ser elemento de especulação imobiliária e que, portanto, a receita financeira do capital não pode extrair dela valor, deixando as pessoas sem acesso a esse direito fundamental, assim considerado universal desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e garantido pela nossa Constituição Federal de 1988. A falta de sérias políticas habitacionais contribuem para fazer da casa uma mercadoria de difícil aquisição, em particular em tempos de escassos recursos financeiros para se honrar com as despesas de aluguel ou financiamento da casa própria.

É antiga a conclusão dos estudos de gênero e da perspectiva feminista de que o espaço doméstico é também *locus* de exploração não só na divisão das tarefas de reprodução da vida, como também na produção do excedente necessário ao capital. (Scott, 1989) O capital se aproveita das impensadas e inesperadas configurações sociais para se beneficiar, como o fato de 34 bilionários elevarem suas fortunas nos últimos meses e ainda haver a previsão de que o número dessa seleta fatia da população mundial aumente nos Estados Unidos mesmo diante de 26 milhões de estadunidenses desempregados/as. (Observador, 2020)

Em que, então, se torna a casa nesta pandemia, sob o olhar da economia neoliberal, que deseja lucro incessante e não vê pessoas nem lares, mas insumos, mercadorias e oportunidades? Muito menos considera importante o enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres e o enfrentamento à desproporção entre os gêneros das tarefas desenvolvidas no interior das residências.

### **A transformação do lar em *home office***

Como a medida mais eficaz para se conter o contágio do coronavírus tem sido o isolamento social, a adoção de tecnologias de comunicação para realizar a interação social e dar continuidade às rotinas laborais apresenta-se uma boa solução. Porém não é possível adotá-las, principalmente em relação àquelas atividades que eram realizadas em contato presencial, como imediata substituição. As tecnologias são ferramentas importantes e viabilizam processos essenciais à vida neste momento, só que é fundamental discutir as implicações envolvidas em seu uso e pensá-las criticamente (LIMA, 2020).

Nota-se, de imediato, que o capital aproveita para super explorar o espaço doméstico com o *home office* e outras atividades correspondentes, tais como o teletrabalho, o trabalho remoto e a escola em casa, levando ao máximo a exigência de produtividade todos os dias da semana, sem limite de horário e demandas, atomizando os/as trabalhadores/as por se dirigir diretamente a cada um/a e não ao coletivo da categoria ou ao grupo, bem como ignorando os alarmantes índices de violência nesse espaço, o excesso



de demandas infindáveis, a exigência com os cuidados destinados às crianças e aos idosos entre quatro paredes.

As mulheres brasileiras, em geral de classe média e que tiveram as obrigações laborais transferidas para suas casas, acabam diante de inúmeros e complexos desafios. É verdade que aquelas que saem de casa por obrigação de subsistência (empregadas domésticas, babás, cuidadoras, técnicas em saúde<sup>3</sup> e outras<sup>4</sup>) e se expõem muito mais ao contágio da COVID em transportes coletivos apinhados e em contato com pessoas de diversas regiões da cidade, se encontram em situações bem piores. Estão inseridas em relações precarizadas ou informais de trabalho, as quais possuem o recorte de gênero, raça e classe<sup>5</sup>, e ainda seguem com suas mesmas obrigações domésticas na própria residência em dupla ou tripla jornada, além de terem perdido a rede de contato com que contavam (avós morreram ou precisam estar distantes dos/as netos/as, escolas fecharam, etc).

Antes da pandemia, em média, mulheres gastavam o dobro de horas semanais que homens em atividades com dependentes e a casa, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018): 21,3 horas para elas em comparação a 10,9 horas para eles - desigualdade estrutural, pois pouco se alterou nos últimos anos e mesmo entre mulheres e homens ocupados fora de casa. Com o confinamento, a tendência é de aumento dessa lacuna, sobrecarregando sobremaneira as mulheres, que são cerca de três vezes mais responsáveis pelos cuidados e tarefas não-remunerados em casa que os homens no mundo. Quando se soma à essa carga o *home office*, as mulheres encontram-se hoje em trabalho exaustivo, estressante e permanente, tendo que manter igual nível de resultados e prazos, sem contar com creches, escolas e outros apoios necessários a se verem liberadas para o mundo público, em uma sociedade patriarcal.

Faz décadas que se sabe ser a falta de separação entre o ambiente do trabalho formal e a casa geradora de sofrimento e angústia (Dejours, 1997). Somada agora ao desafio de se dominar novas linguagens de informação e

---

<sup>3</sup> As mulheres representam 70% das pessoas que trabalham no setor social e de saúde, nos postos mais baixos.

<sup>4</sup> Contrários à Lei 13.979/2020 e à Nota Conjunta nº 4/2020 do Ministério Público do Trabalho (MPT), os estados do Pará, Rio Grande do Sul e do Maranhão decretaram ser essencial o trabalho doméstico durante a pandemia.

<sup>5</sup> Também se refere a essas famílias de baixa renda a dificuldade de alcance ao ensino superior no Brasil. Diante das propostas de informatização do ensino na pandemia, além das suas mães e seu pai terem que comparecer a atividades externas à casa ditas essenciais e não poderem acompanhar os estudos dos/as filhos/as, o acesso à internet não garante a todos/as o direito fundamental à educação, conforme a pesquisa TIC Kids Online Brasil: "(...) aproximadamente 3,8 milhões de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos não tiveram acesso à internet em 2018" (Passarelli, 2020, p.8)

comunicação, contribui para o aumento dos problemas enfrentados pelas mulheres em *home office*. Afinal, também se sabe que a socialização dos homens os capacita a estarem mais inteirados e obterem maior satisfação com o ambiente tecnológico e do campo das exatas, podendo se apresentar com maior desenvoltura, maior frequência e menor esforço físico, mental e emocional em eventos e atividades virtuais. Com essa familiaridade no campo informacional e comunicacional atual, mantém-se nele mais visíveis e adequados às suas exigências, apresentando-se com as adequadas: imagem corporal, estratégias discursivas de interpelação e capacidade de resposta ao público que procura seus serviços. Esse quadro, sem dúvida, reverte-se em maior confiança das empresas e instituições em suas atuações, o que resultará em promoções, melhores remunerações e cargos de chefia, elevando o abismo entre as trajetórias nas carreiras deles e as das colegas mulheres, agravando a fixação delas na base e deles no topo da pirâmide laboral.

Exemplos de várias categorias profissionais estão sendo narrados, como o das magistradas e as advogadas. Enquanto, para a justiça, o prazo dos processos é um elemento chave do mundo jurídico, tendo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) retomado sua severa observação após ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Federal), cuja diretoria é formada só por homens. Paralelamente, entre servidoras da justiça e advogadas, também surgem dificuldades em relação à sobrecarga de tarefas domésticas e de cuidados, juntamente à falta de estrutura operacional, instrumentos tecnológicos próprios e conhecimentos para atuar nesse novo modelo, de acordo com reportagem realizada pela Folha de São Paulo (2020).

As dificuldades das mulheres nas universidades também se veem em uma linha ascendente, devido à tão mencionada carga de demandas domésticas e de cuidados, papel pelo qual historicamente são responsabilizadas (Vieira, Garcia & Maciel, 2020) e as demandas por produzirem novos conhecimentos científicos incessantemente. O blog da DADOS, revista de Ciências Sociais/ UERJ, divulgou levantamento com a quantidade de autoras que submeteram textos à sua publicação neste período da pandemia. No caso de mulheres primeiras autoras, o percentual chegou apenas 13% do total, tendência semelhante em periódicos pelo mundo (Candido & Campos, 2020).

Confluem aqui histórias diversas de grupos de mulheres que, em suas pluralidades de classe, gênero e raça, acabam se interconectando pelos caminhos *online*. As pesquisadoras das Ciências Sociais e Humanas, que tanto vêm contribuindo para visibilizar as ofensas e os abusos contra as mulheres como um desrespeito aos direitos humanos há décadas, bem como para seu respectivo enfrentamento na sociedade, tiveram suas produções e sensibilidades incorporadas à formação de profissionais na linha de frente ao atendimento das vítimas, à modificação das nossas leis em vista à proteção



de uma vida sem violência às mulheres e outras minorias sociais e, ainda, à sua efetiva aplicação no sistema de justiça no Brasil. Hoje, em cenário da pandemia, conta-se fortemente com a conscientização das mulheres na denúncia da violação de seus direitos junto à sociedade civil e ao poder público, assim como conta-se com a atuação incansável das cientistas, advogadas, defensoras públicas, promotoras e magistradas em *home office* para garantirem a dignidade da vida das mulheres em situações de violência doméstica e de muitos outros tipos de violência.

### **Notas conclusivas**

A pandemia da COVID 19 é um fenômeno natural e concomitantemente político, uma vez que seus desdobramentos ganham diferentes formas de enfrentamento e aumentam a vulnerabilização social. Afinal, seus impactos na realidade variam de acordo com desigualdades estruturais pré-existentes, como as de gênero, raça, classe e geração, que não são apenas episódicas.

Ainda que tenhamos tido avanços junto ao Estado e à sociedade brasileira, desde o desenvolvimento de pesquisas e estudos, a geração de dados, a produção de conhecimentos, a mobilização de movimentos sociais e a instituição de políticas públicas que revelam e lidam com essa dura realidade da desigualdade, é fundamental que a vigilância e as ações de garantia e ampliação dos direitos humanos das mulheres e demais minorias sejam contínuas. As/os integrantes desses grupos são ainda sub-representadas/os nos fóruns de decisão e distribuição de recursos e, portanto, pouco participam das decisões e dos encaminhamentos de critérios referentes aos processos laborais deste momento. Logo, encontrar soluções individuais, pontuais e do ponto de vista daqueles que estão no topo das empresas, instituições e governos acaba-se reproduzindo e exacerbando os problemas de fundo na nossa sociedade.

A supervalorização do *home office* porque as pessoas não se deslocam de casa, como se fosse a grande resposta para a manutenção das rotinas laborais de algumas categorias profissionais, acaba sendo um falseamento. Para as mulheres, na verdade, se impõe a superexploração, em um processo invisibilizado de alta demanda por produzirem o tempo todo, em meio ao turbilhão de manterem a disciplina mental e a capacidade criativa, resguardarem tempo físico para organizar o trabalho junto a atividades domésticas e de cuidados que seguem sob sua responsabilidade e, muitas vezes, junto ao assombro das relações familiares conflituosas e da violência doméstica. Além disso, a desproporcional competição com os colegas de trabalho, que se acirra nesta pandemia por eles estarem bem menos absortos pelo peso do *status quo*, colabora para as péssimas condições em que se encontram essas mulheres.



O neoliberalismo, que se alia a outros sistemas de opressão, procura resistir neste momento e, para tanto, busca regimes autoritários, fascistas, em seu favor. O surgimento de uma pandemia, em que há a desaceleração da economia global e, em primeira impressão, prejuízos econômicos incontáveis e incontornáveis, leva ao maior controle dos corpos (particularmente, dos corpos femininos), à determinação entre as pessoas de fronteiras reais ou imaginárias pelo bem da saúde, ao pretexto para se instaurar “estados de exceção”, em nome da proteção coletiva e de resposta ao pânico generalizado. Enfim, leva ao estabelecimento de políticas que regulam quais vidas importam e merecem ser vividas e aquelas que são descartáveis. Essa biopolítica, então, se converte rapidamente em necropolítica.

São as chaves conceituais e teóricas, oriundas do conhecimento pela perspectiva de gênero de leitura do mundo e interseccionadas com perspectivas oriundas de outros marcadores sociais, que podem ajudar a encontrar caminhos para o futuro. Caminhos, estes, a serem trilhados por meio do esforço comum de mobilização em se reconhecer que o cuidado das crianças e dos/as mais vulneráveis devem ser assumidos, que os valores privados não podem se sobrepor aos públicos e que a preservação da vida e o bem-estar de todos/as é um bem urgente e coletivo.

## Referências

- Agência IBGE Notícias. (2018). Recuperado em 10 junho, 2020 de: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24266-mulheres-dedicam-mais-horas-aos-afazeres-domesticos-e-cuidado-de-pessoas-mesmo-em-situacoes-ocupacionais-iguais-a-dos-homens>
- Atlas da violência. (2019). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública (orgs). Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Recuperado em 10 junho, 2020 de: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/190605\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2019.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf). Acesso em 10/06/2020
- Bandeira, L. M. (2014). Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Revista Sociedade e Estado* - Volume 29 Número 2, 449-469.
- Candido, M. R. & Campos, L. A. Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres, *Blog DADOS*, 2020 [publicado em 14 de maio de 2020]. Recuperado em 24 maio, 2020 de: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-reduz-submissoes-de-mulheres/>
- Conselho Nacional de Justiça. (CNJ). (2019). *Violência contra a mulher*. Recuperado em 10 junho, 2020 de: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/violencia-contra-a-mulher/>



Dejours, J. C. (1997). *O fator humano*. Rio de Janeiro: FGV.

Folha de São Paulo. (2020). *Home office amplia desequilíbrio de gênero na Justiça*. Recuperado em 10 junho, 2020 de: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1666988809875801-home-office-amplia-desequilibrio-de-genero-na-justica>

Guterres, A. (2020). *UN chief calls for domestic violence 'ceasefire' amid 'horri-fying global surge'* Recuperado em 10 junho, 2020 de: <https://news.un.org/en/story/2020/04/1061052>

Lima, D. L. F. et al. (2020). COVID-19 no estado do Ceará, Brasil: comportamentos e crenças na chegada da pandemia. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, 1575–1586.

MacKinnon, C. A. (1987). *Feminism unmodified: discourses on life and law*. Harvard University Press.

Maia, B. R. & Dias, P. C. (2020). Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. *Estudos de Psicologia*, v. 37, 1–8.

Nunes, J. (2020). A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. *Cadernos de saúde pública*, v. 36, p. e00063120, 2020. Recuperado em 10 junho, 2020 de: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/32402005>

Observador (2020). Recuperado em 10 junho, 2020 de: [https://observador.pt/2020/04/23/\\_trashed-864/](https://observador.pt/2020/04/23/_trashed-864/)

ONU. (2020). ONU Mulheres pede atenção às necessidades femininas nas ações contra a COVID-19. Recuperado em 10 junho, 2020 de: <https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-pede-atencao-as-necessidades-femininas-nas-acoes-contra-a-covid-19/>

Passarelli, B. (2020) Jovens Brasileiros em Conectividade Contínua: Estudos e Tendências. *Revista Juventude e Políticas Públicas*, v. 2, p. 1–16.

Scott, J. (1989). Gender: a useful category of historical analyses. *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press.

Suarez, M. & Bandeira, L. (2002). A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: Bruschini, C. & Unbehaum, S. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34; Carlos Chagas.

Vieira, P. R.; Garcia, L. P. & Maciel, E. L. N. (2020). Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 23, p. 1–5.

# ACOLHEDORAS DESAMPARADAS: VIVÊNCIA PSICOSSOCIAL E SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO EM TEMPOS DE PANDEMIA

CAROLINA RODRIGUES ALVES DE SOUZA  
RHUAN CAMBUÍ MACHADO

## INTRODUÇÃO

O acolhimento institucional é uma modalidade de atendimento previsto na legislação brasileira, notadamente no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990), e prevê a acolhida de crianças e adolescentes que, por razão de violência, negligência ou situações de vulnerabilidades diversas, precisem ser retiradas do seu núcleo familiar. Ele deve ter caráter provisório e excepcional e deve consistir na última medida a ser adotada.

O nosso artigo tem como recorte a experiência de trabalho de cuidadoras sociais de uma entidade de acolhimento institucional que se localiza em Aracaju-SE, uma das capitais do nordeste brasileiro. Essas mulheres<sup>1</sup>, a depender do seu regime de trabalho, podem cumprir escalas ou realmente habitar os mesmos espaços que os acolhidos, caso que trataremos aqui.

Desde que foi comunicada a situação de pandemia, foram produzidas algumas normativas a fim de regulamentar o trabalho em serviços de acolhimento. Em abril de 2020, foi publicada a Recomendação Conjunta nº1/2020 a fim de dispor sobre os cuidados às crianças e adolescentes nesta situação diante do contexto de transmissão comunitária do novo Corona Vírus.

Neste documento, as cuidadoras são mencionadas no 5º inciso do primeiro artigo, justamente sob a recomendação de que, em sendo possível, elas possam alterar o formato dos seus vínculos de trabalho, passando mais tempo dentro das entidades, de forma a reduzir o nível de contaminação das crianças e dos adolescentes acolhidos. A recomendação não menciona, no entanto, como isso se contrapõe aos direitos trabalhistas dessas mulheres, menos ainda às suas próprias necessidades de serem acolhidas em seu núcleo familiar e/ou comunitário.

<sup>1</sup> Embora não seja o objetivo deste trabalho discutir as questões de gênero, há de se fazer notar a predominância ou mesmo a exclusividade de mulheres cisgênero executando a atividade de cuidadora, o que é indicativo de um lugar de cuidado geralmente relegado ao gênero feminino numa sociedade patriarcal.



Pensando a problemática do acolhimento institucional no contexto pandêmico atualmente vivenciado, e questionando-se especificamente sobre as trabalhadoras desses serviços, há que se perguntar sobre o acolhimento destas mesmas profissionais ante a situação de desamparo social generalizado que vivenciamos. Se de um lado é inquestionável que o serviço prestado por essas trabalhadoras é essencial e de inestimável importância para os acolhidos, não se pode olvidar das consequências indissociáveis da atuação profissional das mesmas e sobre as mesmas.

A nossa proposta, neste artigo, é a de apresentar uma visada geral acerca da experiência de trabalho dessas cuidadoras durante a pandemia em uma entidade de acolhimento institucional no município de Aracaju-SE. Tal apresentação é realizada a partir de duas narrativas compiladas por uma das autoras, que exerce a função de psicóloga nesse campo, e analisada a partir das lentes teóricas da psicossociologia, especialmente da linha francesa, e da interlocução com o campo da teoria crítica da psicologia social e da sociologia.

Dado o regime de trabalho das acolhedoras, estas pessoas abandonam seus lares, famílias e círculos sociais mais imediatos a fim de enfrentarem o confinamento juntamente com os acolhidos. Se, de um lado, o isolamento social inegavelmente causa transtorno àqueles que se confinam em seus próprios lares e entre os seus, quais consequências se pode imaginar que sejam atribuíveis às trabalhadoras que se distanciam dos seus núcleos familiares para habitar o local de trabalho?

A reflexão se faz relevante na medida em que a atividade dessas acolhedoras, a despeito de sua natureza, não abandona o caráter de atividade laboral. Assim, resta inescapável, a questão: quem haverá de acolher as acolhedoras?

## **DESAMPARO SOCIAL NA EXPERIÊNCIA DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

A prática profissional no campo do acolhimento institucional, no contexto pandêmico, permite-nos observar e colher vivências através das quais nos é dado identificar a incidência de certos elementos teóricos que podem nos ajudar a melhor compreender o fenômeno ora experienciado. Assim, esse texto se propõe a apresentar pequenas narrativas do cotidiano, tais quais elas são lidas pelos seus autores, a fim de ilustrar as discussões aqui propostas. Dentre as situações com as quais nos deparamos no campo em que se dá o acolhimento institucional, elegemos, aqui, a narrativa que se segue:



### *A mãe desamparada*

*Faleceu um dos meninos, contaminado pelo novo corona vírus. Era um dos acolhidos, mas era como seu filho, pois cuidara dele nos últimos anos e se afeixoara a ele. Ela precisava se manter forte, afinal, havia outros para cuidar. Fez o exame e testou positivo, assim como os outros acolhidos. Sua família a esperava em casa, mas ia precisar adiar o reencontro. Enquanto permanecia ali, no seu ambiente de trabalho, que era além disso um ambiente doméstico e de vínculos afetivos, precisava continuar a trabalhar, a acolher a dor dos outros. E a sua dor, quem acolheria?*

Ao intitular a narrativa caracterizando a mãe, como às vezes são chamadas as cuidadoras do serviço de acolhimento, de desamparada, lançamos mão de um conceito amplamente desenvolvido por Freud em 1930, em um de seus famosos textos sociais, nomeado “O mal-estar na civilização”. Ali, o autor vai afirmar, de princípio, que o sentimento de desamparo é vivenciado por todos os sujeitos humanos. Ao introduzir essa noção, Freud fala de uma necessidade constitutiva do ser humano de receber cuidado para a sua sobrevivência, embora esse cuidado não se resuma à condição de dependência do bebê, mas aponta, sobretudo, para a importância dos vínculos sociais na constituição de sua humanidade (Freud, 2010).

Segundo Birman (2005), é a partir dessa obra que Freud muda sua perspectiva de leitura sobre a relação do sujeito com o campo social ao qual pertence. Pautado na noção de conflito, que já consistia na base de toda a dinâmica psíquica pensada para o sujeito, o conceito de mal-estar vem introduzir a impossibilidade de um mundo em que todos os homens finalmente vivam em paz e harmonia, imprimindo aqui uma dimensão trágica:

Se na versão inicial o conflito poderia ser *curável*, digamos assim, na versão final seria necessária uma espécie de *gestão* interminável e infinita do conflito pelo sujeito, de forma tal que este não poderia jamais se deslocar da sua posição originária de *desamparo* (Birman, 2005, p.209)

O desamparo, portanto, é constitutivo e também social, pois diz respeito ao sujeito e também fala de um campo social em que ele está localizado. Em outras palavras, podemos dizer que as “[...] necessidades elementares e universais não são apenas o alimento e o abrigo, mas, principalmente, a necessidade de participar de alguma forma da vida na sociedade” (Tavares, 2014, p.181). Participar da vida social, entretanto, parece carregar um elemento similar ao do abrigo, qual seja, o de sentir-se acolhido entre os seus. Assim, retomando a narrativa anteriormente apresentada, nos perguntamos se o isolamento da cuidadora na casa consistiria num alijamento dela dos seus pares. Quais seriam, então, as consequências geradas a partir disso?



Para Castel (1998), o pertencimento comunitário e a existência ou não de vínculos de trabalho compreendem dois elementos fundamentais para que sejam vislumbradas as possibilidades de suporte de que dispõe o sujeito para sua inserção em um campo social. Contrariando a noção de exclusão social, que implica em apenas duas possibilidades de cidadania, quais sejam as de estar dentro ou fora da sociedade, o autor propõe o conceito de desfiliação, no qual está implicada uma grade que vai desde os amplamente filiados aos completamente desfiliaados. Carreteiro (2003) recorre a outro conceito do mesmo autor, o de “indivíduos por falta” para indicar a existência de sujeitos que, desprovidos de suportes objetivos que lhe viabilizem condições para uma vida autônoma, enfrentam maiores probabilidades de experimentar o sofrimento social, ali entendido a partir de algumas de suas dimensões, como a humilhação, a vergonha e a falta de reconhecimento. Tal sofrimento, geralmente invisibilizado, por isso mesmo costuma inviabilizar quaisquer possibilidades de compartilhamento e de compreensão coletiva dele (Carreteiro, 2003).

A questão posta aqui é a de se essas cuidadoras, dado o seu duplo vínculo com o seu campo de trabalho, em sua dimensão afetiva e em sua dimensão laboral, propriamente dita, encontram ali os suportes necessários para enfrentamento e compartilhamento do seu sofrimento. Indo um pouco além, cabe ainda perguntar sobre as possibilidades de autonomia e de gerenciamento de suas necessidades, dado que elas precisam ficar muitos dias confinadas em seu ambiente de trabalho a despeito de seu desejo de estar com os seus. O conceito de “prejuízo grave”, cunhado por Doyle e Gough, diz respeito a essa problemática, aqui notadamente delineada a partir de uma insatisfação gerada pela não participação social e os consequentes impedimentos subjetivos associados à perda de autonomia (Tavares, 2014, p.186).

O sofrimento dessas mulheres é levado a outro patamar quando nos deparamos com um vírus que não consegue ser ainda compreendido pela ciência e ameaça devastar os lugares por onde passa. Embora a sua ameaça seja generalizada e as fantasias de perda e de morte acabem perpassando todas as existências, é preciso colocar em destaque o sofrimento daqueles que estão impossibilitados de fazer seus lutos e de vivenciar sua dor como coletiva. O desamparo encontra aí um recorte social muito bem delimitado e ameaça algumas vidas, biológicas e subjetivas, mais que a outras.

## **O OLHAR DO OUTRO COMO CONDIÇÃO DE EXISTÊNCIA SOCIAL**

Outras histórias evocam ainda novos elementos teóricos que nos permitem compor esse mosaico de experiências. A narrativa abaixo remete a situações em que exclusão social, saúde mental e o contexto pandêmico que vivenciamos hoje se entremeiam, a fim de pintar um quadro muito peculiar.



Ei-lo:

*Aquela que traz a peste*

*Depois de vários dias acompanhando um dos adolescentes, diagnosticado com Covid19, finalmente chega o dia de sua folga e, apesar das recomendações institucionais de que permaneça em quarentena com os outros acolhidos, cujos exames ainda não haviam obtido resultados, ela resolve voltar à sua comunidade, garantindo ter um espaço de isolamento, de forma a não contaminar os seus. Ali, onde acreditara ser possível sentir-se em casa e acolhida, soubera que não era mais bem-vinda, pois trazia a peste. Para além de permanecer só, como medida de segurança, encontrou uma solidão extrema, advinda da rejeição de familiares e vizinhos que, receando a contaminação, condenavam-na antes por lhes trazer o vírus e, ulteriormente, por tê-lo contraído. Temendo tais condenações e as recorrentes agressões verbais que passara a receber da comunidade onde cresceu, a dimensão do isolamento alçou novos patamares, obrigando-a a permanecer enclausurada, com as janelas da casa fechadas, submetida a forças mais cogentes que as recomendações oficiais.*

Todos os grupos sociais possuem regras convencionadas com a finalidade de viabilizar a convivência coletiva. Tais normas podem ser de caráter formal (aquelas editadas pelo Estado) ou informais, decorrentes de práticas diárias (Machado, 2020, p.101). A violação destas normas gera consequências para o sujeito que as infringe, sejam estas consequências de ordem jurídica, ou outros tipos de sanção, como o ostracismo social, em se tratando de normas informais (Becker, 2008).

No caso supramencionado, observamos que a conduta dos membros daquela comunidade, ao materializarem uma norma não escrita sobre a contaminação pelo vírus, se constituem em norma muito mais eficaz, e cuja violação gera para aquele que a inobserva consequências imediatamente perceptíveis. A trabalhadora em questão se viu isolada socialmente tanto mais pelas hostilidades dos sujeitos do seu entorno social do que pela simples vontade de observância das diretrizes estatais. O isolamento ao qual ela se submeteu foi muito menos voluntário que uma condição imperativa do ostracismo que lhe fora imposto.

Algumas regras informais, embora careçam de imposição coercitiva por parte do Estado, se constituem em elementos basilares da estrutura de dado grupo social e da percepção que este grupo tem do mundo circundante. Assim, a violação de uma regra deste tipo gera uma instabilidade social muito maior do que a inobservância de certas regras formais, o que se justifica por a violação a tais regras informais se constituir em atentado à própria realidade social daquele grupo. A tais regras nomeamos de normas de sustentação de realidade social: “As normas de sustentação de realidade, mais que ditar simples condutas, prestam-se a manter uma certa estrutura de realidade [...]” (Machado, 2020, p.101) de modo que a violação destas normas “[...]”



atenta contra as próprias bases de uma verdade-realidade que se encontra alicerçada nesta norma” (Machado, 2020, p.101).

A comunidade à qual essa trabalhadora se via pertencente e para a qual regressou a fim de ali executar seu isolamento social, havia constituído para si certo conjunto de normas que davam sustentação a uma realidade crível: enquanto pequena comunidade do interior, o seu isolamento físico-geográfico a havia mantido esquecida das políticas públicas e das ingerências do poder público até então. Tal condição se converteu, no contexto da pandemia, num mecanismo de defesa para a manutenção da saúde física de seus membros, de modo que enquanto mantida, essa condição era precisamente o que os protegeria da contaminação do vírus que assolava o “mundo exterior”. Acreditavam, portanto, que sua saúde estaria assegurada por meio de um “isolamento comunitário”, aqui entendido como distinto da recomendação oficial de isolamento social, pois se trataria de um isolamento do mundo externo vivenciado em conjunto, a partir da consolidação de um grupo local que permanece protegido entre os seus. A chegada da cuidadora, vinda da capital, onde se multiplicam os casos de contaminação, viola a regra constituída na comunidade que a rejeita.

Os grupos sociais tomam para si regras que, objetivando viabilizar a convivência entre seus membros, define certos comportamentos como “corretos/adequados/aceitáveis” e outros comportamentos como “incorretos/inadequados/inaceitáveis” (Becker, 2008, Locais do Kindle 181-184). Estabelecidas estas regras, o sujeito que as violar será tomado como “um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo” (Becker, 2008, Locais do Kindle 181-184) e, portanto, um outsider. Há de se compreender que a simples violação de uma norma, formal ou informal, não é bastante para converter o indivíduo infrator num outsider, mas é necessário que a infração da norma cause uma desordem social tal que ameace a estrutura social e sua percepção de realidade. Assim, o rótulo de outsider não pode ser conferido objetivamente, pautando-se pela simples conduta do agente que infringe a norma, mas depende fundamentalmente do olhar do “outro”, que o lê como uma ameaça àquela realidade social.

A chegada da cuidadora àquela comunidade constituiu violação à norma de sustentação de realidade por ela instituída. Porque como adviesse de outra cidade, onde havia um grande número de infecções constatadas, a presença da cuidadora atentava contra o ideal de pureza que acreditavam sustentar enquanto se mantivessem isolados. A norma não escrita que a trabalhadora violava com a sua presença era tão mais cara para aquela comunidade que quaisquer normas de caráter formal, de modo que a sua inobservância gerava instabilidade naquele seio social, convertendo a cuidadora em questão em verdadeira outsider, este sujeito, alijado de pertencimento social.



## **DO SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO E DA NECESSIDADE DE RECONHECIMENTO**

Continuaremos aqui costurando as narrativas apresentadas ao arcabouço teórico que nos serve de suporte enfatizando, a partir desse ponto, as questões de pertencimento e reconhecimento e sobre como este último pode contribuir para o desenvolvimento do primeiro.

Rosana Carneiro Tavares (2014), analisando a obra de Doyal e Gough, sustenta a importância de se estabelecer certas necessidades humanas que sejam universais e atemporais para fins de políticas públicas, status ao qual são alçadas a Saúde Física e a Autonomia. Tais necessidades estariam indissociavelmente ligadas à ideia de “Prejuízo Grave”, mencionada anteriormente.

Neste sentido é que Tavares (2014) afirma que para a Psicologia Social Crítica, “o sofrimento humano tem uma dimensão simbólica que não é resultante apenas da dificuldade material de sobrevivência, mas, essencialmente, do sentimento gerado pela exclusão, pelo não se sentir fazendo parte da sociedade” (Tavares, 2014, p.186). Sentir-se pertencente a um grupo social, é, portanto, elemento essencial à saúde física e à autonomia do sujeito.

Nas duas narrativas apresentadas, vislumbramos situações de quebra dos vínculos sociais. Aliás, numa delas, verifica-se situação de desfiliação social pelo rompimento do pertencimento comunitário. As duas narrativas diferem essencialmente pela voluntariedade ou não do sujeito em ver-se segregado, visto que numa delas, a cuidadora opta por permanecer na entidade de acolhimento, uma vez confirmada sua contaminação, a fim de preservar os membros de seu núcleo familiar, enquanto na outra, a cuidadora é enxotada da possibilidade de pertencimento social face à sua potencial contaminação.

Por inegável que possa ser o sofrimento decorrente da segregação, ainda que voluntária, é certo que, poder optar por ver-se segregado de seu seio social, se constitui em exercício da autonomia. Assim, podemos supor que, para uma das cuidadoras que protagonizam nossas narrativas, enfrentar o sofrimento decorrente do isolamento de sua família e de sua comunidade seja menos duro do que para a outra, que é rejeitada pelos seus.

Nessa esteira, Tavares (2014) aponta que será adoecido o sujeito que tenha diminuída ou eliminada sua capacidade de agir no e sobre o mundo, em sociedade, o que se relaciona com uma das variáveis às quais ela atrela a ideia de autonomia: as possibilidades objetivas de ação. Para que se efetive, ao sujeito devem ser apresentadas oportunidades de escolhas significativas. Isso porque “aqueles sujeitos a quem se negam oportunidades significativas de escolha veem sua liberdade e autonomia limitadas” (Tavares, 2014, p.194).

Ainda em relação à autonomia, além das já mencionadas possibilidades objetivas de ação, a autora aponta duas outras variáveis, quais sejam o grau de compreensão que uma pessoa tem de si mesma e de sua cultura e a sua



capacidade psicológica de definir prioridades para si (Tavares, 2014, p.190). Enfatizamos que, ao definir o que seja o grau de compreensão de si e de sua cultura, Tavares aponta que este “depende dos ensinamentos que o sujeito recebeu, ou seja, da sua interação com outros indivíduos, da sua possibilidade de participação social” (Tavares, 2014, p.190). É dizer, quanto mais o sujeito se sinta pertencente a um grupo social e com ele interaja, introjetando seus valores e normas, mais se aperceberá de si e de seu lugar naquele seio social, desenvolvendo condições de se posicionar ativamente e de agir no mundo.

Assim, a noção de pertencimento se articula com as possibilidades que o sujeito tem de compartilhar com o seu grupo a sua cultura, os seus valores e também o seu sofrimento (cf. Carretero, 2003). Lembramos a gradação de filiação social que Castel (1998) edifica, pautada sobre a inserção comunitária e o vínculo de trabalho. Na sua construção, quando um desses suportes falta, mas o outro permanece, encontramos um sujeito que não é de todo desfilado.

Parece-nos que esse é o caso das duas personagens que descrevemos nesse trabalho. Ambas são alijadas de seus suportes comunitários, embora uma delas esteja distante de sua família por uma escolha e provisoriamente, e ambas permanecem vinculadas ao seu trabalho. Resta, portanto, nos questionarmos sobre as potencialidades que o espaço de trabalho possui para contribuir na construção de suportes sociais para essas trabalhadoras.

Traremos, para pensa-lo, o conceito de reconhecimento. Axel Honneth (2001), ao retomar a teoria hegeliana, afirma que o reconhecimento é fato público, associado à validade social, à confirmação social da existência de um indivíduo. Já Enriquez (1994), ao falar de vínculos grupais, diz, acerca do reconhecimento, que haveria duas maneiras possíveis de vivenciá-lo: pelo reconhecimento do desejo e pelo desejo de reconhecimento. Sobre o primeiro, associado ao desejo subjetivo e narcísico, afirma:

Se ele faz parte do grupo, não é só porque quer realizar um projeto coletivo, mas sobretudo porque pensa que é com essas pessoas e não com outras, graças a esse imaginário comum e não a outro, que pode chegar a tornar seu desejo reconhecido em sua originalidade e em sua especificidade, tornar seus sonhos reais, fazer-se aceito em sua diferença irreduzível, em seu ser insubstituível (Enriquez, 1994, p. 62).

O desejo de reconhecimento, por outro lado, diz respeito à identificação com um grupo, com seus pares. Nesse sentido, o autor completa: “mas, em um grupo, o sujeito não quer apenas expressar seu próprio desejo; quer, igualmente, ser reconhecido como um de seus membros.” (Enriquez, 1994, p. 62).

Compreendemos que o reconhecimento está imbricado na construção do sentimento de pertencimento. Dada a situação das cuidadoras já mencionadas, que se encontram alijadas dos seus espaços de pertencimento social,

resta-lhes buscar um sentimento de pertencimento no trabalho. Assim, refletindo sobre como a esfera laboral poderia buscar mecanismos para atender à necessidade de reconhecimento destas cuidadoras, consideramos que, de um lado, há de se observar a abdicação, em sua maior ou menor voluntariedade, de seus espaços sociais a fim de estarem, neste momento, dedicando-se ao ambiente de trabalho.

Desta constatação, desdobram-se as possibilidades de atender ao seu desejo de reconhecimento. Reconhecer o sacrifício dessas mulheres em se dedicarem ao cuidado de outros em detrimento do seu próprio cuidado e do cuidado dos seus, é, em certa medida, atender a sua necessidade de serem reconhecidas no seu desejo, é dizer, é reconhecer a singularidade da atividade que desenvolvem e do seu comportamento diante de um cenário de incertezas.

De outro lado, estas cuidadoras desejam sentir-se pertencentes a um grupo. Tão mais forte se faz essa necessidade, quanto mais se vejam alijadas de seus núcleos familiares e comunitários, pois este distanciamento faz fortalecer a premência de se identificar a uma outra comunidade. Reconhecer-se parte de um grupo, com quem é possível compartilhar a experiência e mesmo o sofrimento, produz enfim o sentimento de não estar só.

Dadas essas considerações, e inspirados na leitura de Souza (2019), poderíamos indicar, portanto, que nesse campo de trabalho, o reconhecimento pode vir de diversos pontos. Ele pode se dar a partir dos seus pares, conforme ao cumprimento do seu desejo de reconhecimento, por meio da acolhida entre suas colegas cuidadoras. Estas, ao compartilhar o mesmo contexto de trabalho, resguardadas as especificidades de cada experiência subjetiva, imprimiria ali o sentimento de comunidade. O reconhecimento pode vir ainda das suas relações com a equipe técnica e com os gestores, representando o reconhecimento institucional acerca da importância do seu trabalho e do papel desempenhado individualmente por cada uma delas, bem como, finalmente, ele pode vir dos próprios usuários, as crianças e adolescentes, o que se apresentaria a partir da afetividade sentida e dedicada mutuamente entre cuidadoras e acolhidos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Inegavelmente, a pandemia do Covid19 produziu efeitos nas relações interpessoais, bem como no sentimento de pertencimento dos sujeitos. No que se refere às profissionais do sistema de acolhimento, tais efeitos se materializam num afastamento tanto físico quanto afetivo de seus núcleos familiares e comunitários, diminuindo-lhes a autonomia e mitigando-lhes, muitas vezes, este sentimento de pertencimento.



As cuidadoras, enquanto trabalhadoras do sistema de acolhimento, em razão do caráter do serviço e em observância às recomendações publicadas como respostas às possibilidades de contágio pelo novo corona vírus, são cobradas a permanecerem muito tempo no seu espaço de trabalho e podem se sentir frequentemente desamparadas, ao passo que se lhes exige o acolhimento das demandas afetivas dos usuários.

Neste trabalho, quisemos apresentar essas questões a partir de narrativas que pudessem ser alegóricas dos sentimentos das trabalhadoras e que nos permitissem pensar os efeitos imediatos do isolamento social entre elas. Para tal, atravessamos os conceitos de desamparo e de sofrimento social a fim de pensar nas suas possibilidades coletivas de vivência e de compartilhamento de sua experiência. Passamos ainda por discussões acerca das regras informais construídas em uma comunidade para pensar sobre o caso emblemático de uma das cuidadoras que, potencialmente contaminada pelo vírus, sofre uma ruptura em seus vínculos comunitários, tornando-se, então, uma outsider. Por fim, retomamos a concepção de pertencimento social e a articulamos à noção de reconhecimento no trabalho a partir de suas possibilidades de cumprir uma função de suporte social.

Ações estatais positivas objetivando materializar o reconhecimento institucional da atividade laboral das acolhedoras se fazem necessárias a fim de atender a demanda do desejo de reconhecimento bem como em níveis mais específicos de atuação, do reconhecimento de seus desejos. Se de um lado não conseguimos imaginar mecanismos imediatos para que este reconhecimento se manifeste por parte dos usuários, de outra ponta, é perfeitamente alcançável que se o faça em nível horizontal, entre os pares, bem como dos gestores para com as pessoas por eles geridas. Não se trata de uma panaceia, mas de implementação de vias possíveis de atuação para, senão sanar, ao menos minorar o sofrimento psíquico e social dessas trabalhadoras.

## REFERÊNCIAS

- Becker, H. S. (2008). *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Jorge Zahar.
- Birman, J. (2005). O Mal-Estar na Modernidade e a Psicanálise: A Psicanálise à Prova do Social. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, 15(Suplemento), 203–224.
- Carretero, T. (2003). Sofrimentos Sociais em Debate. *Revista de Psicologia da USP*, 14 (3), pp.57-72.
- Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 20 de junho, 2020, de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)



Castel, R. (1998). *As metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Enriquez, E. (1994). O vínculo grupal [Le lien groupal – 1983]. In: Levy, A., Nicolai, A. Enriquez, E. Dubost, J. *Psicossociologia, análise social e intervenção*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In: *Obras completas, vol 18, O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Honneth, A. (2017). *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34.

Machado, R. C. (2019). *Existências Transgressoras, Epistemologias Divergentes: Corpos Trans, Resistências e Direitos Humanos [Dissertação]*. Universidade Tiradentes.

Tavares, R. C. (2014). O sentimento de pertencimento social como um direito básico e universal. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, 15(106), 179–201. <https://doi.org/10.5007/1984-8951.2014v15n106p179>

Recomendação nº 1 de 16 de abril de 2020. (2020). Dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid-19), em todo o território nacional e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 02 de junho, 2020, de: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/REC/recomendacao-conjunta-01-20-MC.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/REC/recomendacao-conjunta-01-20-MC.htm)

Souza, C. (2019) *Análise Sócio-Clínica com Trabalhadores de Creas em Aracaju/Se: Paradoxos, Contradições e Construção de Espaços de Fala e Redes de Cuidado*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.





# A VIDA NÃO É UMA QUANTIDADE: FRAGMENTOS FILOSÓFICOS SOBRE A GOVERNANÇA PELOS NÚMEROS

JEAN-PHILIPPE BOUILLOUD  
GHISLAIN DESLANDES

A escolha que nossas sociedades fizeram, pela primeira vez na história, em favor da preservação da vida contra a preservação da saúde da economia, revelou duas coisas: de um lado o progresso na humanidade da humanidade e, de outro o limite do culto aos números, tal como se pratica nas organizações contemporâneas, de outra parte. Para as "ciências da gestão" essa escolha coloca então, com urgência, a seguinte questão: estamos certos ou errados em dirigir nossas organizações usando "painéis de controle" estatísticos, permitindo assim que os dados assumam o comando? Nesse texto, gostaríamos de analisar historicamente e filosoficamente o crescimento do poder dos números em nossas sociedades, e em nossas organizações transformadas em "calculocráticas". Em seguida, tentaremos definir o que constitui a expressão contemporânea, a saber, "a governança pelos números" (Supiot, 2015), antes de propor caminhos de pesquisa para a renovação da gestão em um momento da "incalculabilidade" do desastre sanitário.

## **A apoteose do número, abordagem histórica**

O número é historicamente central na modernidade ocidental, porque ele foi, ao mesmo tempo, um espaço de reflexão filosófica e científica, e percebido igualmente como uma das chaves do mundo (Everett, 2019). Assim, de acordo com a tradição, foi escrito no portal da Academia de Platão "que ninguém entra aqui a menos que seja um geômetro" ("*mèdeis ageômetrètos eisitô mou tèn stegèn*" (Platão, 1966, p. 445). Platão também dirá na República que a aritmética, a ciência dos números, é, como o cálculo, "capaz de levar à verdade" (Platão, 1966, p. 284), porque toca na própria essência das coisas e, além disso, no livro VII, a aritmética tem precedência sobre a geometria. As teorias e filosofias sobre números desde os tempos antigos sintetizam muitas influências, tanto nos números como ferramentas, mas também como símbolos e como chaves para a interpretação do mundo. Eles eram fundamentais na educação, porque na tradição antiga e medieval de Boécio distinguimos as quatro "disciplinas numéricas": aritmética, geometria,



astronomia e música (percebida como disciplina numérica, de acordo com a tradição pitagórica) (Mattéi, 2001)), que constituem o quadrivium, das três disciplinas do logos, o trivium, que representam dialética, retórica e gramática (Rouche, 2003, p.169).

Esse fascínio ocidental por números vai se desdobrar manifestamente, a partir do Renascimento e da era do Iluminismo, e é incorporado em uma apoteose da ciência, cujo exemplo mais puro será a física, a matematização da realidade incorporada pelas leis. A administração está envolvida desde o início nesse culto aos números: Luca Pacioli, que popularizou a contabilidade de entrada dupla a partir de 1494 (Pacioli, 1494, p. 1), é sobretudo um matemático que herdou uma tradição antiga e é fascinado pela "proporção áurea", a "proporção divina" (Pacioli, 1509), que é tanto uma ferramenta para a arquitetura ou para as artes, quanto um símbolo herdado do hermetismo antigo (Neveux & Huntley, 1995). A mudança copérnica induzida por F.W. Taylor e F. Gilbreth, pela busca do "melhor caminho" (Taylor, 1990/1902), no final do século XIX, através de uma concepção "científica" da repartição de tarefas e trabalho (gestão científica) formalizará a importância dos números e da avaliação em todas as áreas da gestão (Power, 1999).

A passagem que se deu, em meados do século do Iluminismo, das sociedades tradicionais para as sociedades fundadas na Razão, refletia o desejo de emancipação evocado por Kant em "O que é o Iluminismo" (Kant, 1985/1784, pp. 209-217). Esse domínio da Razão através da supremacia da ciência foi uma promessa de justiça e libertação que atravessará todo o século XIX e XX (Bouilloud, 2012): lembremos que Lenin era um grande leitor de Taylor e escreveu artigos no Pravda sobre Taylor já em 1913 (Lenin, 1913, pp. 594-595; Scoville, 2001). Isso chega até nós como uma "paixão avaliativa" (Amado & Enriquez, 2009), que não apenas diz respeito aos campos financeiros ou técnicos da administração, mas também invade os campos da administração e RH, que durante muito tempo pareciam protegidos dessa numerização generalizada. Os atores do setor econômico estão totalmente envolvidos nesse movimento: Vidaillet (2012) mostrou claramente os medos, mas também os desejos de todos serem avaliados, se possível "bem", e a ambivalência demonstrada pelos que trabalham com essas cifras de avaliação. Certamente, qualquer avaliação é uma fonte de controle, um sinal de uma "extensão social da norma" (Foucault, 2001, p. 74), uma restrição adicional que dificulta as liberdades enquanto, ao mesmo tempo, é percebida como fonte de justiça, um instrumento de reconhecimento, principalmente de nossos méritos, e ferramentas de emancipação, porque nos permite não sermos enganados, para revelar o lado oculto das cartas ou uma realidade que nos foi escondida até agora. Portanto, nossos telefones e computadores estão cheios de aplicativos que avaliam, comparam e nos dão acesso às



tarifas mais baratas de voos, hotéis ou outros serviços, e nos dão a sensação de estarmos mais informados e, portanto, de escolhermos melhor.

De fato, como Weber (1995) observou, o poder é regularmente obrigado a encontrar novas maneiras de expressar sua legitimidade racional e legal. É interessante observar o papel principal que a medição e a objetificação quantitativa desempenharam durante muito tempo, e ainda desempenham, nesse processo de desafiar a autoridade tradicional. Esse modo de legitimação é construído em torno de um "resultado" a ser alcançado, ditando a maneira como a organização será "governada", uma vez que o objetivo, consagrado nos critérios de avaliação numérica, serve como uma ferramenta para direcionar as atividades dos gerentes e suas equipes. Portanto, a medição substitui o julgamento, uma vez que a medição é, em última análise, uma forma de julgamento (Dujarier, 2015). Em outras palavras, a governança por números tende a impor um estilo de gestão normativo e inequívoco, que deixa pouco espaço para interpretações ou opiniões conflitantes.

### **A ilusão do número, abordagem filosófica**

A crítica que Nietzsche (1972/1891) faz à dominação dos números na modernidade se inscreve em uma denúncia mais ampla da centralidade do trabalho, da corrida pelo consumo e pelos ganhos materiais, que são o sinal da modernidade consumista. Os números, segundo ele, já são poder e força: "Onde há força, os números acabam se tornando mestres, porque são eles que têm a força maior" (Nietzsche, 1972/1891, p.263). Os números se impõem, são impostos, permitem sair do fluido do indefinido, do inumerável. Os números encerram qualquer debate pela sensação de espaço finito que eles supõem: fazer a contagem, quantificar, é começar a controlar - os auditores das empresas sabem disso muito bem. Mas ocorre também que os números são uma construção humana um tanto ineficaz, porque os números se baseiam em um pressuposto de que as coisas têm uma identidade estritamente definida, hipótese contestada por Nietzsche (1972/1891). Para contar, você precisa apagar as diferenças, juntando entidades que são singulares e, portanto, diferentes, esquematizar ou simplificar:

Em todas as afirmações científicas, inevitavelmente sempre contamos com algumas quantidades falsas; mas como essas magnitudes pelo menos são constantes, por exemplo, nossa sensação de tempo e espaço, os resultados da ciência adquirem, da mesma forma, uma precisão e certeza completas em suas relações mútuas; podemos continuar contando com eles - até o ponto final em que a hipótese básica errônea, essa falha constante, entra em contradição com os resultados. (Nietzsche, 1993/1878, p.453).



Os números nos levam a disfarçar a realidade e, para Nietzsche, essa situação é inerente aos modelos e representações que precisamos construir para pensar o mundo no qual estamos. "Para um mundo que não é nossa representação, as leis dos números são totalmente inaplicáveis: elas são válidas apenas no mundo do homem" (Nietzsche, 1993/1878, p. 454)

Mas sua crítica se aplica também à nossa modernidade quantificada e inclui o lugar da ciência, a obsessão pelo trabalho e a subjugação do tempo às injunções modernas. Para Nietzsche, estamos vivendo cada vez mais em um tempo limitado e contabilizado, no que Morin chamou recentemente de "confinamento do imediatismo". Assim, para Nietzsche (1982/1882), nosso mundo moderno, onde "só conseguimos pensar com o relógio na mão, como almoçamos, o olhar fixado nos boletins da bolsa de valores - vivemos como alguém que constantemente" poderia perder "alguma coisa" (Nietzsche, 1982/1882, p. 219). Esse mundo no qual se desenvolve a quantificação, a quantofrenia, é um modo de coisas, alienante, como diria outra tradição, enfim, atinge uma dimensão íntima, irreduzível do homem, a de sua dignidade.

### **O que é "governança por números"?**

Na visão de Alain Supiot (2015), o uso cada vez mais difundido do termo "governança" pode estar diretamente ligado ao crescente poder dos dados na sociedade contemporânea, uma preeminência alcançada às custas da lei. Supiot (2015) é um estudioso do direito especializado no mercado de trabalho e considera a governança um sistema socioeconômico baseado em cálculos. Nesse sistema, a própria lei é substituída por cálculos de utilidade. Mas esse "sonho de harmonia" através de cálculos tornou-se uma reserva das democracias liberais, que também adotaram os cálculos econômicos como a principal força reguladora de seus sistemas políticos.

Em sua análise, entretanto, o problema com os modos atuais de governança - nas esferas, política, pública e privada, internacionais - é que eles se baseiam exclusivamente em uma abordagem quantitativa dos problemas, mesmo com relação aos valores culturais e civilizatórios que são, por definição, não quantificáveis. Ele cita como exemplo o modo como o pensamento econômico invadiu as atitudes contemporâneas em relação à prática do direito, enquanto, simultaneamente, absorve influências de certas teorias da administração, como a teoria dos jogos, e que, por definição, "não deixaria espaço para alguém como Jean Moulin, nem qualquer outra pessoa que, para o bem ou para o mal, considere certos valores mais importantes que a própria vida" (Supiot, 2015, p. 192). Mas, como ele se esforça para apontar, "não é a matemática que governa as alianças formadas pelos seres humanos, é a necessidade de encontrar um equilíbrio entre as diferenças em nossos trabalhos e a similaridades de suas necessidades". (id.: 116).

O filósofo Emmanuel Kant (1785/1785) poderia fornecer reforço teórico a essa crítica. De fato, o pensador alemão tem uma fórmula muito feliz nos Fundamentos da Metafísica dos Costumes) opondo o que tem um preço e o que não tem "equivalente", ou seja, o que tem uma "dignidade":

"No reino dos fins, tudo tem um preço ou uma dignidade. O que tem um preço pode ser substituído por outra coisa, como equivalente; pelo contrário, o que é superior a todos os custos e, portanto, não admite um equivalente, é o que tem dignidade". (Kant, 1785/1785, p.301).

No entanto, na governança por números, tudo é incluído no reinado do preço, incluindo o que existe como "dignidade" (Bouilloud, 2012), o que representa um "fim em si": não existe mais lugar, de certo modo, que não seja apenas para uma generalização do preço, em uma ilusão de justiça que envolve o uso dos números e o recurso à avaliação.

Em outras palavras, a governança por números tende a impor um estilo de gestão normativo e inequívoco, que deixa pouco espaço para interpretações ou opiniões conflitantes. Isso, por sua vez, dá origem a uma interpretação errônea do termo "mensuração" quando usado em um contexto de gerenciamento, como o próprio Supiot (2015, p. 120) aponta, visto que muitas vezes "negligencia a importância das regras de quantificação". Em outras palavras, os processos de compilação, comparação e interpretação que são inerentes à "mensuração" geralmente estão ausentes dos processos de governança, já que acabam se aplicando aos funcionários. Como Desrosières (2000) mostrou, o objetivo político final da quantificação é muitas vezes indiscernível, apesar de permanecer como a justificativa final de todo o processo. As práticas quantitativas nas organizações, apresentadas como obrigações contábeis, revelam-se, assim, uma forma de justificativa *ex post* que é realmente dirigida por suas próprias considerações intrínsecas.

### **Conclusão: do "gerente suficientemente bom" às virtudes do desaprender**

Finalmente, se a ciência se sente à vontade com a incerteza<sup>1</sup>, a política não. A ciência pode aceitar a indecisão por um longo tempo, e há conjecturas famosas que permanecem não comprovadas, às vezes por séculos, como o famoso teorema de Fermat. Muito diferente é o mundo da política, onde as decisões devem ser tomadas e não poderiam aguardar por uma indecisão duradoura.

<sup>1</sup> A ciência professa incerteza: do *experimento crucis* de Francis Bacon (2000), a experiência crucial que tornará possível saber o que está envolvido em uma hipótese, até a teoria de Popper, que argumenta que tudo é "*conjecturas e refutações*", o incerto está na fonte da exploração científica, é o seu próprio motor. Para Popper (1998), além disso, nunca há certeza, senão negativa: uma teoria está sempre em suspenso, ameaçada de ser destronada por uma nova teoria que a ultrapasse, a invalide ou a torne obsoleta.



A administração situa-se, de fato, entre esses dois modelos: ela procede, por um lado, de um conhecimento que se pretende científico e, por outro, enfrenta a necessidade de decisão para administrar a polis organizacional diariamente. Nisso, o modelo de racionalidade limitada de March e Simon (1958). representou um esboço realista dos modos de funcionamento na tomada de decisões das organizações, que aparece como uma versão degradada de um ideal racional - uma escolha satisfatória e não ótima - e gravada ao longo do tempo, à medida que as informações se tornam disponíveis. A crise atual é uma ilustração perfeita disso: nossos líderes e os de instituições internacionais, neste contexto de crise sanitária, tomam decisões cotidianas que consideram satisfatórias, sem a certeza absoluta de terem tomado a melhor decisão.

No entanto, deve-se lembrar que em tempos de incerteza, apenas a dignidade pode servir de bússola: os números não são mais suficientes, eles não conseguem esconder sua incompetência para governar, porque assimilam com muita facilidade o custo e o valor. O valor de um funcionário (enfermeiro, médico etc.) na cadeia dos cuidados, não está diretamente relacionado ao seu salário, e uma máscara ou capa de proteção não são caras, mas são extremamente valiosas para as vidas que protegem ...

Finalmente, vemos que a figura do "gerente suficientemente bom" (Deslandes, 2020) e sua compreensão humana do controle parecem infinitamente preferíveis a uma situação em que nossas capacidades críticas tenham sido totalmente sacrificadas ao poder dos algoritmos e às normas dos valores numéricos. Em suma, recusar-se a perder a fé em nosso julgamento, parece ser um pré-requisito essencial quando se trata de resistir à tentação de entregar o controle aos painéis de governança pelos números e os cálculos infinitos de governabilidade algorítmica, e ao invés disso, manter o poder de agir nas mãos humanas. Essa visão se baseia não apenas no fato das organizações serem moldadas por uma série de fatores que não são quantificáveis imediatamente (a satisfação de alcançar um objetivo, a solidariedade entre os indivíduos, o desejo de reconhecimento etc.), mas também em uma consideração mais fundamental, a saber, que estatísticas e programas de computador são inúteis, a não ser quando acompanhados de um "uso esclarecido dos números" (Charolles, 2016, p. 100).

Em resumo, quando descrevemos dados numéricos como um meio de "chegar à verdade" sobre uma organização, o que realmente estamos descrevendo é a possibilidade, que transcende os próprios números, de compreender a maneira como esses dados foram projetados e construídos. Sem essa leitura crítica, esse senso de perspectiva, corremos o risco de confundir números com realidades ontológicas essenciais, quando na verdade elas são simplesmente símbolos de equivalência abstrata. Somente



uma abordagem crítica para administrar organizações, que deixa espaço suficiente para os gerentes exercerem suas faculdades de julgamento, pode dar significado a números.

Que primeira lição podemos aprender aqui para nosso ensino de gestão? De fato, se queremos que os gerentes "gerais" produzidos pelas Escolas de Negócios, se tornem especialistas, como residentes nas faculdades de medicina, desenvolvendo seu conhecimento interdisciplinar, sistêmico e abrangente, precisamos reconsiderar seriamente o papel da cultura e das humanidades no treinamento em gestão. Nesse sentido, os signatários do Manifesto de Engenharia Crítica (<https://criticalengineering.org>, recuperado em 20 de maio de 2020), principais engenheiros preocupados com os riscos do "bio-higienismo algorítmico", representam uma fonte de inspiração para uma nova visão da educação gerencial.

Uma fonte potencial de desautomação também pode ser encontrada nas recomendações de Ordine (2017), um crítico literário italiano e especialista reconhecido em Giordano Bruno e o Renascimento, que defende uma nova filosofia da educação, rejeitando indiretamente o utilitarismo educado e culto dos números que atualmente domina a maioria dos estudos de gestão. Ordine (2017) argumenta que o inútil faz tanto parte da humanidade quanto o útil: as ciências, as artes e todas as outras formas de curiosidade intelectual e espiritual não são necessariamente dependentes de ideias de utilidade, e é precisamente isso que as torna importantes; de fato, essa capacidade de transcender considerações utilitárias é uma prerrogativa essencial e um privilégio da humanidade. Daí a importância, na visão de Ordine (2017), de garantir que nosso sistema educacional não "destrua gradualmente a memória do passado, as humanidades, as línguas clássicas, o ensino, a pesquisa livre, a criatividade, a arte e o pensamento crítico".

O livro de Ordine (2017) contém uma lição útil para nossos propósitos (como acadêmicos e educadores em administração): antes de considerar sua utilidade para o sistema, é importante que os gerentes se lembrem de que sempre haverá uma certa porção de sua experiência de trabalho que é resistente à quantificação. Por exemplo, a satisfação de concluir um projeto, a assistência recíproca entre os membros de uma equipe, a frustração que às vezes sentimos no trabalho: nada disso é imediatamente quantificável, calculável ou lucrativo. Há algumas coisas, como respeito e dignidade que nossos sistemas "calculocráticos" e suas obsessões pela utilidade nunca serão capazes de apreender.

De certa forma, os números na administração humildemente ajudam a reduzir a incerteza, na ilusão da evidência hermenêutica: se as palavras podem ser polissêmicas, os números parecem apresentar uma evidência, de fato, uma manifestação de univocidade, que figura como objetividade. No



caso de questões de saúde como a crise da COVID-19, que diz respeito tanto à ciência quanto à administração da cidade, os debates políticos são estabelecidos em um contexto de arbitragem deixada nas mãos dos cientistas: triagem exaustiva ou direcionada, confinamento ou não, cloroquina ou não, etc. O político se dedica à ciência que oferece promessas de certezas e transforma os habituais debates políticos. No entanto, essa crise é uma oportunidade para as organizações se desenvolverem com uma administração mais consciente de seu relativo enfraquecimento (Deslandes 2020), para torná-la uma força capaz de transformar o espaço da organização em um espaço coletivo de diálogo deixando espaço também para o incalculável. Porque a vida não é uma quantidade.

### Tradução

Jacyara C. Rochoael Nasciutti

### Referências

- Amado, G., & Enriquez, E. (2009). *La passion évaluative*. Nouvelle revue de Psychosociologie. Toulouse: Erès.
- Bacon, F. (2000). *Novum Organum*, Paris:Puf.
- Bouilloud, J. P. (2012). *Entre l'enclume et le marteau*. Paris: Seuil.
- Charolles, V. (2016). Les faits et les chiffres. Sur la mesure de la performance. *Le Débat*, 2016/5, (n° 192), 94-106. doi: 10.3917/deba.192.0094.
- Desrosières, A. (2000). *La Politique des grands nombres. Histoire de la raison statistique*. Paris: La Découverte.
- Deslandes, G. (2020). Weak Theology and Organization Studies, *Organization studies*, 41(1), 127-139. doi: 10.1177/0170840618789209
- Dujarier, M. A. (2010). L'automatisation du jugement sur le travail. Mesurer n'est pas évaluer, *Cahiers internationaux de sociologie*, n° 128-129, 135-159. doi:10.3917/cis.128.0135.
- Everett, C. (2019). *Numbers. And The Making of Us*. Cambridge: Harvard University Press.
- Foucault, M. (2001). *Dits et écrits*. Paris. Gallimard: Paris.
- Kant, E. (1985). Réponse à la question: Qu'est-ce que les Lumières? (T. II. trad. Fr.) In *Oeuvres philosophiques* (pp. 209-217). Paris: La Pléiade-Gallimard. (Obra original publicada em 1784).

Kant, E. (1985) *Fondements de la métaphysique des mœurs?* (T. II. trad. Fr.) In *La Pléiade, Œuvres Philosophiques* (p. 301). Paris: Gallimard. (Obra original publicada em 1785).

Lenin, W. I. (1913). Pravda March 13. In *Lenin Collected Works, Progress Publishers* (pp.594-595). Moscow Volume 18.

Lénine, W. I. (1918). Les tâches immédiates du pouvoir des soviets. *Pravda*. Moscou. Recuperado em: <https://www.marxists.org/francais/lenin/works/1918/04/vil19180428.htm>.

March, J. & Simon, H. (1958). *Organizations*. New York: John Willian and Sons.

Mattéi, J. F. (2001). *Pythagore et les pythagoriciens*. Paris: PUF.

Neveux, M. & Huntley, H. E. (1995). *Le nombre d'or*. Paris: Seuil.

Nietzsche, F. (1982). *Le gai savoir*. Paris: Gallimard. (Obra original publicada em 1882).

Nietzsche, F. (1972). *Ainsi parlait Zarathoustra*. Paris: Gallimard. (Obra original publicada em 1891).

Nietzsche, F. (1993). *Humain trop humain*. In *Œuvres* vol.1. Paris, Robert Laffont. (Obra original publicada em 1878).

Ordine, N. (2013). *L'utilità dell'inutile*. Milão: Bompiani.

Pacioli, L. (1494). *Summa de arithmetica, geometria, proportioni et proportionalita*. Venise: Paganino de Paganini.

Pacioli, L. (1509). *De divina proportione*. Venise: Paganino de Paganini.

Platão. (1966). *La République*. Paris: Garnier Flammarion.

Popper, K. (1998). *Logique de la découverte scientifique*, Paris: Payot.

Power, M. (1999). *The Audit Society. Rituals of Verification*. Oxford: Oxford University Press.

Rouche, M. (2001). *Histoire de l'enseignement et de l'éducation*. 2T. Paris: Perrin.

Scoville, J. G. (2001). The Taylorization of Vladimir Ilich Lenin. *Industrial Relations: A Journal of Economy and Society*, 40, 620-626. doi: 10.1111/0019-8676.00228

Supiot, A. (2015). *La gouvernance par les nombres*. Paris: Fayard.



Taylor, F. W. (1990). Shop Management, American Society of Mechanical Engineers (vol 24, Fr. Partielle. trad.) In *Organisation du travail et économie des entreprises*. Paris: Editions d'Organisation. (Obra original publicada em 1902).

Vidaillet, B. (2012). *Évaluez-moi – Evaluation au travail : les ressorts d'une fascination*. Paris: Seuil.

Weber, M. (1995). *Economie et Société*. Paris: Pocket.

# TRABALHO DURANTE E DEPOIS DA PANDEMIA: ENTREVISTA COM DOMINIQUE LHUILIER

TERESA CRISTINA CARRETEIRO  
JACYARA ROCHAEL NASCIUTTI

## **Teresa e Jacyara:**

Dominique queremos te agradecer por estar aqui conosco nesta entrevista. O importante para nós é pensarmos sobre o acontecimento pandêmico durante o tempo em que ele está ocorrendo<sup>1</sup>. Queríamos poder te ouvir sobre as questões de trabalho. Você tem pesquisas, e várias obras sobre o tema, na perspectiva da psicossociologia. Sabemos que, para abordar este tema, será importante pensar no trabalho antes, durante a pandemia e fazer hipóteses sobre o depois.

## **Dominique:**

Acho ser muito importante fazer uma publicação. É uma boa oportunidade, vocês têm razão; depois, pode-se fazer outras análises, mas é agora que estamos vivendo a situação de confinamento. Fala-se atualmente de crise sanitária. Pode-se dizer que, como toda crise, trata-se de um acontecimento que traz ruptura, com um antes e um depois. No entanto, esta maneira de pensar a situação, no registro da crise, nos impede de pensar as transições, as transformações, as continuidades e os recursos que podemos ter. É como se o registro da crise fosse um tempo em suspenso, no qual não podemos mais nos projetar no futuro, como se a projeção no futuro fosse barrada, e como se o apoio sobre o passado fosse apagado. Nesta perspectiva, o passado é visto como tudo que houvéssemos perdido. Então, esta postura de vinculação ao presente é acompanhada por outra que contém uma espera ansiosa pelo futuro, incerto e ameaçador. Tudo isto contribui para que o pensamento fique anestesiado. Mas, ao mesmo tempo, o pensamento não pode fazer abstração do pensamento com os outros

---

<sup>1</sup> A entrevista foi realizada no mês de maio, época que tanto a França quanto o Brasil estavam em quarentena. Não é mais a situação francesa que já viveu o processo de desconfinamento, mas mantendo o respeito as regras de proteção.



e do diálogo com os outros. Então, o confinamento nos traz ainda menos recursos para retomarmos a capacidade de pensar. Há também o sentimento de impotência que, neste momento, é muito forte e vinculado à crise e a forma que ela nos leva a fazer uma suspensão do tempo e a nos centrarmos no presente.

Acho também que este sentimento é acentuado pelas autoridades governamentais, nos diferentes países. Cada governante decide o que é bom e ruim para a população, o que ela deve fazer ou não, a que horas e como. Esta crise na verdade é produzida por políticas sanitárias que são letais. As políticas produziram mortos, mas estes são mais mortos políticos que mortos pelo vírus. Visto que, como não houve antecipação, os serviços públicos e os hospitais não puderam testar a população para rapidamente isolar as pessoas que estavam infectadas. Por isso, a política que ocorreu foi a do confinamento generalizado, privação do espaço público, com a obrigação de obedecer às diretivas estabelecidas. Hoje, temos mais mortes políticas do que mortes pelo coronavírus. Esta crise é um revelador, um analisador, pois vemos que ocorrem coisas que já existiam, mas que eram ocultadas, negadas, esquecidas. As desigualdades sociais são hoje evidentes, todo mundo não vive com os mesmos meios, nas mesmas condições, as incertezas e as experiências decorrentes da crise. Há também as desigualdades de gênero. A situação dos homens e das mulheres é muito diferente, mas já era antes desta crise sanitária. Há também o recuo da democracia, não devido ao coronavírus, ele já estava presente em muitos países, inclusive na França. A degradação do serviço público já existia antes. O processo de desgaste e de exclusão no mundo do trabalho também ocorria antes, e os desgastes e as consequências da guerra econômica e mundializada também já existiam.

**“As políticas produziram mortos, mas estes são mais mortos políticos que mortos pelo vírus”.**

Eu vou me centrar mais no mundo do trabalho em um sentido amplo. Eu considero que o mundo do trabalho não é unicamente o mundo do emprego, há também o trabalho informal, o trabalho doméstico, o trabalho sindical, o político. Eu não confundo trabalho e emprego.

O mundo do trabalho está muito mexido pela crise, mas mais ainda pelas políticas de gestão da crise, da gestão da epidemia. Isso conduz a diferentes situações de trabalho que vocês resumiram bem, porque de forma esquemática temos, de um lado, os sem trabalho que estão confinados (isto na França), pois como eles não têm trabalho, não são autorizados a sair. Nos vários países há políticas diferentes. Os sem trabalho já estavam privados do espaço público do trabalho, eles já estavam um pouco confinados, pois enquanto todos iam trabalhar eles ficavam no espaço privado. Então,



temos agora os novos desempregados e os antigos desempregados. Todos os desempregados experimentam uma perda da atividade profissional e a experiência do confinamento. A perda da atividade profissional amplifica o confinamento. Mas não se pode dizer que não tenham atividades; não têm as profissionais, mas têm outras em tempo integral, as atividades domésticas, as familiares, e quando vemos os espaços privados confinados, constatamos uma intensificação das tensões nas repartições das tarefas de gênero (quem faz o que compras, comida, limpeza, crianças) e, como as crianças estão também confinadas, sem escola, é preciso ajuda-las no teletrabalho. Existe muito trabalho remoto neste momento e as crianças também o fazem.

Há uma segunda categoria, a de todos os que estão trabalhando em casa. Eles devem conjugar dois tipos de atividades, as familiares e as profissionais; devem permanentemente criar as condições para realizar uma atividade profissional possível e então criar compromissos, criar um espaço de trabalho e tempo para poder trabalhar. Os gerentes se esquecem de que trabalhar em casa não é a mesma coisa de trabalhar no local de trabalho. Não somente por não se ter os mesmos recursos informáticos para fazê-lo, mas porque a gestão do tempo e do espaço são esferas normalmente separadas, a do trabalho e a do não trabalho. E no caso da pandemia tudo se mistura.

**“Eu considero que o mundo do trabalho não é unicamente o mundo do emprego, há também o trabalho informal, o trabalho doméstico, o trabalho sindical, o político”.**

E por fim há os que estão na última categoria: os que têm uma exagerada carga de trabalho. Os que não estão confinados, os que estão expostos, os do meio médico, os funcionários da limpeza, os trabalhadores sociais, as caixas de supermercados, os carteiros, os coveiros, os que trabalham com o esgoto, os caminhoneiros, os agricultores, os policiais e muitos outros. Todos esses profissionais trabalham para permitir aos outros de ficarem confinados.

Todos esses são atualmente muito valorizados, se agradece a eles. Se diz que fazem um trabalho maravilhoso, que são corajosos. As atividades deles que, antes eram invisibilizadas, desvalorizadas, e sub pagas, são na verdade atividades que são essenciais à vida. Existe, na França, uma vontade de chamar cada vez mais trabalhadores a voltarem ao trabalho sob pretexto de que a crise sanitária é também uma crise econômica e, então, é preciso retomar ao trabalho, com condições de segurança, retomar ao trabalho para relançar a economia. Nos falamos atualmente de atividades essenciais à vida da nação. Eu penso que as atividades essenciais à vida e aquelas essenciais à vida da nação, não são a mesma coisa. Pensa-se que as atividades ditas essenciais à vida da nação são aquelas que permitem que a esfera econômica seja retomada como antes.



Há os que trabalham se expondo. As situações de exposição têm uma dupla face. As pessoas devem se prevenir para não transmitirem a doença a seus colegas, clientes, usuários, mas elas próprias podem contrair o vírus. Podemos dizer que elas são colocadas em situações que as deixam extenuadas pelo fato da intensificação do trabalho, da degradação das condições do trabalho e também pelo medo que sentem. Todos dizem que trabalham com medo, medo de serem transmissores, quando retornam à casa do trabalho e reencontram as crianças e a família. Esta situação, ao mesmo tempo em que é diferente daquela de antes, tem também pontos em comum, que são hoje mais facilmente identificáveis do que antigamente. Hoje, podemos ver melhor os efeitos deletérios da intensificação do trabalho. Ela já existia, mas vemos a intensificação do trabalho no hospital, para todos os que assumem a cadeia alimentar, e constatamos o risco maior da agravação da intensificação do trabalho no futuro, quando nos é dito que precisamos trabalhar mais para impulsionar mais a economia. Podemos dizer que este programa de reimpulsionar a economia parece fazer um retorno ao período anterior a crise, mas de modo pior. Significa produzir riquezas em grande escala, mas de modo mais deletério, se apoiando em uma série de supressões: de férias; de dias feriados; de diminuição da duração legal do trabalho e de alguns direitos trabalhistas. Aparentemente esta injunção de trabalhar mais para produzir mais, vai ainda agravar o desgaste prematuro das pessoas. Antes, já havia pessoas excluídas do mundo do trabalho porque elas se tornavam desgastadas prematuramente pelo trabalho. Por exemplo, os *seniores*, os que vivem com doenças crônicas, os que tem sequelas adquiridas no trabalho, os que não tem os recursos sócio econômicos para enfrentar as novas tecnologias etc. Vemos que a crise revela, mas também acentua a precariedade. A precarização tem sido uma grande característica do mundo do trabalho nos últimos anos, como a intensificação do trabalho é uma grande característica da evolução do trabalho. A crise sanitária já aumentou a precariedade, temos um maior número de novos desempregados, esses se somam aos antigos. A precarização é também a o trabalho e não somente do emprego, pois com a multiplicação de permanentes mudanças, todos os que têm limitações, problemas de saúde, vão encontrar dificuldades, pois para poder compensar as dificuldade, teríamos que nos apoiar sobre o recurso fundamental que é o da experiência acumulada; mas ao se multiplicarem as mudanças, se coloca os trabalhadores em posições de serem constantes iniciantes. E o recurso da experiência se pauperiza. Antes da crise já tínhamos transformações que se traduziam em rupturas e transições nas trajetórias profissionais. Se apoiando na ideologia do auto empreendedorismo, se enfatizava a adaptabilidade e o aumento da responsabilidade das pessoas



no que chamamos a gestão da empregabilidade, ou seja, cada um deve gerenciar sozinho as condições de aceder ao emprego e se manter nele. Hoje isto existe com mais intensidade.

Há uma terceira grande transformação do mundo do trabalho. Esta já existia, trata-se da individualização do trabalho. Ela é fabricada pela precarização, pela competição entre os assalariados, pela intensificação do trabalho (que reduz o tempo de discussão e o tempo de cooperação no trabalho, de todos os processos de gestão de recursos humanos) e a precariedade dos coletivos de trabalho. Tudo isso conduziu ao desenvolvimento da problemática do isolamento e da solidão no trabalho. Hoje, é claro que o confinamento, como principal estratégia de gestão da crise sanitária, amplifica o isolamento e o risco da solidão.

O teletrabalho, de certo modo, é uma forma de manter uma atividade profissional. Ele diminui o peso de estar trancado no confinamento mas, ao mesmo tempo, o teletrabalho expõe o risco do trabalho sem os outros, sem o apoio do coletivo de trabalho. A questão que pode-se perguntar sobre o futuro é se iremos em direção à obrigação de produtividade, ou se vamos em outras direções.

**“A precarização tem sido uma grande característica do mundo do trabalho nos últimos anos”**

**Teresa e Jacyara::**

Talvez possamos pensar nas pistas para o futuro, depois que você nos fez um desenho muito completo, pertinente e aprofundado das questões políticas, da crise do trabalho, das exacerbações do trabalho no momento atual e da crise sanitária.

Você trouxe a ideia, muito forte, que os mortos são mortos políticos, pode-se pensar em vários níveis de desdobramentos. O quadro que você desenha é pintado com cores escuras. Podemos pensar na força de reação da sociedade civil; ela está se manifestando de vários modos durante a pandemia. Nos perguntamos como a sociedade civil pode participar para que este cenário que você aponta possa se modificar?

**Dominique:**

Os recursos já existiam antes. Havia iniciativas na sociedade civil. Retomemos a uma distinção para mim fundamental, a do trabalho prescrito e do trabalho real. Em nenhum momento fazemos o que nos é encomendado para poder trabalhar. Inventamos maneiras de fazer em todas as nossas atividades profissionais, meios para realizar, eles nos permitem ultrapassar os obstáculos encontrados, nos permitem também existir em nossa atividade. Existem situações em jogo que são existenciais e compensatórias. Existem também questões afetivas muito potentes que estão engajadas na atividade.



Hoje em dia, vemos que se os hospitais funcionam, e se não tivemos de aumentar ainda mais os serviços para tratar os doentes do coronavírus na França, não é graças ao governo ou às direções dos hospitais, mas é graças aqueles que cuidam. São eles que encontraram nos serviços condições de ter leitos e respiradores suplementares, de fabricar eles próprios máscaras. É verdade que estes recursos existem, estão sendo criados por cada um, e contribuem para diminuir as carências de nossos governantes e da direção das empresas. Penso que aqueles que têm mais capacidades no momento de desenvolver tais recursos são os que ainda estão nos coletivos, no vínculo com outros. O confinamento complexifica isto. Podemos, é claro, multiplicar as reuniões por *zoom*, as visualizações, as escutas telefônicas, os *WhatsApp*, mas não é a mesma coisa. Os trabalhadores nos mostram que quando trabalhamos juntos, podemos aumentar a inventividade, as formas de resistência às ordens que são dadas, pode-se rir juntos, desenvolver o humor. O humor é fundamental em situações como estas. A dificuldade que temos é o recurso coletivo. Faz -se necessário reencontrar o recurso coletivo se quisermos evitar que o poder nos diga: "nós decidiremos por vocês o que é bom para solucionar a crise". Eu penso que o tempo do confinamento não é somente o tempo da perda dos vínculos aos outros, pode ser também o tempo de interrogação existencial. Pode-se interrogar qual é o sentido da vida, do trabalho; será que quero continuar a trabalhar em condições tais quais a que trabalho hoje? Eu penso que atualmente há potencialmente outros cenários possíveis para o futuro, diferentes de um único retorno ao trabalho, nas condições anteriores a crise pandêmica. Pode-se construir alternativas, revelações, inovações, que vão constituir recursos para viver e trabalhar no futuro de outra maneira. Por exemplo, antes eu havia dito que havia a concepção de uma vulnerabilidade diferencial, isto é, que existiriam pessoas frágeis e outras não frágeis, os vulneráveis e os invulneráveis. Isto é completamente idiota, pois não existem pessoas invulneráveis. Existia uma representação dual do mundo do trabalho: de um lado os robustos, os combatentes, os que gozam de excelência; de outro, os frágeis, vulneráveis, inaptos. A resistência ao reconhecimento da vulnerabilidade humana, ou globalmente da vulnerabilidade dos que a vivem, alimenta a ideologia do desempenho, da auto suficiência, da onipotência. É sobre esta base que se constrói o sempre mais, mais produtividade, adaptação e reatividade. Hoje em dia é diferente, pois a crise leva cada pessoa a experimentar a vulnerabilidade, cada um se descobre vulnerável. Não é o outro que tem problemas de saúde que é vulnerável, todo mundo é vulnerável. Se a vulnerabilidade for compartilhada, essa ideia pode nos levar a refletir globalmente sobre a vulnerabilidade do ser humano e a considerar, de outro modo, os problemas ecológicos, podendo pensar sobre o que significa um trabalho humanamente



sustentável. E pensarmos a reorganizar o trabalho, não excluindo os que são etiquetados como frágeis, os que têm alguma limitação física ou outra, os *seniores*, os acidentados, os jovens em busca de inserção, etc. Então, vocês têm razão, há oportunidades também na crise. É importante pensar que a crise não é unicamente sinônimo de fim, de perda, de depressão, mas vai ser preciso encontrar as vias de construção de vínculos; é preciso ficarmos bem atentos, pois, mesmo que o governo nos diga: vocês podem voltar a trabalhar, as reuniões são proibidas, as manifestações e os colóquios também. Todos os grandes espaços onde pode-se pensar juntos, refletir juntos, esses espaços estão proibidos, visto que devemos nos prevenir do vírus.

**“Faz -se necessário reencontrar o recurso coletivo”**

**“Hoje em dia cada um se descobre vulnerável”**

Do meu ponto de vista é um erro; eu penso que é uma fantasia pensar separado os diferentes domínios da vida ou as diferentes esferas de atividade. As mulheres sabiam, talvez mais do que os homens, que a separação entre as atividades em casa e as atividades no trabalho não funcionam, porque pode-se ir para o trabalho e ter na cabeça todas as preocupações domésticas e ir para casa com todas as preocupações do trabalho.

Nós somos pessoas inteiras; a libido não se segmenta em pedaços, também os valores e a vida afetiva não se segmentam. Pode-se dizer que esta injunção, a criação de clivagens é alienante, pois ela nos conduz a pensar que quando estamos no trabalho, somos somente trabalhadores. Isso não é assim, quando estamos no trabalho somos sujeitos e continuamos a ser sujeitos quando estamos em casa. Eu nunca aderi ao fato que a esfera da atividade profissional pudesse ser um campo separado do resto. Existe nesta crise a possibilidade de realizar a interdependência dos domínios de nossa vida. Vemos que ao trabalharmos em casa existe interdependência com as outras atividades. E os que trabalham na pandemia e estão expostos, trabalham todo o tempo com a preocupação de não contaminar a família. É uma ilusão, a separação dos domínios da vida. Há atividades que são essenciais a vida, são aquelas que permitem cuidar dos outros. É o caso dos enfermeiros e de todos que trabalham na cadeia de alimentação etc. Tudo isto deveria nos levar a pensar que o cuidar é um valor essencial para construir o mundo de amanhã. Cuidar de si, dos outros, do vínculo com os outros e com a Natureza. Há muitas coisas a desenvolver na perspectiva ecológica. Penso que o cuidar é de grande atualidade e que não vamos esquecer.

**Teresa e Jacyara:**

O cuidar é um conceito muito importante, pois vemos que, no momento desta pandemia, há certas profissões que, como você disse, têm grande



destaque, mas talvez se fosse uma outra crise seriam outras profissões que se sobressairiam. Talvez, em outros contextos, por exemplo em uma crise ecológica, veríamos que outros sujeitos estariam mais no front.

**Dominique:**

É verdade. Se tomamos a crise ecológica que é também uma crise sanitária; em resumo, são todas as crises que ameaçam a vida. Pode-se dizer também que a crise econômica pode ameaçar a vida, pois há países onde se diz que se ficarmos confinados vamos morrer de fome, pois não se têm renda. Para todos os que não recebem indenizações pelo desemprego, que fazem trabalhos clandestinos, informais, se lhe dissermos para ficar em casa, eles não terão nenhuma ajuda. Há muitos países nesta situação na África, não sei no Brasil. Mas há países onde há revoltas, por exemplo, na Índia. As pessoas dizem: vocês não podem nos confinar, pois morreremos de fome. Mas todas as atividades não são essenciais à vida. A atividade de “operador da bolsa de valores” não é essencial a vida. Há atividades que só estão a serviço de atividades financeiras, elas não são essenciais a vida. Há também atividades políticas que não são essenciais a vida, pois servem a interesses que são unicamente financeiros. Penso nas atividades de gestão quando não servem à organização da vida, inclusive à organização da vida no trabalho. Elas servem a outros interesses, como a produção de riquezas e a competição dos mercados concorrentes; são atividades que degradam as condições da maioria das pessoas. Elas servem aos interesses de certas pessoas e não o de todas. Existem muitas atividades assim. Pode-se considerar que as atividades que permitem ganhar sua vida são essenciais. Ganhar sua vida não é essencialmente explorar a vida dos outros para se ter mais lucros.

Há muitas reflexões sobre o consumo. O excesso de consumo nos levará a muitos problemas ecológicos. Será que as atividades voltadas para o hiper consumo, por exemplo, a publicidade que nos vende sempre novas roupas, novos produtos, outros objetos, serão coisas uteis à vida? São escolhas da sociedade que são fundamentais. Penso que as discussões que podem existir nas redes sociais, por *WhatsApp*, em todos os meios que dispomos atualmente, nos mostram que estamos no momento de pensar em qual sociedade queremos construir para o futuro. Não é unicamente uma pequena mudança, como ter uma máscara no rosto e recomeçar como antes. São mudanças e reflexões de fundo. Eu sempre pensei, pois não faço mais parte dos jovens, que tive sorte de ter uma vida fácil. Eu não conheci a guerra, eu não conheci a crise do emprego, estudei, encontrei um emprego, hoje tenho uma aposentadoria, tenho condições de vida confortáveis, mas a cada ano eu via traços do aquecimento climático por chuvas, o aumento do nível das águas, cidade invadidas pelas águas, praias que não mais existem, no sul da França, há temperaturas insuportáveis que desconhecíamos, há dez anos. Eu dizia isto será uma catástrofe para meus filhos e netos. E com o vírus eu vejo



que eu vivia uma ilusão que a crise seria para uma outra geração. A crise agora está aí, mas ela é também ligada ao aquecimento climático, as atividades humanas de degradação do ambiente. Tudo isto é muito vinculado. Então, temos uma bela oportunidade para refletir juntos para onde queremos ir.

**Teresa e Jacyara:**

Mas, ao mesmo tempo, no quadro que você nos desenhou antes, você falou que vamos trabalhar ainda mais, seremos chamados a reconstruir o mundo, seguir adiante, onde o discurso é: cada um deve participar da reconstrução do mundo. Mas, de outro lado, um outro discurso, bem diferente que estamos tendo agora, de fazer diferente, viver diferente, de dar um sentido diferente às coisas. Pensamos que haverá talvez, muitos conflitos após a saída do confinamento.

Como você vê, após a pandemia, as possibilidades instituintes, mesmo que pequenas, por parte dos trabalhadores, no retorno ao trabalho. Existe possibilidade de transformar essa realidade e o mundo do trabalho (que, na verdade, já foi modificado, com a crise)? E sobre a dificuldade, ou impossibilidade, de voltar ao normal? Além disso, considerando-se as evidências climáticas, você concorda que voltar ao normal não seria a melhor opção, pois foi esse normal que nos trouxe essa crise? Essa pandemia não seria uma oportunidade do exercício da criatividade, pois teremos que buscar alternativas aos métodos tradicionais de trabalhar, e outras formas de trabalhar, (considerando o *home office* e a questão da sobrecarga de trabalho)?

**Dominique:** Nós, psicossociólogos, trabalhamos muito sobre a questão da resistência à mudança. É comum, no mundo do trabalho, os patrões solicitarem aos psicossociólogos para intervirem, porque dizem que têm dificuldades em fazer os trabalhadores aceitarem as mudanças. O poder em geral, considera os trabalhadores resistentes às mudanças. Na França, houve uma grande mobilização antes do coronavírus, com relação à reforma do sistema de aposentadoria. Houve greves por meses, manifestações, e os patrões diziam: os trabalhadores resistem às mudanças, eles não compreendem a necessidade de mudar. O que fica evidente hoje é que o poder é o primeiro a resistir à mudança, assim como a direção das empresas. São os patrões que resistem às mudanças. E a questão, não é voltar ao normal, voltar à situação de antes, virar a página como se nada tivesse acontecido ou produzir ainda mais para restabelecer a economia. Nós temos, contra essa força instituinte um poder que vai nos impedir de construir um outro mundo, porque o programa deles é de fazer voltar ao mundo estabelecido. Esse é o projeto, não há outro.

A questão é: será que seremos fortes, coletivamente, o suficiente, para restabelecer relações de força, que nos sejam mais favorável que antes, para



poder obrigar a produzir uma mudança, por exemplo, para poder dizer à Air France, vocês querem voltar a voar? Vocês poderão voltar a voar se produzirem medidas suficientes de proteção ambiental.

**“A questão, não é voltar ao normal, voltar à situação de antes, virar a página como se nada tivesse acontecido”**

Para dizer à indústria automotiva: Vocês querem produzir carros? Então terão que produzir carros menos poluentes. Quer dizer, a cada vez será preciso exigir que a retomada se acompanhe de transformação, que seja mais respeitosa com o ser humano e com a natureza.

Mas essa é uma questão de relações de força. Sem as relações de força, creio que poderemos continuar a fazer o que sempre fizemos antes, quer dizer, coisas muito necessárias à vida, muito positivas, mas que não mudam fundamentalmente o curso do mundo.

Quer dizer, vamos criar associações, redes, fazer agricultura biológica em pequenos espaços, mas vai continuar a existir a indústria da criação, a indústria da produção intensiva agrícola com pesticidas. Então, será um mundo paralelo; talvez, aumente a consciência, na opinião pública, sobre a necessidade de instituir novas prioridades.

Eu fico dividida entre o desejo que tenho de pensar nos recursos individuais e coletivos para construir um mundo novo, que seja ordenado em torno do princípio do valor do cuidado, de cuidar de si, dos outros, do ambiente, das pessoas idosas, dos agentes de limpeza pública, assim como dos asilos de idosos, hoje dizimados pelo corona. O fio condutor é a questão do cuidar, mas poderemos construir isso? Sim, claro, podemos fazê-lo no nível pessoal, interpessoal e micro coletivo. Mas no nível da sociedade? É uma questão de relações de força, E neste campo trata-se de grandes questões políticas e de luta de poder. Não poderemos ignorar a questão das relações de força, da luta de poder. Porque, frente a nós, estão os opositores que não vão nos deixar pensar: se é possível criarmos um outro mundo.

**Teresa e Jacyara:**

Então, o que você está dizendo, é que, se pintarmos um quadro do futuro, será um mundo onde prevalecerão as relações de força?

**Dominique:**

Sim, de conflitos. Sem conflito, não existe alternativa possível. Sem conflito, eles vão tomar conta de nós. Então, será preciso resistir, para que eles não nos dominem, nem a nós, nem às gerações futuras. Teremos que construir uma força coletiva, não é uma questão imaginária. É preciso que tenhamos condições reais de relações de força a nosso favor. Na situação na qual nos encontramos, milhões de pessoas perderão o trabalho, mal terão o



que comer, não terão como pagar o que precisam. Isso pode levar à revolta, a história já conheceu isso. A revolta de quem já perdeu tudo e não terá nada a perder. A situação pode até conduzir ao pior: já conduziu ao fascismo na Alemanha. O futuro não é necessariamente positivo, ele é incerto. Creio que temos muito trabalho a frente para impedir o pior.

**Teresa e Jacyara:**

Temos muito trabalho em frente e todo o foco que você coloca sobre as relações de força é no coletivo, em reconstruir o coletivo e investir no coletivo; e na criatividade que pode surgir do coletivo, e na força do coletivo!

**Dominique:**

Sim, mas não existe acordo, entre todos nós, sobre qual o mundo que queremos amanhã. Tem os que querem apenas alguns arranjos sobre o que já existia; pequenos arranjos, algumas melhoras no que já existia. Outros querem uma ruptura com o que existia antes. Creem que é preciso mudar o curso da vida. Não podemos mais viver assim; nosso modo de vida precisa mudar, não podemos continuar nesse excesso de consumo, na super exploração de recursos naturais, nos maus-tratos ao meio ambiente, no crescimento das desigualdades sociais. Isso é perceptível ao se constatar as grandes diferenças de renda no plano mundial; algumas pessoas detém a imensa maioria da riqueza.

**“Nosso modo de vida precisa mudar”**

Mas sabemos que não conseguiremos ter, todos, o mesmo projeto. Devemos então discutir os fundamentos comuns.

Será preciso encontrar os pontos de acordo e nos batermos sobre esses pontos comuns. Mas não podemos nos deixar ganhar pela divisão.

**Teresa e Jacyara:**

Pois cada um vê de seu próprio mundo o que são essas questões que estamos discutindo, o que quer dizer que é preciso tomar cuidado, pois o modo como vivemos o confinamento depende também dos recursos que temos, e é preciso um longo caminho em relações de força e dar ênfase a construção e reconstrução, e dar ênfase também ao coletivo. A palavra coletivo comporta muitas dimensões.

**Dominique:**

A pandemia solicita a criatividade. Faço sempre um paralelo com a doença. Com os que vivem com a doença, às vezes desde o nascimento. Eles sabem que para viver com a doença, para viver com o medo, para viver preservando sua saúde e a dos outros, é preciso dar prova de criatividade. Pois se você seguir exatamente a prescrição médica você estará morta. Você fica em casa, não poderá mais comer, não pode ver os outros, não pode sair, não pode viajar não pode mais fazer nada. Você vive em uma economia de si



próprio que é mortífera. Eles sabem que a vida é sempre arbitrada dentro de contradições.

Porque na vida sempre arbitramos entre contradições. Em toda a nossa vida sempre tentamos encontrar compromissos, arbitramos, decidir, finalmente, o que é prioritário. Atualmente o prioritário será se preservar contra o vírus, ficar em casa, não encontrar ninguém, só falar pela Internet ou a prioridade é manter o vínculo com os outros, evitar a depressão no confinamento, correr riscos calculados, sair com a máscara, manter a distância, mas buscar o caminho da relação com os outros que não seja mediatizada pela tecnologia? Há muitas pessoas que atualmente se colocam essas questões. A lição que tiro, de todos os que vivem com uma doença crônica há muitos anos, é que investem sozinhos na clandestinidade. Através da criatividade, criam uma estratégia inventiva que lhes permite continuar a ir trabalhar e ter uma vida social, apesar da dos problemas de saúde. Eles se desgastam prematuramente nessa gestão solitária, mas criativa, inventiva, dos problemas com os quais se confrontam.

Só quando alguém pode ou consegue sair da clandestinidade, quando pode socializar essas inventividades, essas criatividade, quando a questão da vulnerabilidade acessa o espaço público, aí é que se pode ganhar uma criação coletiva, pois não é mais clandestina. É preciso que a pessoa consiga compartilhar o que quer dizer uma vida individual e uma vida social; como continuar a vida apesar do vírus, sem se fechar na preservação de si e sem usar a inventividade apenas a serviço da preservação de si.

**Teresa e Jacyara::**

É muito importante isso. Existem muitas ações, mas é preciso colocá-las em conjunto e ver como elas podem se vincular no plano político.

**Dominique:**

Sim, a questão do político aqui é fundamental. E as relações de poder. Agora, não dá para ser diferente. Há pouco tempo li um artigo de um colega, de quem gosto muito, que diz: "é preciso mais de democracia na empresa hoje, pois o poder assumiu a gestão da crise, e isso não é possível. Precisamos de uma gestão mais democrática da crise, incluindo a gestão da empresa". É um texto interessante, mas que, surpreendentemente, não considera em nenhum momento, a questão das relações de força, a questão das relações de poder, como se hoje os patrões resolvessem que vão desenvolver a democracia na empresa, enquanto o que se ouve da organização patronal, não é nada disso. É o contrário: vamos reconstruir os postos de trabalho, os trabalhadores serão isolados uns dos outros, cada posto de trabalho terá a distância de no mínimo 1 metro entre si, etc.

**Teresa e Jacyara:**

Isso é completamente louco. Lemos outro dia, como estão pensando o desconfinamento para os estudantes na França, não aqui. É bem louco, não



há mais vínculo entre os alunos, já chegam com máscara, devem manter a distância, e mesmo no refeitório devem manter pelo menos 1 metro de distância. E, pior, os pais devem ensinar às crianças como usar a máscara para ir à escola. Tudo que você disse antes, sobre a importância do coletivo, deixa de existir. Nessas circunstâncias, se deixa passar a mensagem que o coletivo significa correr risco.

**Dominique:**

Claro, o coletivo é considerado perigoso. Quando se pensa nas “medidas barreiras” disse diz é preciso respeitar as medidas de distância social. Essa é a expressão usada. É horrível dizer isso, pois na verdade são medidas de distância espacial: manter pelo menos 1 metro de distância, não se abraçar, não se tocar, mas isso não é medida de distância social, é espacial. Mas escolheram o termo distância social, por isso digo que há um perigo para nós, pois não há criatividade instituinte na solidão, isso não existe.

**Teresa e Jacyara:**

A crise mostrou o quanto os empregados são importantes. No momento de renegociar o retorno ao trabalho, dito normal, eles poderiam dizer: não vamos permitir que nos façam trabalhar além do que é previsto, para retomar a economia. Eles teriam mais força para a negociação, pois sabem que os patrões sabem (e reconhecem) o valor do seu trabalho. Mas, por outro lado, eles perdem força, porque tem muita gente desempregado agora e os patrões podem simplesmente responder: se vocês não querem assim, tem muita gente desempregada esperando trabalho...

**“Isso não é medida de distância social, é espacial”**

**Dominique:**

É Por isso que considero uma armadilha considerar que os desempregados não são trabalhadores.

Porque eles são trabalhadores e as ciências do trabalho produziram muito sobre o trabalho: o trabalho assalariado; mas sempre se esqueceram do desempregado. Deveria haver, nos sindicatos de trabalhadores, a participação dos desempregados também, para que seja criada a unidade indispensável para fazer frente às relações de força. O patronato utiliza os desempregados contra os trabalhadores porque os trabalhadores se esqueceram de que os desempregados são trabalhadores. Os desempregados caíram em um buraco social, assim como o trabalho informal. Não se considera o trabalho informal, mas é claro que ele faz parte do mundo do trabalho. É preciso sair de nossas categorias e pensar sobre as atividades essenciais necessárias à vida. A mulher que diz: eu não trabalho, porque sou dona de casa, como ela pode dizer isso? É claro que ela trabalha. É porque ela trabalha que seu marido pode trabalhar, as crianças podem ir à escola... Ela assume uma série



de atividades de serviço. É preciso sair dessas categorias estreitas que consideram que o trabalhador é só aquele que tem um emprego. Somos todos trabalhadores.

**Teresa e Jacyara:**

Na sua proposta, é como se houvesse uma convocação a todos os trabalhadores, no sentido amplo do termo, os trabalhadores-cidadãos para que possamos encontrar essa força coletiva com vistas a ações no futuro, para repensar o que queremos, não só para nós, mas o que queremos para o futuro.

**Dominique:**

É preciso primeiro sair de nossas categorias que isolam, enquanto o que precisamos estarmos todos juntos.

**Teresa e Jacyara:**

Temos que pensar o luto e quero guardar a imagem de que os mortos são mortos políticos, pois no Brasil, o que temos é uma situação extrema.

**Dominique:**

Nos EUA é terrível, tem mais mortos que na guerra do Vietnam. Não há medida de prevenção, o único objetivo é a Economia, o que importa é a campanha eleitoral do Trump. Na França, nos informaram que deveríamos votar na véspera do confinamento. Os políticos já sabiam que o vírus estava na França e nos mandaram votar. Tem os que morrem em casa. Nos asilos há muitos mortos. Tem gente que tem tanto medo de ir ao hospital; eles sofrem crise cardíaca e, com medo de ir ao hospital, não chamam socorro. Morrem em casa. Existem ainda os que têm câncer, mas os serviços previstos para tratá-los estão completamente desorganizados, porque todos os profissionais da saúde estão cuidando das vítimas do coronavírus, e ninguém cuida deles; estão mal tratados; são mortes políticas. É a escolha feita pelo liberalismo e as orientações são para reduzir os custos do serviço público. Fizeram economias sobre a saúde pública, sobre os hospitais, são escolhas políticas. Não é o vírus que mata, são as escolhas políticas.

**Teresa e Jacyara:**

Agradecemos por sua magnífica reflexão, tão profunda e instigante. Ela é muito importante, e esclarece aspectos obscuros, principalmente, para este momento que atravessamos.

**Dominique:**

O que vocês estão fazendo já é um projeto de resistência. Contatando pessoas do outro lado do mundo, para partilhar reflexões, ideias, insistir na vida partilhada, isso é excelente.

**Tradução**

Teresa Cristina Carreiro  
Jacyara Rochael Nascutti



I.

(Caio Fernando de Abreu)

Eu quero a vida.  
Com todo o riscos  
eu quero a vida.  
Com os dentes em mau estado  
eu quero a vida  
insone, no terceiro comprimido para dormir  
no terceiro maço de cigarro  
depois do quarto suicídio  
depois de todas as perdas  
durante a calvície incipiente  
dentro da grande gaiola do país  
de pequena gaiola do meu corpo  
eu quero a vida  
eu quero porque quero a vida.  
É uma escolha. Sozinho ou acompanhado, eu quero, meu  
deus, como eu quero, com uma tal ferocidade, com uma tal  
certeza. É agora. É pra já. Não importa depois. É como a quero.  
Viajar, subir, ver. Depois, talvez Tramandaí. Escrever. Traduzir.  
Em solidão. Mas é o que quero. Meu deus, a vida, a vida, a vida.  
A VIDA  
À VIDA



RETRATOS DA  
EDUCAÇÃO  
FRATURADA



# EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E PANDEMIA: MOMENTO REMOTO DE ENSINO OU EDUCAÇÃO COLONIZADA?

BRUNA DE OLIVEIRA SANTOS PINTO

LURDES PEREZ OBERG

## Introdução

O contexto atual em que vivemos da pandemia em curso de COVID-19 traz à tona e intensifica diversas desigualdades presentes em nosso país como a questão social, educacional, de gênero, racial e outras como as discrepâncias existentes de possibilidades de acesso à internet e tecnologias nas diferentes regiões de nosso país. Para um breve panorama sobre esse acesso à internet e às tecnologias por crianças e adolescentes, na faixa etária entre 9 a 17 anos, verifica-se, segundo os dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC-BR, 2019), que no Brasil dezoito por cento dessa população não tem acesso à internet em casa, sendo que o percentual na região norte e nordeste é de vinte e um por cento, na região sul e sudeste cinco a oito por cento e, na zona rural, trinta e dois por cento.

Nas experiências das autoras deste artigo, observa-se os entraves atuais de acesso à internet para a realização de trabalhos escolares de jovens rurais e também daqueles residentes em um grande centro. O isolamento social experimentado pelas populações mais pobres, alia-se às precárias condições objetivas de vida, constatando-se o par desigualdade social e desigualdade escolar presente na dinâmica dos diversos espaços institucionais. O precário acesso à internet é visto num contexto de falta de saneamento básico, de água potável, fome etc. Questiona-se, ainda, o distanciamento da escola da realidade da vida de alunos que vivem no meio rural, priorizando-se na maior parte das vezes, a lógica urbana

Para isso, discute-se brevemente a implementação do “ensino remoto” no Ensino Médio Público pelo governo do Estado do Rio de Janeiro. Aten-ta-se, ainda, para o que já conhecíamos sobre a educação à distância diante da crescente individualização do social, exigência de produtividade, aumento do desemprego etc.



No Estado do Rio de Janeiro o isolamento social foi decretado no dia dezesseis de março. A partir deste momento, todas as instituições de ensino teriam as suas aulas suspensas, a princípio, por quinze dias, prorrogável por mais quinze. Esta determinação surpreendeu não só os gestores de escola, como todo o corpo docente e discente.

Nesse panorama de incertezas, a rede pública de ensino escolhe estratégias que comporiam o chamado “ensino remoto”, ou seja, o modo como estabeleceriam as atividades educacionais procurando minimizar os efeitos do distanciamento. Segundo o Parecer no Conselho Nacional de Educação No.: 5/2020, este tipo de educação a distância não se limita apenas a educação mediada pela tecnologia:

“(...) a realização das atividades pedagógicas não presenciais não se caracteriza pela mera substituição das aulas presenciais e sim pelo uso de práticas pedagógicas mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação que possibilitem o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem e habilidades previstas na BNCC, currículos e propostas pedagógicas passíveis de serem alcançados através destas práticas.

Assim sendo, as atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, *blogs*, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos. A comunicação é essencial neste processo, assim como a elaboração de guias de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar famílias e estudantes, sob a supervisão de professores e dirigentes escolares.” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, pp. 8-9)

Diante desse contexto, as maiores redes de educação pública estaduais, estabelecem que este trabalho remoto seria realizado prioritariamente através de plataformas de ensino, além de apostilas e vídeos em canais abertos de tv. Esta determinação aconteceu de forma frágil: a princípio, nestas grandes redes de ensino público, até mesmo a regulamentação não era clara (É preciso destacar que houve portarias que foram publicadas objetivando regulamentar o ensino dentro do contexto da pandemia, mas o ambiente de confusão na chegada das informações não contribuía para a compreensão clara do que acontecia. As prescrições para esta forma de realizar o trabalho

docente eram elaboradas e executadas à medida que o ensino acontecia, o que causou forte insegurança nos professores.

Além disso, a prática educacional a distância exige diligência de alunos-que vivem forte vulnerabilidade. Principalmente na rede pública, os jovens descobriram através do rádio e da tv que havia aulas on-line acontecendo. Muitos estavam alheios ao que acontecia: apenas sabiam que não deveriam mais ir à escola, porém não compreendiam com clareza porque não havia mais aulas ou como elas aconteceriam a partir daquele momento.

Esse cenário de confusão possibilita enxergar a realidade vivida na sala de aula presencial, amplificando-a, pois agora, esta era publicamente exposta na internet. Os alunos que apresentam algum acesso à rede, pouco conseguem acompanhar os trabalhos. Verifica-se muita dificuldade na leitura do material colocado e do manuseio das plataformas de ensino (a experiência discente era relacionada as redes sociais, mas não a esses novos dispositivos educacionais).

Além disso, as atividades pedagógicas não presenciais demandam do aluno habilidades de pesquisa, autonomia e disciplina na condução de seus estudos e isso não foi construído com eles em seu percurso educacional presencial. Observa-se que com o passar do tempo de isolamento social a precariedade material foi tendo visibilidade e diversas dificuldades foram sendo potencializadas. Em muitos casos, verifica-se que os alunos têm baixa frequência nos novos dispositivos educacionais, pela razão de terem que trabalhar em pequenos serviços para conseguirem manter a sobrevivência.

Salienta-se que uma das preocupações declaradas no citado parecer é a manutenção do vínculo do corpo discente com a escola:

“A realização de atividades pedagógicas não presenciais visa, em primeiro lugar, que se evite retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola, o que pode levar à evasão e abandono.” (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p.6)

O distanciamento presencial dos alunos poderia provocar nesses o desejo de evadir, além de deixá-los desamparados de suporte social e psicológico. O ensino mediado pela tecnologia, ou por material impresso, coloca em suspenso a possibilidade do encontro presencial, o que enfraquece a adesão dos alunos as práticas pedagógicas a distância.

Ademais, a precariedade material impõe ao aluno a necessidade de buscar estratégias de sobrevivência. Muitos não conseguiram acessar os conteúdos da escola por não conseguirem conexão, por não terem tempo de estudar, já que precisavam trabalhar ou, ainda, porque até mesmo para conseguir o material impresso havia dificuldade, já que muitas residências não tinham acesso aos correios.



A partir do que foi exposto, apresentaremos a seguir os riscos que podem emergir no cenário dessa pandemia de uma educação que se propõe a colonizar os cidadãos, a partir do uso de tecnologias digitais e que se apresenta em forma de “educação remota”.

Segue-se o debate sobre os riscos desta estratégia e ao fim, propõe-se outras perspectivas como a “Pedagogia das Alternâncias”, uma possibilidade de rompimento com o distanciamento da realidade social e política dos alunos e alunas neste momento histórico em que vivemos uma pandemia.

### **Os riscos da educação remota na pandemia e pós-pandemia**

A Educação a Distância, modalidade de educação efetivada através do intenso uso de tecnologias de informação e comunicação podendo ou não apresentar momentos presenciais (MORAN, 1994), foi instituída oficialmente no Brasil, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, embora exista uma pluralidade de experiências anteriores que podem ser identificadas com este formato (ALVES, 2011). Desde então, a população vê crescer, em número e contornos, conteúdos nesta modalidade, principalmente no âmbito universitário, onde se tornou mais popular. Este crescimento foi fomentado principalmente pelas grandes corporações educacionais, que investem categoria como um produto rentável. Nas universidades particulares, há uma ampla oferta de cursos neste formato, que já começa também a se fundir a modalidade presencial; há cursos em que as disciplinas EAD já compõem entre 20% a 40%, da carga horária que deve ser cumprida para a formação acadêmica.<sup>1</sup>

Pesquisadores como Ricardo Antunes (2020) apontam o risco deste momento de pandemia servir para abrir portas para a implementação do ensino EAD no ensino público, em uma perspectiva mercadológica de economia de gastos e precarização do trabalho docente. Segundo este autor, a implementação do trabalho remoto em todos os âmbitos permite a vulnerabilização dos vínculos de sociabilidade, a fragilização da organização sindical dos trabalhadores e a perspectiva de *uberização*, que no caso docente, seria a transformação do professor em um profissional que teria que se formatar de acordo com a imposição do empregador, metamorfozando-se de acordo

---

<sup>1</sup> Quanto a isto vale destacar que o Governo de Michel Temer contribuiu para a ampliação da oferta de disciplinas EAD nos cursos presenciais. Em 28 de dezembro de 2018 houve a autorização para a ampliação da oferta de conteúdo neste formato, como o descrito na Portaria No 1428 recuperado de [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251) e na reportagem da Folha, recuperado de [www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/12/governo-temer-libera-ate-40-a-distancia-em-graduacoes-presenciais.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/12/governo-temer-libera-ate-40-a-distancia-em-graduacoes-presenciais.shtml), ambas consultadas no dia 14 de Junho de 2020.



com as imposições do capital. O risco seria a excepcionalidade do momento tornar-se regra e, paulatinamente, as aulas presenciais tornarem-se à distância permanentemente, já que se observa economia nesta precarização dos serviços educacionais.

Além disso, é preciso analisar o risco de não adesão dos jovens a estas estratégias de ensino. Em um momento em que parte da população sofre com a fragilização dos empregos, pulverização das rendas e alto índice de contaminação pela COVID 19, muitos alunos deixam a escola para segundo plano, buscando maneiras para sobreviver ao caos. Isto pode se reverter em um alto índice de evasão escolar, o que causaria atraso na formação deste público.

Outro aspecto que merece atenção é a insegurança, que não se revela apenas no plano material, pois observa-se uma diversificação de questões que se apresentam rapidamente diante de um cenário desconhecido. Em poucos dias, professores e alunos deveriam passar do ensino presencial ao outro intermediado pela plataforma digital. Isto se impôs como um desafio para alunos e para professores, já que muitos profissionais não dominavam técnicas de ensino à distância, não possuíam suporte pedagógico para atender esta exigência e precisaram se reinventar diante desta imposição. Neste panorama, há o risco de adoecimento deste profissional, fragilização de sua vinculação com seus alunos e a necessidade de repor posteriormente e presencialmente, os conteúdos apresentados nos dispositivos remotos. Logo, podemos pensar, como pais, professores e alunos colocam, em “um ano perdido” para a educação, em que muitos alunos podem perder o ano letivo ou ter de cursá-lo no ano 2021, e ainda, não conseguir preparação adequada para o Exame Nacional do Ensino Médio.

### **Em busca de alternativas: A Pedagogia das Alternâncias**

Diante do examinado, considera-se na atual pandemia e no percurso da quarentena caminhos que se desdobrem em pedagogias inventivas e descolonizadas, distantes da meritocracia e de uma concepção tecnicista e robotizada da educação e que sustentam vidas desumanizadas.

Santos (2020) expõe que na ausência de novos itinerários não será possível evitar a emergência de novas pandemias e que essas poderão ser mais fatais que as atuais. Assim, o autor argumenta que são possíveis outras escolhas e que as sociedades se adaptam a novos modos de viver, de produzir e de conviver, nestes primeiros anos do século XXI e essas visam ao bem comum. “Ideias sobre alternativas certamente não faltarão, mas poderão elas conduzir a uma ação política no sentido de as concretizar?” (Santos, 2020, p. 29).



Nesta direção, ao priorizar-se percursos que alcancem uma ação política de cunho democrático e vinculada à realidade brasileira, analisa-se a metodologia da aula remota como uma estratégia presente nessa quarentena e com caráter emergencial, porém, discute-se que esta não leva em consideração o contexto de vida dos estudantes das maiorias populares que ingressam via cota racial ou de escola pública. Além disso, tal metodologia não oferece às classes mais vulneráveis perspectivas no tocante à ampliação da democracia no país. Através de uma falsa normalidade pode-se desconsiderar os problemas de infraestrutura que precisam ser enfrentados. (Leher, 2020).

Compreende-se, então, o caráter discriminatório de toda pandemia, mais difícil para alguns grupos sociais do que para outros. Os grupos mais atingidos apresentam uma vulnerabilidade que precede a quarentena e acirra-se com ela, compondo aquilo a que se denomina de Sul, sendo que essa concepção não designa um espaço geográfico, constitui-se como um espaço-tempo político, social e cultural. É a metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual. (Santos, 2020).

Desse modo, aposta-se numa alternativa que envolva uma ação política frente ao capitalismo neoliberal, a chamada “Pedagogia das Alternâncias” e os seus possíveis desdobramentos para a construção de uma educação emancipatória nesse momento de um debate remoto de ensino.

A alternância nessa pedagogia se consolida nas ações dos sujeitos envolvidos num projeto local-nacional, na ótica da educação popular e aliada aos objetivos de organização da cultura e do trabalho do campo, o que difere das políticas neoliberais que estão afinadas com uma educação impessoal e mercadológica. (Santos, 2016).

Antes de adentrar-se a esse debate, considera-se importante recordar que a Pedagogia das Alternâncias tem início na França, nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), em 1935, criada por um grupo de agricultores junto às contribuições de um Padre católico, com o objetivo de evitar que os jovens saíssem do campo para estudar na cidade. No Brasil, a experiência foi liderada por padres jesuítas, inicialmente, no Espírito Santo, em 1969, com o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo-MEPES. Posteriormente, estende-se para outros estados brasileiros e no presente debruça-se ao estudo e aplicação na educação de jovens e adultos do campo. (Piatti, 2014).

Assim, no bojo dessa experiência de uma educação popular de jovens e adultos, considera-se o desenvolvimento da alternância entre trabalhos pedagógicos, experiências de vida pessoais e profissionais, a proximidade com saberes descolonizados e articulações com movimentos emancipatórios. Distancia-se de um posicionamento de uma educação bancária, conteudista e

que impõe passividade, anulando o seu poder criador. “Não é de estranhar, pois, que nessa visão bancária da educação, os homens sejam vistos como seres da adaptação, do ajustamento” (Freire, 1978, pp.68). Afirma-se, desse modo, para o autor a importância de uma pedagogia da autonomia.

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros... Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionantes a enfrentar. (Freire, 2000, pp.66,67).

Nesse sentido, levanta-se perguntas de como um momento emergencial remoto de ensino pode produzir experiências libertárias, que leve em conta uma realidade de crise sanitária mundial e que não exclua o aspecto político-relacional do ensino presencial.

Considera-se, ainda, a relevância dos educadores contextualizarem as questões locais/regionais, econômicas, sociais, afetivas etc. dos educandos e da mesma forma, romperem com pedagogias focadas apenas na relação professor-aluno-saber (Santos, 2016).

No intuito de apontar as experiências das autoras, a professora que realiza pesquisa e intervenção em localidade rural, observa através do relato das jovens uma insegurança experimentada em face da exigência da escola diante de trabalhos on-line, no instante da presente pandemia. Sem nenhuma conexão feita com a realidade de suas vidas, a escola desconsidera fatores econômicos e sociais dessas populações. Lembramos que a partir dos dados do CETIC-BR (2019) que trinta e dois por cento dessa população no país não tem acesso à internet. O interesse das jovens em seguir às prescrições escolares é explicitado por elas, porém, essa atitude mistura-se com o agravamento da dicotomia rural-urbano e das impossibilidades constatadas em suas falas de acesso à internet. Acrescenta-se a ausência de saneamento básico, água potável, alimentação, transporte público etc.

Repara-se a existência de sentimentos de vergonha pelo fato delas não estarem incluídas nessa trama digital e que se manifesta de forma hegemônica e discriminatória no tecido social. Gaulejac (2006) ao refletir sobre a vergonha analisa que a “pessoa aceita assumir a responsabilidade por seu estado. Sua miséria não é consequência de um modo de funcionamento social, do desemprego, das desigualdades econômicas, dos processos de exclusão, das dificuldades de integração”...p.85. A partir disso, cogita-se que a condição do sujeito mais pobre não pode ser atribuída apenas a sua responsabilidade, mas às relações construídas entre os aspectos subjetivos e o contexto social em que estão inseridos. Esse posicionamento recusa atitudes fatalistas e colonizadoras.



Na experiência dessa autora, a quarentena não só reforçou o isolamento social e institucional como impediu a continuidade dos encontros da equipe da intervenção, por este motivo, tenta-se dar prosseguimento via telefonia celular e/ou on-line (quando há possibilidade de acesso) a esse trabalho. Considera-se, então, essas formas de conversas como práticas dialógicas estabelecida nesses contatos com as jovens e com novos elementos para serem discutidos, além de não interromperem os vínculos entre todos os integrantes da pesquisa.

Já para a professora Seeduc, há a dificuldade de estabelecer diálogo com os alunos visto que muitos não possuem conexão e alguns, ainda estão conseguindo contato com as professoras da escola para reiniciar os estudos. Este problema se acentuou principalmente porque no momento em que o isolamento social foi determinado, os alunos não possuíam o contato dos professores e precisou-se estabelecer estratégias para reestabelecer a comunicação.

Assim, se tomássemos pelo posicionamento da Pedagogia das Alternâncias, tem-se uma formação na qual tempo escola e tempo comunidade se fundem nos espaços formativos dos agricultores familiares, quilombolas, sem-terra, juventude rural e outras formas biográficas. O resultado de práticas pedagógicas em alternância, a partir das recentes experiências de cursos de graduação, EJAS e profissionalização de jovens e adultos agricultores, demonstra que às instituições estão voltadas às iniciativas criativas no tocante à produção dos saberes e fazeres para o desenvolvimento local/regional. (Santos, 2016).

De forma distinta de uma educação colonizada ressalta-se nesse momento remoto de ensino alguns caminhos que podem estar articulados como plano de estudos, experiências de vida dos educandos, história oral, atividades complementares, culturais e artísticas, lives, seminários, cursos livres, cadernos de campo, projetos de extensão e de pesquisa, autoavaliação, aula invertida, experiências comunitárias, profissionais etc. e outras posições criativas que possam surgir a partir das condições objetivas e subjetivas que se apresentem.

## **Considerações Finais**

Boaventura de Souza Santos (2020) diz que nos últimos quarenta anos vivemos em quarentena política, cultural e ideológica de um capitalismo fechado nele mesmo. Observa-se para este autor que esse período de isolamento nessa pandemia existe dentro de outra quarentena. Quando superarmos essa atual que nos sufoca e que nos distancia da mãe Natureza, estaremos mais livres das futuras provocadas por outras pandemias.



O isolamento social decretado a partir dessa pandemia do Covid-19 trouxe mudanças nas vidas das populações. No campo da educação, o desafio é promover o ensino e o vínculo aluno/escola, mesmo diante de problemáticas que vão desde a precariedade material até a falta de experiências de alunos e professores em lecionar e estudar a distância.

Neste panorama, o professor torna-se um mediador e é exigido dos alunos independência para conduzir seus estudos. Muitos encontram-se perdidos, porque não foi construído ao longo de suas vidas escolares a habilidade de pesquisa e diligência para dar conta dos conteúdos. Ao mesmo tempo, os docentes vivem a incerteza e a insegurança em seu fazer pedagógico, já que, de repente, foi imposto a esta classe de trabalhadores um novo universo de atuação, que inclui lecionar através da tecnologia quando muitos não dominam técnicas que envolvem aplicativos, vídeos e áudios.

Os riscos provenientes deste período são muitos. A perda do ano letivo para os alunos que vivem contextos de vulnerabilidade, evasão escolar, perda do vínculo professor/aluno, adoecimento docente (considerando todas as fragilidades impostas pelo trabalho descritas no texto). Além disso vive-se a possibilidade de o excepcional tornar-se a regra, com a ampliação do ensino a distância para todos os segmentos educacionais, atendendo a demanda das empresas do setor, que objetivam ampliar seus lucros.

Logo, propõe-se a Pedagogia das Alternâncias como uma via de ruptura com a ótica neoliberal e fortalecimento da sociabilidade do espaço coletivo. A partir dela, entende-se que não se desconsidera no presente momento da pandemia a realidade tecnológica, mas que reduzir a educação a esta forma remota vigente empobrece os aspectos políticos, relacionais e singulares existentes na esfera de uma educação presencial.

Diante disso, reconhece-se a relevância de políticas públicas específicas de inclusão voltadas para as crianças e os jovens pobres e que além do reconhecimento da exclusão digital, possam também ser incluídos aspectos relacionados ao saneamento básico, à moradia, à alimentação e ao transporte público etc.

Refuta-se uma educação que tenta colonizar e transformar cidadãos em consumidores e para resistirmos a essa perspectiva, enaltece-se o legado freiriano que articula atividades científicas às lutas populares (Freire, 1978; 2000; Santos, 2000). Dessa forma, prioriza-se metodologias participativas e alternativas a um modelo que desconsidera que tempo escola e tempo comunidade devem caminhar juntos.

Nessa direção, no âmbito da universidade pública, o tripé ensino, pesquisa e extensão fazendo parte do cotidiano acadêmico, pode ser tomado como exemplo, para aprendizado nesse momento da pandemia para o Ensino Fundamental e Médio.



Destaca-se, ainda, que esse fecundo debate das autoras sobre a Pedagogia das Alternâncias traz à tona suas próprias experiências como analisadoras da dicotomia rural-urbano. A lógica urbana impõe-se de forma impositiva na realidade do contexto rural.

Reforça-se, assim, a Pedagogia das Alternâncias, pois essa celebra o encontro entre diversos caminhos que levem em consideração a ótica dos alunos e alunas a partir de uma educação popular e que integra saberes descolonizados à comunidade escolar.

Desse modo, seguimos lutando a cada dia por práticas que enalteçam engajamentos a modos de vida emancipatórios e que acolham movimentos de solidariedade e de alternância na comunidade escolar na contramão de uma uniformização digital e colonizada.

## Referências

Alves, L. (2011). Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, 10.

Antunes, R. (2020). *Trabalho remoto e precarização do ensino*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=Hoc-XwKQ7kg>

Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. CETIC-BR. (2019, Setembro 13). Cresce uso da internet em atividades multimídia entre crianças e adolescentes. Recuperado de <https://cetic.br/noticia/cresce-uso-da-internet-em-atividades-multimidia-entre-criancas-e-adolescentes/>

Conselho Nacional de Educação. (2020). *Parecer no 5/2020 Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19*. Recuperado de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192)

Freire, P. *Pedagogia do Oprimido*. (1978). Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra.

Freire, P. (2000). *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Gaulejac, V. (2006). *As origens da vergonha*. São Paulo, SP: Via Lettera Editora.

Leher, R. (2020). Universidades públicas, aulas remotas e os desafios da ameaça neofascista no Brasil. Notas para ações táticas emergenciais. *Carta Maior*. Recuperado de <https://www.cartamaior.com.br/?Editoria/Educacao/Universidades-publicas-aulas-remotas-e-os-desafios-da-ameaca-neofascista-no-Brasil/54/47699>



Morin, J. (1994). *Os Novos caminhos do ensino a distância, no Informe CEAD - Centro de Educação a Distância*. SENAI, Rio de Janeiro, ano 1, n.5, out-dezembro de 1994, páginas 1-3.

Piatti, B. C. (2014). Pedagogia da alternância: espaços e tempos educativos na apropriação da cultura. *Boletim GEPEP*, 3(5), 48-64. Recuperado de <http://www2.fct.unesp.br/grupos/gepep/3e.pdf>

Santos, A. F. T. (2000). *Desigualdade Social e Dualidade Escolar. Conhecimento e Poder em Paulo Freire e Gramsci*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Santos, R. B. (2016). Pedagogia da Alternância e Educação do Campo no Brasil. I JOINGG – Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. VII JO-REGG – Jornada Regional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci. Recuperado de <http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/PEDAGOGIA-DA-ALTERN%C3%82NCIA-E-EDUCA%C3%87%C3%83O-DO-CAMPO-NO-BRASIL.pdf>

Santos, B. S. (2020). A cruel pedagogia do vírus. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, S.A. Recuperado de <https://www.cpalsocial.org/documentos/927.pdf>





# EDUCAÇÃO REMOTA EM TEMPOS DE COVID-19

ANA MARIA VALLE RABELLO  
CAROLINA RODRIGUES ALVES DE SOUZA  
LUCIANA RODRIGUES MARTINS

## Introdução

A pandemia do COVID-19 põe o mundo em xeque. Tempos pandêmicos que nos exigem isolamento social e, ao mesmo tempo, nos convocam ao trabalho no ambiente doméstico sob a velha e conhecida lógica de produtividade do capital. Há quem diga que nada será como antes. Para além da gravíssima crise sanitária global que vivemos, experimentamos nos vários segmentos sócio-laborais as agruras do capitalismo, que é, sempre, a própria crise em sentido exploratório. O trabalho *home office* que, à primeira vista, parece ser tão atrativo, por possibilitar “ficar em casa”, oculta o acúmulo de funções e a falta de limites institucionais, como horários pré-estabelecidos, sob a máxima produtividade. Situação esta mais particularizada torna-se a lógica preponderante, generalizada.

Assim se deu a experiência em diversos campos de trabalho diante da imposição do distanciamento social em decorrência da pandemia do novo corona vírus. Tornou-se necessário identificar rapidamente que funções poderiam ser exercidas de casa, e como elas poderiam ser realizadas. As modalidades de *home office*, teletrabalho ou outros nomes que se queira dar precisaram ser imediatamente formuladas e aplicadas. Com as instituições de ensino não foi diferente. Especialmente nas instituições privadas, diante do investimento dos seus clientes educandos, era mister articular novas formas de ensino à distância, ou talvez seja melhor dizer, de ensino remoto.

No âmbito da Educação, entretanto, o trabalho remoto não constitui, propriamente, uma novidade. Exceto pela imposição de recentes tecnologias áudio-visuais para as aulas ministradas de casa, bem como habilidades comunicacionais dessa ordem, o acúmulo de atividades extra-classe que se somam às atividades domésticas, sobretudo para as mulheres, gênero dominante na Educação, constitui a realidade habitual do professor. Ainda mais intensificada agora, em tempos de pandemia, suscita uma série de



angústias e desgastes psíquicos que se desdobram em face das exigências do trabalho, dos efeitos danosos na relação ensino-aprendizagem, e da própria angústia existencial da finitude.

Esse artigo pretende, então, discutir tais problemáticas produzidas por essa mudança de dispositivo de ensino, da modalidade presencial para a online, notadamente entre professores que trabalham em instituições privadas. À luz dos fundamentos teóricos da Psicossociologia da linha francesa, intentamos compreender as implicações de todas essas mudanças e das novas exigências deste momento de isolamento, como o que estamos vivendo, na vida desses profissionais. Ao fazê-lo, prezaremos pela interlocução com as outras Clínicas do Trabalho, em especial a Clínica da Atividade e a Psicodinâmica do Trabalho.

Cabe-nos salientar que essa discussão se dá a partir da própria experiência de trabalho das autoras como docentes de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, no campo da saúde, que vivenciam essas agruras, tais como: aumento da cobrança de produtividade no *home office*; cobrança pela entrega de um produto igual ou similar àquele da experiência presencial; sentimento de sobrecarga tanto de alunos quanto de professores, que se transforma em um ciclo vicioso em que os professores são cobrados a entregar um produto que os faz cobrar mais tarefas dos alunos e que retorna como mais atividades para o professor. Dificuldades, portanto, generalizadas na concentração e no desenvolvimento de tarefas, diante da angústia produzida pela experiência da pandemia e do isolamento.

### **A crise do tempo e do espaço no contexto do trabalho remoto**

O primeiro caso de adoecimento pelo novo Corona Vírus foi registrado no Brasil no início de fevereiro de 2020. Apesar da pandemia já ser reconhecida em outros países, a chegada do vírus colocou em pauta, também aqui, a situação sanitária no país e impôs exigências de medidas de isolamento. Apesar da morosidade governamental no âmbito da aplicação de políticas públicas e de suportes em geral ao cidadão, as mudanças que se fizeram necessárias nos mais diversos campos de trabalho tiveram que ser resolvidas em um curto espaço de tempo, especialmente nas instituições de ensino de caráter privado.

Partimos da concepção de crise (Giust-Desprairies, 2005) para pensar a ruptura imposta por uma nova forma de trabalho que precisou ser implementada em uma velocidade que extrapola a capacidade de elaboração desse trabalhador, que precisou reconfigurar toda a sua rotina para fazer funcionar o seu trabalho em uma modalidade absolutamente nova. Acostumado a deixar a sua casa para ir ao trabalho, ele passa a condensar esses dois



espaços, o *home* e o *office*, bem como os tempos da vida doméstica e da vida laboral. A crise da Covid19, como toda e qualquer crise, faz ruir um modo de funcionamento anterior e exige a instauração de outro modo de operar completamente novo. Ao apontar para a desestabilização e para a incerteza do presente e do futuro, a situação de crise exige ação imediata, mudanças estratégicas e inventividade, que, apesar de poderem ganhar um teor positivo em determinados contextos organizacionais, a depender de como sejam manejadas, podem acabar produzindo extremo adoecimento, exaustão e sentimento de impotência.

O trabalho remoto imposto pela pandemia da COVID-19 acentuou e trouxe novos paradoxos vivenciados pelos docentes das IES privadas. Se, por um lado, o isolamento e o distanciamento social fizeram o mundo parar, por outro aumentou-se a exigência por respostas rápidas. O momento atual, de enfrentamento da pandemia da COVID 19, evidencia o caráter paradoxal do ensino enquanto mercadoria ao qual as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas estão submetidas, uma vez que elas se encontram inseridas na lógica capitalista neoliberal. A ideologia gerencialista, legitimadora dos pensamentos objetivistas e utilitaristas torna-se mais aparente e alarmante no campo da educação. Neste sentido, o exercício da docência no ensino superior, muitas vezes, tem seguido a lógica produtivista, e o trabalho remoto facilita o afastamento do docente do seu papel formador, que não pode ser exercido em sua essência dentro de uma relação mercadológica e utilitarista (Gaulejac, 2007; Medeiros e Siqueira, 2019).

Diante da imposição de medidas que passam principalmente pela restrição de contato, dada pelo distanciamento e isolamento social, coube então às instituições de ensino providenciar grandes plataformas virtuais que viabilizassem o processo de ensino-aprendizagem, indo desde a possibilidade de compartilhar e corrigir tarefas, até o uso dos aplicativos de vídeo-chamadas, de forma que os alunos e professores pudessem conversar sincronicamente, visando aproximar essa experiência, o máximo possível, da experiência presencial. As ferramentas assíncronas, já amplamente utilizadas desde antes da crise, como é o caso do *whatsapp*, passaram a ser ainda mais exploradas: o fato de estar permanentemente em casa parece dissolver as barreiras que dividem a vida pessoal da profissional, produzindo uma sensação de que o trabalhador deveria estar sempre à disposição da instituição e dos seus alunos, o que evidencia ainda mais uma relação cliente-fornecedor, bem distante da lógica que permeia a relação educador-educando.

O apagamento das fronteiras de tempo e de espaço, para esses e outros profissionais, produz uma série de adoecimentos. A perda de marcos sociais organizadores do tempo e do espaço, conforme afirma Lhuilier (2020), é apenas uma das consequências que têm grande impacto na saúde mental



dos sujeitos submetidos a um longo período de confinamento. Esses profissionais, que a autora categoriza como os confinados em situação de teletrabalho, passam a manter, simultaneamente, duas atividades, a familiar e a profissional, que cobram deles que estabeleçam uma série de novos acordos e conciliações (Lhuillier, 2020). Essas negociações, além de precisarem ser estabelecidas com os outros moradores da casa onde habita e que se torna aqui seu novo espaço de trabalho, de modo a evitar interrupções e desvios da atenção, cobram ainda a invenção de estratégias as mais diversas para que também o mundo do trabalho não invada a vida doméstica, com consultas frequentes às mensagens no celular ou outras diversas invasões possíveis do campo do trabalho nos momentos com a família.

Outros problemas específicos do âmbito educacional surgem nesse novo contexto. A angústia do professor que antes dispunha do contato visual e da proximidade do seu aluno, fatores que lhe permitiam fazer avaliações graduais a respeito do nível de compreensão da turma como um todo. Hoje, sem conseguir ver todos os alunos, dispersos numa plataforma que os dispõem em diversas abas. Vendo a si mesmo constantemente – o que nos atina para um viés narcísico da situação –, o professor visualiza apenas fotos e nomes de alguns alunos, que, com seus microfones desligados para não atrapalharem as aulas com os barulhos usuais do seu ambiente doméstico, fazem parecer que aquele profissional esteja sozinho diante da tela. Quando a conexão de internet (do professor e dos alunos) permite, é possível exigir que os alunos liguem suas câmeras, o que não costuma alterar a sensação anteriormente descrita.

Aquele aluno que costumava ficar disperso na aula ou mexendo no celular e que podia ser provocado pelo professor “que tudo via”, agora pode se conectar à plataforma, acessar a aula enquanto realiza seus afazeres domésticos. O aluno tímido, que, embora não se manifestasse, mostrava no olhar seu interesse durante as aulas presenciais, não aparece mais (embora, sejamos justos, ele pode passar a falar mais pelo chat privado). O aluno aplicado e participativo – e não apenas ele – de vez em quando tem problemas na conexão e não consegue se conectar ou permanecer na plataforma. Sem seus meios tradicionais de *feedback*, mas sendo cobrado a cumprir sua tarefa de transmissão e/ou de mediação do saber, o professor passa a solicitar mais e mais tarefas para conseguir esse retorno e os alunos, por sua vez, queixam-se de sobrecarga.

Tal sobrecarga, como já mencionamos, não é apenas dos alunos. Ela é, em primeira instância, relegada ao professor, que agora precisa, além de tudo o que já foi apontado, dirimir as contradições e os paradoxos resultantes das diversas mudanças elencadas e que se apresentam como soluções atropeladas e atrapalhadas. Ao afirmar ser uma propriedade permanente das organizações contemporâneas o seu caráter paradoxante, e com isso, apontar

a crise não como uma fase, mas como uma razão social, Gaulejac & Hanique (2015) já esclareciam que os problemas institucionais não perpassavam pela resolução de contradições, mas que saber viver em meio aos paradoxos era um dos valores que sustentavam a ordem organizacional hipermoderna. Assim, os autores (*Ibid*) fazem uma crítica a esse funcionamento social e organizacional fadado a produzir adoecimento entre os seus trabalhadores, dada a impossibilidade de cumprir o que lhes é exigido. Ainda assim, tal cumprimento é contabilizado e quantificado, gerando um regime de produtividade que promove a instabilidade permanente dos trabalhadores, cujos cargos parecem estar sempre em risco. Os autores dão a isso um nome, a quantofrenia (Gaulejac & Hanique, 2015).

Isto posto, parece ser possível dizer que enfrentamos uma crise dentro da crise, ou seja, uma crise mundial instaurada dentro de um campo social que já estava regulado numa lógica de crise permanente. De um contexto organizacional que já estava pautado no controle do trabalhador através de injunções paradoxais e que implicavam num comprometimento cada vez maior e mais submerso à ordem institucional, surge uma crise sanitária que impõe uma ruptura nos modos de controle do trabalho e estabelecem novas formas de fazer e de operar esse controle.

É assim que, ao romper com as barreiras do tempo e do espaço – ou borra-las cada vez mais – os professores vinculados a IES privadas são submetidos a novas formas de quantificação da sua produtividade e a diversas novas exigências de formação (como aprender a usar novas plataformas) e de inventividade (como o de criar estratégias para despertar o interesse do aluno nesse novo modelo). Surgem, então, inúmeras reuniões, acumulam-se grupos de *whatsapp* permanece a sensação de jamais conseguir acompanhar todos os avanços organizacionais, colocando os professores, mais uma vez, em situação de crise dentro de uma grande crise mundial.

### **Educação remota no contexto das (“novas”) tecnologias de gestão: a lógica da reestruturação produtiva e os impactos psicossociais**

Esse cenário de crise sanitária desemboca na crise do sistema capitalista, em curso desde o final dos anos 70, o que leva à reestruturação produtiva no bojo das *metamorfoses do mundo do trabalho* (Antunes, 2002; 1997), uma vez que a ordem econômica preside a cena social, dado os seus determinantes. Desde, então, o capital engendra várias transformações no processo produtivo através de formas de acumulação flexível, do *downsizing*, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico e, enfim, do toyotismo como modelo japonês alternativo ao binômio taylorismo/fordismo.

É, assim, que, visando reverter a perda de acúmulo de capital, o aumento de produtividade, sempre, constitui a tônica de enfrentamento



das crises, a fim de garantir a lucratividade, quaisquer que sejam suas configurações em cada tempo histórico. Neste sentido, problematizamos os determinantes socioeconômicos na conjuntura dessa crise sanitária e os impactos psicossociais advindos da reestruturação produtiva, no âmbito da Educação, frente à aparente necessidade de manutenção das aulas, através dos recursos tecnológicos. Trata-se das metamorfoses dos mundos do trabalho, que refletem as mudanças econômicas, sociais, tecnológicas e políticas, as quais têm afetado o sistema capitalista mundial e se atualiza em tempos pandêmicos.

Nesse contexto de crises sucessivas do capitalismo, não resta dúvida que responder a esta provocada pela pandemia, em suas especificidades, implica os mesmos impactos psicossociais: sobrecarga de trabalho, acúmulo de funções, precarização, desgaste psíquico, sofrimento e adoecimento mental, conforme os modos de subjetivação da experiência vivida pelos Educadores. Interessa-nos, pois, à luz da Psicossociologia, em suas interlocuções, destacar as dimensões subjetivas da relação capital-trabalho frente às vicissitudes dos mundos do trabalho, em meio a essa crise sanitária, as quais desencadeiam tais fenômenos psicossociais.

Em um momento como esse, em que todos parecem já estar sobrecarregados, de ansiedade, de medo, de morte e de vírus, as novas exigências não param de ser formuladas, sem eliminar as exigências tão antigas como são as de criatividade e inventividade a qualquer custo. Quais as implicações de todas essas mudanças na forma de trabalhar e no impacto do real do trabalho desses profissionais?

Aos professores, já exaustos, além de vivenciarem a experiência da pandemia, é exigida a entrega de um produto que produza o menor impacto na vida dos seus “alunos clientes”, numa tentativa de fazer crer que nada mudou ou que nada esteja acontecendo que possa atrapalhar seus planos pessoais de formação. No trabalho remoto docente, as dificuldades aumentam: em determinadas experiências, para melhorar a comunicação e a conectividade, os alunos são orientados a desligar as câmeras e microfones (quando não as estiverem usando) de forma a reduzir os dados de “download” e “upload”, fazendo com que os professores sintam-se como se estivessem dando aula para a tela do computador inerte.

Em contrapartida, em uma experiência oposta a esta, na tentativa de estimular a participação e a interação dos alunos, o professor convida a todos que liguem suas câmeras, intencionando simular uma sala de aula. E, com as câmeras ligadas, ocorrem outros incidentes constrangedores, provocando uma invasão do público no privado. Tais cenas exemplificam um novo mundo do trabalho, que vem se somar aos vários outros existentes, diversos, desiguais e, muitas vezes, adversos. As regras e objetivos ditados pela organiza-



ção do trabalho e as condições dadas para que os professores a executem - o trabalho prescrito, permanece distante de tudo o que eles mobilizam em sua subjetividade, ou seja, os afetos, a cognição e o próprio corpo para dar conta do que lhes fora prescrito (Dejours, 2008; Brito, 2009).

Toda essa conjuntura requer dos professores adaptação às exigências dos novos tempos, domínio dos recursos tecnológicos, novos conhecimentos, desenvolvimento de competências para administrarem o tempo na vivência “sem fronteiras” do *home office*, a ministrarem aulas criativas, performativas, que possam prender a atenção dos alunos, que possam motivá-los a se adaptarem ao formato remoto, a obterem ótimos rendimentos. Além disso, a exigência de competências e habilidades para gerirem os conflitos e adversidades próprias dessa relação professor-aluno, ensino-aprendizagem, espaço acadêmico-espaço pessoal, vida privada-vida pública viabilizadas pelo aparato tecnológico, reconfigurando a esfera da intimidade ao fundir os espaços, o público e o privado.

Nesta seara, os conhecimentos tácitos dos professores nem sempre os favorecem para responderem aos desafios. De qualquer forma, é notória a exigência de (re)qualificação, portanto, enquanto tecnologia de gestão, sendo que algumas Instituições de Ensino Superior (IES), em meio ao acúmulo de medidas emergenciais, adotam estratégias que, de alguma maneira, se aproximam disso, ao disponibilizarem recursos de capacitação, ainda que deficitários.

Assinalamos, entretanto, que o termo qualificação/requalificação pode estar mais a serviço da ideologia do que propriamente do trabalhador frente ao que o beneficiaria, visto que há o propósito de justificar tanto a exclusão quanto o lugar que cada um ocupa na sociedade. “Nesse contexto, é possível perceber qual o trabalho específico do discurso ideológico: realizar a lógica do poder fazendo com que as divisões e as diferenças apareçam como diversidade das condições de vida de cada um” (Chauí, 1982, p. 21). Tal crítica reside, justamente, no uso ideológico ao justificar os problemas sociais, como, por exemplo, a *desafiliação* (Castel, 2013) do sujeito pela via do não-trabalho, sendo este viés mais predominante do que, propriamente, uma necessidade efetiva do processo de produção.

Notemos que, para além das necessidades de isolamento social no enfrentamento da pandemia, já se apresenta no ensino privado a imposição desse formato virtual de aulas, em cursos presenciais, como forma de redução de custos. Assim, as Instituições de Ensino Superior não tiveram maiores dificuldades em disponibilizar plataformas virtuais em contexto tão emergencial. Na verdade, elas já vinham se preparando para isso, encontrando na pandemia o momento de imposição desta ferramenta nos processos de trabalho docente, atendendo, obviamente, às necessidades de responder



à crise sanitária, vindo, no entanto, ao encontro de um projeto maior. Há, aqui, o objetivo de redução absoluta de custos, o que se torna inexorável ao conceito de economia, incluindo a diminuição de professores contratados, maximizando as aulas virtuais replicadas em cursos com disciplinas comuns. Uma vez vencida a pandemia, o que permanecerá, quais serão os novos instituídos? Difícil falar em volta à “normalidade”, quando uma nova realidade se ajusta às premissas econômicas em agrado ao mercado, mesmo sob o agravo dos custos da lógica da excelência, os comprometimentos da dimensão subjetiva.

O temor do desemprego é extremamente desgastante em termos de recursos psíquicos, ocasionando uma carga desmedida visando à manutenção do posto de trabalho, num permanente estresse profissional e possível uso de psicotrópicos. “As pessoas vivem no medo de virar *resíduos sociais*. O mundo dos vencedores torna-se o mundo da *exclusão*” (Enriquez, 2000a, p. 18).

É notório que a pandemia da COVID-19 intensificou o crescente desemprego em nosso país. O medo de engrossar a enorme legião de desempregados faz com que o trabalhador se subjugue à organização do trabalho a ele imposta, em quaisquer condições que ela se apresentar. Ficar desempregado traz, para o trabalhador, além da perda financeira que garante o seu sustento, a perda da identidade, que vem acompanhada do sentimento de vergonha e falência pessoal. Ter um emprego garante uma proteção imaginária da angústia e do desalento (Nasciutti, 2020).

Neste fluxo, além de contribuir para o desemprego na área da docência, para os professores que são mantidos, essa lógica de redução de custos significa, sem dúvida, sobrecarga de trabalho advinda da polivalência exigida, enquanto tecnologia de gestão nos processos de trabalho pedagógico. Tal mobilização exigida significa responder a um apelo à participação e cooperação, o qual induz à canalização dos desejos para os objetivos da produção, no contexto das “novas” tecnologias de gestão, conforme Araújo (1998). Torna-se interessante observarmos o quanto o *home office* dá sentido ao *capitalismo estratégico* (Enriquez, 2000c), podendo haver um vazio do sentido para o sujeito uma vez que “a tentativa artificial de dar sentido (o sentido do capital) e vida ao trabalho resultam justamente no vazio do sentido” (Araújo, 1998, p. 31).

No caso do trabalho *home office* do professor, também, ao ministrar as aulas de casa, essa inexistência de fronteiras fica muito mais radical e evidente, ensejando uma gestão flexível dos processos pedagógicos e maior (pseudo) autonomia. Trata-se de um novo patamar de exploração do trabalho no processo de produção, em que não há limites para o que é mobilizado. Para Carvalho e Horta (2001), com efeito, é uma “reestruturação sócio-produtiva”, caracterizada pela flexibilização do sistema produtivo, pelo rompimento dos



padrões, pela negação da compulsão repetitiva sustentada pelo fordismo, pela versatilidade e criatividade exigidas ao trabalhador e pela descentralização do poder. Neste último caso, há uma falsa ideia de que há maior “autonomia” do trabalhador, desde que siga a filosofia e política da organização, não sendo real e sim controlada.

### **A gestão da subjetividade e servidão voluntária do docente: quais as saídas?**

Para melhor compreendermos essa mobilização imposta aos professores, inferimos que esta gestão não é senão da subjetividade, do afetivo (Enriquez, 2000a), tornando-se ferramenta de produtividade. Para Carvalho (1997), as novas tecnologias gestionárias visam, portanto, a gestão das subjetividades, através de uma internalização forçada das metas e objetivos das organizações, negando, assim, a exploração da força de trabalho e o conflito capital/trabalho. Torna-se, pois, estratégico mobilizar a subjetividade dos trabalhadores, enquanto produto do sistema, sendo necessário ao sistema tecno-organizacional, de forma a prescrevê-la, gerindo o seu engajamento.

Em última análise, trata-se de uma mobilização da adesão passional do trabalhador em sua identificação aos ideais da organização, de modo que o indivíduo contemporâneo fique “preso na armadilha da estrutura estratégica” (Enriquez 2000a; 2000c). Para isso, a empresa de tipo estratégico (expressão do capitalismo estratégico) estimula o trabalhador a participar ativamente das suas decisões, fazendo parecer que o ama, que o reconhece.

Na cultura gerencialista, em que tudo se gere, desde os comportamentos, os modos de pensar e de agir, até as emoções, sentimentos e os vínculos afetivos, o trabalhador torna-se aprisionado em suas relações de trabalho, em um movimento que o deixa em um estado de obediência e devoção à organização a que pertence. É assim que a sociologia clínica se apropria do conceito de servidão voluntária, cunhado por La Boétie, em meados do século XVI (Calgaro, 2013). Ao se submeter aos desejos da organização, em detrimento dos seus próprios desejos, o sujeito aceitará com docilidade as decisões da organização, aderindo aos projetos por ela propostos e tornando-se conivente com eles. Para garantir esta servidão, a organização lança mão de discursos falaciosos, que envolvem os sujeitos de tal forma que eles possam se ligar a ela e até mesmo reforçá-la. Os valores e normas serão introjetados ou incorporados pelo indivíduo, que perde a individuação necessária para se constituir em um sujeito autônomo (Enriquez, 2000b).

O docente docilizado será mais uma voz em concordância com as propostas da “empresa escola”, tornando-se o seu defensor perante possíveis



questionamentos. Assim, ele se tornará útil para organização não só por aceitar as condições impostas, como também por protegê-la perante eventuais objeções feitas pelos discentes. Um exemplo deste discurso falacioso são os argumentos das IES que se engrandecem por estarem prontas tecnologicamente para transformar o ensino presencial em remoto, considerando esta prontidão um critério de qualidade, que as coloca em condição superior as IES que não tiveram a mesma velocidade.

O conceito de servidão voluntária também é utilizado na Psicodinâmica do Trabalho, que a considera como uma das diversas formas de defesa do trabalhador contra o sofrimento que lhe é causado pelo trabalho. A servidão atenua o sofrimento do trabalhador, que passa a não perceber a organização do trabalho injusta, ao mesmo tempo que não reconhece o seu próprio sofrimento e dos demais trabalhadores.

Dejours (2008) considera que o trabalhador que está em condição de servidão voluntária à empresa silencia-se perante aquilo que lhe causa sofrimento no trabalho. Desta forma, as condições muitas vezes precárias do trabalho docente passam a ser atenuadas pelas compensações como, por exemplo, o fato de não precisar sair de casa e enfrentar um trânsito intenso para ir ao trabalho, o que lhe tomava algumas horas do dia.

O sofrimento causado pelo (des)obramento do sujeito fica imaginariamente afastado quando ele pertence a uma empresa que lhe garanta uma carreira (Enriquez, 1999). Fica fácil, então, aceitar trabalho remoto, sem questionar ou refletir esta nova forma de produção, seja pela servidão do trabalhador, que teve sua subjetividade sequestrada, seja pelo medo de perder o emprego de docente na IES privada.

Dito de outro modo, a gestão da subjetividade enquanto dispositivo de *performance*, não é senão a mobilização da implicação do trabalhador, pela via da sedução, para a máxima participação no projeto da organização. O chamariz imaginário é fazer parecer respeitar o sujeito humano, mas para *aliená-lo* mais ainda (Enriquez, 2000c). Tal estratégia extrapola certificar-se de consciência profissional do trabalhador, visto que a ideia é a de provocar uma *adesão passional*. Assim, não se trata apenas de uma gestão do afetivo, mas do inconsciente (Enriquez, 2000a). “Jamais o indivíduo esteve tão encerrado nas malhas das organizações (em particular, das empresas) e tão pouco livre em relação ao seu corpo, ao seu modo de pensar, à sua psique” (Enriquez, 2000c, p. 23). A efetividade dos propósitos da organização estratégica se dá, então, na medida em que consegue imprimir sua marca no pensamento e no aparelho psíquico, quando a imposição de sua “cultura” é introjetada pelos sujeitos (Enriquez, 1997).

Entretanto, a subjetividade deve ser compreendida em sua dimensão contraditória, sendo apenas em parte coagida, posto que, também, é ativa. Os fins coercitivos da organização estratégica encontram obstáculos em fun-



ção das próprias potencialidade humanas, sendo o sujeito contraditório, metamorfoseado, ativo em sua autoconstrução, passível de ascender a alguma autonomia. “[...] se por um lado, encontra-se a subjetividade prescrita e coagida nestas novas tecnologias de gestão, encontram-se também processos de diferenciação de sujeitos trabalhadores indo em direção a uma subjetividade ativa (Carvalho, 1997, p. 377). Neste sentido, Enriquez (2000b) elucida que nem sempre a organização consegue *captar a seu favor* a vida psíquica do indivíduo.

Desse embate na relação sujeito-organização, o sujeito pode vir a transgredir, a adulterar a lógica organizacional, a frustrar os seus objetivos, pois, “dizendo-lhe que ele é o mais insubstituível dos seres, fazendo-o herói, ela pode suscitar-lhe uma verdadeira vocação heróica, que o levará a questionar as normas da organização” (Enriquez, 2000b, p. 21). Assim, duas situações podem decorrer disso: a criação de sujeitos, que, considerando-se excelentes, desenvolverão a estratégia por conta própria, e a organização terá colocado no mundo seres *cínicos*, capazes de combatê-la; ou a construção de sujeitos que querem realmente se tornar autônomos, capazes de sublimação, interessados na racionalidade dos fins, que têm preocupações éticas e estão aptos a confrontar o estresse e a ansiedade” (Enriquez, 2000b).

A ocorrência deste último caso leva-nos a pensar, a partir dos questionamentos de Enriquez (2000b), se, ao final de tudo, a organização do tipo estratégico não contribui para suscitar sujeitos mais conscientes de seus objetivos do que ela pensava. E, assim, desenvolvendo a capacidade de tornarem-se fundadores, mesmo no interior da organização, de novos modos de pensar e de agir, e promover outros projetos culturais.

Uma luz que se acende nos processos organizacionais em face destas novas tecnologias de gestão, a serviço da lógica perversa do capital, na medida em que esta realidade, conforme postula Enriquez (2000b, 1994), não significa que o sujeito não possa, em certas circunstâncias, ser sujeito da história, adquirir “certa originalidade e autonomia”, tentando sair da heteronomia. Assim, fica em questão o poder de agir (Clot, 2010; Lhuillier, 2014) dos professores, que, em âmbito coletivo, mediante articulações de grupo, pode favorecer processos de trabalho mais palatáveis, questionando e buscando transformar tal realidade, em alguma medida.

## Referências

Antunes, R. (1997). *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho (4 ed.). São Paulo: Cortez.

Antunes, R. (2002). *Os Sentidos do Trabalho:* Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho (6 ed.). São Paulo: Boitempo.



Araújo, J. N. G. (1998). Abordagem Psicossocial da LER. In ARAÚJO, J. N. G.; LIMA, F de P.; LIMA, M. E. A (Orgs.) *L.E.R: Dimensões Ergonômicas e Psicossociais* (pp. 29-48). Belo Horizonte: Health.

Brito, J. (2009). Trabalho prescrito. In *Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Recuperado de <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapre.html>

Calgaro, J. C. C. (2013). Servidão Voluntária. In Vieira, F. O. (Orgs.). *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho* (pp. 391-394). Curitiba: Juruá.

Carvalho, R. A. A. & Horta, C. R. (2001). *Globalização, Trabalho e Desemprego: um enfoque internacional*. Belo Horizonte: C/Arte.

Carvalho, R. A. A. (1997). *Les Nouvelles Technologies de Gestion et la Mobilisation de la Subjectivité des Travailleurs dans une usine d'automobiles au Brésil*. Thèse doctorat (Sociologie des Mutations) - Paris VII. Lille: Ed. P.U. Septentrion.

Castel, R. (2013). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (11 ed.). Petrópolis: Vozes.

Chauí, M. (1982). *Cultura e Democracia*. São Paulo, SP: Cortez.

Clot, Y. (2010). *Trabalho e Poder de Agir*. Belo Horizonte, MG: Fabrefactum.

Dejours, C. (2008). Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In Lancman, S., Sznelwar, L. (Orgs.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 49-105). Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

Enriquez, E. (1997). *A Organização em análise*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Enriquez, E. (1999). Perda do Trabalho, Perda da Identidade. In NABUCO, M. R. & CARVALHO NETO, A. M. (Orgs.), *Relações de Trabalho Contemporâneas* (pp. 69-83). Belo Horizonte: IRT/PUC-Minas.

Enriquez, E. Prefácio. (2000). In Davel, E. & Vasconcelos, J. (Orgs.), *"Recursos" Humanos e Subjetividade* (pp. 7-22). Petrópolis, RJ: Vozes.

Enriquez, E. (2000b). Vida Psíquica e Organização. In Motta, F. C. P., Freitas, M. E. (Orgs.), *Vida Psíquica e Organização* (pp. 11-22). Rio de Janeiro, RJ: FGV.

Enriquez, E. (2000c). O Indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. *Vida Psíquica e Organização*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 23-40.

Gaulejac, V. (2007) *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias e Letras.



Gaulejac, V. & Hanique, F. (2015). *Le Capitalisme Paradoxant: Un système que rend fou*. Paris, França: Le Seuil.

Giust-Desprairies, F. (2005). Crise. In Barus-Michel, J., Enriquez, E., Lévy, A. (Orgs.), *Dicionário de psicossociologia* (pp. 64-72). Lisboa: Climepsi.

Lhuilier, D. (2014). Introdução à Psicossociologia do Trabalho. *Caderno Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, 17(1), 5-19. doi: 10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p5-19

Lhuilier, D. (2020). E se essa crise mudasse radicalmente o mundo do trabalho... *Gritos na Quarentena*. Caderno de Administração, 89-94. doi: 10.4025/cadadm.v28i0.53900

Nasciutti, J. (2020). Pandemia e Perspectivas no Mundo do Trabalho. Caderno de Administração, 28, 82-88. doi:10.4025/cadadm.v28i0.53609

Medeiros, B. & Siqueira, M. (2019). *Relações de Confiança e sua Instrumentalização no Controle de Docentes em IES Privadas*. REAd. Revista Eletrônica de Administração. Porto Alegre, 25(1), 213-237. doi:10.1590/1413-2311.241.90087





# COVID-19: IMPACTOS E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA E PORTUGUESA

CATIA ELI GEMELLI  
LUÍSA CERDEIRA

Esta pensata tem o intuito de refletir sobre a educação superior no contexto da pandemia provocada pela COVID-19. Do cenário atual, composto por alta complexidade e incertezas, emergem transformações e adversidades à educação superior. Esses impasses, que são comuns aos mais diversos países, evidenciam também as fragilidades das comunidades locais. Abordaremos, sobretudo, o caso da educação superior brasileira e portuguesa, que apresenta universalidades e singularidades.

É fato que praticamente todas Instituições de Ensino Superior (IES), ainda que inseridas em países com economias e aspectos sócio-históricos distintos, foram afetadas, nas últimas décadas, de forma mais ou menos intensa, pelo avanço neoliberal e pela reestruturação capitalista. Da mesma forma, os impactos da COVID-19 são percebidos globalmente. No entanto, é preciso pontuar a velocidade com a qual se alastra o novo coronavírus. Descoberto na China, em dezembro de 2019, o vírus começou a afetar as atividades das universidades no país em que surgiu, no mês de janeiro de 2020. Em março, já havia registros de suspensão das atividades presenciais de IES em todos os continentes.

Em Portugal, as primeiras IES a suspenderem as atividades presenciais foram a Universidade de Coimbra e a Universidade de Lisboa, no dia 09 de março. No Brasil, a Universidade de Campinas tomou a dianteira e anunciou a suspensão das aulas no dia 12 de março. No momento em que escrevemos esta pensata, na segunda quinzena de maio, todas as IES portuguesas e brasileiras estão com suas atividades presenciais suspensas. São, portanto, 290 IES portuguesas, públicas e privadas, divididas em universidades e institutos politécnicos (DGEEC, 2019) com suas atividades diretamente afetadas pela COVID-19. No Brasil, tratam-se de 2.537 IES, públicas e privadas, incluindo universidades, centros universitários, faculdades, institutos federais e CEFET (INEP, 2019).

Propomos discutir os impactos e desafios imediatos, vivenciados pelas IES por conta da COVID-19, como a adaptação e/ou suspensão do calendário



letivo, a migração das atividades presenciais para a modalidade a distância e o aumento da evasão. Ademais, tencionamos instigar a reflexão sobre os perigos que se apresentam, como a suplantação inapropriada do modelo de educação presencial – em favorecimento ao ensino a distância – o impacto nos recursos financeiros, o fortalecimento do processo de mercantilização e de empresariamento da educação, e a precarização do trabalho docente.

Sem dúvidas, assim como ocorrerá com diversos outros setores, o da educação será afetado pela escassez de recursos impulsionada pela crise econômica que se seguirá à pandemia. No caso da educação privada, o desemprego e a queda nas rendas impactarão na capacidade da população em dispor de recursos para o pagamento de mensalidades e anuidades. Ademais, já há relatos de efeitos econômicos imediatos, com o aumento da inadimplência e da evasão de discentes. Há de se considerar o descontentamento de estudantes com a forma como as atividades presenciais foram compulsoriamente migradas para o ensino a distância.

Já no caso das IES públicas federais brasileiras, há um processo de enfraquecimento em razão da redução de investimentos. Os recursos destinados a IES vêm sofrendo quedas vertiginosas desde 2016. A aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95, em dezembro de 2016, no governo Michel Temer (PMDB), limitou os gastos públicos nas áreas sociais à inflação pelos próximos 20 anos. É fundamental destacar que a rede federal foi a única das categorias públicas que teve aumento no número de matrículas entre 2008 e 2018 (89,7%). As IES das redes estadual e municipal registraram queda no número de matrículas no mesmo período. Quase dois terços das matrículas em cursos de graduação da rede pública brasileira estão em instituições federais.

Nas medidas adotadas pelo governo atual, é inegável a investida em formas de enfraquecimento do ensino público. Ressaltamos a ameaça de que a narrativa da crise econômica pós-pandemia seja utilizada para respaldar e estimular um projeto de governo pró-desmantelamento da rede federal de ensino superior.

No contexto português, assim como em outros países europeus, uma das principais preocupações refere-se à previsão de queda no número de estudantes do exterior. Em um sistema altamente dependente de “receitas próprias”, como as universidades e os institutos politécnicos, que dependem fortemente de propinas (anuidades) e de determinadas taxas internacionais, entendemos que o impacto real será sentido principalmente a partir do próximo ano e além. Há quase duas décadas que a educação faz parte do Acordo Geral sobre Comércio (acordo de liberalização da exportação e importação de serviços educacionais) como um dos 12 setores de serviços. Nesse contexto, as IES são percebidas a partir do seu potencial de importação e



exportação de programas e serviços educacionais o que, conseqüentemente, as coloca na perspectiva de empresas de serviços.

O número de estudantes de diversos países que ingressam no ensino superior português tem aumentado de ano para ano, sobretudo, na chamada mobilidade de grau, isto é, entre estudantes que vêm do exterior para obter um diploma português em licenciatura, mestrado ou doutoramento. Os dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) de 2018, referentes ao primeiro semestre dos últimos quatro anos letivos, indicam um crescimento de 86% nessa modalidade. No ano letivo de 2019/2020 houve o registro de cerca de 60 mil estudantes internacionais, cerca de 36% originários do Brasil.

Esta situação preocupa as reitorias das principais IES portuguesas, porquanto não se sabe se tais estudantes terão condições de continuar seus estudos em Portugal. No caso de estudantes do Brasil, já há relatos de dificuldades para manter-se nos cursos, dada a situação com a pandemia somada à desvalorização da moeda brasileira em relação ao euro. Ao mesmo tempo, observamos que há circunstâncias internacionais que podem favorecer Portugal e a Europa Continental no que se refere à captação de estudantes do exterior, como a saída do Reino Unido da União Europeia e a boa resposta portuguesa aos impactos da COVID-19, o que tornou o país uma referência mundial. Ademais, a perda de poder econômico por parte das famílias poderá levá-las a procurar as IES portuguesas, dado o fato de as anuidades serem mais baixas, em comparação às IES de outros países europeus.

No que se refere ao número de IES, 63,4% do ensino superior português é formado por instituições públicas e 36,6% por instituições privadas (DGEEC, 2018). Globalmente, o ensino superior privado representa, atualmente, uma parcela de cerca de 18% do conjunto dos inscritos no ensino superior de Portugal. O setor privado português, que durante a anterior grave crise financeira da “Troika” perdeu um número muito acentuado de estudantes (-36% entre 2010 e 2015), registrou uma recuperação, com crescimentos assinaláveis nos últimos anos letivos (entre 2016 e 2019 cresceu cerca de 18%). Por sua vez, o ensino superior público também sofreu com a crise financeira anterior (sobretudo o ensino politécnico que perdeu cerca de 8,5% entre 2020 e 2015), mas ao longo da década conseguiu reagir e crescer 8%.

A crise da COVID-19 antecipa novos desafios e dificuldades e projeta incertezas, fatos que vêm ocasionando apreensão das IES portuguesas. À semelhança do que ocorreu na crise financeira do princípio da década anterior, o decréscimo acentuado de rendimentos e o possível (e já real) crescimento do nível de desemprego, resultarão em menores condições para muitas famílias poderem apoiar as despesas de seus filhos e suas filhas, para



se candidatarem ou permanecerem no ensino superior. Do mesmo modo, a procura por cursos pós-graduação, de mestrados e de doutoramentos, terá também a tendência de diminuição, dado os condicionalismos socioeconômicos gerais.

De resto, já se percebem, atualmente, as dificuldades de estudantes oriundas da crise. Nomeadamente, se referem à manutenção de seus custos básicos, como os de alojamento, visto que, apesar de estarem nas suas casas de família durante o confinamento, precisam continuar com o pagamento das casas/residências que alugam durante o período letivo. Há ainda os custos com equipamentos e internet para o acesso às aulas on-line e com as anuidades pagas às IES.

Por esses motivos, diversas Associações de Estudantes em Portugal têm reivindicado a suspensão ou a diminuição do valor das mensalidades e tarifas cobradas pelas IES. Contudo, as respostas das reitorias das universidades e presidências dos institutos politécnicos têm sido no sentido de solicitar prudência, dado que os recursos orçamentários provenientes das anuidades são fundamentais para completar os recursos públicos, não havendo disponibilidade orçamental para aliviar esse componente.

Perspectivando o futuro próximo, antevemos com preocupação as questões de financiamento público das IES, tanto brasileiro quanto português, visto que a crise sanitária e a grave crise econômica que despontam, resultarão na perda de receitas fiscais do Governo que podem resultar na escassez de recursos orçamentais para a educação superior. Ademais, compreendemos que, a partir dos impactos da COVID-19, haverá a tendência de que outras áreas, como a saúde e a segurança social, apresentem-se como uma prioridade de investimento dos recursos públicos, em detrimento da educação superior e da ciência.

Outro ponto de tensão é a distribuição de recursos entre o próprio sistema de educação superior. Refletimos que poderá haver uma tendência governamental de priorizar a liberação dos recursos para as universidades e instituições de maior capacidade de pesquisa e para certas áreas científicas em detrimento de outras, resultando em desequilíbrios no sistema educativo.

O impacto nos recursos também pode ser utilizado como argumento para a suplantação do modelo presencial para o modelo de educação a distância, sob uma lógica mercantil. Esse processo já é observado nas IES privadas brasileiras, como indicam os dados do censo da educação superior. O número de ingressantes em cursos de graduação a distância (EAD) tem crescido substancialmente nos últimos anos. As matrículas na modalidade EAD atingiram mais de 2 milhões em 2018, o que já representa uma participação de 24,3% do total de matrículas de graduação. Enquanto o número de matrículas em cursos de graduação presencial diminuiu 2,1%



entre 2017 e 2018, a educação on-line teve uma variação positiva de 17,0% no mesmo período. Entre 2008 e 2018, as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 182,5%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 25,9%.

Observamos, outrossim, um crescimento na presença de grupos estrangeiros nas instituições de ensino superior brasileiro. Originários, principalmente, dos Estados Unidos da América (EUA) e da Europa, grandes companhias oferecem seus serviços com marcas internacionais sob o discurso de uma empregabilidade global. Um exemplo é o *Laureate International Universities* que está presente em 25 países e, atualmente, possui 11 IES no Brasil. Em 2018, esse conglomerado anunciou um processo de venda de suas universidades em Portugal para passar a investir com maior intensidade nos mercados considerados em expansão pelo grupo, principalmente Brasil, México, Chile e Peru (Observador, 2018).

Os usos da tecnologia em ambientes educacionais refletem uma perspectiva particular do empresariamento do ensino superior. A utilização da EAD tem gerado um mercado muito lucrativo para empresas, principalmente aquelas que conseguem se capitalizar (Mattos & Silva, 2020). Para Foley (2003), embora carregado de intenções progressistas, o processo de disseminação do uso de tecnologias em sala de aula está cada vez mais conectado às agendas neoliberais de ensino superior. Somado à entrega de instruções on-line, o aumento do uso da tecnologia, em todos os modos de ensino, posiciona docentes e discentes dentro de determinados entendimentos sobre formação e privilegia certas epistemologias.

Um forte discurso que ancora o processo de empresariamento da educação é o de que o privado é mais eficiente que o público, a partir da lógica gerencial da busca por eficiência, eficácia e produtividade. Em tempos de escassez de recursos e de cobrança de soluções rápidas para o enfrentamento da crise provocada pela COVID-19, há o risco de um fortalecimento ainda maior dessa visão gerencial.

Além disso, destacamos a importância de serem discutidas as potencialidades e os perigos da educação digital. No contexto de pandemia, as desigualdades foram enfatizadas pela rápida mudança para o aprendizado na modalidade EAD. A migração do modelo presencial para o digital vai muito além de pequenas mudanças incrementais ou da utilização da tecnologia como acessória no processo de ensino-aprendizagem.

Em manifestação pública, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) declarou-se contrária à Portaria 343 do Ministério da Educação brasileiro, que dispôs sobre “substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19”. No documento, a ANPED



destacou que a decisão desconsiderou a heterogeneidade regional, cultural e socioeconômica que caracteriza o país. Ainda, menosprezou as distinções entre os cursos presenciais e à distância, em suas particularidades de estrutura, gestão, currículo e planejamento.

O acesso à estrutura para o ensino EAD não é uma realidade comum a qualquer estudante do contexto brasileiro. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 45,9 milhões de brasileiros e brasileiras ainda não tinham acesso à internet em 2018. Este número corresponde a 25,3% da população com 10 anos ou mais de idade. Mesmo entre aquelas pessoas que possuem acesso à internet, há carência de estrutura física e tecnológica, como disponibilidade de computador e de espaço adequado para a realização das atividades.

A exemplo do Brasil, as instituições de ensino portuguesas, tanto públicas quanto privadas, já usavam ferramentas da EAD, mas viram-se obrigadas a suspender as suas aulas presenciais e migrar para a modalidade a distância de forma repentina, integrando-se nos planos de contingência contra a propagação do novo coronavírus. Em geral, a alternativa não era desconhecida por docentes, pois se tratou do uso de plataformas digitais (*Office 365, Teams, Blackboard Learn, Fénix e Zoom*), que já eram utilizadas por como recursos metodológicos. No entanto, obrigou a um “ajustamento” repentino, quer por parte de discentes, quer por parte de docentes. Houve, ainda, casos de docentes que tinham pouca ou mesmo nenhuma experiência de aulas à distância e precisaram reprogramar suas disciplinas em questão de dias.

Questionamos até que ponto essas novas formas de trabalho são temporárias, ou irão se transformar em algo mais definitivo e estruturante na forma de funcionamento pedagógico, quer na formação inicial, quer na pós-graduação. Contudo, é ainda cedo para podermos avaliar e, por agora, na generalidade das universidades e institutos politécnicos, públicos e privados, continua-se a trabalhar com as atividades on-line. Há a preparação, apenas de forma residual, da abertura de algumas aulas práticas e laboratoriais e certos centros de investigação, das atividades de ensino clínico da área da Saúde. Frisamos que tem sido o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior quem sugere essa abertura e as universidades e institutos politécnicos estão respondendo de forma mais cautelosa, no que toca a voltar às aulas presenciais.

Dessas reflexões, tencionamos dois pontos em evidência atual e futura.

## **Precarização do Trabalho Docente**

Sem dúvidas, um dos impactos mais imediatos e evidentes da pandemia sobre a educação superior refere-se à precarização do trabalho docente. A



intensificação das atividades e a fragilização das relações de trabalho já vêm ocorrendo há anos e são apontadas por diversos estudos, tanto no contexto brasileiro (Ivo & Hypolito, 2015, Ribeiro & Leda, 2016, Gemelli, Fraga & Closs, 2019, Gemelli, 2020) quanto no português (Antunes, 2017, Cerdeira & Cabrito, 2020).

No caso do Brasil, frisamos que a pandemia evidenciou uma precarização que já vem sendo denunciada, principalmente na realidade das IES privadas. Destacamos que a maior parte dos/as profissionais docentes brasileiros/as atuam nessa modalidade. Em 2018, havia 384.474 docentes em exercício na educação superior no Brasil. Desse total, 54,8% tinham vínculo com IES privada e 45,2%, com IES pública (INEP, 2019).

Docentes já vinham vivenciando como atribuição a atração e retenção de estudantes pagantes, muitas vezes na compreensão de que são como “clientes”. A adoção das premissas gerenciais pelas IES criou uma cultura performativa que promulga a ascensão de práticas pedagógicas inovadoras, aliada à responsabilização de docentes pela atratividade das aulas (Gemelli, Fraga & Closs, 2019). Com a pandemia, a responsabilização envolve, também, a cobrança por encontrar alternativas digitais cativantes, que mantenham o interesse de discentes pelos seus cursos.

Os processos de demissões que vinham acontecendo desde 2018, como parte de um grande movimento em prol da mercantilização do ensino, tornaram-se uma ameaça ainda mais presente. Nesta primeira quinzena de maio, a *Laureate*, já citada nesta pensata, anunciou a demissão massiva de docentes, como parte de um plano de reestruturação do seu ensino a distância. Isso ocorreu logo após a instituição admitir a substituição de docentes por robôs para a correção de atividades EAD.

Para além da demissão, a subsequente fragilização das relações de trabalho docente dos últimos anos ilustra um cenário em que o trabalho como horista ou como pessoa jurídica é comum. No contexto da COVID-19, essas formas de trabalho são ainda mais fragilizadas diante de confusos e incertos vínculos trabalhistas. Em caso de queda no número de matrículas, professores e professoras do ensino privado perdem horas em sala de aula, o que impacta diretamente em sua remuneração. Ademais, quem trabalha sob o regime de prestação de serviços educacionais (pessoa jurídica) está sem proteção de direitos trabalhistas.

Em Portugal, na última década, o trabalho docente também sofreu os efeitos significativos da crise financeira. Os cortes orçamentários que se abateram no sistema, sobretudo entre 2011 e 2015, com a redução do número de estudantes, em particular no sistema privado, tiveram implicações diretas no corpo docente. Assim, entre 2010/2011 e 2014/2015, no ensino público, houve um corte no número de docentes do ensino superior público de -7,3%



(passando de 26.410 para 24.493 docentes envolvendo as universidades e institutos politécnicos), enquanto que no ensino privado o corte foi bem mais expressivo de -33% (passando de 11.654 para 7.853 docentes).

Nos últimos anos, à mercê da melhoria das condições socioeconômicas e da retomada do aumento do número de matrículas, vinha-se registrando entre 2014/15 e 2018/19 um acréscimo no número de contratações de docentes. No ensino superior público, o crescimento foi de cerca de 12%, e no privado, de forma bem mais modesta, foi de 1,9%, colocando, respectivamente, o número dos docentes em 27.279 e 8.004 (DGEEC, 2019).

Todavia, um dos problemas com que se deparam, hoje, os docentes do ensino superior público português, independentemente do tipo de ensino, é a precarização da sua atividade. Para além da intensificação do trabalho nos últimos anos, destacamos outro aspecto da precarização desta profissão que se refere às mudanças nos regimes de trabalho. Observamos que vem ocorrendo um crescimento de docentes em tempo integral, tempo parcial e em colaboração, ao mesmo tempo em que acontece a diminuição de docentes em regime de dedicação exclusiva. Em 2006/2007, docentes em dedicação exclusiva representavam cerca de 68% no ensino universitário público e 56% no politécnico. Passada uma década, eles já representam apenas 57% e 52%, respectivamente.

Evidenciamos outro aspeto muito importante que diz da distribuição pelas categorias da carreira universitária e politécnica. Na última década, a generalidade de docentes não teve possibilidade de evoluir na sua carreira, dada a situação financeira de asfixia vivenciada pelas instituições públicas. O congelamento na progressão da carreira foi acompanhado pela ausência de abertura de postos de trabalho, seja para novas vagas, seja para substituir docentes que se aposentaram, situação que explica o envelhecimento progressivo e perigoso da população docente portuguesa, pondo em perigo uma profissão que não rejuvenesce. Acrescemos que não houve qualquer aumento salarial da categoria docente de IES desde 2009 e foi, precisamente, neste ano de 2020 que pela primeira vez se registou o primeiro aumento de apenas +0,3%. Alertamos que a situação agora gerada com a pandemia poderá vir a se agravar de sobremaneira.

### **Reafirmação do papel social da educação e da ciência**

Historicamente, credita-se às instituições de ensino, especialmente as de ensino profissional e superior, a solução de vários problemas sociais, económicos, políticos e culturais (Klaus, 2017). Durante décadas, a educação tem sido vista como um instrumento para a mobilidade social, bem como, uma ferramenta para o crescimento económico e o desenvolvimento social (Cerdeira, Cabrito, Machado-Taylor & Patrocínio, 2016).



No Seminário Web *Los futuros de la educación* organizado pela UNESCO e pela Fundación Santillana, o professor António Nóvoa trouxe a reflexão sobre a importância de sempre retomarmos a dimensão pública da educação ao discutirmos seus rumos durante e após a pandemia. A educação é um processo social e de construção pública, trata-se, portanto, de um bem comum global. Essa compreensão difere completamente de uma relação consumista, que percebe a educação de um plano individual e mercantil.

Queremos destacar o papel ativo que as IES estão desempenhando em suas comunidades e redes circundantes, para o enfrentamento das consequências provocadas pela COVID-19. Atualmente, muitas IES em todo o mundo estão colaborando com autoridades públicas e empresas para desenvolver respostas médicas à crise, oferecer apoio psicológico e assistencial, gerar serviços digitais, culturais e de entretenimento, além de fornecer suprimentos, como máquinas de teste especializadas.

Compreendemos que este é um momento de reafirmação do papel da ciência e das instituições de ensino superior, especialmente ancoradas no tripé ensino-pesquisa-extensão. A presença efetiva das IES será de fundamental importância para o presente e futuro das suas comunidades.

Por fim, em nossa participação em seminários on-line, webinars e *lives* que se originam do esforço de diversas instituições, acadêmicos e profissionais de diferentes áreas para se pensar a educação em tempos de COVID-19, temos observado que a maioria das discussões se concentram em papéis auxiliares das IES. Principalmente em como seus recursos estão sendo mobilizados para o enfrentamento da pandemia, ou ainda, restritas ao desenvolvimento de ecossistemas de inovação, pró-competição. No entanto, entendemos que os desafios são esmagadores e exigem abordagens cooperativas para um enfrentamento coletivo. Dessa forma, encerramos nossa pensata com o questionamento: como podemos conceber papéis mais coletivos e colaborativos das IES para criar um futuro desejável para a nossa sociedade pós-pandemia?

## Referências

Anped – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. (2020). *Manifestação contrária à Portaria 343/2020 – MEC*. Disponível em < <http://www.anped.org.br/>>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

Antunes, F. (2017). Uma trajetória singular? Apontamentos sobre europeização, privatização e especificidades do ensino superior português. *Revista Eletrônica de Educação*, 11(1), p.165-184.

Brasil - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. (2019). *Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas*. Disponível em < <http://portal.inep.gov>.



br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

Cerdeira, L., Cabrito, B., Machado-Taylor, M. L., & Patrocínio, T. (2016). Transfer investment on education on a free cost basis: some evidence from Portugal, Spain, Greece and Italy. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, 24 (93), p. 777-803.

Cerdeira, L., & Cabrito, B. (2020). Os professores do ensino superior público em Portugal: uma carreira em perigo? *Revista Educação, Cultura e Sociedade*, 10 (1), p. 6-22.

Foley, A. R. (2003). Distance, Disability and the Commodification of Education: Web accessibility and the construction of knowledge. *Current Issues in Comparative Education*, 6(1), p. 27-39.

Mattos, M. C. C. M., & Silva, M. C. R. F. (2020). Precarização e privatização das políticas públicas na educação a distância. *Educação*, 45, p. 1-22.

Palhares, I. (2020). *Depois de colocar robôs para ensino, Laureate demite 120 professores*. Folha de São Paulo. Acesso em < <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/depois-de-colocar-robos-para-ensino-laureate-demite-120-professores.shtml>>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

Gemelli, C. E., Fraga, A. M., & Closs, L. Q. (2019). Multifformidade docente: (Re) Configurações do trabalho no capitalismo flexível. *XVI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*, Salvador/Ba, Brasil.

Gemelli, C. E. (2020). A quem serve a “neutralidade”? Análise do movimento Escola Sem Partido à luz da ideologia gerencialista. *Trabalho Necessário*, 18(35), p. 288-309. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

Ivo, A. A., & Hypolito, A. M. (2015). Políticas gerenciais em educação: efeitos sobre o trabalho docente. *Currículo sem Fronteiras*, 15(2), p. 365-379.

Klaus, V. (2017). Empresariamento da educação em tempos de capitalismo flexível: análise de parcerias escola/empresa no RS. *Educação Unisinos*, 21(30), p. 345-355.

Observador (2018). *Grupo norte-americano Laureate vai vender universidades em Portugal, 2018*. Disponível em: <https://observador.pt/2018/08/24/grupo-norte-americano-laureate-vai-vender-universidades-em-portugal/>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

Ribeiro, C. V. S., & Leda, D. B. (2016). O trabalho docente no enfrentamento do gerencialismo nas universidades federais brasileiras: repercussões na subjetividade. *Educação em Revista*, 32(4), p. 97-117.



# NOTAS DE PERCURSO PELA UNIVERSIDADE PANDÊMICA

FERNANDA TARABAL LOPES

## Introdução

As reflexões apresentadas nesse texto referem-se àquelas que tenho construído ao longo de observações pessoais; leituras; acompanhamento de palestras e fóruns de discussão em plataformas digitais; participação em debates universitários; escuta e trocas com colegas da comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnicos/as) a respeito da universidade no período da pandemia. Longe de esgotar ou generalizar essa discussão, minha intenção neste ensaio é apresentar algumas inquietações (a partir de minha experiência) e contribuir para o diálogo, tendo em vista a complexidade peculiar do presente momento.

Paralelamente, exponho sobre a recente discussão realizada por Christophe Dejours (2020), na qual o autor discorre sobre como a pandemia do coronavírus tem se configurado enquanto ocasião do estado neoliberal adentrar em uma nova etapa de seu desenvolvimento, uma etapa ainda mais poderosa do que a anterior. Consoante a essa questão, Dejours nos atenta ainda para um processo de racionalização secundária, que tem acontecido a partir do ato de aceitação de algo que antes era proibido, o que ele denomina de uma fábrica de consentimento.

A pandemia do COVID-19 tem escancarado os abismos sociais que temos no Brasil. Como exemplo, cita-se a primeira morte notificada pela doença no estado do Rio de Janeiro, cuja atividade de trabalho da vítima era a de empregada doméstica. Trata-se da Sra. Cleonice<sup>1</sup>; sobre o caso, o jornal a apresenta enquanto “uma empregada doméstica de 63 anos que tinha diabetes e hipertensão”. Cleonice contaminou-se por coronavírus na casa de sua patroa, que havia chegado de uma viagem internacional: “Ela teve contato com a patroa, que esteve na Itália e estava com a doença” (“Governo do RJ”, 2020).

---

<sup>1</sup> Recomendo o acesso aos projetos @reliquia.rum e @vozes.reliquia.rum, disponíveis no Instagram pelos seguintes acessos, respectivamente: <https://www.instagram.com/reliquia.rum/> e <https://www.instagram.com/vozes.reliquia.rum/>. Os projetos discorrem sobre as memórias e histórias das vítimas do COVID-19 no Brasil pelo entendimento de que as vidas perdidas na pandemia são histórias que merecem e necessitam serem contadas e ouvidas, indo além da tratativa dessas enquanto números.



A moradora de Miguel Pereira apresentou os primeiros sintomas no domingo (15) (referindo-se à data de 15 de março de 2020), foi a uma unidade de saúde do município na segunda (16) (referindo-se à data de 16 de março de 2020), apresentou piora no quadro e morreu na terça (17) (referindo-se à data de 17 de março de 2020), mesmo dia que o material chegou para a análise do laboratório do estado. (“Governo do RJ”, 2020).

Sobre a primeira mulher a morrer por coronavírus no Rio de Janeiro, o projeto @reliquia.rum destaca em sua página no Instagram: “(...) Sabemos que era empregada doméstica. Morreu porque não lhe avisaram que a patroa estava doente. Deixou filhos. Deixou em nós a cicatriz do que faz a herança colonial neste país”. O falecimento da Sra. Berenice nos alerta para uma série de problemáticas historicamente presentes no contexto brasileiro e que se repetem, mas agora nos delineamentos de uma pandemia. Nesse caso, por exemplo, tem-se a situação do trabalho de mulheres domésticas e a herança da escravidão fundamente de uma atividade que ainda se mantém permeada por relações abusivas, dentre as quais destacamos aqui a condição de uma trabalhadora ter de expor-se a um vírus que para ela acabou sendo letal.

Sobre a letalidade do vírus, já é de amplo conhecimento que a patologia tem sua gravidade acentuada para pessoas idosas, hipertensas, diabéticas, dentre outras comorbidades que classificam sujeitos enquanto pertencentes a um grupo de risco. O que nem sempre é debatido, é a compreensão de que o pertencimento ao grupo de risco deveria englobar também fatores socioeconômicos, tais como: dificuldades de acesso aos sistemas de saúde e tratamento adequados, habitações precárias, moradores em situação de rua, condições de trabalho extenuantes, baixos salários, exposição à transporte público em condições de superlotação e deficitárias, fome, pobreza, são algumas dentre outras condições que expõem pessoas tanto ao risco da contaminação, quanto a prognósticos desfavoráveis em relação à evolução da doença.

A partir desse contexto, reflito acerca da educação durante a pandemia. É sabido que grande parte das escolas e universidades, em especial aquelas das redes privadas, aderiram de imediato pela continuidade do ensino na modalidade *online*. As universidades e instituições das redes públicas no Brasil, de maneira geral, optaram por suspender suas atividades de ensino momentaneamente, mantendo-se ativas e mobilizadas em suas atividades de pesquisa e extensão, especialmente aquelas dirigidas ao enfrentamento da crise desencadeada pela COVID nas mais diversas áreas.

A suspensão das atividades de ensino em modalidade presencial ocorre tendo em vista os riscos de contágio da doença. Diante desse quadro, tem-se

discutido sobre as possibilidades de ocorrência do ensino na modalidade remota. Até a data de finalização do presente texto, em considerável parte das universidades públicas brasileiras, tal transição ainda não ocorreu. Dentre os motivos, citam-se: a preocupação com a preservação da qualidade e excelência dos processos educativos, a impossibilidade da realização de algumas atividades presenciais (como estágios e atividades de práticas laboratoriais) no formato *online* e ainda as disparidades de condições de acesso de discentes à redes de internet, equipamentos, espaços físicos para a condução de estudos à distância.

Na seção seguinte, discorro sobre alguns dos aspectos acima citados, a partir do relato de minhas vivências e de trabalhos de artistas exibidos recentemente nas mídias digitais. Posteriormente, apresento a leitura de Dejours (2020) acerca da crise na pandemia. Por fim, e a partir dessas exposições, são propostas reflexões sobre o ensino, que se agregam às ideias de Boaventura de Sousa Santos (2020) sobre a universidade pós-pandêmica.

### **Inclusão às avessas**

Em relação aos abismos sociais escancarados pela pandemia, tem-se a questão da inclusão digital, que visivelmente não é algo alcançado na realidade brasileira. Falta e dificuldade de acesso a equipamentos e internet são realidades ainda presentes na vida de muitos estudantes universitários. Visto que tal processo de inclusão ainda não ocorre de forma satisfatória, algumas possíveis saídas têm sido consideradas e, sobre as quais, proponho a reflexão.

Uma delas relaciona-se ao debate sobre uma eventual abertura de espaços físicos da universidade (tal medida refere-se à disponibilização de espaço e equipamentos, conforme normas e protocolos de segurança e higienização) enquanto possibilidade de inclusão para estudantes que possuem dificuldades para seguir os estudos em seus domicílios (por não possuírem acesso e condições adequadas de equipamentos e/ou internet, ausência de estruturas objetivas e subjetivas propícias, dentre outros).

Na data de hoje (07/07/2020), contam-se mais de 1.668.589 casos confirmados e 66.741 mortes notificadas por COVID-19 no Brasil<sup>2</sup>, um quadro dramático e preocupante. Para essa patologia, com alto nível de transmissibilidade, a recomendação enquanto medida necessária de prevenção é o distanciamento social. Nessa realidade, reflete-se sobre o quão contraditória configura-se uma medida de disponibilização de espaços físicos, visto a exposição e o risco de contaminação ao qual se submetem

<sup>2</sup> Dado disponível em <https://covid.saude.gov.br/>



os estudantes, especialmente aqueles que vivem em regiões periféricas das cidades e que teriam de deslocar-se, geralmente por transporte público, para estudar. Também vale ressaltar que tais discentes e seus familiares possivelmente fazem parte de uma classe trabalhadora que cotidianamente já arrisca-se ao contágio para execução de suas atividades laborais. Considerando que um estudante que possui plena condição de seguir seus estudos em casa não necessitaria adotar tal medida, pondera-se ainda: quais são os corpos que permanecem expostos em nossa sociedade? Lembremos também que há outros sujeitos em risco na implementação de uma medida como essa, tais como familiares de discentes, técnicos, trabalhadores terceirizados da limpeza e da segurança.



Fonte: Motta, 2020.

Outra possibilidade apontada enquanto “mitigação de danos” para o ensino remoto emergencial, refere-se ao oferecimento de trancamento de curso sem ônus para o estudante. No entanto, tal medida se configura de maneira igualmente paradoxal, especialmente para aqueles que terão de escolhê-la enquanto única opção possível. Além disso, remete a um “deixar para trás” justamente os alunos que têm/teriam maiores dificuldade no acompanhamento dos cursos na modalidade *online*.

Assim, garantir o acesso para que todos possam estudar de suas residências desponta enquanto medida mínima para o processo de implementação de um ensino remoto que seja condizente à preservação da saúde e da vida, e ao direito de permanência discente na universidade. Todavia, trata-se ainda de uma inclusão precária, pois certamente o aluno que seguirá o curso em condições adequadas de mobiliário e espaço, por equipamentos eletrôni-

cos modernos e disponíveis, com conexão apropriada de internet *wi-fi*, sem ter de cuidar de filhos e/ou de idosos no contexto da pandemia, ou mesmo responsabilizar-se por afazeres domésticos, dentre outras atividades, terá condições de aprendizagem diferentes de estudantes que não vivenciam essa realidade. A história em quadrinhos abaixo, de autoria de Leandro Assis e Triscila Oliveira (2020), exemplifica as precarizações às quais me refiro:



Fonte: Assis & Oliveira, 2020.

Por processos de inclusão de social, recorreremos ao trabalho de Peixoto (2010) que, tendo por base Sposati (1998), discorre sobre quatro elementos indispensáveis para concretização desse padrão, a saber: autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade.

**A autonomia** diz respeito à capacidade e possibilidade de o cidadão suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, **inclusive a capacidade de usufruir segurança social e pessoal. A qualidade de vida** se refere à possibilidade de obter uma **melhor redistribuição e usufruto da riqueza social e tecnológica pelos cidadãos de uma comunidade**, bem como à garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza com menor grau de degradação e precariedade. **O desenvolvimento humano** compreende a **possibilidade de todos os cidadãos de uma sociedade se desenvolverem com o menor grau possível de privação e sofrimento**, enquanto **a equidade** está relacionada à **possibilidade de manifestação e de respeito às diferenças, sem discriminação ou restrição do acesso aos direitos e sem estigmatização das diferenças**. (Peixoto, 2010, p. 259-260, grifo nosso)

Peixoto discorre ainda sobre a origem do conceito de inclusão social, o qual parte do reconhecimento da exclusão, da existência de excluídos na sociedade e da necessidade de intervir para protegê-los. O reconhecimento da exclusão é fundamental para a construção de processos de inclusão. Reconhecer a exclusão orienta para que as ações se previnam e reduzam o risco da entrada em situações de exclusão, ainda que com objetivos opostos. Em seu trabalho, a autora ressalta a importância de que os mecanismos de inclusão não se configurem apenas de modo compensatório, voltados para o suprimento imediato de carências materiais mais extremas, “é preciso que eles atuem sobre os mecanismos de reprodução da destituição”. A autora atenta ainda para a necessidade de que as medidas inclusivas impulsionem “os indivíduos ou grupos no sentido de saída da exclusão, favorecendo trajetórias mais inclusivas e de não retorno à exclusão”.

### **Pandemia, neoliberalismo e a fábrica do consentimento**

Em 30 de maio de 2020, assisti ao debate (*online*) de Christophe Dejours acerca da pandemia e da crise no trabalho, organizado pela *Revista y Editorial Topía*. Nesse, o psicanalista francês discorre sobre como a pandemia do coronavírus tem se configurado enquanto ocasião do estado neoliberal adentrar em uma nova etapa de seu desenvolvimento, uma etapa ainda mais



poderosa do que a anterior. Assim, as ideias que desenvolvo nesta seção voltam-se para esse debate, a partir de minhas anotações e reflexões.

Dejours expõe sobre a situação da pandemia na França e discorre sobre alguns aspectos. Dentre eles, o pesquisador cita a ocorrência da violência policial e da submissão da população a um contexto de repressão: um estado policial em perspectiva e que se coloca diante do que resta de um estado social francês outrora construído. Nessa atual configuração, Dejours cita exemplos de transformações no tecido social que se precarizaram ainda mais no contexto pandêmico.

Um dos exemplos mencionados refere-se às condições dos velhos nas "*maisons de retraite*" (casas de repouso) que, no contexto da pandemia, foram expostos a situações de degradação, tais como: más condições de higiene e cuidados, proibição de visitas, falta de medicamentos, situações de morte sem a presença de familiares, dentre outras práticas indignas que já ocorriam antes do coronavírus, mas que, no contexto pandêmico, foram exacerbadas. "(...) O coronavírus torna mais visível a condição dos velhos", condição que já havia anteriormente à pandemia: um horror ordinário e cotidiano no cuidado aos idosos, maus-tratos que se configuram em uma seleção de quem vive e de quem morre (seja na pandemia, seja em um sistema neoliberal de sociedade). Tal contexto, além dos traços de uma necropolítica, expõe também um processo de sucateamento, que por sua vez se coloca enquanto condição ideal para a privatização das *maisons de retraites* "a preços altos", o "passo adiante que faltava", "a banalização do mal justificada pela lógica econômica" (Dejours, 2020).

Um outro exemplo comentado pelo autor, alude às condições dos profissionais de saúde nos hospitais franceses, mais especificamente, em um grande hospital universitário de Paris. Ele discorre que, por detrás de um discurso de uma suposta rede de solidariedade e apoio durante a pandemia (como os aplausos nas janelas para os profissionais da saúde), o que de fato ocorreu a esses trabalhadores foi uma grande sobrecarga de trabalho, fadiga (relacionada a uma crise moral, não apenas a uma sobrecarga física), ocorrência de uma gestão autoritária, além da exposição dos mesmos ao risco de contaminação (falta de máscaras, vestimentas, dentre outros equipamentos de proteção necessários). A retórica da solidariedade mascarou as más condições de trabalho no campo da saúde, como a não-contratação de novos profissionais e o consequente aumento da jornada de trabalho.

Outra questão de destaque no contexto da pandemia, refere-se ao trabalho remoto. Para além das questões relacionadas às condições dificultosas de sua realização<sup>3</sup>, Dejours enfatiza a facilidade com que tal condição

<sup>3</sup> A respeito de tais condições, Lhuillier (2020) discorre sobre a categoria dos "em teletraba-



foi aceita, até mesmo pelas pessoas que anteriormente mais a combatiam. Como exemplo, tem-se os psicanalistas que, apesar de em situação anterior ao coronavírus, combaterem fortemente o uso da “psicanálise à distância” via *skype*, passaram a considerar tal situação como algo possível. Ainda que tais profissionais justifiquem suas razões para a realização de atendimentos *online* pelo medo de contaminação, pela perda financeira ou pelo receio de perder a clientela, o que Dejours nos alerta é que há uma outra racionalização por detrás desse ato de aceitação de algo que antes era proibido, há uma racionalização secundária, que ele denomina de uma fábrica do consentimento.

É por esse mecanismo que a degradação de uma série de condições tem sido aceita e legitimada pelas pessoas, inclusive por aquelas que em momento anterior à pandemia jamais a conceberiam (como no exemplo dos psicanalistas que chancelam um modo de atendimento no qual é sabido que existem perdas significativas). Dejours reforça como esse mecanismo de consentimento à degradação se constitui enquanto uma experimentação, um laboratório importante para o exercício do poder neoliberal: “se aceitam, podemos fazer”. Tal condição de trabalho *online* tem se validado também nos atendimentos dos médicos (ele comenta que já se anunciam determinadas zonas de “deserto médico”, que terão de confrontar-se no futuro com uma predominância de consultas *online*) e aplica-se a outras áreas como a dos magistrados e do trabalho judiciário de maneira geral.

No campo do ensino nas universidades, a degradação advinda de uma educação remota é flagrante. Dejours reflete sobre a condição de experimentação acima comentada e coloca o questionamento: então pode-se fazer educação por *skype* com um professor em Paris e se servir dessa mesma educação também para o interior? Isso anuncia a possibilidade de redução do número de professores nas universidades, além de outras vantagens para o neoliberalismo. Afinal, se é possível estudar de maneira remota, então não é necessário manter os locais fisicamente; toda a carga logística fica, nessa situação, transferida para a casa de cada estudante. A passagem para o EAD representa a passagem para o contrato precário, para a supressão de funcionários na educação, para o aumento de vínculos de trabalho frágeis e temporários, para a eliminação do papel do estado e a conseqüente ruína mesmo da própria república; “tudo caminhando passo a passo” (Dejours, 2020).

Ainda sobre a educação à distância, no que diz respeito aos estudantes, o que se observa nesse cenário é que apenas aqueles capazes de se bene-

---

lho”, confinados: “estes devem manter simultaneamente dois tipos de atividade, familiar e profissional, o que supõe uma série de conciliações, negociações, acordos. Neste contexto, impõe-se uma nova atividade: a construção de uma organização e de condições de trabalho compatíveis com as exigências de duas esferas de atividade. A auto-organização do “espaço de trabalho” e do horário de trabalho devem ser combinadas com os outros “tele-trabalhadores” da residência” (Lhuillier, 2020, p. 90).



ficiar disso, ou seja, os alunos que têm as condições de privilégios suficientes e adequadas para o ensino remoto, irão seguir. Esse sistema *online* já se anuncia em toda a França, adverte Dejours. No entanto, tal anúncio, foca-se especialmente no sistema das universidades; para o sistema das *Grands Écoles* o que certamente permanecerá será a manutenção de um grande corpo docente que formará uma minoria de elite privilegiada (a classe gestora será preservada!).

### **A universidade no pós-pandemia**

O que Dejours nos alerta, a partir das reflexões acima resgatadas, é que a pandemia do coronavírus tem se apresentado nas mais diversas realidades enquanto uma nova etapa de dominação do poder neoliberal, um passo adiante para os processos de servidão voluntária, outrora iniciados. É preocupante que essa questão não esteja sendo colocada nos debates, nas pesquisas, tampouco nos espaços públicos do trabalho. A pandemia anuncia a aceitação da piora da qualidade laboral, seja na educação, seja no judiciário, seja na saúde. Do ponto de vista da psicopatologia do trabalho, o que se indica é o aumento da sobrecarga, da pressão, da precarização, do individualismo, as perdas dos coletivos e o conseqüente aumento de patologias como a depressão e o suicídio. Vamos nos conformar com êxito do neoliberalismo sobre o nosso destino?, questiona-nos Dejours.

Em relação à questão do ensino remoto nas universidades, nota-se ainda um discurso, o qual tenho observado recorrente; trata-se de um argumentos do tipo: “eu pessoalmente sou contra o ensino remoto emergencial, mas temos de fazê-lo”. Ciente da complexidade que envolve essa questão e mesmo a compreensão desse comportamento, atendo-me aqui à contribuição que Dejours nos apresenta: verifica-se nessa pandemia um processo de aceitação do inaceitável, uma autorização para a degradação, uma racionalização secundária que fabrica consentimento ao que antes era considerado interdito.

Para o enfrentamento à essa situação, Dejours nos aponta sobre a necessidade de se resgatar a centralidade política do trabalho e sua inteligibilidade de ação coletiva. E defende que é preciso reorganizar os espaços de deliberação nas escolas/universidades, sendo protagonistas nos processos de não aceitar o inaceitável. Caso contrário, aflige-nos o que vai restar em nós, de nós e em nossa sociedade no pós pandemia.

Sobre a universidade pós-pandêmica, Boaventura de Sousa Santos (2020) nos alerta que é fundamental não nos esquecermos dos ataques há tempos dirigidos às universidades públicas, os quais o autor sintetiza em dois conceitos: capitalismo universitário e ultra-direita ideológica. Tais ataques permanecem presentes na situação da pandemia e tendem a se aprofundar.



O autor nos descreve sobre os modos como as universidades têm se comportado no contexto do coronavírus:

É muito difícil generalizar, mas pode-se dizer que se aprofundou o centralismo e não se alterou um milímetro a lógica burocrática, que domina hoje nas relações intra-universitárias; cuidou-se pouco dos estudantes fora dos breves momentos online ou a braços com as exclusões que suposta cidadania digital provocou; os professores que dedicaram mais tempo aos estudantes fizeram-no por iniciativa própria e espírito de missão; descuidou-se totalmente a situação dos professores, enfrentando alterações na vida familiar, recorrendo a tecnologias de ensino com que a maioria estava pouco familiarizada, com uma carga burocrática imensa, com a vontade de inovar, quase por necessidade ante os desafios da pandemia, mas barrados pelo muro de burocracia. **Em suma, a pandemia veio agravar as tendências de degradação da universidade que já se vinham a notar há muito** (Santos, 2020, grifo nosso).

Entretanto, Boaventura acena sobre a possibilidade da universidade posicionar-se de maneira alternativa frente à esse cenário que, sendo marcado pela exploração violenta e intensiva da sociedade, das pessoas e do meio ambiente, pode lançar-nos “num inferno de pandemias recorrentes”. Para o autor, o caminho da transformação resume-se estrategicamente em quatro palavras-chaves: democratizar, desmercantilizar, descolonizar, despatriarcalizar.

O autor defende ainda que as universidades públicas representam a principal instituição para a (re)condução desse momento de uma outra maneira, buscando um outro horizonte. “É a única instituição que o pode fazer. Se ela o não fizer, será devorada pela vertigem neoliberal que agora se vê fortalecida pela orgia tecnológica de zoom, streamyard, webex, webinar, etc”. Para o neoliberalismo a universidade do futuro é *online*: “imensas poupanças em pessoal docente, técnico, e em instalações; modo expedito de acabar com matérias “ideológicas” e com os protestos universitários (não há estátuas online); eliminação de processos deliberativos presenciais disfuncionais. Finalmente, o fim da crise financeira. Mas também o fim da universidade como a conhecemos”.

## Referências

Assis, L. A., & Oliveira, T. (2020). *Confinada*. Uma série em quadrinhos de @leandro\_assis\_ilustra e @soulanja N12 - EAD #tirinhaconfinada. Instagram. Recuperado de <https://www.instagram.com/p/CBwa3OQpCQP/>



Dejours, C. (2020, Maio 30). *La pandemia y la crisis en el trabajo*. YouTube. Recuperado de: [https://www.youtube.com/watch?v=xxQrmj6hsP0&feature=youtu.be&fbclid=IwAR1UtexfIHsD\\_D82wVXSBPcDSvjhrDzuHJrl3CxLDsE045UQirPdtR6rZtU](https://www.youtube.com/watch?v=xxQrmj6hsP0&feature=youtu.be&fbclid=IwAR1UtexfIHsD_D82wVXSBPcDSvjhrDzuHJrl3CxLDsE045UQirPdtR6rZtU)

Governo do RJ confirma a primeira morte por coronavírus (2020, Março 19). *O Globo*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>

Lhuillier, D. (2020). E se essa crise mudasse radicalmente o mundo do trabalho. *Caderno De Administração*, 28, 89-94. doi:10.4025/cadadm.v28i0.53900

Motta, N. (2020). *Sobre porque crianças não podem ir pra escola durante essa pandemia*. Instagram. Recuperado de: <https://www.instagram.com/p/B-M1dwopUJk/>

Peixoto, M. C. (2010). Inclusão social na educação superior. *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*. Campo Grande-MS, 30, 237-266, jul./dez.

Reliquia.rum. (2020). *A primeira mulher a morrer no Rio de Janeiro é sem nome. (...)* Instagram. Recuperado de: <https://www.instagram.com/p/B-GACxAB0EY/>

Santos, B. S. (2020, Julho 2). A universidade pós-pandêmica. *OUTRASPALAVRAS*. Recuperado de <https://outraspalavras.net/alemdamercadoria/boaventura-a-universidade-pos-pandemica/>





# EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA - O QUE DIZER ÀQUELES QUE SEMPRE ESTIVERAM À MARGEM DO ENSINO PÚBLICO NO PAÍS?

LUIZA RODRIGUES DE OLIVEIRA  
ABRAHÃO DE OLIVEIRA SANTOS

## Introdução

Esta escrita se iniciou quando o país chorava um pouco mais de dez mil mortes pela infecção Covid-19 e está chegando ao seu fim na semana em que ultrapassamos as cinquenta e nove mil vidas perdidas. Trazemos, junto desse marcador temporal e de dor, a questão racial, porque sendo essa a nossa marca - somos dois intelectuais negras/os - é também a que é invisibilizada na notificação dos dados da pandemia no Brasil. Não temos o quesito raça-cor na divulgação dos números de infecção pela Covid-19 na maioria dos estados (O Globo, 2020). Somente oito estados - Alagoas, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia e Rio Grande do Sul - cumprem atualmente a Portaria nº 344/2017 (Ministério da Saúde, 2017), que torna obrigatório o preenchimento do quesito raça/cor nos prontuários, anamneses e atestados de óbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Não sendo o Rio de Janeiro um desses estados, a sua capital vem notificando o quesito junto à divulgação dos dados de contaminação, a fim de cumprir uma decisão liminar da Justiça Federal do Rio de Janeiro, a pedido do Instituto Luiz Gama e da Defensoria Pública da União. Porém, ao acessarmos o Painel Rio COVID-19 (2020), da prefeitura do Rio de Janeiro, identificamos que, quando o quesito raça-cor é considerado, o número de mortes não é divulgado, bem como as informações acerca do território em que ocorreram. Sendo assim, fizemos uma análise a partir dos números absolutos, comparando dados em bairros de população negra e mais vulnerável (Campo Grande, Bangu, Realengo, Santa Cruz, Bonsucesso, Irajá, Ramos), com outros bairros (Copacabana, Botafogo, Leblon, Flamengo, Ipanema, Laranjeiras e Lago). Nos bairros de população de maioria negra, a letalidade é de 41,4%, já nos outros bairros, é de 9,6%. Esses dados nos permitem supor que, na pandemia pelo novo Coronavírus, na cidade do Rio de Janeiro, e assim deve caminhar o país, morre mais a população negra. Mais uma tecnologia de apagamento



e negligenciamento, que às outras se soma, na atualização do genocídio de mulheres negras e homens negros neste país. No caso, trata-se de omissão de informação que mantém o racismo institucional.

Essa produção de apagamento e negligenciamento para com a população negra vem de longe. Fazemos um corte no tempo e determinamos o ano de 1888, ano da assinatura da Lei Áurea, um tempo em que os discursos clamavam pela “integração dos negros no mundo dos brancos” (Azevedo, 1987, p. 18) e em que o projeto de nação, também recém-independente, almejava um povo, uma sociedade unida e uma população homogênea, segundo o estilo ideológico e identitário dos povos europeus. Entre o tema do negro livre, os movimentos abolicionistas e reformistas e o tempo pós-abolição, temos “a ansiedade dos “homens bons” em regularizar gradualmente as relações sociais entre brancos e negros” (Azevedo, 1987, p. 33). Assim, fomos da pergunta de como tornar os negros livres à pergunta de “o que fazer com o negro após a ruptura da polaridade senhor-escravo” (Azevedo, 1987, p. 33). No entanto, essa pergunta já vinha sendo respondida com violência e desprezo pela cor da pele, pelo cabelo, pelos traços físicos, pela cultura, pela identidade. E tem sido assim, contrariando leis (inclusive cartas magnas, como a Constituição de 1824 e a Constituição de 1988), políticas e movimentos de inclusão, a produção da necropolítica com ações e técnicas de um estado genocida em relação à população negra, engendrando o racismo no cotidiano das relações.

Reivindicar, na mesma frase, genocídio, racismo e necropolítica é fazer deste texto uma ação de enfrentamento, de insurreição na academia, haja vista que a universidade vem, se não mais pela defesa da democracia racial, pelas críticas às políticas identitárias, questionando os estudos na interface com a racialização. Há a esquerda institucionalizada, em geral partidária e sindical, que acusa a nova onda política - LGBTQI+, mulheres, movimento negro, movimento das pessoas com deficiência, movimento indígena, entre outros, de levar uma pauta identitária e, em vez de engrossar e fortalecer essa onda, na busca por direitos, se retrai sem saber o que fazer com as novas pautas políticas e uma notável retomada da história do país. O filósofo, jurista e professor Silvio Almeida colocou muito bem a questão. Segundo ele, quem fala de identidade objetivando restringir o direito à vida e à cidadania é a extrema-direita, que fala de América para os americanos, de *white-power* (Almeida, 2020).

Em 2015, Amadou Ka falava da dificuldade de reivindicar direitos para os imigrantes, uma vez que o Estado francês não admitia discutir diferenças e se apresentava como *République Indivisible*, de forma que criaram a *Association les Indivisibles* (Comunicação pessoal em 27 de julho de 2015). Entretanto, as pessoas se juntam a partir do modo como se veem, do sentimento



de reciprocidade, da disposição para a solidariedade, para a ajuda mútua, do desenvolvimento do sentimento de pertencimento e comunidade. É certo que a identidade conduz a maneira como ocorrem as contratações de trabalhadores no comércio, os locais onde se encontram, as formações de afetividade e os casamentos. No Brasil, uma atenção avisada do processo histórico da identidade nacional não deixará de perceber como as escolhas são silenciosamente racializadas.

O termo necropolítica, remetido ao filósofo camaronês, Mbembe (2018), anuncia o controle do Estado sobre quem deve morrer e quem pode viver em traduções diversas de políticas de governo. No Brasil, quem deve morrer é a população negra, que, como bem diz Célia Azevedo (1987), é alvo da violência e do desprezo do Estado. A instrumentalização se dá com técnicas de apagamento da cultura, mas também dos corpos, em que negras/os são desumanizadas/os, em uma prática de produzir o racismo como natural.

Em um passeio pela Praça da Piedade, na Cidade de São Salvador - Ba, podemos lembrar dos quatro jovens, os alfaiates Manoel Faustino dos Santos Lira, 22 anos; João de Deus do Nascimento, 27 anos; o marceneiro Lucas Dantas do Amorim Filho, 24 anos; e o filho de alfaiate Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga, 36 anos, que foram enforcados e esquartejados, em 1798, numa praça pública na Cidade do Salvador, então capital do império colonial. Os jovens lideraram as lutas por liberdade, na insurreição que foi chamada Conjuração Baiana ou Revolta dos Búzios. Tiveram seus corpos esfacelados para que a Bahia e toda a colônia soubessem da violência do poder português marcando, para todos os tempos, que os negros não têm e jamais terão direito à liberdade, nem à justiça, nem à memória. O poder queria imprimir na lembrança o corpo negro despedaçado, como um corpo sem alma.

Em 1835, conforme nos conta o historiador José Reis (2003), na mesma cidade, ainda capital da colônia, um grupo de africanos e libertos ocupou as ruas da cidade, com o projeto de tomar o controle da nação e instaurar uma república negra. Foram centenas de insurgentes, num plano que deixou os senhores ainda mais sobressaltados, diante da comprovação de que uma revolução negra era iminente, não se sabendo dizer por que ainda não havia acontecido. Afinal, alguns anos antes, em 1804, o poder dos povos europeus fora abalado pela insurreição negra em São Domingos, com a expulsão do governo francês de Napoleão Bonaparte e a instauração da Revolução Haitiana.

Muito antes houvera, no Estado de Alagoas, a República de Palmares, como ficou conhecida, com muitos mocambos, aglomerações de negras/os e até brancas/os. Durante um período de 120 anos de resistência negra, esses mocambos sobreviveram, numa experiência de autonomia e auto-organização política sem precedentes na história da dominação europeia. No



seio da sociedade colonial escravista, formavam uma rede de negociações com fazendeiros, associavam-se aos povos indígenas e "traziam da África a tradição da propriedade coletiva da terra" (Moura, 1983, p. 115). Palmares é uma referência, entre inúmeras outras, como a comuna de Canudos, sobre a qual se produz desconhecimento e apagamento das organizações negras, das agências de luta, das práticas de cuidar de si dos afrodescendentes e povos indígenas.

Elencando reformadores formados em Coimbra, no Direito, Matemática, Filosofia, Engenharia, militares e estrategistas das elites, como Antonio Vellozo de Oliveira, 1810; João Severiano Maciel da Costa, 1821; José Bonifácio, 1823; José Eloy, 1826; Burlamaque, 1837; Brandão Jr, 1865, a historiadora Célia Azevedo nos mostra como eles percebiam a iminência de uma revolução negra. No campo discursivo no período temporal do entorno da Independência, é o medo da insurreição iminente e não das pequenas insurreições e assassinatos de senhores de engenho e seus familiares - já corriqueiros desde a chegada dos primeiros negros angola-congo, em 1536, que se faz presente. É o medo daquilo que poderia ser o desfecho final concretizado na realização de uma revolução negra. Alguns consideravam a situação alarmante, estando os interesses dos senhores sob constante ameaça da parte de uma numerosa raça de inimigos domésticos, "cujo único fito deve ser a destruição e o extermínio de seus opressores" (Azevedo, 1987, p. 43).

Esses reformadores, ou homens estrategistas das elites no comando do Estado Brasileiro, veem a iminência da ressurreição generalizada e não apenas o negro pacífico e indolente à espera de uma princesa libertadora. Percebiam como os quilombolas, frequentemente aliados aos povos indígenas, tornavam-se mais e mais influentes e suscitavam um grande medo entre os brancos, que vislumbravam a construção de uma sociedade na sociedade.

O reformador Francisco Antonio Brandão Jr., doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Bruxelas, publica, em 1865, o livro *A Escravatura no Brasil Precedida d'um Artigo Sobre Agricultura e Colonização no Maranhão* (Bruxelas, Thiry van Buggenhoudt, 1865) (grafia da língua portuguesa de acordo com a época), que inaugurou a produção sociológica positivista no Brasil. Em suas palavras:

A república dos Palmares, a rebelião do Cosme no Maranhão, e tantas outras tentativas de conquistar a sua liberdade, têm sido ensaiadas pelos escravos; e a última cena do drama representado em São Domingos, nos princípios deste século, e o segundo ato nos Estados Unidos, ensaia-se a esta hora no Brasil! (Brandão Jr. apud Azevedo, 1987, p. 45).



O que a historiadora traz à luz em sua pesquisa é como tais estrategistas vêem a auto-organização dos negros, muito embora não possam reconhecê-la positivamente, em decorrência de seus interesses político-econômicos. Ao contrário, o sentido da inteligência, dos conselhos, dos debates da época entre as elites e intelectuais é o de apagar a memória dessa vontade de liberdade, de luta, de resistência e, em seu lugar, produzir uma imagem pela qual até mesmo os negros vissem a si mesmos como cordatos da escravidão e agradecidos pela existência dos seus senhores civilizadores. Os positivistas intentam integrar os povos negros e indígenas no quadro da produção capitalista, conforme os interesses dominantes, no plano nacional, pelos senhores de engenho e, no plano internacional, no atendimento às necessidades econômicas das metrópoles europeias.

A trama para ocultar e apagar a verdade violenta do confronto colonial que perdura até os nossos dias, precisamos mostrá-la. A propaganda, a divulgação midiática, novelesca, de textos e imagens, que retratam negras e negros como inferiores, pouco inteligentes, violentos e dados ao crime, não empreendedores, nos desviam o olhar da cena do embate, dos interesses políticos, históricos do processo de dominação e sujeição dos povos negro-pindorâmicos. Nesse apagamento, o lugar de homens negros e mulheres negras é o do abandono e da subcidadania, do encarceramento e da criminalização generalizados, da negação do direito à segurança pública, do direito ao trabalho e a terra, do direito ao acesso aos serviços de saúde, de acesso às escolas e à educação junto da dignidade do direito à memória.

A pessoa intelectual negra, ao fazer a sua condição, trabalha para o povo preto e indígena, levando à frente sua necessidade de liberdade e de direito à vida, conforme o sentido do viver em conexão com os antepassados e com sua ancestralidade, portanto, um estilo de vida marcado pelo sentido comunitário, incluindo aí a convivência e a conexão com as forças da natureza. A questão da convivência, da comunidade, do pertencimento e da terra são presentes e indispensáveis para o avanço da conquista de direitos para as comunidades negras, ou seja, é necessária na agenda do que devemos levar às crianças e aos jovens negras/os, nos tempos atuais. São essas marcas que trazemos, para perguntar como, entre as técnicas de genocídio e apagamento do Estado e a insurreição e luta da população negra, é possível pensar a educação de crianças e jovens negras/os em tempos de pandemia.

Neste texto, trazemos essa discussão à cena conversando com o que Nilma Lino Gomes (2012) denomina Movimento Negro Educador - MNE, que se constitui como ação do Movimento Negro no Brasil, que “por meio de suas ações políticas, sobretudo, em prol da educação, reeduca a si próprio, o Estado, a sociedade e o campo educacional sobre as relações étnico-raciais no Brasil, caminhando rumo à emancipação social” (Gomes, 2012, p. 727).



## O Movimento Negro Educador

A provocação que fazemos neste texto é que as práticas educacionais podem ser pensadas como ação de “(...) rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade” (Gomes, 2017, p. 23). Para tanto, é preciso começar por dentro da própria educação, no combate às suas práticas de negligenciamento em relação à infância e à juventude negra e indígena.

Nilma Lino Gomes (2017) e Célia Azevedo (1987) nos ajudam a entender como os momentos pós-proclamação da república e pré-abolição, tal como discutimos acima, foram fundamentais para constituir uma forma de educação que pretendia a integração do negro para a construção de uma nação homogênea – com o objetivo de incorporação do negro ao mundo branco. Assim, no Brasil, a educação produzida para o negro surgiu com pretensões de assimilação cultural. No entanto, não se tratava de normas para uma educação formal, mas de propostas presentes nos textos dos abolicionistas e reformadores. Posteriormente, quando o país foi desenvolvendo as linhas de educação formal, foi essa a fundamentação que perpassou as políticas públicas, sem, porém, que o sentido de assimilação desaparecesse. No que pese a importância das duas pesquisadoras para os estudos da questão racial no Brasil, devemos fazer a ressalva de que enquanto Nilma Lino Gomes se engajou na luta pelas cotas, Célia Maria Marinho de Azevedo foi uma das signatárias do documento contra a ação afirmativa.

Fato é que nunca houve, até as políticas de ação afirmativa dos anos 2000 - grande conquista do Movimento Negro -, nada que fizesse menção a uma educação na interseção com a cultura da população negra. Vejamos que, quando o país, com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Lei n. 4.024/61), anuncia a universalização da educação, não apresenta garantias para a população negra, a não ser a de assimilação. E foi por isso que o Movimento Negro, nos anos de 1990, fortaleceu a luta por educação que já vinha travando desde os anos de 1930, com a militância paulista, e os anos 1970, quando Carlos Alberto Medeiros, depois de visitar os EUA, voltou fascinado e disse: “nós precisamos trazer as ações afirmativas para o Brasil” (Comunicação em Live em 04/07/2020 na Plataforma Google Meet). Isso fez com que, em 1973, Abdias Nascimento encaminhasse ao parlamento o projeto de lei para as ações afirmativas, conforme nos diz Jorge de Assis, ex-dirigente do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras - IPCN. Era preciso desenvolver políticas públicas no campo da educação que incluíssem a cultura, as lutas e a história dos povos da diáspora negra no Brasil e no mundo.

Em 20 de novembro de 1995, foi realizada a “Marcha Nacional Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”, que culminou no



“Programa para superação do racismo e da desigualdade étnico-racial”, em que a proposição por políticas afirmativas no campo da educação e trabalho foi formalmente apresentada (Gomes, 2017), como denúncia sobre as diferenças de direitos e oportunidades em relação à negras/os e brancas/os (Carneiro, 2002). Sem a luta do Movimento Negro,

(...) jamais teríamos pautado o tema do racismo e da discriminação étnico-racial nas agendas políticas e da justiça brasileira. O movimento negro é, portanto, um ator coletivo e político, constituído por um conjunto variado de grupos e entidades políticas (e também culturais) distribuídos nas cinco regiões do país. Possui ambiguidades, vive disputas internas e também constrói consensos, tais como: o resgate de um herói negro, a fixação de uma data nacional, a necessidade de criminalização do racismo e o papel da escola como instrumento de reprodução do racismo (Gomes, 2012, p. 735).

As grandes conquistas das ações do Movimento Negro no campo da educação básica são traduzidas pela Lei n. 10.639/2003 e pela Resolução CNE n. 01/2004. A primeira trata-se de Lei Complementar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9394/96), que, em seus artigos 26-A, 79-A e 79-B, institui a obrigatoriedade do Ensino de História e de Cultura Afro-brasileira na Educação Básica. A Resolução CNE n. 01/2004 institui as diretrizes curriculares nacionais para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997),

a pluralidade cultural existente no Brasil é fruto (...) de uma construção complexa, historicamente definida e redefinida continuamente em termos nacionais, apresentando características regionais e locais. Coexistem aqui culturas singulares, ligadas a identidades de origem de diferentes grupos étnicos e culturais (BRASIL, 1997, p. 24).

Porém, sabemos, não basta a letra da lei para que a pluralidade seja respeitada. Isso porque, embora O que a historiadora traz à luz em sua pesquisa é como tais estrategistas veem a auto-organização dos negros, muito embora não possam reconhecê-la positivamente, em decorrência de seus interesses político-econômicos. Ao contrário, o sentido da inteligência, dos conselhos, dos debates da época entre as elites e intelectuais é o de apagar a memória dessa vontade de liberdade, de luta, de resistência e, em seu lugar, produzir uma imagem pela qual até mesmo os negros vissem a si mesmos como cordatos da escravidão e agradecidos pela existência dos seus senhores civilizadores. Os positivistas intentam integrar os povos negros e indígenas no quadro da produção capitalista, conforme os interesses dominantes,



no plano nacional, pelos senhores de engenho e, no plano internacional, no atendimento às necessidades econômicas das metrópoles europeias.

A trama para ocultar e apagar a verdade violenta do confronto colonial que perdura até os nossos dias, precisamos mostrá-la. A propaganda, a divulgação midiática, novelesca, de textos e imagens, que retratam negras e negros como inferiores, pouco inteligentes, violentos e dados ao crime, não empreendedores, nos desviam o olhar da cena do embate, dos interesses políticos, históricos do processo de dominação e sujeição dos povos negro-pindorâmicos. Nesse apagamento, o lugar de homens negros e mulheres negras é o do abandono e da subcidadania, do encarceramento e da criminalização generalizados, da negação do direito à segurança pública, do direito ao trabalho e a terra, do direito ao acesso aos serviços de saúde, de acesso às escolas e à educação junto da dignidade do direito à memória.

A pessoa intelectual negra, ao fazer a sua condição, trabalha para o povo preto e indígena, levando à frente sua necessidade de liberdade e de direito à vida, conforme o sentido do viver em conexão com os antepassados e com sua ancestralidade, portanto, um estilo de vida marcado pelo sentido comunitário, incluindo aí a convivência e a conexão com as forças da natureza. A questão da convivência, da comunidade, do pertencimento e da terra são presentes e indispensáveis para o avanço da conquista de direitos para as comunidades negras, ou seja, é necessária na agenda do que devemos levar às crianças e aos jovens negras/os, nos tempos atuais. São essas marcas que trazemos, para perguntar como, entre as técnicas de genocídio e apagamento do Estado e a insurreição e luta da população negra, é possível pensar a educação de crianças e jovens negras/os em tempos de pandemia.

Neste texto, trazemos essa discussão à cena conversando com o que Nilma Lino Gomes (2012) denomina Movimento Negro Educador - MNE, que se constitui como ação do Movimento Negro no Brasil, que “por meio de suas ações políticas, sobretudo, em prol da educação, reeduca a si próprio, o Estado, a sociedade e o campo educacional sobre as relações étnico-raciais no Brasil, caminhando rumo à emancipação social” (Gomes, 2012, p. 727).

### **A educação em tempos de Covid-19 – o que dizer às crianças e às/aos jovens negras/os**

Segundo a UNESCO (2020), desde que a Organização Mundial da Saúde – OMS - decretou a pandemia do Covid- 19, temos cerca de 1,5 bilhões de estudantes fora da escola em mais de 150 países. São cerca de 70% das crianças sem nenhum acesso à educação, nesse momento, no país. Diante disso, a UNESCO divulgou uma série de impactos sociais, que aqui citamos, pois são continuamente apresentados pelos diversos atores sociais (mídias, governos,



famílias): aprendizagem interrompida, confusão e estresse para professores, pais despreparados para a educação em casa, manutenção e melhoria do ensino a distância, lacunas nos cuidados com as crianças, altos custos econômicos, aumento das taxas de abandono escolar, maior exposição à violência e à exploração, desafios para mensurar e validar a aprendizagem. Muito se tem falado sobre esses impactos para as populações mais vulneráveis, no entanto, não há, tal como apontamos no início do texto, quando nos referimos aos dados da pandemia no Brasil, a análise do quesito raça-cor. O que mais tem se discutido é o acesso às aulas remotas e a reabertura das escolas com um universalismo que o Movimento Negro já nos ensinou o que significa.

Ao pensarmos nas crianças e jovens que estão fora da escola na pandemia, lembramos imediatamente dos meninos Miguel Otávio, 5 anos, e João Pedro, 14 anos. Há pouco, na primeira semana do mês de junho, quando notícias vindas dos Estados Unidos anunciavam a onda de protestos motivados pela morte de um homem negro, George Floyd, por um policial branco, assistimos, com tristeza e indignação, às imagens do menino negro, Miguel Otavio, filho de uma empregada doméstica, Mirtes Renata de Souza, momentos antes de sua morte, que se deu por cair do nono andar de um prédio de luxo no Recife, enquanto se encontrava sob os cuidados da patroa de sua mãe. Cerca de quinze dias antes, também tomados pela tristeza e indignação, tivéramos notícia da morte do menino João Pedro no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo-RJ, alvejado por tiros durante uma operação da Polícia Civil e da Polícia Federal. João Pedro, jovem negro, estava na casa de parentes, onde brincava com outras seis crianças, enquanto os pais, Rafaela Coutinho Matos e Neilton Da Costa Pinto, estavam trabalhando.

Essas duas histórias trágicas precisam ser contadas e lembradas, pois, em tempos de pandemia pelo Covid-19, as práticas do racismo estrutural não cessam, mas se exacerbam, ficam “escancaradas”. As mortes de Miguel Otávio e João Pedro nos trazem as várias formas do racismo no Brasil. Pedimos licença às/aos leitoras/es para enumerá-las, não por pretensões didáticas, mas para que o formato do texto nos dê o sentido direto de como o racismo no Brasil promove o genocídio da população negra:

*Herança escravocrata* - Miguel é filho de uma mulher negra, empregada doméstica, filha também de empregada doméstica, que precisou ir trabalhar enquanto o país convocava ao isolamento devido à pandemia de covid-19. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2019), são cerca de 5,5 milhões de empregadas domésticas no país, das quais 2/3 são mulheres negras. Os pais de João Pedro, também sem direito ao isolamento social, estavam trabalhando, quando o filho foi morto. São resquícios do Brasil escravocrata. No caso de Mirtes, fica muito evidente o fato de ela ter que ir trabalhar para cuidar dos filhos da patroa e até mesmo do cachorro da família.



Os afazeres domésticos e o cuidar dos filhos das sinhás, foi um forte condicionante privado de estruturação patriarcal e hierárquica, durante o período de escravidão, a regulação das relações entre senhoras e escravas, pautava-se no modelo de dominação de classes, definido por padrões de superioridade e inferioridade, a negra escrava mesmo sendo considerada inferior foi quem, amamentou os filhos de suas senhoras (Pereira, s/d,s/p).

*Assimetria no acesso à justiça* - a patroa, Sari Corte Real, sob cuja guarda estava Miguel, foi presa em flagrante (gravações do circuito de câmeras de segurança do prédio, divulgadas pela Polícia Civil, mostram quando ela deixa o menino entrar sozinho em um elevador) e pagou fiança de R\$ 20 mil. Deve responder em liberdade por homicídio culposo, quando não há intenção de matar. Quem tem direito à justiça nesse país? Quem ficará preso pela morte dos dois meninos negros? As leis nesse país têm corte racial. A polícia não respeita negras/os.

*Desprezo pelos corpos negros* - a criança negra tratada como coisa, o jovem negro também quando foi abatido, por já se supor violento. Célia Azevedo (1987) nos conta que, nos tempos pré-abolição, por medo mesmo das insurreições e das organizações dos quilombos, foi produzida no Brasil a imagem de mulheres negras e de homens negros como violentas/os, imorais, não inteligentes. Essa instrumentalização dos corpos negros é posteriormente discutida por Mbembe (2019), que afirma a necropolítica, que é quando o Estado determina, com o auxílio de diversas tecnologias, a destruição de determinadas populações pela sua cultura, linguagem, formas de relação. Uma dessas tecnologias, segundo Mbembe (2018; 2017), é a produção da desumanização de alguns corpos. "O suspeito, o bandido pode ser qualquer jovem que ande de camisa aberta, use boné, bermuda, chinelos e, principalmente, que seja negro (...) E, para conter essa turba, técnicas de vigilâncias são implementadas e desejadas" (Bento, 2018, p. 14). Aliado ao medo está o sentido de repulsa diante daquele que não tem o rosto do homem branco ocidental: o menino negro que não é retirado do elevador, para não ser tocado.

*Enfim a escola* - Miguel e João Pedro não estavam na escola, como a maioria das crianças pelo mundo, em tempos de pandemia. No entanto, no Brasil, quem são as crianças que não tiveram as aulas interrompidas pelo exercício das aulas remotas, quem são as crianças cujos pais estão em casa para auxiliar nas tarefas escolares, quem são as crianças com acesso ilimitado à internet, quem são as crianças com computador em casa, quem são as crianças que estudam em casa sem o som de tiroteios?



Podemos tratar de ensino remoto, de novas tecnologias digitais, “novo normal” em sala de aula, criatividade no ensino a distância? Podemos tratar, tal como ouvíamos uma educadora dizer outro dia, das novas relações que irão se estabelecer entre pais, alunos e professores, da criatividade e da aprendizagem em tempos de pandemia proporcionada pela novidade do ensino remoto? Sim, podemos! Mas, para quem? A pandemia deveria nos chamar para aquilo que esse momento de exceção escancara - a prática institucionalizada do racismo contra a infância e a juventude negra no país, que se dá também no espaço escolar (Oliveira, 2017).

A nossa resposta precisa se colocar no apoio incondicional às ações afirmativas, sua extensão e aprofundamento, para que não apenas os corpos e indivíduos negros e indígenas se mantenham presentes no espaço da educação, mas também o espírito de suas comunidades, de sua história, das lutas, de modo a que cada criança negro-descendente possa se reconhecer como parte do sujeito histórico que lhe cabe. Nós precisamos nos empenhar em tomar o controle da nossa própria imagem. O colonialismo nos ofereceu um espelho que só reflete imagens negativas, de faltas e derrotas, rejeição, fraqueza, medo e não-luta, sem sabedoria, que nos envolve numa negação de nós mesmos como sujeitos históricos (Pereira, 2013).

É preciso, em tempo de pandemia, continuar afirmando

a oralidade e a musicalidade (...) presentes nas tradições afro-indígenas-brasileiras, utilizá-las como instrumentos de transmissão de conhecimentos (...) como a maioria de crianças e jovens gostam de sonoridade, pode-se utilizar os princípios dos antigos *griots*, das cantigas religiosas, da rima política do rap, a cadência do jongo (...) (Botelho e Valle Filho, 2017, p. 32).

E quando uma criança negra nos perguntar do que temos medo, a nós cabe também a resposta: é da onda negra (Azevedo, 1987).

## Referências

Almeida, S. (2020). *Programa Roda Viva*, em 22 de junho de 2020. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=L15AkiNm0lw>.

Azevedo, C. M. M. (1987). *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites - Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Bento, B. (2018). *Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação?* *Cadernos Pagu*, 53-116, junho. DóI: 10.1590/18094449201800530005

Brasil. (2017). *Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde*. Portaria 344/2017. Brasília: Ministério da Saúde.



Brasil. (2004). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Resolução CNE n.01/2004. Brasília: Conselho Nacional de Educação.

Brasil. (2003). *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"*. Lei 10.639/2003. Brasília: Presidência da República. Casa Civil.

Brasil. (1997). Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF.

Brasil. (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 9394/96. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.

Brasil. (1961). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 4024/61. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.

Botelho, D. & Valle-Filho, O. C. (2017). Educação Antirracista: uma década de Legislação Afirmativa. In: Oliveira, R.J. e Oliveira, R.M.S. *Dilemas da Raça: Empoderamento e Resistência*. São Paulo: Alameda Casa Editorial.

Gomes, N. L. (2012). Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educ., Soc.*, Campinas, v.33, n. 120, p.727-744, jul-set. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>.

Gomes, N. L. (2017). *O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Editora Vozes.

Ipea. (2019). *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*. [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35058&Itemid=9](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35058&Itemid=9) Recuperado em 04 de Julho de 2020.

Moura, C. (1983). *Brasil: as raízes do protesto negro*. São Paulo: Global.

Mbembe, A. (2019). *Necropolítica*. 3a edição. São Paulo: N-1

Mbembe, A. (2018). *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: N-1

Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona

Ministério da Saúde. (2017). Portaria nº 344/2017. Dispõe sobre o preenchimento do quesito raça/cor nos formulários dos sistemas de informação em saúde. Recuperado de [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0344\\_01\\_02\\_2017.html](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt0344_01_02_2017.html). Recuperado em 29 de junho de 2020.



Munanga, K. (2005). *Superando o racismo na escola*. 2 edição: Brasília: Secretaria de Educação Fundamental (Nova), 2005.

O Globo. (2020). *Maioria dos estados não tem informação sobre raça das vítimas de Covid-19* <https://oglobo.globo.com/sociedade/maioria-dos-estados-nao-tem-informacao-sobre-raca-das-vitimas-de-covid-19-24490499>.

Painel Rio Covid-19. (2020). *Boletim*. <https://experience.arcgis.com/experience/38efc69787a346959c931568bd9e2cc4> Recuperado em 20 de junho de 2020.

Oliveira, R. M. S. (2017). A Formação dos Psicólogos nos Contextos da Diáspora Africana. In: Oliveira, R.J. e Oliveira, R.M.S. *Dilemas da Raça: Empoderamento e Resistência*. São Paulo: Alameda Casa Editorial.

Pereira, A. M. (2013). *Para além do racismo e do antirracismo: A produção de uma Cultura de Consciência Negra na sociedade brasileira*. Itajaí: Casa Aberta.

Pereira, B. P. (2011). De escravas a empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós- abolição. *Anais da ANPUH*.

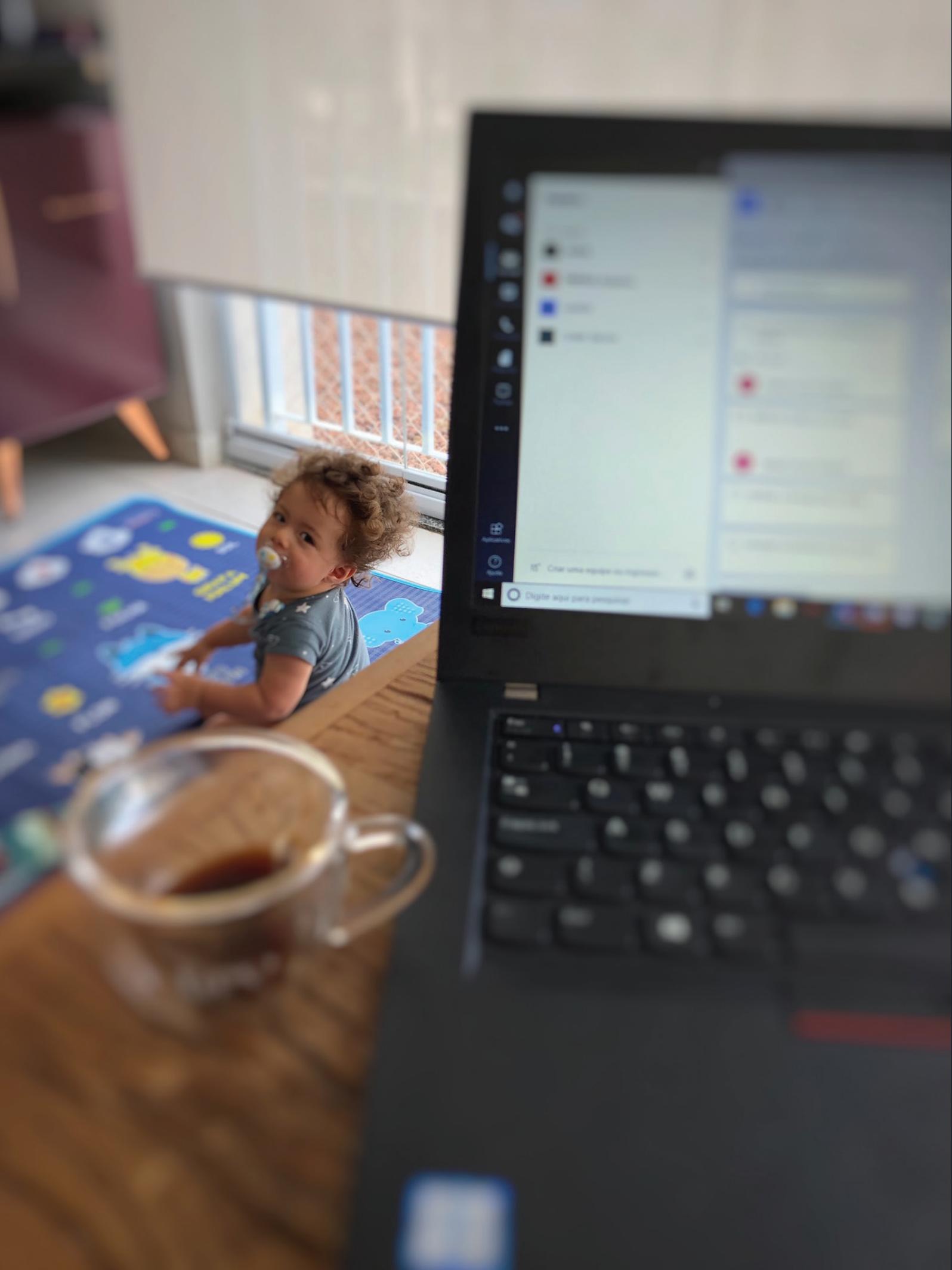
Reis, J. J. (2003). *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras.





## Retrato do artista quando coisa (Manoel de Barros)

Aprendo mais com abelhas do que com aeroplanos.  
É um olhar para baixo que eu nasci tendo.  
É um olhar para o ser menor, para o  
insignificante que eu me criei tendo.  
O ser que na sociedade é chutado como uma  
barata – cresce de importância para o meu olho.  
Ainda não aprendi por que herdei esse olhar  
para baixo.  
Sempre imagino que venha de ancestralidades  
machucadas.  
Fui criado no mato e aprendi a gostar das  
coisinhas do chão –  
Antes que das coisas celestiais.  
Pessoas pertencidas de abandono me comovem:  
tanto quanto as soberbas coisas ínfimas.



**FAMÍLIA:  
INTERSUBJETIVIDADES  
EM TURBULÊNCIAS E EXPECTATIVAS**



# RELAÇÕES AMOROSAS EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL

MARIA APARECIDA PENSO  
DENISE PEREIRA ALVES DE SENA

Este capítulo apresenta uma reflexão sobre as relações amorosas em tempos de isolamento social, baseada em nossa experiência como terapeutas de casais e pesquisadoras na área de relações conjugais e familiares, tendo como referência a Teoria Sistêmica. Buscaremos sintetizar, articular e debater sobre o que temos ouvido nas nossas experiências profissionais, em consultório, especificamente com casais de classe média e alta, Mas acreditamos que muitas destas situações acontecem também em outras classes sociais. A propagação do Coronavírus, que provoca a enfermidade denominada de COVID-19, deslocou para convívio constante, dentro de suas casas, famílias inteiras, que até então tinham uma vida social e de trabalho/estudos externa intensa. Assim, a rotina costumeira da família, em que existiam horários específicos de encontros sociais, refeições, trabalho, sono, estudo, teve de ser reformulada de forma abrupta. Os casais, que até então conviviam por algumas horas do dia e nos finais de semana, passaram a estar juntos por todo o tempo, em um espaço restrito, suas casas. Alguns perderam seu trabalho, outros foram colocados em trabalho remoto, mas, independentemente da situação, foram restritos ao espaço doméstico e a uma convivência diuturna ininterrupta. E somado a tudo isso as incertezas de como será o futuro, a ansiedade a espreita e os lutos que essa situação vem provocando nas pessoas.

Em todos os tempos, a convivência amorosa sempre foi um grande desafio, onde é necessário equilibrar a fórmula em que um mais um são três, considerando que existe o eu, o tu e o nós. Os membros do casal também necessitarão ter clareza sobre o que podem buscar em seu relacionamento, não sobrecarregando o outro com suas expectativas (Ângelo, 1995). Essa construção compreende um processo de alquimia no qual dois indivíduos juntam suas vidas sem desistir de suas individualidades. A “cola” que mantém a união das relações é a complementaridade (Willi, 1995/1993; Minuchin; Nichols & Lee, 2009/), sendo esta uma das experiências mais complexas e exigentes do ciclo vital (Goulart, Oliveira, Scorsolini-Comim & Santos, 2019). Nestes tempos da COVID-19, com os casais confinados dentro de casa, torna-se mais difícil equilibrar tal fórmula, lidando adequadamente com a



individualidade de cada um e a conjugalidade, aspectos fundamentais para a constituição do casal (Féres-Carneiro, 1998).

Cada casal, ao se constituir, fará uma espécie de contrato metafórico no início da relação, que passa a determinar suas regras. A construção dos papéis e das regras que nortearão a convivência, é um processo circular, de influência recíproca, que vai sendo construído ao longo do tempo (Walsh, 2002). Neste sentido, uma das tarefas desta fase é o realinhamento dos relacionamentos com as famílias ampliadas, para que haja a inclusão do cônjuge e a criação das fronteiras deste subsistema (Carter & Mcgoldrick, 2001/1989). Ou seja, é necessário que se desenvolvam alguns padrões de transação, que possibilitem a formação do novo casal. Isto inclui a definição de como irão se relacionar com os outros, seja família de origem, amigos e colegas de trabalho, mantendo contatos importantes ao mesmo tempo em que passam a estabelecer um conjunto de regras próprias que possam permitir o crescimento e proteção da relação conjugal (Minuchin, 1982/1980; Minuchin & Fishman, 2003; Nichols & Schwartz, 2007/1995).

O casal é um subsistema, que desenvolve mecanismos de regulação emocional e comportamentos próprios, definidos em grande parte através da comunicação (Carter & Mcgoldrick, 2001/1989). É preciso considerar ainda que o subsistema conjugal envolve relações afetivas, e a disponibilidade de dar e de fazer para o outro e não apenas para si. Uma relação amorosa e de intimidade é o ideal na conjugalidade. Neste sentido, Porreca (2019) afirma que sentimentos como paixão, erotismo, amizade, doação, reciprocidade e confiança, são importantes e geram satisfação, segurança, proteção e certa estabilidade, bem como o compromisso com o outro.

Estes casais constituídos de diferentes e infinitas perspectivas (Féres-Carneiro & Diniz Neto, 2010), confinados dentro de casa, debatem internamente como compartilhar valores e interesses, e como apoiar um ao outro sem anular as diferenças, que deixam a vida mais interessante. Autores sistêmicos apontam que ao se constituir o sistema conjugal, o casal estabelece um conjunto de regras implícitas e explícitas de como irão conviver (Minuchin, 1982/1980; Carter & Mcgoldrick, 2001/1989). Mas a questão é: como adaptar estas regras à nova convivência, 24 horas por dia, experiência nunca vivida nesse formato "COVID-19". O processo de acomodação mútua, do início da relação que permitiu o ajuste das tarefas da vida cotidiana e a complementaridade da relação apontado por Minuchin, Nichols e Lee (2009) e Féres-Carneiro (2011), como necessário, terá de ser revisto, uma vez que será necessário renegociar tais regras para garantir a qualidade da relação e a satisfação conjugal.

Questões como divisão das tarefas domésticas, acordos sobre local e horário de trabalho de cada um, o silêncio, a privacidade, hora das refeições



e de dormir precisarão ser estabelecidos. Somado a isto, o afastamento das empregadas domésticas, agravou a situação sobre os afazeres da casa que precisam ser negociados para não sobrecarregar ninguém. E para aqueles casais que tem filhos o desafio se intensifica, com as crianças/adolescentes em isolamento assistindo aulas online, sem atividades físicas restritos apenas ao convívio familiar. Todo este contexto pode trazer à tona o machismo patriarcal, incentivado e mantido pela sociedade, em que a casa e os filhos ainda são responsabilidade das mulheres (Pereira, 2017; Sant'anna & Penso, 2018;). Dentre as diversas queixas das mulheres trabalhadoras neste momento, independente do contexto e do nível socioeconômico, está a sobrecarga com as tarefas domésticas e educação dos filhos.

A forma como os casais lidarão com a nova situação que se apresenta é o grande desafio nestes tempos de COVID 19. Intimidade conjugal, vivência da sexualidade, regras, papéis terão de ser equalizados frente a esta nova realidade. Neste momento em que as pessoas estão repactuando suas formas de trabalhar, de serem pais, de manter as relações sociais e familiares, também será necessário rever a vivência da conjugalidade em suas diferentes dimensões. Esse convívio constante e compulsório pode despertar algumas situações específicas para o casal que nomearemos aqui, estabelecendo analogias com filmes conhecidos. Ressaltamos que cada casal possui uma realidade distinta (Werner, 2011).

Sem a pretensão de esgotar o assunto, elaboramos categorias sobre algumas formas de relacionamento. Faremos algumas provocações para futuras elaborações sobre formas de lidar com o momento atual relacionar a partir do que temos observado na clínica de casais, bem como nas nossas observações a respeito das relações de conhecidos, amigos, colegas e até nas nossas próprias relações conjugais. Apresentaremos algumas sugestões de como os casais podem utilizar este momento para consolidar o relacionamento. Para isto, pensamos em algumas categorias de casais e construímos algumas metáforas que iremos exemplificar com filmes.

Para a primeira categoria usaremos a metáfora baseada no filme Casal "Sr. e Sra<sup>1</sup> Smith". Tratamos aqui de casais, que como o Sr. e Sra Smith vivem uma rotina estabelecida de tarefas domésticas e familiares, com uma vida a dois bem pacata. O Filme baseia-se na história do casal John (Brad Pitt) e Jane Smith (Angelina Jolie) que se conhecem, em uma missão perigosa, se apaixonam e se casam. Mas nenhum deles sabe que o outro é espião e o casamento cai na rotina repleta de mentiras e tédio. A situação entre eles muda de rumo quando cada um recebe a missão de assassinar um ao outro o que faz eles se reencontrarem como casal, aumentando a cumplicidade e o tesão.

---

<sup>1</sup> Mr. & Mrs. Smith; EUA, 2005; 20<sup>th</sup> Century Fox/Summit Entertainment.



Com a COVID-19 esse casal é obrigado a conviver, construindo novas rotinas e buscando se tornarem cúmplices. Aqui a imaginação é a grande aliada. Sendo um casal sem filhos, como Sr. e Sra Smith, aqueles que se encaixam neste modelo deverão aprender a usar as novas rotinas agora existentes para se relacionar. Eventos como café da manhã na cama, dançar a luz de velas, compartilhar um vinho, eleger uma noite da semana como a “noite especial”, alternar a preparação das refeições, escolher alguma atividade para executarem juntos (rever fotos antigas do casal, assistir filmes, fazer algum exercício físico, meditar, tomar banho, ler um livro, entre outras) podem ser formas de oferecer cuidado e atenção ao outro. Este casal necessitará neste momento desenvolver uma relação de intimidade, sem perder a consciência de seus “eus”, com suas diferenças e semelhanças (Bowen, 1991/1979).

A segunda categoria será nomeada aqui como o casal “2012”<sup>2</sup>, sendo aquele onde havia a identificação de que o convívio não tinha mais a qualidade do início do relacionamento, a intimidade estava comprometida, mas a rotina e os compromissos extrafamiliares disfarçavam esse descompasso. Na trama, devido a bombardeamentos de erupções solares, o núcleo da Terra começa a aquecer em um ritmo sem precedentes, provocando o deslocamento da crosta terrestre. Isso resulta em vários cenários apocalípticos, que vão desde a Califórnia caindo no Oceano Pacífico, a erupção do “super vulcão” de Yellowstone, grandes terremotos e vários “mega tsunamis”, mergulhando o mundo em caos. No final poucas pessoas sobrevivem com o forte compromisso de construir uma sociedade melhor.

No caso dos casais que se incluem nesta categoria, a convivência compulsória da COVID-19, faz com que a distância emocional e o desinteresse mútuo pela vida sexual, que eram latentes, tornem-se evidentes. Assim como no filme, esse casal viverá esse evento “apocalíptico” da COVID-19 e ficará com as opções de lutar para sobreviver a essa catástrofe, criando situações de intimidade, se reconectando, ou morrerá. Assim a pandemia pode ser uma oportunidade para se criar um modelo adulto de intimidade. (Whitaker, 1995/1993). Isto quer dizer construir um espaço relacional que significa ser um, sendo dois, e ser dois, sendo um. Ou seja, conviver com duas identidades individuais que, na relação amorosa, convivem como uma conjugalidade, sendo esta a identidade conjugal (Féres-Carneiro, 2005).

Vale aqui o alerta de que é preciso diferenciar intimidade de fusão (Féres-Carneiro, 1998). A intimidade pressupõe a possibilidade de existir juntos e separados, criando intimidade sem perder a individualidade. Neste sentido, quanto mais os membros do casal conseguem existir de forma

---

<sup>2</sup> 2012; EUA, 2009; Columbia Pictures.

separada, maiores são as possibilidades de estarem juntos. Por outro lado, se não conseguirem se separar, talvez não possam nem aumentar a intimidade (Whitaker, 1995/1993; Wagner & Mosmann, 2011).

A terceira categoria baseará no filme “Atração Fatal”<sup>3</sup>. A trama do filme conta a história de Dan Gallagher (Michael Douglas) e Beth Gallagher (Anne Archer), um casal que tem uma vida pacata com sua filhinha. Mas Dan conhece Alex Forrest (Glenn Close) e eles tem um caso, que é descoberto pela esposa. No final (trágico) o casal consegue se reencontrar.

Os “casais Atração fatal” são aqueles em que o confinamento e o distanciamento social revelaram de forma clara a presença de um terceiro na relação, antes escondido na rotina normal do dia a dia. A traição na vida conjugal é um indicativo que há um desencontro nesse dueto, um espaço (Prado, 2009). A forma como o casal lidará com essa experiência pode definir o futuro da relação. Consideramos que a “descoberta” se desenha em duas saídas. O casal pode usar a descoberta da traição como uma oportunidade para redefinir a relação, rever aspectos que não estavam claramente esclarecidos e se reconectar. Mas uma segunda saída pode ser a constatação de que o casal não tem mais o que resgatar e concluírem que a separação é a melhor opção.

Um quarto tipo de casal, é aquele com filhos pequenos, que denominamos aqui de casal “Galinha Pintadinha”<sup>4</sup>. Essa animação infantil é composta por personagens e músicas brasileiras de domínio público, como ‘atirei o pau no gato’, ‘alecrim dourado’ entre outras. É um filme lúdico e muito apreciado pelas crianças.

Os casais desta categoria, já estavam, antes da pandemia, precisando redefinir regras, papéis, autoridade e relações de intimidade devido ao nascimento do filho (a), com o objetivo de proteger o casal de interferências e exigências dos filhos. (Minuchin, 1982/1980; Minuchin & Fishman, 2003; Rosset, 2009). Este processo de construção do papel parental e ao mesmo tempo manutenção da conjugalidade está agora mais complexo com o COVID-19. Com todos confinados dentro de casa, os filhos pequenos estão ansiosos que a nova situação, chorosos, demandantes, com o sono alterado. Isto é perfeitamente compreensível porque estão sem escola, sem babá, com os pais tempo integral em casa, mas sem, necessariamente, dar-lhes atenção, uma vez que muitos estão em trabalho remoto. Todas estas situações também afetarão a sexualidade do casal, uma vez que é esperado que não tenham muito desejo sexual, após um dia inteiro de “Galinha Pintadinha”. Se a sexualidade já estava afetada com a chegada dos filhos (Righetti & Cruz, 2009; Cowan & Cowan, 2016/2012, a COVID-19 e o isolamento podem

<sup>3</sup> Fatal Attraction; EUA, 1987; Paramount Pictures.

<sup>4</sup> Galinha Pintadinha. BR, 2006; Som Livre.



agravar a situação. O casal precisará aprender a aproveitar as oportunidades que surgirem, sem esperar o momento “ideal” para trocar carinhos, olhares, elogios e afeto.

Ainda sobre casais com filhos, uma quinta categoria se apresenta, sobre filhos adolescentes, o casal “a história de nós dois<sup>5</sup>”. Neste filme o casal Ben (Bruce Willis) e Kate (Michelle Pfeiffer) estão juntos há 15 anos e seus filhos Josh (Jake Sandvig) de 12 anos e Erin (Collen Renninson) de 10 anos vivem uma vida familiar pacata, rotineira onde os pais são muito afetuosos com os filhos, mas o casamento está em crise. Na trama os filhos saem para passar férias em um acampamento e nesse momento, a sós, eles começam a colocar em prática a já decidida separação que eles não tiveram coragem assumir para os filhos. Ben sai de casa, Kate permite a aproximação de um ‘amigo’ dentista e a vida sem os filhos vai evidenciando que os dois ainda se gostam, mas, a rotina, a exigência de educar filhos, administrar casa, profissão, sogros/sogra, construiu a intolerância mútua, tirou do casal o romantismo, a comunicação e a admiração do início da relação. Após esse período onde os pais têm férias dos filhos, o homem e a mulher conseguem se enxergar novamente e se percebem muito apaixonados.

Nesta fase do Ciclo de Vida Familiar o casal já passou a fase mais difícil de cuidados com as crianças pequenas e começa a ser liberado para viver sua intimidade sem tantas interferências, uma vez que os filhos já possuem maior independência. (Carter & Mcgoldrick, 2001). Este, portanto, é o momento de reaproximação do casal e ao mesmo tempo, de redefinição e flexibilidade de regras, papéis e autoridade junto aos filhos, buscando constantemente a negociação. (Penso & Sudbrack, 2009, Preto, 2001/1989; Minuchin & Fishman, 2003).

Portanto, o casal agora poderá recuperar sua privacidade e momentos conjugais, em que os filhos saibam que não irão participar e os membros do casal vivenciem estes momentos sem culpa. No entanto, a vivência desta fase pode enfrentar obstáculos em tempos da COVID-19. Com todos isolados dentro de casa, o casal deverá proporcionar aos filhos momentos em família, uma vez que, a ansiedade acomete a todos e os filhos maiores também precisam de mais atenção e cuidado. Rotinas como jogos de tabuleiro, preparação das refeições, limpeza e organização da casa, atividade física, assistir a filmes, brincadeiras, podem ser desfrutadas com todos juntos em momentos familiares. Mas, também precisa ser construído um espaço para a conjugalidade e intimidade.

Nesta outra categoria, a sexta, abordaremos o que denominamos de o casal “amizade colorida<sup>6</sup>”. Neste filme Dylan (Justin Timberlake) e Jamie (Mila

<sup>5</sup> The story of us; EUA, 1999; Universal Pictures/Warner Bros Pictures.

<sup>6</sup> Friends with benefits; EUA, 2011; Castle Rock Entertainment, Zucker Productions, Olive Bridge Entertainment.



Kunis) se conhecem por causa do trabalho, se tornam amigos e combinam ter sexo casual para satisfação física, sem a preocupação de ter que encantar alguém, sem o risco de grandes paixões ou decepções. A proposta de sexo seguro, sem paixão não dura muito tempo, porque constroem uma relação forte de intimidade e acabam se apaixonando.

Este casal é aquele que estava separado e a COVID-19 trouxe a possibilidade do sexo seguro, com alguém conhecido. Esse ex-casal pode ser aquele que tenha filhos e precisa manter contato nesta época, e acaba tendo uma aproximação física e o sexo surge de forma oportunista. Só o futuro dirá se essa circunstância será terreno fértil para uma reconciliação após pandemia (Greene, Anderson, Forgatch, Degarmo & Hetherington, 2016) ou se foi apenas uma busca de apoio neste momento tão complicado (Anton, 2011).

Finalmente, na sétima e última categoria, abordamos o casal que vive com um familiar idoso em casa, o casal "Irmão do Jorel"<sup>7</sup>. Essa série televisa de desenho animado mostra o cotidiano de um casal, com três filhos (o irmão do Jorel – caçula; Jorel com 12 anos e o Nico/adolescente) e as duas avós (vovó Juju/avó paterna, gentil, delicada e cuidadosa com os netos; e Vovó Gigi/avó materna, vaidosa, sarcástica e muito estressada). Os episódios se desenrolam na rotina familiar, onde a diferença entre as gerações é percebida.

O casal "irmão do Jorel" precisa desenvolver a capacidade de cuidar, amar, proteger e educar os filhos (Minuchin & Fishman, 2003; Bradt, 2001/1989), desenvolver os cuidados que a velhice dos próprios pais demanda, além de se manter como casal e indivíduo. No formato onde os avós vêm morar junto com os netos o choque entre as gerações, os debates ideológicos e culturais exigem do casal uma postura de apoio mútuo, diálogo franco, generosidade e cumplicidade (Mattos, 2009; Mcgoldrick & Shibusawa, 2016/2012). Com a Covid-19 o casal precisa manter seus filhos em casa e seus genitores também, uma vez que os idosos são grupo de risco e os mais jovens não podem trazer o vírus para dentro de casa por causa de 'saídas' sociais. O confinamento pode trazer à tona conflitos geracionais que vinham se arrastando e, ao mesmo tempo, se disfarçando na rotina anterior. O desafio desse casal é grande, mas, se houver dedicação e parceria tem chance de dar certo! A proteção nas fronteiras entre essas relações é de vital importância para que todos tenham qualidade de vida.

### **Algumas considerações para encerrar**

As metáforas aqui utilizadas pretenderam exemplificar padrões de relacionamento conjugal a partir de metáforas, refletindo sobre como as relações conjugais estão sendo vivenciadas em tempos de COVID 19, que alterou

<sup>7</sup> Irmão do Jorel; 2014, BR; Copa Estúdio, Cartoon Network Brasil.



as rotinas cotidianas e exigiu o estabelecimento de novas formas de convivência. Aqueles casais que enfrentarem este momento terão surpresas, decepções, alegrias, tristezas, construções e ajustes. Espera-se que haja maturidade para dialogar com sinceridade, generosidade e cuidado. O momento pede parceria e cumplicidade, e com certeza casais que tinham como hábito a competição entre si sofrerão mais desgastes e enfrentarão mais sofrimento.

As diferenças entre as percepções femininas e masculinas são evidentes desde sempre e agora se tornaram irrefutáveis. A reorganização da casa, da educação dos filhos, dos cuidados com os idosos, das atividades laborais será vivenciada de forma individual, mas, ao mesmo tempo, exigindo do casal habilidade para negociar e repactuar combinados anteriores.

Os desafios também são diferentes dependendo das diversas configurações familiares, como aqui descritas. Foram privilegiadas algumas organizações familiares, mas sem a intenção de esgotar o assunto, uma vez que família é um conceito polissêmico, pois são inúmeras as suas formas de organização.

O que é preciso deixar evidente é que o COVID 19 impactará as relações familiares e conjugais, exigindo pesquisas sobre tal situação e também reflexões sobre a clínica com estes sujeitos. Em nível global, vivemos um tempo de incertezas, instabilidades e transformações. Sendo a família e o casal subsistemas dentro de um sistema social mais amplo, irá sofrer o impacto deste momento. No entanto, acreditamos ser possível reinventar e adaptar as formas de se relacionar, criando contextos positivos e geradores de relações saudáveis e funcionais.

## Referências

Ângelo, Claudio. (1995). A escolha do parceiro. In Maurizio Andolfi, Claudio Ângelo & Carmine Saccu (Orgs.). *O casal em crise*. ((Trad. S. F. Foá, pp. 29–37). São Paulo: Summus Editora. (Trabalho original publicado em 1993).

Anton, I. L. Camaratta. (2011). Relacionamentos descartáveis. In Luiz, C. Osório & Maria E. P. Valle (Orgs.). *Manual de terapia familiar*. (pp. 253-259). Porto Alegre: Art-med.

Bowen, Murray. (1991). *De la familia al individuo*. (Trad. B. E. A. Lonnné). Buenos Aires: Paidós. (Trabalho original publicado em 1979).

Bradt, O. Jack (1995). Tornando-se pais: famílias com filhos pequenos. In Betty Carter & Mônica Mcgoldrick (Orgs.). *As mudanças no Ciclo de Vida Familiar*. (Trad. M.A.V. Veronese, 3ª ed., pp. 206-222). Porto alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1989)



Carter Betty & Mônica Mcgoldrick. (2001). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. (Trad. M.A.V. Veronese, 3ª ed.). Porto Alegre: Artmed Editora.

Cowan, A. Philip & Cowan, P. Carolyn. (2016). Transições familiares normativas, qualidade da relação do casal e desenvolvimento sadio dos filhos. In Froma Walsh (Org.) (Trad. S. M. M. Rosa) *Processos Normativos da Família: diversidade e complexidade*. (4ª edição, pp.428-451). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2012)

Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 379-394.

Féres-Carneiro, Terezinha. (2005) *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

Féres-Carneiro, T. & Diniz-Neto, O. (2010). Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. *Paidéia*, 20(46), 269-278.

Féres-Carneiro, Terezinha. (2011) *Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Greene, S. M.; Anderson, E. R.; Forgatch, M. S.; Dergarmo, D. S. & Hetherington, E. M. Riscos e resiliência após o divórcio. In Froma Walsh (Org.) (Trad. S. M. M. Rosa) *Processos Normativos da Família: diversidade e complexidade*. (4ª edição, pp.102-127). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2012)

Goulart, S. A.; Oliveira, A. C. G.; Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2019). Fatores relacionados aos casamentos de longa duração: panorama a partir de uma revisão integrativa. *Psico*, 50(2), 1- 13.

Mattos, E. T. B. (2009). Família com idosos. In Osório, L. Carlos & Maria E. P. Valle (Orgs.). *Manual de terapia familiar*. (pp. 313-322). Porto Alegre: Artmed.

Mcgoldrick, M. & Shibusawa, T. (2016) O ciclo vital familiar. In Froma Walsh (Org.) (Trad. S. M. M. Rosa) *Processos Normativos da Família: diversidade e complexidade*. (4ª edição, pp.375-398). Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 2012)

Minuchin, Salvador. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. (Trad. J. A. Cunha). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1980)

Minuchin, Salvador. & Fishman, H. Charles. (2003). *Técnicas de Terapia Familiar*. (Trad. C. Kinsch, & M. E. F. R. Maia). Porto Alegre: Artes Médicas. (Não consta o ano de publicação do original)

Minuchin, Salvador., Nichols, P. Michael & Lee, Wai-Yung. (2009). *Famílias e casais: do sintoma ao Sistema*. Trad. J. D. Mello). Porto Alegre: Artmed Editora.



Nichols, P. Michael & Schwartz, C. Richard. (2007). *Terapia Familiar: Conceitos e Métodos*. (Trad. M. F. Lopes). Porto Alegre: Artmed Editora. (Trabalho original publicado em 1995)

Penso, M. A. & Sudbrack, M. D. F. O. (2009). O filho fora do tempo: atos infracionais, uso de drogas e construção identitária. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 2- 15

Pereira, C. (2017). Sexualidade na vida adulta. In. Alessandra, Diehl & Vieira, D.L (Orgs.) *Sexualidade do prazer ao sofrer*. Rio de Janeiro: Roca.

Prado, L. C. (2009). O casamento e as relações extraconjugais. In Luiz, C. Osório & Maria E. P. Valle (Orgs.). *Manual de terapia familiar*. (pp. 402-415). Porto Alegre: Artmed.

Porreca, W. (2019). Relação conjugal: Desafios e possibilidades do "nós". *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35(spe)

Righetti, Roseli. & Cruz, M. Helena. (2009). Terapia de famílias com crianças pequenas. In Luiz, C. Osório & Maria E. P. Valle (Orgs.). *Manual de terapia familiar*. (pp. 247-261). Porto Alegre: Artmed.

Rosset, M. Solange. (2009). Famílias com adolescentes. In Luiz, C. Osório & Maria E. P. Valle (Orgs.). *Manual de terapia familiar*. (pp. 263-272). Porto Alegre: Artmed.

Sant'anna, T. C. & Penso, M. A. (2018). A Transmissão Geracional da Violência na Relação Conjugal. *Psicologia: Teoria e pesquisa*. V(33), pp. 1-11. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e33427>, 2018.

Walsh, Froma. (1995). Casais saudáveis e casais disfuncionais: qual a diferença? In Maurizio Andolfi, Claudio Ângelo & Carmine Saccu (Orgs.). *O casal em crise*. ((Trad. S. F. Foá, pp. 18–28). São Paulo: Summus Editora. (Trabalho original publicado em 1993)

Wagner, Adriana & Mosmann, C. P (2011). Educar para a conjugalidade: que a vida não nos separe. In Luiz, C. Osório & Maria E. P. Valle (Orgs.). *Manual de Terapia Familiar*. Vol. II. (pp. 261-270). Porto Alegre: Artmed.

Werner, M. C. Maria. (2011). Fantasias sexuais e conjugalidade. In Luiz C. Osório, & Maria E. P. Valle (Orgs.). *Manual de Terapia Familiar*.Vol. II. (pp. 213-223). Porto Alegre: Artmed.

Whitaker, Carl. (1995). As funções do casal. In Maurizio Andolfi, Claudio Ângelo & Carmine Saccu (Orgs.). *O casal em crise*. ((Trad. S. F. Foá, pp. 21-28). São Paulo: Summus Editora. (Trabalho original publicado em 1993)

Willi, J. 1995). A construção didática da realidade. In Maurizio Andolfi, Claudio Ângelo & Carmine Saccu (Orgs.). *O casal em crise*. ((Trad. S. F. Foá, pp. 15–27). São Paulo: Summus Editora. (Trabalho original publicado em 1993)



# MATERNIDADE E TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

BRUNA DE OLIVEIRA SANTOS PINTO  
LUCIANA DA SILVA RODRIGUEZ

Abordar as problemáticas da maternidade e trabalho necessariamente nos remete às mudanças nos papéis sociais desempenhados pelas mulheres ao longo da história e a árdua batalha que travaram para disputarem e se estabelecerem no mercado laboral. Longe de fazer uma genealogia, nos restringimos a apontar o que consideramos marcos importantes para pensar esse binômio na atualidade, principalmente num cenário de pandemia como o atual, e com isso discutir alguns de seus efeitos, tecendo considerações.

A pandemia provocada pelo SARS-CoV-2, devido à sua alta capacidade de transmissão, levou a que muitos países optassem por restringir a circulação de pessoas a fim de diminuir os vetores de disseminação do vírus na população. Dentre as estratégias tomadas por muitos governos estava justamente o estabelecimento de medidas de distanciamento e isolamento social, que impactaram rápida e diretamente a vida das pessoas. Considerando que a principal mudança é a restrição da circulação e, portanto, o incentivo a ficar em casa, o espaço doméstico toma um protagonismo grande nessa readaptação da rotina das pessoas.

Dessa forma, nos questionamos sobre os impactos desse cenário na vida, em especial das mulheres de classe média, trabalhadoras e com filhos. Partimos do entendimento de que se trata de um objeto complexo (Morin, 2006) e nos apoiamos na psicossociologia, que nos permite articular contribuições de disciplinas distintas em uma perspectiva interdisciplinar, mas respeitando os limites epistemológicos de cada uma. Partimos de uma discussão histórica sobre a construção social do papel da mulher, seguimos com um breve debate sobre os efeitos da pandemia na vida das mulheres com filhos e chegamos a alguns apontamentos e considerações sobre o binômio maternidade e trabalho em tempos de pandemia.

## **Representações sociais das mulheres ao longo da história**

Na história, as diferenças entre os sexos e os papéis desempenhados foram muitos ao longo do tempo e nas diferentes culturas. Purvis (2004)



aponta para a complexidade da tarefa de revisitar a história das mulheres, visto que muitos arquivos mais tradicionais foram escritos por homens, para homens e sobre homens - guerra, política, diplomacia, administração - e às mulheres, quando não ignoradas, apresentavam certo estereótipo, as descrevendo no campo doméstico como esposas, mães, filhas e amantes. Além disso, não se pode ignorar as diferenças culturais e sociais, que têm impacto direto nos papéis sociais desempenhados.

Sobre a construção histórico-filosófica de discursos relacionados aos papéis atribuídos às mulheres, Tedeschi (2008) destaca como fundamentais para a compreensão das representações do feminino o discurso de matriz filosófica grega e o de moral cristã no mundo medieval. Segundo o autor, é possível notar o olhar masculino da teoria filosófica grega, que pensava a mulher como um objeto e que deveriam viver sob o controle dos homens. Esse olhar estava presente no pensamento de filósofos como Platão, Aristóteles e Hipócrates, que apoiados em uma narrativa masculina sobre o corpo feminino, construíram mitos que justificavam uma ideia de inferioridade e de fragilidade feminina. No discurso da moral católica, desigualdades de gênero também se explicitam. Na tradição judaico-cristã, a ideia de fragilidade persiste, de forma que a mulher era colocada em uma situação de total dependência da figura masculina (pai, irmãos, marido...), berço de uma cultura patriarcal e machista, que sugere que sejam tuteladas antes e depois do matrimônio. A própria cerimônia do casamento religioso católico tradicional encena esse circuito: o pai acompanha sua filha e a entrega nas mãos de seu noivo. Neste momento, inicia-se um novo núcleo familiar em que se espera que a mulher assuma o papel de esposa e mãe. Segundo Tedeschi (2008), a igreja faz seu papel de reforçar essa representação do feminino através das duas grandes figuras femininas, antagônicas, na tradição cristã: "Eva pecadora" e "Maria virtuosa".

Parte desses discursos persistem atualmente. Novos cenários, novas roupagens para antigos problemas. Porém, isso não significa que mudanças não tenham ocorrido ao longo do tempo e que outros discursos não tenham se formado. A Revolução Industrial foi um marco econômico e social importante, que possibilitou às mulheres se tornarem operárias nas fábricas, extravasando suas atividades do espaço doméstico, abrindo portas para outras disputas e conquistas. Muita hostilidade e opressão foram enfrentadas, mas na passagem do século XIX para o XX, viu-se crescer o movimento feminista. Este, por sua vez, gradativamente ganha voz e representatividade política. As disputas por direitos levam-nas à conquista ao voto, o que na história do Brasil é bastante recente, estabelecida apenas em 1932. Os movimentos contraculturais, transgressores dos padrões culturais ocidentais hegemônicos, contribuíram para as discussões sobre a liberdade sexual, o que impactou sobremaneira a forma como se via o próprio corpo feminino.



Importantes conquistas como a possibilidade do uso do anticoncepcional quanto o do próprio divórcio possibilitaram maior liberdade.

O conjunto desses avanços, incluindo a decisão sobre engravidar ou não, amplia, e muito, o horizonte de projetos pessoais das mulheres. E o crescimento da participação delas no mercado de trabalho coloca em pauta de discussão possibilidades de mudanças internas nos papéis familiares e nas concepções de maternidade até então hegemônicas (Scavone, 2001).

A inserção das mulheres no mundo do trabalho se dá de forma mais incisiva na década de 70 no Brasil. Nesse período, essas trabalhadoras, na sua maioria, eram solteiras e sem filhos. O ingresso de mulheres casadas se deu de forma mais lenta ao longo do tempo e foi muito relacionada à conjuntura econômica. Tratava-se de um período de alta inflação e empobrecimento das famílias. Com o passar do tempo, esse perfil se expande, associado também à elevação do nível de escolaridade que as tornavam mais competitivas no mercado (Fiorin, Oliveira & Dias, 2014).

Como consequência, o número de filhos por família diminuiu e passou a haver um adiamento em relação à experiência da maternidade, ao mesmo tempo em que se aumentava o investimento na estabilidade profissional e financeira através do nível educacional e capacitações para o trabalho. Beltrame e Donelli (2012) apontam que estudos mais recentes sobre maternidade se debruçam sobre características da sociedade ocidental contemporânea por promoverem novas e diferentes condições para a maternidade: maternidade tardia; inseminação artificial; família homoparental...

Apesar de todas as mudanças em curso, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a mulher ainda é a principal responsável pelos afazeres domésticos e pelos cuidados com os filhos. Vê-se persistir a divisão sexual tradicional das atividades domésticas, em que se reafirma a responsabilidade do homem no provimento da casa e à mulher o gerenciamento do lar. O próprio IBGE (2016) retira do que considera trabalho (atividade econômica) os trabalhos domésticos realizados na residência própria. Desconsidera-se, portanto, essas horas dirigidas a esta tarefa, explicitando sua desvalorização social. Para muitas mulheres, isso implica em jornadas duplas e triplas de trabalho na medida que precisam conjugar suas carreiras profissionais às atividades domésticas e cuidado com os filhos (Fiorin, Oliveira & Dias, 2014). Em diversas outras situações, para as classes médias e altas, uma alternativa possível para conciliar essas necessidades é contar com empregadas domésticas, faxineiras, creches e/ou babás, que inclusive costumam ser mulheres, reforçando esse estereótipo de que o ambiente doméstico é feminino. De uma forma ou de outra, algo do campo da "sobrecarga" se coloca.

As categorias maternidade e trabalho são atravessadas por questões sociais, políticas, econômicas, que estabeleceram padrões de comportamen-



to e os reforçaram ao longo do tempo. Isso não se dá sem um custo físico e emocional. Maternidade e carreira profissional são duas searas de extrema valorização social e por isso, exigem um engajamento pessoal muito forte. Isso implica dizer que a coordenação dessas categorias traz consequências emocionais importantes, como se verá mais à frente.

### **Um novo cotidiano: efeitos da pandemia**

Além das questões já embutidas nesse processo sócio-histórico, recentemente, toda a sociedade foi surpreendida pela disseminação do vírus SARS-CoV-2 (*Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2*) e sua alta transmissibilidade. Isso levou a Organização Mundial da Saúde (OMS) a anunciar o surto da doença COVID-19, causada pelo referido vírus, e a declarasse como uma emergência em saúde pública de interesse internacional (WHO, 2020a) em janeiro de 2020. Em março, o diretor geral da OMS veio a público alertar sobre os níveis alarmantes e a severidade dessa situação, caracterizando-a como pandemia (WHO, 2020b). Nesse mesmo comunicado, foi feito um apelo para que os países se organizassem de forma a mudar o curso desse surto. As recomendações incluíam detectar, testar, tratar, isolar e rastrear casos suspeitos de forma a impedir o estabelecimento de uma transmissão comunitária.

Nesse contexto, novo e caótico, os países precisaram organizar seus sistemas de saúde e alinhar diversas outras políticas no sentido de mitigar os efeitos da epidemia, incluindo ações no campo da economia e da assistência social. Devido ao estado de calamidade pública instaurado, uma medida importante foi a suspensão temporária de algumas atividades e restrições de funcionamento de alguns estabelecimentos. A instauração de regras de distanciamento e isolamento social foi adotada como estratégia para reduzir a dispersão do vírus. Na medida em que fecha temporariamente estabelecimentos e limita a circulação de pessoas nos espaços públicos, ela impacta demasiadamente a rotina das pessoas, em seus diferentes setores como a vida social, inter relacional, econômico, laboral etc.

Essa mudança brusca modifica, no campo do trabalho, os modos de produção, as folhas de pagamento, a implementação de home office, quando possível, entre outros aspectos. Novos arranjos se estabelecem e se torna necessário uma reapropriação e reorganização do espaço doméstico e familiar, que, para muitas pessoas, passa a ser também um espaço de trabalho. A casa ganha múltiplas funções e precisa acomodar nas 24 horas do dia, os adultos em home office ou desempregados, idosos, crianças e adolescentes que não podem frequentar escolas presencialmente e que terão aulas online. Essa reconfiguração não vem sem custos. Se novos arranjos e divisão de tarefas



são necessários no espaço doméstico, em muitos casos, o maior peso se coloca sobre as mulheres devido ao peso histórico do papel desempenhado pelas mulheres no campo doméstico.

### **Maternidade, trabalho invisível ou visibilidade negativa?!**

A maternidade, como prática social, ainda segue, em parte, marcada por uma visão patriarcal de família e da sociedade. Por mais que novos discursos tenham se consolidado ao longo do tempo, diferentes instituições, como as religiosas, as educacionais e a própria mídia reforçam imagens positivas e idealizadas do que é ser mãe e criticam casos e situações em que isso não se explicita. Segundo Cavalcanti e Baía (2017), no século XX, os meios de comunicação de massa, em certa medida, representantes e amplificadores dos mitos que conformam o imaginário coletivo, reforçaram a ideia de “mãe perfeita”. Gerenciar as contradições relacionadas à ideia de alcançar a “perfeição” na maternidade, e seguir com os projetos pessoais e profissionais é um grande desafio. O engajamento e dedicação esperado/cobrado pela sociedade no campo da maternidade e trabalho são muito duras.

Ao considerarmos as atividades domésticas como trabalho, podemos nos apoiar nas ideias de autores do campo laboral. Dejours (1994) atesta que o reconhecimento do trabalho é um dos fatores mais importantes na construção de um equilíbrio psíquico e na contribuição para garantir a produtividade. Ele se inscreve de duas formas: através do reconhecimento da utilidade do trabalho executado e o da beleza. O primeiro diz respeito à utilidade técnica, social, econômica do trabalho executado e geralmente passa pelo crivo do chefe ou daquele superior, ou o usuário ou cliente do serviço, que perfilha o trabalho executado como necessário, importante. Já o segundo está relacionado aos pares de trabalho e a comunidade em geral, tem ligação com a originalidade, e o reconhecimento do que há de elegância, criatividade e até mesmo, beleza, no que foi executado pelo trabalhador.

Problematizando este conceito, como podemos pensar o reconhecimento do trabalho materno no cotidiano das relações? Muitas vezes a cultura impõe a construção que a maternidade é algo inerente a mulher, e que as funções do cuidado são responsabilidade dela e que devem ser impecáveis. De acordo com dados divulgados pelo IBGE em 2018, mulheres dedicam em média 18,5 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas, já os homens, 10,3h são dedicadas a estas atividades. Além disso, 11 milhões de famílias são compostas por mães solas. Ou seja, ainda é concentrado na mulher os serviços domésticos e de cuidados e a naturalização contribui para a invisibilidade deste trabalho.



Enquanto, em nossa sociedade, o trabalho remunerado recebe visibilidade, principalmente quanto maior for o lucro proveniente dele, o trabalho doméstico geralmente não o é, o que contribui para sua invisibilidade. Conforme afirma Barbosa (2011, pág 3):

“(...) a disponibilidade total das mulheres para o trabalho doméstico é uma exigência do modelo patriarcal e capitalista vigente; o tempo das mulheres como um dos mecanismos inesgotáveis de dominação patriarcal e de exploração econômica. No sistema capitalista apenas o tempo da produção é valorizado porque ele produz mais valia. O tempo no cuidado, da reprodução da vida social não é valorizado, por esse motivo não há uma divisão equitativa entre homens e mulheres do tempo exercido na produção e na reprodução social.

A maternidade como uma perna do espaço e atividades domésticas, recebe a mesma invisibilidade, inclusive porque relacionada a ela está a ideia de obrigação, cuidado, abnegação pessoal. Segundo pesquisa de Amazonas, Vieira e Pinto (2011), apesar das mulheres se sentirem sobrecarregadas e esperarem a divisão das atividades domésticas e do cuidado dos filhos com o parceiro, parece prevalecer o pensamento de que elas próprias realizam melhor a atividade e se sentem culpadas quando não o fazem. A conjugação da maternidade com as atividades profissionais não vem sem cobranças.

Se por um lado, há invisibilidade, em termos de reconhecimento quando se fala das atividades da maternidade, por outro, no campo das atividades laborais ela apresenta certa negatividade. A chegada de um bebê reestrutura toda a logística de vida e dinâmica familiar e o retorno ao campo do trabalho requisita uma elaboração psíquica de reengajamento. As atividades profissionais tendem a ficar em segundo plano e fica difícil investir da mesma maneira nesses dois espaços, o que é visto pelos empregadores como um problema e limita o crescimento das mulheres na carreira profissional em comparação a homens com filhos (Beltrame & Doneli, 2012).

Como pode ser visto, a precariedade é vivida pelas mulheres em diversas instâncias do trabalho, uma vez que geralmente ocupam postos mais vulneráveis no mercado e ainda, vivem a invisibilidade de suas jornadas múltiplas. Uma vez “responsáveis” pelo cuidado, as mulheres também são indiretamente responsáveis até mesmo pelos indivíduos da família que adoecem e em especial, neste momento de pandemia, isso acontece com maior frequência.

### **Tudo ao mesmo tempo e no mesmo lugar: mulheres “em hiperfuncionamento”**

Segundo Jameson (1997), tal como na esquizofrenia, atualmente todos vivemos boa parte de nossas vidas em um eterno presente, no qual temos

experiências múltiplas e fragmentadas. Na pandemia, esta experiência parece exacerbar-se, já que o mundo passa a acontecer em espaços restritos, com todos os seus horários, demandas e particularidades.

Neste período de isolamento espacial, muitas são as mudanças na relação tempo-espço. O trabalho, para muitas mulheres, passa a acontecer dentro de casa. É nesse espaço que a família compartilha mais tempo de convivência e, em muitos casos, é onde há também as aulas dos filhos

Toda a dinâmica da vida acontece ao mesmo tempo, e no mesmo espaço. A relação com todas estas instâncias cotidianas é fragmentada, com momentos atravessados pela tecnologia e sem barreiras físicas. O que dizia respeito ao privado, familiar, passa a comportar atividades que eram também divididas com os espaços coletivos. Pouco se sai. A orientação é “fique em casa” e, assim sendo, diminui-se fisicamente com outras pessoas, outras crianças, outras instituições.

Apesar de se tratar de mudanças que reordenam o ambiente familiar, nos parece que a figura feminina é, especialmente, dragada por esta vivência, atendendo a diversas demandas concomitantes. Reforçamos que sobrevoam neste cenário, historicamente, discursos e práticas sobre a mulher que ainda a associam enquanto responsáveis pelo ambiente doméstico. Sendo assim, como um polvo, parece haver um braço seu nas diversas atividades que acontecem ao mesmo tempo. A tecnologia, neste momento, contribui para acelerar o tempo, trazendo o regime de urgência para atender a escola, ao trabalho, ao consumo de informação e até o lazer.

É preciso perceber que este momento deflagra não só a desigualdade de gêneros, já que a mulher absorve a maior quantidade deste trabalho doméstico e de cuidados da família (Ramírez, 2020), como também faz emergir a fragilidade dos vínculos de emprego que muitas mulheres estão submetidas. Há a necessidade de responder efetivamente ao trabalho, pois o risco de perdê-lo é maior para este gênero. As mulheres ocupam mais os postos informais, com pouco ou nenhum suporte social e que são vulneráveis nestes tempos de crise econômica (Lima, 2020; Rosas et al., 2019).

Além disso, a falta de amparo as deixa sem estratégias quando precisam voltar a trabalhar presencialmente. Ainda que contem com o suporte de pares (marido, ou pai dos filhos), sem a escola e as famílias extensas, como dar conta dos filhos neste retorno, já que é sobre elas que recaem o cuidado destes? Neste momento, muitas optam pela demissão, o que as deixa em um lugar de dependência de pares ou de auxílios governamentais. Outras perdem seus postos por não conseguirem satisfazer toda a urgência e demandas que as impõem. Em entrevista ao jornal “El país” a economista Lucia Garcia (Rossi, 2020) afirma a deterioração das condições de trabalho nesta epidemia e a falta de suporte social faz com que a situação das mulheres no mercado de trabalho se torne ainda mais vulnerável:



“Elas estão sofrendo mais com o atual cenário, seja porque os setores tradicionais de inserção [no mercado de trabalho] estão sendo ajustados e as condições de trabalho piorando, seja porque as famílias estão empobrecendo e as mulheres têm de entrar na busca da renda, seja porque estão perdendo dinheiro com os cortes de programas sociais”.

No mundo do “tudo ao mesmo tempo”, trabalho, maternidade e casa se confundem em uma jornada sem interrupção, de afazeres sem fim. Como consequência tem-se uma preocupação excessiva de dar conta de tudo, o que traz à tona um sentimento de insuficiência persistente. Aqui, o trabalho é uma preocupação constante, seja pela sua ausência, seja pela sua presença. Boa parte da população viu subitamente a renda diminuir e as dívidas aumentarem. Para os que mantiveram suas atividades, a fragilidade desse campo exige que se aumente a dedicação e a produtividade, em especial àqueles que podem trabalhar de casa. Os dispositivos tecnológicos favorecem o excesso de demandas com o extrapolamento dos horários. Para as mulheres, isso vem com um peso maior, pois antes da epidemia, contava-se com as creches, escolas e as redes de apoio para o cuidado com os filhos. Neste momento, estes suportes se perdem e as demandas aumentam, inclusive se responsabilizando pelos processos de aprendizagem dos filhos.

Destaca-se que todos, responsáveis e instituições, precisaram reorganizar os seus cotidianos, além de a educação à distância para crianças necessitar ainda do desenvolvimento de ferramentas, que hoje ainda são limitadas. Logo, os responsáveis precisam se adaptar rapidamente à nova situação já que incorporam a tarefa de ensinar.

À essas mulheres-mães sobra a exaustão, e a tentativa de superar a cada dia o cansaço e a falta de perspectivas de melhora, já que o isolamento espacial se prolonga. Logo, vivem o incremento do “hiperfuncionamento de si” (Aubert, 2003), com um significativo aumento do dispêndio de energia física e psíquica, pouco espaço para lazer e descanso e muitas preocupações. Ao mesmo tempo, vivenciam a sensação de culpa pela reclamação constante de cansaço ou por não se sentirem constantemente felizes, já que são mães. Muitas produzem sintomas físicos e psicológicos. O corpo fala dos sintomas acarretados pela exaustão (Novaes, 2006). As mães são levadas a se superarem contínua e desmesuradamente, em vários sentidos da vida, como o profissional, o afetivo e até mesmo, os limites impostos pelo corpo.

### **Cultura do alto desempenho em tempos de pandemia: necessidade ou crueldade?**

Como sabemos, a pandemia da COVID-19 concentrou subitamente no espaço domiciliar uma enorme quantidade de demandas e a cobrança



de uma organização que forneça uma gestão funcional das necessidades (consideradas essenciais e urgentes ou não). Aubert (2003) descreve que atualmente vivemos a cultura do hiper: há uma hiper utilização do tempo, para dar conta de uma hiper quantidade de demandas, produzindo hiper sujeito que, para alcançar os seus objetivos, precisa de um hiperfuncionamento de si (Aubert, 2003). Há a perspectiva do excesso e da exacerbação de todos os atos, até mesmo o cuidado com o outro. É preciso estar muito preparado e ainda que se dedique a isto, poucas parecem ser as chances de alcançar o nível de exigência requisitado.

Destaca-se que em nossa cultura, quando vivemos uma forte crise social ou econômica como a provocada pela pandemia, exacerba-se o sentimento de que depende de si, e tão somente de si, a solução para todos os problemas. Há uma crença no indivíduo conquistador (Ehrenberg, 1991), ou seja, naquele que está sempre voltado para o desempenho em suas próprias ações e para o desenvolvimento de suas potencialidades pessoais. Não se discute a possibilidade ou não dos indivíduos alcançarem o nível de cobrança solicitado ou a real necessidade de se atingir estas exigências. Tudo depende da forma como o indivíduo se auto governa, logo, é individualizado. Dar conta de todo o trabalho depende do esforço individual, ou seja, de como este tem de fazer um governo de si que atenda a exigências colocadas. E neste sentido, temos um “indivíduo sofrente”, ou seja, em processo de sofrimento, sobrecarregado e vulnerabilizadas pela enorme quantidade de informação que tem de assimilar e da exigência estabelecida.

Surge, como a outra face de uma moeda, o indivíduo incerto (Ehrenberg, 1991): aquele que precisará de amparo para continuar na trajetória de hiper exigência, pois há uma fragilização diante da premissa de que tudo que derivar da ação será atribuído a ele (sucesso, fracasso, competitividade). Reforça-se aqui o hiperfuncionamento de si e uma gestão da vida voltada para a produção. A administração do cotidiano se assemelha a de uma empresa, com metas rígidas a serem cumpridas.

Além de trabalhar oito horas diárias em home office, ainda há os cuidados com filhos, a casa e as demandas sobressalentes fora do horário de trabalho formal. As mães que possuem mais de um filho, ainda vivem o homeschooling. E sobram exemplos de discursos de êxitos, superação e de mães que, apesar das dificuldades, relatam sucesso. Neste sentido, a vida tem o aspecto de uma organização: como sistema simbólico, arquiteta heróis, mitos, para serem interiorizados pelos indivíduos e assim, fazer a organização viver através da continuação neste caminho (Enriquez, 1997). Cada pequeno sucesso do cotidiano ressignifica todo o investimento feito. Isto dá sentido a um gerenciamento rígido da vida, onde há pouco espaço para o ócio, o lazer, ou aprender algo novo e é consonante com Nicole Aubert (2003), que afirma a



“perspectiva rentável do tempo”, em que todo momento livre é considerado “tempo mal utilizado”. Tudo aquilo que não tem uma utilidade prática para o cotidiano é eliminado, com o propósito de adequar-se a melhor otimização da gestão do tempo.

Assim, toda atividade que não leve a um ganho acaba sendo desvalorizada (Arendt, 2011). O lazer e o descanso são sempre deixados em segundo plano. Há um excesso de trabalho e há um excesso de investimento no trabalho, a ponto de pensar que quase todas as energias são canalizadas para este fim. Há uma atenção a nível do sacrifício, pois escolhem diminuir, quase eliminar, o lazer para dar conta de todas as demandas.

Há também uma ênfase na cultura do alto desempenho (Gaulejac, 2005). É preciso errar o mínimo possível, estar atento às mudanças, possuir grande disposição física e mental para a realização das tarefas e ainda, trabalhar a qualquer horário e dia da semana, na função que exerce. A cultura do alto desempenho implica aqui também em uma gestão intensa do presente. A vida fora do campo do trabalho é colocada entre parênteses. Este rígido controle leva muitas mulheres ao adoecimento.

Para Costa (1989, como citado em Gréggio & Araújo, 2011), as “doenças nervosas” não se reduzem a um distúrbio genético ou hereditário “dentro” do sujeito, sem nenhuma relação com o “fora”, pois elas estão referidas ao seu cotidiano. Logo, no caso das mães, o processo de adoecimento por ansiedade, depressão ou questões mais ligadas ao físico não são raros. Ao serem levadas a se superarem contínua e desmesuradamente, em vários sentidos da vida, como o profissional e o afetivo, as mães relatam frustração e cansaço.

## **Considerações Finais**

Para refletir sobre as problemáticas maternidade e trabalho em tempos de pandemia, é preciso pensar na história social da mulher e nas suas condições no mercado de trabalho. Muitos foram os obstáculos vencidos e há um incremento da participação masculina na realização de atividades domésticas, mas muito ainda há que se conquistar, se considerarmos que hoje delegamos a elas a responsabilidade quase exclusiva sobre os cuidados com os filhos e com o cotidiano da casa.

Assistimos, com o surgimento da pandemia, uma exacerbação da fragilidade do lugar social da mulher. Ela experimenta hoje forte vulnerabilidade no campo laboral, uma vez que ocupam os postos menor remunerados, menos amparados pelas leis trabalhistas. Além disso, o isolamento espacial, como medida de enfrentamento à COVID-19 torna “artigo de luxo” redes de apoio com quem pudessem dividir as tarefas com as crianças. Sem os suportes sociais da escola e família extensa, muitas ainda precisam escolher entre trabalho e a função materna.



Quanto à maternidade, ainda recai sobre as mulheres os cuidados com as crianças, principalmente quando se tratam de bebês, pelas questões biológicas como amamentação e o próprio vínculo mãe-bebê. Em parte isso se dá pelas exigências sociais do entendimento do que é a instituição mãe, com as suas variadas atribuições e ideais. Nos casos em que há mais de um filho, ou filhos em idade escolar, somam-se as tarefas de brincar, distrair e a vivência das aulas online, que, em muitos casos, necessitam da mãe, acompanhando e orientando o homeschooling.

Como já mencionamos, as mulheres em situação social menos privilegiada vivem também o fantasma do desemprego. Absorvidas pelas funções domésticas, cria-se socialmente a falsa ideia de que elas não produzem como exige o mercado. Muitas precisam abdicar de seus postos, pois não tem com quem deixar os filhos. A falta da escola e o isolamento das famílias agrava peremptoriamente a situação social das mulheres. Há que se destacar ainda que muitas não atendem aos requisitos para receber auxílios emergenciais do governo.

Este cenário, repleto de exigências e de demandas, requisita que estejam sempre em hiperfuncionamento, atendendo as necessidades de diversas frentes de atuação. Há uma forte cultura da superação dos desafios e da “super mulher”, que dá conta de todas as tarefas domésticas e das demandas do trabalho. Esta faceta da cultura do alto desempenho contribui para que acreditem estar sempre “em falta”, pois sobra trabalho e faltam horas em seus dias. Há ainda aquelas que se sentem culpadas, pois supõem que deveriam viver integralmente a maternidade, sentindo-se insuficiente como mães. Outras pensam que não são produtivas no emprego porque não se empenham o suficiente.

Neste ponto podemos fazer um paralelo com teorias que nos levam a uma reflexão sobre as organizações. Chanlat (2011) afirma que quando os modos de gestão e organização do trabalho não levam em conta as funções biológicas e psicológicas do ser humano, assistimos a uma degradação da saúde mental e física dos trabalhadores. O mesmo se dá nestes espaços. Os valores difundidos (como o alto desempenho e a abolição de toda atividade que não é útil) criam situações onde há um funcionamento humano exaustivo e até mesmo, mortificador. A sobrecarga de trabalho traz dificuldades para as mulheres cuidarem de si, de sua saúde, terem algum tempo livre. Totalmente absorvidas pelo ambiente doméstico, muitas adoecem.

Toda esta situação é também agravada pela invisibilidade do trabalho doméstico feminino. Muitos o associam ao afeto que as mães deveriam dedicar aos filhos e a família e não como mais uma função da mulher (Barbosa, 2011). Em uma sociedade desigual como a brasileira, isso promove a invisibilidade deste trabalho; ele se apresenta como algo inerente a mulher e por isso não precisa ser valorizado, mais bem dividido ou remunerado.



Como pôde ser visto, a pandemia COVID-19 evidenciou um grande e já antigo problema, o da carga mental das mulheres e o excesso de trabalho visível e invisível, principalmente quando da maternidade. Neste período de confinamento, parecem ser as que mais trabalham, e as que mais sofrem emocionalmente.

## Referências

Amazonas, M. C., Vieira, L. L., & Pinto, V. C. (2011). Modos de Subjetivação Feministas, Família e Trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 314-327.

Aubert, N. (2003). *Le culte de L'urgence. La société malade du temps*. Paris: Flammarion.

Arendt, H. (2011). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

Barbosa, L. C. (2011). Desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico: reflexões iniciais. *III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre a diferença*. Seminário organizado pela Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, Brasil.

Beltrame, G. R., & Donelli, T. M. S. (2012). Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. *Aletheia* 38-39, 206-217.

Cavalcanti, N. C. S. B.; Baía, D. C. P. (2017). *Ser mãe no mundo do trabalho: notas sobre os desafios da reinserção de mulheres no mercado de trabalho após a experiência da maternidade*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis.

Chanlat, J. F. (2011). O desafio social da gestão: a contribuição das Ciências Sociais. In *Clínicas do Trabalho: Novas Perspectivas para Compreensão do Trabalho na Atualidade*. Bendassolli, P. F., & Soboll, L. A. P. (Orgs.). São Paulo: Editora Atlas.

Dejours, C. (1994). *A loucura no trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez Obor.

Ehrenberg, A. (1991). *Le culte de la performance*. Paris: Calmann-Lévy.

Enriquez, E. (1997). *Organizações em Análise*. Petrópolis: Editora Vozes.

Fiorin, P. C., Oliveira, C. T., & Dias, Ana C. G. (2014). Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 15(1), 25-35.

Gaulejac, V. (2005). *Gestão como Doença Social – Ideologia gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Editora Ideias e Letras.

Gréggio, M. R., & Araújo, J. N. (2011). Crônica de uma tragédia anunciada. In SOUZA, M., MARTINS, F. & ARAÚJO, J. N. (Orgs.) *Dimensões da Violência*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). *Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores. Coordenação de Trabalho e Rendimento*. Rio de Janeiro: IBGE.

Jameson, F. (1997). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Ática.

Lima, J. D. (2020). Quais os impactos da pandemia sobre as mulheres? [Post da web]. Recuperado de <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/03/24/Quais-os-impactos-da-pandemia-sobre-as-mulheres>

Morin, E. (2006). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.

Novaes, J. V. (2006). *O intolerável peso da Feiúra*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.

Purvis, J. (2004). Women's History Today. *History Today*, 54(1), 40-42. Recuperado de <https://www.historytoday.com/archive/women%E2%80%99s-history-today>

Ramírez, N. (2020). Trabalho de madrugada porque não dou conta de tudo em casa", a nova normalidade massacra as mulheres [Post da web]. Recuperado de [https://brasil.elpais.com/smoda/2020-05-28/trabalho-de-madrugada-porque-nao-dou-Conta-de-tudo-em-casa-a-nova-normalidade-massacra-as-mulheres.html?ssm=FB\\_CC](https://brasil.elpais.com/smoda/2020-05-28/trabalho-de-madrugada-porque-nao-dou-Conta-de-tudo-em-casa-a-nova-normalidade-massacra-as-mulheres.html?ssm=FB_CC)

Rosas, R., Schincariol, J., & Saraiva, A. (2019). Mulheres têm desocupação e informalidade maiores e rendimento menor, mostra IBGE [Post da web]. Recuperado de <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/06/mulheres-tem-maiores-desocupacao-e-informalidade-e-menores-rendimentos-mostra-ibge.ghtml>

Rossi, M. (2020). Retomada econômica ignora mães que precisam ir ao trabalho e não terão escolas para deixar os filhos [Post da web]. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-04/retomada-economica-ignora-maes-que-precisam-ir-ao-trabalho-e-nao-terao-escolas-para-deixar-os-filhos.html>

Scavone, L. (2001). Maternidade: Transformações na família e nas relações de gênero. *Interface: comunicação, saúde e educação*, 5(8), 47-60.

Tedeschi, L. A. (2008). *História das mulheres e as representações do feminino*. Campinas: Curt Nimuendajú.



WHO. (2020a). *Novel Coronavirus – China*. Recuperado de <https://www.who.int/csr/don/12-january-2020-novel-coronavirus-china/en/>

WHO. (2020b). *WHO announces COVID-19 outbreak a pandemic*. Recuperado de <https://www.euro.who.int/en/health-topics/health-emergencies/coronavirus-covid-19/news/news/2020/3/who-announces-covid-19-outbreak-a-pandemic>



# ADOÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

LIDIA LEVY  
ISABEL CRISTIANA GOMES

Nesse capítulo pretendemos abordar como as medidas de quarentena e isolamento social, relacionadas à pandemia de Covid-19, em nosso país, afetaram os procedimentos de aproximação, o início da convivência e a guarda provisória em processos de adoção. Por meio do estudo de algumas situações vivenciadas nos meses de março a junho, quando foram afetados serviços básicos além do contato social, procuraremos avaliar como os adotantes, que receberam crianças com o encurtamento do período de convivência, conseguiram lidar com a quarentena.

A construção da filiação adotiva, por ser mediada pelo Judiciário, engloba uma complexidade de fatores que se acrescentam ao desejo de filho demonstrada pelos pretendentes e a necessidade de família pelos adotados. Há um longo caminho a ser percorrido pelo adotante, desde o momento em que decide buscar à vara, estar habilitado para ser inserido no cadastro nacional de adoção (CNA) e, finalmente, o encontro com o adotado que corresponda ao perfil indicado.

Crianças e adolescentes em instituição de acolhimento, geralmente vivenciaram situações traumáticas em suas famílias de origem que culminaram no afastamento do lar e em sua inserção na instituição. Ali aguardam retornar aos genitores ou à família extensa ou, tendo ocorrido a destituição do poder familiar, serem incluídas em uma nova família. Portanto, o encontro entre esses atores (adotantes e adotados) para a construção de novos laços afetivos, é invariavelmente permeado por uma importante questão temporal. Muitos pretendentes reclamam por ficar um longo período aguardando na fila pelo filho (a) tão almejado, principalmente aqueles que escolhem um bebê ou uma criança até 02 anos de idade. Por outro lado, as crianças mais velhas e os adolescentes, grupos de irmãos e crianças com alguma doença crônica ou deficiência também correm o risco de serem preteridos e passarem muito tempo, as vezes até a maioridade, na instituição de acolhimento.

Quando uma criança é indicada para requerentes previamente habilitados, estes tomam conhecimento de seu histórico e, se optam por recebe-la, tem início o estágio de convivência. Neste período ocorrerão visitas



e/ou passeios com a criança e, em seguida, caso o pretendente se dispuser a adota-la, sua guarda lhe será concedida, dando início ao processo da adoção

Até 2017, a legislação não estabelecia um tempo determinado para a duração do estágio de convivência, ficando a equipe técnica a cargo de avaliar as necessidades de cada caso especificamente. Entretanto, na nova redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017 **ao art. 46 do ECA:** a adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, observadas a idade da criança ou adolescente e as peculiaridades do caso.

**Ainda no § 4 do artigo 46 indica-se que:** “o estágio de convivência será acompanhado pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar, que apresentarão relatório minucioso acerca da conveniência do deferimento da medida. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009)”.

Frente ao atual cenário da adoção no Brasil, em 16/04/2020 foi publicada no Diário Oficial da União uma Recomendação Conjunta assinada pelos Presidentes do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público, Ministro de Estado da Cidadania e Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que dispõe sobre cuidados a crianças e adolescentes com medida protetiva de acolhimento, no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (Covid-19), em todo o território nacional. Dentre as diversas medidas e procedimentos emergenciais indicados na referida Recomendação, destacamos o *inciso II* que prioriza “procedimentos para concessão de guarda provisória a pretendentes previamente habilitados, mediante relatório técnico favorável e decisão judicial competente, nos casos de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento que se encontrem em estágio de convivência para adoção” (Diário Oficial da União, 16/04/2020).

Quando das alterações introduzidas na lei de 2017, visando flexibilizar o procedimento de adoção, alguns autores (Placentini, 2017) se perguntaram se isso não significaria um retrocesso, elevando os riscos ao seu êxito. Argumentou-se, portanto, que o tempo subjetivo nem sempre acompanha o tempo do processo judicial. O que dizer quando, em virtude de uma emergência sanitária, o processo de guarda precisará ser acelerado?

Profissionais de algumas varas e instituições de acolhimento, mediante o risco de contaminação pelo vírus, tomaram como diretriz as Recomendações citadas acima no sentido de acelerar o período de convivência e a concessão de guarda para que rapidamente os adotados deixassem o convívio em grupo nas instituições, com a finalidade de preservação de sua (s) saúde (s). Situações inusitadas, entretanto, acabaram ocorrendo. Partiremos da análise



de alguns relatos para refletir como a convivência intensa na quarentena influenciou, em termos de prós e contras, o estabelecimento desses vínculos filiativos.

### 1. O encontro com a criança:

**Família 01:** Marcelo e Juliana <sup>1</sup> estavam casados há quase 20 anos e já haviam adotado uma menina, hoje com 13 anos. Queriam agora adotar um menino com idade de até 08 anos e passaram por todo o procedimento até serem habilitados e incluídos no cadastro nacional. Um dia antes do início da quarentena, foram chamados para conhecer João, de 09 anos. Segundo o que constava em seu processo e no relatório da equipe profissional, João não queria ser adotado porque esperava retornar a sua casa. O casal foi informado desta situação, mas decidiu ir conhecê-lo. Entretanto, no dia do primeiro encontro presencial, ao vê-los, João imediatamente muda de ideia e afirma querer ir morar com eles. A guarda provisória lhes é dada e saem de lá preocupados em comprar o mínimo necessário (roupas, sapatos e utensílios de higiene) para a nova vida de João, pois todo o comércio não essencial ia ser fechado.

**Família 02:** Carlise Solange, casados há quase 10 anos, sem filhos, haviam indicado quando do processo de habilitação o desejo de adotar uma criança de até 04 anos. Em fevereiro do corrente ano, foram informados pela equipe da vara sobre a história de dois irmãos, um de 04 e o mais velho de 07 anos, disponibilizados para adoção. Mobilizados pelo relato de maus tratos que ambas crianças haviam sofrido, resolvem conhecê-los. Como a quarentena já estava instalada, começam a interagir com os irmãos por meio virtual. Durante um mês, os profissionais do acolhimento intermediaram as conversas por vídeo, sendo que só o mais velho interagia com o casal. Neste período, lhes é dada a guarda provisória e os meninos são recebidos na nova família. Com poucas coisas trazidas da instituição, o casal pede ajuda à família extensa para angariar roupas, sapatos e brinquedos para as crianças.

**Família 03:** André e Carla já eram pais de 01 filha adolescente, mas sempre alimentaram a ideia de terem um casal. Como Carla teve sérios problemas de saúde após um aborto, o projeto de adoção sempre fez parte de suas vidas. Dessa vez optaram pela adoção de um menino mais velho, já que não queriam abrir mão da independência que haviam conquistado após o crescimento da filha. Com uma filha adolescente, se disponibilizaram a acolher um menino de até 10 anos. Um dia antes de ser instalada a quarentena, recebem um telefonema da vara para irem conhecer um garoto de 10 anos, Pedro, que havia sido devolvido, durante o período de convivência, por

---

<sup>1</sup>Todos os nomes são fictícios.

não ter se adaptado à nova família. Quando o casal chega para falar com a psicóloga da equipe e conhecer a história do garoto, o mesmo já lá estava os aguardando. Assim que se cruzam, o menino diz que eles são simpáticos e quer ir para a casa com eles porque está com medo de pegar o vírus e ficar doente. Frente ao inesperado o casal concorda, ainda que de modo relutante, e lhes é concedida a guarda provisória. O pai, que trabalha com T.I., compra pela internet tudo o que acredita o menino irá necessitar, inclusive um tablet e um vídeo game.

Nas três situações apresentadas destaca-se o início abrupto da convivência em decorrência dos riscos possíveis com a manutenção das crianças na instituição. Não houve tempo nem para os adotantes nem para as crianças de vivenciarem o “namoro” que costuma acontecer quando uma criança é indicada a aqueles que aspiram incluí-la em sua família. A improvisação se evidencia em situações simples, como quando todos se percebem com uma casa ainda desprovida de objetos básicos para acolher a criança que chega. Obviamente, isto não significa que as improvisações não possam funcionar bem e a história deste começo atribulado venha a ser narrada de forma lúdica para as próximas gerações. Entretanto, algumas dificuldades podem precipitar um desinvestimento no projeto, provocando sofrimento e a não construção de vínculos afetivos.

## **2. A convivência familiar intensa:**

As dificuldades que serão agora descritas ocorrem com frequência durante o período do estágio de convivência e durante os primeiros tempos de um processo de adoção. Contudo, a quarentena defrontou estas famílias com o confinamento. Isto significa ausência de passeios, lazer ao ar livre, encontros com amigos e família extensa e, a necessidade de conjugar *home office* com tarefas escolares de crianças com as quais até então não havia cotidiano comum.

Os pais das famílias 01 e 03 estavam trabalhando em casa e se sentiram frustrados por não encontrarem a autonomia que esperavam nas crianças, principalmente no que dizia respeito à escola. A irritação e a impaciência crescem ao constatarem que os meninos não se interessavam por fazer os deveres escolares e nem por assistir as aulas. Fica nítida a ilusão de que, ao escolherem crianças mais velhas, isto não ocorreria.

A adoção de uma criança maior expõe de modo mais explícito sua alteridade e exige um tempo para que as peculiaridades de cada um (adotantes e adotados) sejam aceitas e toleradas. Mesmo um estágio de convivência de 90 dias pode não ser suficiente para que isto ocorra. É esperado, portanto, que a relação vá ser construída no decorrer da convivência.



Inicialmente, na família 03, André e Carla reclamavam que Pedro não queria fazer nada, não conversava com ninguém e só queria jogar vídeo game e assistir série no *tablet*, deixando-os muito incomodados com o passar dos dias. Vale lembrar que André encomenda um *tablet* e um vídeo game já na chegada de Pedro, para, em seguida, se surpreender com os efeitos que isto promove na criança. No caso desta família, uma outra característica de Pedro irá, em um primeiro momento, causar estranheza. A criança não queria abraçar, nem beijar, nem dar bom dia ou boa noite, contrastando com o que era hábito entre eles e havia uma expectativa de que logo aprenderia estes comportamentos. É curioso que, nesta etapa inicial, parecem ter se esquecido do que ocorrera no primeiro encontro. Pedro com clareza lhes havia dito que precisava de abrigo contra o vírus e não de noções de etiqueta ou acompanhamento escolar e, possivelmente, nem mesmo se questionasse se queria estabelecer um vínculo de filiação. Talvez porque já houvessem adotado anteriormente a filha, conseguiram perceber tênues movimentos de aproximação através de alguns comportamentos regredidos, comuns nos primeiros momentos de uma adoção. Algumas crianças maiores pedem para sentar no colo, para ficarem com eles no banheiro, para receberem comida na boca. A família conseguiu perceber as pistas fornecidas por Pedro e, com isto, se inicia o processo de vinculação, lentamente.

Na família 01, Marcelo trabalha durante o dia em teletrabalho e Juliana está, no momento, desempregada. Ela, portanto, está mais presente, tenta acompanhar a escolaridade de João, mas demonstra impaciência frente ao fato dele não esboçar qualquer interesse pelo estudo. Reclama que ele passou a mentir, dizendo que já havia feito as tarefas escolares ou afirmando estar doente, sentindo-se mal e só depois ela vir a perceberem mentiras na tentativa de fugir às tarefas escolares. Segundo Juliana: “ conforme o tempo passa, vou percebendo mais aspectos obscuros nele, principalmente a mentira”.

Existe uma multiplicidade de razões para um menino de 09 anos tentar evitar tarefas escolares, principalmente se elas ocorrem em casa, diante de uma telinha e junto a uma pessoa impaciente. Se as figuras parentais não conseguirem se acalmar para melhor entender o que está ocorrendo, corre-se o risco de fixarem na criança o rótulo de mentiroso. Sabe-se que algumas dissoluções em processo adotivos, ocorrem com este tipo de justificativa (Levy, Pinho & Faria, 2009). Novamente, é importante relembrar que João não queria ser adotado, pois esperava retornar para sua família de origem. Não houve tempo para trabalhar nem com adotantes nem com o adotado o luto por este desejo. Entretanto, como vimos na família 03, parece haver um “esquecimento” das questões que precisam ser elaboradas, observando-se um afã de boa convivência e de família unida e feliz.



A Família 02 ilustra outra dificuldade comum, quando se adotam irmãos. A mãe está em teletrabalho e o marido, profissional da saúde, exerce suas funções normalmente. Portanto, Solange fica o dia todo com os meninos, tendo a ajuda de sua mãe. Solange reclama muito do ciúme dos irmãos e das birras que o menor faz. Embora trabalhe com criança, admite que as vezes fica perdida e não sabe o que fazer. Segundo ela, o mais velho sempre se mostra mais arredo e frente a qualquer limite fica bravo, dizendo não ser ela a sua mãe e que já pediu para voltar para o abrigo.

Nitidamente, Solange se mostra mais apegada ao menor, que correspondia ao perfil desejado por eles, quando da habilitação; mas, mesmo assim, fica muito ressentida quando este faz birra. As duas primeiras semanas foram muito difíceis e só começou a melhorar a partir de um determinado acontecimento: os dois irmãos iniciaram uma briga, disputando a atenção dela, que lhes pediu que parassem. De pronto, o mais velho foi ver televisão e o menor se jogou ao chão, batendo a cabeça. Tentou fazê-lo parar, sem que nada adiantasse. Ela desiste e vai para a cozinha preparar o jantar, enquanto o menino segue atrás, chorando e novamente se jogando no chão e se batendo. Desesperada, demanda a ajuda do mais velho, pedindo-lhe que acalme o irmão. A atitude tomada por este, na sequência dos acontecimentos, provoca um efeito que terá consequências interessantes: ele diz para o irmão parar imediatamente, senão a mãe os levaria de volta para o abrigo. Em ação imediata, ele vai para o quarto e começa a colocar os pertences dos dois em uma mala, seguido do irmão menor. Quando Solange entra no quarto todas as coisas das crianças estão jogadas na mala e o mais velho lhe diz que já estão prontos para ir embora. Diante disto, todos parecem ter se acalmado e Solange consegue conversar, garantindo-lhes que nunca fará isso e que aquela era a casa deles. Entretanto, esta afirmação não foi suficiente, pois desde então não conseguem dormir mais sozinhos e todas as noites partem para o quarto dos pais. O mais velho dissera ao irmão que, se dormissem, eles os levariam embora. O casal solicitou ajuda aos psicólogos da vara, pois se encontram perdidos diante desta situação. Afirmam nunca terem imaginado que seria tão difícil cuidar de duas crianças.

Também neste caso, vale lembrar que os 30 dias de interação das crianças com o casal foi virtual, intermediado pela equipe da instituição, sendo que o mais velho falava pelos dois. Durante todo o período de espera, até serem chamados para conhecerem as crianças, se imaginavam pais de uma criança de até 4 anos, que os olharia como figuras de autoridade e de afeto. Mobilizados pela história dos meninos, se apressaram a disponibilizarem-se para reparar o mal por eles sofrido. Não tiveram tempo de perceber qual era a dinâmica relacional destes irmãos, onde tudo indica que a proteção e a autoridade estava colocada no menino de 7 anos. Novamente, só o tempo



e a disponibilidade de ultrapassar obstáculos poderão reorganizar esta dinâmica, permitindo que os meninos se coloquem no lugar de filhos e o casal assuma o lugar de pais (Gomes & Levy, 2016).

As famílias citadas, acreditam que a situação de quarentena estimulou a rapidez do convívio e que a intensidade da presença no cotidiano permitiu que logo se conhecessem e estreitassem os laços; o que, segundo eles, levaria mais tempo caso estivessem vivendo "normalmente". As reclamações ficaram restritas à impossibilidade de sair e dividir com familiares algumas tarefas, bem como a ausência da escola. Portanto, a quarentena está sendo sentida de modo ambivalente na medida em que possui aspectos facilitadores na construção vincular mas a ausência de contato social e da rotina escolar trouxe certa tensão, principalmente para as famílias 01 e 03.

### **3. Considerações finais.**

Houve um tempo, no qual uma mulher era destinada a determinado homem, em função de interesses familiares. Casamentos arranjados, por vezes, sem que nada se soubesse deste outro, casamentos que podiam se perpetuar, cristalizando-se em profundo distanciamento ou podiam levar à construção de uma parceria, de uma relação amorosa, considerando-se o desejo de vincular-se e as variáveis presentes neste encontro. Da mesma forma, a paixão, a certeza de ter encontrado a alma gêmea ou o filho que lhe é destinado, não é garantia de uma melhor ou pior construção de conjugalidade ou parentalidade.

Para muitas famílias, a situação de excepcionalidade imposta pela pandemia instaurou uma crise que alterou rotinas, acentuou incapacidades, exigiu tolerância, empatia e capacidade de adaptação. As famílias que receberam crianças até então desconhecidas para convivência, visando construir laços de filiação encontraram-se em uma situação duplamente inédita: o cotidiano modificado pela pandemia que se instalou de modo até então nunca vivenciado e o relacionamento delicado, carregado de expectativas, entre adotantes e adotados. Para complicar, a convivência familiar foi invadida pelo espaço laboral e pela instituição escolar. De um dia para o outro, espera-se que as crianças tenham autonomia e consigam realizar as tarefas escolares de modo remoto e que os pais assumam funções de professores coadjuvantes. Nos casos citados, ainda havia a necessidade de adaptação das crianças a novos hábitos, a uma rotina e costumes característicos de uma determinada classe social, na maior parte das vezes, diferente de suas origens.

Neste estudo, não se pretendeu realizar uma avaliação das Recomendações Conjuntas, mas aproveitar a irrupção do inesperado, no caso a pande-



mia e a quarentena, e sua consequência frente à construção de determinados laços afetivos, centrando-se na observação das capacidades e/ou incapacidades dos seres humanos para se vincular.

## Referências

Brasil. Ministério da Cidadania, Gabinete do Ministro. (2020). *Diário Oficial da União*. Recuperado de <http://www.in.gov.br/web/dou/-/recomendacao-conjunta-n-1-de-16-de-abril-de-2020-253004251>.

Gomes, I. C.; Levy, L. (2016). A Psicanálise Vincular e a preparação de crianças para a adoção: uma proposta terapêutica e interdisciplinar. *Contextos Clínicos*, 9 (1), 109 - 117.

Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e da outras providências. Brasília, DF, Recuperado em 03 de julho, 2020 de :[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)

Lei n. 13.509, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília, DF, Recuperado em 03 de julho, 2020 de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13509.htm)

Levy, L., Pinho, P. G., & de Faria, M. M. (2009). "Família é muito sofrimento": um estudo de casos de "devolução" de crianças. *Psico*, 40(1), 58-63.

Piacentini, P. (2017). Novas regras para adoção: avanço ou retrocesso. *Ciência e cultura*, 69(1), 11- 12.



# COVID-19: A LA ESCUCHA DE LO QUE SE TRANSFORMA. MUJERES EN CUARENTENA - FRANCIA, ARGENTINA, ESTADOS UNIDOS

JOSETTE HALÉGOI  
MARCELA DE GRANDE

*Espera siempre lo inesperado*  
Edgard Morin

## Palabras previas a las palabras

### **Empecemos por el final: no vamos a sacar conclusiones.**

Empecemos por el principio: desde la llegada de la crisis del COVID-19, miles de pensamientos, reflexiones, hipótesis, profecías y diagnósticos surcan el cielo en una profusión digna de los mejores espectáculos de fuegos artificiales de la China. La belleza de ese ejercicio intelectual mundial, simultáneo, caótico y urgente nos conmueve, porque refleja de alguna manera la sed de comprensión individual ante lo desconocido y, sobre todo, la voluntad de compartir e intercambiar miradas para que la luz que echamos sobre el asunto sea lo más potente y colectiva posible. Nos conmueve porque ciertamente, cada palabra que escribe, cada uno de nosotros y nosotras, es una mano extendida y llena de esperanza.

Hoy, 29 de junio de 2020, las autoras de este texto nos sentamos a poner en palabras la experiencia que gestamos y compartimos en estos últimos meses, conscientes no sólo de que no llegaremos a ninguna conclusión sino de que no es ése nuestro objetivo. Estamos transitando la misma crisis que todas las personas que eventualmente leerán estas líneas, la misma que atraviesan las mujeres que participaron de nuestro estudio, los médicos que ahora mismo están en los hospitales y los niños que ahora mismo miran la plaza a través de una reja. Entrevistado en canal Arte el 23 de marzo pasado, el neuropsiquiatra Boris Cyrulnik retomaba la definición de resiliencia como la "capacidad de volver al desarrollo después del traumatismo", y aclaraba que "por ahora estamos en el enfrentamiento [con el virus, la enfermedad y la muerte], frente a frente con el trauma [...] Estamos en la resistencia, centrados en los actos de protección". Dentro de esos actos, "contar [lo que sucede] es un



acto de resistencia”. También para nosotras actuar, organizando grupos de mujeres con los medios disponibles; actuar, reflexionando juntas e invitando a la co-construcción de una elaboración colectiva; actuar, ordenando estas palabras para compartirlas...son gestos de nuestra propia resistencia. En el movimiento dialéctico entre vivencia y concepto(Gaulejac, Despairies, 2019), estamos claramente inmersas en la vivencia. Las teorías del pasado nos acompañan pero no caeremos en la tentación de querer imponérselas a una realidad que muestra un grado de ruptura inédito. Lo que aquí compartimos son líneas de nuestras manos –puestas a la obra-, extendidas y llenas de esperanza. Voces que la práctica clínica de lo social permite oír. Huellas para un futuro cuya escritura, siempre en disputa (Segato, 2020), se irá definiendo con el pasar del tiempo.

### **Paso a paso - Metodología del estudio**

Lo inesperado llegó entre febrero y marzo. Sentimos la fuerza que traía y presentimos el impacto, desde lo individual hasta lo global, que eso iba a tener. ¿Cómo abordarlo? ¿Cómo entender algo más allá de nuestra vivencia confinada e individual? Nos comunicamos<sup>2</sup> a fines de marzo y decidimos lanzar, de manera autogestiva, un proceso de investigación cualitativa simultáneo en tres países, con una perspectiva de enfoque socio-clínico. Sirviéndonos de una plataforma digital especialmente diseñada para el estudio, facilitamos y coordinamos la realización de 3 grupos de mujeres de 15 a 17 personas cada uno en Francia, Argentina y los Estados Unidos. El reclutamiento incluyó a mujeres voluntarias de 23 a 73 años –con más presencia del rango de 39 a 60- de clase media, con residencia en distintas ciudades de cada uno de los 3 países.

Invitamos a las participantes a responder, a lo largo de 9 días, del 6 al 15 de abril de 2020, a una serie de preguntas elaboradas con anterioridad. Las propuestas incluían momentos de mayor racionalización (respuestas por escrito) y otros más proyectivos o creativos (redacción de cartas, elaboración de collages con imágenes, registro de video). Además de la producción de aportes individuales, la plataforma invitaba a las participantes a leer las intervenciones de las demás mujeres y a reaccionar libremente, interactuando entre ellas a lo largo de toda la semana.

Al cabo de 9 días finalizó esa primera instancia. Compilamos el material y lo analizamos en una primera fase que desembocó en una devolución vía Zoom de los resultados de los tres países a cada uno de los grupos (entre el

---

<sup>2</sup> Las autoras y Agathe Laurent (Spring Voice), quien organizó la plataforma y coordinó el estudio en EEUU. Por su parte, Josette Halegoi coordinó la plataforma en Francia y co-coordinó junto a Marcela De Grande la plataforma en Argentina.



5 y el 7 de mayo de 2020). Esa restitución dio paso al diálogo y al intercambio online, permitiendo actualizar a esa fecha la situación que cada país y cada una de las mujeres participantes estaba atravesando. Los contenidos resultantes de esos intercambios también fueron sumados al estudio.

De la totalidad de esos testimonios, entrevistas e intercambios de experiencias y de su posterior análisis surgen las observaciones clínicas que compartiremos a continuación.

### **El pasado: la reactivación de traumas personales y colectivos**

“El tiempo exterior ya no existe. No sé qué día es pero las horas pasan al ritmo del café, el té, las comidas, el libro, el taller. Tengo la sensación de no saber más nada, de estar vacía. A mi alrededor, las cosas se evaporan... ¿Qué es lo importante para hacer cuando el mundo entero está sufriendo?” (participante de Francia).

En los tres países, las mujeres expresaron de un modo contundente, existencial más que poético, el shock y el estado de sideración que les generó la nueva situación impuesta por el virus. En esa fecha, Francia llevaba 17 días de cuarentena, Argentina había entrado hacía dos semanas y en Estados Unidos, California cumplía 13 días de cuarentena mientras el resto del país se debatía entre cuarentena obligatoria o sugerida según los estados. A pesar de ese leve desfase, la conexión entre lo existencial y lo universal apareció con fuerza en los tres grupos. La dimensión de lo personal –proyecto laboral, sistema familiar, modo de vida- se vio rápidamente interpelada y relativizada frente a la magnitud de lo universal –contagio y riesgo que no distingue fronteras, clases ni poder-.

De igual modo quedó de manifiesto que la crisis reactivó traumas personales relacionados con momentos de fobia, de abusos intrafamiliares, muerte de seres queridos, rupturas de pareja o divorcio de los padres, mudanzas traumáticas, cáncer y otras enfermedades, etc. En los tres países se mencionaron las pandemias pasadas (peste, gripe española, etc.) y se recordaron las guerras y la Gran Depresión de los años '30.

De manera más específica y ligada al contexto histórico de cada país, en Argentina y Estados Unidos apareció el recuerdo de momentos de quiebra económica brutal (crisis del 2001 en Argentina, quiebras de emprendimientos familiares en EEUU).

En asociaciones con otras pandemias, en Argentina se mencionó la fiebre amarilla, asociada a la época de la gran inmigración del siglo XIX, en Estados Unidos la preocupación pareció centrarse en estimaciones de cifras



sobre el número de muertos – que al día de hoy ya superó el número de muertos norteamericanos en la Primera Guerra Mundial- y en Francia se recordó el escándalo de la sangre contaminada con VIH.

Tras el “vacío” del estado de shock, vimos aparecer de a poco las representaciones que se despertaban en el presente y, según los países, la particularidad de algunas de ellas. En efecto, en un país como Francia que preserva cierta estabilidad económica desde hace más de 50 años, el fantasma de la quiebra está menos presente en la lectura de la actualidad que en los países de América. En cambio, el tema de la comunicación gubernamental poco clara sobre las medidas sanitarias (importancia del uso del barbijo o no) genera un alto nivel de desconfianza y temor cuando se lo asocia al escándalo de la sangre contaminada. Vemos así, en las distintas zonas donde los imaginarios de asociación divergen, hasta qué punto la interacción entre la historia personal y la gran Historia actúa de manera evidente en la vivencia de este proceso de crisis que reactiva traumas en distintos niveles (Barrois, 2010; Anngwyn, 2013).

### **El presente: cristalizaciones en el aquí y ahora**

Lejos de ser situaciones externas u objetivas, la pandemia y la cuarentena son experiencias de vida que atravesamos como individuos, con nuestro cuerpo físico y emocional a cuestas, como ya decía la participante citada anteriormente, “al ritmo del café, de las comidas”, de nuestros pasos.... Ese presente desafiante que se despliega, muta, se resignifica y nos redefine constantemente se tradujo en el estudio que realizamos a través de múltiples relatos donde lo emocional y lo sensorial alternaban con lo racional en búsqueda de sentido. De esa efervescencia de lo presente, identificamos a continuación algunos ejes que aparecieron como principales.

#### La sensación de protección o de abandono por parte del gobierno

Encontramos en este punto una vivencia claramente diferenciada según los países y las posturas de los gobiernos frente al COVID-19.

En Argentina, a pesar de que el país atraviesa una situación crítica en lo económico y lo social (35% de la población en situación de pobreza y un 7,7% de la población en situación de indigencia), la opción temprana y resuelta del presidente A. Fernández de cerrar las fronteras y establecer cuarentena estricta y obligatoria en pos de “proteger la vida” (discurso del 20 de marzo) generaba –al momento del estudio- una sensación unívoca en las entrevistadas de protección y prevención. La adhesión a las medidas



tomadas era total en el grupo, reforzada por el sentimiento de unión nacional (alentado por el slogan del gobierno, "Argentina unida", que acompaña todas las comunicaciones sobre la pandemia, en referencia explícita a la última década signada por una fuerte polarización política).

En EE.UU., en cambio, la controversial postura del presidente Trump en la gestión de la crisis sanitaria y la vertiginosa propagación del virus en el territorio se tradujo en el grupo por una sensación de abandono y un estado de vulnerabilidad ante la evidencia de que, acaso por primera vez en su historia, el país se dividía en lugar de unirse ante el peligro. A dos meses de ese momento, observamos cuán lejos puede ir esta imbricación cuando un elemento de protección sanitaria como el barbijo se ha convertido en símbolo externo de adhesión o rechazo a una ideología política.

En Francia, como referíamos anteriormente, apareció una desconfianza en relación a la falta de transparencia de la comunicación y de la gestión sanitaria, pero se percibía que el gobierno "eligió al ser humano antes que la economía" y eso permitía, de alguna manera, sentirse a resguardo.

### Las fuentes de la confianza

Es innegable que el miedo y la confianza nunca van de la mano. De hecho, resulta casi imposible imaginar sentir miedo y confianza al mismo tiempo. No obstante, también es cierto que para salir adelante, para avanzar de esta etapa de resistencia a la de resiliencia, los seres humanos necesitaremos encontrar las fuentes de la confianza. En este sentido, vemos en el estudio una tendencia que, aunque viene anunciándose desde hace un tiempo, parecería afirmarse o acentuarse en situación de crisis, y por igual en los tres países involucrados.

En efecto, las participantes de los tres países expresan un nivel de confianza directamente proporcional al nivel de organización social, política, económica y afectiva en cuestión. Así, el máximo nivel de desconfianza se expresa en relación a la clase política en general (intereses ocultos), las grandes multinacionales (farmacéutica y alimenticia sobre todo, excesivo afán de lucro), los conglomerados mediáticos (manipulación de información), los sistemas de salud (deficientes) y de educación (obsoletos), las instituciones religiosas (poco solidarias) y las fuerzas de seguridad (abuso de poder, en particular en Argentina).

En sentido inverso, la confianza va en aumento cuando mencionan circuitos económicos cortos (productores locales y comercios de proximidad), algunos políticos, intelectuales y guías espirituales individualizados por ellas como referentes, profesionales de la salud y de la educación en su esfuerzo diario por paliar la crisis sanitaria, personas del vecindario con las



que emprenden acciones solidarias, ONGs de defensa de derechos humanos y ambientales (>Argentina y Francia), fundaciones (>EEUU), fuentes de información científica y vínculos afectivos directos (amigos y familiares).

Por último, aparece como centro de la confianza el propio sujeto, dotado de su escala de valores (solidaridad, amor, respeto) y sus recursos personales, profesionales y espirituales para hacer frente a los cambios por venir.

No es tiempo de conclusiones. Tal vez ni siquiera de hipótesis. Pero la observación de este movimiento de la confianza, puesto en perspectiva histórica con la confianza en los relatos épicos revolucionarios del siglo pasado, nos deja por lo menos pensando en la incubación eventual de una nueva concepción –invertida– del cambio social.

### Las tomas de conciencia

“Esto nos lleva a todos a pensar de otra manera y plantearnos cuestiones profundas [...] a interrogarnos sobre nuestro modo de vida, nuestros valores, lo que tiene sentido y lo que no, la vida, y la muerte también”(participante de Estados Unidos).

De más está decir que, por más universal que sea la pandemia, las condiciones desiguales en las que cada uno la atraviesa no dan lugar al mismo tipo de experiencia. Duele e indignar hasta qué punto millones de personas lidian hoy no sólo con la enfermedad y el contagio sino también con el hambre, la desnutrición, la violencia y la falta de vivienda digna. Las participantes del estudio son mujeres de nivel socioeconómico medio y que transitaban la cuarentena en condiciones materiales no siempre consolidadas, pero al abrigo de las necesidades básicas. Cabe recordarlo aquí porque es en ese contexto que la crisis aparecía para algunas de ellas como una verdadera oportunidad para pensar y repensarse, e incluso para aprender y desarrollar sus propios centros de interés. Otras, por su parte, referían estar prestando más atención a lo que las rodea. Este doble movimiento de recentrado y apertura favoreció algunas tomas de conciencia a distintos niveles.

#### **A nivel individual:**

– Observamos en los tres países una toma de conciencia existencial y casi brutal en relación a la fragilidad de la vida y la condición de ser mortal que redimensiona las elecciones de la vida cotidiana.

– Otro aspecto que aparece de manera unívoca es un cuestionamiento de la relación con el tiempo. La desaceleración obligada y general impuesta por la cuarentena las lleva a abrazar fuertemente el deseo de “dejar de correr”, empezar a vivir el presente, a estar presentes para sí mismas y para



los demás, escuchando su propio ritmo y pasando de “un tiempo cuantitativo a un tiempo cualitativo”.

– Algunos valores cobran también una nueva intensidad, tales como la solidaridad y la libertad (> Francia y Argentina):

“en estos días oscuros, en el fondo más fondo de mi ser, reprimo el grito potente y devastador de la reclusa [...], la prisionera, violada en sus fundamentos: la libertad de movimiento y el derecho a ir donde quiera. Ulcerada como nunca, estoy en estado de rebelión permanente”. (participante de Francia).

– Las emociones aparecen en este período a flor de piel. En este sentido, destaca en los tres países un despertar de lo sensorial, especialmente frente a la belleza de la naturaleza y las pequeñas cosas. Para algunas, este nuevo estado receptivo se traduce en un sentimiento de gratitud hacia la vida. Otras se declaran más proclives a una introspección que las confronta con sus propias debilidades: dificultad para emprender proyectos, cuidado insuficiente de sí misma o de sus seres queridos, miedo a no poder con todo...

– Hay una toma de conciencia en relación al ejercicio de la responsabilidad individual, tanto como ciudadana como en relación al cuidado de los otros.

– Por último, las participantes evocan en todos los países que este período de reclusión ha sido propicio para la sensibilización, en particular en lo que respecta al consumo. No se trata de consumir más, sino de consumir "sentido". Cabe suponer que los valores guiarán en adelante la mayoría de las elecciones de consumo.

### **A nivel familiar:**

– Las angustias y miedos más marcados se focalizaron fundamentalmente en torno a las personas mayores y, en menor medida, en relación al futuro de los jóvenes. La situación de aislamiento aumentó el sentimiento de soledad de los padres y suspendió la relación entre abuelos y nietos.

– Para las parejas, este momento de convivencia forzada fue, para algunas, la oportunidad de consolidar un apoyo y una cooperación afectivos que fortalece el vínculo; para otras, el descubrimiento o la exacerbación de disfuncionamientos latentes. En todos los casos, la cuarentena parece llamada a marcar un hito en las relaciones amorosas.

– Por último, el rol de madre y de mujer en el hogar se vio rápidamente interpelado por la situación de encierro en los tres países. En efecto, las participantes asumieron rápidamente múltiples tareas. Muchas mujeres profesionales se encontraron o se reencontraron con el espacio de lo doméstico (cocina, limpieza, cuidado de los niños y/o de los mayores), sin por ello dejar de ejercer su profesión a distancia (homeworking) y hasta participar



en iniciativas solidarias (ollas populares, organización de donaciones). Desde la autocrítica de no haber sido una buena madre hasta la necesidad de hacer reuniones familiares para distribuir las tareas domésticas o replantearse las prioridades en su vida, las participantes destacaron las exigencias –ya habituales- multiplicadas por la situación. De manera inesperada, el encierro trajo para algunas un redescubrimiento y una valoración del espacio hogareño y los vínculos familiares.

A nivel de las relaciones sociales, surge como toma de conciencia principal una valoración renovada de la cercanía y el contacto físico (el abrazo, las risas, la presencia del otro), por contraste con la imposición del denominado “distanciamiento social”, cargado de connotaciones negativas.

### **A nivel sociopolítico y socioeconómico**

En este nivel es donde las mujeres reunidas se expresaron con más elocuencia, como si la pandemia y sus consecuencias hubieran generado un deseo de entender mejor la sociedad en la que vivimos. Los temas abordados fueron muchos, desde la situación sanitaria y social hasta la importancia de la educación, la necesidad urgente de respetar y proteger el planeta pero también el rol de las mujeres durante la pandemia, los límites de la globalización, la crisis de la democracia, el capitalismo y la sociedad de consumo. Las tomas de conciencia abordan también la complejidad del mundo y la dimensión sistémica de las acciones del hombre que pueden conducir a la catástrofe.

– Para las norteamericanas, el debate sobre el sistema de salud es primordial, en una situación que juzgan como “catastrófica” dentro del marco de un sistema débil, privado y extremadamente costoso. Las argentinas se refieren a las carencias históricas y actuales de la salud pública en el país. Las francesas señalan algunos puntos débiles para un sistema que globalmente consideran satisfactorio.

– El contacto directo con la “escuela digital en casa” también favoreció una toma de conciencia importante de la realidad educativa de cada país. La mayoría de las mujeres francesas y argentinas consideran el sistema educativo nacional “obsoleto”, pero destacan el valor y las competencias de algunos docentes. Las norteamericanas valoran la enseñanza tal como se la practica y elogian particularmente la rápida respuesta de las universidades ante la situación de pandemia.

– Tomaron un lugar significativo las consideraciones sobre las crisis ecológicas y los desastres ambientales causados por el hombre y la necesidad absoluta de proteger el planeta. En este sentido, las interpretaciones hechas sobre el triunfo de los ecologistas en las elecciones municipales en Francia a la salida de la cuarentena (28/06/2020) no tardaron en señalar que “el

confinamiento fue un acelerador [...] La gente quiere localismo y que se frene el consumo frenético”, en palabras de Jérôme Fourquet, director del departamento de opinión del IFOP. Al mismo tiempo tiene lugar en Francia la Convención Ciudadana sobre el Clima, que trata de abordar en iguales términos la urgencia social y la ecológica.

– Se hizo hincapié, sobre todo en Argentina y Estados Unidos, sobre las injusticias y desigualdades sociales y raciales cada vez más marcadas. Pocas semanas después, estallarían en el país del norte las protestas desatadas por la muerte de G.Floyd a manos de la policía.

– Por último, se evocaron y analizaron espontáneamente en todos los grupos las problemáticas de la mujer a nivel social: las mujeres demostrando un gran coraje (“es una guerra en la que las mujeres van al frente” (participante de Francia)), las mujeres cumpliendo las funciones de cuidado de los más vulnerables (ancianos, niños, enfermos), la invisibilidad, la desigualdad y la falta de reconocimiento persistente de esas funciones y la importancia de los intercambios y redes de apoyo entre mujeres.

– En Francia y en Argentina algunas participantes subrayaron la puesta en evidencia de los límites de la globalización y los notorios disfuncionamientos del capitalismo y el consumo desmedido, así como también una necesidad de repensar el rol del Estado y los mecanismos de participación democrática.

Como podemos ver tras este recorrido por los contenidos compartidos de la vivencia de estas 50 mujeres en tiempo presente, la modificación de las coordenadas de tiempo y espacio propició una suerte de condensación en la que múltiples reflexiones y sensaciones a lo largo de los días parecen cristalizarse en tomas de conciencia que van desde lo más íntimo y existencial hasta el nivel de lo social y lo mundial. En efecto, el presente de la cuarentena expande los límites hacia adentro y amplía la mirada hacia afuera, en consonancia con las palabras de Edgard Morin que postulaba que “el encierro físico debería favorecer la apertura de las mentes”.

Cabe señalar que si bien los tres países en los que se realizó el estudio pertenecen a la esfera cultural y económica de Occidente, los tres están atravesando, como describíamos brevemente al comienzo, momentos sociopolíticos y económicos muy distintos. No obstante ello, la naturaleza de las tomas de conciencia referidas por las participantes es fundamentalmente convergente. Pierre Calame (Calame, 2019), profundo analista de los desafíos del siglo XXI, vería probablemente allí con entusiasmo los brotes, los albores de una necesaria comunidad mundial, no ya desde la óptica de una comunidad de consumidores globalizados sino de una comunidad ciudadana, consciente de los desafíos y las responsabilidades a asumir. Pero dijimos que no es tiempo de hipótesis. Pasemos entonces a los deseos.



### **El futuro:**

permanecer en “lo raro”, sostener el enfoque clínico

Mediante propuestas creativas y proyectivas, las participantes fueron invitadas a expresar sus deseos de cambio a futuro y las posibles imágenes de la post-crisis del COVID-19.

“La muerte está rondando...y al mismo tiempo, ardo de ganas de ir a caminar por el bosque al borde del río” (participante de Francia).

¿Cómo se conjugan, en las proyecciones a futuro, la percepción inminente de la muerte y la vida?

En el peor de los escenarios imaginados, describen, la pandemia llevaría a exacerbar las desigualdades sociales, activando egoísmo, violencia y ambiciones desmedidas hasta desembocar en una crisis apocalíptica y total (ambiental, económica y social).

En los escenarios deseados, a nivel individual surge la voluntad de una revisión y un cambio en las prioridades y la relación con el tiempo. Imaginándose en 2023, una participante describe:

“Ahora tenés tiempo. Descubriste en esa época que era eso lo que querías. Y supiste respetarte. Y lo priorizaste. Hay tiempo ahora, para contemplar la naturaleza, tiempo para ser, tiempo para escribir, tiempo para escuchar, tiempo para ser querida y para querer” (participante de Argentina).

A nivel social, aparece el deseo de una instauración de un “nuevo orden político y ecológico” (con diferencias en las prioridades a abordar según los países). De manera unívoca, el camino hacia ese cambio está sustentado por un cambio en la escala de valores (respeto, solidaridad, amor y responsabilidad) reflejada en las prácticas cotidianas (consumo responsable, prácticas laborales, uso racionalizado de la energía, etc.), en el fortalecimiento de la escala local (relaciones de confianza, economía circular, productores cercanos, asociaciones, etc.) y en el ejercicio cada vez más activo de una ciudadanía responsable (democracia participativa o deliberativa):

“Reclamamos ante las injusticias y desigualdades. Lo vimos. Ya no podemos volver atrás” (participante de Argentina).

Al día de la fecha, algunos de los países mencionados están pasando a etapas de apertura de la cuarentena. Otros como Argentina llevan más de cien días de confinamiento. Vale decir que las puertas de ese futuro imaginado tal vez se estén abriendo ya mismo o tal vez tarden todavía un tiempo en inaugurarse. Lo único que sabemos hoy sobre el futuro es que no sabemos casi nada acerca de él.



Sobre el presente, en cambio, podríamos aventurarnos a decir, a partir de la escucha clínica de estos grupos y del estado de crisis imperante, que esta vivencia constituye ciertamente un momento traumático para la familia humana. Frente al trauma, sabemos que se abren múltiples caminos posibles. Uno consistiría en acallar lo antes posible las voces internas que la vivencia despertó. Hacer como si nada y seguir adelante hacia la mentada “nueva normalidad”. De encaminarnos en esa dirección corremos el riesgo, tal como lo demostraban Abraham y Torok a nivel de los secretos de familia, de hacer que lo secreto se encripte y se convierta en fantasma (una suerte de temible “fantasma del COVID”) que cargarán, con pesadas consecuencias, las próximas generaciones de esta familia-humanidad (Abraham, Torok, 2005). Otra opción, probablemente más orientada al proceso de resiliencia, sería la que el filósofo español Amador Fernández-Savater define como la necesidad de “convivir con lo raro”, vale decir “conservar las marcas que nos ha dejado la interrupción como algo precioso, disponernos a *otra atención* sobre nosotros mismos y sobre la realidad” (F-Savater, 2020). En ese devenir, que ensancha el tiempo y lo hace más lento, el presente se vuelve futuro de manera impredecible –y por ende, creativa y creadora-, y el enfoque clínico en las ciencias sociales cobra una validez renovada. Dejando atrás lo que Rita Segato describe como la “neurosis de control del Occidente en su empeño por encuadrar la historia en un rumbo previsible” (Segato, 2020), nos dispondríamos así a confiar en que la transformación, sea la que fuere, ya (nos) está definitivamente sucediendo.

## Referências

Abraham, N. & Torok M. (2005). *La corteza y el núcleo*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

Ancelin-Schützenberger, A. (2009). *Aïe mes aïeux*. París: Desclé De Brouwer.

Barrois, C. (2010). Le trauma, un symptôme de la culture de notre époque?“. *Revue Francophone du Stress et du Trauma*, París.

Calame, P. (2019). *Pequeño tratado de oikonomía*. México: Siglo XXI Editores.

Fernández-Savater, A. (2020). Habitar la excepción: pensamientos sin cuarentena (I). *Lobo Suelto*, recuperado el 29 de junio, 2020, de <http://lobosuelto.com/cuarentena-amador-savater/?fbclid=IwAR1-Dcl-VK-4-kaHBx6ytlah314FI6H2OoIEvDp3em4rLVbBGR0RpDYNFOWM>

Fernández-Savater, A. (2020). Estar raros: contra la vieja y la nueva normalidad. *El Presentiment*, n°92, recuperado el 29 de junio, 2020, de <http://elpresentiment.net/no-92>



Gaulejac, V. & Giuste Desprairies, F. coord. (2019). *La recherche entre vécu et concept- Histoires de vie et choix théoriques en sciences sociales*. Paris: L'Harmattan.

Morin, E. (2020). Edgar Morin: Cette crise nous pousse à nous interroger sur notre mode de vie, sur nos vrais besoins masqués dans les aliénations du quotidien. *Le Monde*. Recuperado el 20 de abril, 2020, de [https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/04/19/edgar-morin-la-crise-due-au-coronavirus-devrait-ouvrir-nos-esprits-depuis-longtemps-confines-sur-l-immediat\\_6037066\\_3232.html](https://www.lemonde.fr/idees/article/2020/04/19/edgar-morin-la-crise-due-au-coronavirus-devrait-ouvrir-nos-esprits-depuis-longtemps-confines-sur-l-immediat_6037066_3232.html)

Segato, R. (2020). Coronavirus, todos somos mortales. Del significativo vacío a la naturaleza abierta de la historia. *El futuro después del COVID-19*, recuperado el 1° de julio, 2020, de [https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/el\\_futuro\\_despues\\_del\\_covid-19\\_0.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/el_futuro_despues_del_covid-19_0.pdf)

St. Just, A. (2013). *Trauma: tiempo, espacio y fractales*. Buenos Aires: Ed. Alma Lepik, Tiiu Bolzmann.



## QUANDO O CRIME ACONTECE

(Bertolt Brecht 1898 - 1956)

Como alguém que chega ao balcão com uma carta importante após o horário de atendimento: o balcão está fechado. Como alguém que quer prevenir a cidade contra uma inundação, mas fala uma outra língua: ele não é compreendido. Como um mendigo que bate pela quinta vez numa porta onde já recebeu algo quatro vezes: pela quinta vez tem fome.

Como alguém cujo sangue flui de uma ferida e que espera pelo médico: seu sangue continua saindo.

Assim chegamos e relatamos que se cometem crimes contra nós.

Quando pela primeira vez foi relatado que nossos amigos estavam sendo mortos, houve um grito de horror. Centenas foram mortos então. Mas quando milhares foram mortos e a matança era sem fim, o silêncio tomou conta de tudo.

Quando o crime acontece como a chuva que cai, ninguém mais grita "alto!".

Quando as maldades se multiplicam, tornam-se invisíveis.

Quando os sofrimentos se tornam insuportáveis, não se ouvem mais os gritos.

Também os gritos caem como a chuva de verão.

este poema foi publicado no Brasil no livro "Bertolt Brecht - Poemas 1913-1956", Editora 34, com seleção e tradução de Paulo César de Souza.



© Letícia Santana Gomes

**ADVERSIDADES E  
ENFRENTAMENTOS  
DAS CONTINGÊNCIAS  
REFORÇADAS OU CRIADAS  
PELA PANDEMIA**



# A GESTÃO ÉTICO-POLÍTICA DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: “GRUPO DE RISCO” E NORMALIZAÇÃO DA CATÁSTROFE<sup>1</sup>

ROGÉRIO DINIZ JUNQUEIRA  
MARCO AURÉLIO MÁXIMO PRADO

A memória social e política, particularmente aquela relacionada às lutas de grupos subalternizados e/ou estigmatizados, não figura entre os elementos mais valorizados em nossa sociedade. No entanto, vale enfatizar que, a partir dela, podemos relacionar aprendizados, acumular e potencializar redes e experiências de solidariedade e, assim, incrementar reflexões, reforçar e reinventar lutas por conquistas de direitos, dignificação e ressignificação da vida e do mundo.

Em um quadro catastrófico de pandemia, antecedido pela pior crise econômica em décadas, por retrocessos nas esferas políticas e sociais, entre outras e, por um cenário ainda mais agravado por uma gestão autocrática, desordenada, inconsistente e inconsequente da pandemia (Ventura, 2020), incentivar a participação, lembrar debates e revalorizar saberes construídos ao longo de batalhas coletivas pode ser não apenas necessário mas indispensável.

A insegurança, a desinformação, a incerteza e a desesperança têm sido amplamente cultivadas, entretanto não são igualmente distribuídas na sociedade. Inclusive por isso, vincular temporalidades certamente requererá muito mais do que ir em busca de lembranças afetivas, mas exigirá sobretudo a revalorização da construção conjunta de saberes partilhados, bem como o questionamento, a redefinição e o abandono de conceitos, disposições, relações de poder, classificações e práticas geradoras de opressão e sofrimento. Entre outras coisas, isso implica tensionar a administração ético-política dos corpos, das enfermidades, das pandemias, dos territórios, e também envolve rever a nossa relação com saberes biomédicos, jurídicos e os poderes públicos. Diante disso, parece-nos importante considerar que a gestão ética, social e política da pandemia da Covid-19 possa ter em sua base alguns dos fundamentos coletivamente construídos no âmbito do

---

<sup>1</sup> Esse texto, em versão anterior, foi publicado no sítio da internet da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.



enfrentamento da pandemia do HIV/Aids (Fee, 2006) entre os anos de 1980 e 2000, no Brasil.

É nessa articulação que queremos argumentar a possível relação entre as pandemias, especificamente entre a pandemia do HIV/aids e a atual da Covid-19<sup>2</sup>. Há várias dimensões dessa relação, todas complexas. Ativar essas memórias sociais e políticas poderá, em certa medida, contribuir para incrementar o debate público não apenas em torno das conduções do enfrentamento da atual pandemia, mas também para imprimir-lhe novos rumos e, quem sabe, enriquecer e impulsionar uma série de discussões e lutas em um cenário de barbárie, erosão da cidadania e desmantelamento dos direitos fundamentais.

### **HIV/Aids e Covid-19: correlações possíveis**

Aprendemos no caso do HIV/aids e de outras enfermidades que o manejo ético-político de uma pandemia não pressupõe apenas políticas e planos de ações públicas efetivamente organizados para o seu enfrentamento e controle. Envolve, sabidamente, uma complexidade de atores sociais, sujeitos, instituições, organizações, percepções, interesses, concepções. Em tal caso, narrativas biomédicas, tratamentos médicos, pedagogias, crenças e conhecimentos híbridos podem incidir na modelagem de medidas preventivas e nas decisões políticas sobre as formas de enfrentamento das doenças coletivas. Nesse sentido, coordenação de uma gestão pode desvelar a nossa capacidade como sociedade de reconhecer as facetas das vulnerabilidades históricas, valorizar as solidariedades construídas e reafirmar a política social como um direito.

As formas erráticas, mal articuladas, contraditórias e inconsistentes de enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil têm nos conduzido a dados alarmantes de contaminação, letalidade e ocupação do sistema de saúde público e privado. Isso sem mencionar a crise política à qual o governo federal parece dedicar-se com vistas a viabilizar um projeto autoritário e repressivo, aproveitando-se inclusive do contexto de distanciamento físico. Nem sequer parece hesitar em disfarçar sua aversão a diretrizes fornecidas pela comunidade científica e seu empenho contra toda e qualquer ação voltada a garantir medidas efetivas de prevenção ao avanço da pandemia, tanto em termos sanitários como econômicos (Ápyus, 2020).

---

<sup>2</sup> Importante sublinhar que paralelos podem também ser traçados com temporalidades e contextos de outras pandemias, considerando suas especificidades, memórias, seus saberes e acúmulos construídos, como nos casos da "gripe espanhola" e da epidemia de zika (BBC, 2020; Diniz & Carino, 2020).



Mesmo com taxas ínfimas de testagens da população e reconhecidamente elevada subnotificação, o país lidera os registros de novos casos e de mortes no último mês, e é um dos poucos que não faz rastreamento de contatos (Gabriel, 2020; Santino, 2020; Tenente, 2020). Gestores estaduais e municipais, em geral, entre posturas negacionistas, anacrônicas, cínicas, desinformadas e acovardadas, mostram-se desorientados e desprovidos de planos articulados e bem estruturados em termos conceituais, além de raramente respaldados em dados epidemiológicos consistentes e critérios que priorizem a defesa de todas as vidas. A maioria deles revela-se disposta a improvisar soluções, ao sabor da ilusão de que podem promover uma "gradual" (mas, na verdade, acelerada) "reabertura inteligente das atividades" em pleno avanço da pandemia.

O desastre anunciado se materializa a cada nova semana, e a catástrofe não parece ser grande o bastante para convencer a maioria dos dirigentes políticos e os grupos econômicos sobre a necessidade de reverem radicalmente suas posições. Não por acaso, a resposta brasileira à pandemia atual, muito diferentemente do que ocorreu no caso do HIV/aids, tem sido alvo de grande preocupação da comunidade internacional, que passou a ver o país como uma ameaça global (Chade, 2020). De modelo que éramos, somos agora um claro exemplo a não ser seguido (Lodoño, Andreoni & Casado, 2020).

Embora as duas situações estejam marcadas por contextos políticos e sanitários distintos, há correlações possíveis a serem feitas que poderão nos ajudar a construir melhores respostas para este momento. A pandemia do HIV/aids recebeu por parte da sociedade brasileira respostas variadas ao longo do tempo. Entre as décadas de 1980 e 2000, segundo Richard Parker (2020), assistimos à construção de políticas de enfrentamento, fruto da mobilização social comunitária, balizadas por quatro princípios ético-políticos: a solidariedade, o reconhecimento à diversidade, cidadania e a saúde entendida como direito fundamental. Amalgamadas ao sabor de contextos sociais, políticos e econômicos adversos ("abertura democrática", crise econômica prolongada, intensas mobilizações sociais), as respostas envolveram inclusive as políticas de educação. Em 1996, o Ministério da Educação incluiu a sexualidade como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental.

O discurso institucional, no entanto, em vez de ensejar a ampliação do debate e abordagens mais críticas e inovadoras, favoreceu uma associação da sexualidade às ideias de risco e ameaça, e foi por isso, ao longo de anos, alvo de críticas crescentes. A tônica alarmista caracterizou inúmeras campanhas promovidas pelo Ministério da Saúde na segunda metade dos 1980, e sua mudança resultou das pressões dos movimentos sociais e outros atores sociais. Com efeito, a partir da década seguinte, o discurso foi gradativamente



te trazido para o terreno da cidadania e dos direitos humanos, ainda que, muitas vezes, o foco tenha permanecido na prevenção. Na esteira de embates e polêmicas que atravessaram todo esse período, logrou-se ressignificar, mais nitidamente a partir do início dos anos 1990, um dos pontos nodais das ações de enfrentamento ao HIV/aids: a noção de "grupo de risco".

### **A noção de "grupo de risco", seu emprego e conotações**

Essa nomenclatura, vaga e imprecisa, um significante com muitas interpretações, foi utilizada no início da pandemia do HIV/aids, no Brasil e em vários países. Seu emprego foi alvo de intensas críticas por ensejar percepções equivocadas do alcance da pandemia, favorecer o enquadramento da discussão no terreno da moral sexual e contribuir para agravar o quadro de estigmatização das pessoas diretamente atingidas. Isso deixou rastros profundos, pois, apesar da identificação do agente causador da síndrome e das várias formas de transmissão, ao longo dos anos de 1990 ainda era recorrente o acionamento dessa noção, não raro, acompanhado da culpabilização de "gays", "prostitutas" e "usuários de drogas" pelo advento da aids. Mesmo perdendo força e espaço, a noção parece não ter sido de todo abandonada.

Vale lembrar que "risco" é uma categoria epidemiológica que indica as probabilidades de um corpo ou de um grupo com determinadas características ser afetado por algum tipo de enfermidade em maior escala do que outros indivíduos ou grupos. Refere-se ao corpo frente a determinadas enfermidades ou comorbidades, embora sua utilização no discurso biomédico seja bastante imprecisa (Ayres, 2011; Spink, 2001). A partir desse entendimento, "grupo de risco" indicaria corpos que, em determinadas situações, estariam mais expostos e vulneráveis do que outros, possuindo, assim, um risco maior de adoecimento do que outros. Naquele momento, um termo usado pelo discurso médico para significar "um corpo mais vulnerável", portanto, com maior risco de exposição à enfermidade, migrou rapidamente para outro terreno. Ou seja, em pouco tempo a noção passou a respaldar um discurso que acionava (e ainda aciona) uma compreensão de "grupo de risco" permeada pela moralidade sexual. Desde então, a cada vez que emerge, ela parece quase invariavelmente ostentar o potencial de operar como um vetor de discriminação e estigmatização de grupos sociais a que venha se referir, realçando preconceitos e alimentando processos de classificação e marginalização<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Processos de estigmatização operam no contexto da Covid-19 produzindo hostilidades que envolvem inclusive profissionais da saúde (Guimarães, 2020), percebidos não apenas como representantes de um "grupo de risco", mas sobretudo como vetores de transmissão



Novos estudos poderão nos esclarecer, mas, até o momento, temos a impressão de que a noção de "grupo de risco" adotada no Brasil no caso da Covid-19 parece dever muito a um processo de internalização de um entendimento talvez aligeirado do que teria sido a experiência europeia (especialmente a italiana) no enfrentamento à pandemia (Harayama, 2020). Antes mesmo dos primeiros registros oficiais de casos no país, propagavam-se entre nós representações do idoso e do sujeito com comorbidade como integrantes por excelência do "grupo de risco" da Covid-19. Pouco parecia contar o fato de que ainda carecemos de estudos aprofundados sobre as formas e as facilidades de transmissão do vírus e as possíveis manifestações clínicas em uma sociedade com elevada concentração de renda, altas taxas de desemprego e subemprego, acentuadas clivagens sociais, raciais e de gênero, enormes diferenças territoriais, desigualdade no acesso à informação e à comunicação, serviços públicos em processo de acelerado desinvestimento, com consequente agravamento nas áreas da saúde pública, assistência social, educação, na cultura e na oferta de moradia e de transporte público, entre outros.

Em um país onde mais de um quarto dos mortos por Covid-19 está fora dos assim denominados "grupos de risco" (Souza, Prazeres, Magalhães & Grandelle, 2020) e 45% das internações por coronavírus são de pessoas entre 20 e 59 anos (Manzano, 2020), um turbilhão de discursos cacofônicos cravejados de noções restritas e anacrônicas faz com que as sinergias das vulnerabilidades que podem levar enormes contingentes sociais a serem afetados fiquem, no melhor dos casos, em segundo plano.

Várias vezes especialistas chamaram nossa atenção para o fato de que, se, por um lado, poderíamos admitir a existência de fatores que, por assim dizer, aumentam os "riscos" ou agravam as situações de vulnerabilidade; por outro, teríamos que suspender a noção de grupo de risco pois ela, entre outras coisas, favorece uma compreensão dicotômica açodada de que os demais estariam, *grosso modo*, ao seguro, fora de perigo.

Assim, deveria soar bastante paradoxal falar em "grupo de risco" diante de uma pandemia. Mais ainda diante de uma pandemia cuja etiologia deriva de um vírus altamente contagioso. Especialmente quando não há vacina nem medicação específica para combatê-lo, e os protocolos de tratamento dos sintomas das pessoas infectados são alvo de enormes polêmicas. E se, além da falta de testes, campanhas informativas e transparência na divulgação de dados, as discussões em torno das medidas de prevenção e de distanciamento físico são capturadas e polarizadas em virtude de meros interesses políticos e econômicos.

---

e contágio. Desse modo, desconsidera-se a precariedade das condições de trabalho responsáveis por fazer com que a taxa de letalidade entre tais profissionais seja, nessa pandemia, uma das mais altas do mundo (Fernandes, 2020).

Evidentemente, podemos convir que há fatores que aumentam sensivelmente os "riscos" frente a uma determinada disseminação de um agente etiológico com altíssima capacidade de contaminação. No entanto, a questão é saber se a distribuição desses riscos deve ficar dicotomicamente circunscrita a categorias definidas em bases essencialistas ("o idoso", sim; "o jovem", não) ou se, em vez disso, consideramos que grande parte desses fatores geradores de risco são, de todo modo, socialmente localizados e politicamente conotados. Uma pessoa idosa, um dos alvos da mira do juízo crítico durante essa pandemia, não é simplesmente "mais velha". Além de outros marcadores sociais, ela está sujeita a uma série de fatores sociológicos associados a diferentes processos de pertencimento e atuação no mundo da vida. Nem mesmo a idade é uma mera condição ou constatação cronológica, e seu acúmulo pode possuir sentidos e representar possibilidades diferentes para pessoas de mesma faixa etária. A complexidade de fatores que concorrem nas dinâmicas de estruturas sociais e nas distribuições desiguais dos fatores de "riscos" e na definição das possibilidades de acesso a medidas preventivas ou ao tratamento, deveria nos levar a construir processos mais sofisticados e dialogados (participação e controle social) de avaliação dos cenários, com vistas a pensar em medidas de prevenção e tratamento (e na viabilização de seu acesso) pautadas pela compreensão da gestão ético-política mencionada anteriormente, e que contemplem ações políticas transversais e interseccionais para garantir a proteção de quem quer que necessite delas, considerando elementos comuns, específicos e multiplicidades de condições, circunstâncias, dinâmicas.

Ao lado disso, é no mínimo curioso observar essa tentativa de revestir de laivos de generosa preocupação com o cuidado e a proteção uma noção reconhecidamente dotada de carga preconceituosa e estigmatizante. Os efeitos perversos podem ser muitos, podendo chegar a uma situação em que o sujeito foco da atenção e do cuidado é preterido, desamparado, abandonado. Vale mencionar o que sinalizam Luiz Mello e Jean Baptista (2020) no caso de situações (nada hipotéticas) em que os profissionais de saúde devem decidir qual paciente acudir:

Em face da inevitabilidade da Escolha de Sofia (...), os integrantes de grupos de risco/vulneráveis perdem o lugar de prioridade que supostamente seria seu. A atenção e os cuidados passam a ter como alvo os mais jovens, os bem nutridos, os sem histórico de doenças graves, por possuírem condições prévias que ampliam as chances de sobrevivência (...). Nesse sentido, a partir de um critério de elegibilidade clínica, a expressão "grupo de risco" ou "grupo vulnerável" passa a fragilizar ainda mais quem em tese deveria proteger (Mello & Baptista, 2020).

## **Gestão ético-política catastrófica e o "novo normal"**

Com base nesses argumentos, poderíamos elencar os efeitos deletérios da utilização da noção "grupo de risco" para instrumentalizar uma gestão ético-política catastrófica da pandemia no Brasil. Dentre tantos possíveis exemplos, um merece destaque: o da administração interessada em realizar, o mais rapidamente possível, a "abertura inteligente das escolas". De quebra, defende-se também a manutenção do calendário das universidades e das avaliações em larga escala, afinal, como dizia uma recente peça publicitária do governo federal, de caráter alegadamente motivacional: "E se uma geração de novos profissionais fosse perdida? Médicos, enfermeiros, engenheiros, professores. Seria o melhor para o nosso país? A vida não pode parar. É preciso ir à luta, se reinventar, superar" (Ministério da Educação, 2020).

De fato, não parecem ser poucos os atores políticos desejosos de se valer tanto das difusas incompreensões acerca da pandemia, quanto dos equívocos que noções como a de "grupo de risco" potencialmente implicam. Em tais casos, associar uma noção de fácil consumo (como a de que há "grupos de risco" com determinadas características fixadas e evidentes) a outras ideias supostamente técnicas pode contribuir para conferir fé cênica aos personagens e encarecer a narrativa sanitária que tentam promover. Considerações pretensamente técnicas munir-se-ão de termos criados para conferir espessura e validade a argumentos fictícios. O repentino surgimento de termos alheios aos estudos epidemiológicos, como os de "isolamento vertical", é um exemplo disso.

Contrariando as recomendações dos organismos internacionais (Fundo das Nações Unidas para a Infância [Unicef], Organização Mundial de Saúde [OMS] & Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho [IFRC], 2020), Bolsonaro fez inúmeras declarações defendendo o retorno imediato às aulas presenciais, valendo-se, não por acaso, das noções de "grupo de risco" e "isolamento vertical".

Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima de 60 anos. Então, por que fechar escolas? (Brasil. Jair Messias Bolsonaro, 2020)<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Pronunciamento do presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, noticiado em 24 de março de 2020, por Daniel Gullino, via O Globo: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-pronunciamento-na-tv-bolsonaro-pede-reabertura-de-comercio-escolas-fim-do-confinamento-24326199>



Tem que enfrentar a chuva, pô. Tem que enfrentar o vírus. Não adianta se acovardar, ficar dentro de casa. Nós sabemos que a vida é uma só. Sabemos dos pais que estão preocupados com os filhos voltarem à escola. Mas tem que voltar à escola, nós não temos nenhuma notícia de alguém abaixo de 10 anos de idade que contraiu o vírus e foi a óbito ou foi para a UTI. (Brasil. Jair Messias Bolsonaro, 2020)<sup>5</sup>

O governo federal, se depender de nós, está tudo aberto com isolamento vertical e ponto final. (Brasil. Jair Messias Bolsonaro, 2020)<sup>6</sup>

Dentre o muito já dito para esclarecer e evitar os danos que os cultivados equívocos e o desdém que tais declarações expressam, vale sucintamente lembrar uma análise de Ana Estela de Sousa Pinto (2020) acerca das evidências que têm sido repetidas por especialistas em contenção de doenças transmissíveis em todo o mundo:

Jovens são tão suscetíveis a contrair o vírus quanto os mais velhos (...) a evolução da doença nos mais jovens é mais branda que entre os mais velhos, mas o novo coronavírus pode matar até mesmo crianças, com uma probabilidade maior que a da gripe comum (...) quanto mais jovens contaminados, maior o risco para os mais velhos e doentes (...) Entre os mais jovens, a transmissão é mais intensa (...) a velocidade de transmissão depende da intensidade de contato entre as pessoas. Nas escolas, essa taxa de interação é o dobro da verificada nas empresas ou no cotidiano das cidades, (...) [cientistas do *Imperial College* estimam que] um terço das transmissões do novo coronavírus aconteça nas escolas. (...) O sistema de saúde precisa ser protegido: sem medidas mais drásticas que reduzam a velocidade de contágio, os hospitais entram em colapso mesmo nos países mais ricos.(...) É preciso planejamento (...). (Pinto, 2020)

Por sua vez, Naomar Almeida Filho (2020), em seu breve comentário genealógico sobre a noção de "isolamento vertical", não hesita em denunciá-la como uma fraude pseudocientífica e aponta os mesmos efeitos danosos anteriormente mencionados:

---

<sup>5</sup> Pronunciamento do presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, noticiado em 16 de abril de 2020, por Matheus Schuch, via O Globo: <https://oglobo.globo.com/brasil/contrariando-recomendacoes-da-oms-bolsonaro-volta-defender-reabertura-de-escolas-24376739>

<sup>6</sup> Pronunciamento do presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, noticiado em 14 de maio de 2020 por Emilly Behnke, via UOL – conteúdo Estadão: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/05/14/bolsonaro-volta-a-defender-isolamento-vertical-em-videoconferencia-na-fiesp.htm>



Do ponto de vista epidemiológico, não faz qualquer sentido usar uma quarentena invertida, aplicada somente a vulneráveis e não a infectados, sem contar que grande parcela da nossa gente vive em condições que dificilmente ou jamais pode isolar alguém em casa. A livre circulação dos sujeitos contaminantes, sintomáticos ou não, facilita o contágio e a pandemia foge a qualquer controle, podendo tornar-se endêmica. Além de cientificamente inválida, essa estratégia é problemática também do ponto de vista da ética médica, na medida em que implica um gerontocídio anunciado, dada a maior virulência e letalidade da covid-19 entre idosos. Em suma, por esses e outros motivos, a esquisita noção de "isolamento vertical" não se sustenta nos campos científicos da medicina e da saúde coletiva. (Almeida Filho, 2020)

Embora não seja uma novidade, é inquietante notar que, quando se dispõe de meios e encontram-se convergências de interesses ou setores propensos a se deixar capturar, pode ser fácil fazer concepções anacrônicas e narrativas enganosas ganharem cada vez maior espaço na arena pública. Cabe, porém, observar que, por trás daquilo que aparenta ser uma mera e proverbial manifestação de falta de razoabilidade ou de conhecimento de causa, pode ser mais uma estratégia ardilosa.

Um gestor político desdenhoso da saúde coletiva, indiferente à angústia e ao tormento a que submete a população, pode apostar em medidas ardilosas com vistas a construir ou reforçar a sua imagem de gestor determinado, cheio de convicções, corajoso "defensor da vida, da família e das crianças". Nesse momento, sofisticadas estratégias retóricas podem ser ativadas, inclusive, em "defesa dos direitos humanos e dos direitos fundamentais" em contraposição àqueles gestores empenhados em implementar medidas de distanciamento físico e diminuição da circulação da população nos centros urbanos.

Ao lado disso, entre atores de diferentes campos político-ideológicos, vemos emergir uma invocação a um "novo normal". Uma ideia supostamente generosa, que, no entanto, expressa uma ânsia normalizadora. Intrinsecamente enredada à noção de "grupo de risco" e ao que ela implica, essa fabulação reitera e atualiza processos de marginalização e estigmatização. Um artifício retórico despolitizante que contribui para preservar, sem ser interpeladas nem tensionadas, boa parte das condições materiais, políticas e simbólicas que, até aqui, possibilitaram uma gestão da pandemia responsável por conduzir números crescentes de pessoas ao sacrifício.

Esse acionamento da noção de "grupo de risco", em um cenário de desempenho sofrível do Estado na condução das políticas sociais, contribui para deslocar a responsabilidade relativa à gestão da proteção, do cuidado e da segurança sanitária para as famílias e os indivíduos, sobretudo as mulheres. "Tome todos os cuidados", "lave bem as mãos", "use álcool em

gel", "use máscara", "mantenha o distanciamento social", "isole as pessoas do grupo de risco". Deixa-se, assim, toda a gestão nas mãos individuais, sem coordenação política, relegando à população a decisão sobre como agir. Mais uma vez, obliterando toda e qualquer discussão que considere fatores como classe social, condições sociais de existência, relações de gênero e outras hierarquizações e processos de marginalização, a noção de "grupo de risco", associada a um discurso apoiado em noções individualistas, reitera um discurso de cuidado especial que deporta o sujeito à própria sorte - um "salve-se quem puder" em que cada indivíduo age conforme suas possibilidades e posições na estrutura social, obrigando a maioria a um gerenciamento de risco incalculável e inaceitável.

A ideia de "grupo de risco" opera como fator de naturalização e banalização das mortes. E até de um certo negacionismo da própria existência da pandemia. "Morreu porque era de risco". "Morreria de qualquer maneira". "Morreu de covid-19 ou com covid-19?" (Sakamoto, 2020). Desassocia-se a morte de sua causa etiológica ou responsabiliza-se a vítima. Aquilo que deveria ser indicador de cuidado vira predicado moral e opera como argumento, como se uma doença pré-existente ou a faixa etária representassem um passe-livre para a morte (Harayama, 2020; Spautz, 2020). O fato de ser presumivelmente pertencente ao imaginário "grupo de risco" torna a *causa mortis* certificada pela perda de tantas vidas, invisibilizando a responsabilidade de uma coordenação ético-política por parte dos órgãos e poderes governamentais.

Não se defende aqui um relaxamento da proteção e do cuidado de pessoas idosas ou com outras condições de maior ou menor vulnerabilidade. Pelo contrário. Ao mesmo tempo, é necessário ressaltar os enormes desafios de se enfrentar uma pandemia que, dia após dia, recrudescer nas periferias (Mathias & Torres, 2020) e se interioriza sem freios, em um país onde a gestão da crise humanitária se dá, principalmente, ao sabor de uma deriva classista, autoritária, racista, xenofóbica, sexista, capacitista e anti-ambiental, com doses de obscurantismo e fortemente orientada a atender interesses imediatistas, sobretudo econômicos.

Diante desse cenário, valeria favorecer abordagens que considerem fazer da escola um epicentro de confluências críticas e democráticas, capazes de também nos vincular à memória social das mobilizações e lutas políticas de outras temporalidades para produzir subjetividades não subordinadas à verticalidade de uma gestão ético-política do desastre e da morte. Uma escola engajada em favor das experiências coletivas e que não apenas evite, mas contraste a promoção sistemática



de desinformação<sup>7</sup>, silenciamentos, práticas autoritárias, humilhações, preconceitos, marginalização e exclusão.

Em um tempo em que o diálogo democrático, a reflexão e o conhecimento científico encontram pouco apreço entre governantes e seus acólitos, e em que parte expressiva da mídia mostra-se disposta a deixar-se capturar pelo discurso governamental e a reverberar a *doxa* ultraliberal<sup>8</sup> das fundações empresariais autoproclamadas "amigas da escola", parece-nos imprescindível politizar criticamente o debate sobre a pandemia e, nesse ínterim, reafirmar a escola pública no cerne de um conjunto de confluências e variadas disputas. Um espaço onde os acúmulos de experiências e saberes construídos ao longo de distintas temporalidades ajudem a fazer pulsar as lutas democráticas em defesa de todas as vidas, da existência plural, da dignidade, em torno daquilo que inquieta e apaixona.

## Referências

Almeida Filho, N. de. (2020, maio 05). O isolamento vertical defendido por Bolsonaro é uma fraude pseudocientífica. *El País - Brasil*, Tribuna. Pandemia de Coronavírus. Recuperado de [https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-05-20/o-isolamento-vertical-defendido-por-bolsonaro-e-uma-fraude-pseudocientifica.html?fbclid=IwAR-0vB0dZt8spQxvP5Voy7F-3XAh1GqSnUNFIAv6HM1U30NlyFLhDY2u6LX4?event=fa&o=cerrbr?event\\_log=oklogin&o=cerrbr&prod=REGCRARTBR](https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-05-20/o-isolamento-vertical-defendido-por-bolsonaro-e-uma-fraude-pseudocientifica.html?fbclid=IwAR-0vB0dZt8spQxvP5Voy7F-3XAh1GqSnUNFIAv6HM1U30NlyFLhDY2u6LX4?event=fa&o=cerrbr?event_log=oklogin&o=cerrbr&prod=REGCRARTBR)

Ápyus, M. (2020, Junho 22). Como Jair Bolsonaro tentou sabotar o combate ao novo coronavírus. *Jornalismo Arte* – Não existe país decente sem imprensa livre. Recuperado de <https://www.jornalismo.art/jair-bolsonaro-sabotagem-novo-coronavirus/>

Ayres, J. R. C. M. (2011) Desenvolvimento histórico-epistemológico da Epidemiologia e do conceito de risco. *Caderno Saúde Pública*, 27(7), 1301-1311. doi: 10.1590/S0102-311X2011000700006

Behnke, E. (2020, maio 14). Bolsonaro volta a defender isolamento vertical em videoconferência na Fiesp. *UOL*. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/05/14/bolsonaro-volta-a-defender-isolamento-vertical-em-videoconferencia-na-fiesp.htm>

<sup>7</sup> A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, com o apoio de dezenas de entidades e voluntários, tem produzido guias com informações checadas, dados sobre pesquisas, experiências e recomendações nacionais e internacionais, e análises sobre os impactos da pandemia no mundo da educação. Materiais indispensáveis para orientar docentes, gestores, estudantes, familiares e quem mais se interesse em atuar com segurança e de maneira colaborativa na proteção das pessoas, bem como em cobrar e garantir os direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou emergência. Ver: <https://campanha.org.br/covid-19>.

<sup>8</sup> No Brasil, a gestão ético-política da pandemia Covid-19 investiu no ataque aos direitos trabalhistas de profissionais da educação e na estigmatização da escola pública.



Chade, J. (2020, junho 11). Covid-19 completa 6 meses com Brasil como uma das "ameaças globais". *UOL*. Recuperado de [https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/28/covid-19-chega-aos-6-meses-com-brasil-como-uma-das-ameacas-globais.htm?cmpid=copiaecola&fbclid=IwAR2V0Jh2Gi--ze8qUOq94z2IYiRuk-J8LLGc\\_EPo5Vlv2Zhlm0jpC4HPYQ1Y](https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/28/covid-19-chega-aos-6-meses-com-brasil-como-uma-das-ameacas-globais.htm?cmpid=copiaecola&fbclid=IwAR2V0Jh2Gi--ze8qUOq94z2IYiRuk-J8LLGc_EPo5Vlv2Zhlm0jpC4HPYQ1Y)

Coronavírus: o que podemos aprender com a gripe espanhola, pandemia que matou milhões há 100 anos. (2020, março 11) *BBC Brasil*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51824167>

Diniz, D., & Carino, G. (2020, março 09). A necropolítica das epidemias. *El País – Brasil*. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-09/a-necropolitica-das-epidemias.html>

Fee, E. (2006, Setembro). The WHO response to the HIV/AIDS pandemic. Trabalho apresentado em *World Health Organization Seminars*. Geneva: World Health Organization. Recuperado de [https://www.who.int/global\\_health\\_histories/seminars/presentation08.pdf?ua=1](https://www.who.int/global_health_histories/seminars/presentation08.pdf?ua=1)

Fernandes, R. C. (2020, Maio 07). Covid-19: taxa de letalidade entre profissionais de saúde no Brasil é das mais altas do mundo. *Público*. Recuperado de <https://www.publico.pt/2020/05/07/mundo/noticia/covid19-taxa-mortalidade-profissionais-saude-brasil-altas-mundo-1915569>

Fundo das Nações Unidas para a Infância [UNICEF], Organização Mundial de Saúde [OMS] & Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho [IFRC]. (2020). *Key messages and actions for Covid-19 prevention and control in schools*. New York, EUA: Unicef. Recuperado de [https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/key-messages-and-actions-for-covid-19-prevention-and-control-in-schools-march-2020.pdf?sfvrsn=baf81d52\\_4&gclid=Cj0KCQjw6PD3BRDPARIsAN8pHuE79HjADTu55YuAjXzW7m08NeuJpOQayfuL0kHm1GARFm-VNDkH0vr0aAoAtEALw\\_wcB](https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/key-messages-and-actions-for-covid-19-prevention-and-control-in-schools-march-2020.pdf?sfvrsn=baf81d52_4&gclid=Cj0KCQjw6PD3BRDPARIsAN8pHuE79HjADTu55YuAjXzW7m08NeuJpOQayfuL0kHm1GARFm-VNDkH0vr0aAoAtEALw_wcB)

Gabriel, J. (2020, Junho 23). Brasil lidera em registros novos casos de coronavírus desde maio [Versão Eletrônica]. *Folha de São Paulo*, Equilíbrio e Saúde. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/06/brasil-lidera-em-registros-novos-casos-de-coronavirus-desde-maio.shtml>

Guimarães, L. (2020, Março 20). Coronavírus: profissionais de saúde relatam hostilidade em transporte público. *BBC*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51983987>

Gullino, D. (2020, Março 24). Em pronunciamento na TV, Bolsonaro pede reabertura de comércio e escolas e fim do 'confinamento'. *O Globo*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/brasil/em-pronunciamento-na-tv-bolsonaro-pede-reabertura-de-comercio-escolas-fim-do-confinamento-24326199>

Harayama, R. M. (2020, Março 15). Coronavírus, cultura, medicalização e necropolítica. Uma das coisas mais complexas desse 2020 (e olha que a concorrência é grande) é dar uma visitada no desenrolar do coronavírus no mundo, a partir do Brasil. [Atualização de status no Facebook]. Recuperado de <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10158018215944354&set=a.10158133051144354&type=3&theater>

Londoño, E., Andreoni, M. & Casado, L. (2020, Junho 18). Brazil, once a leader, struggles to contain virus amid political turmoil. *The New York Times*, Recuperado de <https://www.nytimes.com/2020/05/16/world/americas/virus-brazil-deaths.html>

Manzano, F. (2020, Maio 05). A cada 10 internações por Covid-19 no Brasil, 4 são de jovens adultos, aponta levantamento. *O Globo*. Recuperado de <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/05/a-cada-10-internacoes-por-covid-19-nos-brasil-4-sao-de-jovens-e-adultos-aponta-levantamento.ghtml>

Mathias, M., & Torres, R. (2020, Junho 29). Pandemia recrudescer ao atingir em cheio as periferias. *Outra Saúde*. Recuperado de <https://outraspalavras.net/outrasaude/meio-milhao-de-mortes>

Mello, L. & Baptista, J. (2020, Abril 07). #SomosTodasVelhos: notas sobre grupo de risco em tempos de pandemia. *Memórias LGBT*. Recuperado de <https://memoriaslgbt.com/2020/04/07/somostodasvelhos>

Ministério da Educação. (2020, 04 maio). *O Brasil não pode parar! Enem 2020 - inscrições*. [YouTube]. Recuperado de [https://www.youtube.com/watch?v=apufjiGIIY0&feature=emb\\_title](https://www.youtube.com/watch?v=apufjiGIIY0&feature=emb_title)

Parker, R. (2020). Brazil and the AIDS Crisis. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*. New York, EUA: Oxford University Press. doi: 10.1093/acrefore/9780199366439.013.865

Pinto, A. E. de S. (2020, Março 25). Entenda por que quase todos os países fecharam escolas. *Folha de São Paulo*. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/entenda-por-que-quase-todos-os-paises-fecharam-escolas.shtml?origin=folha>

Sakamoto, L. (2020, Junho 19). Covid: Brasil chega a 1 milhão de casos com Bolsonaro tirando o corpo fora. *UOL*. Recuperado de [https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/06/19/covid-brasil-chega-a-1-milhao-de-casos-com-bolsonaro-tirando-o-corpo-fora.htm?fbclid=IwAR0RGHZK-XYS7fV1BobNcAfOZj6ipg6fLyO\\_jxhUXbAewW6cdpnLQw](https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/06/19/covid-brasil-chega-a-1-milhao-de-casos-com-bolsonaro-tirando-o-corpo-fora.htm?fbclid=IwAR0RGHZK-XYS7fV1BobNcAfOZj6ipg6fLyO_jxhUXbAewW6cdpnLQw)

Santino, R. (2020, Junho 13). Três meses após chegada da Covid-19, Brasil ainda não discute app para rastrear infectados. *Olhar Digital*. Recuperado de <https://olhardigital.com.br/coronavirus/noticia/tres-meses-apos-chegada-da-covid-19-brasil-ainda-nao-discute-app-para-rastrear-infectados/102109>

Schuch, M. (2020, Abril 16). Contrariando recomendações da OMS, Bolsonaro volta



a defender reabertura de escolas. *O Globo*, Recuperado de <https://oglobo.globo.com/brasil/contrariando-recomendacoes-da-oms-bolsonaro-volta-defender-reabertura-de-escolas-24376739>

Souza, A., Prazeres, L., Magalhães, L. E. & Grandelle, R. (2020, Abril 13). No Brasil, um quarto dos mortos por coronavírus está fora dos grupos de riscos. *O Globo*, Recuperado de <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/no-brasil-um-quarto-dos-mortos-por-coronavirus-esta-fora-dos-grupos-de-risco-1-24367017>

Spautz, D. (2020, Junho 29). "Comorbidade" virou sinônimo de passe livre para a morte. *NSC Total*, Recuperado de <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagma-ra-spautz/comorbidade-virou-sinonimo-de-passe-livre-para-a-morte?fbclid=IwAR06l9BUK81eXe-fh7FhoBCKInLFFOqlPKscrflMEbKlqiFN0auRzBig00>

Spink, M. J. P. (2001). Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(6), 1277-1311. doi: 10.1590/S0102-311X2001000600002.

Tenente, L. (2020, Junho 12). Números mostram que Brasil ainda faz 'brutalmente' menos testes para coronavírus do que deveria; 'estamos no escuro', diz especialista. *O Globo*. Recuperado de <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/06/12/numeros-mostram-que-brasil-ainda-faz-brutalmente-menos-testes-para-coronavirus-do-que-deveria-estamos-no-escuro-diz-especialista.ghtml>

Ventura, D. (2020, Julho 01). "Brasil falhou em todos os aspectos na resposta à pandemia", diz especialista da USP. *RFI - convida*. Recuperado de <http://www.rfi.fr/br/brasil/20200701-brasil-falhou-em-todos-os-aspectos-na-resposta-%C3%A0-pandemia-diz-especialista-da-usp?fbclid=IwAR3QSS-1A3mrylydG-8VMNnLkTtRdSr5gHevSUBlpa0V0gITU2KNSxKOWrbbU>



# AS DOBRAS DA CRISE: ALGUNS ATRAVESSAMENTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA SEGURANÇA PÚBLICA

JULIANA FERREIRA DA SILVA

Este ensaio apresenta algumas reflexões sobre os atravessamentos da Pandemia de COVID-19 na segurança vista da psicologia social crítica. Há diversas maneiras pelas quais tais atravessamentos podem ser perspectivados, de forma que se buscará aqui chamar a atenção para alguns pontos deste debate, na expectativa de contribuir com a discussão, sem - é claro - pretender esgotá-la. Espera-se, assim, discutir os modos como a psicologia pode se articular a essa pauta, seja pensando ações desenvolvidas no âmbito das instituições de segurança pública, seja em relação às políticas públicas de segurança, seja pela mobilização de esforços junto às demais políticas públicas. Há que se indicar prontamente que a intempestividade da pandemia não permite a indicação de referências bibliográficas circunscritas ao fenômeno COVID-19, o que somente poderá ser apropriadamente sistematizado alguns anos adiante. Assim, fez-se neste ensaio um apanhado do aporte que o campo *psi* traz na discussão de certos processos psicossociais e coletivos que, agora impactados pela COVID-19, mas inseparáveis de conjunturas mais gerais, trazem questões para psicólogas/os que dialogam com a segurança pública e os estudos da violência. A discussão está estruturada em três eixos: saúde, gestão do trabalho, dinâmicas sócio-políticas.

## **Das repercussões da pandemia na saúde mental dos/as profissionais de segurança pública:**

No campo da saúde mental, a pandemia de COVID-19 tem mobilizado o repertório teórico-prático da psicologia, no tocante à vivência de situações de sofrimento, luto e/ou trauma. Em relação a este último, a preocupação é que a pandemia concorra para o aumento/agravamento de casos de adoecimento por estresse laboral e por transtornos de humor, particularmente a ansiedade e a depressão, uma vez que estes já vêm sendo mapeados há alguns anos como os principais acometimentos em saúde mental dos/das profissionais de segurança pública (Minayo, Souza & Constantino, 2008; Wagner, Stankievich



& Pedroso, 2012; Silva & Vieira, 2008; Costa *et al* 2007). O contexto de violência aliado às condições precárias de trabalho vêm sendo discutidos tanto pela psicologia, quanto pela área da saúde coletiva, como importantes aglutinadores de um conjunto de sofrimentos psíquicos, que culminam por vezes no comprometimento da qualidade de vida (Souza Filho *et al*, 2015), no afastamento do trabalho (Castro & Cruz, 2015, Gonçalves, 2012), abuso de substâncias (Souza *et al*, 2013) e no suicídio (Miranda & Guimarães, 2016). Vale ressaltar, ainda, a vulnerabilidade das mulheres, uma vez que a discriminação de gênero e assédio estão relacionados como importantes fatores estressantes dentre as profissionais de segurança pública (Bezerra, Minayo & Constantino, 2013; Souza *et al*, 2007).

Já no que se refere ao luto, a psicologia vem falar de nossas relações com a morte e das formas pelas quais o luto – que por si é um processo psicológico inerente à existência humana – pode vir a se tornar complicado. Desde esse olhar, aqui entendido como um cuidado em saúde, tais problemáticas têm o aporte do campo *psi*, que já desenvolveu formas de atuar, principalmente pautadas nos estudos sobre psicologia das emergências (Franco, 2012) e saúde em cuidados paliativos (Braz & Franco, 2017). Assim situam-se os serviços de acompanhamento psicológico, que articulam mormente dispositivos prevenção em saúde, tais como a psico-educação; e recursos clínicos de psicoterapia nas redes de saúde mental já estabelecidas. Realizado ou não em hospitais ou clínicas de psicoterapia, nos contextos em que uma rede de saúde mental é uma realidade – o que não ocorre sempre – este enfoque em saúde dá norteamento ao suporte psicológico dos/as profissionais que têm de lidar com morte em seus cotidianos de trabalho. No caso da segurança pública, este domínio é mais amplamente discutido na atuação da psicologia junto aos corpos de bombeiros militares, ainda que também esteja presente nas polícias.

A questão do risco no trabalho em segurança pública, tão relacionada à vulnerabilidade da categoria, ganhou novos contornos na pandemia de COVID-19. Dentre as polícias brasileiras, a maioria dos/as policiais têm medo de contrair a COVID-19 e não se sentem preparados/as para atuar em meio à pandemia (Lotta *et al*, 2020). Além disso, a atuação da polícia como agente público responsável pela aplicação da lei em meio ao controle da pandemia – e mesmo antes dela – nas favelas está sendo uma estratégia tão intempestiva, quanto desastrosa para os envolvidos (Leite, 2020). Assim, por tudo o que se tem observado não só nas poucas e recentes pesquisas, mas também nos relatos ainda em sistematização daqueles que estão a desenvolver suas atividades profissionais em meio à pandemia, tem-se razões para reverberar na psicologia o alerta de que a vivência do medo, de situações de risco de morte ou adoecimento grave, o impacto do isolamento



social nas estratégias de suporte de pares e o recrudescimento dos conflitos decorrentes das políticas de guerra às drogas, na qualidade de eventos potencialmente ansiogênicos e traumáticos, tragam mais vulnerabilidade ao cenário já preocupante de sofrimento psíquico e adoecimento mental dessas/es profissionais, além das comunidades em que atuam.

Já para os/as bombeiros militares, a vulnerabilidade decorrente da exposição a acidentes e os impactos subjetivos da constante relação com a morte nos serviços de atendimento pré-hospitalar (SAMU) trazem para as/os psicólogas/os que atuam junto a tais profissionais uma preocupação majorada quanto ao transtorno por estresse pós-traumático. Mais uma vez, a pandemia de COVID-19 está a agravar os riscos, a desdobrar as crises, trazendo, se não novas implicações para a saúde dos/as profissionais de segurança pública, seguramente o agravamento das vulnerabilidades já conhecidas. Dessa maneira, crise sanitária da COVID-19 desdobra-se num contexto de outras crises já instaladas e ainda não superadas na saúde dos/as profissionais.

### **Da gestão do trabalho em segurança pública em meio à pandemia:**

De forma a produzir debates em outro campo de diálogo, há a atuação da psicologia do trabalho e das organizações junto à gestão dos processos de trabalho nas instituições de segurança pública. Desse lugar, a psicologia pensa o fazer do trabalho e dialoga principalmente com os campos da administração e da ergonomia, buscando conhecer e intervir nas dinâmicas subjetivas e coletivas articuladas à atividade laboral. Trata-se de um campo diverso, que não se constitui na unidade teórica ou metodológica, mas pelo constante diálogo sobre o trabalho com gestores e com trabalhadores, articulado por eixos paradigmáticos diferenciados (Bendassolli, Borges-Andrade & Malvezzi, 2010). Nessa articulação a psicologia faz-se presente, por exemplo, no mapeamento das competências para o trabalho policial (Faiad *et al*, 2012), pesquisando as relações interpessoais (Couto *et al*, 2017), assim como discutindo as relações entre prazer e sofrimento no trabalho (Baierle & Merlo, 2008). As relações interpessoais dentro dessas organizações são muitas vezes nomeadas pelos profissionais como seu principal problema, como aquilo que principalmente os acomete, os faz sofrer.

Do ponto de vista da gestão, a COVID-19 impôs às instituições de segurança pública novos problemas, que vão desde a aquisição de novos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), ao desenvolvimento de protocolos de serviço e treinamento de efetivo para uma nova gestão desses novos riscos do trabalho. E nisso a pandemia encontrou um dos grandes calcanhares de Aquiles da gestão da segurança pública, pois não há como falar de EPI sem se pensar na estruturação do trabalho, o que leva a discutir

a razão de ser do trabalho policial; e não há como se falar do trabalho policial sem se pensar na política pública de segurança. A categoria desempenha suas atividades em meio à conflitualidade que marca as políticas públicas de segurança no Brasil (Carvalho & Silva, 2011; Xavier, 2008; Costa & Balestreri, 2010). Em suas problemáticas relações com a sociedade, policiais funcionam como, são vistos como e sente-se como estranhos dentre as comunidades que deveriam proteger, operando muito mais pela via do medo do que pelo respeito. Frequentemente colocados a atuar na ausência de políticas públicas que possam promover de maneira substancial laços de confiança entre a polícia e as comunidades, os/as profissionais sentem os resultados diretos de uma política da conflitualidade em seus cotidianos de trabalho (Soares, Rolim & Ramos, 2009). A política da morte na segurança pública, uma necropolítica (Mbembe, 2020), que encontra seus matáveis (Agambem, 2002) a cada esquina das periferias brasileiras (Farias, 2008), produz seus efeitos nocivos dentre os que morrem, os que matam, e os que sobrevivem (Reishoffer & Bicalho, 2009). Porque a política da morte é também do descarte. Nas polícias, produz a tropa dos descartáveis, dos sujeitos que se tornam o lixo institucional quando alcançados individualmente pelos instrumentos de controle da atividade policial (Bicalho, 2005). E profissionais de segurança pública já há tempo funcionam como entes descartáveis nas lógicas de funcionamento que ordenam suas instituições, onde se avançou pouquíssimo em instrumentos de *accountability* (Kant de Lima, 2013; Cubas, 2010).

Assim, a gestão pelo descarte mostra suas faces também durante a COVID-19, na forma da desatenção do Estado para com seus profissionais: dentre as polícias brasileiras, somente um terço dos/as profissionais afirma ter recebido EPI para atuar durante a pandemia; e menos de um quarto deles/as relata ter recebido diretrizes objetivas de como atuar frente à pandemia (Lotta *et al*, 2020). Considerando a velocidade de contaminação da COVID-19, os efeitos serão sentidos pelos/as profissionais e por suas famílias.

### **Dinâmicas sócio-políticas e engates na pandemia de COVID-19:**

Psicólogas/os sociais buscam compreender os fenômenos sociais, considerando os seus registros subjetivos como imersos num processo que é essencialmente psicossocial. Do ponto de vista dos compromissos ético-políticos da psicologia social crítica brasileira (Bock *et al*, 2007), assim como pela consideração de que a psicologia contemporânea está intimamente relacionada à luta pelos direitos humanos (Bicalho *et al*, 2009), discutir a COVID-19 implica necessariamente a consideração dos elementos estruturantes da coletividade, porque a pandemia nos encontra num contexto muito particular de desigualdade social extrema. A desigualdade, com seus



múltiplos enquadres - raciais, de gênero, econômicos, dentre outros - está para além da pandemia em si mesma, mas mostra sua face durante a pandemia exatamente por ser estruturante de nossa sociabilidade. A pandemia existe, não só como contaminação biológica, mas também como fenômeno social e político, pois o poder engendra tecnologias de governamentalidade. Tudo o que envolve a gestão da vida e opera o governo dos vivos é político, seja para “fazer viver” ou “deixar morrer” (Foucault, 2008).

Em se tratando dessas biopolíticas, os dois principais norteadores da resposta à COVID-19 precisam ser pensados. O primeiro deles: muito tem se repetido o caráter necessariamente planetário da crise pandêmica, vide seu prefixo *pan*. Portanto “estamos todos juntos nessa” torna-se emblema de campanhas (públicas ou não) que objetivam mobilizar corações e mentes para a adesão às medidas de restrições sanitárias de enfrentamento coletivo da COVID-19, cujo sucesso depende de adesão massiva. É preciso dizer que, embora estejamos *todas/os juntas/os* nessa, não estamos igualmente afetadas/os por essa pandemia. As estruturas de desigualdade vão variando, modulando, como que cada uma/um de nós vive a sua experiência com a pandemia e mobiliza diferentes recursos para tentar sobreviver a ela – ou deles carece. Assim, essa coletividade precisa pensar sobre tais diferenças para realmente construir, em lugar do que temos, novos sentidos sociais para esse “todos juntos” que agora precisa ter, inclusive, novas grafias – *todxs, todes...* Importante reflexão, sem a qual o lema corre o risco de ficar vazio de sentido, posto que superficial e capturado por interesses mercadológicos. Trata-se de desigualdades que permeiam o acesso à saúde, a distribuição de riquezas, as relações de gênero, étnico-raciais, dentre outras.

Para começar, nem todas/os profissionais de segurança pública têm o mesmo acesso a serviço de saúde, nem todas as instituições estão estruturadas com tais serviços, nem todas/os profissionais podem acessar os serviços públicos de saúde, quando há. Anteriormente, mencionou-se a atuação da psicologia clínica das corporações, instituições parceiras, serviços públicos de saúde mental estruturados em rede, mapeando os adoecimentos, estruturando respostas na forma de programas direcionados ao estresse laboral, aos transtornos do humor, *etc*. Esta é a realidade de algumas poucas, mas não todas. Há que se avançar muito na oferta de serviço em saúde nas instituições de segurança pública (Ministério da Justiça, 2013), além de resistir ao projeto capitalista de desmonte do SUS (Soares, 2000) e da saúde mental pública (Delgado, 2019).

É preciso, ainda, prospectar os efeitos de uma crise econômica, porque ela também está colocada nesse cenário. Uma crise econômica que vai atravessar profissionais de segurança pública de maneiras diversas, sobretudo pelo avanço da segurança privada nos vínculos de trabalho dos profissionais



da segurança pública (Muniz & Zacchi, 2004; Silva, 2010). O emblema da COVID-19, trabalhar de casa, é o privilégio de poucos trabalhadores.

Vale lembrar que a discussão sobre os matáveis encontra na segurança pública fortes relações com o racismo institucional, a morte e o encarceramento em massa da juventude negra e de periferia (Sinhoretto, 2018). Durante a COVID-19 e também em meio a protestos pela morte de negros em decorrência de intervenção policial, o Supremo Tribunal Federal, por liminar expedida pelo Ministro Edson Fachin, proibiu no início de junho de 2020, operações policiais em favelas do Rio durante a pandemia e obriga o Ministério Público a justificar por escrito operações que seja consideradas “absolutamente excepcionais”. Portanto, a COVID-19 insere-se como mais um dentre os já nominados, mas não superados, dilemas e desafios da segurança pública brasileira, a partir dos quais a missão de “servir e proteger” por vezes indica uma contradição: para bem servir, é impossível proteger.

Ademais, é preciso dedicar algumas palavras ao segundo lema do enfrentamento à COVID-19: “fique em casa”. A política de isolamento social, única medida que tem se mostrado eficaz no combate à pandemia, faz um enlace grave com as questões de gênero que estruturam pela via da subordinação as relações entre homens e mulheres. A maior expressão desses efeitos no campo da segurança pública são a violência doméstica contra a mulher e a violência intrafamiliar. No momento em que o isolamento é uma política de saúde, não se pode deixar de apontar que o problema da violência doméstica contra a mulher toca no fazer diário das instituições de Segurança Pública. Não só delas, certamente, mas também delas. A elaboração e implementação de políticas criminais relacionadas à violência contra a mulher mostram um caminho cheio de avanços, obstáculos e retrocessos – não necessariamente e nem sempre nesta ordem – posto que encontram em seu caminho as apropriações do capitalismo de barbárie, que legitima a hegemonia neoliberal através de um Estado penal (Batista, 2008).

“*Fique em casa*” é uma estratégia problemática para mulheres em situação de violência. Durante a pandemia de COVID-19, em comparação entre os meses de março e abril de 2019 e de 2020, as taxas de feminicídios já mostram um crescimento de 22% e as denúncias ao Ligue 180 aumentaram em 27%. Além disso, o registro das violências está dificultado durante a pandemia, resultando em decréscimo no número de registros de lesão corporal dolosa decorrentes de violência doméstica (-25%) e de registros de estupro e estupro de vulnerável (-28%) (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

Finalmente, como se não bastasse o que já foi discutido aqui – ainda que tangencial e não completamente – é preciso chamar a atenção para a tentativa de captura de uma crise de saúde por uma disputa de narrativa



política. Há, no Brasil, não só a própria pandemia, mas a narrativa política sobre a pandemia. E é uma narrativa na qual os profissionais de segurança pública estão imersos, porque eles também fazem parte das dinâmicas políticas, visto que são atores sociais no contexto político. Ainda que seja difícil endereçar tal questão da política na segurança pública – o tema é *tabu* nas corporações – a psicologia e demais áreas do conhecimento precisa discuti-lo, pois “a polícia é a política em armas” (Lima, Bueno & Muniz, 2013). A narrativa política da extrema direita sobre a pandemia é mais um elemento na discussão, visto que as/os profissionais estão sendo capturados para uma desconsideração dos riscos da pandemia. “É só uma gripezinha”, o discurso sobre a pandemia dos políticos da extrema direita, é mais um ingrediente explosivo no tempestuoso contexto político brasileiro, marcado pelo discurso do negacionismo histórico dos crimes da ditadura, do negacionismo científico, do conservadorismo e da política do medo, que serviu de plataforma política para ascensão da extrema direita com forte viés autoritário (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017; Colombaroli, 2020).

Assim, desde a psicologia social crítica, entender esses elementos estruturantes e sua relação com a COVID-19 é colocar em cena diversas vulnerabilidades que perpassam as pessoas e seus lugares de existência, é buscar evidenciar sistemas de valores e os dispositivos de captura a partir dos quais as pessoas aderem ou não a certas práticas de controle da pandemia, é pensar como as pessoas têm condições ou não de mobilizar recursos subjetivos, coletivos e institucionais para enfrentar esse problema. A pandemia nos coloca a pensar não só nela, mas no quanto ela explicita problemas sociais que escancaram o limitado alcance das soluções parciais do “estamos juntos” e “fique em casa”, porque esses constituem o privilégio de poucos nessa sociedade marcada pela desigualdade. A crise sanitária do COVID-19 desdobra-se dentro das crises na segurança pública.

## Referências

Agambem, G. (2002). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

Baierle, T. C., & Merlo, Á. R. C. (2008). Saúde mental e subjetividade no trabalho de uma guarda municipal: estudo em psicodinâmica do trabalho. *Cadernos de psicologia social do trabalho*, 11(1), 69-81. doi: 10.11606/issn.1981-0490.v11i1p69-81

Batista, N. (2008). E só Carolina não viu–violência doméstica e políticas criminais no Brasil. *Jornal do Conselho Regional de Psicologia*, 5, 1-20. Recuperado de <http://www.crprj.org.br/site/jornal-n17-marco-de-2008-a-condicao-feminina/>



Bendassolli, P. F., Borges-Andrade, J. E., & Malvezzi, S. (2010). Paradigmas, eixos temáticos e tensões na PTO no Brasil. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 15(3), 281-289. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v15n3/a08v15n3.pdf>.

Bezerra, C. D. M., Minayo, M. C. D. S., & Constantino, P. (2013). Estresse ocupacional em mulheres policiais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(3), 657-666. doi: 10.1590/S1413-81232013000300011

Bicalho, P. P. G. (2005). *Subjetividade e abordagem policial: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2018/03/Tese-Pedro-Paulo-Bicalho.pdf>

Bicalho, P. P., Cassal, L. C., Magalhães, K. C., & Geraldini, J. R. (2009). Formação em psicologia, direitos humanos e compromisso social: A produção micropolítica de novos sentidos. *Boletim Interfaces da psicologia da UFRRJ*, 2(2), 20-35. Recuperado de <http://r1.ufrj.br/seminariopsi/boletins.html>

Bock, A. M. B., Ferreira, M. R., Gonçalves, M. D. G. M., & Furtado, O. (2007). Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia". *Psicologia & Sociedade*, 19(SPE2), 46-56. doi: 10.1590/S0102-71822007000500018

Braz, M. S., & Franco, M. H. P. (2017). Profissionais paliativistas e suas contribuições na prevenção de luto complicado. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(1), 90-105. doi: 10.1590/1982-3703001702016.

Carvalho, V. A. D., & Silva, M. D. R. D. F. (2011). Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. *Revista Katálysis*, 14(1), 59-67. doi: 10.1590/S1414-49802011000100007

Castro, Maria Cristina d'Avila de, & Cruz, Roberto Moraes. (2015). Prevalência de Transtornos Mentais e Percepção de Suporte Familiar em Policiais Civis. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(2), 271-289. doi:10.1590/1982-370300702013

Colombaroli, A. (2020). Medo e apoio ao autoritarismo na contemporaneidade. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, 17, 01-18. doi:10.5007/1807-1384.2020.e61236

Costa, I. F., & Balestreri, R. B. (2010). *Segurança Pública no Brasil: um campo de desafios*. Salvador: Edufba.

Costa, M., Accioly Júnior, H., Oliveira, J., & Maia, E. (2007). Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 21, 217-222. Recuperado de <https://scielosp.org/article/rpsp/2007.v21n4/217-222/>



Couto, G., Brito, E., Vasconcelos-Silva, A., & Lucchese, R. (2017). Saúde mental do policial militar: Relações interpessoais e estresse no exercício profissional. *Psicologia Argumento*, 30(68). doi:10.7213/psicol.argum.5896

Cubas, V. O. (2010). 'Accountability' e seus diferentes aspectos no controle da atividade policial no Brasil. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 3(8), 75-99. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7171>

Delgado, P. G. (2019). Reforma psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. *Trabalho, Educação e Saúde*, 17(2). doi:10.1590/1981-7746-sol00212

Faiad, C., Coelho Junior, F. A., Caetano, P. F., & Albuquerque, A. S. (2012). Análise profissiográfica e mapeamento de competências nas instituições de segurança pública. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(2), 388-403. doi:10.1590/S1414-98932012000200009

Farias, J. (2008). Quando a exceção vira regra: os favelados como população "matável" e sua luta por sobrevivência. *Teoria & sociedade*, 15(2), 138-171. Recuperado de <https://www.edisciplinas.usp.br>

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2017). Relatório: Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil – Índice de propensão ao apoio a posições autoritárias. São Paulo, SP, 2017. Recuperado de [http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/10/FBSP\\_indice\\_propensao\\_apoio\\_posicoes\\_autoritarios\\_2017\\_relatorio.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/10/FBSP_indice_propensao_apoio_posicoes_autoritarios_2017_relatorio.pdf)

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2020). Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 – ed. 2. Nota técnica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Recuperado de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>

Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.

Franco, M. H. P. (2012). Crises e desastres: a resposta psicológica diante do luto. *O Mundo da Saúde*, 36(1), 54-58. Recuperado de <https://saocamilos-sp.br/>

Gonçalves, F. d. Silva. (2012). *Prevalência de transtornos mentais comuns entre policiais militares de Ceilândia/Distrito Federal*. 2012. 25 f., il. Monografia (Bacharelado em Terapia Ocupacional), Universidade de Brasília, Brasília.

Kant de Lima, R. (2013). Entre as leis e as normas: éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 6(4), 549-580. Recuperado de <https://app.uff.br/riuff/handle/1/5326>

Leite, M. (2020). Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Reflexões da Pandemia (seção excepcional).

LIMA, R. S., BUENO, S., MUNIZ, J. (2013, Junho 15). "Use com Moderação". *O Estado de S. Paulo*. Recuperado de <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,use-com-moderacao,1042843>

Lotta, G., Sobral, I., Corrêa, M., Alcadipani, R. & Bueno, S. (2020). A pandemia de Covid-19 e os policiais brasileiros. *Nota técnica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. Recuperado de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/policias-covid-19-v3.pdf>

Mbembe, A. (2020). *Necropolítica*. Santa Cruz de Tenerife, Espanha: Melusina.

Minayo, M. C. D. S., Souza, E. R. D., & Constantino, P. (2008). *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Ministério da Justiça. (2013). *Pesquisa perfil das instituições de segurança pública*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Miranda, D., & Guimarães, T. (2016). O suicídio policial: O que sabemos? *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 9(1), 1-18.

Muniz, J., & Zacchi, J. M. (2004). Avanços, Frustrações e Desafios para uma Política Progressista, Democrática e Efetiva de Segurança Pública no Brasil. *Textos PROSUR/Segurança Cidadã* (Texto desenvolvido sob encomenda da Fundação Friedrich Ebert Stiftung).

Reishoffer, J. C., & Bicalho, P. P. G. D. (2009). Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(2), 425-444.

Silva, A. M. D. S. (2010). Agentes públicos na segurança privada: a configuração do bico na cidade de Fortaleza. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. Recuperado de <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1224>

Silva, M. B. D., & Vieira, S. B. (2008). O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. *Saúde e sociedade*, 17(4), 161-170. doi:10.1590/S0104-12902008000400016

Sinhoretto, J. (2018). Violência, controle do crime e racismo no Brasil contemporâneo. *Novos Olhares Sociais*, 1(2), 4-20.

Soares, L. T. (2000). As atuais políticas de saúde: os riscos do desmonte neoliberal. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 53, 17-24. doi: 10.1590/S0034-71672000000700003



Soares, L. E., Rolim, M., & Ramos, S. (2009). *O que pensam os profissionais da segurança pública, no Brasil*. Ministério da Justiça, SENASP. Recuperado de <http://www.aprapr.org.br/wp-content/uploads/2013/10/O-que-pensam-os-profissionais-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%ABblica.pdf>

Souza, E. R., Schenker, M., Constantino, P., Correia, B. S. C. (2013). Consumo de substâncias lícitas e ilícitas por policiais da cidade do Rio de Janeiro. *Ciênc. saúde coletiva* [Internet], 18 (3): 667-676. doi:10.1590/S1413-81232013000300012

Souza Filho, M. J. D., Noce, F., Andrade, A. G. P. D., Calixto, R. D. M., Albuquerque, M. R., & Costa, V. T. (2015). Avaliação da qualidade de vida de policiais militares por meio do instrumento whoqol-bref. *R Bras Ci e Mov*, 23(4), 159-69. doi: 10.18511/0103-1716/rbcm.v23n4p159-169

Souza, E. R. D., Franco, L. G., Meireles, C. D. C., Ferreira, V. T., & Santos, N. C. D. (2007). Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, 23, 105-114. doi: 10.1590/S0102-311X2007000100012

Wagner, L. C., Stankievich, R. A. P., & Pedroso, F. (2012). Saúde mental e qualidade de vida de policiais civis da região metropolitana de Porto Alegre. *Rev Bras Med Trab*, 10(2), 64-71.

Xavier, A. R. (2008). Políticas públicas de segurança. *CS Online - Revista Eletrônica De Ciências Sociais*, (4). Recuperado de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/17067>



# AS RELIGIÕES E A COVID-19: ENFRENTAMENTOS E ADAPTAÇÕES

WLADIMIR PORRECA

A crise sanitária e social provocada pela COVID-19 constituiu pontos de mutação e aceleração à superação dialética de antíteses e limites também no campo religioso. A maioria das religiões presentes no mundo procuraram adaptar-se e reinventar-se vertiginosamente frente às mudanças de escala global geradas pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).

Com o avanço da COVID-19 pelo mundo e o número de mortos aumentando, as medidas para se evitar aglomeração de pessoas tornaram-se as formas mais promissoras no combate à pandemia. Dessa forma, reunir um grupo de pessoas, em um recinto fechado, foi-se tornando cada vez mais desaconselhado, configurando-se uma irresponsabilidade social letal e uma contravenção passiva de multa para todos, inclusive para as religiões, que não estão isentas das disposições governamentais.

As religiões que dependiam de um espaço territorial para se estabelecerem foram obrigadas a modificar as formas e estilos celebrativos e rituais; retingir ou suspender as instruções religiosas, como as escolas dominicais e catequese; cancelar peregrinações, festas e festivais religiosos e tantas outras atividades religiosas. Essas medidas foram tomadas como consequência da implantação das restrições sociais e das novas práticas de higiene impostas pela sociedade civil e por autoridades sanitárias, a fim de se diminuir a disseminação do novo coronavírus e controlar a proliferação da doença.

A novidade de se rezar fora do templo, da mesquita ou sinagoga; de se celebrar uma páscoa sem missa; realizar um exorcismo em casa; ter ritos funerários diminuídos; não se comemorar o fim do Ramadã; não realizar as costumeiras peregrinações e rituais de purificações em rios; cancelar cerimônias de casamentos e outras situações religiosas inusitadas e inesperadas, mesmo após a diminuição da disseminação do vírus e com os protocolos de retorno gradual às celebrações ou aos ritos presenciais que acontecem timidamente, impactaram as religiões.

Muitas religiões, dependendo de líderes religiosos e das práticas com simbolismos presenciais, enfrentaram não somente desafios em seus espaços territoriais, mas um acentuado estresse emocional nos seus adeptos e líderes, muitas vezes carregado de sentimentos de culpa de um preceito reli-



gioso não cumprido, ou mesmo de angústia e solidão, favorecidas pela falta de convivência e partilha, ou, ainda, do medo e das preocupações com as necessidades básicas que eram supridas nos recintos religiosos. Além disso, pairava uma tensão não somente religiosa, mas um estresse na relação com o político-governamental que ditava normativas sanitárias e decretos, bem como, cobrava multas pelo não cumprimento destes.

A pandemia da COVID-19 estabeleceu um paradoxo nas organizações religiosas, as quais tiveram que paralisar ou condicionar as celebrações ou ritos religiosos presenciais às normas e protocolos sanitários, o que impactou rapidamente a religião em sua teologia, imagem, visual e, conseqüentemente, em suas atividades, de várias maneiras e diferentes intensidades, e gerou um movimento de diversas reações e posturas de seus membros. Por outro lado, gerou um movimento tecnológico e teológico nas antigas estruturas e dinâmicas religiosas, convencionadamente institucionalizadas, obrigando a reconstrução de diferentes estilos de vida e formas de se exercer a religiosidade (Porreca, 2020).

No cenário pandêmico, os organismos religiosos tiveram que se adaptar à imposição do isolamento social, tanto no que se refere à realidade do espaço físico, territorial, do lugar de culto e atividades religiosas, bem como na dimensão socioreligiosa da fé e costumes religiosos, sem a convivência com outros adeptos e a presença física e gerenciamento da liderança religiosa.

### **O isolamento social e o lugar religioso territorial**

O denominado novo coronavírus, transmitido comumente pelo contato humano, necessitou da prática do isolamento social para ter controlada a sua transmissão, visando à saúde das pessoas. O isolamento social é uma das estratégias preventivas mais úteis e repetidamente sugeridas no passado para retardar ou impedir a transmissão de vírus durante diferentes pandemias (OMS, 2020).

Essa prática, porém, contribuiu com o desastre biológico sanitário da COVID-19, pois criou um grande desafio à saúde mental em todo o mundo e favoreceu danos ao emocional humano como o tédio, a solidão, a prevalência de depressão, a ansiedade, a insônia e, em casos extremos, o suicídio, pois é uma situação sem precedentes em todas as medidas, mesmo com o auxílio das presenças virtuais (Mamun & Griffiths, 2020).

Danos maiores com o isolamento social foram vivenciados nos países com situação econômica preocupantemente miserável, entre eles aqueles com elevado nível de desemprego e informalidade que dependem da circulação de pessoas, famílias endividadas em pobreza crônica, contas públicas fragilizadas, camadas populares de milhões de trabalhadores que permane-



cem presos em seus locais de trabalho, pessoas em situação de rua e empobrecidos e outras fragilidades (Banerjee & Rai, 2020).

Nos países com desigualdades abissais de renda e de acesso a serviços essenciais, o isolamento social oferece um grande risco de contágio e propagação do vírus nas camadas populares e mais vulneráveis. Isso talvez se justifique porque as residências nas camadas populares têm número de cômodos nem sempre suficiente para o número de pessoas que ali moram; as condições sanitárias são normalmente precárias e, ainda, comumente, não trazem elementos convidativos de bem-estar e conforto para se permanecer nela, muito embora o vírus não discrimine fronteira alguma.

A realidade pandêmica que impôs a medida de isolamento social aumentou também as consequências desastrosas de uma economia frágil, não somente nas camadas populares, mas também nas redes de produção, no turismo, no comércio (Buheji et al. 2020). Logo se percebe que o isolamento social, mesmo com auxílios emergenciais, potencializa as consequências de uma economia e política frágeis e precárias e evidencia perdas irreparáveis para a estabilidade dos países. Contudo, sabe-se que este não é o único vilão de uma antiga história de corrupção e dominação. Talvez tenha somente evidenciado uma realidade latente.

O isolamento social também interferiu nas atividades religiosas de muitos países e as restringiu, em especial nas religiões que necessitam de um espaço territorial, um templo religioso, para realizar seus ritos, celebrações, cultos, liturgias. Membros religiosos, de diferentes faixas etárias e em períodos diversos, frequentavam, normalmente, sozinhos ou em grupos, seus templos para fazerem suas orações, agradecimentos, penitências, peregrinações, leituras, meditações, cantos, ofertas/sacrifícios, estudos, transmissão da tradição.

O espaço religioso, em grande parte das religiões, é importante não somente para os líderes e adeptos daquela religião que renovam e manifestam publicamente a sua fé e suas práticas religiosas, mas para inúmeras pessoas que se utilizam desses lugares para atividades laborais remuneradas na manutenção e na organização do espaço, bem como para as pessoas mais empobrecidas que, na informalidade e nas práticas de pedido de doações e esmolas, garantem a sobrevivência e, ainda, para aqueles que, ao redor do espaço, mantêm seus comércios e vendas autônomas.

Para os adeptos e líderes de diferentes religiões, os seus lugares religiosos são especiais. Normalmente são espaços escolhidos e constituídos para proporcionarem aos frequentadores inspirações, revelações, curas, reverências, possíveis encontros com a(s) divindade(s), aprendizados e outros. Também eles expressam um vínculo de responsabilidade histórica e cultural em honrar e perpetuar o legado das gerações anteriores, que construíram

tanto o lugar físico quanto a tradição religiosa, para garantirem à geração futura o que receberam dos ancestrais (Álvaro & Méndez, 2018).

Frequentar um lugar religioso é mais que uma prática religiosa, é uma questão de bem-estar pessoal e grupal. É um espaço material, uma “casa” comum, que proporciona um marco de confluência, portador de meios de integração, envolvimento, vínculos coletivos, em especial sentimentos de proteção, amparo, pertença, identidade, paz, acolhimento, ajuda mútua e tantos outros.

### **O isolamento social e o lugar religioso socioafetivo**

Os lugares religiosos, além de serem espaços territoriais, são locais extremamente significativos e afetivos, talvez por isso facilitem exercer, influenciar, mobilizar o poder religioso em seus frequentadores, a força simbólica de unir o universo material ao imaginário divino. É um lugar considerado confiável e seguro, pois os adeptos já adentram esses lugares com predisposições para acatar o que será neles realizado, e, ainda, porque são lugares que facilitam uma relação de múltiplas dimensões íntimas ou coletivas, mediadas ou não, com a(s) divindade(s). São espaços místicos vinculares fortes entre os frequentadores e o local, entre dimensões humanas e sobrenaturais.

Frequentar e visitar os lugares religiosos, em ocasiões determinadas ou especiais, comumente para realizações de celebrações ou rituais, além de ser uma questão religiosa, como também de pertença e, ainda, afetiva, é exigida por leis religiosas com aplicação de penalidades se não cumpridas, motivada pela liderança e cristalizada pela doutrina. Ir ao lugar religioso comporta dimensões sociais, existenciais, transcendentais, e ainda promove o encontro, a convivência, a partilha, e propicia receber e dar informações. Os lugares religiosos passam a exercer influência na identidade, nas relações das pessoas, um pertencimento, como são vistas entre seus pares e como se posicionam no meio social (Karrer, 2020).

Para as pessoas de camadas populares, o lugar religioso é também lugar de dignidade; em algumas religiões o templo é visto como representação de divindades e privilegiados pela purificação, e podem ter, simbolicamente, o mesmo “status” da mais rica e poderosa pessoa da sociedade a que pertence; serem reconhecidas pela liderança religiosa como adeptas; serem acolhidas, valorizadas e, principalmente, auxiliadas em suas necessidades. Infelizmente, também podem ser exploradas e abusadas em nome do sagrado.

Fechar, impedir ou restringir o acesso dos adeptos de um segmento religioso a um território espiritual para as atividades religiosas (ritos ou celebrações) traz um forte impacto pessoal, afetivo, social e espiritual/religioso. Pode significar, no imaginário dos frequentadores, o bloquear, por decretos



humanos, o acesso à divindade, o relativismo de suas crenças e preceitos, e a flexibilização das leis divinas e humanas para se frequentar esses lugares. Ou, ainda, pode afastá-los do ambiente do afeto, do acolhimento, de segurança e proteção num momento em que eles mais se sentem desprotegidos e inseguros.

Na realidade pandêmica da COVID-19, as pessoas carecem ainda mais de orientações confiáveis, amparo espiritual/religioso e material e, principalmente, de apoio e proteção humana e divina pela integração, solidariedade, diálogo e bem-estar, e os lugares religiosos são capazes de proporcionar esse conforto e têm uma longa experiência histórica nessa prática.

### **As adaptações religiosas ao isolamento social**

No cenário de mudanças rápidas nas atividades religiosas impostas pela pandemia da COVID-19, com o isolamento social, as lideranças religiosas tiveram que agir rápido, tanto ao cessar as atividades religiosas que aglomerassem pessoas, como ao criarem alternativas para não perderem o vínculo humano e religioso com os seus seguidores (Sulkowski & Ignatowski, 2020).

Muitos líderes religiosos iniciaram uma sensibilização coletiva da gravidade da situação pandêmica e um apelo à unidade, no enfrentamento da doença, com orações coletivas com os seus seguidores e com outras religiões pelo fim da pandemia, pela descoberta da vacina e pelas pessoas que trabalhavam nos serviços essenciais, em especial pelos profissionais da saúde, criando, assim, uma corrente espiritual de orações e sacrifícios coletivos.

Muitas autoridades religiosas fecharam os locais de culto e peregrinações, e alguns gestos inusitados aconteceram entre os católicos, que tiveram que celebrar a Semana Santa em suas casas, sem estarem presentes às tradicionais celebrações; os da Arábia Saudita proibiram a chegada de estrangeiros e interromperam as visitas a Meca e a Medina para a *umrah*, e houve também o cancelamento das celebrações do Ano Novo budista, no sul da Ásia, entre outras significativas mudanças (Robinson, 2020).

As celebrações ou ritos religiosos continuaram em grande parte das religiões sem a presença dos adeptos, apenas com a liderança religiosa e algumas pessoas de apoio. Foi a primeira medida adotada pela maioria das religiões: adaptar as atividades religiosas e transmiti-las pelos meios tecnológicos, como o uso de plataformas, aplicativos, mídias e redes sociais, internet e outras, que possibilitaram aos fiéis estarem mais próximos e tornaram as práticas religiosas acessíveis aos seus adeptos, minimizando a ausência sofrida nos ritos ou nas celebrações em lugares religiosos costumeiros.

Grande parte dos líderes religiosos buscavam orientar e valorizar outros componentes dos ritos ou celebrações, redimensionando as partes ausentes, salientando o argumento do bem maior na manutenção e preservação da vida, valorizando o essencial e a criatividade dos componentes presentes e possíveis nos ritos, como no caso das religiões de matrizes africanas, cristãs, budistas, em algumas indígenas entre outras.

Se, no início, houve estranhamento em assistir aos ritos ou as celebrações por meio de tecnologia e ritos adaptativos, sem a presença física, por outro lado os fiéis de diversos segmentos religiosos encontraram certas facilidades com essa prática; não precisavam se deslocar, enfrentar trânsitos e estacionamentos; poderiam ter acesso ao conteúdo no momento mais oportuno em que desejassem; teriam a oportunidade de acessar o conteúdo em lugares religiosos e com líderes diferentes dos costumeiros, poderiam ter mais possibilidades de assistir aos ritos em família ou em sala *on line* de vídeo (grupos) e poderiam se transportar espiritualmente para outros lugares. Mesmo com o retorno gradual presencial ao lugar religioso, nas celebrações ou ritos, muitos adeptos têm permanecido na antiga prática, um novo desafio.

As famílias empobrecidas, que não tinham acesso à internet, tiveram que se contentar com as possíveis e raras celebrações pela televisão e rádio, diferentemente dos seguidores de denominação cristã que já tinham acesso às celebrações pelos meios tecnológicos. Muitas pessoas se arriscavam indo aos arredores dos lugares religiosos para fazerem suas práticas religiosas, outras procuravam casas e locais em que pudessem assistir em conjunto as transmissões e outras, ainda, procuravam criar práticas religiosas semelhantes ou alternativas.

As organizações religiosas, comumente, são estruturas, em suas atividades religiosas, que funcionam pela mediação de líder(es) que confere(m) legitimidade e autoridade humana e divina às celebrações ou aos ritos; com menos intensidade, o budismo e o judaísmo. Religiões mediadas por um(a) líder tiveram que se adaptar a um novo modelo, cuja estrutura, de certa forma, precisou ser redimensionada, concedendo aos adeptos um considerável protagonismo e autonomia nas celebrações e nos ritos que eram assistidos em casa e no gerenciamento de muitas atividades religiosas. Os adeptos tiveram que assumir para si mesmos papéis diferentes e assumir incumbências religiosas, que antes eram atribuídas aos líderes religiosos.

Basta notar os cristãos católicos que tiveram que assumir um modelo de Igreja centrada na família, no doméstico, nos seus batizados e não na figura clerical. Modelo que, em tempo de pandemia, foi chancelado e motivado teológica e explicitamente pelo clero. Nunca se falou tanto de “comunhão espiritual” e de Igreja Doméstica como no tempo da pandemia da COVID-19 (Parish, 2020).



Na aventura das mudanças em tempo pandêmico, as religiões, em sua estrutura e dinâmica, com sua doutrinas, ritos, valores e outros, ganharam considerável amplitude no ciberespaço com as tecnologias, promovendo uma verdadeira pandemia de transmissões religiosas: ritos ou celebrações, *lives*, estudos, comunicados, com os objetivos de manter a vinculação com os seus adeptos, buscar proximidade dos seus seguidores, utilizar esses espaços para desenvolver a espiritualidade e a religiosidade, bem como desenvolver estudos formativos, informativos e tantos outros (Hott, 2020).

Houve uma reinvenção do rito, do culto e das práticas religiosas e outras atividades religiosas. As religiões estão trabalhando com as dificuldades que vão surgindo pela mediação técnica, que já vinham acontecendo paulatinamente. Algumas, até criando abraços, batismos, exorcismos, confissões virtuais. Por meio dos computadores, dos *tablets*, dos celulares ou dos televisores, (re)inventam e regeneram alternativas para compensar a ausência presencial nos ritos e nas celebrações. Muitos membros das organizações religiosas passam a questionar o futuro das práticas religiosas presenciais e do modelo centralizador nas lideranças de muitas delas (Grillo, 2020).

Entre tantas realidades, algumas podem ter motivado as mudanças e a adaptação de “novos” hábitos religiosos e estilo de vida dos membros de diferentes religiões. Além do valor e da sacralidade da vida, presentes na grande maioria dos segmentos religiosos, alguns elementos foram importantes, tais como: as informações e orientações que as lideranças religiosas propagaram entre os adeptos, as opções religiosas criativas para suprir o distanciamento do lugar religioso e a falta de convivência, a falta da presença física da liderança religiosa (mesmo tendo acesso à imagem pelos meios tecnológicos). Isso propiciou a criação de novos modelos religiosos e celebrativos ou rituais. Se os corpos ficam em casa, pelo menos os olhos, os ouvidos, as mentes e os corações tentam sair, encontrar-se, por isso não tardaram em se conectar.

No que se refere às questões financeiras, é importante descrever que muitas organizações religiosas fizeram também reformulações administrativas, promovendo uma contenção de gastos e inúmeras iniciativas para se criar e ampliar formas de arrecadação de dinheiro. Abriram-se outras frentes de promoção e venda, sejam elas de comida *delivery*, bazares e leilões *on line*, coleta e ofertas via internet e tantos outros meios de obtenção de recursos financeiros, sem negar, reduzir ou ignorar as restrições e orientações sanitárias, afinal era preciso manter as finanças dos lugares religiosos.

Outro fator importante que merece ser considerado é o fato de os fiéis reassumirem o princípio da esperança pelo autocontrole e pelas crenças na(s) divindade(s), principalmente, adquirirem a capacidade de se resignificar como pessoa religiosa, assegurada em sua fé, que, sem sair da realidade



pandêmica, aventurou-se a construir um olhar de possibilidades para retomar alguns valores esquecidos e concretizar ações idealizadas.

### **Reações, negacionismo, reducionismo e convenientes**

Nem todas as lideranças e adeptos religiosos seguiram as restrições e orientações sanitárias de manter e ampliar o isolamento social ou seguir os protocolos para a volta gradual para conter o avanço do SARS-CoV-2. Alguns líderes religiosos hindus, judeus, cristãos, muçumanos e budistas em especial, assumiram e mantiveram inúmeras resistências em mudar os hábitos e costumes religiosos, desde aqueles que negavam veementemente a existência do vírus, até aqueles que garantiram a sua cura (McLaughlin, 2020).

Alguns desses líderes assumiram uma postura negacionista, outros reducionista e outros, ainda, de conveniência, optando por negar ou diminuir e/ou desviar a gravidade da COVID-19, colocando a si mesmos e a seus seguidores em situação de risco de contaminação da doença, com possíveis mortes e criação de potenciais disseminadores do novo coronavírus. Alguns desses religiosos, não em sua maioria, enfrentaram penalidades civis, descréditos e críticas em suas comunidades religiosas, na opinião pública e na mídia, pelas atitudes irresponsáveis e contraditórias ao seu papel religioso.

A postura negacionista de alguns religiosos, geralmente ortodoxos, apoiados em teorias e discursos conspiratórios, contraditórios e sem aprofundamentos, em oposição às evidências médicas, aos dados científicos, à mídia, disseminaram o vírus da desconfiança, apoiados nos princípios morais que lhes eram desejados, com conteúdos religiosos admissíveis, facilitando a aceitação, por seus seguidores, de uma posição negacionista. Esses religiosos discordavam do isolamento social e das orientações das autoridades sanitárias e insistiam em manter seus lugares abertos, com aglomeração de pessoas nos ritos ou nas celebrações, como se a doença respiratória COVID-19 não existisse.

Com essa postura negacionista, desenvolve-se e amplia-se o fenômeno de desinformações de realidades verdadeiras da COVID-19, não somente como informações falsas, mas também enganosas, imprecisas e inconclusivas. São desinformações pensadas, produzidas e programadas por quem as financia, a partir de elementos comuns e desejados pelo grupo destinado a ouvi-las; no caso religioso, a elementos relacionados aos princípios e aos valores cridos por aquele segmento religioso.

Para receber a informação ou, no caso do negacionismo, a desinformação, a comunicação requer afeição e assimilação das notícias e, principalmente, um propagador confiável, principalmente se for uma liderança religiosa, como um rabino, pastor(a), padre, mestre(a) e outros(as). Os grupos religio-



sos, portanto, podem ser os grandes propagadores de desinformações sobre a COVID-19, não somente pela liderança, mas também pelos adeptos, pois é um grupo de considerada afeição e confiança.

No Brasil, o Coletivo Bereia publicou um levantamento realizado em sites religiosos (entre os dias 12 de dezembro de 2019 e 9 de junho de 2020) e atividades digitais checados pelo Coletivo, sobre a desinformação com temática religiosa. Os 53 artigos que compuseram a análise foram assim classificados: 23% verdadeiros, 30% enganosos, 17% imprecisos, 2% inconclusivos e 28% falsos. No total, 77% eram informações cuja veracidade não pode ser confirmada (Classificação de Notícias Bereia, 2020).

Um outra parcela das lideranças religiosas assumiu uma postura reducionista, em que se diminuía a gravidade da disseminação do vírus e o perigo da doença, buscando assegurar-se nos princípios do fideísmo, isto é, utilizavam a doutrina da exclusividade da fé pela fé: só se aceita a fé sobrenatural na busca de certezas e verdades, só ela é capaz de conhecer a verdade.

Nos princípios fideístas, há um isolamento da razão humana, esta é incapaz de atingir o verdadeiro conhecimento e de interpretar a existência, portanto, também a ciência seria impotente para alcançar as verdades sobre a pandemia da COVID-19 e só Deus poderá livrar e proteger as pessoas de qualquer doença ou mal. Essa é uma postura de que o humano seria incapaz de se salvar da doença, somente Deus poderia protegê-lo e livrá-lo. As pessoas não seriam contaminadas simplesmente porque tinham fé. Várias crenças nessa direção fideísta propagavam que, ao serem utilizados os recursos da prevenção sanitária, se estaria desconfiando da força de Deus e da sua proteção, portanto, seriam infiéis e ingratos.

O fideísmo garante a fidelidade dos seguidores aos líderes religiosos, os quais os alimentam e os mantêm dependentes, em grande parte. Essa prática é utilizada por lideranças religiosas que se asseguram na teologia e prática “milagreira e da cura”, cujo poder do líder religioso realizaria tal proeza.

No Brasil, a postura reducionista fideísta neopositivista (Petroni, 2020), diante da grave realidade da COVID-19 foi chancelada pelo governo federal, o qual apresentou números e ideologias enganosas, com viés econômico na defesa de remédios e “maquiamento” de dados, estabelecendo uma controversa pública ao decretar (Decreto n.º 10.292, de 25 de março de 2020) a religião como atividade essencial.

Outras posturas de resistência ao isolamento social foram tomadas por variados grupos de líderes religiosos. Destacam-se os que assumiram e rejeitaram *o quê* e *como* lhes mais convinham, em relação ao isolamento social e às práticas de prevenção. Nota-se que esse grupo resistiu parcialmente às mudanças, não as contrapunha de forma clara e autêntica, tinha consciência da gravidade da contaminação e da doença, era cauteloso e mantinha as

mesmas atividades religiosas, sem conflitos e, de maneira não explícita, procurava brechas sanitárias e religiosas para manter o que, ideologicamente individual, impunha como prática religiosa comum.

A postura de resistência de conveniência, além de ser um exercício perigoso do poder religioso, pode expressar uma crise de identidade e/ou absentismo da liderança religiosa que o exerce, pois esta não conseguiria redimensionar as suas atividades religiosas fora do seu controle e de seu padrão de funcionamento.

A resistência em aceitar o isolamento social também passa pelas questões financeiras e econômicas das religiões. Com a suspensão dos ritos ou das celebrações presenciais, por tempo indeterminado, as coletas, ofertas e doações ficaram reduzidas e colocaram as finanças das religiões em alerta de falência econômica.

Normalmente, os lugares religiosos e o vínculo com os adeptos são centrais para o funcionamento da religiosidade; sem o espaço territorial não há presença de pessoas; portanto, as atividades também não acontecem e a economia fica frágil. Sem dinheiro, toda a estrutura religiosa é prejudicada. Por mais espiritual que seja, tanto a liderança como o lugar são materiais. E os meios tecnológicos nem sempre garantem doações substanciais dos adeptos.

### **Considerações finais**

A crise sanitária e social provocada pela COVID-19 não só ocasionou mudanças nas atividades religiosas como também impulsionou as religiões a repensarem e, quiçá, a reelaborarem as suas teologias e seus modelos estruturais. Possibilitou vislumbrar-se uma religião com sua teologia e atividades religiosas mais tecnológicas e menos centralizadas e dependentes da liderança religiosa. Em tempos pandêmicos de isolamento social, a casa tornou-se um lugar religioso, um espaço celebrativo para o encontro com a(s) divindade(s), chancelada pelas lideranças religiosas.

Com a COVID-19, no cenário religioso, deparamo-nos com a volta da doutrina arcaica do fideísmo, ao tentar, em pleno século XXI, substituir a razão, as normas e as orientações sanitárias pela fé, colocando a vida humana em perigo. É extremamente necessário que as lideranças religiosas reconheçam sua responsabilidade nesta crise, ao direcionarem seus fiéis para caminhos de segurança e de respeito à ciência, demonstrando que a fé e a ciência não são antagônicas. Promover a desinformação, o fundamentalismo e o desprezo à ciência é uma atitude, no mínimo, irresponsável, à medida que, neste cenário de pandemia, ações como essas colocam em risco toda a coletividade.



A religião, na perspectiva institucional, teve que sobreviver sem os seus aparatos visíveis. O isolamento social impactou os adeptos de diferentes segmentos religiosos pelo afastamento destes do lugar territorial, mas, de muitas formas, expressões religiosas criativas foram reavivadas e redescobertas nas religiões. Não frequentar as celebrações e a outras atividades religiosas causou sofrimentos e angústias nos seus seguidores, pois sentiram-se desorientados, sem referência e solitários, todavia, os fiéis começaram a descobrir que a morada da divindade poderia ser também eles mesmos, e suas casas poderiam ser lugares dignos do encontro com a divindade, e que o Sagrado não é propriedade de ninguém.

O isolamento social pode ter ensinado muitas coisas, entre elas que perder é muito difícil e renunciar a algo é conflitivo, principalmente se essa renúncia causa bem-estar e conforto. Portanto, mudar é um grande desafio, porque obriga a repensar e readequar-se a outras realidades, requer uma força humana e sobrenatural. Mas, sobretudo, exige uma abertura ao essencial.

Não sabemos quantas religiões assumiram esta aventura de enfrentamento e adaptação à realidade pandêmica da COVID-19, nem se a grande maioria delas continuará no dinamismo em que estão, mas sabemos, sim, que, neste tempo de crise sanitária e social, todas elas experimentaram as inúmeras realidades confrontantes de mudanças em seus espaços restritos, e tiveram que rever ou modificar muitas de suas atividades e posicionamentos religiosos. Sabemos também que muitas religiões não se submeteram à paralisia com o isolamento social, mas assumiram o movimento da vida e abraçaram os desafios e os transformaram em possibilidades, não sem resistências, dificuldades e tensões. Nessa linha de mudanças, alguns fatores agora são inegáveis: 1) o lugar religioso (territorial, social e afetivo) é importante e saudável para as lideranças religiosas e adeptos; 2) o uso de tecnologia midiática em diferentes formas possibilitou a continuidade e amplitude das práticas religiosas; 3) a verdade encontra-se na aventura de voar com duas asas, uma da fé e outra da razão, nem tão na terra, nem tão no céu; 4) a teologia requer um “novo” olhar, menos centralizado nas lideranças religiosas e menos institucional.

As reflexões aqui iniciadas são limitadas e merecem aprofundamentos e diferentes olhares, principalmente com a possibilidade do retorno gradual das atividades religiosas presenciais. Este estudo baseou-se em cenários, parecidos ou diferentes do conhecido, referências e dados que foram construídos e reconstruídos, ponderando-se aspectos religiosos, psicológicos e sociais diante da complexa realidade da crise pandêmica da COVID-19 que, constantemente, modifica-se.



## Referências

Álvaro, Hugo Bladimiro Arcos, & Méndez, Nicolàs Dario Arcos. (2017). Cosmovisión y lugares sagrados entre Choles de Tumbalá, Chiapas. In: *Revista Latinoamericana de Educación y Estudios Interculturales*, 1, jul e sep, 10-16. Recuperado em 02 mai 2020 de: <https://core.ac.uk/reader/85144056#page=9>

Banerjee, D.& RAI, M. (2020). Social isolation in Covid-19: The impact of loneliness. *International Journal of Social Psychiatry*. apr, 29. Recuperado de <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0020764020922269> <https://doi.org/10.1177/0020764020922269>

Buheji, M., et al. (2020). The extent of covid-19 pandemic socio-economic impact on global poverty. a global integrative multidisciplinary review. *American Journal of Economics*, 10(4), 213-224. Recuperado de <http://article.sapub.org/10.5923/j.economics.20201004.02.html> <https://doi.org/10.5923/j.economics.20201004.02>

Classificação de notícias Bereia. (2020). *Sites religiosos e ativistas digitais que propagam desinformação*. Informação e Checagem de Notícias. 2020. Recuperado em 28 junho 2020 de: <https://coletivobereia.com.br/sites-religiosos-e-ativistas-digitais-que-propagam-desinformacao/>.

Grillo, Andrea. (2020). Liturgia - COVID-19: diversamente Chiesa: Come essere assemblea celebrante in tempo di pandemia. *Il Regno Attualità*, 8, 200-202. Recuperado em 20 abril 2020 de : <http://www.ilregno.it/attualita/2020/8/liturgia-covid-19-diversamente-chiesa-andrea-grillo>.

Hott, M. C. M. (2020). Ciberespaço em pandemia: eficácia das “Lives” espiritualistas na saúde mental. *InterAmerican Journal of Medicine and Health*, 3, 1-9. Recuperado em: <https://www.iajmh.com/iajmh/article/view/129> <https://doi.org/10.31005/iajmh.v3i0.129>

Karrer, L. (2020). Construção da identidade religiosa em templos espiritualistas frente à religiosidade cristã: a prática do Espiritismo em Porangatu (Goiás–Brasil). *Estudos de religião*, 34(1), 61-80. Recuperado em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/9702> <https://doi.org/10.15603/2176-1078/er.v34n1p61-80>

Mamun M.A. & Griffiths M.D. (2020). First COVID-19 suicide case in Bangladesh due to fear of COVID-19 and xenophobia: Possible suicide prevention strategies. *Asian J. Psychiat*, 51. Recuperado em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1876201820301842?via%3Dihubhttps://doi.org/10.1016/j.ajp.2020.102073>

McLaughlin, Levi. (2020). *Japanese Religious Responses to COVID-19: A Preliminary Report*. 2020. Recuperado em 15 maio 2020 de: <https://repository.lib.ncsu.edu/bits-tream/handle/1840.20/37530/McLaughlin%20-%20Japan%20COVID.pdf?sequence=1&isAllowed=y>



OMS - Organização Mundial da Saúde. (2020). Discurso de abertura do Diretor-Geral da OMS na conferência de imprensa sobre COVID-19. 5 junho 2020. Recuperado em 20 junho 2020 de: <https://www.who.int/es/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---5-june-2020>

Parish, H. (2020). The Absence of Presence and the Presence of Absence: Social Distancing, Sacraments, and the Virtual Religious Community during the COVID-19 Pandemic. *Religions*, 11, (6), 276. Recuperado em: <https://www.mdpi.com/2077-1444/11/6/276>  
<https://doi.org/10.3390/rel11060276>

Pedroni, Marco. (2020). Narrazioni virali. Decostruire (e ricostruire) il racconto dell'emergenza coronavirus. *Mediascapes journal*, 15, 24-43. Recuperado em 12 jun 2020 de: <https://ojs.uniroma1.it/index.php/mediascapes/article/view/16765/16121>

Porreca, W. (2020). Espiritualidade/Religiosidade: possíveis companhias nos desafios pandêmico-Covid-19. *Caderno de Administração*, 28, E, 141-146. Recuperado em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53632>  
<https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53632>

Robinson, Kali. (2020). How Are Major Religions Responding to the Coronavirus? *Council on Foreign Relations*, 2020, Recuperado em 23 março 2020 de: <https://www.cfr.org/in-brief/how-are-major-religions-responding-coronavirus>

Sulkowski, L. & Ignatowski, G. (2020). Impact of COVID-19 Pandemic on Organization of Religious Behaviour in Different Christian Denominations in Poland. *Religions*, 11, (5), 254. Recuperado em: <https://www.mdpi.com/2077-1444/11/5/254/htm>  
<https://doi.org/10.3390/rel11050254>



# CARNAVAL E PANDEMIA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO

VALÉRIA QUIROGA VINHAS  
FÁBIO TORRES DE BASTOS (FÁBIO FABATO)  
SÉRGIO HENRIQUE BARROCA COSTA

## 1. Introdução

A pandemia transformou indelevelmente a vida das pessoas em suas inúmeras dimensões existenciais. Desde as mais particulares e subjetivas, as mais sociáveis e coletivas, as pessoas foram compelidas a se adaptarem às situações jamais vivenciadas, e sequer imaginadas, no atual estágio de evolução da medicina, da tecnologia e da civilização.

Individualmente, as pessoas tiveram de lidar com uma solidão interior, impensada na recente história da civilização, e precisaram desenvolver estratégias de enfrentamento para resistir a uma situação inteiramente inusitada e altamente angustiante. Muitos, acreditam, perderam o presumível controle sobre as coisas, apesar de o ilusório domínio sobre os acontecimentos. Vide a contemporânea situação pandêmica em que, sem ter a menor noção de onde se localiza a maior incidência de casos, indivíduos e pequenas aglomerações são vistos como um potencial agente transmissor do vírus. É assustador! Neste sentido, tiveram que, sem alternativa, conviver com o seu eu interior, confrontando fantasmas, limitações, traumas e toda a sorte de agruras pessoais. Assim, alguns, a partir desta situação de sofrimento aprenderam, na marra, a lidar consigo mesmo. Outros tantos entraram em sofrimento patológico adoecendo, elevando os casos de atendimentos psiquiátricos, psicológicos e depressão. Em grande parte, devido à proibição de aglomerações, distanciamento para uns, isolamento para outros, que soa como não poder ter o convívio social, encontrar com os amigos e relaxar bebendo no boteco.

Ascendendo ao nível da socialização primária, o sujeito foi obrigado a praticar e aperfeiçoar dispositivos como o diálogo, a convivência e a paciência com sua família. E as possibilidades de situações familiares são as mais diversas: como a dos pais que saem para trabalhar para conseguir o sustento da prole e que, geralmente, convivem mais com os colegas de trabalho do que com a própria família e, por um súbito instante retornaram à casa; do



filho pequeno que vai para escola aprender, que muitas vezes os pais rifavam a educação à escola e que teve de retornar e ser educados pelos pais; da filha que desvelava o mundo do trabalho iniciando sua vida profissional pensando em conquistar, não somente uma remuneração, mas o mundo a partir de um emprego, de forma geral com condições de baixa adequação, que lhe dava a possibilidade de independência financeira e a possibilidade de ser um sujeito, perdeu o emprego e teve de voltar à casa dos pais. Todos, tiveram, em dado momento, de voltar aos lares e conviver com a família. Por mais que, para alguns, seja uma experiência negativa e penosa, para outros tantos puderam estar próximos de parentes que lhes são muito caros, estreitando os laços umbilicais. Todavia, dependendo da condição socioeconômica, indivíduos tiveram de voltar ao mercado de trabalho, pois, independente da pandemia, precisam de recursos para sobreviver. E esta também é uma situação inusitada e estressante em razão de muitos não poderem ficar em casa se protegendo de um vírus que pode ser mortal, por causa da necessidade de sobrevivência. Independente se se tem uma percepção positiva ou negativa, as circunstâncias são jovens, singulares, e houve uma reviravolta nas interações familiares que pode ir desde o resgate da convivência e dos vínculos sociais, a rusgas, conflitos e embates inevitáveis.

Talvez, essas dimensões primitivas, constituidoras do caráter e da personalidade do indivíduo, possam apresentar certa similitude nas diversas classe sociais. Contudo, as dimensões social, profissional, financeira, saúde e lazer expõem a enorme desigualdade em termos de Brasil. Todas as dimensões são altamente imbricadas e interdependentes, de difícil separação analítica.

Socialmente tiveram de deixar o convívio presencial com seus grupos, passando a realizá-lo virtualmente. Esta é uma dimensão fundamental na constituição e afirmação do sujeito, pois ele somente o é a partir do reconhecimento pelo outro. O outro e a convivência são vitais para a saúde mental e a composição do sujeito.

## **2.As artes e o confinamento**

Atividades culturais das mais diferentes naturezas foram interrompidas no mundo inteiro em função do isolamento imposto pela pandemia do Covid-19, com o objetivo de desacelerar ou impedir contágio em massa. De acordo com dados do levantamento realizado pela DataSIM (ROCHA, 2020) no mês de março de 2020 (mês que marcou o início das orientações de isolamento social por parte de algumas autoridades no Brasil), o cancelamento de shows e apresentações previstos para o ano já alcançava o número de 8 mil no país inteiro.



Muitos artistas passaram a fazer shows em casa ou em estruturas montadas, transmitidos por redes sociais. Por um lado, um alento para um público que fez da rotina das lives, novo fenômeno da internet, seu contato com as artes, aliviando os sentimentos gerados pela imposição da quarentena, durante o período de isolamento. Por outro, mesmo sem necessariamente refletir em retorno financeiro para os atores envolvidos na cadeia artística, as produções se tornaram oportunidade para os artistas permanecerem com suas funções, manterem o contato com o público e a chama artística acesa. Um verdadeiro desafio, já que os espetáculos encontram seu sentido no público, no encontro com os outros, no aplauso (FICHELSON, 2020). E quando a manifestação artística é da magnitude e da natureza de um desfile de escola de samba?

Até junho de 2020, tanto atividades ainda referentes ao Carnaval 2020 (executado em fevereiro de 2020) não haviam sido finalizadas (a exemplo da devolução de fantasias e premiações), como pairava uma incerteza sobre a realização do carnaval em 2021.

No instante após os desfiles das escolas de samba, entre final de fevereiro e início de março, coincidindo com o começo da Quaresma, os carnavalescos já procuram escolher os temas do carnaval seguinte, em conjunto à presidência da escola, que deverá arrumar patrocínio e recursos para produção do desfile. Ao mesmo tempo, nos barracões, os trabalhadores estão desmontando carros alegóricos, fantasias e alegorias. Muitas destas vendidas ao exterior em razão do grande interesse do estrangeiro no evento considerado o maior espetáculo da terra. Naturalmente, há degradação de materiais, fantasias, alegorias e carros, causando perdas. Porém, grande parte desses materiais serão utilizados no carnaval seguinte, diminuindo os custos. Os carnavalescos, juntamente com os pesquisadores, após a escolha do enredo, elaboram um dossiê com os detalhes necessários para a produção do desfile, bem como a criação dos sambas-enredo pelos compositores. Enquanto os compositores entram em processo de criação e construção do samba, as equipes de desenho, costura, carpintaria, elétrica, engenharia, pintura e tantas outras, estão aceleradamente produzindo o desfile a partir de croquis fornecidos pelos desenhistas.

Portanto, normalmente, nos meses de junho de cada ano, barracões e quadras de diversas agremiações já estão em plena atividade, e eventos como shows, feijoadas e rodas de samba estão acontecendo a todo vapor, oferecidas, ao público em geral, para angariar recursos e promover a imagem da agremiação. Do meio ao final do ano, após a escolha do samba que representará a escola por meio de um processo bastante exaustivo e singular, começam os ensaios que irão até a semana anterior ao desfile do sambódromo, na Avenida Marquês de Sapucaí. Nesse interim, as equipes estão evoluindo na produção do desfile e as alas fazendo seus ensaios.

O público manifesta sua inquietação. Grupos na rede social facebook, como o intitulado “Carnaval de novo quando tudo isso passar” contava, em junho de 2020, com milhares de seguidores que atendem a uma convocação que incluía “Vamo fazer um carnaval, não um carnaval fora de época, mas um carnaval EM ÉPOCA, em época de celebrar a vida, a superação, a esperança, e homenagear todos os profissionais da saúde que dedicaram suas vidas pelo seu povo, pelo nosso povo. E vai ser uma grande festa” (sic).

E os atores envolvidos na feitura do Carnaval? Nos bastidores, a apreensão é grande. Como famílias que fazem do carnaval sua renda, sambistas e carnavalescos estão vivenciando e pensando a manifestação cultural do carnaval neste momento de pandemia e no seu pós? Preocupações semelhantes já afligiram o mundo do carnaval em outra época, tendo sido alvo de estudos e reflexões.

### 3. O carnaval de 1919

“Aquele Carnaval foi, também, e sobretudo, uma vingança dos mortos mal vestidos, mal chorados e, por fim, mal enterrados. Ora, um defunto que não teve o seu bom terno, a sua boa camisa, a sua boa gravata é mais cruel e mais ressentido do que um Nero ultrajado. E o Zé de S. Januário está me dizendo que enterrou sujeitos em ceroulas, e outros nus como santos. A morte vingou-se, repito, no Carnaval... E tudo explodiu no sábado de Carnaval”. (RODRIGUES, 1967).

O ano de 1918 foi marcado pelo conflito da Primeira Guerra Mundial e pela epidemia da gripe espanhola no Brasil. À época, a doença, trazida por navios que vinham da Europa, onde havia dizimado milhões de pessoas, chega ao Rio de Janeiro, transformando-o em uma “cidade enferma”, dominada por elevadas taxas de mortalidade e morbidade (SANTOS, 2006).

Na tentativa de impedir o alastramento da epidemia, que chegou a contaminar mais de 600 mil pessoas e causar a morte de 15 mil, o tratamento médico, ainda em estudo, envolvia inclusive receitas de ingestão de caldo de galinha e limão. Dizem, inclusive, ter surgido naquele momento a famosa caipirinha brasileira.

Neste cenário, no qual irrompe a “espanhola”, ignorar a morte era impossível. Assim como era difícil fazer rituais relativos às mortes (como velório e enterro).

E com foi a resposta dada às doenças, à dor e ao medo que dominaram este período?

O ano de 1919 irrompe com motivos de celebração que incluíam não só o fim da primeira guerra mundial como o encerramento da primeira onda da gripe espanhola. Justamente às vésperas da celebração do carnaval, que costumava tomar conta das ruas cariocas.



Diferentemente do que se vê no carnaval atual, à época não existiam ainda as escolas de samba e seus desfiles suntuosos como se acompanha hoje na Avenida Marques de Sapucaí (a famosa Sapucaí). Blocos, cordões, ranchos, corsos e as organizações gigantes chamadas grandes sociedades, que apresentavam grandes carros alegóricos, movimentavam a festa da folia (GABRIEL, GUEDES, 2020).

Com a mesma rapidez com a qual a “espanhola” se alastrou e afetou vidas, também virou tema de composição musical como resposta às doenças e à dor. Dentre as marchinhas temáticas entoadas com sucesso naquele carnaval, várias dedicavam-se ao tema da gripe. A marchinha intitulada “A Hespânica”, por exemplo, falava da “epidemia depilatória”, retratando o fenômeno de perda de cabelos declarado por vítimas da gripe, enquanto outra era composta por versos que retratavam efeitos da doença (“Durante o Ano passado; Ninguém do bloco comia; Tudo era bem guardado; Para fazer economia; Até que veio a espanhola; Vestida de epidemia”). Um Bloco chamado gripistas, destacava em seus versos, medicamento cujo uso foi tentado como tratamento da gripe (“Se é pra frente que se anda vou seguir caminho reto, Vou pedir a Dona Gripe, que me forme por decreto... Avante, menino! Avante, rapaz! Quem toma quinino não anda pra trás”) (CÂMARA, 2020).

Além de ser cantada nas ruas, a doença também virou tema dos desfiles de grandes sociedades como os Fenianos e Democráticos. Carros alegóricos de grande porte exibiam figuras de caveiras, ou traziam formato de xícara gigante com a inscrição de “chá da meia noite”, em alusão à lenda vigente à época, de que na Santa Casa de Misericórdia era oferecido um chá mortal aos desenganados, com o objetivo de tornar sua morte mais célere.

“Parecia inacreditável que o palco de tamanha euforia eram as mesmas ruas que, não muito antes, tinham feito do Rio um vasto hospital. (...) Se a gripe mortífera podia voltar, era mais um motivo para se entregar à patuscada como se não houvesse amanhã, porque talvez não houvesse mesmo. Era um comportamento que, embora surpreendesse e tivesse todo um tempero carioca, não era totalmente inédito: na Europa devastada pela ‘peste negra’, no século 14, também, houve festa” (GABRIEL & GUEDES, 2020).

#### **4. Carnaval de 2021: desejos e incertezas**

“(…) O Rio toma forma de sambista. É puro carnaval, loucura mansa, a reboar no canto de mil bocas, de dez mil, de trinta mil, de cem mil bocas, no ritual de entrega a um deus amigo, deus veloz que passa e deixa rastro de música no espaço para o resto do ano” (ANDRADE, 2014, p. 88, Poema Retrato de uma cidade).



A partir dos anos de 1960, as escolas de samba assumiram o protagonismo do carnaval fluminense, fundamentaram um novo desenho momesco e o desfile amealhou a alcunha de "Maior Espetáculo da Terra". Foi uma transformação indolor e processual, com o marco da chegada do carnavalesco Fernando Pamplona (intelectual branco e da escola de Belas-Artes) ao Salgueiro (virou carnavalesco da agremiação), reflexo evidente da metrópole-balneário em constante mutação. Não podemos nos esquecer de que em 1965, ano do Quarto Centenário carioca, as escolas de samba foram incorporadas pelo Estado como protagonistas da efeméride, desfilando enredos em alusão à data. Assim, por tabela, acabaram sendo "descobertos" redutos e bambas, via trem ou na carona do então recém-inaugurado Túnel Rebouças, aproximando classes e bairros, no seio da dinâmica de ocupação e disputa por narrativas do espaço público.

Sim, antes de tudo, o carnaval é um filho (da gema) de uma disputa. Mas não a mera batalha que termina com o sonhado "dez, nota dez", ou em décimos perdidos na carona do vozeirão do locutor Jorge Perlingeiro, no ensopar da quarta derradeira. Ele é fruto, desde os primórdios, das tensões que envolvem a ocupação urbana (e da sanha domesticadora das elites). O enlace do Jogo do Bicho com o samba, por exemplo, emerge do conflito na rua e pela rua. Marginalizados, ambos encontraram no abraço sincero ou interesseiro uma forma de sobrevivência à atmosfera de repressão que vinha de cima. Por vezes, partindo para o pau. Noutras, em afagos de mutualismo descarado. Assim, decolaram.

Ora, as agremiações nasceram, fundamentalmente, em áreas periféricas e, ocupadas por "benfeitores", se permitiram a relação de troca em meio ao voo em cego dos mistérios de existir. Não à toa o porquê de perdurarem, a despeito de titubeios aqui e acolá. Nesse mesmo passo a passo no compasso, a contravenção amealhou moeda-prestígio, garantida em status e cifras. E as escolas ganharam fôlego para negociar a todo instante sua longevidade com as elites brancas, com a imprensa representante de tais elites, e o poder público. O Rio de Janeiro, embebido na queda de braço que impulsionou os coletivos de samba, assistiu à construção do Sambódromo (1984) e à criação da Liesa (Liga Independente das Escolas de Samba), em 1985, que conferiram avanços significativos rumo ao que chancelam "profissionalização", entregando ao espetáculo público multidiverso, anunciantes, vitrines.

Ocorre que o show passou a dar as cartas nas manchetes sem que fossem mostradas, justamente, as relações rotineiras, tensões e negociações de ano inteiro para a construção do que arrepiam paralelepípedos em fevereiro ou março de cada ano. Muito além do atributo comercial e turístico, a folia do Rio ostenta concepção e função essencialmente culturais. Se vemos o atual cenário relacionado ao sublinhar dos aspectos econômico e midiático - foi



porque brilham referenciais sólidos para o crescimento: ritos, simbologia, códigos, gramáticas e até culinária própria. O samba não tem apenas função da ordem do que Dodô da Portela, primeira-porta-bandeira da agremiação, classificava como “fandango”, mas reforça memória e afeto. As feijoadas, os encontros nas quadras, nas ruas são espaços para a celebração e transmissão de saberes populares. E a festa na Sapucaí bebe completamente em tais elementos.

Ora, como o panorama de pandemia coincidiu exatamente com a passagem de um carnaval (o de 2020) para outro, ficou evidente o impacto na rotina dos organismos que misturam o que é sagrado, profano, sincrético, encruza e cruza de África e Portugal. Algo que os grandes diários normalmente não evidenciam em reportagens, mas, obviamente passou a dominar os atuais debates, na medida em que o desfile das escolas de samba em data tradicional (fevereiro de 2021) é, ainda, uma incerteza. Exemplos não faltam: reconfigurada no começo dos anos 2000, a feijoada mensal da Portela ganhou como marca a posição de recomeço de uma espécie de “calendário” folião.

Ou seja, a primeira delas, que ocorre sempre depois dos desfiles (em março), celebra o reencontro os personagens que gravitam em torno do grêmio de Madureira, subúrbio do Rio, e garante recursos financeiros para pagamentos e planejamentos futuros. Porém, em razão da Covid-19, feijoada da agremiação não acontece desde fevereiro de 2020, bem antes dos desfiles.

Já a Estação Primeira de Mangueira, escola que tradicionalmente lança seus enredos no dia em que aniversaria (28 de abril), viu esta data passar praticamente em branco, sem eventos oficiais, tampouco, o aguardado anúncio da temática futura. Leandro Vieira, carnavalesco que se notabilizou por pensar criticamente o contexto e incorporar elementos políticos aos enredos da escola, em entrevista para a *Veja-Rio* (MOTTA, 2020), disse que “não vê sentido” em pensar nos desfiles enquanto não houver o debelar da pandemia: “Não podemos assumir a posição de normatizar essa situação que estamos vivendo. Vou ser honesto: o carioca tem me deixado decepcionado. Vejo pelo meu bairro, no subúrbio, que a maioria não levou a sério o isolamento. Eu fico pensando, numa situação tão complicada, será que é a hora de falar em Carnaval? Anunciar enredo agora é também dizer que de alguma forma as coisas estão normais. Estou estudando, produzindo figurinos, mas mais para manter minha sanidade. Não vejo sentido em falar dos próximos desfiles agora”, sinalizou.

A fala de Leandro acendeu debate, justamente, sobre o modo com que as escolas atravessam o atual momento, dada a incerteza acerca da próxima festa. Coletivos que abraçam comunidades, normalmente, esquecidas pelo poder público, ações de apoio à população foram pensadas por todas elas



e pela Liesa. Em 05 de abril, o G1, portal de notícias da TV Globo, noticiou iniciativas:

“Escolas de samba do Rio se uniram num mutirão contra o coronavírus para confeccionar máscaras, que serão distribuídas nas próprias comunidades das agremiações, e aventais de proteção que serão enviados a hospitais. O mutirão vai unir costureiras das 13 escolas do Grupo Especial, mais a vencedora da Série A. A intenção é suprir parte da falta de equipamentos de proteção individual (EPI). As máscaras serão feitas de tecido lavável e algumas das escolas já iniciaram as produções. Os materiais serão feitos nas quadras das escolas de samba para evitar a locomoção das costureiras, que serão remuneradas pelo trabalho” (G1 Rio, 2020).

Mas, e no que se refere ao preparo efetivo de uma próxima edição, como sinalizou a fala de Leandro Vieira? Bem, a visão do vitorioso artista foi apoiada por algumas correntes, mas também contrariada por outros carnavalescos e agremiações, que decidiram pelo lançamento de enredos e até disputas de samba virtuais. Para estes, a manutenção de um calendário virtual significaria a chama acesa dos signos de ano inteiro que pavimentam a apresentação de uma escola de samba na avenida.

Neste sentido, não é fruto do acaso que os grêmios que já trabalham em projetos para uma próxima folia (mesmo sem confirmação de data) tenham – inspirados nas dificuldades impostas pela pandemia – apresentado temas que evidenciam suas potências pretas de sociabilidade, abraço e reinterpretação da própria história brasileira. Fala-se tanto em reinvenção de gestão comportamental quando o Mundo vencer a Covid-19 e as escolas – dando asas a movimentos de espelharem contextos, o que ocorre desde a gênese do campeonato, em 1932 – parecem tecer a trama atual a partir da investigação de seus laços e estruturas corpóreas.

Ora, o viés da descolonização em amplo horizonte parece ser a tônica do que impulsiona a arte no momento. Afinal, a Covid-19 nos é risco de morte, mas também possibilidade de reconexão com muitos dos sentidos e identidade formadores. Sim, a nação de maioria preta ainda segue comandada por homens brancos de elite. A pátria, feminina em maioria, faz-se por demais machista em pilares erguidos para a manutenção de poderes seculares. E as agremiações, nitidamente, enxergaram que esta trajetória precisa de revisão no seio de tantas ressignificações contemporâneas.

Vejamos o que se avizinha no horizonte: a atual campeã do Carnaval 2020, Unidos do Viradouro, por exemplo, homenageará uma folia, a de 1919 (logo após a Gripe Espanhola), que formatou o destino brasileiro de fazer da festa um combustível para a própria existência coletiva. Já a Acadêmicos do Grande Rio, chafurda a rua para evocar Exu e todas as possibilidades de encruzilhar sujeitos, ou seja, promover amálgamas, encontros-eixo de humanidade.



Em outra perspectiva, mas ainda na esteira dos axés evocados pelo Candomblé e pela Umbanda, a Mocidade Independente de Padre Miguel mergulha na gramática do tambor ao reverenciar o orixá Oxóssi, a percussão não decodificada nos colégios, e que é a extensão do próprio coração. Eis, portanto, o tributo à estética da vida que ressoa no couro, na contramão do binário Ocidente. Quarta colocada em 2020, a Beija-Flor de Nilópolis busca empretecer pensamentos numa homenagem a grandes pensadores da cultura afro-brasileira, contrapesando nossos desequilíbrios desde 1500. Muito revelador, portanto, que tais instituições tenham levantado os primeiros lugares em 2020, esta Translação pandêmica de difícil transporte nas costas.

A Portela também divulgou seu tema para o próximo carnaval e seguiu linha semelhante. Intitulado “Igi Osè Baobá”, o enredo, que será desenvolvido pelos carnavalescos Renato Lage e Márcia Lage, vai contar a história e retratar a simbologia dos baobás, árvores gigantescas e milenares originárias da África. Deve, portanto, também homenagear nomes da agremiação a partir da inspiração dos baobás e seu perfume de ancestralidade. E a Unidos de Vila Isabel, que fez do samba-enredo “Kizomba – Festa da Raça” um marco dos nossos carnavais em 1988 (centenário da Abolição da Escravatura), enaltecerá Martinho da Vila, espécie de Obá das coisas nossas não por riqueza material, mas por reunir num só organismo – qual um viga-mestre de tudo – signos que nos inspiram africanidade, antropofagia e lusofonia – sarapatel de pura brasilidade.

Em matéria para a Revista Veja-Rio (FERNANDES, 2020), um dos carnavalescos da Grande Rio, Leonardo Bora, evidenciou que considera importante a temática ligada à descolonização, como também manter ativas as escolas de samba, mesmo que remotamente, durante esta travessia pautada pela Covid-19: “nosso material de pesquisa convergia, há muito tempo, para Exu, personagem ultra contemporâneo nesse contexto de autoafirmação necessária das matrizes africanas”, disse, adiantando que o enredo vai passear por diferentes vertentes de expressão do orixá, dos lixões de Caxias à arte urbana.

Sobre a decisão da tricolor da Baixada Fluminense de anunciar um enredo mesmo sem certeza do que vai acontecer, destacou: “somos artistas e a cabeça não para. Manter o trabalho criativo foi um estímulo para nós, mas também para toda a comunidade que teve sua vida social interrompida. É preciso entender que uma escola de samba vai muito além do desfile, é sociabilidade pura” (FERNANDES, 2020).

Fato é que a histórica pedagogia de limitação à liberdade dos corpos, em especial dos de pele preta, não permitiu o conhecimento geral sobre o impacto do carnaval (festa da liberdade), nas minúcias da cidade forjada no



apinhar de gentes, morro e asfalto. É possível que os governos sequer saibam a joia rara que manipulam sem lapidar: são quase R\$ 4 bilhões (de acordo com dados da Riotur) (SARAIVA, 2020) movimentados, anualmente, apenas no Rio de Janeiro. O delírio de virarmos uma Suíça tropical é tangível, justamente, nos famosos quatro dias de Momo – há renda extra, informal, amor livre, os índices de violência diminuem. Um divã coletivo que dialoga com o nosso DNA e no qual processamos – armados de farra, não nos esqueçamos – as questões mais sensíveis para encararmos a dor e delícia de mais 360 dias.

Quer flerte maior com a própria visão, vá lá, ocidental de desenvolvimento? E um bem-estar social à brasileira, singularidade do torrão-manancial que insiste em dar de ombros para o seu eu-lírico e miscigenado. E justamente por isso os debates acerca de um evento que representa, inquestionavelmente, identidade e aglomeração são fundamentais ainda nos procedimentos de decolagem.

Existem diferenças substanciais entre a escola de samba, como organização, e outras formas associativas tradicionais, entre elas: o tipo de atividade de trabalho realizado pelos trabalhadores carnavalescos que, geralmente, são escolhidos por sua vocação e habilidade técnica; o trabalho coletivo realizado pelas equipes, pois, os trabalhadores das escolas de samba laboram, efetivamente, de maneira coletiva tendo um objetivo comum expressado pelo desfile. Não há concorrência ou competição entre os trabalhadores, um não precisa ser melhor que o outro, o importante é tudo estar perfeito no dia do carnaval, apesar de acontecerem falhas; o 2 é outro fator importante. Os trabalhadores se sentem reconhecidos tanto quando veem o objeto de seu trabalho ser divulgado na televisão, quanto pelo grande público ao verem os desfiles grandiosos e vistosos; além destas distinções, a escola de samba possui grande influência artística, cultural e política, especialmente, para sua comunidade. Neste sentido, eles também devem participar das discussões, ponderar e se posicionar quanto a formas de contenção da pandemia, inclusive, se necessário, evitando a realização do carnaval.

Se as encruzilhadas são pontos de encontro para tantas vias e destinos, o sentido primeiro do cortejo tem de ser, por óbvio, a preocupação com a vida. Mas, uma festa que é vida farta, em todas as possibilidades, para um grande naco de Brasil, precisa do olhar carinhoso de todos os partícipes, públicos e privados. Sobretudo, no atual estado de redefinição existencial.

O poeta Drummond, rei da praia de Copacabana e das nossas emoções – sazonalmente alvejado por vândalos na orla – sempre teve razão. Que estranho será se o Rio não tirar do armário a velha fantasia de todo Verão, nem decretasse em todas as direções que o seu melhor estado é o de carnaval.

Que a Covid-19 nos permita tocar o nosso tamborim!



## 5. Conclusão

A casa de época Liceu de Barcelona, reabriu suas portas após o período de quarentena, com um concerto realizado para nada mais nada menos que 2.300 plantas. Simbolizando o fim do estado de emergência da Espanha, país fortemente afetado pela pandemia de Covid-19, o objetivo foi refletir sobre a condição imposta pelo coronavírus, onde as pessoas foram privadas de ocupar uma posição de espectadores.

Em uma cultura tão afetuosa quanto a brasileira, em que um abraço é um elemento fundamental na sociedade, os profissionais da saúde mental alertam que tanto o medo da Covid-19, como o isolamento, de fato, podem gerar danos como depressão (OLIVEIRA, 2020).

O fato de atualmente experimentarmos um mundo onde os outros são percebidos quase como extraterrestres que vieram apoderar-se do planeta e abduzir os habitantes transformando-os em servos dóceis e úteis (o que daria um bom enredo de escola de samba) contribui para este quadro. A dimensão lazer tem uma característica singular perante as outras, constituindo-se em uma argamassa que une as outras dimensões da vida. A partir dele o sujeito pode se constituir como tal, especialmente, por meio da cultura e do conhecimento. É uma das maneiras fundamentais de socialização, bem como de relaxamento, descanso e ócio. Segundo Domenico de Masi (2020), é preciso trabalhar menos e ter mais ócio, que serve para produzir soluções criativas aos problemas do planeta. É com o lazer que a imaginação flui, as ideias surgem e as iniciativas acontecem. Está sendo considerada como a principal estratégia de enfrentamento à pandemia. A distração às agruras do mundo atual é essencial. Diariamente tem acontecido *lives* de palestras, debates, shows e espetáculos, no Brasil e no mundo, acessíveis a quem tem tecnologia adequada. Entretanto, o lazer, neste período de pandemia, apresenta uma enorme limitação, não se pode usufruí-lo de modo presencial, por questões óbvias. Apesar de alguns governos liberarem o funcionamento do comércio, com algumas restrições e orientações sanitárias, os estabelecimentos de entretenimento e os eventos, de maneira geral, estão proibidos de abrir suas portas, por causarem aglomerações, considerada a principal causa da proliferação do vírus. Assim, chegamos ao carnaval, às escolas de samba e às comunidades.

Para muitos, o carnaval é sinônimo de bagunça, arruaça, desordem. É comum vermos em notícias de diversos meios de comunicação que quando há uma manifestação, uma greve ou mesmo, atualmente, uma aglomeração, dizendo que estão fazendo um carnaval. Para estes, não ter carnaval é uma benção, uma vitória. Mas, ao contrário do que indica o senso comum, o carnaval, em especial o do Rio de Janeiro, é um acontecimento bastante organizado



e esquematizado, não somente em função de uma data específica, quando ocorrem os desfiles, mas, por todo o processo que se desenrola o ano inteiro.

Para os que subsistem e vivem do carnaval o momento atual tem ressoado como um *lockdown*<sup>1</sup> carnavalesco. Neste sentido, esta nova situação traz imensa dificuldade às pessoas e, de forma preponderante, aos moradores das comunidades que integram as escolas de samba. Afinal, estes têm recursos escassos para fazer reuniões virtuais e praticar o distanciamento social. As dimensões profissional e financeira foram extremamente afetadas, pois, os que têm recursos e trabalham em funções prioritariamente administrativas puderam aperfeiçoar suas qualificações por intermédio de inúmeros cursos à distância disponibilizados por incontáveis instituições de ensino, além de participar de *lives* promovidas também por uma infinidade de organizações.

Em razão da necessidade de distanciamento social relacionado ao crescente aumento dos casos de Covid-19 no Rio de Janeiro, em especial em comunidades carentes, os habitantes pensam, de forma veemente, em sua sobrevivência baseada em duas dimensões principais. A de saúde, para que possam exercer quaisquer atividades pessoais ou laborais (o que pareceria óbvio se as pessoas não estivessem fazendo exatamente o contrário, ou seja, não respeitando o distanciamento social), e a financeira, para ter recursos para compra de alimentos e manutenção da casa. Isto é, a priori, não haveria espaço para se pensar em carnaval neste momento, pois a vida deve estar em primeiro plano. Mesmo o carnaval sendo uma atividade de lazer e entretenimento da população, que é uma dimensão essencial neste momento crítico, e um negócio que amealha milhões em recursos a hotéis, bares, restaurantes e congêneres, aos trabalhadores informais e as indústrias que os abastecem, ao município e ao Estado e a toda cadeia relacionado ao carnaval, é preciso refletir e ponderar seriamente qual a prioridade para a população: abandonar o distanciamento social possibilitando aumentar a crise sanitária e a quantidade de óbitos ou retomar o processo carnavalesco possibilitando, no primeiro momento, a recuperação da economia? Ter uma pandemia de coronavírus potencialmente fatal ou uma pandemia de blocos de carnavais e escolas de samba liberando as aglomerações? Utilizar máscaras como medida preventiva de transmissão e receptação do vírus ou trajar máscaras de influência do carnaval de Veneza permitindo a folia? Realizar *lockdown* reduzindo as aglomerações e festas para restringir o avanço da transmissão da Covid-19 na população e, mais adiante, também ser compelido a usar o dispositivo de *lockdown* no período do carnaval? Assim,

---

<sup>1</sup> Expressão em inglês que vem sendo empregada para descrever as ações de fechamento de regiões durante a pandemia de Covid-19, de forma a obrigar a execução do isolamento social.



advêm a questão essencial neste momento de pandemia: deve haver desfile de carnaval em 2021?

O próximo carnaval pode demorar bem mais do que um ano. Proteger vidas é a necessidade primeira. Mas no arco de Oxóssi da Lua Nova que assume o posto no dia do lançamento da sinopse da Beija-Flor, mora a luz que retira da penumbra as ruas e festas. Que ilumine também o pensamento de um recomeço civilizatório com o perfume dos saberes da cultura popular.

## Referências

Andrade, Carlos Drummond de (2014). Poema Retrato de uma cidade. In: Andrade, Carlos Drummond de. *Discurso de primavera e algumas sombras*. (pp.87-90). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Câmara, Rafael Sette. *O carnaval do fim do mundo: como a gripe espanhola revolucionou a folia carioca*. Abr. 2020. Recuperado em 10 junho, 2020 de: <https://www.360meridianos.com/especial/carnaval-rio-1919-gripe-espanhola>

De Masi, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

Fichelson, Karen (2020). *S'ils avaient pu, ils auraient fermé le ciel. A quoi sert (encore) l'art en temps de crise sanitaire ? Tiers-lieu culturel "Dans le ventre de la baleine", Loir-et-Cher, n. 30, p.1-4, Abr. 2020*. Recuperado em 12 junho, 2020 de: [https://e3ba2c5a-63d4-469e-b98e-072724c7feef.filesusr.com/ugd/4a461a\\_0a2d66762cc94c2d9101b618c27bd3ef.pdf](https://e3ba2c5a-63d4-469e-b98e-072724c7feef.filesusr.com/ugd/4a461a_0a2d66762cc94c2d9101b618c27bd3ef.pdf)

Gabriel, João & Guedes, Marcos (2020). Após a gripe espanhola, Rio teve 'o maior Carnaval de todos' como revanche : Celebração de 1919 era uma festa que tentava ser alegre para os tristes, escreveu Cony. Mai. 2020. Recuperado em 06 junho, 2020 de : <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/apos-a-gripe-espanhola-rio-teve-o-maior-carnaval-de-todos-como-revanche.shtml>

G1 Rio (2020). Escolas de samba do Rio fazem mutirão para confeccionar máscaras e aventais contra o coronavírus: Força-tarefa envolve 14 agremiações do carnaval carioca. Serão feitas máscaras caseiras para as comunidades e aventais para profissionais da saúde. Abr. 2020. Recuperado em 08 junho 2020 de: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/05/escolas-de-samba-do-rio-fazem-mutirao-para-confeccionar-mascaras-e-aventais-contra-o-coronavirus.ghtml>

Motta, Bruna (2020). Leandro Vieira. "Não é hora para falar de Carnaval". Jun. 2020. Recuperado em 22 junho, 2020 de: <https://vejario.abril.com.br/cidade/leandro-vieira-live-carnaval/>

Oliveira, Joana (2020). "Fadiga da quarentena" leva até os defensores do isolamento a se arriscarem contra as regras: Psicólogos explicam o mecanismo cerebral que faz com que, mesmo diante de números ainda assustadores da covid-19, ruas lotem



nos finais de semana elevando o perigo de contágio. Jun. 2020. Recuperado em 29 junho, 2020 de: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-24/fadiga-da-quarentena-leva-ate-os-defensores-do-isolamento-a-se-arriscarem-contra-as-regras.html>

Rocha, Camilo (2020). Como as lives se tornaram centrais para os artistas da música. [S.l.] Abr. 2020. Recuperado em 28 junho, 2020 de: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/09/Como-as-lives-se-tornaram-centrais-para-os-artistas-da-musica>

Rodrigues, Nelson (1967). Memórias de Nelson Rodrigues: Capítulo XII. Mar.1967. Recuperado em 18 junho, 2020, de: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842\\_07&pagfis=80402](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pagfis=80402)

Santos, Ricardo Augusto dos (2006). O Carnaval, a peste e a 'espanhola'. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 129-158, Mar. 2006 . Recuperado em 19 junho, 2020 de: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702006000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702006000100008&lng=en&nrm=iso).

Saraiva, Alessandra (2020). Rio prevê R\$ 4 bi na economia no carnaval: Rio terá carnaval de recordes, com expectativa de 2 milhões de turistas na cidade, 25% acima do que no mesmo feriado do ano passado, projeta a Riotur. Fev. 2020. Recuperado em 12 junho, 2020 de: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/02/21/rio-preve-r-4-bi-na-economia-no-carnaval.ghtml>



# A PANDEMIA COMO UMA CICATRIZ HISTÓRICA

## ENTREVISTA COM KAREN WORCMAN MUSEU DA PESSOA

TERESA CRISTINA CARRETEIRO  
JACYARA ROCHAEL NASCIUTTI

### **Teresa Carreteiro e Jacyara:**

Queríamos te agradecer muito por ter aceitado conceder esta entrevista. Havíamos te dito que queríamos que o livro abordasse perspectivas bastante diversas; e pensamos em você e no Museu da Pessoa, por ser um projeto de muito peso, um projeto de memória, de história e de política, o que é super importante. Pensamos na questão da pandemia e da memória, um dos projetos conduzidos pelo museu atualmente. Assim, inicialmente, pedimos que você situe para os leitores, a história do Museu da Pessoa, suas evoluções no tempo, e que nos fale sobre a possível existência de relatos sobre enclausuramento nas histórias de vida do acervo, sobre as atividades do museu durante a Quarentena e como você situa a instituição no futuro.

### **Karen<sup>1</sup>**

Para situar o museu, eu preciso falar de mim um pouco, porque, embora eu não tenha fundado o Museu da Pessoa sozinha (havia um grupo), quem teve a ideia da metodologia, a essência, isso veio de mim. Eu sou historiadora, fiz história na Universidade Federal Fluminense (UFF), e depois fiz linguística no mestrado, e agora voltei, muitos anos depois, ao doutorado. Sou filha de uma família de imigrantes judeus; a minha mãe é da primeira geração no Brasil, então acho que isso já te leva, como pessoa, a perceber as múltiplas narrativas de uma sociedade. Porque você nasce num país, você tem uma conexão, é a sua língua materna, mas não é a da sua avó. O meu pai nasceu na Polônia, então acho que isso sempre te deixa mais atento às narrativas, às visões de mundo. -Eu sou da geração que pegou o fim da ditadura, então há uma motivação política. Eu fui presidente de grêmio, eu estudei na Escola São Vicente, no Rio, muito politizada. Tive grandes professores de História. O valor que a história tem como fator de mobilização, de formação de consciência social, tudo isso fez, muito fortemente, parte da minha formação. Eu fazia

<sup>1</sup> Historiadora (UFF), Mestre em Linguística (UFRJ) e Doutoranda (FFLCH/USP) - Fundadora e Diretora do Instituto Museu da Pessoa ([museudapessoa.net](http://museudapessoa.net)).



jornal e era muito mobilizada, tanto pelo fim da ditadura quanto pela própria história do Brasil. Eu tive uma formação muito intensa, depois estudando a história dos vencidos, então toda essa discussão era presente e também ficou presente na minha trajetória na universidade. Então eu já tinha essa percepção vamos chamar das múltiplas narrativas do valor do sentido social político e cultural da narrativa histórica, não da História, mas das narrativas que a história nos leva a entender o mundo. Eu estou usando a palavra “narrativa” de propósito, não estou usando a palavra “ideologia”, porque eu estudei bastante como a narrativa vem da ideologia. Ainda estudante eu também fiz parte, com minha mãe, de um projeto sobre heranças e lembranças sobre a imigração dos judeus. A minha mãe, que era muito mais ativista no judaísmo (eu não sou), era muito ligada. Ela tem formação em História da Arte. Ela tinha uma ideia muito bonita de que judeus tem uma diversidade cultural, então quando eles imigram trazem os mesmos objetos que são culturalmente muito diferentes. Então, como sou do campo da história, pensei que podíamos fazer—entrevistas sobre as histórias de vida. Foi aí que começou o projeto, que era, a princípio um projeto voltado só para os objetos. Minha mãe era diretora cultural, conseguiu dinheiro de apoio da Alemanha, então a gente estruturou um projeto que durou, acho, que de 88 a 91 formalmente. A ideia do museu nasceu ali. Então formaram-se 2 equipes: uma voltada para o estudo dos objetos, e uma para as narrativas, da qual me tornei coordenadora; muito cedo, acho que tinha 23 anos. Isso me obrigou a sistematizar para os outros fazerem. Esse trabalho (foram 200 horas de gravação), me marcou muito; mudou a minha vida. Aí eu fui alargando, entrevistei imigrantes da Síria, do Egito, outros da Polônia, redescobrimo inclusive o judaísmo, sob outro olhar. Mas também ali eu percebi que havia a questão do judaísmo, a questão histórica e a questão da pessoa, e isso ficou muito forte para mim. Às vezes o que você vive, você não escolhe, mas como você entende o que você vive e narra, é o que te faz. Ali eu tive esse insight e me maravilhei, porque eram pessoas riquíssimas, não necessariamente felizes, não” necessariamente sábias, mas riquíssimas! E ali ficou evidente, imagina você ter 23 ou 24 anos, é como se tivesse a oportunidade de antever a vida sob muitos olhares. Acho que perceber isso para mim foi tão rico, e falei: isso é tão importante isso é tão rico que deveria ter um museu. A gente devia tornar isso um lugar de

**“Então eu já tinha essa percepção vamos chamar das múltiplas narrativas do valor do sentido social político e cultural da narrativa histórica, não da História, mas das narrativas que a história nos leva a entender o mundo”.**



**“Eu percebi que havia a questão do judaísmo, a questão histórica e a questão da pessoa, e isso ficou muito forte para mim”.**

**“antever a vida sob muitos olhares”.**

aprendizagem. Aí, naquele momento, não estava mais interessada em que tivesse um museu judaico. O interesse foi cada vez mais pela pessoa. Eu achava que o valor de aprendizado era mais do que a experiência judaica. O que me interessava, no fundo das narrativas, era o lado da pessoa. A pessoa é tudo isso, é como ela vive, como ela se sente, com ela junta as influências da família, da cultura, da história. Ela que faz assim e muitas vezes não racionalmente, então isso foi o que mais me fascinou.

Por outro lado, já naquela época eu também percebi o valor que a narrativa tinha para aquela pessoa. Ela mudava a capacidade de perceber o valor, de poder contar sua história, isso tinha um valor enorme também. Me lembro que fizemos umas experiências de ir em asilos e convidar pessoas para contarem suas histórias. Você ia vendo a pessoa mudar; a conexão gerada com a pessoa, a percepção do valor de sua própria história, mesmo pessoas que tinham passado por campo de concentração, por experiências muito radicais, mas que nunca tinham sido perguntadas como pessoas, o que elas como pessoas tinham vivido.

Assim, essa foi a grande síntese do valor que isso podia ter para a pessoa e o valor que isso podia ter socialmente, culturalmente como memória. Dali nasceu a ideia do museu e eu fui fazer o mestrado em linguística, interessada nas narrativas; como uma narrativa montava, não mais uma visão histórica, mas uma visão como uma linguagem e as gramáticas de histórias, que faziam a gente construir as nossas narrativas, as narrativas históricas.

**“O interesse foi cada vez mais pela pessoa”**

**“A pessoa é tudo isso, é como ela vive, como ela se sente, com ela junta as influências da família, da cultura, da história”.**

Continuei nesses projetos, que duraram uns 10 anos, com minha mãe, que, ao final, fez uma exposição incrível no Museu Histórico; isso virou um livro e, também, um arquivo. E eu, nessa exposição, criei um centro: “Venham ouvir as histórias, além de ver a exposição”. Ali eu já estava com a ideia de que a história da pessoa é um objeto em si, além de ser um objeto de interesse; e é um objeto de museu.



E ali eu disse: tem que ter um museu da pessoa. Toda pessoa deveria ter o direito de ter a sua história preservada, porque a ideia era nossa demanda, pela eternidade, do valor do reconhecimento da nossa história. Nossa vida deveria ser um valor intrínseco, e os museus deveriam ter como função se abrirem e dar valor a isso. Então, houve uma combinação que me fez

**“A história da pessoa é um objeto em si”.**

**“É um objeto de museu”.**

**“Toda pessoa deveria ter o direito de ter a sua história preservada”.**

pensar tanto no nome quanto no método que eu vinha sistematizando, e quando me mudei para São Paulo, em 1991, já terminado o mestrado, decidi criar o Museu da Pessoa. Naquela época, eu já pensava que o museu deveria ser virtual; não tinha internet, mas eu pensava que tinha que ser visto, e, tendo uma fonte, e organizando as narrativas em uma grande base de dados a ser consultada, já era virtual, nesse sentido, não tinha que ser um prédio. Percebi que essa ideia era a missão da minha vida. Tenho um perfil muito empreendedor e São Paulo é uma cidade muito empreendedora, que valoriza muito o novo, e fui fazendo experiências e conhecendo pessoas, e decidimos fazer um museu. Isso significava, naquele momento, que a história da pessoa deveria se popularizada, como histórias de banca de revista, isso devia ser histórias das pessoas, não só novelas. Na época, quase uma blasfêmia academia, que as histórias das pessoas fossem vendidas na banca de jornal a R\$1,00, alguma coisa assim. E também tivemos outras ideias, como propor colocar uma cabine no Metrô onde as pessoas contassem suas histórias... Esse grupo tinha ideias muito arrojadas para a época.

Consegui marcar uma exposição no MIS de São Paulo para trazer a história dos judeus, e já ali, consegui criar um núcleo chamado Museu da Pessoa e convidar as pessoas para contarem suas histórias durante a exposição. Migrantes, não migrantes, todas as pessoas. Isso foi no fim de 91 e aquilo fez um sucesso! Tinha uma fila de gente agendando para ser entrevistado, tinha motoboy, todo tipo de gente. Era interessante, tinha demanda.

Então dali, decidimos criar este museu. Essa é a ideia situando a origem do museu, meu envolvimento pessoal. A equipe incluía José Santos (documentarista), o Mauro Malin (jornalista) a Márcia Ruiz (historiadora), a Cláudia Leonor (historiadora e jornalista), e outras pessoas interessadas. A ideia do museu causava uma simpatia. Eu conheci, em um workshop, o Paul Thompson, historiador inglês, que era “o cara” da História Oral, que se encantou pela ideia, e fui até a Inglaterra e lá percebi que a História Oral era usada não só na Academia, mas em comunidades. Aqui, acabamos nos juntando com um



grupo multimídia, que acabava de chegar ao Brasil, e então percebemos que não era só ter a base de dados, tinha que ter tecnologia, e não era só jogar as histórias no arquivo. Era criar hiperlinks, conectar as histórias com o lugar, com outras histórias; então, a gente fez protótipos de multimídia, foi bem pioneiro. E foi dessas iniciativas de inovar que foram nascendo os projetos, era preciso, porque se não tinha apoio do Estado, e não tínhamos financiadores... ninguém era rico, não dava para ser voluntário. Então acho que a história do Museu é marcada por isso, pelo empreendedorismo, pela profissionalização, pela necessidade de se provar o tempo todo. Foi muito difícil e duro, ter defendido isso ao longo da história do museu. Depois fizemos projetos com empresas, depois uma parceria muito frutífera com o Sesc São Paulo, que é a instituição de cultura mais valiosa do país, na minha opinião. O diretor propôs contar a história do comércio de um jeito que ninguém nunca contou. Então, temos uma parceria de 25 anos contando a história do comércio, através das histórias de vida. O museu teve essa coisa de, apesar das dificuldades, ter alguma conspiração a favor, chame-se Deus ou divindades que ajudam e apoiam, ajudas do destino.

Em 97 a gente entrou para a Internet e constatamos: era disso que a gente estava precisando: de rede. Então a gente também entendeu que o nosso papel era o da percepção do protagonismo, da pessoa ser autora. A Internet trazia isso, ainda antes do Facebook.

Em 99, eu fui escolhida para ser fellow da ASHOKA, que é uma organização de empreendedores globais, e aquilo mudou muito o museu, a percepção do olhar para o impacto social que aquilo pode causar. Assim, tivemos a oportunidade de entender o planejamento estratégico, o que é impacto social, como você transforma; então eu acho que a trajetória profissional do museu teve essa demanda, teve o mundo se abrindo, e o museu foi mudando.

Com o governo do Fernando Henrique Cardoso, criou-se o Marco Zero, conceito de OSCIP, não de ONG, e você podia ser remunerado; não era uma ideia tão filantrópica, era um marco da OSCIP. Ali a gente criou o Instituto Museu da Pessoa, que é o museu hoje.

Então, o museu foi mudando na sua relação com o mundo, mas sempre com o norte: a gente precisa criar uma rede global de histórias de vida, que isso transforme as narrativas na sociedade, que isso faça com que as pessoas sejam protagonistas das suas memórias e que isso seja um jeito que a sociedade, em vários âmbitos, entenda o valor de você, a narrativa é você, a narrativa de uma empresa é o que a empresa entende que ela é, de um país é o que o país entende que é, de uma família, de um grupo, de uma pessoa. Esse norte a gente nunca perdeu, e eu nunca perdi. É ele quem me moveu ao longo da história. E a história do museu é a história disso sendo aplicado, de uma maneira totalmente inusitada para construir projetos de memória



empresarial ou de um clube, ou de um sindicato. A gente fez história no sindicato do ABC, tem a história do Lula, do Vicentinho, então isso marcou a nossa trajetória profissional. Também se somaram impactos, como ser da ASHOKA, se tornar parte de uma rede de organizações sociais, e de um Brasil que a partir de 2001 sobretudo de 2003, transformou-se. O próprio Bill Drayton, fundador da ASHOKA, disse sobre nosso trabalho: isso pode mudar o jeito de fazer história no mundo. Mas ele me perguntou: onde o museu vai estar daqui a 10 anos e 20? Qual o impacto? assim a compreensão da estratégia, para mim, nasceu ali.

A gente se tornou ponto de cultura, na política do Gil (Gilberto Gil, ministro da Cultura no período) ponto de memória. O nosso papel, além de produzir memória passou a ser de fomentar a produção de memória. Explodiram grupos sociais, quilombos, querendo contar suas histórias, mulheres negras, grupos indígenas, Teias de Memória, uma política do IBRAM, Mario Chagas, da UNIRIO, que percebiam as memórias das favelas... Aí o museu explodiu em sua dimensão social e como fomentador e sistematizamos a metodologia em uma tecnologia social. Tivemos apoio da Fundação Banco do Brasil para sistematizar o conceito de tecnologia social (hoje parte da minha tese) e nossa atuação na educação, essa ideia que a narrativa histórica muda a sociedade.

**“Criar uma rede global de histórias de vida, que isso transforme as narrativas na sociedade (...) e as pessoas sejam protagonistas das suas memórias”.**

O museu dedicou-se à educação, à construção de redes e à disseminação da metodologia durante os anos 2000. Cresceu muito, nasceram museus fora do país; foram anos mágicos, os primeiros 10 anos dos anos 2000. A gente surfou muito por eu ter entrado para a ASHOKA em 1999, por estar numa agenda que se tornou importante para o Brasil, por ajudar a dar visibilidade a grupos sociais diferentes, a valorização da cultura, da cultura em rede e a explosão da internet.

Essa foi a trajetória, a evolução do museu; em algum momento no fim dos anos 2000, a gente percebeu que tinha construído um acervo, que contava, de alguma maneira, a história privada do Brasil no sec XX. A gente tinha feito também o que a gente chamava de expedição de memória, conseguimos dinheiro para ir para a Amazônia, para o sul. A gente tinha uma responsabilidade. Criamos um projeto em 2005, chamado “Memória dos Brasileiros”. Era a responsabilidade de preservar esses saberes, essas memórias de um país que estava mudando muito. O país era rural, que estava virando urbano; um país que tinha pessoas que sabiam benzer, tinha um Brasil



**“a gente percebeu que tinha construído um acervo, que contava, de alguma maneira, a história privada do Brasil no sec XX”.**

**“Expedição de memória”.**

ali que estava se perdendo. Então falamos, além de tudo, a gente é um museu, a gente tem um acervo, a gente tem a obrigação de preservar uma memória que vai acabar, que são pessoas de uma cultura que não vai existir mais. Então esse é um projeto bonito; coletamos mais de 300 histórias pelo Brasil.

Acho que os marcos do museu vêm do contexto das percepções de que fomos tendo e nos perguntando sobre o nosso papel em cada momento; permeado por muitas crises econômicas, políticas, sociais. Então o museu é produto da sua época. A academia demorou para reconhecer, aqui no Brasil, não no exterior. O museu acabou tendo uma trajetória paralela à academia.

**Teresa Carreiro e Jacyara:**

Você pode falar um pouco da metodologia, que você destacou como sendo uma grande preocupação sua desde os tempos de estudante?

**Karen:**

A metodologia, que a gente chama hoje de tecnologia social, vem de uma ideia inicial do como você constrói uma fonte, quer dizer de como você sistematiza, de forma que não só você, mas outros possam consultar. Na história oral, não tinha metodologia de como você entrevista, o que é fazer uma entrevista de história oral, mas sobretudo história de vida. A linha da França não foi a que mais influenciou. A influência foi a história oral, história de vida, que veio da Inglaterra, mas veio muito da nossa experiência também, na lida com os imigrantes judeus, mas a diferenciação está na questão da postura do entrevistador: quem está na sua frente? é um informante? é um representante de um grupo social? o que que eu quero? qual a relação que eu preciso? o que eu quero ouvir dele? e também estudei Carl Rogers, sobre a escuta ativa, pois o museu trabalhava com a história de vida e não com a história temática e não com a história de um grupo social específico. Então, se você quer fazer a história com uma “pessoa” e não com um judeu, um negro, um pobre, um rico... É uma pessoa, e uma pessoa ela é, na sua essência, aquilo que ela entende que ela é. Então quando você faz a entrevista, não está em busca de fatos, está em busca des-

**“Uma pessoa ela é, na sua essência, aquilo que ela entende que ela é”.**



sa narrativa, e isso é muito definitivo para a metodologia: que tipo de pergunta, que tipo de escuta você deve ter. Esse conceito muda tudo. Que tipo de roteiro que você vai construir? Não é só um acervo de judeus, mas como você conecta a transversalidade. Hoje, a tecnologia social é balizada em construir, organizar e socializar as histórias de vida. Hoje a tecnologia social é uma sistematização das práticas desse olhar em campos diversos: da escola pública, da comunidade, das empresas ou instituições. o objetivo não é só nós fazermos, mas capacitar os outros a também poderem fazer uso disso, independente se ele estudou história ou psicologia, ou nada. Então, a tecnologia tem a ver com isso.

**“A tecnologia social é balizada em construir, organizar e socializar as histórias de vida”.**

**Teresa Carreteiro e Jacyara:**

Pensando na questão da pandemia, vocês teriam no acervo, narrativas de outros casos de enclausuramento?

**Karen:**

Acho que o nosso papel na pandemia foi outro, muito interessante. Sim, a gente trabalhou com pessoas em prisão, a gente tem entrevistas com pessoas em trabalho escravo, a gente tem entrevistas com (teoricamente) empregadas domésticas, mas que são meninas que ficam em famílias. O acervo do museu é muito rico nesse sentido, de você estar em situações limites. Pessoas que sabem que vão morrer, um outro acervo muito bonito. É muito variado, a gente sempre teve interesse especial por esse lado da história que é o lado invisível, não contado, lado mais limite. -Eu me lembro de um trabalho que fiz, um dia inteiro, em uma prisão feminina. A gente também tem essa experiência com as pessoas que viveram em situações limites além de campo de concentração.

Com relação à pandemia, o museu está em num momento de transformação. Temos um apoio muito importante do BNDES, para digitalizar todo o acervo, disponibilizar o acervo, estruturar a plataforma e ser mais museu. Quando entrou o COVID estávamos no meio da reestruturação, dessa demanda na cabeça: quem sou eu? E a reforma do site agora é a última fase do museu. Acho que essa última fase da história, a partir dos 25 anos, pode se definir como: “quem sou eu?”. É uma busca do próprio museu ser cada vez mais museu, mas não museu no sentido tradicional, mas também a relevância de ser museu online; na pandemia, a gente entendeu que este é o único museu que pode estar 24 horas no ar. E a gente é um museu que tem um engajamento potencial online, que as pessoas podem contar as suas histó-



rias online. As pessoas podem conhecer histórias. Então, criamos a primeira coleção, a programação de maio, que se chamava “Histórias para inspirar em tempos difíceis”.

Com relação a campos de concentração, prisões, a gente tem no acervo histórias lindas de resiliência, de pessoas que passaram por situações e pensamos que era hora de contar essas histórias, porque esse é momento. Tornou-se uma coleção de 20 histórias que foram sendo postadas. Foi uma releitura do acervo, fazer essas histórias voarem por Instagram, por Facebook e hoje já estão no novo site. Então, é a história do Luis Mendes, que ficou uns 35 anos na cadeia e aprendeu a ler pela comunicação com outro preso, através da privada, na solitária; e a história da Valdete, que era empregada doméstica. São histórias de resiliência, mas inspiram, porque as pessoas se transformaram. Entendemos que isso seria uma programação, porque além da exposição, a gente pode fazer “live”, “contação” de história. Agora estamos já na segunda exposição, denominada “Narradores do Brasil” porque se você tem que ficar em casa, temos histórias que te fazem viajar pelo Brasil e pelas pessoas. Criamos também uma iniciativa chamada “Diário para o Futuro”, uma nova ferramenta: contar a história da pandemia sob a perspectiva da pessoa. Até o fim de julho vamos criar uma memória deste momento. É claro que vai ter muitas memórias desse momento, desde a crise política até as políticas públicas, mas teremos a memória da pessoa: desde a pessoa que está na favela até a pessoa que acorda e fala “o que eu vou fazer hoje, estou aqui na minha casa...”.

O museu vai lançar, em julho, uma jornada de 7 dias com o “Diário para o futuro”, ou seja, como você visita sua memória, como –visita a sua casa, como você visita a sua vida, como você visita as pessoas que foram importantes, como você visita os seus sentimentos na pandemia, o medo, a conexão com a sua família...

Então, o que eu vejo no museu na quarentena, é qual é o papel do museu e como a gente

pode ser um museu relevante, engajador, trazer de volta o protagonismo para a pessoa contar a sua história, contar seu registro, pensar no futuro.

**“Contar a história da pandemia sob a perspectiva da pessoa”.**

**“Como você visita os seus sentimentos na pandemia, o medo, a conexão com a sua família”.**

**“Trazer de volta o protagonismo para a pessoa contar a sua história, contar seu registro, pensar no futuro”.**



O último dia da jornada será: “Como você contaria a sua história daqui a 10 anos”? Também uma consciência de que tudo é memória, significado, e o que a gente está vivendo faz a gente perceber, no dia a dia, o que que a gente vai ou não transformar em memória, nesse momento. O museu está se reinventando nessa pandemia, na quarentena. Eu tenho trabalhado muito; é difícil reinventar com a própria equipe; a gente não tem todas as ferramentas, tem as dificuldades financeiras, mas eu acho que para o Museu da Pessoa está sendo uma grande oportunidade de descobrir aquela pergunta que eu falei: “Quem sou eu”? Essa é a busca que a gente está tendo neste momento, e o museu tem uma grande oportunidade de se reinventar.

**Teresa Carreiro e Jacyara:**

Tem uma frase sua, em uma de suas publicações, que diz: Cada pessoa é uma janela”. Essa frase NOS parece traduzir bem a ideia do vínculo entre a história individual, que é própria a cada pessoa, e o coletivo, que a janela permeia.

**“Mas eu acho que para o Museu da Pessoa está sendo uma grande oportunidade de descobrir aquela pergunta que eu falei: ‘Quem sou eu’? Essa é a busca que a gente está tendo neste momento, e o museu tem uma grande oportunidade de se reinventar”.**

**Karen:**

Eu acho é isso mesmo, porque é uma janela que você olha tanto aquela pessoa como universo em si como você olha um outro mundo, com outro olhar. Sou fascinada por isso até hoje, o contato que você tem com uma pessoa, abrir essa janela é sempre fascinante. Esse fascínio, que eu tenho até hoje, é o que me dá alimento, perceber essa riqueza humana no meio também da barbaridade humana. Mas quando você liga o olhar microscópico, você consegue ver essa beleza.

**Teresa Carreiro e Jacyara:**

Como você vê a pós-pandemia?

**Karen:**

Sinceramente, eu já passei por muitas fases. No início, achei que era um momento em que a humanidade estava precisando mesmo parar; a gente estava (e está) vivendo em uma globalização muito acelerada, tanto na importância financeira quanto na injustiça social, e até mesmo na prevalência da tecnologia. Então, obviamente, a pandemia é o momento em que isso se revela. Não sei como vai ser o Brasil ou a sociedade depois. Acho que tudo



acontece junto. Socialmente, acho que alguns avanços serão feitos. Haverá algumas reflexões em nível político global, mas virão alguns retrocessos, os mesmos mecanismos se revelam. Acho que ficará a noção, a médio prazo, de que os países que tinham política pública, que têm uma preocupação social, foram os que saíram melhor nisso. Individualmente, eu acho que depende muito do lugar que cada um está agora., acho que cada um, individualmente, vai tirar algo. Como coletivo, eu não sei, sinceramente, o que vai acontecer. Somos uma sociedade muito presente, temos visto tantas lindas ações de solidariedade, mas vai ficar também a parte de inconsciência, de reforço dos mesmos padrões. Acho que vai ficar uma cicatriz, uma cicatriz mundial. A História é igual a nossa história de vida: ela é múltipla, tudo depende da narrativa que temos sobre a gente. E tudo depende da narrativa que a gente vai fazer sobre a história. Essa é uma imagem muito forte da gente ter essa cicatriz e os significados que vão ser atribuídos a essas cicatrizes.

**“Acho que vai ficar uma cicatriz, uma cicatriz mundial”.**



© Renato Sarriddine Araújo

**PANDEMIA DE DORES  
E DANOS:  
O CÁRCERE NO DESAMPARO**



# TRABALHAR NAS PRISÕES EM TEMPOS DE PANDEMIA: QUESTÕES PARA REFLEXÃO

VANESSA ANDRADE DE BARROS

CAROLYNE REIS BARROS

THAÍS AUGUSTA DE OLIVEIRA MÁXIMO

Lucas Moraes da Trindade foi preso em flagrante em 2018 por porte de 10 gr de maconha. Em primeira instância foi condenado a 5 anos e 4 meses de reclusão. A defesa do mineiro entrou com três recursos no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), mas todos foram negados. Lucas morreu dia 4 de julho na prisão em Manhumirim por covid19 aos 28 anos.

As prisões constituem-se em lugares destinados a tratar o que é rejeitado pelo corpo social, o que é localizado em seu avesso e que deve portanto ser apartado, escondido, esquecido nessa margem circunscrita pelos muros que separam de forma radical o bem e o mal, o puro do impuro - homens e mulheres que criam suas próprias regras de sobrevivência e sociabilidade, que confrontam e transgridem o que é estabelecido, produzem rupturas, afirmam outras lógicas, inventam outras realidades e outras maneiras de trabalhar e existir, mesmo que legalmente proibidas. Recebem por isso punições, sendo a privação de liberdade o modelo clássico utilizado já há mais de três séculos.

De fato, a origem e a forma das prisões tal como as conhecemos atualmente situa-se no final dos tempos medievais, instituídas gradativamente como substituição às penas de suplicios para a preservação do corpo como força de trabalho (Melossi & Pavarini, 2006). As chamadas *workhouses*, criadas inicialmente na Inglaterra e que se multiplicaram por toda a Europa, são o paradigma de carcere para adestramento da mão de obra de vagabundos, ladrões e miseráveis (prostitutas, mendigos, pessoas com deficiência, loucos, crianças orfãs, etc) para o trabalho produtivo na manufatura nascente. Mas é a partir do final do século XVIII, momento em que a reforma do direito penal e seu discurso humanitário de abolir as penas corporais chegam a seu ápice, que a prisão assume definitivamente o papel disciplinador e de controle da força de trabalho. O interesse econômico da época era, sobretudo, preservar a integridade dos corpos dos indesejáveis, domesticados para a produção industrial (Zaffaroni, 2007).



Lamentavelmente pouco foi mudado nesse cenário. As prisões seguem destinadas a pobres, negros e desvalidos e se assemelham às masmorras medievais como verificado em 2008 pela CPI do sistema carcerário, em relatórios de inspeção do sistema penitenciário realizadas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária-CNPCP. Tal realidade também é comprovada por denúncias de movimentos e organizações da sociedade civil tais como o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a Pastoral Carcerária, os Grupos de familiares e amigos de pessoas presas, por pesquisas científicas (Abramovay & Batista, 2010; Barros & Silva, 2017; Barros, 2020; Godoi, 2015) e recentemente, pela Frente Nacional pelo Desencarceramento e plataforma Desencarcera. Desvendam todos a nocividade desse universo e suas repercussões na vida das pessoas presas, de seus familiares e dos trabalhadores que labutam nessas instituições.

Estes últimos são profissionais que, via de regra, ocupam lugares inferiores na escala social, posto que realizam suas atividades em locais tidos como contaminados e contaminantes e são, frequentemente, confundidos com o público específico de seu trabalho - pessoas temidas, desvalorizadas e rejeitadas. Sobre estes trabalhadores paira um muro invisível que provoca enorme desconhecimento sobre o trabalho que realizam (o trabalho real) e os torna invisibilizados e silenciados, situação que a pandemia e o distanciamento social provocado pela Covid-19 aprofunda e amplia seus contornos. Temos observado que nas inúmeras lives, webnários e demais modalidades de comunicação remota da atualidade, em que pese a preocupação e o grande número relativo ao coronavírus no sistema carcerário, são inexistentes aquelas destinadas ou realizadas conjuntamente com trabalhadores das prisões: do(a)s agentes penitenciário(a)s à equipe técnica psicossocial e de saúde. Nada se diz, é como se não existissem.

Nesse contexto, temos como proposta para este breve estudo buscar subverter esse silêncio, tentando clarear opacidades e descortinar as dinâmicas do trabalho real, voltando nossas lentes para os agentes penitenciários, hoje chamados de policiais penais, em sua relação com a população encarcerada. Trabalharemos a partir de um certo saber de experiência particular em Psicologia do Trabalho relativo à busca por compreender a atividade de segurança em instituições coercitivas - o que esta atividade mobiliza nos trabalhadores e os seus impactos na saúde física e mental - que constitui nosso desafio teórico há mais de 15 anos.

Entendemos que o investimento na busca de conhecimento sobre este universo é uma questão política incontornável face à pandemia e às medidas de controle sanitário que, nas prisões, adquirem especialmente a forma de aumentar a segregação, sendo o ir e vir de seus trabalhadores a única forma de contato com o mundo exterior.



## O contexto prisional antes da pandemia

O contexto prisional é estruturalmente marcado por relações conflituosas entre dois grupos em interação permanente, em um face-a-face singular sempre exposto aos riscos da violência, ao encontro e à confrontação: presos e agentes. Para se obter um certo equilíbrio interno é necessário a cooperação entre eles, negociada cotidianamente. Observamos em nossas pesquisas (Barros, 2020; Silva, Barros, Almeida & Barros, 2016; Barros, Amaral & Silva, 2017) que quando os presos trabalham ou realizam outras atividades como artesanato, estudos, leitura, esse equilíbrio é mais constante, facilitando a atividade dos agentes. De fato, o trabalho pode ser uma forma protetora das pessoas encarceradas, um recurso criativo para sobreviver em meio às situações hostis, para criar algum espaço de autonomia e de preservação de si face às exigências normativas do funcionamento prisional. O trabalho também é atividade que produz resistência ao provocar rupturas nessas normas.

Cabe aos agentes manter a ordem – fazer respeitar o regulamento e as medidas de segurança, evitar as fugas e rebeliões, estabelecer a disciplina, devendo permanentemente reconstruir a estabilidade na detenção dentro de uma estreita margem de manobra e ao mesmo tempo prestar serviços, tais como acompanhar os presos em seus atendimentos, escoltá-los em saídas, zelar por sua segurança e integridade e participar de seu processo de reintegração social. Significa trabalhar no paradoxo de gerir a contradição da prescrição de suas funções: manter o sujeito preso e participar de sua reinserção social (Silva, Barros, Almeida & Barros, 2016; Barros, Amaral & Silva, 2017). Controlar, disciplinar, punir e ao mesmo tempo ressocializar.

As condições de trabalho são precárias para a grande maioria dos agentes: o vínculo contratual é inseguro, sem garantias trabalhistas uma vez que grande parte são trabalhadores contratados; recebem baixos salários, geralmente não possuem capacitação adequada para a função, são sobrecarregados pelo número reduzido de agentes em relação ao necessário e estão submetidos às condições insalubres e perigosas (Barros & Amaral, 2017; Barros, Amaral & Silva, 2017; Moraes, 2005; Silva, 2019).

Além disso, o exercício de seu trabalho é perpassado pelo temor da contaminação e de sua identificação aos detentos, pelo sentimento de que, do ponto de vista da sociedade, eles seriam, em um primeiro momento semelhantes e no limite, piores que eles (Mattos, 2010). Misturar-se, no entanto, é inevitável nessas instituições. Esses trabalhadores buscam coibir o contágio no desenvolvimento dos próprios procedimentos de trabalho, nas regras de ofício, criando recursos que possibilitem a assepsia desejada. Organizam-se, treinam repetidas vezes as operações para aperfeiçoar a execução do cha-



mado “procedimento limpo”: operação que busca concretizar os ditames do poder disciplinar, fazendo acreditar que, se executada conforme a legalidade da prescrição, não vai deixar margens para suspeitas de terem ido além do que é estritamente necessário no exercício da força.

Mas é caminhar sobre uma linha limítrofe pois quando as normas falham, o agente sente se perder da estrutura em que buscava encontrar condições necessárias para se diferenciar do sujeito preso e, então, a violência é a forma que encontra para provar sua própria existência, inserindo-os ainda mais em um movimento que se fundamenta na negação do outro e de sua condição de alteridade (Barros, Amaral & Silva, 2017; Barros & Amaral, 2018; Silva, 2019).

Neste caso estão em jogo, de um lado, normas e valores sedimentados em uma cultura institucional punitiva, cristalizada historicamente nas práticas de disciplina e controle prisional – que situaremos no plano das normas antecedentes; e, de outro, normas, valores e práticas pautadas em princípios da dignidade humana e garantia de direitos – que a ergologia designa de valores sem dimensão (Schwartz e Durrive, 2016).

Conforme já discutimos em textos anteriores (Barros, 2020), a escolha de modos de agir com a população presa é um dos principais problemas vividos pelos agentes, que os colocam face à permanentes debates de normas e valores (Schwartz e Durrive, 2016). As tensões são constitutivas da instituição prisional; é um lugar de vida coletiva, de relações sociais intrinsecamente conflituosas, governadas pelas privações, o que pode conduzir à rebeliões, agressões, conflitos abertos a qualquer momento, demandando-lhes estar sempre preparados para a ação. E como observa Hugues (1951/1996, p. 62, tradução nossa): em toda parte, onde um mínimo de poder e coerção, exercido pelo verbo ou pela força, se mostra necessário à realização de uma tarefa, pode existir a tentação de abusar e mesmo de ter prazer, quer seja pelos professores, pelos vigias nos hospitais psiquiátricos ou pelos guardas penitenciários.

## **O contexto prisional durante a pandemia**

Estruturalmente o contexto prisional permanece o mesmo já explicitado por nós em trabalhos anteriores (Amaral, Barros & Nogueira, 2016; Barros, 2020; Barros, Reis-Barros, 2020; Padua, Barros, 2018): a situação carcerária no Brasil é um dos grandes e graves problemas que há anos padece de descaso dos governos federal e estaduais, fruto principalmente de uma política de encarceramento em massa, da morosidade judiciária e da política proibicionista em relação às drogas. Intramuros, a população encarcerada é submetida a irregularidades e violações de direito de toda ordem. Dessas violações, destaca-se a manutenção de um enorme contingente de presos



e presas em detenção provisória, vigorando a perpetuação do processo além do tempo necessário. Evidencia-se ainda a superlotação e condições ambientais extremamente insalubres, alimentação precária, falta de atenção básica à saúde, carência de atenção às mulheres, às grávidas presas e à suas crianças, ausência de meios de remissão da pena e de assistência jurídica e social, inexistência de acessibilidade para pessoas com deficiência, escassez de políticas de atenção ao preso(a) idoso(a), precariedade no atendimento aos(as) presos(as) indígenas e estrangeiro(a)s, violência física e psicológica contra a população LGBTQI, ausência de tratamento adequado às pessoas em sofrimento mental grave além de existência de tortura e tratamentos degradantes e cruéis.

Atualmente, a população prisional brasileira está na faixa de 800 mil pessoas distribuídas em 1.435 unidades prisionais, situação de superlotação que traz enorme preocupação aos movimentos sociais de defesa de presos e presas e de apoio a seus familiares, e demanda especial atenção dos órgãos competentes para proteger essa população do contágio pelo novo coronavírus.

Desde o início da crise sanitária as deliberações do poder público em relação às prisões foi aumentar o isolamento fechando ainda mais as unidades prisionais o que vem afetando o fluxo mais importante do cárcere que é o contato com o exterior. A proibição de visitas familiares, de advogados e qualquer outro tipo de contato com o mundo externo insere os detentos e detentas em situação de incomunicabilidade, o que constitui mais uma das violações incluídas no rol daquelas acima citadas. Em que pese a recomendação do Conselho Nacional de Justiça que propõe, entre outras medidas, a liberdade condicional a encarcerados com mais de 60 anos, regime domiciliar para gestantes, lactantes, idosos e presos por crimes cometidos sem violência ou grave ameaça, assistimos a um recrudescimento da segregação o que vem provocando enorme sofrimento e angústia por parte dos familiares e dos presos e presas, que estão sem notícias, sem amparo, sem onde e a quem recorrer (Conselho Nacional de Justiça, 2020a).

Se no início da pandemia o discurso oficial era de negar a gravidade da situação, afirmando que não havia grande risco de contágio intramuros, que as medidas tomadas garantiriam a não propagação do vírus, atualmente as estatísticas são aterradoras. Segundo o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Conselho Nacional de Justiça (DMF/CNJ) o número de infectados por Covid-19 em unidades prisionais chegou a mais de 10 mil casos, um crescimento de 110% nos últimos 30 dias. Segundo CNJ a contaminação nos presídios aumentou de 800% no período entre maio e junho (Conselho Nacional de Justiça, 2020b).



O número de óbitos entre a população presa e trabalhadores aumenta semanalmente (<https://linktr.ee/infovirus> recuperado em 10 de julho, 2020; <https://desencarcera.com/> recuperado em 11 de julho, 2020). A política de prevenção assentada na distribuição de equipamentos de Proteção Individual (mascaras, luvas, aventais) e de produtos de higiene e limpeza (sabão e álcool em gel) tem pouca efetividade em ambientes onde o distanciamento social é impossível dada a superlotação, onde a falta de cuidados e atenção à saúde de maneira geral é muito precária - quando não inexistente, e é alta a taxa de co-morbidades como tuberculose, hepatites, IST's. Irmã Petra, coordenadora nacional da Pastoral Carcerária, afirma que:

as cadeias contemporâneas têm se constituído em verdadeiros calabouços. Superlotadas, fétidas e sem a menor condição de higiene na maioria dos casos, transformam-se facilmente em terreno fértil para a propagação de doenças, convertendo a detenção em praticamente sentença de morte. (Instituto Humanitas Unisinos, 2020).

Sua avaliação é certa ao indagar sobre como um preso vai ficar a dois metros de distância do outro em uma cela onde não há espaço nem para deitar e dormir? E ainda: como os presos vão se higienizar se há um racionamento de água constante em muitas unidades? Como eles vão ter imunidade, se a comida que recebem é azeda?

### **Policiais penais e preso(a)s na situação pandêmica**

Além da superlotação, da tremenda insalubridade, das condições físicas degradadas e degradantes dos estabelecimentos penais, o despreparo dos trabalhadores para lidar com a crise sanitária provocada pela pandemia é um fator agravante da situação de presos, presas e servidores do sistema prisional.

Em levantamento realizado pelo Núcleo de Estudos da Burocracia (NEB), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), junto a 301 agentes penitenciários, que responderam questionário *on line* entre os dias 15 de abril e 1º de maio, apenas 9,3% afirmaram ter recebido treinamento específico para enfrentar a pandemia; oito em cada dez reconheceram que não se sentem habilitados para atuar no novo contexto. Em relação ao suporte do poder público, mais da metade dos entrevistados afirmou se sentir esquecida pelos entes estaduais. Quanto ao recebimento de máscaras e luvas somente 1/3 dos participantes afirmaram ter recebido. A pesquisa também mostrou que 63% dos agentes prisionais tiveram a rotina alterada, com destaque para o aumento de preocupação com medidas de higiene e proteção, a interação dos agentes com os presos, aspecto indicado por mais de 70% dos entrevistados e alterações de escala de trabalho e procedimentos trabalhistas, como férias e licença (Agência Brasil, 2020).



De nossa parte (pesquisadora(e)s do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos da UFMG), buscando compreender a situação prisional de seu interior, realizamos durante o mês de junho conversas telefônicas com policiais penais, 5 homens e 5 mulheres, de diferentes estados do país. Mesmo precário, sem os elementos que caracterizam uma pesquisa científica, utilizar esse recurso nos proporcionou acesso a alguns elementos importantes de reflexão sobre a pandemia no sistema prisional.

Ouvimos de todos que houve mudanças na rotina do trabalho, sobretudo devido a um aumento no número de afastamentos e faltas ao serviço por adoecimento de agentes, o que ocasionou sobrecarga de atividades e interferiu diretamente no atendimento aos(à) encarcerado(a)s, ampliando o stress e o sofrimento psíquico. Alegaram que o quadro depressivo de muitos desses servidores é preocupante. Em algumas unidades houve alteração nos plantões com rodízio de trabalhadores.

Segundo alguns de nossos depoentes, o medo é um fator preponderante na atual conjuntura. Assistir no outro tão próximo o que teme para si e ter notícia da morte de colegas devido à contaminação é não conseguir escapar à realidade, o que provoca enorme angústia. Disseram também que se sentem abandonados pelo poder público, sem respaldo e sem canais de acolhimento. Foi mencionado igualmente a falta de informações sobre o quadro de contágio nas prisões, sobre o nível de eficácia das medidas protetivas, dificuldade de adaptação ao uso de máscaras e a resistência de alguns companheiros que não acreditavam no potencial contaminador do vírus.

É interessante observar como a dimensão contagiante adquire materialidade na realidade atual. O medo do contágio simbólico, pela imagem social desvalorizada que presos e prisões possuem (contaminados e contaminantes) passa a ter concretude e ameaça o próprio corpo dos agentes que deve ser protegido para tentar impedir a contaminação e para evitar se transformem, eles próprios, em vetor infectante.

Assim como relatado por dois entrevistados pela equipe do NEB (Agência Brasil, 2020), também ouvimos de nossos interlocutores menção à cooperação dos presos e presas no sentido de compreenderem os riscos da situação de pandemia e a necessidade das medidas de fechamento geral levadas a cabo. Ficar sem visitas, sem receber os produtos trazidos pelos familiares, sem atendimento jurídico e sobretudo sem informações sobre seus entes queridos é uma dura provação, uma sobrepena que teriam que aceitar. Mas após quatro meses nessa situação de privação, carência material, falta de assistência e ausência de notícias, a colaboração pode não mais se sustentar o que aumenta a tensão nas unidades prisionais, desencadeando motins e rebeliões como aconteceu, por exemplo, nas prisões italianas. O investimento feito pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN

em material de proteção, atenção e cuidados, a destinação de verba para os estados adquirirem aparelhos de vídeoconferência, o que minimizaria a incomunicabilidade na qual se encontra a população prisional, foram algumas das medidas para contornar os riscos, mas também a aquisição de armamentos menos letais, como granadas lacrimogêneas, munições de elastômero e sprays de pimenta. Segundo o despacho Nº 3718/2020/DIRPP/DEPEN/MJ, “em todos os estados houve restrição de visitas, o que certamente eleva a temperatura e rebeliões são uma questão de tempo e do desenrolar da pandemia instalada”.

Entendemos que tal previsão de tensionamento nos estabelecimentos prisionais, associada à grave ameaça de contaminação pela covid-19 e à sobrecarga de trabalho, configura um ambiente laboral ainda mais nocivo à saúde física e mental destes trabalhadores, gerador de stress, angústia e ansiedade que seguramente repercute em sua relação cotidiana com a população encarcerada. O veto do presidente da república à obrigatoriedade do uso de máscaras nas prisões é mais um indicador do descaso com a saúde e segurança desses servidores, constatação que acentua a desvalorização dessa categoria profissional conforme indicamos no início deste texto.

Aos presos e presas, a crise sanitária deflagrada pela pandemia tem sido utilizada como justificativa para o aumento do controle, da segregação e acirramento de medidas repressivas. A incomunicabilidade é uma grave violação de direitos e impede a sociedade de exercer controle e fiscalização sobre o que se passa intramuros além de impedir o encontro com os familiares.

Tais medidas de gestão epidemiológica nas prisões caracterizada pelo endurecimento securitário está na contramão do que é prescrito pelo próprio Conselho Nacional de Justiça (Recomendação Nº 62, março 2020): o desencarceramento de presos e presas provisórias e preventivas que resultem de crimes menos graves, liberdade condicional a encarcerados com mais de 60 anos, além de regime domiciliar para gestantes, lactantes, idosos e acometidos por doenças graves. Tais medidas de desencarceramento poderiam ser mais efetivas no combate à contaminação intramuros por diminuir a superlotação abrindo possibilidades de distanciamento social, reduziria o custo com a distribuição de materiais de higiene e proteção e aliviariam a sobrecarga dos policiais penais. São, na verdade, medidas de cidadania e cuidado, esperadas para toda a população.

## **Considerações finais**

Diante do exposto, nenhuma novidade sobre a situação das prisões que, desde de sua existência, desafia as normas do viver junto baseado na dignidade humana. Como sabemos, O espaço e o sistema penitenciário



– como estrutura arquitetônica e como estrutura de poder – é artificial e hostil. Simbolicamente constituem-se em depósito de dejetos, do que é desprezível, degradante e como locais destinados a tratar dos resíduos da sociedade. Nesse contexto exerce um efeito nocivo sobre as pessoas que aí trabalham, reproduzindo cotidianamente uma violência física e simbólica que amplia e perpetua a situação de vulnerabilização dos sujeitos que ali estão: pessoas privadas de liberdade e trabalhadores. O modelo punitivista de sociedade na qual vivemos estimula a manutenção dessas instituições de castigo e vingança sem considerar que a sociedade não fica protegida e sim mais exposta aos danos que provoca. Embora não tenhamos como saber o que seguirá acontecendo com as quase 800 mil pessoas encarceradas e com os servidores do sistema prisional durante essa grave crise sanitária pela qual passamos e como estarão ao seu final, podemos prever que seus efeitos serão nefastos a todos. Entendemos que este cenário de pandemia poderá então ser um momento importante para refletirmos sobre a atual política de hiperencarceramento e sua lesividade social, e sobre a necessidade de criarmos alternativas às penas. Michele Perrot (1980) denomina as prisões de instituições impossíveis; estamos de pleno acordo.

## Referências

Agenciabrasil. (2020). Agentes penitenciários revelam insegurança para enfrentar Covid. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-06/agentes-penitenciarios-revelam-inseguranca-para-enfrentar-covid-19>, em 13 de julho, 2020.

Abramovay, P. V.; & Batista, V. M. (orgs.). (2010). Depois do Grande encarceramento. Rio de Janeiro: Editora Revan. São Paulo: Geração editorial.

Amaral, T. F. ; Barros, V. A. ; & Nogueira, M. L. M. (2016) . Fronteiras Trabalho e Pena: das Casas de Correção às PPPs Prisionais. *Psicologia: Ciência e Profissão (Online)*, v. 36, p. 63-75.

Barros, V. A. (2020). Travailler dans les prisons: frontières et interfaces entre le travail des prisonniers et celui des agents pénitentiaires. In M. Lacomblez. (coord.). (Re) découvrir la psychologie du travail au Brésil . (p. 105 - 122). Toulouse: Octarès.

Barros, V.; Reis Barros, C. (2020). Reflexões sobre a casa dos mortos em tempos de pandemia: as prisões brasileiras. *Caderno De Administração*, 28, 95-99. <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53651>

Barros, V. A.; & Amaral, T. F. (2017). Apontamentos sobre a relação cárcere e trabalho. In E. Pimentel (Org.). *Criminologia e Política Criminal: perspectivas*. (p. 193-204). 1 ed. Maceió: EDUFAL.



Barros, V. A.; & Amaral, T. F. (2016). O trabalho do(a) Psicólogo(a) no sistema prisional. In F. França; P. Pacheco; & R. Torres (Org.). *O trabalho do(a) psicólogo(a) no sistema prisional*. (p. 55-72). 1 ed. Brasília: CFP.

Barros, V. A.; Amaral, T. F.; & Silva, M. S. (2017). Relatório técnico apresentado à Secretaria de Administração prisional de Minas Gerais pelo Grupo de Apoio ao Ministério Público no Sistema Prisional.

Barros, V. A.; & Silva, M. S. (2017). La créativité nécessaire dans les activités marginales. In G. Amado; J. P. Bouilloud; D. Lhuilier; & A. L. Ulman (Orgs.). *La créativité au travail* (p. 241-258). 1ed. Toulouse: Érès.

Conselho Nacional de Justiça. (2020a). CNJ publica orientações para políticas de cidadania na privação de liberdade. Recuperado de <https://www.cnj.jus.br/cnj-publica-orientacoes-para-politicas-de-cidadania-na-privacao-de-liberdade/> , em 13 de julho, 2020.

Conselho Nacional de Justiça. (2020b). Contaminações por Covid-19 no sistema prisional ultrapassam 10 mil casos. Recuperado de <https://www.cnj.jus.br/contaminacoes-por-covid-19-no-sistema-prisional-ultrapassam-10-mil-casos/> , em 13 de julho, 2020.

Hugues, E. C. (1996). Work and Self. In J. M. Chapouillie. *Le Regard Sociologique essais choisis* (pp. 74-85). Paris: Editions de L'école des Hautes Etudes en Sciences Sociales. (Trabalho original publicado em 1951).

Instituto Humanitas Unisinos. (2020). Coronavírus dentro das penitenciárias brasileiras pode materializar a pena de morte.

Godoi, R. (2015). Fluxos em Cadeia: as prisões de São Paulo na virada dos tempos. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05082015-161338/publico/2015\\_RafaelGodoi\\_VOrig.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05082015-161338/publico/2015_RafaelGodoi_VOrig.pdf)

Mattos, V. (2010). De uniforme diferente. O livro das agentes. Belo Horizonte: editora O Lutador.

Melossi, D.; & Pavarini, M. (2006). *Cárcere e Fábrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX)*. Rio de Janeiro. Editora Revan.

Moraes, P. R. B. (2005). *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo: IBCCRIM.

Pádua, T. A.; & Barros, V. A. (2018). Considerações sobre o trabalho nas prisões e os equívocos da ressocialização. *Trabalho (En)Cena*, v. 3, p. 58-75.



Pfaller, P.S. Entrevista com a coordenadora da Pastoral Carcerária, recuperado de <http://www.ihu.unisinos.br/598451-coronavirus-dentro-das-penitenciarias-brasileiras-pode-materializar-a-pena-de-morte-entrevista-especial-com-petra-silvia-pfaller> em 13 de julho, 2020.

Silva, A. P., Barros C. R., Almeida D. T. & Barros, V. A. (2016). Ergologia e Direitos Humanos: relato de experiência com Agentes Penitenciários de Minas Gerais. In: J. B. M. Pinto & C. R. Barros (Orgs.). *Desafios contemporâneos para os Direitos Humanos e socioambientais: análises multidisciplinares* (pp. 27-38). Belo Horizonte: Instituto DH.

Silva, M. S. (2019). *Do corpo disciplinas ao corpo real: o trabalho dos agentes de segurança penitenciária*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

Schwartz, Y.; Durive, L. (2016). *Trabalho e ergologia II Diálogos sobre a atividade humana*. Belo Horizonte, Fabrefactum.

Zaffaroni, E. R. (2007). *O inimigo do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan.



# PANDEMIA, DESIGUALDAD Y VULNERACIÓN DE DERECHOS EN EL ENCIERRO. CÓRDOBA - ARGENTINA

ANA MARÍA CORREA  
SILVANA MELISA HERRANZ

## Introducción

“Es más sencillo y usual imaginar el fin de la humanidad que el fin de la injusticia y la desigualdad”

La pandemia irrumpió en un continente lejano, en aquel norte global que había olvidado la posibilidad de ser epicentro de brotes de enfermedades infecciosas, en tanto se las consideraba enfermedades del “subdesarrollo”. Dicha irrupción se avizó en el cono sur desde la extranjería que comporta una lejanía y/o indiferencia en lo que no nos involucra social, jurídica, cultura y territorialmente. No obstante y de manera intempestiva la pandemia comenzó a amenazar la existencia humana enfrentándonos a lo real: un virus producido por atrocidades ecológicas en un sistema productivista salvaje.

En Argentina se decretó, a mediados de marzo y con alcance nacional, un aislamiento obligatorio y preventivo. Junto con la denominada “cuarentena” comenzaron a rasgarse las certezas cotidianas, manifestándose las fragilidades subjetivas, las precariedades de las instituciones y también de nuestros vínculos en los que unos más que otros quedan expuestos al daño, la violencia y la muerte (Butler, 2009). Sólo entonces comenzamos a transitar el encierro, el no contacto o aislamiento, la imposición y el control sobre nuestros cuerpos. Quedamos encerrados: “se suspendieron las visitas ordinarias y extraordinarias; las salidas transitorias, los traslados, los dictados de clases”. Resonancias distópicas de narrativas ya escuchadas, pero no-conocidas del encierro en la cárcel. Un resentir de angustia por ausencia del otro, por un futuro que no podemos anticipar, por la demora y la espera: “es por su bien”; “es una cuestión de salud”. Frases primarias, cuya sola enunciación justifica cualquier acción en su nombre.

Quedamos “encerrados” inmersos en una emergencia multidimensional a la que debemos sobrevivir y que, como en toda situación de emergencia, en



un primer momento se tuvo la expectativa de que se resolvería de inmediato. Pero nada fue así, aun dura y el “quédate en casa” preventivo operó de manera diferencial en función de las condiciones de existencia pues, *para muchos reforzó la larga y profunda zanja o abismo de la precariedad, dada las condiciones de desigualdad y vulneración de derechos*. Desde el reconocimiento de estas condiciones se movilizaron las preguntas: ¿Cómo opera un encierro excepcional dentro de otro continuo? ¿Qué insiste (como sentidos) en la cárcel?

Quienes trabajamos en este artículo formamos parte de un equipo interdisciplinario de investigación-intervención<sup>1</sup> en cárcel desde hace 15 años y escribir en este contexto y sobre este tema nos empuja al límite de lo que conocemos e incluso un poco más allá, al terreno de las hipótesis, de las preguntas. Porque no somos ajenos de aquello que analizamos, y una vez más, pensar la cárcel es una vía para pensar la sociedad, como nos dirá Deleuze:

He insistido a menudo sobre este punto, que resumo diciendo que no, que Foucault no es un pensador del encierro. ¿Por qué? Porque tanto la interioridad psíquica como el encierro físico se encuentran estrechamente subordinados a funciones de exterioridad. Hablando de *Historia de la Locura*, Blanchot tiene una fórmula excelente: *¿Qué es lo que está encerrado? Lo que está encerrado es el afuera.* (...) El encierro está al servicio de las formas de exterioridad. (Deleuze, 2015, p.7-8)

De manera correlativa, la invitación nos convoca a arriesgarnos como apuesta política precisamente en los momentos de desconocimiento, para así no perdernos en la perplejidad. Detenernos a trazar nuevas categorías, al menos, para decir algo entre tanto indecible. Aquí nuestro objetivo.

## **Desigualdades y vulneración de derechos**

Es siempre injusta y cruel la desigual distribución de la vida y la muerte, la distribución de la riqueza y la pobreza; la distribución del castigo y de la pena, por ello nos interpela en el aquí y ahora en la inmediatez de este contexto global de pandemia: *esa larga y profunda zanja de la precariedad por condiciones de desigualdad y vulneración de derechos, que hacen de la cárcel un*

---

<sup>1</sup> Investigadores-as en torno a la temática de producción de sentidos y subjetividades en el Espacio Carcelar, con lugar de trabajo en el Centro de Investigaciones María Saleme de Burnichón de la Facultad de Filosofía y Humanidades, UNC: Correa Ana, Herranz Silvana Melisa, Castagno Mariel y Páez José del campo de saber de la psicología; Acin Alicia, Beatriz Madrid y Marcela Morcillo de Ciencias de la Educación; León Barreto, Inés y Perano Jorge abogados del campo criminológico.



*lugar sobrante para depósito de lo que la sociedad produce y no puede resolver.* Mirar en este presente tan impensable como también posibilitador del pensar problemáticamente, nos incomoda y nos interroga, allí al borde del abismo de lo que no se sabe (Fernández, 2007). Se trata de un pensamiento en acto en un escenario de aparente quietud, que hace experiencia cuando desbordan las certezas instituidas del orden social. Por ello diremos citando la categoría de Lourau (2001): la pandemia se constituye en un *analizador* del espacio carcelar en su modo de gestión y administración de dispositivos de poder en la institución de la sociedad y sus instituciones, según Castoriadis (1993) para indagar las operatorias que refuerzan desigualdades e injusticias.

Entonces, este escenario es una oportunidad para analizar críticamente acerca de lo silenciado de la maximización de la vulnerabilidad social que encierra. Deshace situaciones logradas y quiebra estabildades (Castel, 1997) y, dice Zaffaroni (2012) profundiza la vulnerabilidad psicosocial, es decir hacer que unos, más que otros, sean propensos a ser captados selectivamente por control social formal. Pero, también se silencia las condiciones que maximizan o exacerban lo crítico de la normalidad de excepción que caracteriza el proceso de salida de los dispositivos de encierro:

“... tiene que ver mucho el tiempo de su egreso. Generalmente los que están mucho tiempo en situación de encierro, nos hemos encontrado con situaciones que tienen vulnerados muchos derechos, entonces no es solo lo laboral, por ahí hay necesidades o demandas insatisfechas que son muy básicas, como es la salud, el hábitat, la comida, cosas básicas. Entonces para pensarse desde ser emprendedor, hay cuestiones que deben estar saldadas, o al menos intentarlas que estén satisfechas. Si no sabemos que ese monto está destinado a comprar comida, bueno, lo que ellos consideren que necesitan.” (entrevista a profesional, Patronato del Liberado)

Un primer eje de aproximación puede ser entonces reconocer de qué se habla cuando se alude a la cuestión carcelaria en este contexto de pandemia: ¿De las condiciones de encierro y los juegos de poder adentro afuera? ¿De los riesgos en la emergencia sanitaria? ¿De la lógica del repliegue?. Preguntas en esta zona limítrofe –mal conocida- entre el adentro y el afuera que pondrán en disputa decisiones y acciones respecto de cómo la institución abre puertas y encierra, pero también qué, quién y cómo permite salir; apoyándose simbólicamente y/o materialmente, en leyes normas, imaginarios, y prácticas sociales (Lourau, 2001). En otros términos, es leer transversalmente para conjeturar acerca de si la pandemia altera la “pax burocrática” según categoriza Zaffaroni (1998) y focalizar en lo que insiste.



¿Qué insiste en la cárcel? qué se repite para ser elaborado en las tensiones institucionales en la actual urgencia socio-histórica; que como tal, es un vacío de saber que reclama una invención política para producir significaciones sociales que puedan “romper con el consenso punitivo conservador que existe en Argentina” (Litvaschky, 2020)

### **Pandemia en situación de emergencia: sobre el escenario de Argentina y Córdoba**

El escenario de Argentina, como de muchos países de la región en las últimas décadas, es de un creciente punitivismo con su correlato de encarcelamiento masivo. Estrategia de vulnerabilización orientada a ciertos sectores de poblaciones pobres mediante dispositivos y prácticas, sociales en general, y penales en particular, que propenden a neutralizar aquellos sujetos que transgreden el orden social. Al respecto, sintetiza De Giorgi (2006) respecto de la política criminal “...se articula a partir de las condiciones materiales de las clases pobres: las instituciones y prácticas represivas, para ser eficaces, deben imponer a quien osa violar el orden constituido condiciones de existencia peores que aquellas aseguradas a quien, en cambio, se adecua al mismo” (p.61). Estrategia de poder que se correlaciona con procesos socio-económicos y culturales reduccionistas a las leyes del mercado que el orden neoliberal materializa en procesos de exclusión social, cultural y política.

Así, la cárcel se constituye en un *instrumento legal en clave securitaria* para resolución de conflictos, que la sociedad genera y que no puede resolver. Instrumento legitimado por amplios sectores de la sociedad mediante operatorias de los medios masivos de comunicación que producen y difunden significaciones imaginarias acerca de violadores, homicidas u otros “monstruos” fabricados desde el racismo, la discriminación de clase, el debilitamiento de las solidaridades. Esta fabricación de imaginarios cristalizan y/o vacían de sentido “el mandato constitucional de que la pena sirva como instrumento de reinserción social del condenado, en clave de derechos para bajar la vulnerabilidad que poseen desde antes del ingreso a la cárcel” (Peraño, 2019, p.8).

En este marco, en 2017 se reforma la ley de ejecución de la pena privativa de la libertad (24660) siendo el blanco central de modificación las vías de acceso a las formas de libertad asistida y condicional. Si bien se apuntan una serie de casos tipificados de delito desde una panorámica, es posible afirmar que hay una comprensión sobre que el encierro pleno hasta el final de la condena sería superior de lo anterior... pero ¿Con qué finalidad? Dado que interviene principalmente en las posibilidades concretas en el período de tratamiento e impone restricciones en el período de prueba y en el programa



de pre-libertad. Sin dudas, en este momento socio-histórico, la finalidad de la pena queda condicionada por la existencia de lazos entre neoliberalismo, la derecha criminológica y el actuarialismo que van consolidando “en el campo social un *status quo* cuyo efecto inmediato es también la consolidación de la brecha existente entre los que más tienen y los que nada o casi nada tienen. Estas “corrientes de pensamiento afectan la justicia social porque excluyen -por medio de la prisión- del espacio social a aquellos que, precisamente, son excluidos de un modelo económico” (Perano, 2019, p.8).

El espíritu de dicha reforma se advierte en las expresiones vertidas en numerosos debates que argumentan la necesidad de aumento del tiempo de carcelización, eliminando todo tipo de salidas anticipadas como lo son la libertad condicional, libertad asistida, salidas transitorias, etc. Desde opiniones que aseveran que, las penas son “... *para proteger a la sociedad del crimen...*”, “... *se pena para que no se delinca...*”, acercándose a la idea de que la pena sirva como escarmiento social (Perano, 2019).

Asimismo, desde la investigación “Producción de sentidos y subjetividades en el espacio carcelar” afirmamos que el efecto de la cárcel atraviesa las relaciones familiares, barriales, educativas y configuran lo que dimos en llamar “espacio carcelar” un adentro-fuera que movilizó “el entendimiento de las relaciones que los sujetos entablan con el mundo y consigo mismo; desmitificando el mito de la igualdad ante la ley y reclamando la participación de otras instituciones del Estado para una profundización del análisis e intervención en torno a las violaciones de los derechos humanos, como problemática de la sociedad” (Correa et al., 2019, p. 239).

En efecto, la pandemia afecta el escenario y nos exige contextualizar y hacer una reconstrucción del pasado reciente:

En lo atinente a *contextualizar*, es preciso destacar que el punitivismo ha producido un aumento de la población carcelaria en los últimos años. Según un estudio realizado por el Centro de Estudios Latinoamericanos sobre Inseguridad y Violencia (CELIV) la población carcelaria de Argentina aumentó un 55% del 2013 al 2019 (lo cual lleva el número de la población penitenciaria a 63.094 personas) y no se observan mejoras significativas en el respeto de las garantías procesales<sup>2</sup>. Estos datos son producidos a partir de una investigación realizada en 2019 sobre derechos y garantías procesales en el Sistema Penitenciario Federal y Bonaerense (CELIV, 2019).

<sup>2</sup> Una comparación significativa para comprender la magnitud del crecimiento de la población carcelaria es la comparación con el crecimiento general de la población. Esta última creció un 2%, cuando la población privada de libertad aumentó doce veces más. Para acceder a un completo análisis sobre los posibles motivos, condiciones y consecuencias de este suceso, véase: <https://www.redaccion.com.ar/por-que-la-cantidad-de-presos-crecio-12-veces-mas-rapido-que-la-poblacion-argentina/>

En Córdoba las estadísticas del SNEEP a diciembre de 2018, releva la existencia de 9205 detenidos de los cuales 3700 son condenados (40%) y 5505 procesados (60%) o con prisión preventiva siendo mayoritariamente comprendidos en la franja etarea de 18 a 34 años (57%). Del total un 95% son masculinos y un 5% mujeres; sin contar con el relevamiento de comisarías y otros centros de detención. Si bien en estos datos, se constata una población al límite de su capacidad espacial, su característica está asociada a situaciones preventivas de delitos de supervivencia y otros menores, como asimismo al reforzamiento del encierro. El problema de hacinamiento afecta la habitabilidad; por el déficit de espacios, pero fundamentalmente por las dificultades que ocasiona la administración del orden interno y, por cierto al tratamiento para la reinserción en tanto requiere personal en las diferentes áreas técnicas, de seguridad, de educación y de jueces de ejecución que ejerzan el rol de contralor y administrador de la ejecución. Ante esta emergencia la respuesta al hacinamiento fue ampliar espacios habitacionales utilizando pabellones destinados a educación y trabajo. En esos actos se materializan los deslizamientos de sentidos respecto a la importancia asignada a los derechos. Algunas de estas acciones ocurrieron en la cárcel de Bouwer, dejando de funcionar el pabellón denominado “industrial” y quienes allí trabajaban fueron degradados en su trabajo pasando a tareas de limpieza.

Respecto del *pasado reciente*, y particularmente en Córdoba, podemos afirmar que la Pandemia estalló sobre otras emergencias que ya existían que salieron flagrantemente a la luz a inicio de 2019. En un período menor a dos meses de ese año mueren cuatro mujeres privadas de libertad en Bouwer<sup>3</sup>; pocos meses después llevan a cabo una huelga de hambre a continuación de la sucedida en cárcel de Buenos Aires, la cual fue en reclamo de las condiciones de detención y el hacinamiento donde se cumplen las condenas o se espera por ellas<sup>4</sup>. Estos sucesos llevaron a que tomen parte diversos actores, e incluso que se intervenga la dirección del Establecimiento que aloja mujeres creándose una “mesa de diálogo” en la que participaron familiares, organizaciones de derechos humanos y académicas; autoridades del Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, del Sistema Penitenciario y de la Secretaría de la Mujer. Las demandas ponen en evidencia un vacío de política criminal

---

<sup>3</sup> Conocida como Cárcel de Bouwer, el Complejo Carcelario Reverendo Francisco Luchesse se encuentra en la localidad de Bouwer, a las afueras de la ciudad de Córdoba capital. Este complejo carcelario, fue inaugurado en el año 2000. El Complejo Carcelario N°1 Consta de cuatro módulos y aloja internos procesados y condenados de sexo masculino. Desde 2004 se suma el Establecimiento penitenciario N°3 alojando mujeres procesadas y condenadas.

<sup>4</sup> Para más información, se copia a continuación el link a una nota de un medio local que relata este hecho: “Huelga de hambre en Bouwer por sobrepoblación y denegación de derechos” <https://latinta.com.ar/2019/12/huelga-hambre-bouwer-sobrepoblacion-denegacion-derechos/>.



de mujeres y, ante el aumento creciente de la población encarcelada, en su mayoría ligadas al narcomenudeo, se visibilizaron acciones reparatorias no acordes a una racionalidad de género, particularmente en cuestiones de higiene y alimentación, como así en el castigo y otras violencias degradantes. Entre los reclamos extremadamente grave que entonces se presentaron: a) el abandono de persona con padecimientos crónicos (diabetes, tuberculosis, otros) y la desinformación u ocultamiento en casos de internación. b) los obstáculos formales – por nuevos reglamentos internos, en 2018- para la visita familiar.

Un pasado reciente, aun no esclarecido y mucho menos resuelto o bien, resuelto de la manera habitual. Las muertes de mujeres estuvieron asociadas a la falta de atención de alguna afección en salud o salud mental, culpabilizando la situación de precariedad. Tampoco se avanzó en explicar el por qué, la determinación de los padecimientos, de las muertes por falta de atención y suicidios. En el mejor de los casos las resoluciones se inscribieron en la lógica individualista de asistir caso por caso y, luego se desarticuló la mesa de diálogo.

En este marco se declara la pandemia. Ante ello la Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) exhortó a tomar medidas alternativas a la privación de la libertad para evitar el hacinamiento. Como así la OMS que indicó dar prioridad a medidas que no impliquen encierro; también la Cámara Federal de Casación interviene mediante Acordadas y establece algunas medidas especiales en las cárceles, referentes a la pandemia para atender situaciones que pongan en juego la salud y la protección de personas con discapacidad e indicar la intervención de jueces ante la situación de riesgo que implica la sobrepoblación y hacinamiento. Sugiriendo que “cada caso concreto deberá ser resuelto jurisdiccionalmente y las decisiones han de estar guiadas por principios de razonabilidad y proporcionalidad” (Acordada 1-2/20).

Localmente, ante la inhibición de actividades educativas el Programa de Universidad en la Cárcel de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la Universidad Nacional de Córdoba, adhiere a un Habeas Corpus Correctivo Colectivo (28 de marzo 2020) conjuntamente a familiares de presos/as y organizaciones de derechos humanos y profesionales de Derecho requiriendo se garantice el derecho de las personas privadas de libertad: medidas de salubridad y comunicación con familiares.

Más allá de estas exhortaciones, lo que sucedió en las cárceles es que se hizo lo que mejor se sabe hacer: recrudescer el encierro. Acatar la cuarentena no resultó un gran problema en términos operativos dado que se trata de un sistema de control de por sí. Se dispuso que nadie entra ni nadie sale en relación a las personas privadas de libertad, ni se reciben visitas. Solo paquetes que se dejan en la guardia, solo para aquellas familiares con carnet. Se



impidieron las salidas para trabajar y, en consecuencia, quedaron sin ingresos económicos para comprar recursos necesarios (de higiene tarjetas telefónicas, entre las más reclamadas) y aportar a las familias. Tampoco ingresan educadores quienes ante la emergencia acercaron materiales para estudio, pero no se sabe cuál fue su destino. En suma, un conjunto de medidas tomadas para extremar el encierro de manera conjunta entre el Servicio Penitenciario en co-responsabilidad con el Poder judicial.

La inquietud por saber fue instalándose: ¿qué se está haciendo cuando se recrudece el encierro? ¿Puede hablarse de más encierro excepcional para cuidar? ¿Se atiende, en las medidas de excepción, al hecho de que la persona presa no es solo presa, si no también trabajador, madre, padre, estudiante, etc...?

### **Algunas puntuaciones de las Insistencias en la emergencia**

En un marco cada vez más cercado por la rigidez de principios para direccionar las lógicas del encierro, el impacto de la pandemia produjo inmediatamente un repliegue institucional.

Como se mencionó, el encierro dentro de encierro es la insistencia *princeps*. Se cerraron las instituciones y los efectos quedaron tras los muros. Solo cierto personal penitenciario pudo ingresar, ni educación, ni familiares, ni encomiendas. En un primer momento se produjeron algunas medidas (principalmente administrativas) atinentes al riesgo de la sobrepoblación y reclamos por parte de internos/as en distintos establecimientos; también algunos jueces y defensores amparados en la legalidad propusieron medidas alternativas al encierro; sin embargo, la pronta reacción del populismo punitivo llevó a la retracción de las actuaciones de la justicia. Casi con el mismo temor y prudencia con el que actúan los familiares ante arbitrariedades del servicio pues de esta manera no crean conflicto y se presupone que así no habrá posibles revanchas con quienes están encerrados. **1ª. Insistencia: Encerrar, separar, silenciar.**

Ante la emergencia de la pandemia, se tomaron medidas que no solo funcionan administrativamente sino que muestran que los sentidos de los derechos humanos no tienen prioridad ni se consideran esenciales, sino que más bien son entendidos como beneficios prescindibles dado que, ante cualquier situación de excepción, la direccionalidad de la acción es conservar siempre el núcleo inamovible: la seguridad. Por ejemplo, algunos internos relataron telefónicamente y con perplejidad a los educadores que, al inicio de la cuarentena, algunos pabellones destinados a educación / trabajo se destinaron para alojamiento.

Sin dudas, “desactivar el conflicto” o “apagar el incendio” es una estrategia insistente en la gestión y administración institucional que instrumen-



taliza prácticas y subjetividades a fines de la seguridad. No se intenta analizar y elaborar si no solamente mantener el orden interno para conservar el prestigio, aunque para ello se utilice la violencia. Esta estrategia implica prácticas de despojo, degradación, violencia institucional y produce subjetividades adaptativas en grados de confusión, para entender y luchar por sus derechos.

### **2da. Insistencia. Vulneración de derechos.**

Esta lógica securitaria tiene un fuerte sustento en la sectorización o fragmentación institucional de la cárcel. Divisiones y diferencias que se gobierna jerárquicamente desde la actitud represiva que se transmite en las líneas de mando. Esta construcción del control vertical jerárquico se complementa en la cotidianidad, por criterios de desvalorización del saber del otro (profesional, guardia, docente, técnico, otros) y, por la ideología neoliberal que propicia el interés individual y compromete, casi con exclusividad, el cargo y la carrera (penitenciario, policía) con menosprecio y desconocimiento de la solidaridad. La realidad de la cárcel de la modernidad ante la nueva cuestión social, profundiza la marginación y exclusión creando “grupos residuales excedentes y superfluos” (Daroqui et al., 2014, p.284) siendo dicha fragmentación institucional una estrategia para el gobierno de las contradicciones sociales. La pandemia irrumpió en una crisis institucional, siempre acallada por la conflictividad socio-jurídica y política que implica la transformación de la cárcel, pues como utópicamente dice Baratta, la mejor cárcel es la que no existe. Una crisis que cuestiona cierto discurso del orden en un sentido casi universal. “Con esta crisis – dice Hornos- sólo se formalizó lo que ya venimos denunciando desde el Sistema Interinstitucional de Control de Cárceles. (Hornos, 2020) **3era. Insistencia: Fragmentación institucional**

### **Decir algo entre tanto indecible... a modo de concluir**

Apostamos a decir algo, entre tanto indecible, puntualizando las insistencias más recurrentes de la institución cárcel con el afán y la exigencia ética y política de pensar condiciones que habiliten caminos entre el adentro y el afuera de la misma con un horizonte utópico en pos de la autonomía y solidaridad democrática.

Decir que la estructura de la/s instituciones fragmentaria y jerárquica es parte de un dispositivo de poder que facilita la delegación de las violencias en las prácticas.

Decir que el aumento de la población encarcelada profundiza y naturaliza la desigualdad social, al mismo tiempo que obtura o desvía los caminos de acceso a la justicia (tácticas y negociaciones confusas) y alimenta la pre-



cariedad, todas ellas condiciones para el control y el gobierno de riesgos que existen en la sociedad.

Decir también, que la desigualdad social y la vulneración de derechos producen subjetividades adaptadas y aptas para la gobernabilidad que se derrama hacia el afuera de la cárcel creando territorios criminalizados en sectores de poblaciones vulnerabilizadas y/o excluidas.

En suma, decir que la pandemia visibiliza la cárcel como instrumento de gubernamentalidad a sectores de riesgo mediante la cristalización y derrame de sentidos securitarios por el miedo y temor al control.

Y si hay algo que podemos decir en 15 años de investigación en cárceles desde el enfoque de derechos, es que la persona privada de libertad no es solo un objeto capturado dado que si así se lo aborda se constituirá en objeto de fuerza y, como señala Garland (2001) será cada vez más estereotipado "solo existen delincuentes que han sido atrapados y volverán a delinquir" (p. 293). En cambio, si se considera al otro como sujeto de derechos, se buscarán nuevos caminos para su proceso de salida.

Por todo lo anterior pensamos que el horizonte utópico, parafraseando a Galeano escritor latinoamericano, nos sirve para orientarnos a caminar: por una parte, reconocer y "aceptar del igualitarismo de la condición de precariedad y el llamamiento ético de la no violencia desde una crítica a las normas" (Jugo Beltrán, 2016, p.65). Pues el encierro de la pandemia no es para siempre. Lo cual implica hacerse responsable de que "...la idea de precariedad determina aquello que políticamente induce una condición en la que cierta parte de las poblaciones sufren de la carencia de redes de soporte social y económico quedando marginalmente expuestas al daño, la violencia y la muerte" (Butler, 2009, p.323). Y, por otra parte, insistir en incentivar prácticas institucionales que garanticen y promuevan efectivamente los derechos humanos como un aspecto esencial que realza los procesos subjetivantes y potenciadores en los sujetos, aun en el encierro: "te están reconociendo como un ciudadano universitario" dice un estudiante privado de libertad. Salto cualitativo en la posición subjetiva individual y colectiva que también posibilita a familiares y allegados a transitar experiencias que no reproduzcan las violencias degradantes.

Desde ambas líneas de sentido que hemos pretendido subrayar –las normas, por un lado, y las prácticas por otro- la transformación será posible cuando inventemos socialmente nuevas significaciones sociales no punitivista sino de solidaridad (Dubet, 2015) desde el reconocimiento "de la común condición de precariedad que nos lleva a admitir la necesidad que tenemos los unos con los otros, y así poner de relieve la no-verdad de los sistemas en tanto fuente de exclusión" (Jugo Beltrán, 2016, p.66).



## Referências

Butler, J. (2009). Performatividad, precariedad y políticas sexuales. En *Revista de Antropología Iberoamericana*, 4(3), 321-336.

Castel, R. (1997). *La metamorfosis de la cuestión social*. Buenos Aires: Paidós.

Castoriadis, C. (1993). *La Institución imaginaria de la Sociedad*. Voll - II. Buenos Aires: Tusquets.

Centro de Estudios Latinoamericanos sobre Inseguridad y Violencia. Universidad Tres de Febrero. (2019). *Contextos de encierro en Argentina: derechos y garantías procesales*. Recuperado 30 de junio, 2020 de: <http://celiv.untref.edu.ar/descargas/contextos-de-encierro.pdf>

Correa, A. et al. (2019). *Producción de sentidos y subjetividades en el espacio carcelar*. Córdoba: Editorial FFyH. Universidad Nacional de Córdoba.

Daroqui, A. et al. (2014). *Castigar y gobernar. Hacia una sociología de la gobernabilidad penitenciaria bonaerense*. Buenos Aires: Comisión Provincial de la memoria (CPM) y Grupos de Estudio sobre Derecho Penal y DH (GESPyDH).

De Giorgi, A. (2006). *El gobierno de la excedencia. Postfordismo y control de la multitud*. Madrid: Traficante de sueños.

Deleuze, G. (2015). *La subjetivación. Curso sobre Foucault. Tomo III*. Buenos Aires: Cactus.

Dubet, F. (2015). *¿Por qué preferimos la desigualdad? (aunque digamos lo contrario)*. Buenos Aires: Siglo XXI.

Fernández, A. M. (2007). *Las Lógicas colectivas. Imaginarios, cuerpos y multiplicidades*. Buenos Aires: Editorial Biblos.

Garland, D. (2001). *La cultura del control. Crimen y orden en la sociedad contemporánea*. Barcelona: Ed. Gedisa.

Jugo Beltrán, M.C. (2016). Judith Butler-Hanna Arendt, Reflexiones para fundamentación de los derechos humanos. En B. Bixio (coord.) *Sentidos políticos de la universidad en la cárcel, fragmentos teóricos y experiencia*. (p.55-68). Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba.

Lourau, R. (2001). *Análisis institucional*. Buenos Aires: Amorrortu.

Perano, J. (2019). (Neo) Liberalismo y Control Socio Penal. Algunas reflexiones. *Revista Pensamiento Penal* [digital]. Recuperado 30 de junio, 2020 de: <http://www.pensamientopenal.com.ar/doctrina/48437-neo-liberalismo-y-control-socio-penal-algunas-reflexiones>.



Zaffaroni, E. (1998). *Criminología. Aproximación desde un margen*. Bogotá: Ed. Temis.

Zaffaroni, E. (2012). *La cuestión criminal*. Buenos Aires: Planeta.

Zaffaroni, E. (2016). Colonialismo y derechos humanos. L. Crisafulli (ed.) *En Derechos Humanos y Poder*. (p.93-122). Córdoba: Editorial Filosofía y Humanidades.

## Documentos

Cámara Nacional de Casación en lo Criminal y Correccional. *Acordadas 1-2/2020*. Recuperado 30 de junio, 2020 de: <https://www.cij.gov.ar/nota-36964-Acordadas-1-2020-y-2-2020-de-la-C-mara-Nacional-de-Casacion-en-lo-criminal-y-Correccional.html>

Comisión Interamericana de Derechos Humanos. *Comunicado de prensa: La CIDH urge a los Estados a garantizar la salud y la integridad de las personas privadas de libertad y sus familias frente a la pandemia del COVID-19*. Recuperado 30 de junio, 2020 de: <https://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2020/066.asp>

Segunda Conferencia ciclo "Hacinamiento y Reinserción social. Reflexiones sobre el Estado Penal. Participación de Litvachky (CELS) y Hornos (Cámara de Casación Federal) Comisión Nacional de Prevención contra la Tortura (CNPT). Junio 2020. Habeas Corpus Colectivo Correctivo N°102555. Recuperado 30 de junio, 2020 de: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Ver%20sentencia%20\(habeas%20corpus%20102.555\)%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Ver%20sentencia%20(habeas%20corpus%20102.555)%20(2).pdf)

Mesa Interuniversitaria Nacional de Educación en contextos de encierro. Comunicado 25 de marzo de 2020. Recuperado 30 de junio, 2020 de: <https://ffyh.unc.edu.ar/noticias/03/2020/comunicado-de-la-mesa-interuniversitaria-nacional-de-educacion-en-contextos-de-encierro/>

# INDÍGENAS ENCARCERADOS NA PENITENCIÁRIA AGRÍCOLA MONTE CRISTO/RR: O DIÁLOGO ENTRE O DIREITO E A ANTROPOLOGIA

CARLOS ALBERTO MARINHO GIRINO

Por uma perspectiva de prestar assistência jurídica e antropológica aos indígenas que se encontravam na Penitenciária Agrícola Monte Cristo de Roraima (PAMC), criamos um Grupo de Trabalho (GT) em 2010, cuja composição envolvia antropólogos da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e profissionais de direito do Ministério Público Federal e Estadual. Além da assistência, o grupo propunha a criação de um banco de dados sobre laudos antropológicos e elaboração de projetos de pesquisa. Uma vez que o GT foi criado, em decorrência do crescimento de demandas periciais antropológicas na esfera penal, em alguns casos, por iniciativa dos próprios indígenas - haja vista, "ilícitos" cometidos tanto nas comunidades (aldeias) como no contexto urbano de Boa Vista/RR; os indígenas se viram desassistidos pela Fundação Nacional dos Índios (FUNAI), quando dos conflitos que envolviam direitos individuais. E assim, passamos a ter um contato direto com os indígenas encarcerados que estavam na PAMC, tanto com os sentenciados quanto os preventivados.

Iniciamos nosso trabalho na PAMC no final do ano de 2011. Entrevistamos 28 indígenas, de um universo de 32 que lá se encontravam e se auto reconheciam como tal. Como não havia condições de realizarmos um trabalho etnográfico mais participativo e de permanência no local, decorrente das constantes rebeliões, a direção do presídio nos reservou a sala onde os advogados assistem a seus clientes para realizamos nosso trabalho. Na coleta de dados utilizamos a técnica das narrativas e um questionário com perguntas abertas e fechadas. Levantamos todas as fichas carcerárias e todos os processos, tanto daqueles já sentenciados como dos que já estavam em fase de inquérito e instrução processual. Analisamos os casos dos condenados e dos que estavam a responder processo, a maioria por crime contra a dignidade sexual. Era significativo, nos processos, o descaso com as formas de organização social dos indígenas e com os direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, como também dos direitos esculpidos



nos dispositivos infraconstitucionais. As situações mapeadas e analisadas exigiam elaboração de laudos antropológicos e revisões processuais. Para preservar os indígenas, omitimos nomes, inclusive das comunidades.

## **1. Levantamento dos dados**

O primeiro contato com os encarcerados indígenas ocorreu em dezembro de 2011. Antes do início do trabalho de campo, a administração da penitenciária tomou todas as providências a visar nossa segurança. Praticamente, toda a logística da nossa permanência no local como: espaço físico, condução dos indígenas privados de liberdade, documentação foi organizada pela direção do presídio que também mapeou todos os encarcerados indígenas, organizou a listagem e foi responsável a retirá-los, gradativamente, das celas para procedermos às entrevistas num local seguro.

Diante a logística de segurança, o local reservado para as entrevistas foi a sala onde os encarcerados recebem seus advogados, localizado antes da entrada dos pavilhões, próximo à portaria de identificação. Quase todos os encarcerados indígenas concordaram com a nossa assistência jurídica e antropológica, assinando um termo de consentimento livre e esclarecido. De um universo de 32 encarcerados, apenas 04 não tiveram interesse na assistência. Quanto à metodologia, processou-se com aplicação de um questionário com perguntas fechadas e abertas e entrevistas guiadas a partir da situação processual a qual tivemos acesso antecipadamente.

## **2. Tipo penal e perfil dos indígenas encarcerados**

Depois da aplicação dos questionários e entrevistas, passamos a tabular as informações. Com relação ao tipo penal dos delitos, 18 do total, o que representa 64%, estavam cumprindo pena ou à espera do julgamento por crimes tipificados no artigo 213 do novo Código Penal Brasileiro (CPB), no caso, crimes contra a dignidade sexual, ou seja, estupro de menor, ora previsto no artigo 217-A (estupro de vulnerável) que incrimina, entre outros, ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos. Os demais, com percentuais menores, tipificados como tráfico de drogas, tentativa de homicídio, homicídio e lei Maria da Penha.

Ademais, cumpre mencionar que 96% dos encarcerados se concentravam entre duas grandes etnias indígenas do estado de Roraima, Wapixana e Macuxi, sendo que 76% residentes em duas grandes áreas indígenas, TI Raposa Serra do Sol e Região da Serra da Lua. Os Macuxi e Wapixana são grupos étnicos que, historicamente, experimentaram um contato mais intenso com a sociedade não indígena e mais cedo, se comparado com as



demais etnias da região do rio Branco, hoje estado de Roraima. Outro dado é que apenas 55% eram portadores do Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI). A despeito da apresentação do RANI ou o auto reconhecimento durante a prisão ou no decorrer do processo, os indígenas não foram considerados culturalmente diferentes. Mesmo a se observar alto índice de delitos contra a dignidade sexual, muitos casos careciam de uma revisão processual, haja vista o ato sexual ter ocorrido num contexto cultural diferente. Isso se reflete no discurso de muitos indígenas encarcerados a cumprir pena, incursos no artigo 217 do CPB, que diziam desconhecer o motivo da prisão.

### **3. Historiando as ações desenvolvidas.**

No decorrer do ano de 2012 conseguimos colocar alguns indígenas no sistema semiaberto, reduzir/rever penas e impetrar habeas corpus. No mesmo ano, criamos a Comissão Interdisciplinar de Efetivação das Prerrogativas Institucionais de Defesa dos Direitos Indígenas Fundamentais (CIDIF) sediada no Instituto de Antropologia da UFRR, em parceria com profissionais do Ministério Público Federal e Estadual. O objetivo da CIDIF era ampliar os trabalhos e ações que já vinham sendo desenvolvidos no âmbito da defesa dos direitos fundamentais dos povos indígenas. Entre 2013 e 2014 cessamos os trabalhos de campo, haja vista uma série de rebeliões ocorridas na PAMC. Durante as rebeliões, solicitamos a transferência dos indígenas, até então presos em alas próximas aos focos dos conflitos, para uma área administrativa do presídio. Nossa preocupação maior era com aqueles incursos em delitos contra a dignidade sexual.

Em contato com as comunidades indígenas, geralmente, os ilícitos reconhecidos eram atribuídos ao consumo de bebida alcoólica. Em outros casos, a ilicitude era questionada pelos próprios membros das comunidades. Entre os trabalhos realizados, participamos de reuniões nas comunidades e passamos a rever os casos dos indígenas que cumpriam pena em sistema fechado e os considerados infratores (“menores”) que cumpriam medida sócia educativa e que não tiveram a assistência do órgão oficial de assistência ao índio, FUNAI. Verificamos que os direitos constitucionais e infraconstitucionais indígenas não foram observados durante as várias fases processuais. Houve casos em que não se ponderaram a relatividade do que é lícito/ilícito ao se tratar de indígenas. Não obstante, o reconhecimento da pluralidade cultural na nossa Constituição Federal de 1988, prosperou a concepção de um direito monista.

Para Villares (2009, p.16) a “pluralidade é reconhecida, principalmente em relação à edição de normas estatais, ao controle social das instituições e aos direitos e garantias fundamentais. Essa ideia de pluralidade também se

reflete na aceitação da diversidade cultural e populacional principalmente no art. 215 da Constituição Federal de 1988”. Gomes (2020), ao analisar o tema no que diz respeito a outras concepções de vida, de cultura, acrescenta:

Nesse contexto, o olhar crítico em direção ao modelo dominante do direito positivo favorece o esforço de se pensar caminhos alternativos na edificação de uma lógica plausível e razoável de se fazer justiça, face as diferentes manifestações sociais e culturais típicas da diversidade cultural da sociedade envolvente. Sendo assim, apresenta-se o pluralismo jurídico, tendo como característica fundamental a negação ao protagonismo estatal diante de seu monopólio no trato e na produção do direito positivo, sendo justificado pelo que se denomina monismo jurídico (p.125).

Porquanto, outro aspecto a considerar é a noção de menor vulnerável. Casos de denúncias por agentes externos, como os conselheiros tutelares, de que indígenas menores de 14 anos estariam mantendo relações sexuais; no entanto, as comunidades e os familiares não manifestavam nenhuma forma de reprovação social e não consideravam este um ato ilegal. As denúncias estavam alicerçadas no art. 217-A do CPB: “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos”. A esse respeito, Nucci (2009, p.31) entende que “a tutela penal no campo sexual estende-se, com maior zelo com relação às pessoas incapazes de externar seu consentimento racional e seguro de forma plena”. Mas será que a noção de racional é universal? Para o autor, a não compreensão dos atos realizados pelo menor de 14 é natural, independente do contexto e das dinâmicas culturais em que estão envolvidos. Essa observação do jurista merece uma discussão mais ampla e antropológica quando estamos tratando de sociedades indígenas. Logo, o ato sexual praticado, portanto, com menor de 14 anos, mesmo que seja uma relação consentida, é estupro de vulnerável e considerada uma violação forçada. Mas, quais os critérios considerados para estabelecer essa faixa de 14 anos? É evidente que uma adolescente entre 11 e 14 não estaria socializada para exercer determinados papéis numa sociedade considerada complexa, como a nossa. Por outro lado, nas sociedades indígenas, uma indígena é considerada adulta após sua primeira menstruação e está preparada para iniciar a sua vida sexual e ser mãe. Nesse caso não é a determinação arbitrária da idade (positivada) que estabelece o que é permitido e não permitido, mas a lógica cultural do grupo.

Outra ação desenvolvida pela CIDIF foi a realização de oficinas nas assembleias indígenas numa comunidade Wapixana, região Serra da Lua, município do Cantá/RR. Nessas oficinas eram trabalhados temas relacionados aos crimes contra a dignidade sexual e as implicações judiciais, tanto individualmente como de forma coletiva para os indígenas. O público alvo da ação era a comunidade de um modo geral, mas atuamos, principalmente, na



escola, atingindo um grupo de “adolescentes”. O projeto tinha como objetivo central a promoção e qualificação continuada, por meio de oficinas dirigidas aos alunos, professores indígenas, agentes de saúde indígena e lideranças, no sentido de muni-los de ferramentas para o enfrentamento aos ilícitos tipificados no bojo no nosso ordenamento jurídico. Nessas oficinas discutiam-se temáticas antropológicas e jurídicas, a focar as seguintes questões: Estatuto da Criança e dos Adolescentes, Direitos Humanos, Direito Penal e Direito Indígena, entre outras, para subsidiar políticas internas (aldeias) de combate/prevenção de crimes contra a dignidade sexual previstos no CPB. Também fortalecer os códigos de justiça da cultura do grupo e aplicá-los nas resoluções de conflitos internos, antes de proceder às denúncias no nosso sistema judicial.

Todos os grupos indígenas têm um sistema de justiça próprio. Entre os Macuxi e Wapixana é muito comum a penalidade do que chamamos de “banimento”. Silva (2020), estudando o sistema de justiça Ingarikó, etnia localizado na TI Raposa Serra do Sol/RR, entende que não é um banimento no sentido clássico da palavra, desterro ou expulsão definitiva do seio da sociedade de origem. Mas uma remoção, muito aplicada por povos indígenas, onde o convívio social continua, mas em outra comunidade. A resolução de conflitos se dá através de uma postura restaurativa e da reeducação dos que quebram a lei:

A justiça restaurativa é um sistema em que há a responsabilização de quem quebrou a norma e a vítima tem de ser reparada pelo dano provocado. Essa reparação não é somente material, mas também, de algum modo, visa diminuir a angústia da vítima através da fala do agressor, de sua demonstração de arrependimento e de sua efetiva responsabilização. Ela se baseia na reparação, responsabilidade e reintegração, exatamente como o sistema ingarikó (p.128).

No bojo dos objetivos da CIDIF, organizamos um banco de dados sobre processos transitados e julgados e em tramitação que envolvia indígenas, assim como laudos antropológicos juntados nos processos como instrumento de prova e convicção. Outra abrangência do projeto foi a assistência dada aos indígenas que respondiam processos, principalmente tipificados no artigo 217 do CPB. Podemos afirmar que o projeto teve um caráter multidisciplinar, no entanto, estava mais direcionado para as áreas de Direito e Antropologia. É válido ressaltar que o Curso de Antropologia na UFRR, ao longo dos anos, construiu uma vasta produção sobre as etnias indígenas do estado de Roraima, elaboração de laudos, assim como atuação de forma significativa junto a essas populações para o reconhecimento e estabelecimento de direitos.

Por conseguinte, outra ação relevante foi em relação aos indígenas que passaram a cumprir pena no sistema semiaberto. Mesmo a se conside-



rar moradores de comunidades indígenas, próximas à cidade de Boa Vista, era impossível o retorno diário para pernoitar na penitenciária. Aqueles que deixavam de pernoitar passavam à condição de foragidos. Depois de várias audiências, a Juíza da Vara de Execução Penal entendeu que eles poderiam cumprir pena na comunidade realizando atividades laborais comunitárias sob a supervisão de uma liderança que deveria enviar relatórios periodicamente. Essa forma de cumprimento de pena já está assegurada pelo Estatuto do Índio (Lei Federal 6.001/1973), cujo dispositivo entendemos não revogado pela Constituição Federal de 1988.

#### **4. Casos acompanhados pela comissão**

Dentre os casos acompanhados, citamos o de um casal de indígena que se mudou de comunidade localizada na Terra Indígena São Marcos em 2013 para Boa Vista. Na ocasião, ela como 12 e ele 29 anos. A mãe da indígena, em companhia de outros filhos menores e do casal, também se mudou para cidade de Boa Vista. Todos foram morar no Bairro São Bento. O bairro é constituído de uma população de baixa renda, cuja origem remonta a uma ocupação numa área “periférica” da cidade. O casal esperava o primeiro filho, mas logo foi denunciado por um pastor evangélico e uma conselheira tutelar que atuavam no bairro. O indígena foi preso e incurso no art. 217-A do CPB, crime tipificado como estupro de vulnerável e a mãe da indígena presa por induzir, facilitar e submeter a prática sexual contra menor. Os filhos menores foram levados a um abrigo.

Na cultura indígena, as mulheres mantêm relações sexuais muito cedo, logo após a primeira menstruação, no entanto, diante da dinâmica cultural provocada pelo contato, hoje estão retardando um pouco mais a maternidade. Elas estão constituindo famílias mais tarde devido à escolaridade formal introduzida nas comunidades, mas, como já dissemos, reconhecem que na cultura tradicional, diferentemente da nossa, uma índia é considerada adulta logo após a primeira menstruação. Em tempos idos, a entrada na fase adulta era mais evidente e marcada por rituais de passagem que, por sua vez, tornava essa nova condição dentro do grupo, ou seja, preparada para o papel de mulher. Apesar dos rituais de passagem estarem em desuso em alguns grupos indígenas, a maternidade após a menarca não constitui uma tabu entres eles.

Para que se volte ao caso, o GT foi acionado pela Advocacia Geral da União, na pessoa de um dos procuradores que fazia parte da CIDIF, que requereu de imediato um laudo antropológico. Optamos pelo termo parecer pelo fato do tempo disponibilizado para sua elaboração. A audiência estava com data marcada e o parecer seria anexado ao processo como elemento de prova. Nessas circunstâncias não podemos sustentar que estávamos rea-



lizando um trabalho etnográfico aos moldes tradicionais da nossa ciência. Permanecemos apenas uma manhã na comunidade. Nossos interlocutores afirmaram que tinham conhecimento da relação do casal, apenas a mãe, no início, fez restrições pela evasão da filha da escola. Eles não consideravam um ato ilícito. A despeito das mudanças culturais indígenas ocorridas na comunidade, ainda era uma prática das mulheres indígenas engravidarem antes dos 14 anos.

Diante do fato, o parecer antropológico produzido no caso mostrou que não havia nenhum tipo de imputação de delito por parte da comunidade em relação ao índio. Lideranças fizeram questão de registrar que nunca denunciariam o casal, assim como a genitora da indígena. Podemos inferir que os operadores do direito devem ponderar diante de objetos fáticos que não podem ser julgados exclusivamente à luz do nosso ordenamento jurídico. É preciso ressaltar que a noção de vulnerabilidade de menor, situação de risco e sistema de parentesco, a exemplo, em determinadas situações, tem uma lógica diferente da nossa quando se trata de grupos indígenas.

Nesse caso concreto, cumpre observar que o interdito jurídico não pode ser aplicado no contexto cultural indígena. A noção de “práticas sexuais precoces” é nossa. Assim como o de menor vulnerável e tantas outras tipificadas no nosso ordenamento jurídico. Faz-se *mister* relativizar e ponderar essas noções, ao considerar toda uma tradição cultural que ainda se reproduz, mesmo que em menor intensidade. Com o parecer e assistência jurídica da Seção Jurídica da Procuradoria Geral da União conseguimos relaxar as prisões. Os réus aguardavam julgamento em liberdade. Não acompanhamos mais o caso.

A vida sexual dessas indígenas se inicia com a menarca, sem tabus, sentimentos de culpa e reprovação social. A maternidade cedo não é consequência de uma desestruturação familiar e nem uma patologia social e muito menos causada por questões de escolaridade e baixa renda. O que nos diferencia é que tratamos essa situação como uma anomalia social, consubstanciada na ideia de precocidade e alinhada a problemas sociais, como, pobreza e escolaridade. Essa leitura é estranha aos valores culturais indígenas, assim como a ideia de incapacidade e vulnerabilidade tipificada no nosso ordenamento jurídico. A gravidez na “adolescência” (entre 14 e 19 anos), conceito também nosso, é tratado como um problema de saúde pública e exige implementação de políticas públicas. Em outro trabalho, demonstramos que a gravidez nessa “faixa” não é um problema para esse “outro”. A lógica e a dinâmica são diferentes (Cirino, 2015).

Constata-se que há registros etnográficos datados do início do século passado que nos permitem afirmar que os casamentos e a maternidade das meninas indígenas Macuxi e Wapixana se processavam muito cedo, como na obra do etnógrafo Koch-Grünberg (1981). Em uma passagem ele faz refe-



rência a uma indígena que acabara de ser mãe e, segundo ele, com o olhar ocidental, diz que tratava de uma criança quando foi feita mulher. Farabee (1918) foi outro etnógrafo que registrou a ocorrência dos casamentos das meninas Wapixana e Macuxi, logo após a puberdade.

Para ilustrar os fatos, uma perícia antropológica recente requerida em ação movida contra o INSS que indeferiu o benefício do salário maternidade para mais de 20 indígenas menores de 16 anos, em 22 comunidades Macuxi e Wapixana, demonstrou que ainda é grande o número de mulheres que engravidam entre os 12 e 16 anos (op.cit. 2015). Entre as demais etnias indígenas do Estado de Roraima não é diferente.

Outro caso acompanhado pela comissão envolveu denuncia ocorrido em 2009, com participação direta de membro do Conselho Tutelar do Município de Cantá/RR, Região Serra da Lua/RR, contra indígena, por crime enquadrado nas penas do art. 213 (estupro), com as causas de aumento de pena prevista no art. 226, inciso II, em razão da ascendência da menor, e na forma da continuidade delitiva do art. 71, todos do CPB, assim como se observado o fato da menoridade agravada pelo art. 1º, inciso VI, da Lei Federal 8.072 (Lei dos Crimes Hediondos). O julgamento ocorreu em 2010, tendo o promotor insistido na condenação do acusado e incurso nas penas do art. 217-A e registrando ser contra a sua liberdade provisória.

Silveira (2013) analisa o caso e traz algumas questões relevantes que ora registramos. O denunciado, representado nos autos pela Defensoria Pública do Estado de Roraima alegou insuficiência de provas. A acusação versava que sob o estado de embriagues, o acusado, padrasto da vítima, teria acariciado suas partes íntimas. Ainda em 2010 veio a sentença de condenação de 32 anos e 4 meses de reclusão, ao negar-lhe o direito de recorrer em liberdade. A Defensoria Pública Federal inconformada com sentença, recorreu ao Tribunal de Justiça de Roraima sob a alegação de falta de materialidade, assim como depoimentos confusos e contraditórios, o que consubstanciava o pedido de absolvição do réu. O Ministério Público de primeira instância defendeu os termos da sentença pedindo a manutenção da condenação, pedido acatado pelo Órgão Ministerial de Segundo Grau. Nessa fase processual, nossa comissão (CIDIF) tomou conhecimento dos fatos por meio dos trabalhos realizados PAMC. De imediato, entramos em ação numa tentativa da revisão de pena, por entendermos se tratar de uma condenação excessivamente alta em relação aos “padrões do direito estatal e fora dos parâmetros normalmente considerados para a condenação de não índios em casos similares” (Silveira, 2013, p.80). Em março de 2012, o Tribunal de Justiça de Roraima deu provimento ao recurso em defesa do indígena e por unanimidade, a pena foi reduzida para 8 anos e 9 meses de reclusão. Em 2013, o réu passou a cumprir a pena no regime semiaberto e, pela condição



de indígena aldeado, pode pernoitar 7 dias na comunidade e os outros 7 dias na PAMC. Desde 2015, o réu cumpre pena em liberdade. O que podemos vislumbrar no caso analisado e nos autos do processo foi um preconceito velado se comparamos as sentenças de casos semelhantes envolvendo não indígenas.

Outro caso emblemático foi de um indígena Wapixana acusado de ter infringido, em 2010, o Art. 217-A do CPB. Na época do nosso trabalho na PAMC, final do ano de 2011, encontrava-se preso em regime preventivo. Segundo a acusação, tinha abusado sexualmente da enteada menor. O réu foi condenado em 2015 a 16 anos de reclusão. No início de 2016, o caso ganhou outra dimensão. A vítima, já maior de 18 anos, declarou, para fins judiciais, em cartório que o padrasto não abusava sexualmente dela. Acrescentou no documento que mantinha relações sexuais com um indígena da mesma idade na comunidade. O motivo da acusação teria sido uma vingança contra o padrasto que a impedia de brincar na casa das amigas. E que sustentou a acusação com medo dos castigos da mãe, assim como pelo incentivo da tia. Esse caso é um exemplo da falta de conhecimento dos indígenas da gravidade da acusação frente ao nosso ordenamento jurídico. Esse não foi o único caso de conflitos entre indígenas que levaram a falsas denúncias de abuso sexual com forma de vingança.

## **5. Encarcerados e indígenas em tempo de pandemia COVID-19 em Roraima**

A partir de 2015 as rebeliões já eram sentidas na PAMC e fomos aconselhados a paralisar o nosso trabalho de campo junto aos indígenas encarcerados. Em outubro de 2016 ocorreu a primeira rebelião, decorrente do confronto entre duas facções, Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital; essa disputa deixou 10 mortos. Em janeiro de 2017 um segundo confronto entre as duas facções, deixou 31 presos mortos. No final de 2018, o Ministério da Justiça decretou intervenção na PAMC. A atuação da Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária na PAMC foi prorrogada e, permanece até os dias atuais. As atividades de assistência judiciais e antropológicas do CIDIF passaram a ser pontuais, a partir de demandas do Ministério Público Federal e Estadual, assim como dos próprios familiares dos indígenas, quando requerem, através da Defensoria Pública, um laudo antropológico.

Em novembro de 2019 fomos informados pelo diretor da PAMC que lá se encontravam presos 38 indígenas e 228 imigrantes venezuelanos. No início de 2020, um surto de doença de pele se alastrou entre os presos da PAMC e 24 foram internados no Hospital Geral de Roraima<sup>1</sup>. O presídio que

<sup>1</sup> <http://g1.globo.com/noticia>, acesso 03.07.2020

possui uma capacidade de abrigar 750 presos, até o início de 2020, detinha uma população aproximada de 2.200 detentos.

É provável que em decorrência dos indígenas ocuparem uma área fora das alas, não tenham se envolvido com facções e nem se infectado com a doença de pele. Da mesma forma, em relação à pandemia do Covid-19, também não tivemos informações de indígenas encarcerados contaminados, ao contrário dos não indígenas. Na última semana do mês de junho de 2020, segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça, havia 60 presos contaminados pelo Covid-19 no sistema prisional de Roraima e 6 óbitos. Informações coletadas pelo nosso GT, no mesmo período no Hospital Geral de Roraima davam conta de 28 presidiários internados, numa ala reservada, especificamente, para atendê-los.

Em relação aos indígenas aldeados no estado de Roraima, segundo boletim do Distrito Sanitário Especial Indígena Leste de Roraima, datado de 02 de julho de 2020, abrangendo 10 regiões, registra-se 413 casos confirmados e 13 óbitos. O DSEI - Leste de Roraima não inclui a Terra Indígena Yanomami e Waimiri-Atroari. Conforme registro da Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana, entre 02 de junho a 02 de julho de 2020, o número de casos confirmados saltou de 55 para 188, com o registro de 3 óbitos. A grande ameaça para os Yanomami e Ye'kwana é a presença de aproximadamente 20 mil garimpeiros dentro da área. Os Waimiri-Atroari ocupam uma área entre o estado de Roraima e do Amazonas, e ainda se encontram numa situação de semi-isolados, não havendo registro de contaminação até a presente data.

No que diz respeito aos protocolos de prevenção do Covid-19 entre os indígenas, a FUNAI editou a Portaria 419/PRES, de 17 de março de 2020, que dispõe limitar a presença de agentes da Funai, assim como civis em terras indígenas e suspender autorizações de entradas em TIs para quaisquer fins. No estado de Roraima, os indígenas das mais diversas comunidades têm se organizado no sentido de bloquear estradas de acesso e procuram manter o máximo possível os indígenas nas aldeias, ao limitar a vinda à cidade de Boa Vista. Entidades civis e governamentais têm desenvolvido ações de apoio, como doação de máscaras, álcool e material de higiene.

A UFRR, através do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, está promovendo ações para os estudantes indígenas durante a pandemia de Covid-19, como arrecadação de alimentos, material de higiene e depósito em conta bancária. Na Instituição, como um todo, há uma mobilização geral, haja vista casos de contágios e falecimentos de alunos, egressos e lideranças tradicionais indígenas. Os últimos fizeram história na luta pela demarcação dos territórios indígenas, mas, infelizmente, foram vencidos pela pandemia.



## Considerações Finais

Gostaria de enfatizar alguns avanços alcançados nesse trabalho de assistência aos indígenas encarcerados que cumprem/cumpriram pena na Penitência Agrícola Monte Cristo de Roraima. Primeiro, o convencimento ao poder judiciário da necessidade da elaboração de laudo antropológico em processos que envolvem indígenas, a despeito de que defendermos que em todos eles deveriam contar com a atuação de um antropólogo. A revisão de penas já imputadas e o direito dos indígenas cumprirem a pena no sistema semiaberto nas comunidades sem ter que pernoitar na penitenciara. A Lei Federal 6.001/1973 já preconizava esse direito nos artigos 56 e 57, apesar do citado dispositivo se reportar a condição de índio integrado. Essa noção, por sua vez, foi superada pela Constituição Federal de 1988.

Continuidade e ampliação dos projetos de ações para coibir o cometimento de crimes contra a dignidade sexual nas comunidades e a ponderação dos operadores do direito nos casos concretos. Outra conquista remete à transferência dos indígenas encarcerados para um pavilhão fora do alcance dos outros detentos, considerando que o tipo penal colocava em risco a dignidade/integridade física dos indígenas. Em 25 de junho de 2019, o Conselho Nacional de Justiça aprovou a Resolução 287, apesar de não ter força de lei, recomenda a feitura de laudos antropológicos e consulta à comunidade, em processos que envolvem indígenas.

## Referências

Cirino, Carlos. (2008). *A "Boa Nova" na língua indígena: Contornos da evangelização dos Wapichana no século XX*. Boa Vista: Editora da UFRR.

Cirino, Carlos. (2016). Os índios citadinos de Boa Vista: Migração, desafios e desencanto. In: CIRINO, Carlos et Lima, Carmen Lucia Silva (Orgs). *Moradores da Maloca Grande: Reflexões sobre os indígenas no contexto urbano*. Boa Vista: Editora da UFRR.

Cirino, Carlos. (2015). Salário maternidade e as indígenas Macuxi e Wapixana/RR: O não reconhecimento dos direitos indígenas pelo INSS. In: Cirino, Carlos, Anjos, Teresa Cristina E. e Franklin, Cleber Batalha (orgs). *Direito e Cidadania*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015.

Código Penal Brasileiro. (2008). In: *Vade Necum*, São Paulo: Saraiva.

Farabee, William Curtis. (1918). *The Central Arawaks*. Anthropological Publications, The University Museum, University of Pennsylvania: USA.



Gomes, Francisco Alves. (2020). *Narrativas integracionistas na corte: Negação à perícia antropológica em processos de apelação criminal do TJRR contra sentenças provenientes da Comarca de Bonfim – RR*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Koch-grünberg, Theodor. (2006). *Do Roraima ao Orinoco. Observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913*. Tradução Cristina Alberts-Franco. Vol. 1. São Paulo: UNESP.

Nucci, Guilherme de Souza. (2009). *Crimes contra a dignidade sexual: comentários à Lei 12.015, de 7 de agosto de 2009*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

Silva, Márcio Rosa. (2020). *O sistema de justiça Ingarikó: etnografia, estudos e análises*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Silveira, Edson Damas. (2013). *Perícia Antropológica como Direito Fundamental Indígena à ampla defesa nos casos de crimes contra a dignidade sexual*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Villares, Luiz Fernando. (2009). *Direito e povos indígenas*. Curitiba: Juruá.



# APRISIONAMENTO DE MULHERES EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

ELAINE PIMENTEL

## Palavras iniciais

As duas últimas décadas foram marcadas por um expressivo crescimento do aprisionamento de mulheres no Brasil, o que vem desafiando, por um lado, os diversos campos das ciências criminais a apresentar caminhos de compreensão dessa realidade, além de alternativas de superação e, por outro lado, exigindo dos Poderes Públicos – Executivo, Legislativo e Judiciário – uma atenção maior aos cárceres femininos.

Em tempos de pandemia de COVID-19, diversos problemas se somam aos aspectos estruturais e humanos que já são compreendidos como problemas inerentes ao aprisionamento feminino. Afinal, a voracidade do novo coronavírus alterou a dinâmica do mundo em diversos aspectos: a gestão pública, em todos os níveis, buscou adaptar-se à imensa demanda de leitos hospitalares e profissionais de saúde aptos a lidar com a situação emergencial instalada; a necessidade de distanciamento e isolamento social exigiu transformações rápidas nos campos do trabalho e da educação, que passaram a ser desenvolvidas nos espaços domésticos, alterando rotinas e impondo a mediação de tecnologias digitais para a comunicação; no campo da economia, empresas foram fechadas, eventos que geram aglomeração, proibidos, e várias cidades estabeleceram o *lockdown*, ou seja, a proibição de sair de casa, exceto para situações justificadas. Além disso, o mundo se deparou com a necessidade de adoção de medidas sanitárias que envolvem a prática de higienização das mãos, seja com água e sabão ou álcool em gel, o uso de máscaras, a limpeza dos ambientes domésticos e outras.

As transformações das relações sociais ocorridas neste tempo de excepcionalidade pela pandemia têm levado a questionamentos sobre a construção de um “novo normal”, ou seja, mudanças substanciais nas relações humanas e no agir estatal, em vários aspectos, tendo em vista a necessidade salvaguardar vidas humanas pelo distanciamento social. No entanto, nem todos os aspectos da atuação estatal foram plenamente alcançados por essa necessidade de proteção à saúde. Existem campos de intervenção do Estado – a exemplo das práticas punitivas – que atendem a imperativos peculiares, típicos da cultura punitivista, impactando severamente no atuar dos Poderes



Públicos. Esse parece ser o ponto de partida para se pensar os efeitos da pandemia sobre o aprisionamento de mulheres.

Nesse sentido, algumas questões se impõem: como as mudanças decorrentes da pandemia impactam o encarceramento e, especificamente, o encarceramento feminino? Estão sendo adotadas medidas judiciais de desencarceramento, com vistas a reduzir as aglomerações nos espaços prisionais destinados a mulheres e possibilitar que elas se protejam do contágio? As medidas sanitárias, recomendadas fora dos espaços prisionais, estão também sendo aplicadas às prisões femininas? Internamente, a necessidade de distanciamento social tem recrudescido práticas de isolamento em celas, aumentando o sentimento de solidão já tão presente no encarceramento de mulheres? Com a suspensão de visitas de familiares, estabelecida pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) para todo o Brasil, estão sendo implementadas ações voltadas à comunicação das mulheres presas com suas famílias ou outras pessoas próximas?

Esses questionamentos levam a reflexões em torno da realidade do sistema carcerário brasileiro, que permitam a demarcação de problemas inerentes ao encarceramento feminino, com suas particularidades. Embora os presídios femininos apresentem problemas comuns aos destinados a homens – tais como condições inadequadas e insalubres das unidades prisionais, insuficiência de políticas públicas de saúde, educação e trabalho, práticas de tortura e violência real e simbólica –, há aspectos peculiares ao encarceramento de mulheres, o que repercute sobre os efeitos da pandemia de COVID-19 nas prisões femininas.

## **2 Encarceramento feminino no Brasil e a COVID-19**

Segundo o mais recente Relatório Temático Mulheres Privadas de Liberdade – Junho de 2017, produzido e publicado em 2019 pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), até 2017, a população carcerária brasileira no Brasil era de 726.354 pessoas. Dentro dessa cifra, a população carcerária feminina era de 37.828 mulheres presas, numa taxa de 35,52 mulheres presas para cada 100 mil mulheres. Embora a população prisional masculina seja maior em números absolutos, proporcionalmente, o número de mulheres encarceradas cresceu, nas últimas décadas, duas vezes mais que o de homens, o que gera impactos expressivos nos cárceres femininos brasileiros.

Por detrás dos números do encarceramento feminino, porém, há histórias de vida de mulheres fortemente marcadas pelas desigualdades de gênero, raça e classe, que precisam ser consideradas por lentes interseccionais (Crenshaw, 2002), para a compreensão da complexidade das muitas opressões



geradoras de vulnerabilidades que favorecem o encarceramento. Entre as mulheres presas no Brasil, 90,40% são pretas ou pardas, o que evidencia a força das desigualdades raciais e a seletividade penal, sobretudo quando se considera, interseccionalmente, que a condição racial não é um dado isolado; ao contrário, tende a ser acompanhada da condição social de subalternidade, o que leva mulheres presas a apresentar baixos níveis de escolaridade e renda e, conseqüentemente, pouco acesso a direitos fundamentais e sociais como saúde, educação, moradia e outros. Assim, é recorrente que mulheres presas estejam em condição de subnutrição e apresentem doenças adquiridas pela ausência de cuidados do Estado, diante da severa desigualdade social que marca o Brasil. Isso, por si só, é um fator que concorre para uma maior suscetibilidade à infecção pelo coronavírus, sobretudo quando se soma a questões estruturais do sistema punitivo.

Em sua maioria, as prisões femininas, no Brasil, não são planejadas para mulheres. Ao contrário, resultam de arranjos arquitetônicos e estruturais realizados em prisões masculinas para custodiar mulheres condenadas ou que esperam julgamento, com práticas e procedimentos que em nada se diferenciam daqueles utilizados em espaços prisionais destinados a homens, sob a justificativa de tratamento igualitário de homens e mulheres. Assim, há certa tendência de masculinização das práticas de controle de corpos, exercida por mulheres que atuam na gestão e no policiamento em prisões femininas, mesmo diante da constatação empírica de que os cárceres para mulheres são marcados por dinâmicas diferenciadas dos masculinos, sobretudo no que diz respeito às relações afetivas construídas pelas mulheres presas entre si e, em alguns casos, com o corpo próprio corpo de gestoras, técnicas, professoras e policiais penais.

Notadamente as ações de segurança interna revelam a reprodução de um padrão, por parte das policiais penais, cujo aprendizado se dá no contexto do encarceramento masculino. Essa é uma expressão paradoxal da cultura patriarcal nas prisões femininas (Pimentel, 2017). Apesar da utilização, no trato penal das mulheres, das mesmas práticas de controle de corpos – no sentido foucaultiano (Foucault, 1987) – exercidas sobre homens, buscando igualar homens e mulheres, é recorrente o exercício do controle de corpos femininos regido pela manutenção dos lugares de gênero atribuídos historicamente às mulheres por força da cultura patriarcal, especialmente no que se refere a imposições sobre a sexualidade, as obrigações da maternidade e o aprendizado de atividades laborais que reproduzem o doméstico, como cozinha, limpeza, corte e costura, bordados e outros.

Outro aspecto relevante diz respeito às mulheres presas e suas relações afetivas fora da prisão. São muito comuns os relatos de abandono afetivo e solidão entre as mulheres privadas de liberdade, sobretudo por parte



dos homens: companheiros, pais, avôs, que podem exercer poder sobre os filhos das mulheres encarceradas, privando-as, não raramente, do convívio maternal durante o período de aprisionamento, como meio informal de castigo pelo crime praticado. É que mulheres acusadas da prática de crimes trazem consigo, no contexto de culturas patriarcais, o estigma (Goffman, 2003) pela ruptura das normas de gênero, ou seja, a violação de um suposto lugar natural de candura e maternagem, que tende a criar expectativas de comportamentos femininos, em tese incompatíveis com as representações sociais construídas em torno da mulher que comete crimes.

Essa carga ideológica compõe o discurso midiático que espetaculariza o envolvimento de mulheres em crimes, sobretudo quando ressaltam estereótipos de beleza e maternidade e, não raro, interfere nas ações de segurança pública, nos julgamentos pelo Poder Judiciário e na execução das penas.

No entanto, algumas medidas judiciais nos últimos anos evidenciam o reconhecimento, por parte dos Poderes Judiciário e Legislativo, do grave, porém silencioso, problema social do encarceramento em massa de mulheres.

Em 2016, por meio do *Habeas Corpus* nº 118.533/MS, o Supremo Tribunal Federal afastou a hediondez do tráfico privilegiado – aquele referente a agente seja primário, de bons antecedentes, que não se dedica às atividades criminosas nem integre com organização criminosa –, redefinindo a interpretação do art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/2006, conhecida como Lei de Drogas. O voto do relator, Ministro Ricardo Lewandowski, traz fundamentos sociológicos ao posicionamento então apresentado, considerando que as mulheres são aquelas mais acusadas por tráfico privilegiado e que, em razão hediondez atribuída a esse delito, há um expressivo encarceramento de mulheres em todo o Brasil.

Em 2018 foi impetrado o *Habeas Corpus* coletivo (HC 143.641), **pela Defensoria Pública da União, em favor de** todas as mulheres submetidas à prisão cautelar no sistema penitenciário nacional, que ostentavam, naquele momento, a condição de gestantes, de puérperas ou de mães com crianças com até 12 anos de idade sob sua responsabilidade, e das próprias crianças. Mais uma vez o aprisionamento feminino foi colocado em questão pelo Supremo Tribunal Federal, considerando, desta feita, a condição gestacional ou a maternidade como fatores sociais que precisam se sobrepor à cultura punitivista já presente durante o processo penal de conhecimento, antes mesmo da condenação. Nesse sentido, o relator, Ministro Ricardo Lewandowski, concedeu a ordem, determinando a substituição da prisão preventiva pela domiciliar de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei 13.146/2015), enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de



crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelo juízes que denegarem o benefício. Essa decisão inspirou a alteração da Lei de Execução Penal, em 2018, por meio da Lei nº 13.769, de 19 de dezembro de 2018, de modo a positivar na legislação a possibilidade de substituição da prisão preventiva pela domiciliar para mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, disciplinando, ainda, o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação.

Essas foram, então, decisões judiciais emblemáticas, referentes ao aprisionamento feminino, em tempos de normalidade, anteriores à situação de excepcionalidade imposta pela pandemia de COVID-19.

Quando a pandemia se instalou no Brasil, o Conselho Nacional de Justiça foi o primeiro órgão a estabelecer diretrizes voltadas ao Poder Judiciário, referentes a pessoas privadas de liberdade, por meio da Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020. O documento recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. As medidas ali previstas têm por propósito proteger a vida e a saúde das pessoas privadas de liberdade, evitar a propagação do vírus e garantir a continuidade da prestação jurisdicional.

Dentre as recomendações, de ordem jurisdicional, o documento, em seu art. 4º, recomenda aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, entre outras medidas, reavaliem as prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco (CNJ, 2020).

Já o art. 5º do documento recomenda aos magistrados com competência sobre a execução penal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, verifiquem a possibilidade de concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto, nos termos das diretrizes fixadas pela Súmula Vinculante nº 56 do Supremo Tribunal Federal, sobretudo em relação (entre outros) à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação (CNJ, 2020).

Para as mulheres, o foco da Recomendação nº 62 está na gestação, na maternidade e nos casos de grupos de risco. Percebe-se, portanto, um esfor-



ço do CNJ em conscientizar os magistrados, por meio do documento – que não tem natureza cogente –, sobre a importância de medidas judiciais como ações preventivas, únicas aptas a realizar o desencarceramento de mulheres e homens, objetivando proteger o direito fundamental à saúde dessas pessoas.

Para além da atuação jurisdicional, o CNJ, no art. 9 da Recomendação nº 62, também aponta para os magistrados a importância do exercício das atribuições de fiscalização de estabelecimentos prisionais e unidades socioeducativas, de modo zelar pela elaboração e implementação de um plano de contingências pelo Poder Executivo, que preveja um conjunto de ações sanitárias preventivas. Essas ações envolvem campanhas informativas, medidas de higiene, abastecimento de remédios e alimentação – aumentando, inclusive, o rol dos itens que podem ser fornecidos por familiares –, fornecimento ininterrupto de água para as pessoas privadas de liberdade e agentes públicos das unidades, adoção de providências para evitar o transporte compartilhado de pessoas privadas de liberdade, garantindo-se manutenção de distância respiratória mínima e a salubridade do veículo, equipe médica qualificada, fornecimento de equipamentos de proteção para os agentes públicos da administração penitenciária e socioeducativa, entre outros.

No entanto, o que se verifica, em todo o Brasil, é a forte resistência do Poder Judiciário em cumprir as recomendações do CNJ, evidenciando que, na disputa de narrativas entre a defesa da vida e da saúde como direitos fundamentais e a força das práticas punitivas, estas últimas acabam se sobressaindo, reforçando a percepção de que o Brasil é um país marcado por forte cultura punitiva.

Como o Brasil consiste em imensa federação que concede certa autonomia aos estados federados para a administração penitenciária – em que pese a existências de normas federais de pleno alcance ao Poder Executivo estadual –, existem condutas bastante distintas em cada uma das unidades da Federação quanto a ações de prevenção à COVID-19. Alguns estados buscaram atender à Recomendação e outros, apenas parcialmente, o que favorece a desencontro de informações, inclusive a subnotificação de casos da doença entre mulheres e homens presos e agentes públicos que atuam nas prisões.

## **5. Considerações finais**

As reflexões aqui apresentadas tiveram por propósito apresentar um breve panorama das principais questões que envolvem o aprisionamento feminino e os impactos da pandemia de COVID-19.



Embora a pandemia tenha se instalado como um problema mundial, que atinge todas as classes sociais, não se pode afirmar que todos enfrentam essa imensa ameaça à saúde da mesma forma. Pessoas privadas de liberdade têm menos possibilidades de cuidar da higiene e da saúde, em razão das próprias condições de encarceramento. Enquanto se recomenda distanciamento social e cuidados redobrados com a limpeza dos ambientes, as prisões seguem abarrotadas de mulheres e homens, muito suscetíveis ao contágio.

Apesar dos esforços do Conselho Nacional de Justiça de recomendar medidas aos Poderes Judiciário e Executivo, voltadas à prevenção do contágio, a resistência por parte de magistrados em tomar decisões que proporcionem o desencarceramento é imensa, de modo que, de um lado, há a demandas judiciais em defesa da saúde das pessoas privadas de liberdade e, de outro, o discurso de manutenção da segurança pública por meio da prisão.

Para as mulheres, a condição de vulnerabilidade antecede o próprio cárcere. Os dados oficiais evidenciam os efeitos das dificuldades de acesso a direitos básicos como saúde, educação e moradia, o que favorece a seletividade de um sistema povoado por mulheres pretas e pardas, em sua maioria, de baixa escolaridade e renda. Esses fatores demonstram a necessidade de compreender o encarceramento feminino não apenas a partir das diferenças de gênero, mas também, de forma interseccional, considerando opressões de raça e classe. Essas mulheres estão mais suscetíveis ao encarceramento e, dentro das prisões, mais vulneráveis à infecção pelo coronavírus.

Como os cárceres são ambientes dentro dos quais se impõe o silêncio, em razão da cultura carcerária, mulheres privadas de liberdade seguem vivendo a experiência do duplo silenciamento: o das práticas de controle de corpos fora e dentro da prisão. Assim, vivenciam a pandemia com os limites impostos pela segregação social, sem que tenham condições de fazer o distanciamento necessário à quebra da rede de contágio.

Quando a pandemia acabar – seja pela descoberta de uma vacina ou por medicações eficazes – é que teremos o real panorama, em números, das infecções de mulheres presas, mesmo com a subnotificação inescapável. Todavia, uma vez ultrapassada a pandemia, as prisões femininas seguirão com suas marcas patriarcais, impondo o silêncio que sempre impuseram.

## Referências

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf> Acesso em 12/07/2020, às 22h.

Crenshaw, K.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. 2002, vol.10, n.1. Dis-



ponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000100011&script=sci_abstract&lng=pt).

DEPEN, Departamento Penitenciário Nacional. Relatório Temático Mulheres Privadas de Liberdade – Junho de 2017. Disponível em [http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy\\_of\\_Infopenmulheresjunho2017.pdf](http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf) Acesso em 11/07/2020, às 17:05h.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 25. ed. Petrópolis: Vozes.

Goffman, E. (2003). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.

Pimentel, E. (2015). O grande encarceramento por uma perspectiva de gênero. In Almeida, L.S.; Coutinho, S.; França Junior(orgs.) (2015). *Direito, sociedade e violência: reflexão sobre Alagoas*. Maceió: EDUFAL.

Pimentel, E. (2017) . As marcas do patriarcado nas prisões femininas brasileiras. In Pimentel, E. (org.) *Criminologia e política criminal: perspectivas*. Maceió: Edufal.



# O GÊNERO D/NA PANDEMIA: PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NO CÁRCERE

RAFAELA VASCONCELOS FREITAS

JÚLIA SILVA VIDAL

## Introdução

A mais recente pandemia não nos deixa ignorar as correlações entre as dinâmicas raciais, sociais, sexuais e as vulnerabilidades. Levar em conta essa interseção é fundamental para pensar o alcance e eficácia das medidas de proteção. Enquanto mundialmente se discute os limites e consequências da centralização nos Estados de medidas que podem colocar em risco as liberdades individuais, no Brasil luta-se para que as diretrizes das políticas públicas levem em conta evidências científicas. O desgoverno federal é visível no desmantelamento do Ministério da Saúde, na inexistência de um plano coerente de enfrentamento a crise sanitária e na clara oposição e desautorização dos governos estaduais e municipais que decretaram medidas de isolamento social.

No debate sobre as formas mais eficazes de contenção do vírus, categorias como “prioridades”, “grupo de risco” e “serviços essenciais” são frequentemente acionadas. É importante, no entanto, se atentar para seus usos, primeiro, como tem se tornado absolutamente evidente, nomear algo como “essencial” é muito mais do que uma questão material, é antes de tudo uma designação política. Essa nomeação não está vinculada de forma alguma ao cuidado, disposição ou proteção do Estado. Como Sujatja Gidla, que é condutora do metrô da cidade de Nova Iorque, escreveu no seu recente artigo para o New York Times, “Nós não somos essenciais, somos sacrificiais”. (Breslow, 2020, jun 9)

A preservação da vida, categoria que facilmente pode ser distorcida para justificar medidas conservadoras e violentas, hoje, significa também resistir e se opor a esta gestão, que transforma e confunde os serviços ditos essenciais com a precariedade de determinados segmentos sociais. A população, ou uma parte significativa da mesma, parece o suprimento descartável para que o processo de acumulação e concentração continue operando e não pare, como observa Safatle (2020), em sua elaboração sobre o Estado Suicidário.



A pandemia, ainda, se instala mundialmente em um momento de perda e retrocessos no debate democrático e no acesso a direitos relativos à questões de gênero e sexualidades. Ignorando o que se aprendeu em outros períodos de crise sanitária, atualizando as categorias de grupo de risco, e também desmontando políticas de assistência a mulheres vítima de violências e LGBTs.

Na mesma esteira desses ataques está a privação de pessoas trans frente à proteção ao trabalho, ao reconhecimento legal, à segurança e liberdade; além dos governos prejudicarem o acesso à saúde transespecífica identificando-a como procedimento “eletivo” ou “prejudicial” e não “essencial”. (A questão primordial do “não-essencial para quem?” precisa ser relembrada mais uma vez). Sob as condições atuais da política de desastre da pandemia, esse entendimento de que as vidas e as questões trans não são “essenciais” está sendo perigosamente explorado para intensificar os ataques legislativos contra a possibilidade da existência trans. (Breslow, 2020, jun, 9)

A articulação ideológica de prioridades abre precedentes para o aprofundamento de desigualdades e perda de direitos de populações historicamente vulnerabilizadas, como a população LGBT, de negros, pobres, moradores de periferia e aquelas encarceradas. No que toca esta última, enfrentamos um contexto extremamente devastador. Segundo os últimos dados do Infopen (2019), a população prisional do Brasil chegou ao patamar de 748.009 pessoas presas, em que a relação entre o número total de pessoas privadas de liberdade e a quantidade de vagas existentes no sistema prisional chega a 197,4%, apontando para uma superlotação do sistema. Em relação à raça, cor ou etnia das pessoas privadas de liberdade no Brasil, os dados são igualmente alarmantes: 64% do sistema prisional é composto por pessoas negras. Tratando-se da população de travestis e pessoas trans encarceradas o cenário é ainda mais alarmante: não sabemos quem são, quantas são, qual é o tipo penal mais aplicado, como se dá a execução de suas penas e quicá como anda a sua situação processual.

A proposta deste breve capítulo é indicar como as lógicas de gênero operam na sistematização de medidas contra a pandemia, no contexto prisional. Para isso, observaremos como procedimentos administrativos internos às alas reservadas às pessoas trans, travestis e homens gays, são utilizados para cercear o direito das mesmas às medidas de proteção sanitárias.



## **População de pessoas trans e travestis encarceradas: localizando a política de alas**

A situação de pessoas trans e travestis no sistema prisional foi pauta de reivindicações e propostas das conferências LGBT, sobretudo a partir dos anos 2000, no que toca ao tema da segurança pública. Os primeiros debates sobre o tema colocaram em evidência os problemas históricos e reiterados das “violações cometidas pelas/nas instituições prisionais (ou seja, violências estatais), que atingem todos os sujeitos que se envolvem com sua realidade: as pessoas em privação de liberdade, os agentes penitenciários, a equipe técnica, a gestão e, até mesmo seus familiares” (Lamounier, 2018, p. 98).

É possível afirmar que a pauta prisional não somente inaugura o debate sobre a interface entre os processos de criminalização do gênero e sexualidade, como também influencia as preocupações que viriam a ser elaboradas nos próximos anos, notadamente pautadas pela situação de travestis e pessoas trans no cárcere.

Destarte, o ano de 2009 marca um ponto importante na história conturbada da travestilidade com o sistema penal: a institucionalização<sup>2</sup> das alas no estado de Minas Gerais. Após a implementação das alas no estado, outros seguiram a iniciativa e estruturaram espaços com finalidades parecidas. Paraíba, Bahia, Mato Grosso e Rio Grande do Sul também seguiram o mesmo caminho e, além disso, no ano de 2014, a SEDH já havia assinado com outros 16 estados brasileiros termos de compromisso para a elaboração de ações voltadas à população carcerária GBT, culminando na publicação da Resolução Conjunta nº 1 de 2014<sup>3</sup>, que normatiza o acolhimento à população LGBT em privação de liberdade.

Contudo, para Vidal (2020), essa maior visibilidade não veio acompanhada necessariamente da implementação de mecanismos institucionais capazes de verificar e acompanhar a situação de travestis no cárcere – seja para fins de elaboração de política pública, de monitoramento demográfico ou de acompanhamento de possíveis violações sofridas dentro do cárcere, como acontece com todo o restante da população carcerária no país, ainda que precariamente.

No ano de 2019 tal situação alcançou níveis mais dramáticos. A ala GBT do Presídio de Vespasiano foi fechada e as presas transferidas para a Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria (PPJSA), que hoje é a única ala do estado de Minas Gerais. A despeito da completa ausência de uma

<sup>2</sup> A regulamentação veio em 2013, via Resolução Conjunta da Secretaria de Defesa Social (SEDS) e Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE), nº 1 de 2013.

<sup>3</sup> Resolução Conjunta nº 1 de 15 de abril de 2014. Disponível em: [http://www.lex.com.br/legis\\_25437433\\_RESOLUCAO\\_CONJUNTA\\_N\\_1\\_DE\\_15\\_DE\\_ABRIL\\_DE\\_2014.aspx](http://www.lex.com.br/legis_25437433_RESOLUCAO_CONJUNTA_N_1_DE_15_DE_ABRIL_DE_2014.aspx)



política prisional para esta população, em que pese normativas em âmbito nacional e estadual, atualmente, segundo relatório “LGBT nas prisões do Brasil: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento” (Brasil, 2020), no momento da visita institucional a população da ala alcançava 294 pessoas, sendo a sua capacidade para 138 internos – caracterizando um cenário claro de superpopulação carcerária.

Em setembro daquele mesmo ano, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (2019) realizou uma visita técnica na Ala GBT da PPJSA e, de acordo com o relatório, foram observadas detentas com machucados expostos na pele, um contexto de sífilis, higiene bucal precária e descontinuidade na entrega de medicamentos. Ainda, foram levantados relatos de queixas recorrentes sobre a escassez de água para higiene pessoal e hidratação, falta de material de higiene pessoal e de acesso aos medicamentos mais comuns. Em ao menos cinco celas houve relatos de presas soropositivas sem medicação.

### **A pandemia e o acentuamento da vulnerabilidade no cárcere: os “PAD`s”**

Com o advento do novo Covid-19, temos presenciado um cenário de rápida disseminação da infecção que alcança patamares cada vez mais alarmantes. Desde a notificação do primeiro caso confirmado no país, já são contabilizadas mais de 60 mil mortes (30/06/2020), número que vem aumentando vertiginosamente a cada dia. Considerando que inicialmente a taxa de contaminação predominava nas classes sociais mais bastadas, o que temos visto nos últimos meses é uma letalidade maior na população negra e pobre do país.

Muito embora as orientações para prever e conter os danos da pandemia são pautadas pelo isolamento social, as aglomerações humanas representadas pelos presídios escancaram feridas abertas de um país que possui umas das populações prisionais mais numerosas do planeta. A precariedade e violência já largamente característica do sistema prisional tem sido acentuada de forma significativa com a pandemia e afeta de forma específica a população trans e travesti encarcerada. Em um contexto como esse, a inabilidade da Administração Prisional se torna tácita ao apostar tão somente na vedação de visitas e saídas temporárias, configurando um cenário ainda mais precário com a dificuldade de acesso a itens de higiene e o recrudescimento de quadros de ansiedade na prisão que já eram críticos.

No intuito de elaborar um conjunto de propostas e ações para reforçar medidas de racionalização do desencarceramento, o Tribunal de Justiça de



Minas Gerais publicou em meados de março de 2020<sup>4</sup>, a Portaria Conjunta nº19/PR-TJ/2020. Nesse documento há uma série de recomendações visando o esvaziamento das prisões, pautando, dentre outras medidas, a prisão domiciliar para presos condenados em regime aberto e semiaberto, a revisão de todas as prisões cautelares, bem como medidas alternativas à prisão no caso de presos com HIV e tuberculose.

Contudo, no tocante a aplicação da portaria para a população de pessoas trans e travestis, é possível perceber a existência de uma dinâmica que, até então, permanecia pouco vista e que evidencia outros modos de reatualização da criminalização. Isso porque a Portaria Conjunta nº19/PR-TJ/2020 trouxe em seu art.3º, parágrafo único, a seguinte redação: "não se aplica a recomendação contida no "caput" aos presos que estão respondendo a processo disciplinar por suposta falta grave". Em outras palavras, o principal empecilho para a concessão de domiciliar, sobretudo para presas em regime semiaberto tem sido a existência desse procedimento na unidade prisional, para apuração de falta grave. Contudo, a que nos interessa apontar no presente texto, no que toca o público da ala destinada a pessoas trans e travestis, tal procedimento tem sido utilizado largamente como controle de gênero.

Vianna e Lowenkron (2017), apontam que a dinâmica da prisão compõe mais um cenário onde as práticas generificadas atravessam e produzem a nossa vida social; a diferença, talvez, resida no fato de que é pelas prisões que essas práticas se tornam viáveis e compreensíveis. E todo esse trabalho se desenvolve a partir da produção de categorias jurídicas oficiais, permeadas por modos de regulação que no caso da dinâmica prisional, ganha o nome de "Procedimento Administrativo Disciplinar" (PAD). Apesar da completa ausência de uso do nome social e respeito pela identidade de gênero das pessoas envolvidas, os documentos que instruem os PADs são repletos de termos que apontam como a criminalização é materializada e reatualizada dentro do próprio cárcere.

Em pesquisa ainda em desenvolvimento pelo Projeto Transpasse<sup>5</sup>, tem sido possível investigar mais a fundo como os PADs se configuram como um meio de coordenação da criminalização pelas normas de gênero que, em contextos de pandemia, assumem patamares alarmantes. Em um desses procedimentos, Sarah (nome fictício atribuído a uma de nossas

<sup>4</sup> O Conselho Nacional de Justiça igualmente se pronunciou sobre o tema. A Recomendação nº62, em que trouxe diversas medidas para a redução dos riscos epidemiológicos no contexto do cárcere.

<sup>5</sup> O Transpasse é um projeto de extensão da UFMG vinculado à Clínica de Direitos Humanos da UFMG, ao Programa de Assistência Judiciária (DAJ/UFMG) e ao Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH/UFMG), que visa oferecer acompanhamento psicossocial e jurídico a travestis e pessoas trans em Belo Horizonte.



interlocutoras), travesti presa há 5 (cinco) anos, se vê envolvida em uma situação que é assim descrita por um agente prisional:

Ao adentrar ao pavilhão para entrega da alimentação, foi constatado que alguns presos estavam no Banho de Sol sem fazer o uso do uniforme padrão para procedimentos fora da cela conforma instrução interna da Unidade, **sendo que usavam roupas como: top`s ou situãs, sem cobrir com a camisa que compõe o uniforme.** Foi solicitado aos presos que estavam fora do padrão que vestissem a camisa, sendo acatado por todos, menos o preso supracitado que indagou o agente ali presente com os seguintes dizeres: “Porque você fica mandando a gente vestir camisa se nós outros pavilhões os presos também ficam sem e ninguém fala nada?” Foi dada a ordem novamente ao preso que vestisse a sua camisa e o mesmo ficou questionando a ordem sem cumpri-la, até que ao ouvir que iria ser comunicado ele vestiu a camisa, porém ficou conspirando com os outros presos no pátio. [sic] (grifo nosso)<sup>6</sup>

Quando foi ouvida, Sarah respondeu que não entendeu ao certo o motivo pelo qual recebera o comunicado. Disse, ainda, que

*(...) perguntado ao declarante se retirou a camisa de uniforme durante o banho de sol e ficou apenas de sutiã ou de top, respondeu que sim, perguntado ao declarante se foi dada ordem para que vestisse o uniforme, respondeu que sim e acatou na mesma hora, perguntado ao declarante se questionou a ordem dada dizendo ‘por que você fica mandando a gente vestir camisa se nos outros pavilhões os presos também ficam sem e ninguém fala nada?’”, respondeu que sim, mas não falou desta forma, que **disse para o agente que os outros presos, dos outros pavilhões ficam sem camisa e não há proibição para eles e que o declarante acrescentou que não possui nenhuma prótese de seios e possui o tórax como o de qualquer homem, não tendo problema algum permanecer sem camisa.** (grifo nosso)*

Como parte do procedimento, Sarah foi encaminhada para a audiência do conselho disciplinar para procederem a apuração da suposta falta praticada. No curso da execução penal, a audiência do conselho disciplinar é realizada no estabelecimento prisional onde a pessoa cumpre pena, cuja suposta finalidade é a apuração de eventual falta cometida ao longo da execução da pena. Durante a audiência o fato foi assim descrito: “o preso estava no pátio de sol sem utilizar uniforme, conforme instrução normativa a esse respeito e se recusou a fazê-lo, questionando o agente e descumprindo à ordem emanada”. Na audiência, um corpo de 3 (três) jurados considerou que Sarah havia cometido uma falta grave e, não somente deveria receber

<sup>6</sup> Os trechos citados nessa seção foram retirados de forma integral do PAD elaborado em outubro de 2019 na PPJSA e serão marcados pelo uso de itálico.



a punição de 12 dias de isolamento na própria cela, como igualmente seria encaminhada para ser ouvida em juízo, para proceder ou não a ratificação do veredito e, assim, dar um verniz de legalidade a um que é julgado, muitas vezes, pelos próprios agentes penitenciários.

Nos termos da Portaria Conjunta nº19/PR-TJ/2020, tal fator configura um impeditivo para sua soltura. Ou seja, em função das dinâmicas de manutenção da criminalização do gênero, articuladas pelos procedimentos administrativos, pessoas trans e travestis encarceradas não serão beneficiadas pelas medidas de proteção sanitárias no cárcere. Por maior que seja a ciência de suas vulnerabilidades de saúde, relativas às condições sanitárias dos presídios, comorbidades anteriores, ou o reconhecimento legal do direito pelo Estado, as formas de punição que extrapolam o estabelecido no julgamento da pena, serão decisivas na sua possibilidade de sobrevivência à pandemia.

A análise de diferentes PADs envolvendo pessoas trans e travestis permite perceber como o reconhecimento da identidade de gênero dessas internas se dará na articulação de elementos para a punição. Em todos os documentos analisados, apesar da localização específica (ala GBT), da declaração do nome social pela pessoa presa, e dos elementos que indicam feminilidade pelos próprios relatos, não são usado pronomes femininos, nem os nomes sociais indicados por elas.

No decorrer do processo disciplinar as declarações das pessoas presas parece não surtir efeito na condução da investigação. O registro das oitivas se mostra protocolar ou conduzido de forma parcial de modo a registrar muito mais a ação normativa dos agentes, do que os fatos investigados. Cabe destaque, ainda, que as punições ocorram independentes da motivação e/ou do desfecho dos conflitos internos, sendo muitos deles oriundos das condições insalubres (física e mental) do cárcere.

Outro elemento relevante é o uso “reativo” ou “reacionário” de um (des)entendimento sobre direitos LGBT, de modo a culpabilizar as/os presa/os e proteger os agentes de acusações de violações,

*(...) e a questão não é tratar os presos de acordo com sua orientação sexual, mas sim fazer com que os deveres e obrigações, sejam cumpridos por todos, sem diferenciação, pautado sempre na manutenção da ordem e às leis que normatizam a Unidade Prisional.*

O trecho acima figura na justificativa de um agente para a punição de Sarah por questionar a obrigatoriedade seletiva do uso de uniforme no banho de sol. Em outro documento similar uma travesti presa é acusada por agentes de “intimidação” e “falta de decoro”, quando nomeia a um deles



como homofóbico em uma ocorrência, ao ouvi-lo se dirigir a outro preso homossexual com palavras de baixo calão, de cunho homofóbico.

Essa trama complexa diz dos efeitos de se tratar socialmente questões de gênero e sexualidades no campo moral e não do reconhecimento de direitos, ainda mais visíveis agora, no contexto da pandemia. As fragilidades decorrentes do trabalho precário no cárcere faz com que os trabalhadores busquem nos estereótipos e preconceitos sociais as justificativas para um tratamento desigual, que evidencie as diferenças entre quem está dentro e fora das grades. Por outro lado, as dinâmicas da transfobia são ainda mais violentas uma vez que as pessoas trans e travestis presas não tem controle sobre as condições de cumprimento da pena, e em consequência de uma história de exclusão e marginalização social, não dispõe de mecanismos de defesa eficientes.

A reiteração da criminalização nesse contexto, parece estar diretamente relacionada à afirmação e vivência do gênero feminino. A manipulação de elementos na cena de transgressão/resistência, levadas a cabo pelas normas de gênero, fazem com que o uso de um top seja nomeado como desvio. Os corpos trans, destituídos do lugar da naturalidade e da coerência são também aqueles que não têm descanso nem perdão.

## Conclusão

O estabelecimento das políticas de alas para pessoas trans e travestis são conquistas importantes, mas insuficientes no estabelecimento de condições equânimes para a população LGBT encarcerada. Somente um controle social sistemático das práticas e vivências nessas instituições é capaz de revelar as dinâmicas de inferiorização cotidianas que continuam operando. Em especial quando observamos as condições de encarceramento de pessoas trans e travestis,

(...) compreende-se que a pena assume outros contornos, indo muito além da repressão dos delitos e se configurando como uma estratégia de normalização dos corpos e das posições de gênero. Infere-se, assim, que os sistemas de punição não são imparciais e se pautam em construções sociais que minuciosamente constroem, nesse caso, a criminalização do gênero, agregando à interpretação dos fatos alguns contornos morais não interpelados pela própria justiça ou pela ética do direito penal (Prado et al, 2018,p.3).

No contexto da pandemia, medidas genéricas não vão alcançar populações que tem trajetórias de vida alteradas pela moral sexual. O mergulho nesses documentos torna-se estratégico para visibilizarmos uma



série de rotinas e procedimentos de criminalização ordenada pelas normas de gênero, que afetam especialmente pessoas trans e travestis. Produções seletivas do sistema penal que resultam tanto no impedimento de progressão de regime em virtude de classificações de supostas faltas graves como, no contexto da pandemia, o impedimento da concessão da prisão domiciliar. Dinâmicas que podem acelerar os processos de adoecimento e morte dessa população.

Lembramos que a ala referida no texto abriga também homens gays, rebaixados na hierarquia das masculinidades que governam os presídios, o que nos indica que podem ser afetados de forma similar por punições seletivas. No que se referem às mulheres (cis) lésbicas e homens transexuais é urgente pensar em loco como a pandemia chega aos presídios, uma vez que é de conhecimento geral as penalizações morais que se somam àquelas legais.

O contexto da pandemia do Covid-19 com a conseqüente visibilidade dos PADs tem nos mostrado como a “trama toma a expressão de gênero travesti como o elemento central para deslegitimação de qualquer direito” (Nuh, 2018, p. 57) e como as suas vivências, tanto livres quanto presas, são alvo de criminalizações.

## Referências

*Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais*, Comissão de Direitos Humanos (2019). Relatório de visita a Penitenciária Professor Jason Soares Albergaria. Belo Horizonte.

Brasil, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2020). *LGBT nas prisões do Brasil: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento*. Brasília.

Breslow, Jacob (2020) A transfobia “não-essencial” na política do desastre da pandemia. 9 de junho de 2020. Sexual Policy Watch. Recuperado em 30 de junho de 2020 em: <https://sxpolitics.org/ptbr/a-transfobia-nao-essencial-na-politica-do-desastre-da-pandemia/10682>

Infopen. (2019). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Brasília. Recuperado em 05 de julho de 2020 em: <https://app.powerbi.com/w?r=eyJrljoiZTlkZGJjODQtNmJlMi00OTJhLWFlMDktNzRlNmFkNTM0MWI3IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>

Lamounier, Gab (2018) *Gêneros encarcerados: uma análise transviada da política de Alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil

Nuh (2018) Relatório do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT sobre



os registros de homicídios envolvendo LGBTs no Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B97VB4S4vPTwMWFI0XZxdXdRbDBuakM3cUwwYjNJa2VpdGlF/view?ts=5d66dff8>. Recuperado em out/2019.

Prado, Marco Aurélio Máximo; Mendes, Bárbara Gonçalves; Carneiro, Júlia; Vidal, Júlia Silva; Lamounier, Gabriela Almeida Moreira; Freitas, Rafaela Vasconcelos. (2018) A construção institucional do gênero criminoso. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. 146 (26).

Safatle, Vladimir (2020) bem vindo ao estado suicidário. 004. Textos. Editora n-1. Recuperado em 30 de junho de 2020 em: <https://n-1edicoes.org/004>

Vianna, Adriana; Lowenkron, Laura (2017) O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu* (51)

Vidal, Júlia Silva (2020) Criminalização operativa: travestis e normas de gênero. Dissertação de mestrado, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

### **Sites consultados**

<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/11/coronavirus-e-mais-letal-entre-negros-no-brasil-apontam-dados-do-ministerio-da-saude.ghtml>. Recuperado em jun/2020.



## UM MUNDO NOVO

{Cristiana Ituassu}

Quando eu descobri minha solidão  
veio um vazio abissal  
e uma liberdade maior ainda.

Um gigantesco ponto de interrogação  
muita dor e um oceano de possibilidades.

Quando eu descobri minha solidão  
aquela de verdade, da gente com a gente mesmo  
aquela que te contam e que você tentou disfarçar a vida inteira  
não aquela de saber com a cabeça, mas a de sentir com o coração  
percebi que é melhor lidar com ela que fugir  
porque ela te acompanha onde você for  
e porque encará-la não te deixa mais feliz  
mas faz você mais forte.

E a vida não é um parque de diversões...

Vida é LUTA – ainda que divertida.



PANDEMIA E EXPRESSÕES  
DE QUEM ESTÁ À MARGEM



# A LEI DA VIAGEM: SITUAÇÃO DE MIGRANTES, REFUGIADOS E APÁTRIDAS NA PANDEMIA

CAROLYNE REIS BARROS  
PHANEL GEORGES

“Somos filhos da época  
e a época é política  
(...)”

O que você diz tem ressonância,  
o que silencia tem um eco  
de um jeito ou de outro político.”

(Wisława Szymborska, Os filhos da época)

A pandemia de 2020 tem exigido de todo o mundo algumas reordenações na maneira como produzimos existência. Seja por meio de rearranjos, porque alguns movimentos não pararam diante da pandemia do Covid-19, seja pela suspensão de rotas e trajetos que exigem trânsito oficial, a mobilidade humana, sobretudo, também precisou se reorganizar.

A mobilidade humana é central nas discussões sobre o presente e o futuro da sociedade que se estrutura a partir do fluxo do capital. Essa sociedade, como resposta à mobilidade humana, possui uma infinidade de normativas jurídicas que impedem o fluxo de pessoas, ao passo que a circulação da mercadoria e de sua produção são incentivadas. Nesse sentido, os projetos governamentais construídos nos últimos anos excluem as pessoas que se movem pelo mundo. Os migrantes são criminalizados, indesejados, excluídos ou incluídos perversamente em uma sociedade que não sabe lidar com as mobilidades humanas gestadas e geridas no sistema capitalista. Dados do último relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2019) estimam que existem 242 milhões de migrantes internacionais pelo mundo. O crescente número de pessoas que se movem pelo mundo é acompanhado pelo aumento de pessoas em situação de deslocamento forçado, refúgio e apatridia. O Brasil não se situa entre os países que mais acolhem migrantes, mas, nos últimos 10 anos, tem lidado com fluxos migratórios diversos tais como haitianos, senegaleses, bengalis, colombianos e, recentemente,



venezuelanos (Cavalcanti, Oliveira & Macedo, 2019). Tal realidade explicita um aumento das migrações sul-sul e desfaz o mito de que os migrantes internacionais só buscam o norte global (Baeninger, 2018).

Neste capítulo, abordaremos a situação de migrantes, refugiados e apátridas durante a pandemia do Covid-19. Inicialmente serão apresentados os conceitos de migração e migrantes e seus desdobramentos político-normativos, na sequência será delineado um panorama sobre a mobilidade humana na pandemia e, por fim, será apresentada uma reflexão sobre o direito humano à saúde.

## 1. Migração e migrantes: polissemia conceitual

Como uma atividade humana, a migração atravessa os tempos históricos e recebe diferentes contornos ao longo do tempo. No capitalismo, os movimentos migratórios acompanham a circulação imposta pelo capital e seguem caminhos onde há a possibilidade de venda de força de trabalho, mesmo que as condições não sejam dignas (Gaudemar, 1977). Em uma área que convoca vários campos disciplinares, o conceito de migração é constituído de forma polissêmica. Conforme destaca Vainer (1984), a partir da análise de diversas conceituações sobre migração, elas remontam a características e realidades distintas:

Todo discurso sobre migração começa exatamente por definir o que entende por este termo. Como aceitar, então, que a unidade seja dada pela identidade do objeto migração quando, para cada discurso, este mesmo termo designa objetos diferenciados, define dimensões distintas ou propõe perspectivas particulares – e muitas vezes excludentes – para pensar o real? (s.p.)

Neste texto, trabalhamos com uma definição de migração que, antes de tentar abarcar uma ampla gama de movimentos e situações, a caracteriza como uma atividade humana com toda sua complexidade, uma atividade que produz histórias. A definição da Organização Internacional para as Migrações, a seguir, ajuda-nos a pensar na migração como atividade atravessada por processos e movimentos, sendo compreendida como um “processo de atravessamento de uma fronteira internacional ou de um Estado. É um movimento populacional que compreende qualquer deslocação de pessoas, independentemente da extensão, da composição ou das causas” (OIM, 2009, p.40).

Tal definição focaliza a mobilidade humana e a circulação pelo território. A definição de migrante com a qual trabalhamos acompanha a perspectiva que enfatiza a mobilidade independentemente de suas causas, extensões e demais características. Assim, o migrante, de acordo com Menezes (2012)



constitui-se nas tensões e ambiguidades de várias categorias e diversos espaços sociais. Nesse sentido, não se trata de verificar as opções por ficar ou sair, por uma condição de trabalho ou outra, por um lugar ou outro, mas de compreender como os indivíduos tratam subjetivamente essas possibilidades objetivas de trabalho e vida. A condição de mobilidade não expressa, portanto, desenraizamento, desagregação familiar, mas antes, uma permanente recomposição e ressignificação de suas redes de relações sociais. (p.27)

Ademais, nos interessa a relação entre migração e trabalho para pensar a definição do migrante, visto que o trabalho é uma atividade humana que funda e estrutura a sociabilidade e a existência humana, portanto, atividade ineliminável (Lukács, 2013) que, no capitalismo, torna-se a principal forma de sobrevivência de trabalhadoras e trabalhadores, adquirindo formas marcadamente alienantes e potencialmente adoecedoras (Barros, 2017). Visto que nos últimos anos os fluxos migratórios têm sido impostos pelo funcionamento deste modo de produção, migrantes circulam pelo território a fim de conseguirem trabalhos que lhes forneçam condições mínimas para a sobrevivência e para pensar o futuro. Neste sentido, Sayad (1988), ao refletir sobre a situação dos migrantes argelinos na França, ajuda-nos a pensar sobre o conceito de migrante relacionado ao trabalho, quando afirma que esses sujeitos são essencialmente força de trabalho e que migrante e trabalhador são quase um pleonasma. O autor acrescenta ainda que, como trabalhador, a condição de migrantes é instável e provisória, ou seja, são descartáveis a qualquer momento e invariavelmente inseridos em trabalhos precários.

O conceito de migrante desdobra-se em outras categorias que tentam abarcar processos diferentes de mobilidade humana, como é o caso do refugiado, criado a partir das realidades impostas após o fim da Segunda Guerra Mundial como forma de proteger os sujeitos deslocados em função desse acontecimento. Assim, a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, define refugiado como

todo aquele que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ONU, 1951, s.p.)

No Brasil, os refugiados são amparados pela Lei Federal 9.474 (Brasil, 1997) que, incorporando a citada convenção, prevê, dentre outras medidas, a



criação do Comitê Nacional para os Refugiados, órgão responsável pela análise e declaração de reconhecimento da situação de refugiado. Tal condição deve propiciar acesso aos direitos básicos e às mesmas condições dos cidadãos que vivem no país.

Outra categoria de migrantes são os apátridas, que de acordo com Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Apátridas (ONU, 1954) podem ser definidos como “toda pessoa que não seja considerada seu nacional por nenhum Estado, conforme sua legislação”. Geralmente a condição de apatridia se dá em decorrência de conflitos na legislação, questões religiosas e motivos políticos de dissolução de países. Tal condição implica no fato de que, sem o reconhecimento de cidadania por nenhum estado-nação, as pessoas que não estão documentadas em nenhum país estão impedidas de estudar, trabalhar e gozarem de outros direitos fundamentais.

Em função das mudanças climáticas e catástrofes ambientais mundiais nos últimos anos, muitas pessoas têm se deslocado em busca de lugares protegidos. Tais migrantes têm sido denominados refugiados ambientais (El-Hinnawi, 1985). São pessoas que, devido a uma alteração ambiental drástica, são forçadas a deixar seu habitat natural temporária ou permanentemente. Compreende-se como alteração ambiental drástica qualquer ruptura no ecossistema (física, química ou biológica), seja natural ou desencadeada por pessoas, que comprometa ou afete a sustentação da vida humana, interferindo seriamente na existência. Os refugiados ambientais reivindicam os mesmos direitos garantidos aos refugiados, mas, até o momento, não possuem amparo jurídico normativo.

Outros desdobramentos em torno da categoria migrante, embora não tenham sustentação jurídica, contribuem para a produção e manutenção de hierarquias no universo migratório. Termos como *migrante laboral* e *migrante econômico*, por exemplo, desqualificam o migrante, definindo-o como alguém que escolheu migrar diante das escassas condições de sobrevivência. Tal caracterização menospreza esses fluxos migratórios específicos e produz hierarquias de acesso a direitos básicos e proteção (Barros, 2017). Por outro lado, termos como *ex-patriados* e *estudantes internacionais*, sugerem uma desvinculação com a própria noção de migrante, vista como condição pejorativa.

Apesar da migração ser um direito humano, o sujeito que migra sofre racismo, xenofobia e violências institucionais quando se naturaliza a produção das hierarquias no universo migratório. A seguir faremos algumas considerações a respeito das repercussões da pandemia do Covid-19 na vida de migrantes, refugiados e apátridas.



## 2. A mobilidade humana na pandemia

Um dos principais imperativos da pandemia do Covid-19 tem sido o distanciamento físico e a diminuição do trânsito de pessoas, mas ficar em casa passar a ser um privilégio diante da destruição dos direitos trabalhistas e do avanço de modos de existência neoliberal. Em um mundo cuja intensidade da circulação de produtos, informações e pessoas vem aumentando a cada ano, as medidas restritivas impostas pelos países diminuiu abrupta e significativamente o número de pessoas em circulação, em especial as que utilizam meios de locomoção oficiais. Mas, simultaneamente, o fechamento de fronteiras tornou o processo ainda mais penoso e mais dispendioso para aqueles que não possuem nenhuma condição de permanecer onde estão. Por exemplo, continuam tentando atravessar o mar Mediterrâneo e são deixados à deriva, para morrer no mar. É o que alerta a reportagem da rede europeia e africana de ativistas e pesquisadores Migreurop na *reportagem Les mort·e·s en Méditerranée ne sont pas une fatalité!* (Migreurop, 2020a). De acordo com a notícia, governos têm utilizado a retórica da crise sanitária do colapso no sistema de saúde para não manterem os centros de acolhimento aos migrantes solicitantes de refúgio que chegam da África, particularmente da Líbia, durante o período de pandemia. Relatos de recusa de socorro e de outras práticas desumanas em relação aos migrantes são frequentes. Em outro artigo, intitulado *Hotspot de Samos: l'enfer à la frontière gréco-turque* a mesma rede denuncia a exacerbação da violência e do aumento das violações de direitos humanos nas cinco ilhas gregas, consideradas prisões ao ar livre para migrantes que tentam chegar à Europa via Turquia (Migreurop, 2020b).

Antes da pandemia, as condições sanitárias eram péssimas e a superlotação era algo cotidiano. Agora, o combate ao Covid-19 tem sido utilizado como desculpa para a falta de alimentos e para justificar a superpopulação e outras violências. Ou seja, a pandemia é a justificativa atual para continuar a barrar os migrantes que tentam entrar na Europa. Para migrantes que estão na Europa, a situação também é desafiadora. Em reportagem recente do Jornal O Globo (Amato, 2020), é retratado o caso de uma trabalhadora brasileira que vive na cidade do Porto (Portugal) e que foi, junto com seu marido, despejada, pois com a pandemia, o trabalho de faxina e o trabalho na área de construção civil tiveram que ser suspensos. Sem renda, o casal não conseguiu pagar o aluguel e atualmente está em situação de rua. Essa reportagem ilustra uma situação que pode estar sendo vivenciada por milhares de brasileiras e brasileiros que trabalham na Europa, notadamente trabalhadores das áreas de estética, construção civil, limpeza residencial, entretenimento e outras atividades de lazer.



Na América do Norte, as fronteiras estão fechadas e intensamente vigiadas para os migrantes que tentam atravessá-las para os Estados Unidos. Neste país, foram acelerados os processos de deportação durante a pandemia, algumas proteções em relação às crianças migrantes foram suspensas e, desde abril de 2020, os processos de regularização da situação migratória estão parados. As medidas de expulsão e fechamento da fronteira justificam-se a partir da crise sanitária instalada no país e da proteção de empregos para cidadãos norte-americanos. Nos centros de detenção de imigrantes, há relatos de abandono e descaso em relação às medidas de proteção e prevenção ao Covid-19.

Na América do Sul, há relatos de que na Argentina, senegaleses sofrem com a ausência de proteção estatal, principalmente porque a maioria não possui os documentos regularizados no país e não conseguem acessar o auxílio financeiro denominado *Ingreso Familiar de Emergencia* (IFE) disponibilizado pelo governo (Murguía Cruz & Kleidermacher, 2020). Sem o auxílio, a maioria dos migrantes que trabalha na informalidade nas ruas, com a venda de mercadorias diversas, não consegue enviar o dinheiro da remessa para familiares que permaneceram no Senegal e nem se sustentar no país.

No Brasil, a Portaria Interministerial 120, de março de 2020, proíbe a entrada de venezuelanos no país e aplica penalidades caso a portaria seja descumprida (Brasil, 2020). Para os venezuelanos que moram no país, especialmente as crianças estão sendo afetadas diretamente pela pandemia. Conforme pesquisa recente da *World Vision Internacional* (2020), 25% das crianças entrevistadas afirmam que não há comida suficiente para todos os membros da casa, e mais da metade teve que deixar seus lares para morar em locais mais econômicos. Dentre os venezuelanos que vivem no Brasil, os indígenas da etnia Warao encontram dificuldades ainda maiores durante a pandemia. À margem do mundo do trabalho no Brasil, a maioria não fala português e nem espanhol, apenas a língua warao e sobrevivem de doações e de uma prática denominada coleta, que consiste, dentre outras atividades, em pedir doações nas ruas das cidades (Santos, 2020).

Outro grupo migratório que também sofre com os impactos da pandemia são os haitianos. No município de Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, a associação *Kore Ayisyen* (Barros, Rosa & Georges, 2016) tem enfrentado algumas dificuldades. Com as reuniões presenciais interrompidas, não conseguem realizar encontros virtuais, pois nem todos possuem acesso à internet que garanta a participação. Essa situação não apenas inviabiliza o andamento das atividades da associação, como restringe os espaços de convivência e compartilhamento cultural, como exemplifica a suspensão das atividades de comemoração do dia 18 de maio, Dia da Bandeira do Haiti, data tradicional entre haitianas e haitianos. Outras difi-



culdades têm sido em relação às questões ligadas ao trabalho e à habitação. Muitos haitianos estão desempregados ou tiveram seus salários reduzidos, o que os obrigou a buscarem outra habitação de baixo valor.

A associação *Kore Ayisyen* tem estabelecido contatos e intermediações com diversas instituições não-governamentais para conseguir cestas básicas para pessoas em situações mais dramáticas. Em relação à habitação, há um movimento de acolhimento solidário entre os próprios migrantes, evitando que alguns fiquem sem moradia. Uma demanda que tem sido recorrente à associação vem de pessoas que não estão no Brasil. Por exemplo, haitianos que foram para o Haiti e que desejam retornar ao Brasil, mas que estão com o visto vencido e sem a possibilidade de regularização neste momento, pois as atividades estão suspensas. Outro grupo é daqueles que estão vindo para o Brasil pela primeira vez e estão parados em algum lugar do trajeto, como na República Dominicana, Guiana ou Guiana Francesa. Essas pessoas têm entrado em contato com a associação *Kore Ayisyen* para saber o que fazer, pois estão sem condição legal para ficarem no país onde estão e sem dinheiro para permanecer.

Todas as situações referidas anteriormente explicitam que os fluxos migratórios para o Brasil, assim como para a América do Norte e para a Europa, não pararam devido à pandemia do Covid-19. Todavia, a situação tem exposto os migrantes a situações de maior vulnerabilidade, principalmente pelas decisões políticas governamentais.

### 3. Migração e o direito humano à saúde

Em exposição intitulada *Raiz*, o artista chinês Ai Weiwei tenta captar e transmitir na obra *Lei da viagem* (2016) o drama vivenciado pelos migrantes ao redor do mundo (Dantas, 2018). A obra, feita com PVC reforçado, consiste em um bote inflável de 60 metros, ocupado por 51 figuras, dentre elas adultos e crianças. O tamanho da obra, ou seja, sua dimensão monumental, “espelha as proporções da atual crise humanitária” (Dantas, 2018, p. 100). Sua grandeza é proporcional às situações de vulnerabilidade no cotidiano e tornam-se ainda mais intensas neste momento, e seu material demonstra a perenidade da condição de sujeito nos fluxos migratórios geridos e gestados no capitalismo. Consideramos oportuna a referência à obra *A lei da viagem* neste momento pela possibilidade de representação da imensidão de uma experiência migratória na pandemia, repleta de sofrimento, medos, incertezas, abandono, sonhos e esperanças.

Cabe destacar que os migrantes não são vulneráveis ou fracos, mas sujeitos de direitos inseridos em situações que geram vulnerabilidades. Todavia, o reconhecimento dessas pessoas como sujeitos de direitos acontece,



geralmente, quando seu país de origem não é do sul global. Assim, um migrante europeu dificilmente será inserido em uma situação vulnerável.

Para os migrantes oriundos de países do sul global, entretanto, é importante ressaltar que a inexistência de proteções sociais mínimas é a regra. Em condições precárias de habitação, trabalho e educação, dentre outros direitos básicos, essas pessoas sentem cotidianamente as repercussões da crise sanitária que assola o mundo. Seja na utilização de sua retórica para restringir ainda mais os direitos, como alguns países têm feito, seja na ausência de políticas públicas de saúde e abandono por parte de governos a partir do fechamento de fronteiras. Neste ponto, destacamos a já citada normativa brasileira que proíbe a entrada de venezuelanos no território, uma ação absurda de violação de direitos.

Historicamente, a contenção de doenças tem sido utilizada como um dos principais argumentos para o fechamento de fronteiras, embora não haja comprovação de efetividade desse tipo de ação que, sem dúvidas, compromete o Estado Democrático de Direito. Conforme Deisy Ventura (2016), “a estratégia de contenção de doenças por isolamento do território está fadada ao fracasso. Por maiores que sejam os investimentos em recursos humanos e financeiros para vigilância, toda a barreira física pode ser potencialmente rompida” (p. 69).

Assim, a saída seria insistir na consolidação de políticas públicas de saúde e pensar a implementação de políticas globais, assegurando a mobilidade humana e reconhecendo os migrantes como sujeitos dos direitos humanos, cujas diversas normativas internacionais de proteção são respeitadas e garantidas. Conforme Miriam Ventura, é necessário avançar na compreensão do direito à saúde como um direito humano:

Explorar essa articulação e vinculação entre direitos humanos e saúde global pode ser uma chave para avançar nas questões de saúde imigratórias, e fortalecer o argumento de que a saúde das pessoas deve ser sustentada por um esforço coletivo internacional, cooperativo e sem fronteiras, que permita a reorganização dos países e uma governança em saúde, que ultrapasse as ações de controle das epidemias e pandemias. Espera-se que essa proposta fortaleça as recomendações internacionais em prol dos sistemas universais de saúde e das necessárias mudanças de políticas e práticas de saúde locais em relação aos imigrantes. (Miriam Ventura, 2018, p.2)

Diante de uma política pública global, o acesso à saúde poderia ser o primeiro direito básico garantido aos migrantes em qualquer lugar do planeta. O caminho pela defesa e promoção da saúde em uma escala global nos aproximaria da efetivação de outros direitos já previstos. Tal medida abrangeria,



inclusive, os apátridas, destituídos de qualquer direito por não terem cidadania. Recentemente a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) emitiu um alerta para que os países não desconsiderassem os milhões de apátridas pelo mundo nas construções de políticas de prevenção ao Covid-19 e listou uma série de medidas que podem ser adotadas pelos governos (ACNUR, 2020).

Algumas iniciativas de prevenção ao Covid-19 no Brasil incluem os migrantes. Em cartilha recente elaborada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), destaca-se a importância de acolher demandas de saúde mental e as distintas compreensões do processo de saúde/doença que o migrante possui (Castelli et al., 2020). A presença de mediadores culturais nas políticas públicas de saúde, cartilhas informativas em vários idiomas e o suporte da sociedade civil organizada têm sido fundamentais (Universidade Federal do Piauí, 2020). Ressaltamos ainda a recomendação da Defensoria Pública da União sobre a assistência a migrantes e refugiados no contexto da pandemia do Covid-19, afirmando que a condição documental do migrante não pode ser fator que impeça o acesso ao serviço público, conforme a Lei de Migração (Brasil, 2017).

### **Considerações finais**

Se o debate sobre migração e direitos humanos é central no futuro da sociedade, não há um bom indicativo para a humanidade. As condições indignas e degradantes a que são submetidos migrantes por todo o mundo indicam que as decisões e políticas sobre migração afastam-se cada vez mais da ideia de direitos humanos. E na pandemia, não seria diferente. Este momento escancara ainda mais a fragilização social vivenciada pelos migrantes.

No Brasil, identificamos algumas poucas iniciativas públicas, como a nota da Defensoria Pública da União, a cartilha da FIOCRUZ e iniciativas de universidades públicas como a construção de cartilhas e outros materiais informativos, cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio, cursos de português como língua de acolhimento e campanhas de arrecadação para doação de kits de higiene e cesta básica, dentre outros. As atuações da sociedade civil organizada e instituições que atuam no universo migratório têm sido essenciais para a sobrevivência dos migrantes, embora, por vezes, reforcem a ideia de que o migrante sobrevive da solidariedade, ainda que ela seja individual (Reinholz & Ferreira, 2020). As associações de migrantes que, a partir da reivindicação coletiva de direitos, também se organizam para dar suporte aos seus conterrâneos e marcam o lugar político do sujeito que migra.

Do ponto de vista jurídico, a Lei da Migração brasileira representa um avanço em relação à antiga norma. Todavia, um dos pontos vetados na lei é o



da anistia para migrantes indocumentados, algo que, neste momento, seria uma ação de proteção aos migrantes, que se aproximaria da efetivação do direito humano à migração.

É preciso refletir sobre o papel das fronteiras na vigilância e manutenção das desigualdades sociais estruturais e pensar na abertura das fronteiras como ação possível à longo prazo. A abertura de fronteiras, não sua extinção, possibilita assumir responsabilidades e igualar as oportunidades de uma vida digna em um mundo cada vez mais interdependente (Velasco, 2020). Um destino utópico, mas que se ancora na concretude de tempos passados e possibilita um projeto migratório digno.

## Referências

Agência da ONU para Refugiados [ACNUR]. (2020). Dados sobre refúgio no Brasil. Recuperado em 7 julho, 2020 de: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>

Amato, Gian. (2020). *Crise pós-pandemia em Portugal empurra brasileiros para morar nas ruas*. Jornal O Globo. Recuperado em 7 de julho, 2020 de: <https://oglobo.globo.com/mundo/crise-pos-pandemia-em-portugal-empurra-brasileiros-para-morar-nas-ruas-24515321>

Baeninger, R. (2018). Contribuições da academia para o pacto global da migração: o olhar do sul. In: Baeninger, R. et al. *Migrações Sul-Sul*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” /Unicamp.

Barros, Carolyne R. (2017). *Trabalho e território de haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte: precariedade e resistência*. (Tese de doutorado) Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Barros, Carolyne R., Rosa, Débora. D., & Georges, Phanel. (2016). Processos de participação e organização política de haitianos no Brasil: experiências e desafios da Kore Ayisyen (Associação dos Haitianos de Contagem/MG). In: Seminário Migração Internacional, Refúgio e Políticas, 2016, São Paulo. Anais do Seminário Migração Internacional, Refúgio e Políticas. Recuperado em 7 de julho, 2020 de: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/44\\_CRB.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/44_CRB.pdf).

Brasil. (1997). *Lei Federal 9.474, de 22 de julho de 1997*. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 6 julho, 2020 de: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9474.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm)

Brasil. (2017). Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a lei de migração. Recuperado em 06 julho, 2020 de: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm)



Brasil. (2020). *Portaria 120, de 17 de março de 2020*. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Recuperado em 06 julho, 2020 de: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-120-de-17-de-marcode-2020-248564454>.

Castelli, Andressa C. et al. (2020). *Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia Covid-19: pessoas migrantes, refugiadas, solicitantes de refúgio e apátridas*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Cepedes.

Cavalcanti, L., Oliveira, T., & Macedo, M. (2019). *Imigração e Refúgio no Brasil. Relatório Anual 2019*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra.

El-Hinnawi, E. (1985). *Environmental Refugees*. Nairobi: United Nations Environment Programme.

Gaudemar, J. P. (1977). *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa.

Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social*. v2. São Paulo: Boitempo Editorial.

Menezes, M. (2012). Migrações e mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In P. E. Teixeira et al. (Orgs.), *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica.

Migreurop: Observatoire des Frontières. (2020a). *Les mort-e-s en Méditerranée ne sont pas une fatalité!* Recuperado em 11 julho, 2020 de: <http://www.migreurop.org/article2983.html?lang=fr>

Migreurop: Observatoire des Frontières. (2020b). *Hotspot de Samos : l'enfer à la frontière gréco-turque*. Recuperado em 11 julho, 2020 de: <http://www.migreurop.org/article2986.html?lang=fr>

Murguia Cruz, N. A., & Kleidermacher, G. P. (2020). Migrantes senegaleses frente a la pandemia. Una comunidad que se organiza. *Bordes, revista de política, derecho y sociedad*, 6. Recuperado em 12 julho, 2020 de: <http://hdl.handle.net/11336/108173>Dantas, Marcelo D. (2018). *Raiz Weiwei*. São Paulo: Ubu Editora.

Observatório Internacional de Migrações [OIM]. (2009). *Glossário sobre Migração*. Direito Internacional da Migração, 22. Recuperado em 14 janeiro, 2016 de: <http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>.

Organização das Nações Unidas [ONU]. (1951). *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados*. Recuperado em 30 maio, 2020 de: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf)



Organização das Nações Unidas [ONU]. (1954). *Convenção Relativa ao Estatuto dos Apátridas*. Recuperado em 30 maio, 2020 de: [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_sobre\\_o\\_Estatuto\\_dos\\_Apatridas\\_de\\_1954.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_sobre_o_Estatuto_dos_Apatridas_de_1954.pdf)

Reinholz, Fabiana, & Ferreira, Marcelo. (2020). *Sem políticas públicas efetivas, imigrantes sobrevivem da solidariedade*. Jornal Brasil de Fato. Recuperado em 11 julho, 2020 de: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/28/sem-politicas-publicas-efetivas-imigrantes-sobrevivem-da-solidariedade>

Santos, M. C. (2020). Indígenas venezuelanos sofrem com a covid-19 e a fome no Recife (PE). Jornal Brasil de Fato. Recuperado em 11 julho, 2020 de: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/21/indigenas-venezuelanos-sofrem-com-a-covid-19-e-a-fome-no-recife-pe>

Sayad, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp.

United Nations High Commissioner for Refugees [UNHCR]. (2020). *The Impact of COVID-19 on Stateless Populations: Policy Recommendations and Good Practices*, Recuperado em 7 de julho, 2020 de: <https://www.refworld.org/docid/5eb2a72f4.html>

Universidade Federal do Piau [UFPI]. (2020). *UFPI produz cartilhas informativas sobre o combate a covid-19 para os indígenas Warao, da Venezuela*. Recuperado em 11 julho, 2020 de: <https://ufpi.br/noticias-coronavirus/36356-ufpi-produz-cartilhas-informativas-sobre-o-combate-a-covid-19-para-os-indigenas-warao-da-venezuela>

Vainer, C. B. (1984). Trabalho, espaço e estado: questionando a questão migratória. *Cadernos PUR*, 1(1), 6-43.

Velasco, Juan C. (2020). Desafiando el Discurso Securitario: La propuesta de las fronteras abiertas. In: Carlos Sandoval García (Ed.), *Puentes, no muros. Contribuciones para una política progresista en migraciones*. CLACSO, Fundación Rosa Luxemburg. Recuperado em 11 julho, 2020 de <https://digital.csic.es/handle/10261/206182>

Ventura, D. de F. L. (2016). Impacto das crises sanitárias internacionais sobre os direitos dos migrantes. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, 13(23), 61-75.

Ventura, Miriam. (2018). Imigração, saúde global e direitos humanos. *Cadernos de Saúde Pública*, 34(4), e00054118. <https://doi.org/10.1590/0102-311x00054118>



# A NATURALIZAÇÃO DO R.I.P. HOMEM NEGRO COMO PRINCIPAL GRUPO QUE MORRE POR COVID-19 NO BRASIL: OS INDÍCIOS INTERSECCIONAIS E HISTÓRICOS DA MANUTENÇÃO DE TECNOLOGIAS DE GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

JULIANA SCHNEIDER MESQUITA  
JULIANA CRISTINA TEIXEIRA

## 1. Um Retrato da Pandemia de Covid-19 no Brasil

Brasil, 03 de julho de 2020, 63.254 mortes por Covid-19 (Vicentini, 2020)<sup>1</sup>.

Nessa data, a revista *Época* divulgou um levantamento exclusivo sobre o perfil dos brasileiros vítimas fatais da Covid-19, realizado pela consultoria Lagom Data. Segundo Soares (2020), os dados coletados do SUS (Sistema Único de Saúde) indicam que a vítima-padrão da Covid-19 no Brasil é o homem, pobre e negro: “em comum, eles têm a cor, a idade e a falta de oportunidades” (p. 23). Foram analisadas 54.488 mortes, dados coletados até 30 de junho de 2020. Dentre esses dados foram coletadas informações de sexo, idade e localização. A informação de cor/raça foi preenchida por cerca de dois terços das fichas de internação, ou seja, mais de 18 mil fichas não possuíam o dado de cor/raça preenchido. Porém, não é de hoje que o Movimento Negro reclama que em todas as pesquisas e coletas de dados da população seja incluído o quesito de cor/raça, para que a reivindicação por políticas públicas específicas para a população negra tenha respaldo estatístico.

<sup>1</sup> R.I.P. é a sigla da expressão em latim “Requiescat in pace”, ou em inglês “Rest in peace”, que significa “descanse em paz”, em português. É uma expressão muito usada quando alguém morre. Nos países de língua inglesa, podemos encontrá-la nas lápides dos túmulos. No Brasil, é muito comum a vermos em redes sociais quando ocorrem comoções públicas por mortes de pessoas com fama e notoriedade social. Usá-la aqui é um recurso linguístico que traz o implícito subentendido da contrapartida da não comoção cotidiana em mesma medida da morte naturalizada de pessoas negras no Brasil.



Desse total de mortes analisado (54.488), das fichas que tiveram o quesito cor/raça preenchido, foram indicadas um total de 61% de pessoas pretas e pardas, sendo a representação total dessa população no país de aproximadamente 56% (IBGE, 2019). Na região Norte e Nordeste a porcentagem de vítimas negras fatais é ainda maior, 86% e 82% respectivamente, sendo a representação de negros nessas regiões de 76% e 70% respectivamente (Soares, 2020).

## Regiões brasileiras apresentam diferenças na composição racial dos mortos pela Covid-19

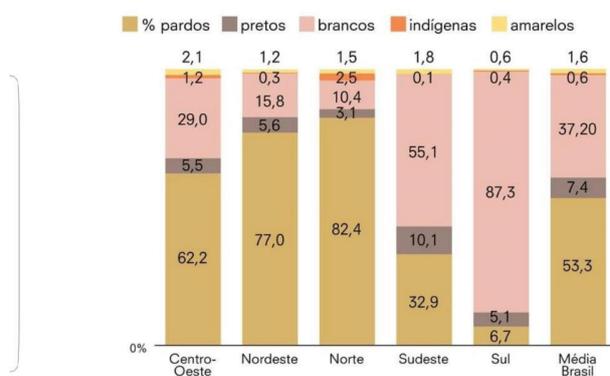
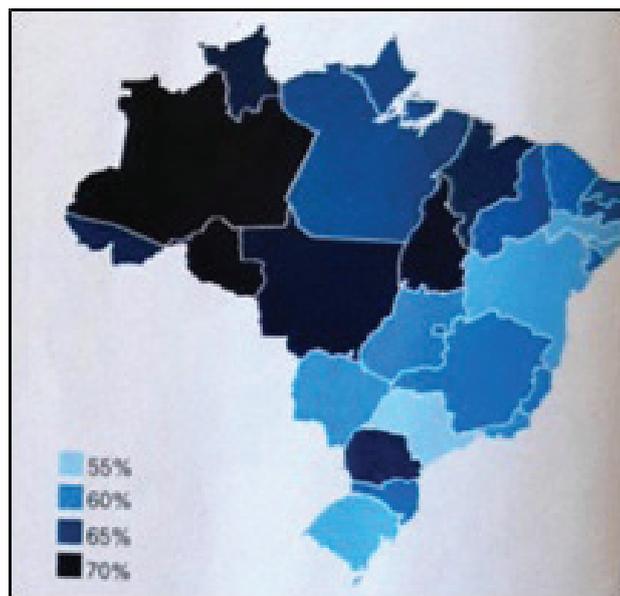


Foto: Dados do Brasil: Sivep Gripe / Opendatasus

**Figura 1.** Diferenças na composição racial dos mortos por Covid-19 por região.

Fonte: Soares, Marcelo (com reportagem de Alice Cravo e Constança Tatsch). (2020). Homem, pobre, negro: a cara da vítima de Covid-19 no Brasil. *Revista Época*. Recuperado em 7 julho, de: <https://epoca.globo.com/sociedade/homem-pobre-negro-cara-da-vitima-de-covid-19-no-brasil-1-24512320>.

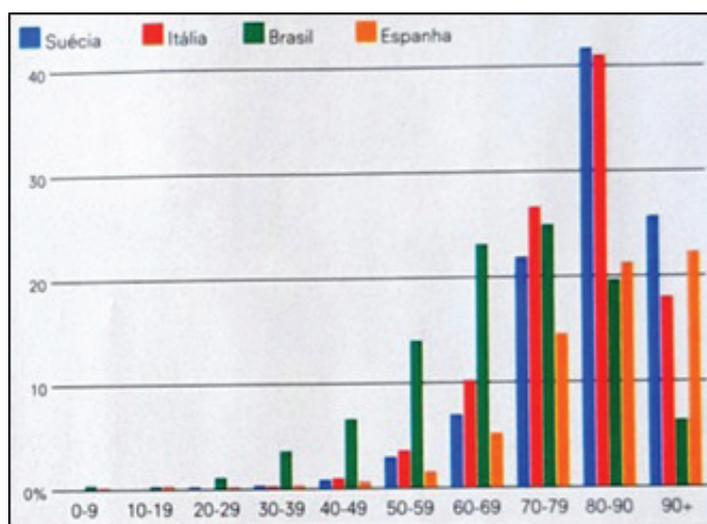
A pesquisa aponta também que, no perfil de sexo, os homens são a porcentagem maior de mortes pela doença do que as mulheres, em todas as regiões do país. A Figura 2 ilustra esses dados por estado. Os estados da região Norte são os que apresentam maior porcentagem de mortos do sexo masculino, média entre 65% e 70%, enquanto as demais regiões se encontram entre 55% e 60%, com exceção do estado do Paraná com 65% de mortes do sexo masculino.



**Figura 2.** Porcentagem de mortes do sexo masculino por estado.

Fonte: Soares, Marcelo (com reportagem de Alice Cravo e Constança Tatsch). (2020). Homem, pobre, negro: a cara da vítima de Covid-19 no Brasil. *Revista Época*. Recuperado em 7 julho, de: <https://epoca.globo.com/sociedade/homem-pobre-negro-cara-da-vitima-de-covid-19-no-brasil-1-24512320>.

Soares (2020) aponta um dado brasileiro diferente de outros países no que tange à faixa etária. Se comparado à média dos países europeus, no Brasil morreram mais jovens do que idosos acima de 60 anos. Como mostra a Figura 3, em países como a Suécia, Itália e Espanha, a mortalidade aumenta conforme o aumento da idade. Na faixa etária abaixo de 60 anos, o Brasil possui 26% de mortes, enquanto os demais países apresentam menos de 10%.



**Figura 3.** Gráfico de faixa etária de mortes por Covid-19 entre Suécia, Itália, Brasil e Espanha. Fonte: Soares, Marcelo (com reportagem de Alice Cravo e Constança Tatsch). (2020). Homem, pobre, negro: a cara da vítima de Covid-19 no Brasil. *Revista Época*. Recuperado em 7 julho, de: <https://epoca.globo.com/sociedade/homem-pobre-negro-cara-da-vitima-de-covid-19-no-brasil-1-24512320>.

Com a ressalva de que o Brasil possui uma população mais jovem do que tais países europeus, o epidemiologista Guilherme Werneck em entrevista à *Época* assinala que a população brasileira é composta por jovens precocemente portadores de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão. Além de possuírem hábitos pouco saudáveis, trabalharem na informalidade e/ou em péssimas condições de trabalho, estarem em maior exposição nesse cenário de pandemia (pela menor possibilidade de trabalho remoto desejável em contexto de isolamento social), não terem acesso a água tratada e saneamento básico (Soares, 2020). Isto é, o Brasil apresenta um quadro de desigualdades e vulnerabilidades sociais, econômicas e regionais que acentua a disseminação do vírus e dificulta as medidas de prevenção.

Quanto à escolaridade das vítimas, a pesquisa constatou que quase dois terços delas possuíam no máximo o ensino fundamental completo. Tal dado complementa o fato de que a mortalidade é maior entre os mais pobres, mesmo que não sejam dados que respondam diretamente às causas das mortes. Mas esse quadro de vulnerabilidade econômica mostra indiretamente que as maiores vítimas da Covid-19 no Brasil são aquelas que dependem de uma precária rede pública de saúde e que vivem em condições de moradia, saneamento e trabalho também precárias (Soares, 2020). Pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e do Hospital Israelita Albert Einstein, em parceria com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do SUS (Proadi-SUS), desenvolveram um indicador que aponta que a pobreza de um município está diretamente relacionada à mortalidade da Covid-19, isto é, quanto menor a renda média de uma localidade, maior o registro de mortes (Soares, 2020).

Outra problemática quanto às informações que são coletadas nas fichas dos pacientes de Covid-19, além da falta de informações sobre cor/raça, é a falta de informações sobre as comorbidades dos pacientes, sendo que essas só foram relatadas em um terço dos prontuários do SUS: "Cardiopatia era a doença mais recorrente nas fichas: constava em 70% dos documentos preenchidos com comorbidades. Diabetes, em 60%. Obesidade, em 10%. E asma, em 5% (Soares, 2020, p. 30). A reportagem ainda aponta que tal problemática se deve ao alto nível de estresse e à falta de profissionais da saúde desse momento de pandemia. Outros países como o Reino Unido, onde o sistema de saúde é público e igual para todos, as informações dos pacientes de Covid-19 estão sendo coletadas de maneira muito mais precisa do que no Brasil, possibilitando aos pesquisadores fazerem análises mais concretas (Soares, 2020).

A pesquisa chegou à conclusão de que tal perfil nas mortes pela doença é devido a razões socioeconômicas e sociodemográficas (Soares, 2020). Porém, acreditamos que os dados revelam mais que isso, eles revelam também o

que muitos intelectuais negros vêm denunciando há décadas, e o que iremos explorar neste ensaio: o genocídio da população negra. Diante desse cenário apontado pela reportagem da revista *Época*, o objetivo deste Capítulo é propor análises dos dados descritos por meio de perspectivas históricas e interseccionais das relações raciais no Brasil. Para isso, apresentamos na próxima Seção uma reconstituição histórica das condições de vida da população negra brasileira. Logo após, apresentamos a Seção que sugere indícios de como as perspectivas interseccional e histórica de análise podem contribuir para uma análise mais ampla dos dados da Covid-19 no país.

## **2. Nuances da População Negra Brasileira: um processo histórico de genocídio**

Brasil, 1525: desembarque do primeiro navio negreiro (Voyages, 2020).

A história do negro brasileiro se inicia com a vinda forçada de escravizados africanos para as Américas. Estima-se que quase 5,5 milhões de pretos africanos desembarcaram nos portos brasileiros (Voyages, 2020). Trazidos como força de trabalho, não eram considerados humanos, mas uma mercadoria pertencente ao seu senhor: o homem branco português. Eram forçados ao batismo cristão, novos nomes lhes eram atribuídos, não lhes era permitido constituir família e não possuíam autonomia sob seus próprios corpos. Conforme Abdias do Nascimento (2016, p. 57), foi a escravidão que definiu no Brasil “a qualidade, a extensão e a intensidade da relação física e espiritual dos filhos de três continentes que se encontraram: confrontando um ao outro no esforço épico de edificar um novo país”, contexto no qual ele faz referência às relações entre os brancos europeus, as populações indígenas nativas, e os negros escravizados.

Durante séculos, o sistema escravocrata brasileiro gozou da fama de ser uma instituição benigna, uma generosidade civilizatória. Esta imagem, especialmente no estrangeiro, se deu graças à especificidade do colonialismo português em dissimular sua fundamental violência e crueldade (Nascimento, 2016). A assunção e utilização estratégica da crença na superioridade da raça branca em detrimento das demais levou o racismo a estruturar as bases da sociedade brasileira, classificando e hierarquizando os indivíduos conforme seu pertencimento étnico-racial (Almeida, 2019). Desde então, os negros brasileiros vêm enfrentando um processo sistemático de genocídio. Por genocídio, entende-se um extermínio deliberado de um grupo por outro. Ao longo da história brasileira, várias formas de extermínio foram impostas à população afrodescendente.

A primeira forma de genocídio foi a naturalização da morte do africano escravizado. A iniciar pela travessia do Atlântico, onde muitos não sobrevi-



viam e até mesmo se jogavam ao mar, preferindo a morte do que a escravização. Segundo Nascimento (2016), o tráfico negreiro para o Brasil foi facilitado pela proximidade das costas africanas, assim o país recebeu o maior contingente de escravizados africanos do mundo, este fato fez reduzir o preço da “mercadoria”. Comprar um escravizado africano era tão barato que os senhores brancos preferiam descartá-los quando ficassem improdutivos, do que alimentá-los de forma adequada e curar suas mazelas. Assim, um negro produtivo costumava durar de 7 a 8 anos, com uma expectativa de vida em torno de 30 anos. A taxa de mortalidade infantil negra era alta. A situação de vida dos africanos escravizados era precária. Esta foi a real “benevolência” portuguesa: matar e deixar morrer.

Desde que instaurado o sistema escravagista, os africanos confrontaram o regime, por formas distintas e por vezes radicais de protesto, como: a fuga, a insurreição, a revolta, o crime e até o suicídio. Esse enfrentamento dos negros contradiz a versão oficial e mentirosa de que os escravizados aceitavam a escravidão de forma dócil e que teriam uma aptidão natural para o trabalho forçado (Nascimento, 2016). Outro dos mitos de conveniência pacífica foram inventados a fim de suavizar a consciência de culpa do colonizador escravocrata, foi este mito que propagou uma imagem benevolente e humanizada da escravidão na católica América Latina, o contrário do ocorreria nas colônias inglesas. Mera ideologia a serviço do opressor.

Criou-se um imaginário de que os negros deveriam ser gratos aos brancos por generosidades que lhes foram concedidas, como a abolição da escravatura em 1888. O mito do africano livre na realidade teve como objetivo exonerar de responsabilidades os senhores, o Estado e a Igreja (Nascimento, 2016). Toda benevolência e humanidade cessaram, e os negros recém libertos foram lançados à própria sorte, sem qualquer ato de reparação ou ajuda solidária. Para sobreviver, os negros tiveram que se reinventar. Sem direito a terras e sem educação formal, foram para as favelas e guetos, marginalizados e excluídos das políticas urbanas. Além de gratidão, esperase que os negros continuem dependentes dos brancos, que aceitem que os brancos sejam porta-vozes oficiais da nação – inclusive das relações raciais brasileiras – (Dzidzienyo, 1971), que sejam o modelo civilizatório único e suas definições universais.

Após a abolição, não servindo mais como mão-de-obra escravizada, os negros se tornam um problema. Se os brancos simbolizam a civilização, os negros representam a barbárie e o subdesenvolvimento. Com um contingente enorme de negros no país, como salvar a raça branca da ameaça da mancha negra? A estratégia de extermínio do negro por meio da violência não foi suficiente, era necessária uma nova tecnologia de genocídio. Surgem então as teorias de miscigenação, com o propósito explícito de embranquecimento da população.



A miscigenação já ocorria desde os primórdios da colonização, por meio do estupro das mulheres negras escravizadas. As relações inter-raciais foram romantizadas, como mais um ato de benevolência do colonizador português e “prova” da convivência pacífica entre as raças. Os negros eram vistos como animais selvagens, sem escrúpulos e sem pudor. Com uma libido sexual insaciável. Enquanto as mulheres brancas eram submetidas às ordens patriarcais, as mulheres negras escravizadas nem mulheres eram consideradas (Gonzalez, 2018), assim como os homens negros historicamente também não foram considerados homens (Fanon, 1970). Enquanto os homens brancos exploravam sexualmente as mulheres negras, os homens negros eram minados da possibilidade de relação inter-raciais com mulheres brancas (Nascimento, 2016). As mulheres negras brasileiras receberam uma herança cruel do período escravocrata: ser o objeto de prazer do homem branco. A mulata brasileira, “prova” da suposta interação sexual saudável entre as raças, recebe um tratamento degradante, sujo e desrespeitoso. Assim, a raça negra foi desumanizada e prostituída.

A crença de que no Brasil as relações raciais foram mais brandas devido à miscigenação é uma falácia, uma vez que todas as sociedades escravistas nas Américas produziram uma ampla população mulata (Skidmore, 1974). Os Estados Unidos, por exemplo, não ficaram à margem do processo de miscigenação, pois não se deve confundir um sistema jurídico de segregação racial com pureza de raça. Assim, a violação e subjugação sexual da mulher negra pelo homem branco prosseguiu como prática normal ao longo de gerações (Gonzalez, 2018). Acreditava-se que, por meio da miscigenação, a mancha negra seria erradicada do país. O diplomata e escritor francês Arthur Gobineau (1816-1882) previa que, por meio dessa tecnologia genocida, a raça negra desapareceria dentro de dois séculos (Skidmore, 1974). A figura dos mulatos, expressão pejorativa inclusive, tornou-se símbolo da nossa democracia racial. Todavia, a posição social dos mulatos fundamentalmente equivale à dos negros: ambos são vítimas do desprezo, preconceito e discriminação, mesmo se considerarmos espectros distintos de manifestação do racismo por intermédio do colorismo (Taylor; Desjardin, 2016; Walker, 1983) como chave teórica de análise, por meio da qual se entende que a categoria preta está ainda mais distante da consideração de humanidade em relação aos pardos.

O processo de miscigenação no Brasil é um fenômeno violento de genocídio. O problema do negro constituído pela ótica dos brancos seria resolvido com a eliminação gradual da população afrodescendente (Nascimento, 2016). Havia a crença de que, na mistura das raças, a prevalência genética seria do elemento superior, ou seja, a raça branca. Além de estimular a miscigenação como uma estratégia de genocídio do negro brasileiro, o Estado



promoveu uma política racista imigratória, dando incentivos, terras e ajuda financeira para imigrantes brancos europeus se instalarem em terras brasileiras, e proibindo a imigração de negros vindos de África. Também desenvolveram políticas de esterilização involuntária das mulheres negra (Gonzalez, 2018), a fim de limitar o crescimento da população negra. Algo que também a colocava como a intensificação da objetificação sexual: um corpo a ser usado sem consequências práticas da procriação da população negra.

O paradigma da morenidade ganhou respaldo de intelectuais renomados da época, como Gilberto Freyre. Como salienta Nascimento (2016), a insistência na utilização do termo morenidade por Freyre não se trata de um ingênuo jogo de palavras, mas sim a criação de eufemismos raciais tendo em vista uma perigosa mítica racista, cuja finalidade é o apagamento dos negros brasileiros, tanto física, quanto espiritualmente, pelo processo de embranquecimento. Uma sofisticada espécie de racismo: somos uma democracia racial, portanto não existe racismo no Brasil, e se somos todos filhos da miscigenação, não há que se falar em raça, uma realidade social que deve permanecer escondida, oculta.

O valor prático desse paradigma é silenciar os conflitos e as desigualdades raciais a fim de promover um suposto igualitarismo racial e, assim, reforçar o ideal do branqueamento. Frantz Fanon (1969, p. 36) diz que: “Nessa etapa, o racismo não se atreve mais a aparecer sem disfarce. Ele está inseguro de si mesmo. Em número sempre crescente de circunstâncias, o racista se esconde”. O ideal da democracia racial nada mais é do que o disfarce perfeito para uma sociedade estruturalmente racista. Implantar a ideia de que pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência, é uma “ficção ideológica” (Azevedo, 1971) que repercutiu pelo mundo tornando o Brasil um exemplo de relações raciais a ser seguido.

Todavia, para que o embranquecimento fosse completo, e uma identidade nacional única e forte surgisse, não bastava o progressivo clareamento da população, era necessário, também, o embranquecimento cultural da sociedade. Assim, houve o processo de assimilação (ou aculturação) das pessoas negras às culturas e às identidades do colonizadores brancos, por meio da repressão e apagamento da cultura africana. Tal processo de genocídio da cultura africana teve início desde a chegada dos primeiros africanos escravizados, por meio da proibição de suas práticas religiosas, suas danças e rituais. E isso se estendeu (e persiste até os dias atuais) por intermédio da demonização das religiões de matrizes africanas e da marginalização da expressão cultural negra.

Apesar desse processo de assimilação à cultura branca europeia, as culturas e religiões africanas persistiram. Essa mistificação da sobrevivência cultural africana, segundo Bastide (1973), teria sido o resultado de negocia-



ções entre senhores e escravizados. Uma assustadora taxa de mortalidade entre os escravizados forçara que os senhores permitissem que os trabalhadores escravizados desfrutassem os domingos e dias santos. Todavia, a grande técnica de resistência cultural afro-brasileira foi o sincretismo (Nascimento, 2016). O sincretismo católico-africano decorreu da necessidade dos africanos e seus descendentes de preservarem suas crenças religiosas da destruição imposta pela religião dominante. Assim, a cultura afro-brasileira conseguiu se reinventar ao longo da história, tanto que hoje é impossível desassociar a cultura brasileira enquanto categoria de identidade nacional da cultura afro-brasileira.

Diante dos processos apresentados até aqui, devemos compreender a democracia racial como a metáfora perfeita para designar o racismo brasileiro: não tão explícito como o racismo segregacionista nos Estados Unidos e nem legalizado como o *apartheid* na África do Sul, porém silenciosamente institucionalizado e profundamente enraizado na estrutura social, psicológica, econômica, política e cultural da sociedade brasileira (Almeida, 2019). As pessoas brancas ocupam as instâncias de poder e com isso controlam o aparelho estatal, as instituições, os meios de comunicação e o aparato educacional. Formulam os valores morais da sociedade de acordo com seus preceitos colonizadores, instituem um modelo ideológico capaz de não apenas fazer os negros tolerarem, mas aceitarem como normal, e até mesmo endossar as desigualdades raciais (Fernandes, 1972).

Desse modo, a conscientização racial é uma verdadeira ameaça à ideologia da democracia racial. Ao negro não era permitido esclarecer-se e compreender a própria situação no contexto do país. Alguns dos objetivos não explícitos dessa ideologia que podemos elencar foram: (1) negar aos negros as possibilidades de autodefinição, subtraindo-lhe os meios de identificação racial (Nascimento, 2016); (2) intimidar e silenciar a discussão pública do racismo estrutural e da discriminação racial e (3) contribuir para o mito da superioridade moral da população brasileira em relação a outros contextos em que houve regimes de segregação racial por intermédio da crença num humanismo racial brasileiro (Moreira, 2013).

Observando como o tratamento dado à pesquisa descrita na seção *Um Retrato da Pandemia de Covid-19 no Brasil* não leva em consideração as dinâmicas históricas e interseccionais do racismo na sociedade brasileira, proporemos na próxima Seção indícios de como essas dinâmicas podem ampliar as perspectivas de análise para os dados das vítimas de Covid-19 com respaldo em uma perspectiva histórica e interseccional da situação do negro brasileiro para a compreensão aprofundada do problema.



### **3. Análise Interseccional dos Dados da Covid-19 no Brasil: um novo inimigo, mas a velha tecnologia de genocídio**

Brasil, 07 de julho de 2020, 66.868 mortes por Covid-19 (Simon, 2020).

A perspectiva da interseccionalidade é uma ferramenta teórica, metodológica e ativista formulada por intelectuais negras para a compreensão das articulações entre diferentes eixos que estruturam as desigualdades sociais. Kimberlé Crenshaw (1989) é a intelectual negra ativista dos direitos civis dos Estados Unidos que sistematizou o conceito de interseccionalidade. Como uma das precursoras da discussão sobre os intercruzamentos entre opressões de raça, gênero e classe, podemos citar, não necessariamente sobre a alcunha de interseccionalidade, a também estadunidense Angela Davis (1981), em seu livro *Women, Race and Class*.

Teóricas feministas negras brasileiras como Carneiro, Santos & Costa, (1985) e Gonzalez (1982), já abordavam também os intercruzamentos entre diferentes categorias nas opressões que constituem as desigualdades sociais e raciais no Brasil. Tais autoras evidenciam o quanto, por exemplo, o produto dessas interseccionalidades coloca as mulheres negras em condições mais precárias de existência.

A perspectiva interseccional possibilita uma melhor compreensão das feridas coloniais, por se tratar de uma epistemologia decolonial não hegemônica no campo das ciências humanas que funciona como uma encruzilhada que permite articular os diferentes eixos de opressão (Akotirene, 2019). Ela é marcada pelo rompimento com essencialismos e binarismos identitários e pela adoção de metodologias reflexivas. Assim, são necessárias sensibilidade interpretativa e um olhar holístico para a matriz colonial moderna que não desvie o poder analítico para apenas uma categoria de opressão. A interseccionalidade articula eixos de opressão cuja compreensão isolada limita as potencialidades de análise, pois gênero, raça e classe, por exemplo, são categorias indissociáveis (Hirata, 2014).

Para a análise dos dados sobre as vítimas da Covid-19 no Brasil, serão utilizadas essas três categorias de análise, todavia, cabe ressaltar que essas três não são as únicas categorias de análise interseccional proposta pelas intelectuais negras. Outros eixos de subjugação são também importantes em análises interseccionais, como: etnia, sexualidade, geolocalização, etarismo, escolaridade, etc. Interessante dizer, também, que tal ferramenta teórico-metodológico-ativista não se resume a estudar sobre as mulheres negras pois, como dito, não há a crença em essencialismos e binarismos nessa perspectiva. Assim, uma análise interseccional de gênero, raça e classe, não é sinônimo de análise sobre mulher negra pobre, mas sim a problematização de todas as construções relativas a essas categorias sociais. Tal raciocínio implica



também em formulações sobre as categorias que podem ser localizadas como opressoras em determinados eixos de análise, como os homens, os brancos e as elites. Isto posto, nos propomos neste Capítulo a sugerir, para pesquisas que se dedicarem a analisar os retratos da pandemia no Brasil, a mobilização de perspectivas interseccionais e históricas. Tais sugestões se basearão em indícios de possibilidades de análises de dados como os apresentados na primeira Seção. Por que o perfil das vítimas de Covid-19 no Brasil é o homem, negro e pobre? Seria esse resultado dissociado das históricas relações raciais brasileiras? Atribuir ao homem negro uma certa displicência para com a sua saúde seria a resposta mais adequada, como sugere a reportagem descrita?

Como vimos na Seção anterior, a população negra brasileira vem sendo sistematicamente exterminada ao ponto desse genocídio ser parte naturalizada e incontestável da vida cotidiana brasileira. Os negros brasileiros vivenciam a dor de mortes precoces e violentas desde os primórdios da colonização. Desde então, as tecnologias do racismo se aprimoraram, ao ponto de se encontrarem hoje normalizadas na estrutura social. Todo o aparato institucional está formulado para a naturalização e não comoção da morte dos sujeitos negros.

Se historicamente a população negra foi lançada à própria sorte, sem políticas de reparação pós-abolição, marginalizada e mantida nas favelas e guetos sem políticas de urbanização democrática, a posição social que majoritariamente esse grupo ocupa no estrato social é de vulnerabilidade socioeconômica. O “negro que venceu na vida”, que conseguiu sair da pobreza, é a exceção, não a regra. Dados do IBGE (2018) apontam que, na distribuição de renda, 32,9% de pessoas pretas e pardas se encontram abaixo da linha da pobreza, enquanto brancos representam 15,4%. Na educação, a taxa de analfabetismo de pessoas pretas e pardas chega a 9,1%, enquanto brancos são 3,9%. No emprego, 64,2% dos desempregados são negros, enquanto 34,6% são brancos. Em relação à renda, a razão de rendimentos do homem negro em relação ao homem branco é de 56,1% e, da mulher negra, 44,4% em relação ao homem branco. Não há como desvincular a atual posição socioeconômica da população negra do passado escravocrata, nem da continuidade da aplicação da tecnologia genocida por parte do Estado brasileiro.

As condições de vida também foram um dado apontado como crucial para a proliferação do vírus da Covid-19 pela revista *Época*. Assim, os dados sobre desigualdade racial no acesso aos serviços de saneamento mostram evidências do porquê a população negra é a mais vulnerável à doença: em domicílios que não possuem coleta direta ou indireta de lixo, famílias negras correspondem a 12,5%, enquanto famílias brancas são 6%; em residências sem abastecimento de água por rede geral, famílias negras correspondem



a 17,9%, enquanto famílias brancas são 11,5%; em domicílios sem esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial, famílias negras correspondem a 42,8%, enquanto famílias brancas são 27,9% (IBGE, 2018).

Essas condições precárias de saneamento em que a população negra se encontra é resultado direto da negligência estatal desde os tempos pós-abolição. Devido essas condições, a população negra se encontra mais necessitada do poder público, mas infelizmente são as que menos usufruem de políticas públicas de infraestrutura para melhoria das condições de saúde.

As precárias condições socioeconômicas, de vida e residência dessa população negra fazem com que necessitem de um sistema público de saúde. Não possuem condições financeiras de pagar por um sistema privado de saúde e, por sua condição de vulnerabilidade sanitária, estão mais suscetíveis às doenças, necessitando com maior frequência do SUS. Assim, evidencia-se a intersecção entre raça e classe. No Brasil, por conta da formação histórica do subdesenvolvimento econômico, escolar e urbano do negro, a categoria negro e a pobreza estão intrinsecamente relacionadas, assim, é comum relacionar pobreza à negritude, e vice-versa. Por mais que existam pessoas brancas pobres, a interseccionalidade entre classe e raça coloca a população negra em condições ainda mais vulneráveis. Assim, não é surpresa que as maiores vítimas de Covid-19 sejam pessoas negras em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Agora, para compreender o perfil de homens serem maiores vítimas de Covid-19 do que mulheres, sugerimos o resgate da histórica divisão sexual do trabalho, para além de se pensar na questão também importante de que as masculinidades envolvem um menor auto cuidado com a saúde, análise presente na matéria de Soares (2020) em relação à pesquisa sobre o retrato da pandemia no Brasil discutida na primeira Seção.

Para além dessa análise permitida a partir dos estudos que mobilizam gênero, sugerimos o resgate da perspectiva da divisão sexual do trabalho, problematizada por teóricas feministas brancas, como Kergoat (2003), mas de modo interseccionado com raça. As perspectivas sobre divisão sexual do trabalho levam comumente em consideração dois princípios: o princípio da separação (a divisão socialmente construída entre o que seria trabalho de homem, e o que seria trabalho de mulher) e o princípio da valoração ou princípio hierárquico (com a construção da ideia de que trabalho de homem vale mais do que trabalho de mulher) (Hirata & Kergoat, 2007).

Quando adicionamos, no entanto, uma encruzilhada interseccional (Akotirene, 2019) para a compreensão desses princípios de separação e de valoração, percebemos o quanto eles ficam limitados quando articulados com raça. Em relação ao princípio da separação, as mulheres negras e os homens negros são confinados a especificidades de trabalhos “de homem” e



trabalhos “de mulher”. Em relação ao princípio valorativo, ambos exercem os trabalhos de menor valor. Nesse sentido, mulheres brancas ocupam postos mais valorativos de trabalho do que os homens negros, condição esta que coloca em suspensão analítica a divisão sexual do trabalho de modo não interseccionado com raça. As mulheres negras não guardam, também, irmandade com as mulheres brancas no que se refere ao princípio do trabalho que vale menos de modo binariamente oposto aos homens em geral. Conceição (2016) discute esse aspecto muito claramente ao demonstrar como temos a seguinte ordem de condição socioeconômica no país, da melhor para a pior, atrelando aí à discussão de classe: homens brancos, mulheres brancas, homens negros, mulheres negras.

Em termos históricos, durante o período escravocrata, tanto homens quanto mulheres negras trabalhavam nos serviços pesados na lavoura e na mineração. A divisão sexual do trabalho escravizado se dava de modo mais estrito na casa grande, onde a mulher negra realizava os trabalhos domésticos e o cuidado dos filhos dos senhores. Assim, a mulher negra possui uma histórica relação com o trabalho doméstico, enquanto os homens perpetuaram sua relação com o trabalho braçal. Em meio a pandemia de Covid-19, em tese, o serviço doméstico não é tido como um trabalho essencial, apesar de sabermos que a pandemia não possibilitou para essas mulheres trabalhadoras domésticas praticar o isolamento social em suas próprias casas, mas sim continuar a trabalhar na casa de seus patrões. Todavia, por estarem em um ambiente privado, ainda se encontram em menor proporção de exposição ao vírus do que a maioria dos homens negros que não tiveram a alternativa de praticar um isolamento social, seja por trabalharem em serviços essenciais (como muitas mulheres negras também), seja por trabalharem em espaços públicos sob maior exposição.

Assim, gênero e raça se inter cruzam apontando as diferenças racializadas de gênero. Em seus inter cruzamentos com classe, enquanto a população branca abastada, seja homens ou mulheres, tem maior possibilidade de praticar o isolamento social por meio do trabalho remoto, a população negra pobre não usufrui do mesmo direito. Homens e mulheres negros são mais expostos à transmissão do vírus, seja por meio: do transporte público para o trabalho, do atendimento ao público, na entrega domiciliar de produtos sobretudo por meio dos aplicativos de entrega, no trabalho doméstico, nas obras e construções civis, ou diretamente como profissional de saúde na frente da pandemia. Sobre essa última atividade, a população negra é a mais alocada nos serviços de técnicos de enfermagem e de enfermagem no geral, o que envolve maior contato e manipulação ergonômica das pessoas infectadas. Para as mulheres negras mais escolarizadas, ainda há a possibilidade de trabalho secretariado e administrativo, o que suaviza a transmissão do vírus,



em termos de gênero. Sobre os homens negros, incidem em maior medida os trabalhos mais vulneráveis à transmissão do vírus, é a força de trabalho que não tem o direito de parar.

Num cenário em que 75% das vítimas de violência letal no Brasil são negras (Cerqueira *et al.* 2019), sugerimos a consideração, também, da disseminação de um imaginário de banalização da vida do homem negro no Brasil, o qual é maioria entre essas vítimas de violência letal. Considerando uma violenta institucionalização do genocídio da população negra pelas forças de segurança do Estado sobre a alcunha metafórica de guerra às drogas, e os homens negros como principais vítimas desse processo, seja na condição de civis, ou de militares (Cerqueira *et al.* 2019; Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP, 2019), podemos admitir que a morte do homem negro é símbolo de higienização social. Assim sendo, a não sensibilização naturalizada em torno de sua morte é um produto da interseccionalidade entre raça, gênero e classe. O homem negro assume a representação da soma da agressividade e da violência atribuídas às masculinidades, da imoralidade e da bandidagem atribuída aos negros, e da figura de não sujeito de direitos naturalizada aos pobres. Soma-se a esse aspecto a discussão etária, considerando a significativa morte de uma população mais jovem no Brasil por Covid-19, como discutido.

Se Soares (2020, p. 26) ressalta que o “sexo frágil da Covid” são os homens negros, falamos então de um corpo cuja morte precoce já está naturalizada, seja pela violência policial, que não cessou durante a pandemia, seja pela negligência do Estado em garantir renda para que esse homem negro possa manter sua família sem precisar arriscar a própria vida para garantir sua subsistência. E aí as desigualdades de classe são reforçadas pelas políticas neoliberais de Estado. Nosso capitalismo neoliberal (Bastos, 2015) é, também, genocida.

Assim, o vírus Covid-19 é um novo inimigo, mas intensificado pelas velhas tecnologias de genocídio no país. Chamamos de tecnologia por envolver processos estruturais e sistematizados de produção da morte dos negros (Mbembe, 2003) no país. Nesse sentido, as abordagens interseccionais e históricas podem auxiliar na compreensão dos retratos estruturais de como estes e outros problemas afetam em maior medida determinadas populações.

No momento da escrita deste capítulo, em julho de 2020, o Brasil estava já há 53 dias sem Ministro da Saúde. Enquanto forem homens negros e pobres as maiores vítimas da Covid-19 no país, pressupomos que o poder público continuará indiferente. Nesse contexto, as palavras de Mello (1958, p. 22) ainda permanecem atuais: “até os dias de hoje ele – o negro – tem sido julgado pelo branco, um juiz completamente tendencioso em seu próprio interesse, certamente mais que parcial e injusto, quando não flagrantemente criminoso”.



Nesse cenário, este texto é apenas um esforço de conjugação de indícios analíticos que conferem à ferramenta da interseccionalidade e às perspectivas diacrônicas a possibilidade de entendimentos mais contextualizados. Várias abordagens conceituais aqui elencadas encontram-se limitadas no sentido de aprofundamento, mas foram sugestivamente colocadas para exploração em futuras análises. Nossa maior contribuição aqui reside na necessidade de ampliar as análises que consideramos muito limitadas do retrato da pandemia divulgado por Soares (2020). E, sobretudo, na articulação de elementos teóricos e históricos que nos permitem reiterar que julgar que os indícios da maior porte de homens negros por Covid-19 no Brasil sejam meramente por autocuidado precário em função da categoria de gênero, como se supõe em trecho da matéria de Soares (2020), é minimizar as estruturas de poder que constituem nossa sociedade, reforçando não só a leitura precária dos brancos sobre os negros e pobres, como também reforçando o sistema capitalista neoliberal em seu sucesso de responsabilização ideológica do próprio indivíduo por sua sorte ou fracasso na vida. Por fim, são máscaras com outras roupagens, mas o projeto genocida da população negra segue firme e forte.

## Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Almeida, S. L. de. (2019). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Davis, A. (1981). *Women, Race and Class*. New York: Randon House.
- Azevedo, T. de. (1975). *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis: Vozes.
- Bastide, R. (1973). *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva.
- Bastos, P. P. Z. (2015). Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. *Texto para Discussão*, 257.
- Carneiro, S., Santos, T., & Costa, A. G. D. O. (1985). Mulher negra: política governamental e a mulher. In *Mulher negra: política governamental e a mulher*, 141-141.
- Cerqueira, D. *et al.* (2019). Atlas da violência 2019.
- Conceição, E. B. (2016). Mulher negra em terra de homem branco: mecanismos de reprodução de desigualdades. *Gênero e Trabalho: Perspectivas, Possibilidades e Desafios no Campo dos Estudos Organizacionais* (Cap. 9), 277-319.
- Crenshaw, K. W. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex; a black



feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989(1), 139-167.

Dzizienyo, A. (1971). *The position of blacks in Brazilian society. Report n. 7*. London: Minority Rights Group.

Fanon, F. (1969). *Toward the African revolution*. Trad. Haakon Chevalie. New York: Grove Press.

Fanon, F. (1970). *Black skin, white masks*, 13-30.

Fernandes, F. (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). Anuário brasileiro de segurança pública.

Gonzalez, L. (1982). A mulher negra na sociedade brasileira. *O lugar da mulher*, 87-106.

Gonzalez, L. (2018). *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa...* Diáspora Africana: Editora Filhos da África.

Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61-73.

Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, 37(132), 595-609.

IBGE. (2019). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado em 04 junho, 2020, de [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf).

Kergoat, D. (2003). *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 55-63.

Mbembé, J. A., & Meintjes, L. (2003). Necropolitics. *Public culture*, 15(1), 11-40.

Mello, A. S. (1958). *Estudos sobre o negro*. Rio de Janeiro: José Olympio.

MOREIRA, A. J. (2013). *Racial justice in Brazil. Struggles over equality in times of new constitutionalism. 2013.383* (Tese de Doutorado em Direito Constitucional, Universidade de Harvard).

Nascimento, A. do. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. (3). São Paulo: Perspectivas.



Pateman, C. (2016). *Sexual contract*. The wiley blackwell encyclopedia of gender and sexuality studies, 1-3.

Simon, A. (2020). Coronavírus: Covid: Brasil soma 1.312 mortes em 24h, 47% no Sudeste; total é de 66.868. *Uol Notícias*. Recuperado em 08 julho, 2020, de <http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/07/coronavirus-covid-19-casos-mortos-7-julho.htm>.

Skidmore, T. E. (1976). *Black into white: race and nationality in Brazilian thought*. New York: Oxford University Press.

Soares, M. (com reportagem de Alice Cravo e Constança Tatsch). (2020). Homem, pobre, negro: a cara da vítima de Covid-19 no Brasil. *Revista Época*. Recuperado em 7 julho, 2020, de: <https://epoca.globo.com/sociedade/homem-pobre-negro-cara-da-vitima-de-covid-19-no-brasil-1-24512320>.

Taylor, J. L.; Desjardin, S. (2016). From colored people to students of color: The complexity of colorism in families and educational institutions. In *Race and colorism in education* (51-74).

Vicentini, R. (2020). Coronavírus: com 1.264 mortes confirmadas em 24 horas, Brasil ultrapassa 63 mil óbitos. *Uol Notícias*. Recuperado em 04 de julho, 2020, de: <http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/03/coronavirus-covid-19-casos-mortos-3-julho.htm>.

Voyages, S. (2020). *Transatlântico: base de dados do comércio de escravos*. Recuperado em 5 de julho, 2020, de: <https://slavevoyages.org/>.

Walker, A. (1983). If the present looks like the past, what does the future look like?. *Heresies: A Feminist Publication on Art & Politics*, 4(15), 56-59.





# PANDEMIA PÓS-VIRAL: PARALISAÇÃO GLOBAL E RECUPERAÇÃO “FEBRIL”, PARA MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS?

JACQUES RHÉAUME

## Introdução

A disseminação da COVID-19 tornou-se um fenômeno pandêmico, provocando uma interrupção internacional das atividades humanas principalmente em setores cruciais, como por exemplo, a produção e o trabalho industrial, as atividades comerciais, o transporte aéreo e ferroviário, os serviços educacionais, os grandes eventos esportivos e culturais, entre outros.

Esse fenômeno foi acompanhado por severas restrições de comportamento no que tange às interações humanas na vida cotidiana: redução drástica de reuniões coletivas (exceto com familiares próximos), distanciamento físico (“distância de dois metros” entre as pessoas), utilização de máscara facial, ritual de higienização das mãos, confinamento ou quarentena. Essas recomendações, apoiadas nas diretrizes dos serviços de saúde pública e da Organização Mundial da Saúde, dependeram da condução de cada governo e foram aplicadas com grandes variações de tempo (mais ou menos rapidamente) e de alcance (aplicação total ou parcial). Globalmente, as restrições de confinamento e segurança devem mudar o modo de vida habitual, nas interações humanas diárias, nas atividades de trabalho, nos hábitos de consumo, nas viagens etc. ... Uma nova forma de vida para todos. Pelo menos por três meses!

Na América do Norte e mais especificamente na província de Quebec - Canadá, a primeira “onda” pandêmica e as medidas restritivas a ela associada tem desacelerado, levando à abertura gradual de lojas, serviços comerciais e estabelecimentos culturais (como cinema). Reuniões tornaram-se permitidas, desde que com número reduzido de participantes e preservadas as medidas de segurança prescritas. Considerando que os meses de julho e agosto são férias escolares, as atividades acadêmicas retornarão normalmente em setembro de 2020 – conforme o calendário habitual canadense.

Após quatro meses do curso da pandemia, o impacto avaliado é gigantesco. Muitos mortos, especialmente idosos acima de 70 anos que viviam em asilos, públicos ou privados. Na província de Quebec, por exemplo, 80% das mortes relacionadas à COVID-19 foram de idosos, ou seja, uma importan-



te questão para ser discutida pelo sistema público de saúde. Cidadãos com 65 anos ou mais constituem cerca de 16% da população total do Quebec e, 4% destes são idosos dependentes. Nesse último grupo, ainda que reduzido estatisticamente, encontram-se, até o momento, a maioria das mortes no Quebec.

Uma outra consequência importante da pandemia foi o impacto econômico. O governo viabilizou apoio financeiro emergencial para pessoas que perderam o emprego temporariamente, assim como para micro e pequenas empresas. Esse apoio acarretou grande movimentação de recursos e um aumento sem precedentes da dívida pública, atingindo níveis nunca antes alcançados em nenhuma crise econômica nos últimos cem anos. Globalmente, as restrições de confinamento e segurança devem mudar o modo de vida habitual, nas interações humanas diárias, nas atividades de trabalho, nos hábitos de consumo, nas viagens etc. ... Uma nova forma de vida para todos. Pelo menos por três meses!

Por fim, a gestão dessa pandemia foi, e ainda é, um teste real para as lideranças públicas e governamentais e um teste para nossas instituições democráticas, nos níveis locais e nacionais, assim como na esfera internacional. As reflexões deste ensaio, concentram-se nos aspectos globais da pandemia, relacionando-os e discutindo-os com as questões relacionadas às desigualdades sociais.

### **Saúde pública: um estudo sistêmico**

A pandemia viral pode ser considerada como um teste tanto para a qualidade do sistema de saúde no Canadá e Quebec quanto para as lideranças políticas locais e nacionais. No Quebec, os serviços públicos de saúde são especializados em doenças infecciosas, como por exemplo, a recorrente epidemia anual de gripe quando são tomadas medidas de proteção, como a vacinação. Além disso, esses serviços têm papel importante na promoção de hábitos saudáveis, como boa alimentação, exercícios físicos, normas de segurança. Durante a pandemia da COVID-19, esse setor assumiu um papel ainda mais significativo. No início da crise, o primeiro-ministro visitou o Quebec, acompanhado pelo Diretor de Saúde Pública, um médico, que implementou recomendações e apresentou dados. Diariamente, o governo tomava decisões baseando-se nessas orientações. A princípio, as ações foram centradas na melhoria das instalações hospitalares, priorizando a ampliação do atendimento de pessoas acometidas pela COVID-19.

Em seguida, enfrentou-se uma adversidade não prevista, relacionada ao grande número de mortes de idosos dependentes que residiam em asilos. Com essa questão, outras mais foram expostas, apontando a falta



de recursos humanos e de equipamentos de proteção, as más condições de trabalho, a fraca liderança organizacional e muitas disfunções burocráticas. A imagem de um bom sistema de saúde pública no Quebec acabou por ser desvelada: a população idosa dependente ou doente não vinha sendo tratada adequadamente já por muitos anos. Mesmo o Sistema de Saúde tendo passado por uma reforma estrutural recente, trazendo como ponto central os cuidados hospitalares e a consolidação de uma direção política centralizada, ainda assim foram observadas negligências.

Era sabido que o ataque do vírus aos pulmões e às funções respiratórias, eram especialmente perigosos para idosos com 65 anos ou mais. O discurso oficial, para legitimar as dificuldades das restrições de segurança, foi: "Estamos preocupados com nossos idosos vulneráveis, para que eles não contraíam o vírus. Cuidem-se "... Ao mesmo tempo, confinamento e isolamento rigorosos deveriam ser observados para pessoas com 70 anos ou mais. A súbita explosão de mortes nos Centros de Saúde, evidenciou à falta de recursos humanos e soldados do Exército foram solicitados pelo primeiro-ministro para que prestassem serviços médicos e de assistências nesses centros.

Essa situação foi transmitida de perto pela mídia (TV, jornais, redes sociais) e criou uma verdadeira tomada de consciência pública sobre um problema social grave: a marginalização de idosos dependentes, apoiados precariamente pelo sistema público de saúde. Essa questão demanda uma análise ainda mais profunda. Em uma sociedade baseada no desempenho, dominada por uma ideologia neoliberal, as pessoas idosas, doentes ou aposentadas, são comumente percebidas como pessoas não mais "produtivas". A não ser quando gozam de boa saúde e são bons consumidores, como por exemplo, quando desfrutam da indústria do turismo.

Finalmente, como consequência positiva da pandemia, tivemos um posicionamento do governo que se comprometeu a reorientar, em um futuro próximo, as políticas de saúde e reorganizar os serviços públicos para os idosos dependentes. Por outro lado, é importante considerar que modificar a imagem global dos "idosos improdutivos" saudáveis é outra coisa. Se eles continuam trabalhando como os outros, tudo bem, mas o acesso ao mercado de trabalho não é fácil, como muitos estudos mostram, exceto para trabalho voluntário... O auxílio financeiro é desigual no que se refere aos planos de previdência públicos ou privados. Até o momento, não há indícios de mudanças significativas que abordem essas questões, em um contexto em que o envelhecimento é um fenômeno significativo para o futuro. No Quebec, a população de 65 anos ou mais, deve passar de 18% a 25% da população global nos próximos 15 anos. Esses números se assemelham aos do Canadá como um todo, e não dos países do G-7.



## O impacto econômico e as possíveis mudanças que virão

No início do processo, tanto o governo canadense quanto o de Quebec, despenderam um volume financeiro substancial para assistir às pessoas. Muitos analistas observaram que essa intervenção pública foi muito diferente da realizada na crise precedente, ligada ao sistema bancário, originada nos EUA, com o escândalo dos "subprimes". Em 2008 e nos anos seguintes, foi concedido auxílio financeiro para os bancos, permitindo que se recuperassem rapidamente e retomassem suas atividades e a obtenção de lucros. No atual cenário, o dinheiro público tem sido direcionado a pessoas: trabalhadores informais, desempregados sem renda e famílias, a fim de ajudá-los a atravessar a turbulência da pandemia. Há esperança de que também possa haver alguma "recuperação" do trabalho, da renda regular, da volta à vida normal. O mesmo é esperado em relação ao apoio financeiro público concedido às pequenas empresas ou, em alguns casos, às maiores. Por outro lado, muitos analistas são céticos e preveem grandes perdas para a economia.

Em ambos os casos há uma consequência similar: aumento da dívida pública. A própria possibilidade de aumento da dívida depende do *status* econômico nacional pré-pandêmico, de sua riqueza, da capacidade de contrair empréstimos, das reais possibilidades produtivas e da sua posição no mercado internacional global. Nos próximos anos, haverá um custo altíssimo para o reembolso da dívida nacional e a conta será paga pelos cidadãos, ou seja, os contribuintes a absorverão em sua maior parte.

Durante a pandemia, pudemos observar situações preocupantes relacionadas aos setores produtivos. No setor de transporte aéreo, as empresas demitiram um grande número de trabalhadores e tiveram perdas significativas. Contudo, com a provável reabertura das atividades turísticas, surgiu um marketing agressivo para promover viagens. No entanto, esse apelo para o retorno dos hábitos de consumo, é verdadeiro em todo tipo de publicidade relacionada à reabertura de Centros Comerciais e à grande variedade de lojas e serviços. O consumo continua ainda sendo uma característica básica da situação pós-pandêmica.

Ainda sobre as consequências econômicas, a redução da força de trabalho, em muitas empresas de grande porte, abriu a possibilidade de uma diminuição permanente de funcionários, visando contenção de despesas. Mas, isso gerou a ideia de que isso representa baixa produtividade. Dois fatores devem ser considerados nesse contexto: o reforço do "teletrabalho" e a aceleração da tecnologia "inteligente" avançada. Durante a pandemia, muitas pessoas continuaram seu trabalho regular em casa, usando a Internet, o computador, recursos audiovisuais como Facetime, ZOOM, Skype e outros...



com muita produtividade. A pesquisa e o desenvolvimento da indústria robótica e da tecnologia 4.0 apresentam resultados promissores. Ao mesmo tempo em que a manutenção da produtividade e redução de custo soam como uma prescrição muito familiar em um credo neoliberal, isso significa também a redução da força de trabalho necessária e desigualdade social.

Outro fenômeno, cujo entendimento varia entre os diferentes países e líderes políticos, é o reforço do protecionismo da economia nacional por meio do confinamento necessário associado à luta contra a pandemia. O controle das fronteiras, da mobilidade das pessoas em nome da segurança nacional, pode usado para atender ao exclusivo interesse econômico nacional. O poder político centralizado em tempos de grande crise e em situações de emergência pode ser usado para fixar arbitrariamente o necessário apoio ou redução nas diferentes estruturas econômicas. Se, aparentemente, houve uma solidariedade espetacular no compartilhamento internacional da pesquisa e dos resultados dos trabalhos científicos em torno da COVID-19, a situação é bem diferente no mundo econômico. A razão para sustentar esse desenvolvimento pós-pandemia é aumentar a atividade produtiva e consumidora a fim de recuperar e melhorar os padrões de vida e sobrevivência no mercado global.

### **As desigualdades sociais pandêmicas**

Em uma entrevista recente, Dany Laferrière - escritor haitiano - comentou sobre a agressão violenta dos policiais nos EUA contra um cidadão negro, George Floyd e comparou o racismo e as práticas discriminatórias a uma pandemia de "vírus social". Essa prática, que de certa forma se apresenta como "invisível" para a população e instituições, acabou por se manifestar por meio da explosão em excessos violentos como no caso desse assassinato. Nas diferentes manifestações populares em todos os Estados Unidos e nas principais cidades de vários países, incluindo o Canadá, pudemos ver a frase forte e simbólica: "Pare, não posso mais respirar, pare".

Esse movimento coletivo foi noticiado na mídia, interrompendo a onipresente sequência de notícias sobre a COVID-19 e apresentou um outro tipo de realidade: as violentas consequências do nosso mundo "normal" para as minorias e grupos vulneráveis. Essas manifestações espontâneas mostraram outra dimensão da política, uma luta coletiva exigindo mais justiça, igualdade de direitos na educação, trabalho, condições econômicas. No Canadá, as reivindicações incluíram não apenas o racismo contra o povo negro, mas também contra vários povos nativos ou grupos indígenas que têm uma longa história de colonização originária das invasões francesas e britânicas. Grupos diversos, como por exemplo, aqueles que trazem



bandeiras das lutas relacionadas às questões de gênero ou de pessoas sem-teto, aderiram a esse movimento.

Seria plausível se pensar na existência da possibilidade dos governos eleitos “democraticamente” responderem adequadamente à “pandemia” da desigualdade social? Seria admissível que esse processo acontecesse por meio da regulação da economia, revisão de comportamentos inapropriados, repensando as principais instituições ao incluir todos os cidadãos em uma mobilização global e coletiva pelo bem comum? Parece que a experiência atual em torno da COVID-19 não têm trazido respostas satisfatórias. Vejamos as limitações.

Em primeiro lugar, é um problema microbiológico muito específico que exige um conhecimento muito especializado sobre doenças infecciosas em que os profissionais em saúde pública se apropriaram de uma estratégia social muito básica: evitar a transmissão a partir do contato humano. O que foi excepcional, ao contrário da luta usual contra a gripe “normal”, é que a estratégia de enfrentamento à pandemia incluiu, com o suporte dos governos, a interrupção das principais atividades institucionais - condição prévia para a efetivação do confinamento.

Em segundo lugar, essa mobilização deveria ser temporária, ou seja, *uma pausa* como foi mencionado. Porém, já no início do processo, especialistas em infância, saúde mental e sistema de saúde e líderes em educação, pressionaram o governo por mais flexibilidade e acesso às atividades grupais. De forma ainda mais enfática, diferentes especialistas e líderes no campo da economia e do trabalho fizeram fortes pressões pela reabertura de lojas, serviços públicos e privados e atividades comerciais ... Isso significou voltar à *vida cotidiana*, preservando algumas medidas básicas de segurança individual para evitar a transmissão. Em alguns países, como a Suécia, ou no discurso de muitos presidentes, como o dos EUA, a prioridade econômica e a vida “normal” foram fortemente incentivadas. No caso da Suécia, essa foi uma estratégia escolhida de saúde pública: permitir que as pessoas desenvolvessem uma imunidade antiviral prolongada - “a imunização de rebanho”. Para outros, havia a negativa da importância da pandemia da COVID-19.

Observando estritamente a luta contra o vírus, percebe-se que houve uma mobilização geral com forte apoio do público, mas as consequências imediatas foram experienciadas com recursos desiguais. Funcionários públicos, ativos ou aposentados, empregados regulares, profissionais, pessoas de classe econômica média ou alta tiveram assistência muito melhores que os trabalhadores em situações precárias, os sem-teto, os descartáveis, os dependentes, que não puderam se beneficiar do auxílio governamental temporário. Mais profundamente, a experiência de viver o confinamento em casa é muito diferente se a pessoa está em teletrabalho, se aproveita



para colocar a leitura em dia ou ouvir música, se realiza reuniões audiovisuais regulares com colegas ou familiares, etc. É importante considerar também que a grande atenção e foco dados à pandemia apresenta efeitos perversos: nenhum outro assunto foi tão falado e as notícias "extra-pandemia" foram muito reduzidas, quando nos referimos ao horário nobre. Até as atividades regulares do governo foram deixadas de lado. A centralização do poder em torno dos Primeiros-Ministros (ou Presidentes), em um momento atípico de emergência e segurança nacional, serviram para mascarar questões sociais importantes e o necessário debate democrático.

Poderíamos imaginar, comparativamente, uma liderança política forte em torno das desigualdades sociais? Parece que a atual democracia instituída não pode atender a essas questões. Leis e decretos, comando centralizado não seriam suficientes. São necessários: educação, acesso ao poder e participação ativa dos cidadãos, incluindo minorias, em todas as instituições, levando a novas formas de pensar e agir. A propósito, as ciências humanas e sociais têm um papel vital nesta mudança. Imagine como seria se as ciências sociais recebessem a mesma atenção que os biólogos estão recebendo na pandemia viral ...

### **Confiança e violência no mundo da modernidade avançada**

Nesta reflexão, mencionou-se muitas vezes a noção de instituições. Simplificando, estamos nos referindo às orientações e regras básicas que norteiam a "vida em comum". A família, a escola, a empresa ou prestador de serviços, o hospital, o teatro, o congresso, são expressões concretas de instituições. O desenvolvimento de profissões e centros científicos e artísticos gera outros tipos de instituições relacionadas à produção do conhecimento e da criação. As desigualdades sociais são construídas em torno do acesso e participação desiguais. Enquanto para uma parte da população parece impossível mudar essa situação, para os mais radicais, o desejo de tal mudança desaparece. Esse tipo de anomia pode levar a comportamentos violentos.

Seguindo aqui o pensamento de Jan Philipp Reemtsma (2011), a violência pode ser definida como o uso da força física no corpo de outrem, com consequências tanto materiais quanto psíquicas. Para o autor, mesmo a denominada violência moral ou psicológica tem alguma referência à força física como um possível uso adicional. Como fenômeno específico, a violência pode assumir três formas, como se observa ao longo da história.

A primeira delas, Reemtsma (2011), chamou de "violência localizada", que significa o controle do espaço e a destruição de obstáculos que impediriam qualquer objetivo ou conquista desejada. O comportamento em tempos



de guerra é um bom exemplo: a outra pessoa, o inimigo, não é importante enquanto indivíduo. O inimigo deve ser eliminado para se acessar o território desejado. O "sniper", um atirador profissional que às vezes vemos em filmes, representa outro caso: o "alvo" não importa pessoalmente. A segunda forma de violência é chamada de violência "de raptó" ou "de captura". O estupro é o exemplo típico. Uma pessoa está abusando de alguém para seu prazer sexual e, para isso, precisa de uma parte da outra pessoa, mas somente a que atenda às suas necessidades. Essa pessoa não existe de outra forma. Todos os tipos de manipulação são desse tipo: forçar alguém fazer o que se deseja. Um outro exemplo que ilustra bem essa violência é a escravidão. Por fim, a terceira forma é a violência por si só, denominada "autotélica". A tortura em todas as suas variações é o protótipo. A pessoa que tortura alguém experimenta uma espécie de "viagem de poder" na dominação mais completa do outro. É mais do que uma tortura instrumental para obter informações, por exemplo. É experimentar, para seu deleite, um prazer intenso por meio da dominação afligida - tem aspectos patológicos. Nas três formas, o psíquico e o social estão presente.

O contexto social de expressão dessas formas de violência e seus significados, mudou ao longo da história, das fases pré-históricas, passando pelas diversas fases das sociedades pré-modernas até as modernas e avançadas ou hipermodernas que conhecemos hoje em dia. Diferentes culturas apresentam significados diferentes: padrões éticos dos guerreiros, sacrifícios religiosos, tratamentos punitivos (Foucault, 1975) etc. A matança pode ser justificada com cruzadas religiosas, o estupro foi aceitável em culturas patriarcais, a escravidão era normal até a modernidade na Europa e, especialmente nos EUA, com o direito de matar o escravo pelo "mau comportamento".

O projeto modernista, por sua vez, fundamentou-se na razão, nos direitos individuais, na democracia e nesse grande ideal da revolução francesa "liberdade, fraternidade e igualdade". Ainda recentemente, adotamos a Declaração dos Direitos Humanos como padrão internacional e a noção de sociedade baseada no Direito, de uma justiça acima do poder político e dos interesses partidários. As instituições da modernidade basearam-se em um "contrato social" (Hobbes, 1991, 1651; Rousseau, 1963, 1762), ou seja, um compromisso mútuo de respeitar regras comuns para todos, de confiar em um mundo institucional democrático. Esse contrato seria o resultado da socialização de cada indivíduo na família, na escola, no local de trabalho, em todos os tipos de organizações e também com o envolvimento político participativo (em sindicatos, partidos políticos, governo eleito). Um comprometimento e confiança eficientes nas instituições dependeriam da implicação, tanto de cada pessoa, quanto da coletividade. Também seria



necessário o reconhecimento do valor de cada indivíduo e de sua contribuição social (Honneth, 2000, 2006; Ricoeur, 2004). Mas sabemos que o amor, o reconhecimento social e o respeito pelos outros são acompanhados, no desenvolvimento de uma pessoa, de um cenário de competição, agressão e possível violência. Essa lógica também pode ser observada em grupos e entre grupos.

Quanto mais o desenvolvimento de uma sociedade e de suas instituições se afasta das expectativas das pessoas, maior se torna a falta de confiança nessas mesmas instituições e a possibilidade de crescimento de pessoas e grupos anômicos e "desfiliados". Como consequência, se eleva o uso de todas as formas de comportamentos violentos para obtenção dos resultados desejados, evitando os caminhos ordinários. Quanto maiores as desigualdades sociais maior é a possibilidade desse tipo de radicalização surgir.

Nesse contexto, conforme Reemtsma - e Freud teria corroborado - precisamos de instituições fortes para conter a violência, fixar limites e normas. Chegamos ao que pode ser chamado de "violência legitimada". Isso significa que, geralmente, e de forma simples, a violência pura não é permitida por nenhum motivo (a *autotélica* forma) nem mesmo na forma "de captura". No entanto, alguma violência instrumental pode ser permitida para fins de autodefesa a fim de preservar nossa vida ou a vida de outras pessoas quando atacadas por pessoas armadas, por exemplo, e faz parte do princípio legítimo da "Lei e Ordem" quando há "terrorismo" ou criminosos perigosos. Nesse cenário específico, a polícia poderia utilizar da violência deste tipo e se aproximar do primeiro tipo, a "violência localizada". Como exemplo, o esquadrão da polícia pode iniciar uma ronda para "limpar" um bairro, capturando criminosos perigosos.

Finalmente, ainda sobre o primeiro de tipo de violência, podemos problematizar que a guerra entre nações é possível e que também as guerras civis, dentro de uma nação, se aproximam bastante desse tipo de violência ... Em todos os casos, o aparato jurídico, o estabelecimento de leis e regulações específicas, impõem os limites e respeito básico à Carta dos Direitos Humanos. Mas ainda assim, a violência ainda é acentuada nas sociedades. Como mencionado, a violências está profundamente enraizada na constituição individual e social do ser humano - podemos nos referir aqui a excelentes análises dessa dimensão específica: Enriquez (1983); Freud (1973); Johnson (1972).

Não será desenvolvida neste ensaio toda a discussão acerca da modernidade, pós-modernidade, hipermodernidade e construção social das instituições, que têm sido abordadas nas ciências sociais (Castoriadis (1975); Charles (2007); Dardot & Laval (2010); Gaulejac (2005); Latour (1997);



Lipovetsky & Charles (2004); Marcuse (1968); Rhéaume (2016; 2019); Taylor (2007). A evolução histórica da modernidade mostra os limites desse ideal social; e as mudanças na hiper ou avançada modernidade são tão fortes quanto a preocupação com a desigualdade social. Sob a perspectiva destes autores, as ideologias neoliberais e individualistas estão estruturalmente confirmando as desigualdades sociais, dentro de uma nação ou cenário internacional.

### **Estudo de caso: violência social no trabalho**

Retomando a situação das atividades violentas da polícia, sobre o caso de G. Floyd, podemos tentar interpretar o significado social desse evento usando as diferentes categorias de violência no contexto contemporâneo, como nos EUA. Primeiramente, deve-se situar a polícia como uma instituição ligada ao sistema de justiça. Sua responsabilidade é garantir a aplicação das leis do país e os direitos de todos os cidadãos. Se necessário, eles podem usar a "força adequada" quando há ameaça à segurança de outras pessoas ou resistência à prisão, por exemplo. A força legitimada poderia estar representando a violência instrumental "de captura" mas, formalmente, não há violência quando segue estritamente boas práticas e regulações. Em caso de extrema ameaça contra um policial, a autodefesa surge como uma situação excepcional: você pode ser obrigado a matar. Esse é o discurso oficial. A polícia pode ser definida como o "órgão" regulador da legitimação da violência sistêmica.

Do que sabemos sobre a prisão de G. Floyd, e teremos que aguardar os resultados do julgamento dos policiais envolvidos, é que temos duas acusações: uma sobre o uso excessivo da força e outra de assassinato. A primeira reação defensiva foi: a polícia apenas respondeu ao chamado de um cidadão, que denunciou um cliente que teria pago com uma nota de 20 dólares falsa. E o suposto ladrão resistiu à prisão e era perigoso ... E estrangular alguém pode ser uma técnica de controle "adequada"! O vídeo gravado por um cidadão comum que observou a cena, foi seguido por uma forte reação do público, que trouxe um entendimento muito diferente: colocar um joelho sobre uma garganta por 8 minutos até a morte não é "uma técnica adequada".

Esta é apenas parte da análise. O movimento social subsequente apenas trouxe à tona um contexto já preexistente: a existência do racismo no sistema judiciário e em todas as esferas da vida, bem como a discriminação histórica, que revelam uma cegueira sobre uma desigualdade social sistêmica. Tendo como base o exposto, podemos criar uma metáfora em relação a COVID19. Um vírus é uma força potencial de matar, como foi por um tempo a escravidão e como é atualmente o racismo. Como imagem, o vírus usa a



violência instrumental, porque trata-se de sua sobrevivência e reprodução, sem nenhuma intenção consciente, é claro. Mas, para qualquer tipo de racismo ou discriminação, é a superioridade defensiva de um grupo sobre outro, que pode ser parcialmente inconsciente.

A reação oficial do Presidente norte americano é bastante típica do princípio da Lei e da Ordem. Ele anunciou um decreto recomendando mais disciplina na polícia devido ao comportamento desviante de alguns indivíduos. Ele sugeriu uma revisão da técnica de 'estrangular' para evitar baixas desnecessárias. Mas ele insistiu no trabalho necessário e importante da polícia contra criminosos de todos os tipos. Nenhuma menção ao racismo estrutural, à violência, apenas problemas individuais e pontuais. Sua reação foi mais forte ao falar das violentas manifestações nas ruas e ao apelar à Guarda Nacional para controlar os criminosos que destroem qualquer coisa, não respeitam as leis e ameaçam os bons cidadãos.

Obviamente, houve outras reações e o sistema de justiça dos EUA reagiu de forma mais apropriada contra a violência dos policiais. Muitos líderes públicos apoiaram as reações contra a violência sistêmica do racismo e discriminação. Outros reagiram também com ceticismo em relação a um julgamento "justo", tendo na memória as muitas "solturas" de policiais em casos semelhantes, pela ausência de evidências suficientes para um comportamento violento.

### **Conclusão: o que esperar para o pós pandemia da COVID-19 em termos sociais**

Esperando uma eventual "segunda onda" de pandemia, ou ainda lutando para enfrentar a primeira, o que podemos conjecturar para o impacto pós-pandemia? Mesmo com as restrições de confinamento, o que pudemos aprender com a cobertura limitada da mídia, é que a pandemia é uma forte experiência internacional global. O combate à pandemia mostrou a importância colaborativa das ciências biológicas da medicina e a parceria de especialistas científicos com o governo em todo o mundo. No nível local, os profissionais de saúde mostraram um compromisso muito dedicado, mesmo com condições de trabalho adversas. E houve uma experiência política inesperada: sim, os poderes nacionais podem regular instituições econômicas e culturais, e demonstraram que isso pode ser feito. O império econômico do mercado pode ser desafiado, nem que seja por um curto período de tempo.

Um resultado positivo específico, no Canadá e no Quebec, foi a mudança a ser feita no atendimento das necessidades dos idosos dependentes, repensando a gestão de políticas e instituições sociais e o tipo de apoio e assistência públicos.



O emergente movimento social espontâneo, que reivindica mudanças radicais relacionadas ao racismo e à discriminação estrutural, é uma boa notícia. Isso, associado a uma mobilização mundial semelhante, já existente antes da pandemia, em torno das questões ambientais, podem ser vistos como sinais de uma nova solidariedade envolvendo pessoas de diferentes status, gênero, idade, cor ... e, de certa forma, pensamento crítico sobre nossas sociedades.

Com exceção desse último ponto, os outros impactos são muito restritos a um problema específico: a pandemia do vírus. Um forte consenso e liderança foram possíveis porque desenvolveram o que poderíamos chamar de "estratégia negativa". Exceto pelo apoio aos doentes e ajuda financeira temporária, a receita era simples: evite contato físico e transmissão, fique em casa, não faça reuniões ou não vá à escola ... Paralisação. Por outro lado, quando olhamos para os sinais de recuperação e reabertura de atividades e encontros face a face, parece que ajudamos a uma recuperação "febril", tendo que enfrentar em um futuro próximo a perda econômica, aceleração da produtividade das nações, reabertura das fronteiras e concorrência acirrada no mercado.

Não existe uma agenda clara do governo, e de instâncias políticas do Canadá e do Quebec, que trate das questões sociais em torno da mudança necessária para redução das desigualdades. Ainda assim, muitas pessoas constataram o desafio dessa "pandemia social viral" instalada em nossas instituições e que cria desigualdades sistêmicas. As ciências humanas e sociais podem amparar esse movimento com pesquisa e intervenção apropriadas em grupos comunitários, organizações e serviços de assistência, ajudando a desenvolver o pensamento crítico e a solidariedade.

### **Tradução**

Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães  
Hellen Cordeiro Alves Marquezini

### **Referências**

- Castoriadis, C. (1975). *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Éditions du Seuil.
- Charles, S. (2007). *O hmodmoderne expliqué aux enfants*. Montréal: Liber.
- Dardot, P. & Laval, C. (2010). *La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte.
- Enriquez, E. (1983). *De la horde à l'État. Essai de psychanalyse du lien social*. Paris: NRF, Éditions Gallimard.



- Foucauld, M. (1975). *Surveiller et punir. Naissance de la prisão*. Paris: NRF.
- Freud, S. (1973). *Totem et Tabou*. Paris: Payot.
- Gaulejac, V. de. (2005). *La société malade de la gestion: idéologie gestionnaire, pouvoir managérial et harcèlement social*. Paris: Seuil.
- Hobbes, T. (1991, 1651). *Leviathan*. Richard Tuck (Org.). Cambridge: Cambridge University Press. (Trad. F. Tricaud. Paris: Sirey, 1971).
- Honneth, A. (2006). *La société du mépris. Vers une nouvelle théorie critique*. Paris: La Découverte.
- Honneth, A. (2000). *La lutte pour la reconnaissance*. Paris: Les Éditions du CERF.
- Johnson, R. N. (1972). *Agression in Man and animals*. Philadelphia, London, Toronto: Souders Editor.
- Latour, B. (1997). *Nous n'avons jamais été modernes: essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte.
- Lipovetsky, G., & Charles, S. (2004). *Les temps hypermodernes*. Paris: Grasset et Fasquelle.
- Marcuse, H. (1968). *L'homme unidimensionnel. Essai sur l'idéologie de la société industrielle avancée*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Reemtsma, J. P. (2011, 2008). *Confiance et violence. Essai sur une configuration particulière de la modernité*. Paris: NRF, Gallimard.
- Rhéaume, J. (2019). Confiance, violence et politique: quelques repères historiques et théoriques. *Novos Cadernos NAE*, 22(3), 9-24, set-dez. Recuperado em <https://periodicos.ufpa.br>
- Rhéaume, J. (2016). Subject and Hypermodernity. Sujeto e hipermodernidad. *Psicologia, Conocimiento y Sociedad*, 6(2), 223-241. Recuperado em <https://revista.psico.edu.uy/index.php/revpsicologia>
- Ricoeur, P. (2004). *Parcours de reconnaissance. Trois études*. Paris: Éditions Stock.
- Rousseau, J.-J. (1963, 1762). *Du contrat social*. Paris: Union Générale d'Éditions, coll. 10/18, 89-90.
- Taylor, C. (2007). *Grandeur et misère de la modernité*. Montréal: Bellarmin.





# IMPACTOS DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PÚBLICO DE ADOLESCENTES DO DISTRITO FEDERAL

JULIANA DE ARRUDA CASTRO  
MARIANA DE LIMA CAEIRO  
BRÍGIDA DE FREITAS FERREIRA

## 1 Contextualização

Em dezembro de 2019, na China, foi reportado o primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus, denominado SARS-CoV-2 (Xiao, 2020). A rápida escalada da COVID-19 (doença provocada pelo SARS-CoV-2) fez com que, no dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretasse o estado de pandemia. A doença caracteriza-se por apresentar sintomas respiratórios, semelhantes a um resfriado comum, como tosse, febre e dificuldade para respirar (Oliveira & Morais, 2020).

O aumento significativo do número de casos que demandam internações hospitalares, inclusive terapia intensiva, em razão do agravamento da dificuldade para respirar e a ausência, até o momento, de um tratamento realmente eficaz, geram grande preocupação em relação à sobrecarga e colapso dos sistemas de saúde. Trata-se da maior emergência de saúde pública enfrentada pela comunidade internacional em décadas, que impõe uma série de preocupações quanto à saúde física e mental da população em geral e também dos profissionais de saúde envolvidos (Schmidt et al., 2020).

Dessa forma, uma série de cuidados foram recomendados pela OMS a fim de que se evitasse a contaminação em massa da população e a impossibilidade de atendimento hospitalar para os casos mais graves. Dentre as medidas recomendadas, o distanciamento social mostrou-se como a principal delas, evitando-se, ao máximo, aglomeração de pessoas. Basicamente, foi dada a seguinte orientação: se puder, fique em casa. Assim, aulas presenciais e eventos dos mais diversos tipos foram suspensos, migrando para modalidade virtual. Muitos estabelecimentos comerciais passaram a atender clientes e realizar vendas *online*. Empresas adotaram o *home-office*. Algumas cidades decretaram *lockdown*<sup>1</sup> e foram criadas diversas orientações e protocolos de

<sup>1</sup> Restrição ainda mais rígida ou proibição de circulação de pessoas imposta pelo Estado. Na



segurança para a continuidade das atividades identificadas como “essenciais”, como o uso obrigatório de máscara e a distância de, pelo menos, 1 metro entre as pessoas.

A experiência de viver a pandemia não é a mesma para todos. Não estamos todos em um mesmo barco, mas sim em uma mesma tempestade. Diante disso, é importante refletir sobre os impactos da chegada do novo coronavírus sobre os mais diversos públicos, especialmente sobre aqueles já marcados pelas vulnerabilidades sociais. Nesse sentido, esse texto busca elucidar alguns impactos da pandemia sobre o acolhimento institucional de adolescentes em instituições públicas no Distrito Federal (DF).

## **2 Desafios do acolhimento institucional de adolescentes**

Ao se falar em acolhimento de adolescentes em instituições, não se pode perder de vista o caráter de proteção social deste serviço, que ocorre por meio da aplicação de uma medida pelo juiz da infância e da juventude. O que, à primeira vista, pode parecer algo simples de se executar, na prática, apresenta alguns desafios.

Um deles é o longo tempo de acolhimento decorrente, em muitos casos, da dificuldade no trabalho de reinserção familiar desses meninos e meninas, ou na adoção por família substituta. Por mais que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) indique, atualmente, que o acolhimento deve ocorrer no prazo máximo de 2 anos, o que se efetiva é o prolongamento desse período em muitos casos. As situações de vulnerabilidade sócio-familiar, tais como uso de drogas e álcool pelos genitores e os vários casos de negligência e violência intrafamiliar fazem com que muitos adolescentes acolhidos tenham que buscar sua autonomia dentro do serviço de acolhimento, saindo dali diretamente para vida adulta, sem conseguir voltar para sua família de origem. Porém, nem sempre as equipes aliam o desenvolvimento de habilidades para a vida independente com o acompanhamento socioemocional dos jovens e a inserção deles na comunidade, deixando esses adolescentes em desvantagem, quando comparados a outros jovens (Cassarino-Perez et al., 2018), em relação à escolarização, inserção no mercado de trabalho formal, autonomia financeira e adequação às normas predominantes na sociedade e leis vigentes.

A situação de fragilidade familiar, muitas vezes indício de uma dificuldade crônica e transgeracional em ocupar um lugar protetivo em relação às suas crianças e adolescentes, leva a outra questão importante que é a reinstitucionalização desses meninos e meninas. O retorno para casa nem

---

situação de lockdown, só é permitido sair de casa para atividades essenciais, como ida ao hospital, farmácia ou supermercado.



sempre ocorre de forma satisfatória e o adolescente acaba retornando para o serviço de acolhimento (Paiva et al., 2019), colocando-o novamente numa posição de vítima de violação de direitos de quem se espera que cumpra a função de proteção, ou seja, a família. Nessas idas e vindas, é comum a transferência do adolescente entre instituições de acolhimento. Na medida em que ele começa a desrespeitar regras de determinado local, é solicitado ao juiz que ele saia dali, com o argumento que ele pode ser uma influência negativa para outros acolhidos, o que pode ser sentido como um outro abandono, se considerarmos que, novamente, o jovem sofrerá rupturas nos vínculos afetivos. Geralmente, ele sai de um local privado para uma instituição pública governamental. Esses movimentos vão agregando à imagem social da identidade do adolescente acolhido aspectos de caráter negativo, como um estigma que o coloca como menos "batalhador" na vida, em comparação aos demais adolescentes (Wendt et al., 2017). E muitas vezes essa percepção também está presente entre os profissionais que atuam nesse contexto.

Um outro desafio, não menos importante, é o contato dos meninos e meninas com o uso e o tráfico de drogas, a rua, o ato infracional de forma geral e a exploração sexual. Essa posição de enfrentamento às regras sociais e a busca por um reconhecimento que perpassa pela ocupação de um lugar que imponha medo, parece tentar substituir a posição de alguém que, até então, era vítima de violências. Ao invés de inspirar pena do outro, é muito mais gratificante, em termos identitários, gerar um sentimento de medo, como uma busca pelo reconhecimento social em razão de sua força e não de sua fragilidade. Esse posicionamento tem repercussões nos serviços de acolhimento, com o enfrentamento às normas de convivência do local, o roubo de objetos da instituição e a depredação do ambiente, influenciando o profissional que ali atua a se posicionar de forma punitiva diante desse tipo de comportamento. Não podemos saber se o adolescente tem esse tipo de atitude como reação ao profissional que o olha como alguém que "não tem jeito", alguém que não se adequa socialmente, ou se é a equipe que reage ao menino e à menina que se apresenta de forma a desafiar a organização do serviço. De qualquer forma, são movimentos que ocorrem simultaneamente e que se complementam.

Nesse sentido, os desafios citados acima, dentre outras situações que se apresentam, levam as equipes a trabalharem de forma exaustiva e com um sentimento constante de frustração, na medida em que nem sempre conseguem vislumbrar avanços na inserção social dos acolhidos, além de lidarem com o enfrentamento desses jovens de forma constante. O que seria um local de proteção, para os adolescentes, às vezes, é visto como um espaço de punição, já que se dedica grande parte do tempo na tentativa de organizar a casa ou o abrigo, as regras de convivência, a inserção na escola ou



em outra atividade comunitária, indicando punições para quando isso não é respeitado. Num contexto em que nem sempre as equipes possuem condições mínimas de trabalho, o estresse e o adoecimento se fazem presentes. Vale ressaltar que isso ocorre com maior peso nas instituições de acolhimento públicas, já que elas não têm para onde transferir o adolescente que infringe alguma regra e recebem a responsabilidade do Estado de ter que dar conta do trabalho de forma satisfatória.

Temos, então, de um lado, adolescentes que vivenciaram abandono, violências na família e fora dela, estigmatização de ser alguém que não se esforça o suficiente para conseguir estudar e trabalhar de forma adequada, e de outro, profissionais que passam pelo mesmo processo, na medida em que se sentem abandonos por parte da gestão, já que nem sempre possuem o mínimo de material, equipe e equipamento para o trabalho. Vivenciam também situações de violências, sendo muitas vezes desrespeitados e ameaçados pelos adolescentes, sofrendo estigmatização de que não trabalham direito, de que não se esforçam o suficiente para conseguir engajar os adolescentes na escola e nas atividades comunitárias e de que só estão ali pelo salário de servidor público, que entra na conta todo final de mês. Portanto, abandono, violência e estigma estão presentes tanto entre os adolescentes, quanto entre os servidores públicos que trabalham no acolhimento institucional desse público.

Tendo em vista as reflexões anteriores, sugerimos que ocorre um fenômeno que merece atenção. Nos parece que em cada Unidade de acolhimento institucional pública para adolescentes, não existe na prática uma “unidade”, mas dois subgrupos que ocupam o mesmo espaço. De um lado, adolescentes que se unem contra o que lhes é imposto, que buscam o reconhecimento e o respeito por meio do enfrentamento e do medo imposto ao outro, criando regras próprias. Nesses grupos, onde cada adolescente ocupa um papel específico, é comum observarmos um líder, a aplicação de alguns rituais - às vezes violentos - para os calouros que chegam no serviço de acolhimento, e a prática coletiva e organizada de furtos e vendas de drogas. Sair dessa organização implica um dilema, implica não pertencer ao grupo dos adolescentes e ser estigmatizado entre esses jovens.

Já entre os profissionais, também existe uma organização interna própria, alguns arranjos no modo de funcionamento da equipe (fora do que é orientado pela gestão) e a busca pelo reconhecimento de uma posição importante e de autoridade perante os adolescentes, o que não ocorre, na percepção deles, pela gestão superior do serviço. O profissional que se recusa a fazer parte dessa organização própria, tal qual ocorre no grupo de adolescentes, é estigmatizado entre os colegas. Assim, temos dois subgrupos que lutam pelo reconhecimento, pela sua sobrevivência simbólica enquanto



sujeitos de importância e sujeitos que ocupam um lugar que inspire, pelo menos, medo e respeito, mas nunca, pena.

E a pandemia do novo coronavírus diante desse cenário? Frente a mais um desafio a ser enfrentado pelos profissionais do acolhimento público para adolescentes na atualidade, observamos uma reação inesperada e que pode nos inspirar a repensar o sentido desse serviço. Para além do que está previsto nas leis e orientações técnicas, a qual propósito esse serviço se destina? Como aponta Rizzini e Rizzini (2004, *apud* Miranda, 2017), por ocasião da criação do Código de Menores, em 1927, enfrentava-se um dilema: salvar crianças e adolescentes ou salvar a população dessas crianças e adolescentes, que eram associadas aos atos delinquentes? E hoje, sobre o acolhimento de adolescentes, será que ainda enfrentamos esta mesma questão?

### **3 O Serviço público de Acolhimento para crianças e adolescentes do Distrito Federal.**

O Distrito Federal conta, atualmente, com 3 Unidades de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (UNAC) públicas, em formato de abrigos de pequeno porte, com capacidade de 8 acolhidos em duas delas (UNAC I e II) e de 16 na terceira (UNAC III). Esta terceira Unidade funciona como um acolhimento inicial das demandas que chegam até uma central de vagas. Trata-se da Central de Acolhimentos para Crianças e Adolescentes (CENTRALAC), responsável por fazer a gestão das vagas de todas as Unidades de acolhimento do DF, públicas ou não, que recebem crianças e adolescentes. No Distrito Federal, ainda não existem Repúblicas: Unidades de acolhimento para jovens até 24 anos, com o objetivo de fazer a transição de egressos do acolhimento para a vida adulta.

A tentativa desses abrigos é assemelhar, o máximo possível, a institucionalização de crianças e adolescentes a um lar. Portanto, sua estrutura física se encontra inserida na comunidade, sem placa de identificação na fachada, conta com atividades rotineiras típicas de uma casa, promove a inserção na escola e saúde da localidade e o uso dos espaços públicos dos arredores (como praças e parques), pelos acolhidos, (Brasil, 2009). Todos os casos em que o juiz aplica medida protetiva de acolhimento passam pela Central, onde realiza-se a indicação sobre o local para onde a criança ou o adolescente será encaminhado. Nos casos de acolhimento em situações emergenciais realizados pelos Conselhos Tutelares, sem a ação, num primeiro momento, do judiciário, esses meninos e meninas são direcionados para a UNAC III, a fim de aguardar ou a reintegração familiar em até 15 dias ou o encaminhamento para outra Unidade de acolhimento da rede do DF. Em último caso, pode ocorrer do adolescente não ser aceito em nenhuma



instituição, por já ter apresentado comportamento de quebra de normas internas, vivência de rua, relação com uso ou tráfico de drogas e, até mesmo, envolvimento como vítima de exploração sexual.

Então, na prática, os adolescentes que permanecem na UNAC III são os que não são aceitos em lugar algum, nem na própria família, nem em outra instituição da rede privada, e a UNAC III representaria o "fim da linha" para eles, como costumam dizer. Até mesmo o acolhimento nas outras duas UNAC's fica, muitas vezes, prejudicado, em função das inúmeras rivalidades presentes dentro do grupo dos adolescentes, que podem inclusive envolver ameaças de morte entre os membros. Vale ressaltar que as UNAC's I e II também caracterizam-se por só acolherem adolescentes, aqueles que não são aceitos em nenhuma outra instituição de acolhimento do Distrito Federal

No que diz respeito aos profissionais que atuam nestas Unidades, todos são servidores públicos concursados, desde cuidadores sociais de nível médio, que trabalham numa escala de 24 horas para 72 de descanso (1 dia de trabalho para 3 de não trabalho) a psicólogos, assistentes sociais e pedagogos. Também é possível encontrar servidores de nível fundamental, admitidos em concursos anteriores, que possuem uma longa caminhada de trabalho no acolhimento institucional. A gestão das 3 Unidades (na maioria das vezes, é ocupada por servidor concursado, mas dependendo do momento político, pode ser ocupada por pessoa que não faz parte do quadro permanente de servidores.

Em síntese, o serviço público no DF acolhe adolescentes que frequentemente não são aceitos em outras instituições da cidade, possuem baixo nível de escolarização e estão evadidos da escola; apresentam dificuldades em seguir as normas de convivência dos abrigos, ocupando uma posição de enfrentamento aos profissionais; furtam e depredam o espaço com frequência; permanecem muito tempo na rua, local de acesso fácil às drogas e de exposição aos mais variados tipos de violência, como cobrança por traficantes e violência sexual. O próprio abrigo também pode ser palco de violências, como os rituais dos "calouros" que chegam ali e que são, por vezes, encarregados pelos adolescentes mais antigos para roubar ou traficar drogas para eles. Essa organização no subgrupo dos adolescentes é, muitas vezes, velada, passando despercebida pela equipe que ali atua.

Sobre as publicações referentes ao acolhimento institucional no Brasil, percebemos que na maioria das vezes os textos são iniciados por uma contextualização histórica que mostra quais foram as mudanças que ocorreram na legislação ao longo do tempo, e que indica também alterações de concepção sobre o que é proteção à infância e à adolescência. De fato, ao analisarmos esse histórico no DF, percebemos grandes alterações desde a criação, em 1971, do Centro de Recepção e Triagem (CRT), primeira instituição



que detinha essa função, até as UNAC's atuais, passando pelo Centro de Abrigamento Reencontro (CEAR) e o Abrigo Reencontro (ABRIRE).

Essas mudanças acompanham transformações na noção do que é proteção à criança e ao adolescente, na forma como as equipes se organizam, na transição de pessoas contratadas para concursados, na diminuição gradativa do número de acolhidos por Unidade e na inserção destas instituições e dos acolhidos, na comunidade. A publicação de Miranda (2016 – na listagem bibliográfica consta o ano 2017) apresenta com detalhes as mudanças ocorridas no país em relação ao acolhimento de crianças e adolescentes.

A sensação é a de que, ao apresentar uma contextualização histórica, podemos ver como essa política de proteção sofreu transformações, mas, ao mesmo tempo, o apanhado histórico parece buscar amenizar a situação precária com que esse serviço se apresenta hoje, com dificuldades em garantir a proteção a um público que já foi vítima de muitas violações de direitos e que continua a ter seus direitos desrespeitados. Quando esse progresso aparece de forma frequente nos textos, corre-se o risco de ao avaliar situações que se mostram falhas nos dias atuais, dar indícios de que já foi pior, e conferir uma impressão de grande avanço ao longo do tempo.

Nosso papel enquanto profissionais e pesquisadores que atuam nesse campo é o de não permitir que se naturalize ou se torne normal o que presenciamos na atualidade. Muito menos que nos acomodemos frente a um contexto que requer, a todo momento, soluções complexas, dinâmicas e criativas. É imperativo que se tracem estratégias rápidas e eficientes que mudem essa realidade, daí o caráter provocativo desse texto. E vale questionar: o atual acolhimento de adolescentes em instituições públicas serve a qual propósito, já que não está conseguindo evitar que esses meninos e meninas deixem de sofrer mais violências?

#### **4 O acolhimento e a pandemia: impacto e consequências**

Diante do exposto, as análises que se seguem buscam elucidar os impactos da pandemia do novo coronavírus sobre o acolhimento de adolescentes realizado pelas UNAC I, UNAC II e UNAC III. Destaca-se que os registros relativos às situações de acolhimento contemplam, em geral, os seguintes aspectos numéricos: adolescentes recebidos para acolhimento, evadidos e encaminhados para reintegração.

Em termos do número de acolhimentos realizados e encaminhamentos para reintegração, não foram observadas mudanças expressivas. No entanto, chamou a atenção a diminuição no número de evasões, com base nas informações repassadas pela Gerência responsável pela gestão do serviço



de acolhimento no Distrito Federal. De maneira geral, observou-se que, após decretado o estado de pandemia, os adolescentes passaram a permanecer mais tempo no abrigo.

É bastante comum que os adolescentes acolhidos nessas instituições públicas possuam algum vínculo com a rua. Isso significa que alguns destes jovens costumam passar períodos em espaços públicos, às vezes o dia todo ou se alongando noite adentro, sendo acolhidos novamente um ou mais dias após a saída da instituição. Este movimento é denominado evasão, pois o tempo de permanência fora da instituição é maior do que o permitido. Em muitos casos isso decorre do uso e tráfico de drogas bem como da exploração sexual. Em outros casos, há aqueles que encontram nas ruas mais liberdade em termos de regras a serem seguidas, e estabelecem naqueles espaços relações distintas das que constroem dentro dos abrigos. Portanto, a rua para estes adolescentes possui um papel importante, mas diante do contexto de pandemia, tornou-se necessário que eles passassem a ficar mais tempo no serviço de acolhimento. Esse fato nos despertou o interesse em compreender o que tem acontecido nessas Unidades, ou seja, o que tem favorecido essa permanência. Será que o fato da rua ter se tornado uma ameaça, devido ao risco de contágio pelo novo coronavírus, foi suficiente para afastá-los dela? Ou será que esse afastamento se deu por ações novas que foram inseridas na rotina desses meninos e meninas? A partir de informações coletadas junto à Gerência do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Distrito Federal e da literatura, formulamos algumas hipóteses do que pode ter acontecido, a fim de que, por intermédio delas, pudéssemos refletir sobre os sentidos e significados do acolhimento, tanto para profissionais quanto para adolescentes acolhidos.

HIPÓTESE 1 - O aumento do número de atividades pedagógicas e lúdicas fez o acolhimento se tornar mais atrativo que a rua. Observou-se que os profissionais, ao se depararem com o desafio de garantir que esses adolescentes permanecessem no abrigo, foram forçados a desenvolver uma série de estratégias e atividades prazerosas o suficiente para que o adolescente ali desejasse ficar. Dessa forma, apresentaremos algumas dessas estratégias adotadas após a chegada da pandemia. As três UNAC's firmaram parcerias no sentido de possibilitar a doação de *video-games* e computadores. A UNAC I caracteriza-se por possuir um espaço físico menor, quando comparada às demais, e, hoje, todos os adolescentes atendidos são do sexo masculino. Diante disso, quando comparada às outras instituições, percebe-se que a questão do espaço físico limita a realização de algumas atividades, portanto o *video-game* mostrou-se como a principal estratégia para permanência dos adolescentes no abrigo. Os próprios jovens estabeleceram as regras e o tempo de uso do aparelho.

No caso da UNAC II, a chegada da pandemia coincidiu com um processo



de ampliação da equipe. A instituição também conseguiu a doação de jogos, como xadrez e banco imobiliário, e livros, além de contar com um amplo espaço físico, que favoreceu a prática de esportes e outras atividades de caráter recreativo. A UNAC III, por sua vez, liberou acesso a computadores aos adolescentes, o que proporcionou mais momentos de prazer na Unidade. Em todas as UNAC's, foram realizadas oficinas temáticas e manuais, como a de confecção de ovos de Páscoa, com uma adesão de todos os acolhidos, o que não era comum de acontecer.

HIPÓTESE 2 - A pandemia uniu os dois subgrupos do acolhimento, adolescentes e profissionais, contra um inimigo comum, digamos assim: a Covid-19. Antes do novo coronavírus, havia um grande esforço por parte da equipe no sentido de fazer com que os adolescentes permanecessem na instituição. Assim, eram adotadas uma série de medidas concretas para que esse objetivo se cumprisse, ampliando-se, portanto, estratégias de vigilância e punição, com vistas à obediência às regras. Por exemplo: os cuidadores sociais frequentemente observavam se os adolescentes estavam arrumando as camas pela manhã ou se alimentando no lugar indicado, sem almoçar no quarto, por exemplo, cobrando que todos seguissem essas regras. Isso faz parte das atribuições e responsabilidades dos profissionais, para assegurar que o adolescente esteja na instituição e cumpra as regras de convivência.

Por outro lado, os adolescentes encontram-se em uma constante busca por constituir uma identidade que os afaste de olhares de “pena” ou “compaixão” e a adoção de uma postura de enfrentamento ao outro, no intuito de provocar medo, geralmente é a estratégia adotada por esse público frente aos profissionais que atuam no acolhimento. Cria-se, então, uma situação de embate entre profissionais e acolhidos, onde o atendimento básico fica prejudicado, qual seja, que o adolescente fique na instituição e que se consiga avançar no sentido de que temas como autonomia e construção de projetos de vida sejam trabalhados. Os profissionais estariam presos na primeira fase do trabalho, buscando a permanência dos adolescentes no serviço de acolhimento.

A situação de pandemia, por sua vez, traz um elemento importante na compreensão do fenômeno “evasão”, uma vez que a fuga do adolescente da instituição, com alto risco de contaminação do Covid-19, impõe riscos para além daqueles impostos a ele próprio. Isso significa que o acesso do adolescente à rua põe em xeque a sobrevivência (literal) de todo o grupo, afinal o novo coronavírus se concretiza como uma ameaça de morte concreta para os dois subgrupos. Não se sabe ao certo se a pandemia propriamente dita foi compreendida pelo adolescente como um risco concreto. Nesse sentido, é importante frisar que estamos falando sobre um público acostumado a viver no limite das regras e a desafiar a morte o tempo todo, por meio



do envolvimento com o tráfico de drogas e prática de ato infracional, por exemplo.

Assim, tem-se que a evasão passou a ser um fenômeno que não somente contrariava as regras institucionais, mas ameaçava a saúde de todos aqueles que estavam na instituição, fossem eles os próprios adolescentes ou os profissionais. A experiência já mostrava que "vigiar e punir" não era eficaz, pois não assegurava a permanência. Ambos os subgrupos se esforçaram, ainda que sem perceberem, para evitar a contaminação de todos pelo vírus.

HIPÓTESE 3 - A "real" preocupação com o bem-estar dos adolescentes fez com que se reparasse, um pouco, demandas originadas de situações anteriores de abandono, tornando o serviço efetivamente acolhedor. Nessa hipótese, sugerimos que os adolescentes perceberam que os profissionais não estavam só preocupados se eles iam ou não seguir as regras, mas também, com a saúde dos mesmos. De forma alguma estamos afirmando que os servidores que trabalham nesses locais já não tivessem essa preocupação, mas que, para os acolhidos, isso nem sempre era percebido, já que ficava mais aparente o esforço quanto ao cumprimento das regras. No início do período de pandemia, todos os adolescentes foram testados, a fim de verificar a contaminação pelo novo coronavírus e esse ato concreto pode ter materializado algo que significou cuidado e proteção. Foi estabelecido, assim, um novo olhar do outro para ele, um olhar que "fala", então, para o menino e para a menina que eles são sujeitos que podem receber também proteção e cuidado, não só punição.

HIPÓTESE 4 - O Estado foi obrigado a olhar o serviço de acolhimento com mais atenção, oferecendo melhores recursos para que os profissionais pudessem trabalhar, com o objetivo de se evitar uma contaminação em massa dos adolescentes e das próprias equipes. Houve uma maior aproximação entre toda a rede de proteção da criança e do adolescente do Distrito Federal, numa mobilização que buscou promover maior assistência à equipe responsável por executar o serviço.

Diante da sensação de abandono por parte do Estado experienciada por muitos profissionais do serviço de acolhimento público, habituados aos sentimentos de solidão e frustração ocasionados pela dificuldade em notar resultados positivos de sua atuação, identificamos efeitos interessantes que podem ter surgido desta aproximação: as normativas criadas em caráter excepcional e as reuniões periódicas foram percebidas como instrumentos de apoio a esses trabalhadores.

Assim, apresentamos as quatro hipóteses formuladas como indicativos do que pode ter ocorrido no serviço de acolhimento público de adolescentes do Distrito Federal, numa situação inesperada de pandemia que provocou mudanças positivas, até então nunca alcançadas. Pode ser que se confirme a



presença de uma ou de outra hipótese, ou a ocorrência das quatro de forma concomitante ou até, de nenhuma delas. De qualquer forma, são indicativos que nos fazem pensar sobre o acolhimento como um todo.

## 5 Considerações finais

O estado de pandemia talvez tenha retirado, ainda que parcialmente, as demandas dos trabalhadores do serviço de acolhimento público da invisibilidade e, conseqüentemente, também as demandas dos adolescentes. A partir da literatura e das informações repassadas pela Gerência responsável pelo serviço no Distrito Federal, formulamos quatro hipóteses para tentar compreender o que está acontecendo.

Mesmo com resultados positivos, obviamente, “nem tudo são flores” e estamos longe de esgotar nesse texto todas as possibilidades de reflexão e atuação dessas instituições. Muitos desafios permanecem ou mudaram de roupagem, como por exemplo as “rixas” entre adolescentes, que resultam em discussões acaloradas e brigas, afinal a situação de isolamento pode acirrar as rivalidades pré-existentes. Há também a limitação de espaço físico, que dificulta a execução de algumas atividades. Além disso, a dependência química por substâncias psicoativas também permanece, especialmente da maconha, e devido à dificuldade em conseguir essa droga (em razão da pandemia), alguns adolescentes tem recorrido ao *thinner*<sup>2</sup> o que foi recebido com surpresa pela equipe, pois o solvente havia caído em desuso há alguns anos.

Entendemos que existe a necessidade de que se trabalhem os sentidos e significados do acolhimento para profissionais e adolescentes. Hoje, percebemos que a atuação das instituições de acolhimento é necessária, mas não suficiente, para proteger e desenvolver autonomia no adolescente que dela necessita. Ao mesmo tempo, estes espaços também se caracterizam por intensificar processos de adoecimento físico e mental de seus trabalhadores.

O serviço de acolhimento impõe a adolescentes e a profissionais uma disputa, estabelecendo-se uma espécie de “cabo de guerra”, em que os dois grupos apresentam objetivos diametralmente opostos: o profissional dedicado a alcançar a permanência no abrigo através da “lei” e o adolescente dedicado a constituir-se enquanto sujeito através da transgressão a essa “lei”. Assim, é importante que se desenvolvam ações capazes de centrar esses grupos em torno de objetivos comuns, isto é, de promoção de atividades que possibilitem tornar a Unidade de acolhimento verdadeiramente uma “unidade”.

---

<sup>2</sup> Solvente para tinta e verniz, feito de material altamente volátil e que pode ser inalado, causando euforia e desinibição inicialmente, além de sono num segundo momento.



Precisamos criar estratégias que evitem que os adolescentes acolhidos continuem a ser vítimas de violência. Isto é fundamental. Não podemos cair na armadilha de pensar que este é um público "difícil" e que não é possível provocar mudanças positivas em suas vidas. Mais do que retirá-los das ruas e dos olhos do restante da sociedade, é possível (e absolutamente necessário) que se crie uma alternativa que provoque a união dos subgrupos dos adolescentes e dos profissionais, em direção à proteção e ao cuidado. Qual seria essa alternativa? Teremos que construí-la, usar a criatividade e a observação do que vem ocorrendo na prática, mas a pandemia tem mostrado que essa alternativa possui um poder transformador.

## Referências

Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*: disposições constitucionais pertinentes: lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. – 6. Ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.

Brasil. CONANDA/ CNAS. (2009). *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*: CONANDA/ CNAS.

Cassarino-Perez, L., Córdova, V. E., Montserrat, C. & Sarriera, J. C. (2018). Transição entre o acolhimento e a vida adulta: uma revisão sistemática sobre intervenções. *Trends in Psychology*, Ribeirão Preto, 26 (3): 1665-1681.

Miranda, G., L. de. (2017). Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: *feedback effects*, inflexões e desafios atuais. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 51 (2): 201-218.

Oliveira, E. de S., & de Moraes, A. C. L. N. (2020). Covid-19: uma pandemia que alerta à população. *InterAmerican Journal of Medicine and Health*, 3, 1-7.

Paiva, I. L. de, Moreira, T. A. S., Lima, A. de M. (2019). Acolhimento Institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. *Revista Direito e Praxis*. Rio de Janeiro, 10 (2): 1405-1429.

Schmidt, B., Crepaldi, M. A., Bolze, S. D. A., Neiva-Silva, L., & Demenech, L. M. (2020). Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia*, Campinas, 37.

Wendt, B., Dullius, L., Dell'Aglio, D. D. (2017). Imagens Sociais sobre Jovens em Acolhimento Institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37 (2), 529-541.

Xiao, C. (2020). A novel approach of consultation on 2019 novel coronavirus (COVID-19)-related psychological and mental problems: structured letter therapy. *Psychiatry investigation*, 17(2), 175.

# A CURA NÃO ESTARÁ APENAS NO PRINCÍPIO ATIVO, MAS TAMBÉM NO ATIVAR DE NOSSOS PRINCÍPIOS DE HUMANIDADE

CÉLIA XAKRIABÁ

## CARTA AO HOMEM BRANCO

Estamos atravessando uma crise respiratória e uma guerra humanitária e civilizatória. Por outro lado o mundo vai revelando também sua face da coletividade e ternura. Enquanto não existe o remédio, a solidariedade é o que cura.

Em tempos de pandemia, vemos a luta e a solidariedade coletiva que reacendeu no mundo. Só poderá realmente ser de espírito coletivo se não deixarmos os povos indígenas de fora. É muito grave o momento marcado por uma luta humanitária para combater o vírus que queima pela mão da humanidade.

Há uma grande esperança de que sobreviveremos a esse momento o Brasil. O mundo certamente não será exterminado na sua totalidade com essa catástrofe. Já para os povos indígenas pode significar seu extermínio e justificar o genocídio legislado. Se o Estado brasileiro não tomar medidas de proteção deverá ser responsabilizado como assassinos invisíveis pois quando não se faz nada, se é no mínimo conveniente.

Sociedade brasileira! O mundo precisa compreender que estamos em uma guerra, não somente humanitária mas também uma guerra civilizatória. É um cenário de duas crises respiratórias pulmonares, os que sobreviverem a essa primeira, terão que enfrentar a segunda, a das mudanças climáticas.

Os povos indígenas representam os guardiões do maior balão de oxigênio do mundo. Não tomar medidas de proteção aos povos indígenas frente a pandemia, é matar a cura, matar o princípio ativo, para enfrentar essa outra guerra respiratória que está por vir.

Para essa, nós, somos como doutores pneumologistas: podemos salvar os pulmões da humanidade! Somos uma barreira para evitar o extermínio. O planeta terá a febre mais alta, entrará em convulsão e então, o mundo terá que enfrentar a segunda guerra respiratória, mas sem os povos indígenas. Sentirão falta de ar aguda, mas não terão a cura.

Muitos tem se perguntado como ficará seu trabalho, suas aulas na escola, universidade, suas contas, o tempo que as pessoas consideram



perdido. A humanidade ainda não entendeu que a luta que estamos travando neste momento é para sobreviver, é pela vida. Talvez teremos que começar 2021, fazendo um recomeço do que foi e do que não foi 2020, pois remédio amargo é o que cura.

Isso nos coloca sobre uma reflexão: mesmo que estejamos vivendo um momento amargo, pode ser também, que este seja um caminho para muitas curas, a começar pela cura externa. Contudo, já que não se pode curar todo mal com a mesma enfermidade, nós precisaremos de outro remédio que vem da espiritualidade.

Não se pode curar o mal dos pulmões da humanidade e continuar emitindo desastrosamente gás carbono que condena a respiração do mundo. Mas se a humanidade passar por tudo isso e, ainda assim, não questionarmos a estrutura de sociedade que temos, que vivemos, não se entendeu o esgotamento humanitário do chamado progresso evolucionista do capitalismo predador. Ou retomamos o espírito de coletividade, enxergando todos os grupos em situação de vulnerabilidade ou a história não vai nos perdoar.

Antes do vírus, o que nos preocupa também é vírus do genocídio, pois os povos Indígenas não está morrendo somente do Covid-19, mais da herança do COVID -1500.

A pandemia mata

O Racismo mata

A Necropolítica mata

A fome mata

A arma de fogo mata

A violência mata

A injustiça mata

A colonização mata

O desmatamento mata

A queimada mata

O veneno mata

A mineração mata

O garimpo mata

O capitalismo mata

A ausência do Estado Brasileiro mata e acelera o genocídio Indígena no Brasil.





EU SOU

XAKRIABA





# O TEMPO DO “QUIETA AÍ” : ENTREVISTA COM EDGAR KANAYAKŌ XAKRIABÁ <sup>1</sup>

HELLEN CORDEIRO ALVES MARQUEZINI  
LUDMILA DE VASCONCELOS GUIMARÃES

O coronavírus causador da COVID-19, não escolhe quem infectar. Age de forma democrática. O governo, por outro lado, por meio de suas ações e políticas públicas, tem impacto direto na vida ou morte da população. No caso da população indígena, dados de 12.07.2020, apontam em todo o Brasil, 13.801 indígenas contaminados, com 491 óbitos (UOL, 2020). A COVID se alastrou até o momento por 131 povos indígenas (UOL, 2020). Dentre esses, o Povo Xakriabá.

O Povo Xakriabá localiza-se no município de São João das Missões, norte de Minas Gerais. Dentre suas principais lutas, está a batalha pela garantia de seus direitos originários ao território, pela sobrevivência ambiental, social e cultural. A luta também existe no enfrentamento à pandemia. Em um esforço para auxiliar na prevenção e combate ao Coronavírus na Terra Indígena Xakriabá, foi realizado levantamento autônomo, pelos próprios indígenas, através do polo Base II – São João das Missões, no qual foram identificados 09 contaminados e 162 casos notificados, dados de 15.07.2020 (Povo Xakriabá, 2020).

Em entrevista à Hellen Marquezini e Ludmila Guimarães, Edgar Kanaykō, indígena Xakriabá e mestre em Antropologia, discute a situação vivida pelos indígenas neste momento, os efeitos nocivos do sistema branco e capitalista sobre o mundo, a desigualdade de enfrentamento à pandemia as quais as minorias estão expostas, discorre sobre a atuação do Governo no combate a pandemia e ainda considera possibilidades para o mundo pós-pandêmico.

**Ludmila:** O que nos move a fazer essa entrevista, é tentar entender o cenário que vocês estão vivendo na Tribo: como estava o cenário antes, como está hoje e como vocês visualizam o futuro. Gostaríamos de trazer o olhar sobre esse panorama: como vocês estão sendo afetados neste contexto

<sup>1</sup> Edgar Kanaykō, pertence ao povo indígena Xakriabá, Estado de Minas Gerais. É mestre em Antropologia pela UFMG. Tem atuação livre na área de Etnofotografia: “um meio de registrar aspecto da cultura - a vida de um povo”. Nas lentes dele, a fotografia torna-se uma nova “ferramenta” de luta, possibilitando ao “outro” ver com outro olhar aquilo que um povo indígena é.



pandêmico e uma reflexão sobre o pós pandemia. Imagino as dificuldades que vocês já vivenciavam antes, principalmente em relação ao governo, ao Estado. Vamos iniciar a discussão sobre como estava antes e a partir daí caminhamos.

**Edgar:** Como diz uma liderança Xakriabá: "A certeza da herança que vamos deixar para nossos filhos, é a luta". Quando vocês falam em relação ao atual cenário que estamos vivendo, nós enquanto povo indígena de modo geral, acreditamos que esse cenário atual é mais uma luta na verdade. Com relação à pandemia em si, a gente fala que talvez para os brancos, para os não indígenas, vivenciar uma pandemia, principalmente aqui no Brasil, morrer de uma pandemia, seja novidade. Só que nossos antepassados morreram justamente por causa das invasões dos territórios, que alguns chamam de descobrimento - e é um erro utilizar essa denominação -, com a chegada dos europeus, com a invasão dos europeus no solo brasileiro, junto com eles vieram muitas doenças, ou seja, uma pandemia foi criada aqui no Brasil e muitos povos indígenas foram dizimados. Houve um verdadeiro genocídio ou etnocídio, para além das questões de escravização. Ou seja, não foram só os negros, os negros vieram depois, depois disso que foram escravizados. Mas na história geralmente se conta assim: "os índios não foram escravizados porque eles não se adaptaram ao trabalho e preferiam fugir". Só que não. Na verdade, muitos povos indígenas foram sim escravizados e também muitos fugiam, justamente por não se sujeitar a esse trabalho escravo e eram caçados. Então essa história de repressão, de mortes por pandemia, não é nova na história para nós, enquanto povo indígena. Tanto que no passado eram mais de 10 milhões de indígenas no Brasil, e hoje somos menos de 3% - 2% da população do Brasil, chega a 1 milhão de indígenas no Brasil, esforçando na contagem. Então o que houve de 10 milhões para 1 milhão? Estive conversando com meu avô na época que começou a pandemia e ele disse: "Essa história o meu avô contava que o avô dele contava, que iria chegar um tempo que ia chamar assim 'o tempo do quieta aí'." O que é esse 'o tempo do quieta aí' que ele fala? Que iria chegar uma doença que onde a pessoa estivesse ela teria que ficar e onde a pessoa estivesse ela não poderia sair. Então ele relembra disso e eu lembrando dessa história, penso que reflete justamente o cenário que estamos vivendo agora. Mas como que os antigos falavam desse tempo que iria chegar, como que eles sabiam disso? Isso está também nas nossas

**"Só que não".**

**"Estive conversando com meu avô na época que começou a pandemia e ele disse: 'Essa história o meu avô contava que o avô dele contava' (...)"**

**"O que é esse 'o tempo do quieta aí' que ele fala?"**



histórias, nas histórias dos antigos, nas narrativas, na cosmologia, na própria visão de mundo, que nós, enquanto indígenas, temos sobre o mundo em que vivemos. Quando nós indígenas lutamos, principalmente, por exemplo pela demarcação de

**“Ele está legitimando”.**

território, que dentre várias é nossa principal luta, e com esse atual cenário, com esse atual governo que é desastroso, um governo que é anti-indígena, que é anti-diversidade, que ainda em eleição dizia que se eleito fosse não iria demarcar nenhum centímetro de terra indígena e além disso iria dar fuzil e porte de armas para todos os fazendeiros. Ou seja, o que ele quer dizer com isso? Ele está legitimando o próprio genocídio que já existia. Não é só nesse governo que acontecia isso, mas esse governo veio para reforçar e legitimar essa política de genocídio dos povos indígenas principalmente e também de toda diversidade, negros, LGBT e demais minorias. Então a nossa luta não é de hoje, são mais de 500 anos de luta e resistência, e a pandemia em si é fruto dessa própria ignorância, deste sistema branco e capitalista sobre o mundo que a gente vive. A forma como esse sistema vê a terra, vê o planeta de modo geral, ele vê a natureza como algo, um objeto, como algo a ser explorado somente, e para nós a natureza é vida, ela é a própria vida e ela faz parte de nós. Então o que muda para nós é própria relação que temos com o meio que a gente vive. Quando existe um sistema ou governos que legitimam essa forma de "Economia" predatória, isso tem suas consequências. Acreditamos que essa questão da pandemia em si, vem justamente para abrir os olhos do mundo, que ela é consequência desse fruto, dessa relação desequilibrada, só que todo mundo paga por isso, não importa quem. Nós, enquanto indígenas, também estamos sofrendo com essa pandemia, porque historicamente somos povos vulneráveis, por toda essa trajetória histórica e no que tange a questão epidemiológica também, porque muitos povos não têm acesso à cidade, alguns povos tem menos contato, por serem isolados, e no Brasil, já tem infecção pelo vírus em todas as regiões, em várias aldeias já existe contaminação e muitos povos estão morrendo. Se pegarmos por exemplo, a proporção de indígenas que morre e a proporção do Brasil de modo geral; a proporção de indígenas mortos é muito mais alta que a proporção no Brasil como um todo; principalmente na região norte da Amazônia, estão morrendo muitos parentes devido essa pandemia de coronavírus. Aqui na nossa terra Xakriabá, temos quatro casos confirmados do coronavírus<sup>2</sup>, mas não temos pessoas que estão com em estado grave, estão bem. No começo da pandemia, junto com os caciques e lideranças xakriabás, iniciamos um trabalho, que ainda está em curso, de monitoramento do território. Esse

<sup>2</sup> Dados da data de realização da entrevista.



monitoramento é feito por vários povos, antes mesmo da pandemia, para evitar invasões de fazendeiros, garimpeiros, pessoas estranhas. Então esse monitoramento também está servindo para evitar esse fluxo de pessoas que entram e saem da terra indígena. Esse monitoramento está sendo realizado em forma de estudo, pra termos uma média de circulação de pessoas no território xakriabá e trabalhar em conjunto com a Saúde. Esse é um pouco do trabalho que estamos fazendo atualmente em relação a pandemia, porque acreditamos que não é só pela pandemia mas tem toda essa relação com o próprio território, a gente cuida do território, então esse monitoramento está servindo para isso também. Nós enquanto indígenas, xakriabás, estamos cuidando da nossa casa, das pessoas, justamente para evitar que esse vírus chegue tão forte porque ele já chegou. A gente sabe que se vários países do mundo não estão conseguindo lutar com essa pandemia, mesmo países que tem recursos, então imagine comunidades indígenas, comunidades periféricas, o que seria?! Um desastre na verdade! Então eu penso que esse é o passado e o presente. Sobre o futuro, a gente não pensa exatamente o mundo como uma forma linear

só, que tem essa construção histórica toda de Passado, Presente, Futuro, de forma reta

**“Um desastre de verdade”.**

e contínua. A gente entende mais por ciclos. Percebemos essa questão do tempo de forma cíclica. Como os mais velhos falam: "é um bom tempo para pouco tempo". Esse tempo vai mudando ao longo das trajetórias. Outros povos também falam disso, Davi Kopenawa, que é um dos Xamã Yanomami, tem um livro que chama "A queda do céu", super interessante esse livro, e ele fala justamente dessas relações, como está o homem hoje, no passado, no presente e no futuro com a chegada das xauaras<sup>3</sup>, as pandemias e as doenças dos brancos, as doenças causadas pela destruição da floresta, da nossa casa, da Terra floresta. Então tudo está conectado com esse passado, esse presente, esse futuro. É como todo mundo está dizendo nas redes sociais "não podemos voltar a normal", porque o normal é que estava sendo o problema. Então isso que a gente meio que espera de todo esse emaranhado de coisas que está acontecendo.

**Ludmila:** Edgar, conta como vocês faziam antes para se movimentar e articular ações para proteção e cuidado dos xakriabás e como vocês estão fazendo agora. Efetuamos uma pesquisa na internet e parece que tem uma vaquinha para ajudá-los. Vocês restringiram o número de entradas e de saídas para redução do contato com os não moradores do território? Como está a realidade de vocês e se vocês tem notícias de outras tribos. Como é

<sup>3</sup> "Xauara" é utilizada para caracterizar um pensamento adoecido, e pode-se perceber que pensamentos assim têm feito parte da nossa classe política" (Tavares, 2019).



que vocês estão conectados com os outros povos e há notícias de outros lugares, como que eles estão fazendo para sobreviver? Como vocês estão sobrevivendo aí na aldeia durante essa pandemia?

**Edgar:** Aqui no território xakriabá, por exemplo, a gente vive numa região dita como semiárido, então o tempo aqui é bem marcado, tanto que a gente aqui não divide o tempo em estações como vocês fazem, aqui não, aqui é tempo das águas e tempo das secas. Agora estamos na transição do tempo das águas para o tempo das secas, porque o próprio lugar, a própria terra diz para gente, então é bem marcado esse tempo. Porém de algum tempo para cá, uns 7 anos aproximadamente, esse tempo das chuvas começou a ser desregulado, descontrolado, e a base da nossa "economia", são as plantações, nossa subsistência vem daquilo que a gente planta. Hoje tem muitos xakriabás que trabalham em outras coisas como professores. Temos professores, que no passado eram os não indígenas, mas agora todos são professores indígenas, temos pessoas que trabalham na saúde, temos xakriabás trabalhando em diversos setores aqui dentro. Então isso também traz renda, traz capital, mas conseqüentemente precisamos comprar fora algumas coisas. Então hoje são poucas pessoas que atuam unicamente com as plantações, é pouco o que

**“São as plantações, nossa subsistência vem daquilo que a gente planta. Hoje tem muitos xakriabás que trabalham em outras coisas como professores”.**

a gente consegue plantar e colher, devido ao tempo que vivemos, nessa questão das chuvas. Isso trouxe uma dificuldade muito grande com a chegada da pandemia, porque isso fez com que muitas pessoas não pudessem circular tanto quanto antes, diminuindo os próprios trabalhos, como na cidade está acontecendo também. Então as pessoas precisam muito desse auxílio, dessas coisas que vêm de fora, por isso a gente fez uma campanha, uma vaquinha, para arrecadar fundos, para aquisição de itens de proteção e alimentos para famílias mais necessitadas do território. Tem famílias que não conseguiram colher nada e que não tem nenhum tipo de renda, por exemplo. Então com esse intuito nós fizemos essa vaquinha online que já foi encerrada, mas continuamos a aceitar doações pela conta da própria Associação indígena tem aqui. Estamos divulgando isso, as pessoas estão doando algumas coisas, e aos poucos estamos conseguindo nos manter, na medida do possível, em relação a essa pandemia e às necessidades que vem surgindo.

**Ludmila:** Vocês tiveram acesso ao auxílio emergencial? Alguma das famílias tiveram acesso ao auxílio emergencial?



**Edgar:** Sim tiveram. Isso foi bom, mas também um problema em certa medida, porque isso demanda deslocamento para cidade que é o recomendado a não fazer nesse momento, mas alguns tiveram sim acesso a essa ajuda. De modo geral, muitos povos estão fazendo essa mesma iniciativa: pedindo doações para quem puder, tanto de alimento quanto de EPIs, de máscara, álcool em gel, materiais de higiene, coisas necessárias para enfrentar essa pandemia mesmo.

**Hellen:** A situação de vocês em relação às outras tribos, você vê a situação de outros povos como mais difícil? Compartilhe conosco um panorama do que você tem apreendido aí.

**Edgar:** Para nós xakriabás, nós conseguimos fazer esse monitoramento no território desde o começo, então isso deu um resultado, que impediu que a pandemia chegasse tão forte aqui. Agora temos quatro casos confirmados<sup>4</sup>, mas estamos acompanhando junto com o pessoal da Saúde. Contudo o território é grande, são 56.000 hectares e quase oito entradas, das quais 5 entradas são principais. E nessas entradas estamos fazendo os grupo de monitoramento, para evitar esse circulação. Então isso tem ajudado bastante para que a infecção não chegue tão forte aqui, para que não vire o desastre que vemos em outros lugares. Muitos povos, muitas aldeias que a temos contato, principalmente no norte do Brasil, o índice de contágio está muito grande. Não é porque um povo é "isolado" que o vírus não chegou. A terra indígena Yanomami lá em Roraima no Amazonas, por exemplo, é uma das que está sendo mais afetada pela pandemia. E por quê? Porque é uma terra que tem quase 20 mil garimpeiros. Garimpeiros, madeireiros e tudo mais, invadindo o território. Ou seja, é o dobro da população inteira de xakriabá lá! É como se fosse isso. Todos explorando a terra. Esse número de garimpeiros lá e o vírus chegou e se alastrou entre os yanomamis. E é muito difícil o próprio acesso ao território e a própria assistência aos povos. Como que você vai ter assistência? Como vai recorrer a um governo que é genocida? Basicamente o que ele queria mesmo é isso e está muito grave essa questão para muitos povos no Brasil. Existem sites que fazem a divulgação desse cenário, tem as redes sociais, tem mídia índia<sup>5</sup> que faz esse levantamento dos dados também, de quantos povos estão sendo afetados. Mas é fato que estão morrendo muitos parentes, muitos anciões, muitos colegas estão morrendo devido esse coronavírus.

**"Como vai".**

<sup>4</sup> Dados da data de realização da entrevista.

<sup>5</sup> Conteúdo informativo produzido e publicado por indígenas como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB <http://apib.info/> e Agência de Notícias Indígenas e povos originários – ANIN @agenciadenoticiasindigenas



**Ludmila:** Imagino que vocês tenham uma preocupação maior com os mais velhos, com os anciãos. Existe algum movimento mais diferente e específico para eles, vocês têm isolado eles de certa forma ou apenas o monitoramento, já tem sido suficiente para vocês?

**Edgar:** Na verdade sim, essa preocupação é muito grande com os mais velhos. Por exemplo, os que são aposentados, evitar ir à cidade para receber o benefício. Assim como esse auxílio emergencial chegou, orientarmos as pessoas para não irem na cidade todas de uma vez, mas é muito difícil de controlar isso também. Mas assim o monitoramento serviu como base para ter essa ideia de quantas pessoas estão se deslocando, quantas estão saindo e aí sim ter mais orientação com o pessoal da saúde que trabalha aqui, também em parceria com os polos de saúde daqui da aldeia e do município, para ter esse controle maior. Então isso foi um efeito muito positivo.

**Hellen:** Vocês tem algo que é próprio de vocês, próprio da Tribo de vocês, referente ao cuidado com a saúde, que vocês têm feito para melhorar o sistema imunológico? Fora da medicina convencional, na história xakriabá, vocês tem trabalhado com algum conhecimento próprio?

**Edgar:** Sim! Principalmente. De antes da pandemia e agora mais ainda. Temos aqui a Casa da Medicina Tradicional Xakriabá. São remédios feitos com plantas do Cerrado. Nela tem muitos xaropes, muitos remédios para prevenir até mesmo essas gripes comuns e isso foi muito importante porque isso instigou as pessoas a fazerem ainda mais nesse tempo. Por exemplo, meu pai está fazendo muito xarope para isso. Muitas pessoas o procuram em busca de um pouco de xarope, porque tá sendo muito bom nesse momento, principalmente para as pessoas, para não pegar essa gripe comum e desesperar e achar que é coronavírus e já correr para o hospital, por exemplo, que lá que é o lugar mais perigoso nesse sentido. Então isso tem evitado muito, temos de fato conhecimentos, os mais velhos tem, sobre essa medicina Nossa, tradicional, que evita, não digamos assim matar esse vírus, mas combater vários tipos de doença, inclusive muitos tipos de gripe e resfriado, porque estamos justamente nesse tempo, que é o tempo dessas outras gripes. E aí de fato tem que fortalecer mais ainda o sistema imunológico.

**Hellen:** Ontem o governo federal realizou a sanção do projeto de lei 1142 /2020 que foi instituído exatamente para ajudar indígenas, quilombolas, essas comunidades, esses brasileiros que estão em situação de maior vulnerabilidade por causa da COVID e o governo não sancionou o projeto na íntegra, deixando essa população ainda mais vulnerável. Então nesse contexto, como que essas decisões governamentais afetam vocês?



**Ludmila:** Edgar, temos condições muito sérias para as minorias e especialmente para os povos indígenas, então farei a pergunta final: como resistir? Como resistir a esse governo? Como vocês tem feito para sobreviver a esse governo dentro de um cenário de pandemia? Como que vocês têm feito essa resistência?

**Edgar:** De fato, como diz o ditado xakriabá que mencionei no começo "a herança que vamos deixar para nossos filhos é a luta", então a gente luta contra esse sistema não é de hoje na verdade. Então esse trabalho que a gente está fazendo de monitoramento, ele é uma autogestão que a gente chama de gestão do território, que não depende de um governo ou da FUNAI, porque a Funai que é o órgão que cuida das questões indígenas, também é governo, e o governo vocês sabem como está agora, tanto na saúde, na educação, em tudo. Então a gente cobra do governo o que é direito e dever dele nos ajudar, mas a gente não está ficando esperando por ele, senão já estaria tudo detonado. Então gente resolveu fazer o monitoramento do cenário do território por conta própria mesmo, como outros povos vêm fazendo também. Então essa é uma forma de resistir, a gente mesmo ter autonomia para buscar e lutar por aquilo que a gente deseja. Mas além disso, contamos com as parcerias com alguns parlamentares da causa indígena, tem uma deputada, a primeira deputada mulher indígena, Joenia Wapichana, ela traz a questão indígena para as pautas de discussão no Congresso. Então essa luta continua nesses dois cenários, tanto interno quanto externo. É um dever que a gente cobra sempre do Estado para que efetivamente seja feito, cumprido minimamente, as políticas voltadas para a comunidade indígena.

## Referências

"É muito triste, estamos morrendo", diz cacique Xavante sobre ação da covid-19 entre indígenas. (2020, 13 Julho). *UOL*. Recuperado em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/07/13/e-muito-triste-estamos-morrendo-diz-cacique-xavante-sobre-acao-da-covid-19-entre-indigenas.htm>.

Kopenawa, D., Albert, B. (2015). *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. E-book. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras.

Povo Xakriabá. (2020, 15 Julho). Informativo da Terra Indígena Xakriabá. *Instagram Povo Xakriabá*. Recuperado em <https://www.instagram.com/povoxakriaba/>.

Tavares, W. R. (2019, 09 Agosto). Xauara. *Revista Gestão Universitária*. Recuperado em <https://www.gestaouniversitaria.com.br>



## RUÍNA

(Manoel de Barros)

Um monge descabelado me disse no caminho: “Eu queria construir uma ruína. Embora eu saiba que ruína é uma desconstrução. Minha ideia era de fazer alguma coisa ao jeito de tapera. Alguma coisa que servisse para abrigar o abandono, como as taperas abrigam. Porque o abandono pode não ser apenas de um homem debaixo da ponte, mas pode ser também de um gato no beco ou de uma criança presa num cubículo. O abandono pode ser também de uma expressão que tenha entrado para o arcaico ou mesmo de uma palavra. Uma palavra que esteja sem ninguém dentro. (O olho do monge estava perto de ser um canto.) Continuou: digamos a palavra AMOR. A palavra amor está quase vazia. Não tem gente dentro dela. Queria construir uma ruína para a palavra amor. Talvez ela renascesse das ruínas, como o lírio pode nascer de um monturo”. E o monge se calou descabelado.



© Simine Fardjadi

PSICANÁLISE,  
DESAMPAROS E SOLIDÃO



# QUESTÕES DA MELANCOLIA NA PANDEMIA

TERESA PINHEIRO

## 1 Introdução

Há muitos anos me deparei com questões na clínica que deram origem a um artigo (Pinheiro,1993) e uma pesquisa que pouco tempo depois foi desenvolvida no NEPECC/UFRJ<sup>1</sup> onde as questões teórico/clínicas foram trabalhadas e desenvolvidas e cuja produção bibliográfica pode ser consultada no site do Nepecc. Essa equipe que coordeno junto com Julio Verztman e Regina Herzog conta com pesquisadores de alta qualidade que permitiram dar consistência ao trabalho.

Essas questões iniciais diziam respeito a um tipo de paciente que apresentava desafios muito grandes no atendimento clínico. Eram jovens que estabeleciam uma relação peculiar com o tempo marcado pela ausência de projetos, pela dificuldade de se representarem no futuro, que tinham uma experiência com o tempo como se ele fosse descontínuo, como se a vida fosse feita de uma sucessão de fatos sem relação uns com os outros. O vivido era marcado por experiências isoladas do presente e pela ausência da possibilidade de se representarem no futuro. Do passado nada se lembravam, era página virada e parecia inexistente. Se a vida se apresenta em *flashes* e além disso em *flashes* sem interesse, como desejar? O sujeito só dispõe da imagem do presente e de uma imagem de si congelada no futuro sem que haja uma articulação entre elas produzida por uma narrativa que articule esses *flashes* entre si. Essas imagens do presente e do futuro remetem a questão do desejo como sendo impossível e nesse caso só resta deprimir. Na melancolia a imagem do futuro é a mesma do presente a mesma do passado. Esses jovens pareciam ter uma subjetividade em que a produção de fantasia era moldada de outra forma, uma forma diferente da que Freud apresentou no modelo fantasmático da histeria.

Vale retomarmos o que Freud (1914a/1992) nos indicou no seu texto Introdução ao narcisismo quando nos fala de Sua Majestade o bebê. Nesse

<sup>1</sup> NEPECC/ UFRJ Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da Contemporaneidade  
<http://nepecc.psicologia.ufrj.org>



texto ele afirma que o bebê se constrói a partir das fantasias parentais e de tudo o que é projetado sobre ele. Ao emprestarem semelhança subjetiva ao bebê com suas projeções, fantasias, juízos de atribuição que eles inventam uma subjetividade. É pela interpretação dessa invenção que o bebê pode emergir na sua singularidade.

A fantasia histórica tem por objetivo tornar acessível a subjetividade de todos os integrantes da cena fantasmática, ou seja, o que move o projeto da fantasia histórica é a ilusão, nesta montagem, de se ter acesso ao desejo e àquilo que provoca o desejo, em cada um dos personagens. O elemento mágico da fantasia histórica antecipa todas as surpresas, todos os desejos são imaginados, todos os desencontros humanos apresentados e apreendidos. O que importa é colocar-se no lugar do outro para saber o que o outro quer, sente ou pensa.

A composição da fantasia histórica comporta sempre mais de um personagem, existe um enredo, um movimento, um antes, um presente e um futuro que é apontado. Freud (1917/1992) apresenta a fantasia como tendo 3 momentos. Um primeiro (sádico), uma menina de quem a criança não gosta é espancada pelo pai, um segundo momento (culpa) a criança é espancada pelo próprio pai e um terceiro momento em que uma criança é espancada por um adulto como se fosse uma cena parada. Os personagens são anônimos e não se sabe a razão do espancamento e nem como ele acaba.

Se tomarmos isoladamente só esse terceiro momento da composição da fantasia não há como interpretar o desejo dos personagens, além disso, não encontramos nenhum movimento nela, não há uma causa que antecede a cena e nenhuma ação futura que se possa deduzir. A imagem é fixa, quase parada. A indeterminação dos personagens nesse texto e a fixidez da imagem diferem totalmente da fantasia histórica onde uma elaboração está em curso, tendo como resultado uma identificação.

Ainda que a pretensão de Freud (1919/1993) tenha sido, a partir destas figuras, apresentar uma concepção generalizada do funcionamento e dinâmica do aparato psíquico, verificamos que tanto a melancolia como os "casos-limites", as "personalidades narcísicas", os grandes somatizadores, são ordenações psíquicas difíceis de enquadrar nesse modelo. Em contrapartida, se tomarmos o conceito de identificação narcísica, esse terceiro momento da fantasia, o conceito de pulsão de morte, de narcisismo e de recusa do feminino, é possível esboçar uma metapsicologia condizente com a metapsicologia da melancolia.

Ao contrário da clínica da neurose onde a ilusão é o tecido sobre o qual trabalhamos, a clínica da melancolia e dos casos limites parecem nos remeter sempre para o insuportável da castração. O discurso com que nos deparamos na melancolia se mostra ora como um texto imagético, que nos impede



completamente de mantermos uma atenção flutuante, ora como um texto lúcido sobre a condição humana. Em ambos os casos se trata sempre de um texto que se quer unívoco, onde a báscula do recalque parece inexistente.

A relação com o corpo e o olhar também apareciam de uma maneira ímpar. O corpo era um outro, algo separado de si, um não eu do qual o sujeito não controlava e se não era o eu, era um inexistente/ existente que marcava a existência e do qual era preciso ter provas o tempo todo. O corpo era uma máquina aleatória que por vezes apresentava defeito de funcionamento. Era também a materialidade de si cuja representação parecia muitas vezes desvanecer. As academias com seus espelhos e com exercícios exaustivos que traziam dor o tempo todo pareciam funcionar como asseguramento da existência e como capaz de reerguer a representação corporal.

O olhar do outro era também uma prova dessa existência e olhar do outro era detentor da verdade sobre esse sujeito. Uma exterioridade psíquica que patenteava a incerteza de si (Pinheiro & Viana, 2011). Ferenczi apontou que a primeira sequela perceptível deixada pelo trauma era a perda da certeza de si (Ferenczi, 1913/1992). Além disso esses pacientes se tomavam como que transparentes ao olhar do outro e cegos de si mesmos, traziam uma narrativa imagética, um jeito parnasiano de ser.

Essa pesquisa pautou-se pelo modelo melancólico apresentado por Freud (1917/1992) e que Torok (1978/1995), na justaposição que fez da metapsicologia da teoria do trauma apresentada por Ferenczi (1933/1992) com a metapsicologia da melancolia em Freud (1917/1996), permitiu um novo entendimento deste tipo de organização psíquica. Ampliou-se assim o leque de sintomas que vão desde o falso *self*, as ditas personalidades narcísicas, os somatizadores até à depressão maior. Enfim, todo o escopo de pacientes difíceis que Ferenczi se encarregou de trabalhar. Cada momento da história da civilização vai apresentar os seus sintomas como resistência à cultura do momento. Foi ouvindo as histéricas e os casos de neurose obsessiva que Freud construiu o campo de saber da Psicanálise. Esses sintomas falavam da repressão sexual da época, se apresentavam como resistência à essa repressão. São como retornos do recalado. Em tempos de sociedade de consumo, de globalização, de tecnologias que encurtam o tempo das comunicações, em que aparentar é mais importante do que ser, das exigências performáticas, uma outra configuração vai se apresentar. Movidos pela ansiedade e pela pressa surge como sintoma predominante a depressão. O tempo do deprimido é lento e o que mais parece chamar atenção ao escutá-los é a ausência de desejo.



## 2 A Quarentena

A quarentena, no meu entender, inverte a questão acima apresentada. As questões internas desses pacientes que descrevi se tornaram imposições externas. A melancolia deixa de ter razões internas para vir de fora para dentro. A pandemia impõe um tempo que é só presente e passado, o futuro está achatado. Ele tem no máximo um palmo de comprimento. Como será o futuro, como viveremos, como nos comportaremos, o que nos espera lá na frente? Perguntas absolutamente sem respostas. Repentinamente fomos todos jogados para dentro de casa, assustados, alguns em pânico, e o mundo parecia ter virado de ponta a cabeça.

A melancolia que vem de fora, ao contrário da exteriorização subjetiva de que falei, obriga a uma interiorização que parecia perdida – fruto da aceleração temporal, da ansiedade que decorria pela incapacidade permanente de dar conta de tantas exigências performáticas – se tornando obrigatória. Fechados em casa somos obrigados a convivermos com nós mesmos, este ser que para muitos era visitado vez por outra e cujo convívio nem sempre era bom. A dimensão da solidão ganhou espessura e a visão da finitude ficou incontornável.

Podemos dizer que entre outras coisas, e talvez a principal delas seja que os sintomas neuróticos são construídos, com sucesso na histeria e nem tão bem-sucedida na neurose obsessiva, com o objetivo principal de driblar a ideia de finitude. Somos animais com consciência da morte. Uma colega me alertou que os elefantes também têm mas como de elefantes não conheço nada, fico só com os humanos. É fato, pelo menos no ocidente, que de uma maneira geral nos organizamos psiquicamente para contornar, driblar e nos esquivar desta ideia. A quarentena derrubou todas essas defesas neuróticas, deixando só duas alternativas, encará-la ou negá-la de maneira radical numa defesa psicótica.

O olhar do outro vem agora tão somente pelas chamadas com vídeo, em que os olhares não se cruzam e que, portanto, são muitas vezes difíceis de decifrar. Mas nunca se olhou tanto para o outro. O outro importa agora ou por ser uma ameaça, porque pode ser aquele que traz o vírus para dentro da casa seja porque faz falta no convívio social ou ainda porque são tantos outros que morrem, que são internados, que sofrem desesperadamente e que a televisão mostra esse volume enorme de outros, números que todos os dias crescem de forma aterrorizante. Outros que tem o luto interdito, não podem fazer o ritual do luto. Caixões fechados, lacrados, ou pacientes solitários nos CTIs sem contato com ninguém da família e atendidos por profissionais que aparecem vestidos como astronautas, sem que se possa ver qualquer expressão facial, muito menos um olhar.



O mundo que inventou a cultura narcísica que impunha pressões de performances, de aparências, da necessidade de ter coisas para ser alguém visto pelo outro, que impunha a volúpia consumista, parece ter desmoronado. Esse modelo neoliberal globalizado que fez sujeitos acreditarem no consumismo, na meritocracia, no universo umbigóide, tudo isso parece ruir nesse momento.

Performar para quem? Ter coisas para mostrar para quem? Volúpia consumista para que? Viajar para onde? Tudo isso parece ter virado pó. Tudo isso não serve para nada em tempos de quarentena! A boa descoberta da quarentena tem sido encontrar apetrechos domésticos que facilitam em muito o trabalho caseiro e que me envergonho de não ter conhecido antes pois fala da minha completa inexperiência com a lida doméstica.

Todo o aparato que a classe média e alta construiu para passar ao largo da desigualdade social do país também ficou alquebrado. Os planos de saúde podem não valer nada no estado de calamidade da pandemia, os leitos dos hospitais privados podem ser requisitados pela saúde pública e uma enorme fila se organizar como nos casos de transplante. Demorou muitos anos para que nos déssemos conta que o SUS é absolutamente imprescindível, é o grande patrimônio que herdamos da constituinte de 1988 e que é escabroso o desinvestimento dos últimos anos na saúde pública. É preciso lutar mais e mais por aportes financeiros para a saúde em toda a sua capilaridade do sistema SUS. Conseguimos com muita luta trazer para o serviço público na nossa área atendimentos de alta qualidade através dos CAPS, hospitais públicos e DPAs (Departamento de Psicologia Aplicada) das Universidades. É preciso lutar para que isso se mantenha, pois boa parte desses atendimentos alguns já foram cancelados por municípios e estados. É preciso sermos gratos a todos os profissionais de saúde que estão, eles também, debaixo de um tsunami e pisando em terreno desconhecido.

Dispensar a educação pública pela privada que parecia a grande saída para o descalabro do investimento público em educação merece ser pensado em tempos de quarentena em que as escolas privadas tentam desesperadamente se manter de pé e obrigam crianças a aulas online que dependendo da idade delas é uma missão quase impossível e obriga os pais a ocuparem o papel do professor.

A pandemia enfim parece que nos obrigou a encararmos a tragédia da desigualdade social do país. Como disse Marcelo Gleiser numa entrevista<sup>2</sup>: “o vírus invisível tornou visível quem antes era invisível”. O vírus tornou visível os pobres, os negros, os mendigos... A sociedade americana parece enfim ter acordado para o problema do racismo com a morte de George

<sup>2</sup> Entrevista dada no programa Provoações de Marcelo Tas, TV. Cultura (16/05/2020)

Floyd, os brancos enfim foram para as ruas num movimento antirracista a exigir polícias menos violentas e não racistas. O movimento se espalhou pelo mundo como se o ocidente tivesse levado um sacode. O episódio certamente precisou de alguém gravando os 8 minutos de tortura do policial branco com os joelhos no pescoço de Floyd mas certamente ele foi capaz de mobilizar tantas pessoas após e durante a vivência da quarentena.

Uma das palavras mais ouvidas na pandemia é de que precisamos nos reinventar. E precisamos nos reinventar de todas as formas. Precisamos de novos arranjos psíquicos e sintomáticos, precisamos nos reinventar na forma de estarmos no mundo e de vermos o mundo, enfim, tudo aquilo que no meu entender é ofício da psicanálise. Precisamos dos ideais da psicanálise na veia? Será que é possível? Enquanto analistas estamos tendo que nos reinventar na forma de trabalho online, no drama vivido pelos pacientes, cada um ao seu modo junto com todo o trabalho interno que nos está sendo exigido mais do que nunca.

Há nisso tudo toda a semelhança com o trauma. Estamos todos no pântano da incerteza. Como será o futuro? Como seremos no futuro? “Como vamos conviver com a desconstrução da crença em verdades absolutas na ciência, da obstinação por garantias e certezas, e da pesquisa sem controvérsias” como disse numa entrevista Edgar Morin do alto dos seus quase 99 anos<sup>3</sup>. Somos obrigados a encarar as incertezas, e pensar que todo o aparato egóico se organize para nunca se deparar com elas!

Na obra ferenciana uma noção que ora é chamada de confiança nos próprios sentidos, ora é chamada de convicção. Optamos pela expressão certeza de si. A escolha tem o propósito de apontar para o caráter metafísico da concepção egóica. Freud mostra o quanto o sujeito, apresentado pela psicanálise como dividido, nada tem com as pretensões do *Eu* mais afeito ao cogito de Descartes. Entretanto, é quase impossível separar o *Eu* da sua proposta metafísica. Mesmo que na atualidade a concepção de *eu* como plural não surpreenda, isso não quer dizer que o *Eu* pode se abster da ideia de essência, de núcleo, ou da ideia de um referencial único e estável que funciona como eixo de organização identificatória. Essas noções parecem ainda imprescindíveis.” (Pinheiro & Viana, p.374)

A Covid 19 nos lança definitivamente no campo das incertezas. As verdades absolutas não nos são de grande valia.

Quem sabe essas incertezas possam despertar mais empatia, despertar a importância dos laços afetivos e da solidariedade? Tomara que sim. Tomara

<sup>3</sup> <https://www.fronteiras.com/entrevistas/edgar-morin-as-certezas-sao-uma-ilusao>



que esse tempo lento da quarentena que nos tirou da rotina diária, da avalanche de compromissos urgentes que nos davam a impressão de sempre estar correndo contra o tempo e sempre devendo algo, tomara que acelere em nós com essa parada que é preciso não nos distrairmos mais da nossa finitude e com isso buscarmos mais qualidade de vida.

Um dos presentes que a quarentena me deu foi conhecer o texto do Ailton Krenak:

Quando você sentir que o céu está ficando baixo, é só empurrá-lo e respirar...

Suspender o céu é comum em muitas tradições. Suspender o céu é ampliar o nosso horizonte; não o horizonte prospectivo mas um existencial. É enriquecer as nossas subjetividades, que é a matéria que este tempo que nós vivemos quer consumir. (Krenak, 2019, p.34)

### 3 O Imaginário

Krenak (2019) nos aponta que a única saída é o terreno do imaginário. Imaginário que foi tão desprezado nos últimos tempos.

O achatamento do futuro que a quarentena nos lançou mesmo que traga a dificuldade de imaginar como será o nosso futuro e como vamos nos posicionar diante das escolhas, das relações e das prioridades, todas essas coisas estão sendo internamente trabalhadas, pensadas e buscadas. O fato de não sabermos o que nos espera não faz das nossas fantasias nem paradas, nem sem antecedentes. Esse futuro não vai cair no colo ele terá que ser tecido, bordado. Terá que ser compartilhado com tantos outros. Teremos que poder suspender o céu e respirar. Não valerá o leque de aparências de defesas negacionistas será preciso não ser terraplanista de si mesmo. A fome do outro, a humilhação que o outro é alvo, os seres da natureza animais e minerais têm que ter importância nesse futuro incerto.

### 4 Descobertas da Quarentena

A quarentena me proporcionou algumas descobertas muito prazerosas: as *Lives* do "Ô de casas" da Monica Salmaso no Instagram e as *Lives* da Teresa Cristina também no *Instagram* são bálsamos que chegam em período de abstinência cultural e tornam-se alimentos diários fundamentais.

### 5 Para concluir

A ideia de bem comum parece se impor e com ela a ideia de Estado. Acho que o fosso que temos é enorme nesse aspecto. Penso que para a clas-

se alta a noção de Estado é aquele que deve tudo à ela e do qual merece todas as benesses; para a classe média é aquele de quem ela acha que pode sempre encontrar um jeito de se aproveitar, de ser tratado de forma especial e de quem busca ganhar uns trocados aqui e ali e para a classe pobre foi e é o grande inimigo de quem deve se proteger e ganhar distância. Pensar no bem comum implica em pensar num Estado feito para todos. Capaz de acolher a todos, de dar visibilidades a todos.

## Referencias

- Ferenczi, S. (1992). Fé, incredulidade e convicção sob o ângulo da psicologia médica. In S. Ferenczi. *Obras Completas, Psicanálise II* (pp. 65-78). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1913)
- Ferenczi, S. (1992). *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. In S. Ferenczi. *Obras Completas, Psicanálise IV* (pp. 97-108). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1933)
- Freud, S. (1992). Duelo y melancolía. In S. Freud. *Obras Completas, 14* (pp.113-176). Buenos Aires: Amorrortu. (Obra original publicada em 1917)
- Freud, S. (1992). Introducción del narcisismo. In S. Freud. *Obras Completas, 14* (pp. 203-245) Buenos Aires: Amorrortu. (Obra original publicada em 1914a)
- Freud, S. (1992). Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico. In S. Freud. *Obras Completas, 14* (pp. 23-45). Buenos Aires: Amorrortu. (Obra original publicada em 1914b)
- Freud, S. (1996). *Pegan a un niño. Contribución al conocimiento de la gènesis de las perversiones sexuales* In S. Freud. *Obras Completas, XVII* (pp. 173-200). Buenos Aires: Amorrortu. (Obra original publicada em 1919)
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pinheiro, T. (1993). Trauma e melancolia. *Revista Percurso, 10*, 50-55.
- Pinheiro, T. & Viana, D. (2011). La pérdida de la certeza de sí mismo. In P. Boschán (Org.). *Sandor Ferenczi y el psicoanálisis del siglo XXI* (pp.373-381). Buenos Aires: Letra Viva.
- Torok, M. (1995). Luto e melancolia, introjetar-incorporar, In N. Abraham & M. Torok. *A casca e o núcleo* (pp.237-242). São Paulo: Escuta. (Obra original publicada em 1978)



# SONHAR EM TEMPOS DE PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA ANALÍTICA

THAIS KLEIN

Pedro pedreiro está esperando a morte  
Ou esperando o dia de voltar pro norte  
Pedro não sabe mas talvez no fundo  
Espera alguma coisa mais linda que o mundo  
Maior do que o mar  
Mas pra que sonhar  
Se dá o desespero de esperar demais  
Pedro pedreiro quer voltar atrás  
Quer ser pedreiro pobre e nada mais  
Sem ficar esperando, esperando, esperando

Chico Buarque

## 1 Introdução

O tempo passa paradoxalmente rápido e devagar, estamos na metade de 2020 em um cenário completamente impossível de se figurar no mais terrível pesadelo. Como em um sonho traumático que se repete idêntico, a descontinuidade parece ser experienciada em um bloco sem passado, presente ou futuro. A espera, por sua vez, torna-se uma atmosfera onipresente – o que vem depois do olhar diante da morte? O cenário instaurado pela pandemia do vírus Covid-19 nos coloca diferentes dimensões do que estar por vir: seja pela dificuldade de sonhar um futuro possível, seja pela vontade de vislumbrar um novo cenário para nossos sonhos. Nesse mesmo movimento, as inúmeras discussões sobre a pandemia parecem se articular a uma necessidade de sonhar coletivamente aquilo que é de uma estranheza sem familiaridade – a espera, todavia, é inevitável. Apesar do sonho poder estar relacionado, em outras cosmovisões, à uma possibilidade premonitória, os homens brancos, civilizados e modernos podem sonhar apenas com o seu próprio umbigo (Kopenawa & Albert, 2015). Não somos capazes de figurar o que nos atravessa nessa pandemia – a temporalidade aqui parece ser, por diferentes razões, um pouco como Freud (1912/1976) assinalou em relação à necessidade de adiar a escrita de um caso clínico para após seu encerramento: uma experiência só pode ser narrada *a posteriori*. Esse escrito configura-se, portanto, como uma tentativa apressada de sonhar – e, enquanto psicanalista, o sonhar, mais especificamente, articulado à própria situação analítica.



Não é de se espantar o fato de que a temática do enquadre seja tão preciosa no momento de pandemia do Covid-19 – como diante da solidez que se desmancha no ar<sup>1</sup>, manter alguma invariável nos atendimentos analíticos? Como permanecemos analistas quando somos forçadamente lançados a enfrentar uma situação semelhante à de nossos analisandos? Como nos manter vivos se também olhamos – e, para parafrasear Nietzsche (2011) – também somos olhados pelo abismo? Como podemos, nós os analistas, diante do horror da catástrofe, continuar sonhando? São estas algumas das perguntas que atravessam a prática analítica nos dias de hoje – ainda que não possamos respondê-las, ato deveras apressado, é necessário melhor encaminhá-las.

Seria possível seguir versando sobre as problemáticas impostas pela pandemia ao nosso ofício – principalmente em relação à saída dos habituais consultórios tão cuidadosamente preparados e a entrada forçada na virtualidade. Talvez, muito apegados a esta temática, estaríamos como os insones, paralisados diante do que se perdeu. Mas, se o sonho continua sendo o guardião do nosso sono, um caminho possível se configura em traçar uma articulação entre o sonhar e a experiência analítica, procurando tocar em algumas questões que nos atravessam nos dias de hoje. Mais especificamente, trata-se de destacar, a partir do pensamento de Thomas Ogden (2001; 2007; 2010), o sonhar como um elemento central do processo analítico. Se seguirmos as indicações de Bleger (1988), os processos analíticos estão inevitavelmente articulados ao enquadre – conceito bastante utilizado nos dias de hoje e que, por isso, merece um maior aprofundamento.

## 2 A Noção de Enquadre Analítico entre Bleger e Green

O primeiro autor que se dedicou mais extensivamente a conceituar o enquadre foi José Bleger. Bleger (1988) inicia o texto “Psicanálise do enquadramento psicanalítico” com uma referência a Winnicott (1956/2000), retomando a sua definição de *setting* enquanto a soma de todos os detalhes da técnica. É evidente que Winnicott, sem circunscrever essas questões conceitualmente, refere-se a um contexto que, por vezes, “(...) torna-se mais importante que a interpretação.” (Winnicott, 1956/2000, p. 395). A noção de ambiente facilitador, como uma espécie de sustentação possível para outros processos é apontada por Green (1990) como base para a discussão de Winnicott (1956/2000) sobre o *setting* analítico que, por sua vez, servirá como subsídio para a noção de enquadre de Bleger.

---

<sup>1</sup> “Tudo que é solido se desmancha no ar” remete a uma frase de Marx para caracterizar determinada dinâmica do sistema capitalista e foi utilizada como título do livro de Berman (1986).



Com franca inspiração no pensamento winnicottiano, Bleger (1988) propõe uma distinção entre três aspectos: a situação analítica, os processos e o enquadre. A “situação psicanalítica” (Bleger, 1988, p. 311), mais ampla que os outros dois, é considerada a totalidade dos fenômenos envolvidos na relação terapêutica entre analista e paciente, englobando, de certa forma, os processos e o enquadre. Para Bleger (1988), os processos consistem em análises, as interpretações, a transferência – ou seja, tudo aquilo que se passa entre analista e analisando na situação analítica. Já o enquadre, diz respeito a um “não processo” (Bleger, 1988, p. 311), uma vez que se configura como uma espécie de moldura no interior do qual os processos acontecem – o enquadre pode ser entendido como uma invariável necessária e condição de possibilidade dos processos. O aspecto de invariabilidade e constância que caracteriza o enquadre se mantém a partir de ações do analista: para Bleger (1988), a existência do enquadramento é de fato percebida quando sua aparência se torna ausente – a articulação entre presença e ausência é retomada por Green na sua perspectiva sobre o enquadre.

É interessante destacar que um dos aspectos que incitaram Green (1990) a retomar a noção de enquadre diz respeito a desafios enfrentados no contexto que ele chama de psicanálise contemporânea. Isso, porque, na psicanálise freudiana, certas questões, como a possibilidade de se estabelecer a associação livre e a escuta flutuante, o uso do divã, o horário e a duração de sessões, dentre outras, constituíam com frequência uma espécie de pano de fundo silencioso e constante sobre o qual certos processos, tais como a transferência e a interpretação, se desenrolavam. No entanto, de acordo com Green (1990), algumas situações clínicas, marcadas por determinadas configurações psíquicas (mais especificamente o autor se refere aos estados limites), deslocaram esta estrutura de um lugar silencioso.

Devido às questões colocadas pela pandemia de Covid-19, o enquadre também se tornou uma problemática (seja pela passagem forçada à virtualidade, seja por questões decorrentes ao acesso, espaço, imagem etc.). Mas o que há em comum com a situação analítica anterior? Isto é, há, nesse contexto, uma continuidade em termos de experiência analítica? Ainda que esta questão não seja evidente, posto que o cenário atual comporta linhas de continuidade e diferença, pode-se destacar que o único aspecto invariável é a presença de um psicanalista. Para Green (1990), quanto menos o enquadramento clássico funciona, sua existência se torna assegurada por certos aspectos internos do analista que estão apoiados ao menos em três fatores: na experiência acumulada com os seus próprios pacientes, na sua própria análise e no pensamento clínico. Esta discussão é possível na medida em que, para além da questão em torno da situação analítica, a noção de



enquadramento interno está relacionada à problemática desenvolvida por Green (1990) sobre o narcisismo primário.

Segundo Green (1990), o narcisismo primário, *grosso modo*, é tomado como responsável pela separação primária e constituidor do que o autor chamou de “estrutura enquadrante” do psiquismo<sup>2</sup>. A estrutura enquadrante fornece uma espécie de contorno, ou limite corporal que é condição de possibilidade da representação<sup>3</sup> e, conseqüentemente, do enquadre tomado enquanto um pano de fundo silencioso – ela pode se configurar enquanto tal pela existência de um terceiro ausente no objeto primário. A estrutura enquadrante é o signo, portanto, da constituição da singularidade enquanto possibilidade de constituição de si e consiste, através da noção de enquadramento interno do analista, uma matriz aberta à singularidade do outro na situação analítica (Green & Urribarri, 2019). A estrutura enquadrante funciona como um modelo da composição do enquadre, da transferência e do objeto analítico. Ela consiste, portanto, na condição do enquadre analítico e do espaço e do trabalho de representação, que para Green, está articulado ao sonhar – não à toa o enquadramento é tomado por Green a partir do modelo do sonho. Neste contexto, observa-se uma íntima articulação entre “enquadramento-sonho-interpretabilidade” (Green, 1990, p.55).

O modelo do sonho, para Green (1990), está ligado ao enquadramento analítico enquanto pano de fundo silencioso e constante. Nas suas palavras, o sonho “se fundamenta em uma teorização da representação inconsciente” (Green & Urribarri, 2019, p. 113) que teria de ser deslocada como referente clínico quando a impossibilidade de sustentação do enquadramento se torna uma questão. Assinala-se, assim, a passagem do modelo do sonho para o modelo do ato. Segundo Green (1990), a técnica construída no contexto do modelo do sonho (calcado principalmente na interpretação do conteúdo latente) deve dar lugar ao jogo. No entanto, o sonhar, a partir de outros autores, não precisa ser concebido apenas pelo modelo da representação, mas como um processo articulado ao enquadre. É nesse sentido que as ideias de Thomas Ogden (2001;2007;2010) nos ajudam a delinear a importância do sonhar incluindo o sonhar do próprio psicanalista – questão tão importante nos dias de hoje.

---

<sup>2</sup> Muito embora não seja possível neste escrito um maior aprofundamento na questão do narcisismo tão cara a Green, cabe destacar que não se trata de uma concepção solipsista. Este processo se dá, dentre outros aspectos, pela possibilidade de alucinação negativa da mãe que é tomada como um espaço enquadrante – a articulação do negativo com a presença/ausência da mãe permite destacar os aspectos intrapsíquicos e intersubjetivos no narcisismo primário.

<sup>3</sup> Esta discussão se associa à toda teoria da representação generalizada de Green.



### 3 Ogden e a *Rêverie*

A concepção do sonhar de Ogden (2001; 2007; 2010) não remete à noção de representação, por isso, não coincide com o modelo do sonho de Green (1990), se articulando mais a um processo do que ao enquadramento propriamente dito, muito embora estes dois polos sejam indissociáveis. Um dos aspectos que permite visualizar uma diferença entre Green e Ogden quanto ao sonhar remete ao fato de que este conceito remete a um processo de elaboração inspirado nas noções de transformação e de *rêverie* de Bion (1970). No corpo teórico de Bion (1970), a *rêverie* consiste, *grosso modo*, na possibilidade (seja da mãe, seja do analista) de transformação dos elementos beta, isto é, de transformar elementos ainda não “digeridos” ou, melhor dizendo, não sonhados pelo psiquismo (o que constitui um elemento importante da função alfa)<sup>4</sup>. Ogden (1994), como sempre engendrando leituras originais, se apropria dessa noção para descrever uma diversidade (heterogênea) de estados que parecem refletir uma auto absorção narcísica do analista, mas abrem caminho para uma zona que não se resume ao analista ou ao analisando, posto que estão articulados aos processos de comunicação do que ele chama de terceiro analítico.

Ao invés de conceber os pensamentos, sonhos, sintomas e comunicações como frutos do inconsciente de um dos polos (analista ou ao analisando), Ogden (1994) propõe um terceiro sujeito que é formado por eles e simultaneamente os forma; sendo assim, as sensações, pensamentos e toda a comunicação possível são considerados como sentidos e pensados por este terceiro sujeito que tem necessariamente um caráter intersubjetivo. Desta perspectiva, a intersubjetividade, compreendida como um “terceiro sujeito intersubjetivo”, não é uma mera relação entre dois sujeitos, mas comporta um novo sujeito. Trata-se de “um terceiro sujeito com uma vida própria, gerada pelo par analítico e mantido em tensão dialética com a existência do paciente e do analista, como indivíduos separados” (Ogden, 1994, p. 11-12). A questão deixa de se apoiar na natureza ou no conteúdo das comunicações, para tornar-se uma problemática que gira em torno da gênese, da descrição e dos processos articulados a este terceiro sujeito. Trazendo essa discussão para o contexto atual, em relação às discontinuidades e continuidades instauradas no *setting* analítico pela pandemia de Covid-19, seria possível dizer que além da presença do analista, uma invariável também seria a presença do analisando e da potencialidade de criação de um terceiro que os cria simultaneamente.

É justamente nessa fronteira que ocorrem o sonhar e a *rêverie* o espaço onde nascem todo tipo de criatividade e o brincar; “é onde germinam

<sup>4</sup> Esse conceito, longe de ser um consenso, foi alvo de inúmeras discussões. Uma referência que condensa algumas dessas perspectivas é Busch (2019).



a engenhosidade e o charme antes de encontrarem o seu caminho (como que saídos de lugar algum) para as conversas.” (Ogden, 2001, p. 7). Ainda seguindo as indicações do autor (Ogden, 1994), a *rêverie* é composta por “ruminações, nossos sonhos diurnos, nossos fantasmas, nossas sensações corporais, nossas percepções flutuantes, nossas imagens emergindo de estados de semissono, nossos tons e nossos modos de falar, nossas frases que atravessam nosso espírito, e por aí vai.” (Ogden, 1994, p. 54). Muito embora, os aspectos descritos pareçam menos dignos de atenção ou, partindo de uma perspectiva mais tradicional, devam ser ignorados, para Ogden (2010), este tipo de comunicação<sup>5</sup> constitui uma parte fundamental da experiência analítica – trata-se, portanto, de uma espécie de devaneio ou, melhor explicitado, da possibilidade de sonhar (acordado) tal como define o autor:

(...) conversação inconsciente que durante o sono nós experimentamos como um ato de sonhar, no setting analítico nós experimentamos como sendo uma *rêverie*. As *rêveries* do analista são sonhos acordados. A *rêverie* pode ter praticamente qualquer forma, mas geralmente, em minha experiência, apresenta-se obliquamente à consciência na mais discreta e cotidiana das formas: como ‘ruminações’, devaneios, fantasias sexuais, trechos de filmes, frases musicais ou trechos de poesia ‘audíveis’, sensações corporais, e assim por diante. (Ogden, 2001, p. 5)

Mas qual é o lugar ocupado pela *rêverie* na teorização de Ogden (2001; 2007; 2010)? Seria a *rêverie* correlata a experiências não articuladas do analisando que tomam forma no terceiro analítico? Ou esta diria respeito à sonhos acordados do analista experimentados no terceiro analítico? Minha hipótese é que estas variações no conceito ao longo da obra podem ser organizadas se as pensarmos em uma perspectiva temporal. Coelho Júnior (2013) afirma que o tempo do sonho vivido em análise subverte e amplia todas as experiências de tempo – configurando-se como uma temporalidade que comporta o passado, o presente e o futuro conglomerados como potencialidades sem uma ordem cronológica (tal como a própria discussão em torno da atemporalidade do inconsciente freudiano). É a partir desse tempo do sonho vivido em análise que se pode subverter e ampliar todas as experiências de tempo, criando, *a posteriori*, um tempo construído a dois por um terceiro.

Sendo assim, talvez não caiba decidir de saída se a *rêverie* diz respeito a elementos não sonhados pelo analisando ou uma atividade de sonhar acordado do analista – o que importa é que a *rêverie* comporta um tempo

<sup>5</sup> É importante ressaltar que esta diz respeito, de um ponto de vista descritivo, predominantemente, a uma dimensão inconsciente.



próprio de um terceiro criado e que cria simultaneamente os dois sujeitos – talvez somente *a posteriori* seria possível atribuir a um dos polos a origem de tais elementos. A *rêverie* constitui, portanto, um meio de comunicação importante do terceiro analítico que engloba tanto experiências não articuladas do analisando, quanto sonhos acordados do analista e engendra a possibilidade de criação do passado, do presente e do futuro. Uma certa assimetria, contudo, é uma característica importante do conceito de *rêverie*, posto que esta possibilidade de sonhar pode ser utilizada pelo analista como uma importante ferramenta clínica.

Retomando a proposição de Bion (1970) de que a *rêverie* comporta uma capacidade de transformar processos não sonhados, uma das funções do analista (que assinala certa heterogeneidade) diz respeito à possibilidade, através da *rêverie*, de sonhar aquilo que não podia sê-lo. Isso, porque, seguindo as indicações de Ogden (1994, p. 19), “se um sujeito não pode transformar certas impressões em elementos inconscientes da experiência que possam ser ligados, ele não pode sonhar.” A psicanálise, neste contexto, passa a ser compreendida como um processo através do qual se torna possível sonhar. Este trecho faz uma espécie de resumo do que pode ser concebido como processo analítico a partir dessas considerações:

Eu vejo a psicanálise como uma experiência na qual o paciente e o analista se engajam em um experimento no interior do enquadramento analítico que é desenhado para criar as condições nas quais o analisando (com a participação do analista) pode ser capaz de sonhar o que até então eram experiências emocionais não sonháveis (seus sonhos não sonhados). (...) Ao assim proceder, o analista facilita que o paciente possa, mais plenamente, se sonhar. (Ogden, 2007, p. 577).

É, portanto, a possibilidade de sonhar que marca o processo de análise. Para Ogden (2001; 2007; 2010), sonhar não diz respeito a uma atividade particular ou íntima, nem mesmo articula-se a um significado específico, mas se ancora nas considerações de Bion (1970) sobre a transformação de experiências não assimiláveis em elementos passíveis de se tornar psíquicos (ainda que inconscientes). Nas suas palavras, “sonhar é um processo constante que ocorre tanto no sono quanto na vida de vigília inconsciente.” (Ogden, 2001, p. 19). A *rêverie* passa, então, a se constituir como uma possibilidade que contempla os dois polos criados e criadores do terceiro: pode-se, dessa forma, sonhar.

A partir deste apanhado geral do sonhar como um processo articulado à situação analítica, dois aspectos que nos tocam particularmente nos dias de hoje podem ser destacados: a questão do tempo e da impossibilidade de



conceber o sonhar como uma atividade representacional centrada em um sujeito. Em relação ao tempo, o sonhar comporta uma temporalidade distinta da cronológica e aponta para um processo no qual coexistem o passado, o presente e o futuro. No que concerne às fronteiras do sonhar, para Ogden (2001; 2007; 2010), elas não estão centradas em um sujeito, como um teatro no qual se encenam representações –, mas se articula a uma atividade que comporta necessariamente um terceiro sujeito que cria outros os outros dois.

#### 4 O Sonhar em Tempos de Pandemia

Se o tema do enquadre é bastante resgatado nas discussões atuais sobre a prática analítica nos tempos da epidemia de Covid-19 por sua concreta obviedade, a problemática dos processos analíticos é pouco explorada. Ora, o estabelecimento do enquadre garantiria a manutenção dos processos? Mais especificamente, as mudanças enfrentadas pelos analistas na situação atual se restringiriam à manutenção do enquadre sem que precisemos nos questionar sobre o sonhar enquanto um processo?

A expressão “tempos de pandemia” é um tanto quanto curiosa, o que seria o tempo da pandemia? A descontinuidade evidenciada pela saída forçada dos consultórios, não parece ser exclusiva desta dimensão: uma catástrofe comporta inevitavelmente quebra temporal. O tempo passa, mas de fato passa? O ritmo ditado pelos humanos – dia, noite, dias da semana, fins de semana, feriados – parece um bloco homogêneo. Como um ruído permanente e constante, o tempo da pandemia – ainda que não igual para todos – é uma sucessão sem qualidade, ou um amontado de quebras sem sucessão provocadas pelo terror de novas tragédias – no cenário brasileiro, elas também se tornaram uma constante. Se, acompanhando Ogden (2001; 2007; 2010), a temporalidade do sonhar comporta a potencialidade do passado, do presente e do futuro – o sonhar em tempos de pandemia paradoxalmente se torna um desafio e um caminho possível. Como, enquanto analistas, conseguimos sustentar o sonhar enquanto um processo central na situação analítica? O enquadre garantiria a possibilidade de sonhar? Como conceber a *rêverie* nos atendimentos virtuais?

É evidente que essas perguntas não são mais do que o eco de uma tentativa de continuar sonhando e, por isso, as respostas não podem ser apressadas. No entanto, é importante ressaltar uma dimensão destacada por Ogden (2001; 2007; 2010) em relação à *rêverie*: ela não é passível de ser atribuída de saída à um dos sujeitos da situação analítica – pelo contrário, é justamente este processo em conjunção com o terceiro analítico que permite criar esses dois sujeitos. O sonhar, aqui, não pode ser sonhar com o próprio



umbigo – como disseram Kopenawa e Albert (2015) sobre os brancos. Nas suas palavras, os brancos: “não conseguem se expandir e se elevar, porque eles querem ignorar a morte. (...) Os brancos não sonham tão longe quanto nós. Dormem muito, mas sonham só consigo mesmo” (Kopenawa & Albert, 2015, p. 390).

Na pandemia de Covid-19 não deveria ser possível ignorar a morte – ainda que alguns se esforcem para isso: “e daí”? Ora, para Freud (1900/1969) o umbigo do sonho é aquele ponto ínfimo de toque com a morte, o ponto sem sentido e paradoxalmente um caminho para a criação. Se o sonhar para Ogden (2001; 2007; 2010) é um processo fundamental da situação analítica, ele não o é enquanto uma atividade solipsista, daqueles que dormem muito e sonham só consigo mesmo. Como, enquanto analistas, para além da preocupação em manter o enquadre, podemos sustentar, em tempos tão adversos, a potencialidade do passado, do presente e do futuro de modo que possamos sonhar? Sonhar para além do nosso umbigo – nesse sentido, o desafio dos tempos da pandemia está posto para todos nós, inclusive para a própria psicanálise.

## Referências

Berman, M. (1986). *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bion, W. R. (1970). *Attention and interpretation*. London: Karnac Books.

Bleger, J. (1988). *Simbiose e ambiguidade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Busch, F. (2019). *The analyst's reveries: Explorations in Bion's enigmatic concept*. New York: Routledge.

Coelho Junior, N. (2013). Tempo do sonho, tempo da rêverie e o terceiro-analítico. *Cad. Psicanal*, 28(35), 49-60.

Freud, S. (1969). A interpretação dos sonhos. In S. Freud *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (W. I. de Oliveira, Trad.; Vol. 5). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1900)

Freud, S. (1976). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In S. Freud. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad.), 12 (pp. 147-162). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1912)

Green, A. (1990). *La folie privée*. Paris: Gallimard.



Green, A. & Urribarri, F. (2019). *Do pensamento clínico ao paradigma contemporâneo*. São Paulo: Blucher.

Kopenawa, D. & Albert, B. (2015). *A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.

Nietzsche, F. (2011). *Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém* (P. C. de Souza, Trad.). São Paulo: Companhia das letras.

Ogden, T. (1994). *Os sujeitos da psicanálise* (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ogden, T. (2001). *Conversations at the frontier of dreaming*. Northvale: Jason Aronson.

Ogden, T. (2007). On talking-as-dreaming. *International Journal of Psychoanalysis*, 4(88), 575-589.

Ogden, T. (2010). *Esta arte da psicanálise: sonhando sonhos não sonhados e gritos interrompidos*. Porto Alegre: Artmed.

Winnicott, D. (2000). Formas clínicas da transferência. In D. Winnicott. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*, pp. 393-398. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1956)



# ÉTICA E TÉCNICA: DUAS FACES DO TRABALHO DO PSICANALISTA

MARCELO WANDERLEY BOUWMAN

Em tempos de pandemia pelo covid-19, a dura realidade externa invade o espaço analítico ameaçando a continuidade de cada processo. A intrusão súbita do ambiente na situação analítica colocou um desafio imenso para o psicanalista, que precisou se adaptar ativamente ao novo contexto de quarentena e isolamento social. O espaço físico e privado da psicanálise foi abalado e perdido inesperadamente.

Várias questões se apresentaram para o psicanalista na “encruzilhada trágica” da transferência. Quais mudanças serão realizadas com cada paciente? Qual o melhor caminho a ser seguido em cada caso? Quais os destinos possíveis de cada análise diante dessa situação de crise sanitária global? Questões de tato e elasticidade anímica do analista, diria Ferenczi.

Independente das avaliações e respostas formuladas pelo psicanalista diante dessas inquietantes questões, muitos pacientes escolheram dar uma pausa na travessia analítica, recusando o atendimento à distância, não presencial. O que alegaram essas pessoas? Por que se recusaram a se transferir para o ambiente virtual? Como se sentiram os psicanalistas diante desses casos?

Antes de adentrar no contexto de catástrofe e nas questões teóricas, técnicas e clínicas que estamos enfrentando, gostaria de trazer uma reflexão ética para pensarmos a atitude do psicanalista na sua busca pela verdade não somente no consultório ou no hospital público, mas também na cultura.

Como ponto de partida, cito uma passagem de Freud (1915/1981):

“No trabalho científico é mais racional começar pelo que temos diante de nós, pelos objetos que por si mesmos se oferecem à nossa investigação. Se o fazemos seriamente, sem ideias preconcebidas, sem esperanças exageradas e, se temos sorte, pode suceder que graças aos laços que unem todas as coisas entre si, as pequenas às grandes, este trabalho empreendido sem nenhuma pretensão abra um acesso ao estudo de grandes problemas”.

Lembro também Ferenczi, quando ele afirma que “é preciso ter vivido afetivamente, experimentado na carne, para atingir um grau de certeza que



mereça o nome de convicção” (Pinheiro, 1995, p.41). Para o psicanalista húngaro “o conhecimento de uma parte da realidade, talvez a mais importante, não pode converter-se numa convicção pela via intelectual, mas somente na medida em que ela estiver em conformidade com a vivência afetiva” (Ferenczi, 1926/1993, p.374). Em outras palavras, em termos de experiência analítica, Ferenczi está destacando a importância do fenômeno transferencial na apreensão da realidade. Introjeções na base do funcionamento anímico.

O senso de investigação formulado por Freud nos coloca diante de uma postura de abertura ao desconhecido que é o oposto da arrogância, do imediatismo e dos preconceitos. Vale dizer que é uma atitude de humildade e serenidade. Se tivermos sorte nesta experiência investigativa, que envolve todo o nosso ser afetivo e anímico, poderemos construir algumas convicções.

Outro autor que pode somar nesta reflexão é Bion. Ele apreciava uma frase de Maurice Blanchot: “A resposta é a desgraça da pergunta”. Mais importante do que as respostas são as questões.

Essa atitude de abertura diante do desconhecido, das incertezas, das dúvidas e do caos, Bion nomeou de “capacidade negativa”. Capacidade de ser paciente, de tolerar o fato de não saber e de conter impulsos prematuros de intervir com uma interpretação. Importantíssima na prática do analista.

De fato, estamos vivendo um período de muita turbulência emocional, de lutos de variados tipos e de uma imprevisibilidade assustadora. Se não bastasse a ameaça de um vírus invisível à toda humanidade, temos ainda no cenário brasileiro uma situação política complicada ameaçando a própria vida democrática do país. É preciso cautela, paciência e prudência nestes tempos de perplexidade e indignação. É preciso também coragem, empatia e solidariedade.

## II.

Ferenczi (1928/1993) ao adotar a ideia de “elasticidade” proposta por um paciente, referia-se a uma atitude do analista de ceder diante das tendências do paciente, tal qual uma tira elástica, sem perder o centro de gravidade em suas próprias ideias, valores e convicções. Essa elasticidade seria condição de possibilidade para se entrar em contato íntimo com a singularidade do paciente. Portanto, para Ferenczi, existe uma relação direta entre elasticidade, empatia e tato do analista.

Todas essas características, juntamente com a modéstia do analista, são conquistas anímicas da análise pessoal profunda do analista, considerada a segunda regra fundamental da Psicanálise pelo psicanalista húngaro.

É bom lembrar que a regra fundamental da psicanálise, formulada por Freud, é de ordem técnica, diz respeito ao uso da associação livre por parte do paciente, tendo como contrapartida a atenção flutuante do psicanalista.



Trata-se, portanto, da instauração da situação analítica. Enquanto a segunda regra, destacada por Ferenczi, a análise do analista, é de ordem ética, diz respeito à responsabilidade do analista na condução dos muitos casos que acompanha.

A ética para Ferenczi está intimamente ligada à questão da transferência. O lugar do analista é o de catalisador das introjeções. Como objeto das transferências negativas, como receptor das identificações projetivas do paciente, o lugar do analista é da ordem do desconforto. Quando um dos dois, analista ou paciente, está muito confortável, na poltrona ou no divã, algo da natureza da resistência, da defesa ou de um conluio inconsciente está, provavelmente, acontecendo. Por outro lado, em tempos de quarentena, o desconforto pode atingir proporções enormes, tanto para o paciente como para o analista.

Outro ponto destacado por Ferenczi no artigo de 1928, "Elasticidade da técnica psicanalítica", é sobre a natureza do trabalho do psicanalista: a dialética dos processos anímicos do analista durante a sessão. Ferenczi fala de uma oscilação permanente entre empatia, auto-observação e atividade de julgamento. Valoriza o devaneio do analista. Em uma passagem ele afirma:

"Pouco a pouco, vai-se percebendo até que ponto o trabalho psíquico desenvolvido pelo analista é, na verdade, complicado. Deixam-se agir sobre si as associações livres do paciente e, ao mesmo tempo, deixa-se a sua própria imaginação brincar com esse material associativo; nesse meio tempo, comparam-se as novas conexões com os resultados anteriores da análise, sem negligenciar, por um instante sequer, o exame e a crítica de suas próprias tendências" (Ferenczi, 1928/1993, p.32).

Para Ferenczi, o ofício do psicanalista é bem complexo, exige o "rigoroso controle do seu próprio narcisismo" e a "vigilância aguda das diversas reações afetivas" e, após uma longa jornada de trabalho, requer a elaboração de uma higiene particular. O psicanalista precisa repor as suas reservas anímicas, cotidianamente.

O encontro com outra pessoa sempre mobiliza intensos sentimentos. Ferenczi insistia que um analista deveria se submeter a uma longa e profunda análise, para ser capaz de entrar em contato com as próprias experiências emocionais, e ter íntimo contato consigo mesmo de modo a não se surpreender ou se assustar com as experiências emocionais que serão desencadeadas nele mesmo nos encontros com seus analisandos.

Tendo essas noções em mente passemos ao cenário atual de nossa prática clínica.



### III.

Na pandemia a mudança técnica se deve muito mais a uma adaptação ativa do analista à intrusão ambiental do que a uma resposta à singularidade do caso; a elasticidade anímica do analista aparece na formulação de questões dirigidas à singularidade de cada paciente acompanhado: qual o melhor caminho a ser seguido com este paciente em particular? Quais destinos possíveis de uma análise em curso diante de uma lógica de quarentena imposta por uma realidade catastrófica? Quem dá as respostas, o analista, o paciente ou seria antes uma decisão compartilhada por ambos?

Sem dúvida, o analista está em melhores condições de avaliar quais pacientes precisam dar continuidade à travessia analítica e quais podem prescindir do espaço analítico durante um certo tempo, podendo contar com a retaguarda do analista se a situação apertar.

Vários destinos se apresentaram na encruzilhada trágica da transferência em cada análise acompanhada no consultório e no hospital público: a pausa ou a interrupção do processo; a continuidade dos encontros regulares através do telefone ou virtualmente através do atendimento on-line; ou ainda, uma forma a meio caminho da pausa e da continuidade: a escrita de e-mails ocasionais enquanto durar a quarentena.

Gostaria de comentar brevemente cada caminho escolhido:

Pausa ou interrupção: aqui a decisão surge especialmente do lado do paciente, geralmente com a concordância do analista. Os motivos frequentemente alegados: 1) a presença física do analista, os dois corpos em presença, é indispensável para o trabalho analítico; 2) não há verdadeira privacidade no atendimento à distância mediado pelo telefone ou computador; 3) um sentimento subjetivo de estranhamento e inadaptação aos meios propostos de continuidade; 4) um reconhecimento de que dá para prescindir da análise (e do analista) durante certo período. A questão de se tratar de uma pausa ou uma interrupção só vai ser definida no a posteriori, após a possibilidade de retomada das sessões presenciais.

A decisão pela continuidade das sessões coloca um desafio enorme para a travessia da análise. Os pacientes que usavam o divã aceitaram melhor a proposta do atendimento transitório pelo telefone. Muitos procuraram aproximar o ambiente de casa daquele vivenciado no consultório. Deitados, com fones de ouvido, tentavam se entregar à associação livre. O analista, por sua vez, privado do seu olhar flutuante, somente escuta, e fala, quando acha oportuno. O "sussurro" do analista torna-se mais frequente, como quem precisa confirmar, de tempos em tempos, que está presente, escutando o que está sendo dito. As intervenções do analista parecem ocorrer mais frequentemente devido à impregnação da realidade objetiva no espaço intersubjetivo e, também, pela experiência compartilhada de vulnerabilidade.



A mediação pelo telefone (a presença da voz sem a imagem) parece garantir, mais que a vídeo-chamada, o interjogo dialético dos estados de devaneio da dupla analítica.

Enfim, muito se perde nestas passagens: a transferência corporal, os gestos, os sons, as discretas lágrimas, os silenciosos suspiros.

Mesmo assim muitas surpresas nos aguardam. Alguns casos ganharam um novo ritmo e regiões obscuras da subjetividade foram iluminadas, dando uma impressão de avanço.

Vou querer relatar uma outra experimentação técnica que muito me surpreendeu. Obtive o consentimento da paciente para esta breve narrativa. Refiro-me à análise de uma jovem que escolheu e me propôs escrever e-mails periódicos enquanto durasse a quarentena. Se sentisse que seria melhor o telefone ou o atendimento on-line me falaria. Conhecendo o seu gosto pela literatura e considerando que ela estava em plena elaboração na sua análise, concordei sem hesitar. Passado um mês de quarentena recebi o primeiro e-mail. Não foi totalmente surpresa, mas a passagem da palavra falada para a palavra escrita causou-me forte impressão.

Ela inicia a carta com uma justificativa:

“Esta carta/e-mail tenta se aproximar ao máximo do que sou eu no divã. Portanto, ela seguirá num fluxo livre da consciência, sem revisão, sem releituras, para se aproximar ao máximo do que seja o inconsciente no papel. Espero que a pontuação, ou ausência dela, ajude nesse intento... De qualquer modo, o inconsciente já está todo aqui, insinuado pelos entre de cada palavra, de cada letra... E o analista que lute.”

Depois de um longo e rico trabalho associativo, passando por sonhos e vida relacional, ela termina este primeiro e-mail assim:

“Obrigada por esta sessão. Se, antes desses dias de isolamento eu resistia a sessões por telefone ou vídeo, agora resisto a elas absolutamente. Casa da palavra como o divã só o papel – ainda que por um e-mail.”

Um exemplo de elasticidade, dirigida muito mais à singularidade da analisanda, menos à técnica do analista. Lembro uma frase de Winnicott: “Experimentar é melhor do que aprender coisas certas”.

#### IV.

Outro aspecto que merece ser considerado neste novo cenário de mudança abrupta e radical da prática clínica é o da horizontalidade da experiência “catastrófica”, expondo os dois membros da dupla analítica ao mesmo panorama de fragilização anímica. Vivências de medo, ansiedade, solidão, perdas e luto passam a ser compartilhadas por todos, colocando o tema da vulnerabilidade humana no centro da problemática trazida pela pandemia. Lembro uma passagem do Diário Clínico de Ferenczi (1932/1990, p.91):

“Certas fases da análise mútua representam, de uma parte e de outra, a renúncia completa a todo constrangimento e a toda autoridade; a impressão que se tem é a de duas crianças igualmente assustadas que trocam suas experiências, que em consequência de um mesmo destino se compreendem e buscam instintivamente tranquilizar-se. A consciência dessa comunidade de destino faz com que os parceiros se apresentem como perfeitamente inofensivos, e em quem, portanto, se pode confiar com toda tranquilidade”.

Enquanto Freud privilegiou a dimensão pulsional, intra-psíquica, do sujeito, Ferenczi deu relevo aos aspectos relacionais, intersubjetivos, conferindo ao outro um poder, de vida ou de morte, na constituição subjetiva. A figura do adulto é central nas formulações ferenczianas, ora se apresentando como suporte das introjeções, ora como personagem da confusão de línguas com a criança presente em cada paciente.

O questionamento da autoridade no espaço analítico, presente desde o início do trabalho de Ferenczi, parece ter possibilitado o desenvolvimento de uma “metapsicologia da técnica” que torna a relação entre analista e paciente menos desigual (ainda que assimétrica). O manejo clínico de Ferenczi ultrapassa a dimensão interpretativa, desconstrói a exclusividade da posição transferencial vertical do analista e o convida a criar um espaço lúdico de afetação mútua.

Reconhecer a vulnerabilidade da criança em si mesmo seria a condição de possibilidade para que o analista possa se apresentar como parceiro na situação analítica. A desconsideração dessa vulnerabilidade é o caminho do desmentido, da hipocrisia e do fanatismo, denunciados por Ferenczi em seu Diário clínico.

No contexto da pandemia, fomos todos atingidos e afetados por uma situação catastrófica, que revela com agudeza a nossa vulnerabilidade. O confinamento amplia a vivência de solidão, os sentimentos de medo e ansiedade. A ideia de finitude circula entre nós. As perdas reais nos colocam em estado de luto, muitas vezes sem condições de uma despedida digna e um ritual de passagem. A dor se presentifica de várias maneiras. O espaço de acolhimento e elaboração se fortalece, paradoxalmente, com a ajuda dos meios eletrônicos. Não sabemos o futuro que nos espera mais adiante.

Lembro de uma poesia de Carlos Pena Filho (1929-1960), intitulada “A solidão e sua porta”:

“Quando mais nada resistir que valha  
a pena de viver e a dor de amar  
e quando nada mais interessar  
(nem o torpor do sono que se espalha).

quando, pelo desuso da navalha  
a barba livremente caminhar  
e até Deus em silêncio se afastar  
deixando-te sozinho na batalha

a arquitetar na sombra a despedida  
do mundo que te foi contraditório,  
lembra-te que afinal te resta a vida

com tudo que é insolvente e provisório  
e de que ainda tens uma saída:  
entrar no acaso e amar o transitório”.  
(Pena Filho, 2000, p.17)

## REFERÊNCIAS

Ferenczi, S. (1926/1993). Contra-indicações da técnica ativa. In *Obras Completas - Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes.

Ferenczi, S. (1928/1993). Elasticidade da técnica psicanalítica. In *Obras Completas - Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.

Ferenczi, S. (1932/1990). *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes.

Freud, S. (1915/1981). Lecciones introductorias al psicoanálisis – los actos fallidos. In *Obras Completas, tomo II*. Madrid: Biblioteca Nueva.

Pena Filho, C. (2000). *Os melhores poemas de Carlos Pena Filho*. São Paulo: Global.

Pinheiro, T. (1995). *Ferenczi: do grito à palavra*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor – Editora UFRJ.



# ISOLAMENTO SOCIAL E SOLIDÕES NA CIDADE

LUIZ ALEX SILVA SARAIVA

Aos poucos a fé se enfraquecia. É difícil acreditar numa coisa quando se está sozinho e não se pode falar com ninguém. Justamente naquela época Drogo deu-se conta de que os homens, ainda que possam se querer bem, permanecem sempre distantes; que, se alguém sofre, a dor é totalmente sua, ninguém mais pode tomar para si uma mínima parte dela; que, se alguém sofre, os outros não vão sofrer por isso, ainda que o amor seja grande, e é isso o que causa a solidão da vida (Buzzati, 1984, p. 112).

Antes de qualquer coisa, preciso explicar que este texto é redigido por alguém que tem tido condições de se isolar na cidade. Portanto, incidem sobre mim uma série de privilégios que fazem minha reflexão possível somente à medida que posso permanecer em casa, embora tenha consciência de que não se trata de uma situação desfrutada por todas as demais pessoas. Revelar a minha posição no início do texto, assim, não é um pedido de desculpas. É, antes, um exercício de precisão: minhas reflexões só tem algum fundamento se for levado em conta que escrevo, a partir do meu lugar, a respeito de pessoas que estão em uma situação de alguma forma semelhante à que vivo. Claro que há outros pontos de vista sobre esta temática, mas este texto não tem a pretensão de alcançá-los por uma limitação objetiva de experiência.

Nos últimos tempos tenho lido que o momento em que vivemos alterou nossas vidas para sempre, e que não mais voltaremos ao que havia antes da pandemia. A pandemia global e o recomendado e necessário – mas, infelizmente, não universal – distanciamento social implica termos de repensar nossas condições de existência em face de uma ameaça comum a todos nós. De repente nos demos conta de que precisamos uns dos outros mais do que desconfiávamos, de que o nos basta para viver é bem menos do que pensávamos, e de que a arte é tão imprescindível quanto o afeto é fundamental em nossas vidas. De uma forma estranha, somos rerepresentados à vida em sociedade da qual todos fazíamos parte, mas de um jeito que parece que teremos de esquecer.



A forma *blasé* de nossas vidas em sociedades urbanas nos levou a um esfriamento das relações e à insensibilidade quanto ao outro. Simmel (1967) não poderia estar mais certo quando, em um texto no início do Século XX, se refere a uma vida mental na metrópole, misto de indiferença, individualização e isolamento. Em um contexto de aquisição ininterrupta de hábitos, viver nas cidades implica autonomia e ênfase no isolamento, com um notável abandono das “atrasadas” relações sociais do campo. Esse apelo da urbe converge com a inescapável competição e seus motes de segmentação infinita de mercados e de especialização produtiva. Nada mais esperado, assim, que investíssemos na construção de existências anônimas, esvaziadas e fugazes, convenientemente substituíveis em uma lógica econômica de engrenagens facilmente cambiáveis.

O esgarçamento de relações sociais, uma espécie de condição *sine qua non* para a existência nas cidades, levou a que muitos cidadãos se orgulhassem de mal conhecerem seus vizinhos, ou de possuírem um círculo muito restrito de amigos. A não sociabilidade, o distanciamento, o auto-insulamento foram as saídas enxergadas por muitas pessoas no meio urbano. A solidão daí decorrente se apresenta como um efeito inexorável de uma forma de vida à qual aderíamos, e pela qual, nesse momento, temos sentimentos ambíguos, entre a saudade de uma sociabilidade distanciada, e a rejeição a um afastamento que agora é compulsório.

### **Anonimidade e isolamento**

A vida nas cidades trouxe avanços expressivos em termos sociais, principalmente os associados a acesso a uma série de elementos, da educação à saúde, da cultura ao lazer, bem como a uma noção ampla de liberdade. Viver em cidades, assim, para além de uma mera escolha, se tornou um modo de vida difundido como superior, uma espécie de compromisso inescapável com o presente e, sobretudo, com o futuro. O campo resta nesse diálogo como um interlocutor aviltado e ultrapassado, do qual escapar seria inevitável. Nesse apelo, não surpreende que tão pouco se fale sobre a vida em si no meio urbano, e o preço que pagam os que na urbe habitam. O excesso de estímulos visuais, o barulho, a poluição, o trânsito, a competição, a falta de tempo, e o adoecimento constante, por exemplo, não são apresentados com a mesma força dos benefícios de morar nas cidades em detrimento dos problemas de permanecer no campo.

Morar em cidades significaria, principalmente, ser livre. Não é claro de que liberdade falamos aqui. Há uma sugestão vaga aos controles sociais sobre as pessoas em ambientes rurais, nos quais parece que sempre há olhos nelas pousados, mas não são apresentadas as características da liberdade



urbana de forma clara. Mas ela parece se manifestar, sobretudo, pelo desconhecimento que uns tem a respeito dos outros, o que significa que é a condição de anônimos que nos permite escapar da vigilância dos demais. Mas ser anônimo tem implicações, pois a anonimidade contribui para posicionamentos sociais genéricos. Como não está presente o que é particular de cada um de nós, aspectos genéricos sempre abarcam existências quaisquer e, portanto, a elas se referem em algum nível. As soluções urbanas, assim, nunca dizem respeito ao que especificamente para mim é importante, mas se referem a um cidadão médio, que não sou eu e tampouco é o leitor. A vagueza das soluções amplas atende a demandas generalistas. Respostas mais adequadas para necessidades específicas são buscadas de forma individual pelos sujeitos. Não surpreende, assim, que a casa seja tão acolhedora em detrimento da rua, o que sugere que as existências urbanas articulem diferentes níveis de anonimidade e isolamento.

Isolar-se, assim, significa buscar espaços em que a existência privada possa florescer como resposta direta à esmagadora generalização das cidades. O trânsito, a poluição, e o barulho urbano, por exemplo, não constituem escolhas individuais e, por isso, à medida que me isolo no meu espaço privado, construo para mim as condições que me parecem mais convenientes. E isso vale para o meu espaço, do qual procuro afastar a massa de pessoas que me cerca, e ao qual só permito o acesso de um grupo seletivo, sujeitos que podem apreciar a não anonimidade nas minhas próprias condições e no meu próprio tempo. A solidão se credenciava como uma estranha opção que resultava em uma forma de sanidade à medida que se isolar significava se resguardar de tudo o que havia da porta para fora. Só que a pandemia converte o isolamento de opção em obrigação. Vivemos em meio à solidão, e eu diria no plural, solidões que se apresentam, se sobrepõem e nos cercam nesses tempos estranhos.

### **Solidões, no plural**

O auto-isolamento, de direito a ser preservado, se torna um peso em uma época regida pela distância. Como precisamos nos afastar uns dos outros, a solidão, que era um confortável antídoto contra a massificação urbana, constitui agora um desconforto que oprime aos que se isolam. Não quero aqui dizer com isso que a solidão de antigamente deva ser romantizada. Como sabiamente apontou Pollak (1989), as dimensões de memória implicam um silêncio cognitivamente necessário e convenientemente confortador. Suspiros entendidos nas mídias sociais pelas limitações do confinamento remetem a um passado antes da pandemia que embutia uma normalidade altamente exclusora, e disso não podemos esquecer ao lembrar o ontem.



O afastamento que coletivamente experimentamos hoje difere daquele que experimentávamos antes. Antes, isolar-se significava apenas construir um mundo particular para si, uma forma de sobreviver em meio a um contexto altamente homogeneizador. Hoje, isolar-se significa também cuidar do bem comum, pois quanto mais me isolo, mais ofereço condições para que outras pessoas possam estar vivas; quanto menos eu me exponho individualmente à pandemia, mais zelo pela coletividade. Não se trata de uma situação de fácil entendimento, naturalmente. As dimensões da vida individual e da vida em coletividade são complexas em si mesmas, e são ainda de mais difícil combinação umas com as outras. Preocupar-se com o coletivo mediante isolamento, por exemplo, não resolve os problemas advindos da solidão, por mais nobre e justificado que ele seja. Muito menos soluciona outro tipo de solidão, construída deliberadamente para afastar os indesejáveis socialmente.

O que dizer de quem sempre esteve só na cidade, e que só pôde contar consigo mesmo? Não trato aqui de uma solidão física – afinal, como muitas pessoas já disseram antes de mim, é possível estar absolutamente só mesmo em meio a uma multidão – refiro-me a quem foi levado a se isolar nas margens da sociedade, numa vida segregada, porque sua existência de alguma forma não era desejada. Aspectos raciais, étnicos, corporais, etários, afetivos, identitários e mentais, por exemplo, tem sido historicamente empregados como recursos de afastamento sutil ou explícito, objetivamente segregando quem não “parecer” normal. A normalidade, essa invenção perversa, serve a propósitos de cerceamento de liberdades, de compulsoriedade afetiva e mesmo de legitimação da existência. Isso cruelmente significa que, em alguns casos, viver pode não ter uma justificativa aceitável, e que algumas vidas simplesmente não importam. Como exemplo, basta comparar os escandalosos números das mortes da juventude negra no Brasil: a taxa de homicídios de jovens negros para cada grupo de 100 mil jovens é de 98,5, versus 34,0 de jovens brancos (IBGE, 2019). E quanto à letalidade da Covid-19, Dias (2020) destaca que apesar de pretos e pardos representarem apenas 23,1% dos brasileiros hospitalizados com Síndrome Respiratória Aguda Grave, chegam a quase 32,8% dos os mortos infectados pelo novo coronavírus (32,8%). Os apelos para a elaboração de políticas específicas voltadas a esta população foram ignorados, naturalizando a descartabilidade dessas existências.

Quando não existe a possibilidade de que os “diferentes” fiquem em casa, eles são condenados a perecer. Suas diferenças pouco aparecem e tampouco importa se em alguns casos nem mesmo disponham de uma casa para se isolarem: é como se, ao longo de suas existências, essas pessoas tivessem feito conscientemente uma opção por serem “diferentes”, e por isso apenas pagassem o preço do que decidiram. Nada mais longe dos fatos, mas isso



parece não importar. Mas não se trata de escolhas individuais ser como se é; as diferenças manifestam o infinito humano. A diferença é constitutiva da condição humana: portanto, todos somos diferentes e não há qualquer parâmetro para que se possa minimamente tomar alguém como “normal”, sob qualquer ponto de vista (Deleuze, 2006).

A “normalidade” implica a escolha de algumas características como “adequadas”, e que por isso devem ser consideradas – mas não deixa claro que isso ocorre em detrimento de outras, o que fica ainda mais agudo em um momento como o atual. Tomemos um entre tantos exemplos: o das empregadas domésticas. A essas pessoas nem é dada a possibilidade de ficar em casa. Seus corpos precisam estar à disposição para cumprir a sua “função social”. Elas são obrigadas a tomar conduções coletivas, deslocando-se por uma cidade potencialmente contagiosa, para trabalhar em casas de pessoas que podem se dar ao luxo de se isolar. Isso não significa que tais pessoas estejam imunes, pelo contrário; há muitos casos em que os patrões estão contaminados, mas mesmo assim não dispensam suas empregadas de forma remunerada. Preferem expô-las, ameaçando demiti-las caso não estejam disponíveis para servi-los, mesmo que isso coloque em risco as suas vidas e as de suas famílias. As necessidades dessas mulheres, todavia, não importam, cabendo-lhes apenas agradecer por ter um emprego; caso não estejam satisfeitas, é só substituí-las por outras pessoas dispostas a trabalhar. O horror econômico dessa postura é mais comum do que pensamos, infelizmente, um amplo desrespeito à vida disfarçado de um discurso que, ao mesmo tempo em que defende esforço e mérito, silencia sobre desigualdade, privilégios e racismo.

Em distintos níveis, essa situação não difere muito da de comerciários, motoboys, prostitutas, pessoas em situação de rua etc., grupos objetivamente colocados contra a parede. Seu restrito conjunto de alternativas os faz se submeter, consentindo com uma exposição desumana aos efeitos da pandemia somente porque não tem como dela se defender. Seus corpos, assim, são potencialmente descartáveis porque não importam tanto quanto outros. Suas diferenças os condenam a desaparecer porque “escolheram” estar onde se encontram. Isto é, se tivessem se esforçado mais, teriam um emprego “digno” que os permitiria ficar em casa. Isso desresponsabiliza a sociedade pela produção da desigualdade na mesma medida em que reifica um único modo de viver como adequado, em detrimento de todos os demais.

### **Distanciamento social e a necessária responsabilização coletiva**

É porque não nos responsabilizamos enquanto sociedade que ativamente colabora para a produção de desigualdades que abraçamos a necro-



política (Mbembe, 2019), uma forma deliberada de exterminar os classificados como indesejáveis. A morte passa a ser uma espécie de resíduo esperado de políticas de Estado destinadas a reduzir a maior parte da população a uma massa de manobra disposta a concordar passivamente com qualquer iniciativa explicitamente violenta ou implicitamente omissa contra os indesejáveis pelo sistema. Guerras, relações internacionais, políticas ambiental, econômica, social, trabalhista, de direitos humanos, para ficar em alguns exemplos, explicitam uma agenda que passamos a subscrever se nos omitimos enquanto sociedade.

Política passou a significar, em muitos casos, morte. Morte de negros. Morte de povos indígenas. Morte de pessoas em situação de rua. Morte de pessoas deficientes. Morte de pessoas portadoras de doenças crônicas. Morte de idosos. Morte de pessoas LGBT. Morte de pobres. Morte. Morte. Morte. Mortes que poderiam ser evitadas se essas pessoas fossem tratadas em pé de igualdade na medida de suas diferenças; se não fossem tomadas como fracassadas na sua tentativa de serem “normais”; se não fossem responsabilizadas por serem como são; se a sociedade assumisse sua parcela de responsabilidade no silenciamento das diferenças; se a sociedade reconhecesse sua culpabilidade na eleição de representantes políticos que terminam reproduzindo a violência como estratégia de governo.

O atual governo do Brasil é irresponsável, incompetente, corrupto, criminoso, genocida, racista, machista, homofóbico, fascista, entre outras características, em um nível nunca visto na história republicana, o que faz com que o momento em que hoje tristemente nos encontramos seja da mais profunda solidão. A sensação amplamente disseminada de exaustão e impotência não é casual: trata-se de um desamparo plantado,

um cenário desolador, no qual a ultracompetição se baseia em uma radical perda de solidariedade entre os indivíduos. Ser mulher, negro, pobre, periférico, LGBTQIQA, portar qualquer tipo de limitação física ou mental, entre outros aspectos, assim, se anuncia como condição prévia para justificar qualquer tipo de violência. Em vez de amparo e acolhimento, o quadro é de invisibilização e de olhos fechados a todos que não desfrutam de uma condição “normal” – silenciando sobre os privilégios da “normalidade” (Saraiva, 2017, p. 1138).

Nossas solidões se alimentam do nosso distanciamento, mas este antecede esta fase de compulsoriedade. Já nos distanciávamos uns dos outros quando recriminávamos uma pessoa por ela ser obesa. Ou por não alisar o cabelo. Ou por ser periférica. Ou por ter “mau gosto”. Ou por ouvir *funk*. Ou por falar com erros gramaticais. Ou por ser idosa e não ficar em casa. Ou



por ser mulher e não se comportar “com decência”. Ou por ser gay e não ser “discreto”. A lista não termina, e reflete um repertório quase infinito de prescrições para que a vida seja “aceitável”. Mas o que é aceitável mesmo? E é aceitável para quem? Escolhemos conscientemente a vida que temos? Ou a ela somos empurrados por uma dinâmica que historicamente já determina os epílogos das nossas existências escritos antes mesmo que nasçamos?

O mal estar pelo que estamos passando não se refere a estarmos distanciados uns dos outros. Isso sempre estivemos, e das mais diversas formas físicas e simbólicas. A questão é que agora estar fisicamente distante parece constituir uma nova modalidade de existência, em que a opção de se afastar deixou de ser escolha. Preservar a própria vida e as dos demais, mesmo daqueles de que nos orgulhávamos de não saber sequer os nomes, passou a ser ficar em casa – para os que podem fazer isso – e contar que os demais também o façam. Isso nada mais é do que um tipo de contrato psicológico em que todos reconhecem que precisam cuidar de todos, mesmo na forma mais egoísta que possa representar ficar confinado em casa. E isso parece estranho porque liberdade é justamente obedecer à recomendação de não sair de dentro de casa, o que nos iguala anonimamente a pessoas desconhecidas, mas que em tese zelam por mim na mesma medida em que por elas zelo ao me portar como espero que elas se portem. Sermos semelhantes aos demais em um altruísmo anônimo é que parece ser a nova forma de livremente aderir a uma nova dinâmica de existência.

Muito da correria, do deslocamento, da pressa, assim, cai por terra nesses tempos de distanciamento social. Percebemos aos poucos que perdemos um tempo enorme enfocando aspectos irrelevantes e que em nada contribuem para uma existência socialmente digna. Bens, serviços e símbolos de *status*, por exemplo, são bem menos importantes do que todo o arsenal capitalista leva a crer. O essencial é outra coisa, e não temos tido entendimento suficiente sobre isso – ou vontade de fazer um exercício efetivo de inteligência nesse sentido. Ser livre diz respeito menos a possibilidades de escolha do que será consumido, e mais ao tipo de sociedade que efetivamente desejo para mim e para os que estão à minha volta, pareçam estes comigo ou não. Ser livre não é consumir o que quer que seja; ser livre é existir de forma singular e reconhecer o direito dos demais de existir da forma que lhes parecer adequada, demolindo as hierarquias de qualquer ordem rumo a uma sociedade, enfim, mais humanizada.

## Referências

Buzzati, D. (1984). *O deserto dos tártaros*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.



- Deleuze, G. (2006). *Diferença e repetição* (2a ed). São Paulo: Graal.
- Dias, B. C. (2020). *Letalidade da Covid-19 na população negra pauta imprensa sobre raça e desigualdades*. Recuperado em 25 maio, 2020 de: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/letalidade-da-covid-19-na-populacao-negra-pauta-debate-sobre-raca-e-desigualdade-social-na-imprensa/46775/>
- IBGE. (2019). *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Brasília: IBGE. Recuperado em 25 maio, 2020, de: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf).
- Mbembe, A. (2019). *Necropolitics*. Durham: Duke University Press.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.
- Saraiva, L. A. S. (2017). O plantio do desamparo. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(11), 1135-1146.
- Simmel, G. (1967). A metrópole e a vida mental. In G. Velho (Org.). *O fenômeno urbano* (pp. 10-24). Rio de Janeiro: Zahar.



# DA “REINVENÇÃO” DOS RITUAIS: O TRABALHO DO LUTO EM MEIO À PANDEMIA DA COVID-19

RAQUEL DE OLIVEIRA BARRETO  
LUDMILA DE VASCONCELOS GUIMARÃES  
MICHELE DE CASTRO CALDEIRA

## Palavras iniciais

“não há quem goste de ser número  
gente merece existir em prosa”

*Inumeráveis*

A pandemia da COVID-19 tem feito emergir uma série de discussões relevantes acerca dos seus inúmeros impactos sociais, dentre os quais se destacam àqueles do campo da saúde mental. Isso porque, muitas têm sido as perdas vivenciadas nesse momento: de milhares de vidas, da liberdade, das formas “conhecidas” de nos relacionarmos, de momentos importantes antes compartilhados, do trabalho, de negócios, enfim... perdas reais e simbólicas, mas nem por isso menos dolorosas. Todas essas perdas, somadas ao perigo iminente da morte, revelam-se uma bomba que, ao nos atingir, pode gerar efeitos que ultrapassam o limite do tolerável e avançar para o território do patológico. A própria Organização Mundial da Saúde (OMS) já tem chamado a atenção para a necessidade de que sejam feitos investimentos em políticas públicas no campo da saúde mental, justamente prevenindo os desdobramentos que ainda virão a partir do contexto atual (OMS, 2020).

Nesse sentido, várias são as discussões possíveis e necessárias em meio às consequências subjetivas e emocionais do avanço do coronavírus no Brasil e no mundo. Quando olhamos especificamente para as perdas relacionadas ao emprego e à renda, por exemplo, outra faceta se descortina à nossa frente: a da miserabilidade a que muitos estão sendo acometidos (ou ainda **mais** acometidos). São fontes de sofrimento capazes de engendrar



quadros de adoecimento que, pela sua amplitude, ultrapassam experiências pontuais e invadem a esfera da saúde pública (OMS, 2020). Associa-se a esse cenário outra dimensão relevante: as angústias provenientes da sensação de desamparo frente a decisões governamentais insuficientes, que colocam em xeque o papel do estado enquanto suposto garantidor de um bem-estar social.

Dentre todas essas perdas, uma das dimensões mais dolorosas da pandemia é, sem dúvida, as milhares de vidas ceifadas pela doença. Estamos há mais de quatro meses do registro do primeiro caso confirmado da COVID-19 no Brasil e, de lá para cá, muita coisa se agravou. O número de vítimas da doença já ultrapassou a marca de 70.000 vidas. Se por um lado, há quatro meses não podíamos prever claramente o delinear de tal cenário catastrófico, por outro, o prolongar da situação tem gerado um certo anestesiamiento social. Talvez parte desse fenômeno seja decorrente do efeito mais brando que números – **e não rostos** – têm sobre nós. Embora o número alto de vítimas seja prova contundente, ainda é comum ouvir de uns e outros algo do tipo: “não conheço ninguém que pegou a doença, será verdade mesmo?”. Trata-se de uma fala que revela, minimamente, a ausência de reciprocidade que infelizmente marca nossa sociedade contemporânea, em que parece difícil olhar para além da “bolha” em que vivemos.

Não obstante esse anestesiamiento exista, todas essas perdas nos lembram, sobretudo, da nossa própria finitude – algo com o que não estamos preparados para lidar. Nesse capítulo, em especial, pretendemos lançar luz sobre uma das faces mais cruéis da pandemia da COVID-19, a qual podemos chamar de um duplo sofrimento diante da morte. Dizemos duplo, porque além da dor imensa pela perda das milhares de vidas, ainda há o agravante de não ser possível realizar os rituais fúnebres tradicionais em nossa cultura, como o velório e a cerimônia de sepultamento. Isso afeta diretamente a forma como as pessoas têm enfrentado esse momento, na medida em que o trabalho do luto – tão necessário – se torna um desafio que, como as várias esferas da nossa vida em meio à pandemia, necessitam de ser reinventados.

## **1. A questão do luto: um trabalho doloroso e necessário**

Várias questões apontam para a incompatibilidade entre os valores que fundamentam a nossa sociedade contemporânea e a certeza do limite temporal que marca a vida humana. Segundo Larsch (1983), vivemos numa sociedade narcísica na qual o que nos move é o desejo da autossuficiência e do alcance de ideias como beleza e jovialidade: não há lugar para a finitude. Já nos termos de Han (2017), somos a sociedade do cansaço, em que o que nos caracteriza é o excesso de positividade, claramente traduzido pela expressão



norte americana “Yes, we can”. Como pensar na morte se ela significa termos que nos ausentar do palco dessa sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997)? Como pensar na morte se não nos preocupamos com as gerações futuras e nem procuramos fazer delas a nossa continuidade? Enfim, como pensar na morte se nada mais nos interessa a não ser o aqui e o agora?

Entretanto, momentos como o que estamos vivendo escancaram a realidade concreta da morte, por mais que o nosso desejo seja o de silenciá-la. Como já dissemos, são milhares de vidas ceifadas por uma doença viral altamente contagiosa, que traz medo e insegurança sobre o que está por vir. E se a morte ocupa então esse lugar do inominável (MANNONI, 1995), é compreensível o tamanho do impacto causado por uma perda em nossas vidas, o que - via de regra - não ocorre sem dor e sofrimento. É nesse sentido que falamos sobre o *trabalho do luto*, porque lidar com a morte não é algo que acontece sem a realização de um esforço ou mobilização de nossa parte.

Há várias perspectivas sobre o luto no campo da Psicologia e da Psicanálise, mas nosso objetivo aqui não compreende esmiuçá-las. Por hora, nos cabe dizer que o que elas têm em comum é a compreensão acerca da sua importância do ponto de vista da subjetividade e, por conseguinte, da saúde mental. Freud (1974) define o luto como uma reação esperada de alguém frente à perda de um objeto amado (algo, alguém ou uma posição social). Conforme ele mesmo explica, embora envolva muita dor e sofrimento, o processo de luto não possui um caráter patológico e, como o passar do tempo, a realidade tende a se impor e se restabelecer. Entretanto, quando esse período de tristeza pela perda se prolonga e há dificuldades na tentativa de retomar a vida cotidiana, algumas pessoas podem desenvolver quadros de adoecimento. Para a análise e acompanhamento do processo de luto, alguns autores estabelecem, inclusive, a existência de estágios pelos quais a pessoa transitaria (CLAYTON, 1990; ZISOOK, 1995). Independe disso, o que é comum aos enlutados é o enfrentamento de sintomas como a perda de interesse pelo mundo externo, assim como falta capacidade ou desejo de investir energia e afeto em qualquer outro objeto, seja ele real ou ideal.

Um aspecto fundamental relacionado ao processo de luto refere-se ao papel ocupado pelos rituais fúnebres, ferramentas importantes no sentido de significar e simbolizar a dor pela perda da pessoa amada. Esses rituais possuem múltiplas funções como a de demarcar essa experiência em que há mudança de papéis (tornar-se viúvo ou viúva, órfão) e uma transição no ciclo de vida. Nesse sentido, são carregados de simbolismos que atendem a necessidades tanto psicológicas quanto sociais. São experiências que se caracterizam por construir elos entre o passado e o futuro dando para aqueles que participam algum conforto e sentido de continuidade da vida (BROMBERG, 2000).



Ainda de acordo com Bromberg (2000), os rituais teriam então, basicamente, três objetivos: ser momento de admitir a perda e iniciar o processo do luto propriamente dito, simbolizar o que os familiares e entes queridos incorporaram do morto e, por fim, significar um momento de mudança de vida (tanto da pessoa falecida quanto dos que permanecem vivos). Fato é que esses rituais têm sido modificados ao longo do tempo, mas ainda assim permanecem enquanto marcos que contribuem para esse *reorganizar* subjetivo e psíquico dos enlutados. Mas como pensar nessas questões em meio a uma pandemia, em que rompemos – brutalmente – com essas práticas afetivas e culturais?

No último dia 23 de maio o Ministério da Saúde publicou um documento de orientação intitulado “Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus COVID-19” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020), no qual fez recomendações sobre a manipulação dos corpos das vítimas, dentre as quais a de não realização de velórios e restrições quanto à cerimônia de sepultamento. As justificativas para as recomendações giram em torno do alto risco de contaminação presente, mesmo no manejo dos corpos. No que tange ao velório e demais cerimônias, o objetivo é evitar a aglomerações de pessoas e o risco de transmissão entre familiares e amigos. Sendo assim, o que passamos a ver foi uma realidade que assusta não apenas pelo número crescente e desolador de vítimas, mas pela forma como esse momento de despedida passou (ou não) a ser realizado.

Homenagens e coroas de flores, cânticos e orações ao redor do caixão, cortejo ou qualquer outra manifestação que possa, a partir das crenças e/ou preferências de cada família ou entes queridos, contribuir para a construção de sentidos sobre aquela vida que se foi e para àquelas que ficam. Há ainda aqueles que prezam pela preparação do corpo – suas roupas e aparência – como forma de simbolizar uma morte sem sofrimento ou da possibilidade de uma outra vida que supostamente se inicia. Artefatos, práticas culturais e religiosas que fazem parte desse processo em que buscamos reconhecer o que se perdeu e aquilo que permanece, enfim, construir registros, sejam eles reais ou simbólicos. Mas pouco ou nada disso tem sido possível nesse momento: é uma pandemia de caixões lacrados. Em reportagem publicada em um site de notícias no dia 04 de abril (AMORIM, 2020), um funcionário de um cemitério carioca comentou essa situação, “qualquer despedida é triste, a gente está acostumado a lidar com a dor do outro. Mas esses sepultamentos sem velório, sem a família poder ver o rosto do parente pela última vez, ter que manter o caixão fechado o tempo todo... Isso é mais triste ainda”<sup>1</sup>. Entendemos que a pandemia tem demandado muitas reinvenções

---

<sup>1</sup> Trecho de entrevista com um funcionário do Cemitério Caju, no Rio de Janeiro.



nos modos de viver e conviver, de nos comunicarmos, enfim, de pensar. Não está sendo diferente nesse caso, de enfrentamento da morte.

## **2. O luto em meio à pandemia: a questão dos afetos**

Toda essa dor causada pelo que chamamos de duplo sofrimento pela morte encontra, no contexto pandêmico mais amplo, catalisadores que contribuem ainda mais para os efeitos negativos gerados em termos de saúde mental. O que queremos dizer é que não se trata apenas de uma doença viral – o que já em si um grande problema – mas há uma série de outros fatores que imprimem nesse contexto um grau ainda maior de perversidade. Como comentamos inicialmente, além das perdas das milhares de vida, a pandemia envolve outras questões que já existiam antes dela e que permanecerão (e tendem a se agravar), como é o caso da desigualdade social. Muito se tem falado sobre o suposto “caráter democrático do vírus”, no sentido de que a contaminação acontece para qualquer um que com ele tenha contato, independente da classe econômica e social, pertencimento étnico-racial, gênero e sexualidade. Mas como bem nos alertou Boaventura de Souza Santos (2020, p. 3), “sabemos que a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados”.

Não podemos ignorar o fato de que as pessoas são acometidas de formas completamente diferentes pela doença e que isso certamente afeta o modo como conseguem enfrentá-la, seja do ponto de vista material ou simbólico. Nesse sentido, concordamos com Sawaia (2020) ao argumentar que a desigualdade social é mediadora dessa forma de afetação pelo vírus, na medida em que causa um sofrimento que vai para muito além dos prejuízos no campo da saúde, trata-se de um sofrimento ético-político (SAWAIA, 2009a). Se retomarmos a discussão sobre a forma como as vítimas da COVID-19 têm sido enterradas, por exemplo, as imagens chocantes de cemitérios abrindo covas coletivas e enterrando corpos sem qualquer identificação e/ou presença de familiares, em geral referem-se aos serviços destinados à população mais vulnerável. Não obstante, essas diferenças aparecem no acesso aos serviços de saúde, à medicação necessária, e em questões mais estruturais como as condições de moradia e saneamento básico.

Sobre essas vidas, consideradas precárias, vale aqui recuperar o pensamento de Butler (2015) sobre quais vidas são passíveis de luto. Afinal, concordamos com a autora ao discutir que as vidas precarizadas devem ser consideradas, antes de tudo, vidas, não assumindo um status de existência que lhes é único. Enquanto condição, a precariedade pode ser alvo de práticas. Enquanto status ontológico, ela se torna natural, como um modo de ser. Se analisamos o perfil das pessoas vítimas do coronavírus, por exemplo, as desigualdades e precariedades ficam evidentes. De acordo com o Obser-



vatório COVID-19BR<sup>2</sup>, no que se refere às categorias de renda, as pessoas que se enquadram na quinta parte mais pobre da população tem duas vezes mais chances de morrer do que aquelas pertencentes à quinta parte mais rica. Se adentrarmos ainda nas questões étnico-raciais, entre os menores de 60 anos, a mortalidade da população classificada pela raça/cor preta é duas vezes maior que dos brancos. O quanto essas perdas são passíveis de luto e lamentação? Em que medida o Estado tem empreendido políticas com o intuito de reduzir essas mortes? Não é de se estranhar que uma das discussões mais realizadas nesse momento está no campo da necropolítica<sup>3</sup>.

Nesse sentido, é importante problematizar que a pandemia acaba por evidenciar ainda mais as desigualdades que marcam a nossa sociedade e que não basta a construção de discursos positivos e de “autoajuda” para que enfrentemos esses desafios. Não se trata disso. Quando se fala em pensar nos modos de enfrentamento, principalmente no campo da saúde mental, nos parece que o caminho é a retomada dos afetos, na concepção spinoziana do termo. Afetos que não se resumem a bons sentimentos, mas a práticas que conduzam a construção de outras realidades. Nesse sentido, como coloca Sawaia (2020), não parece razoável pensar em afetos felizes em um contexto de uma atuação governamental tão fragmentada e desamparadora, como a atual. Discussões no âmbito da saúde e social que foram ideologizadas, perdendo seu senso de urgência e razoabilidade.

O que temos visto, por conseguinte, é que o enfrentamento da situação calamitosa que vivemos, principalmente para aqueles que vivem em condições de precariedade, tem surgido da mobilização das próprias comunidades ou por iniciativas que escapam da esfera institucional. Criação de gabinetes de crise, uso do funk para mobilização dos membros da comunidade, nomeação de responsáveis por cada rua/viela para controle da circulação, todas são expressões de uma coletividade que se sobressai a qualquer individualidade tão característica da sociedade em que vivemos. Nas palavras de Sawaia (2009b, p. 116, grifos nossos), “os homens se realizam **com os outros** e não sozinhos, portanto, os benefícios de uma coletividade organizada são relevantes a todos, e a vontade comum a todos é mais poderosa do que o *conatus* individual, e **o coletivo é produto do consentimento e não do pacto ou do contrato**”.

Nesse sentido, o que essas e outras tantas experiências reforçam é que a potência dos afetos se revela nessas estratégias de sobrevivência e de reinvenção coletivas. Como mecanismos de resistência frente às situações de desigualdade e opressão, novos caminhos são delineados e oportunizam

<sup>2</sup> Observatório Covid-19BR. Impacto da desigualdade na mortalidade por COVID-19. Disponível em: <https://covid19br.github.io/analises.html?aba=aba6>. Acessado em: 09/07/2020.

<sup>3</sup> MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

novos olhares. Essas válvulas de escape estão por todos os lados, inclusive em relação à morte e ao luto nesse contexto da COVID-19.

### 3. A “reinvenção dos rituais” por meio dos memoriais digitais

No universo mais amplo dos rituais fúnebres, a escrita de memoriais, epitáfios e obituários não é, definitivamente, algo novo. Já os memoriais virtuais, estes sim mais recentes, surgiram como uma variação dessas práticas mais antigas, enquanto um “novo” gênero discursivo fúnebre (SANTANA, 2011). Com o intuito primordial de expor publicamente sentimentos advindos da perda de um ente querido, vários são os formatos que podemos encontrar no espaço virtual. Sendo assim, o que chamamos aqui de “reinvenção” remete aos modos e significados envolvidos no surgimento desse mecanismo no momento específico da pandemia. Como comentou Coêlho (2020), em um artigo abordando justamente os memoriais digitais, se antes eles causavam certo estranhamento e eram julgados quanto a sua adequabilidade, a COVID-19 trouxe outras luzes e tons para a prática, uma ressignificação.

Um exemplo desse trabalho é o projeto *Inumeráveis*<sup>4</sup>. Trata-se de um memorial dedicado às vítimas da COVID-19, publicado na página do projeto na internet e também nas redes sociais, *Facebook* e *Instagram*. O objetivo dos idealizadores é oportunizar um espaço para que as histórias das pessoas sejam contadas por meio de textos-tributos, como uma forma de “ganharem identidade e alma para seguirem vivendo para sempre na nossa memória” (INUMERÁVEIS, 2020). O projeto se autodefine como uma rede de trabalho colaborativa, voluntária, em que os parentes das vítimas preenchem um questionário com informações sobre elas e estas são encaminhadas para um escritor (que pode ser um jornalista ou colaborador do projeto). O resultado são textos de homenagem como esse apresentado abaixo, dedicado à Abadia de Fátima Alves, extraído da página do projeto.

#### **Abadia de Fátima Alves\*** **1957 - 2020**

Era a doçura no olhar, no coração e na vida de todos.

A família era a sua maior paixão. Gerou duas pessoas incríveis: Hainalle e Marcos Henrique. O genro era como se fosse um terceiro filho.

Sempre dizia à filha: "Quando você nasceu, eu soube o que era a felicidade". É impossível dimensionar a alegria que isso proporcionava aos filhos

<sup>4</sup> *Inumeráveis* é uma obra do artista Edson Pavoni em colaboração com Rogério Oliveira, Rogério Zé, Alana Rizzo, Guilherme Bullejos, Gabriela Veiga, Giovana Madalosso, Rayane Urani, Jonathan Querubina e os jornalistas e voluntários que continuamente adicionam histórias ao memorial.



e, sobretudo, o quanto sentiam-se amados pela mãe. Eram todos muito unidos e, talvez por isso, nunca deixaram de dizer a ela o quanto era amada e o quanto era especial. Não tinha como não amar alguém como ela!

Ser avó foi, definitivamente, o seu grande papel na vida e o que a fez mais feliz. Quando sua Ísis nasceu, ficou maluca de felicidade. Dedicou-se muito à neta, sempre.

Ninguém imaginava que, de uma hora para a outra, seu esposo Abnelio perderia sua companheira de 33 anos, a companheira de uma vida inteira de amor. Agora, todos estão se sentindo órfãos.

Era a pessoa mais generosa e preocupada com o próximo de que se tem notícia. Era também uma incansável defensora dos animais. Amava todos os bichinhos e sempre ajudava aqueles estavam abandonados pelas ruas. Abadia tinha quatro cães.

Como serva de Deus que era, está com Jesus, no Paraíso, mas isso não diminui em nada o tamanho do buraco no peito de todos que com ela conviveram.

Como mãe e filha faziam tudo juntas, era como se fossem uma só pessoa e, agora, a filha terá que seguir sozinha, com as dificuldades de viver em um mundo sem ela. O que acalenta um pouco o coração é a gratidão em ter tido seu anjo, emprestado por Deus, por 31 anos.

Abadia era portadora de um linfoma de Burkitt, totalmente curável, e sua partida por outra doença, deixa a filha inconsolável.

Abadia era mãe era de alguém, era avó de alguém, era esposa de alguém. Abadia era o amor de alguém.

Ainda que sigam transformando pessoas em números, sua alegria, seu jeito carinhoso e sua energia positiva permanecerão vivos e latentes, eternamente.

Abadia nasceu em Itapirapuã (GO) e faleceu em Brasília (AC), aos 63 anos, vítima do novo coronavírus.

\*Testemunho enviado pela filha de Abadia, Hainalle Alves Nogueira de Almeida. Este tributo foi apurado por Cairo Martins, editado por Camila Ferreira Fernandes, revisado por Lígia Franzin e moderado por Rayane Urani em 20 de junho de 2020.

Não há como não se emocionar com a leitura desse tributo à Abadia. Acreditamos que ele tem a força de humanizar a pandemia e tocar as pessoas que, como dissemos ainda no início desse capítulo, parecem anestesiadas pelos números e estatísticas. E é exatamente essa a proposta desse projeto coletivo, afetivo e, porque não dizer, político. Político porque dá, mesmo àqueles de vida precária, como nomeia Butler (2015), o espaço para tornarem-se

vidas passíveis de luto. Especialmente em um contexto em que as próprias estatísticas são questionadas (se subestimadas ou não) e onde os efeitos da necropolítica se fazem perceber (como por exemplo, a criação de antagonismos entre saúde e economia), lembrar cada vida perdida parece mais que necessário.

Em entrevista concedida a um site sobre o projeto, o criador do Inumeráveis explicita o seu desejo: “o que espero que aconteça é uma onda de pessoas contando essas histórias e não deixando que virem apenas um número. Pode ser um processo de cura da sociedade. E um processo de conexão real do que está acontecendo”<sup>5</sup>. Não nos cabe aqui dimensionar os efeitos desta e de outras iniciativas similares, nem tampouco mesurar o quão eficazes elas são do ponto de vista do trabalho do luto. Nosso intuito é de trazê-las como iniciativas de afeto, práticas de reinvenção e resistência perante esse momento devastador que estamos vivendo. Quando no texto-tributo de Abadia se escreve “era mãe de alguém, era avó de alguém, era esposa de alguém. Abadia era o amor de alguém”, a vida particular, especial e significativa dela é trazida à tona. Ainda que breve, é um registro de memórias que pretendem, essas sim, superar a morte.

Retomamos, por fim, o entendimento de que muito do que é importante para cada um de nós tem sido perdido nessa pandemia. Todos nós perdemos ou perderemos algo. E recorrer aos afetos abrange também compreender que é por meio deles que se é capaz de constituir o sujeito político coletivo (ESPINOSA, 1977; SAWAIA, 1999b), um sujeito que pode emergir da nossa indignação direcionada, nesse momento, não apenas ao objeto vírus que nos destrói – física e subjetivamente, mas principalmente aos seus usos e abusos que, como dissemos, tem como efeito colateral perverso o agravamento das desigualdades sociais.

**Esse capítulo é uma homenagem a todas as vítimas da COVID-19 no Brasil e no mundo, especialmente àquelas consideradas inelutáveis.**

## Referências

BROMBERG; M. H. *A Psicoterapia em situações de perdas e luto*. Campinas: Livro Pleno, 2000.

BUTLER, J. *Quadros de guerra*. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2015.

<sup>5</sup> Entrevista concedida à Folha online e inserida no artigo “Projeto 'Inumeráveis' cria memorial de vítimas da Covid-19 no Brasil”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/projeto-inumeraveis-cria-memorial-de-vitimas-da-covid-19-no-brasil.shtml>. Acessado em: 09/07/2020.



CLEYTON, P. J. *Bereavement and depression*. J Clin Psychiatry, 1990.

COÊLHO, T. *O luto na pandemia e a possibilidade de ressignificar a morte em memoriais digitais*. Disponível em: <http://grislab.com.br/o-luto-na-pandemia-e-a-possibilidade-de-ressignificar-a-morte-em-memoriais-digitais/>. Acessado em: 25/06/2020.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FREUD, S. *Luto e Melancolia*. Edição Standard Brasileiras das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1917 [1915]/1974.

HAN, B. C. *Sociedade do cansaço*. Tradução: Giachini, Enio Paulo. Petrópolis: Editora Vozes, 2017. 128p.

INUMERÁVEIS. Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/>. Acessado em: 01/07/2020.

LASCH, C. *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

MANNONI, M. *O nomeável e o inominável: A última palavra da vida*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.

MINISTERIO DA SAÚDE. *Manejo de corpos no contexto do novo coronavírus COVID-19*. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/25/manejo-corpos-coronavirus-versao1-25mar20-rev5.pdf>. Acessado em: 07/07/2020.

AMORIM, D. Sem velório e com caixões lacrados: coronavírus impõe isolamento até no luto e muda rotina em cemitérios. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/sem-velorio-com-caixoes-lacrados-coronavirus-impoe-isolamento-ate-no-luto-muda-rotina-em-cemiterios-1-24350944>. Acessado em: 01/07/2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OM. S). *Policy Brief: COVID-19 and the Need for Action on Mental Health*. Disponível em: [https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un\\_policy\\_brief-covid\\_and\\_mental\\_health\\_final.pdf](https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un_policy_brief-covid_and_mental_health_final.pdf). Acessado em: 07/07/2020.

SANTANA, F. de J. S. *A retórica fúnebre: uma abordagem histórico-discursiva de epítáfios, obituários e memoriais virtuais*. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SANTOS, B. S. *A cruel pedagogia do vírus*. Portugal: Edições Almedina, S.A. 2020.

SAWAIA, B. B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009a.

SAWAIA, B. B. *Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e*

transformação social. *Psicologia & Sociedade*. 21 (3), p. 364-372, 2009b.

SAWAIA, B. B. *Apresentação*. In: SAWAIA, B. B.; BUSARELLO, F.; BEREZOSCHI, J.; ALBUQUERQUE, R. Expressões da pandemia. Fase 1. Alexa Cultural: Embu das Artes/SP.

SOUZA, C. P. de; SOUZA, A. M. de. Rituais Fúnebres no Processo do Luto: Significados e Funções. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 35, 2019.

ZISOOK, S. *Death, dying and bereavement*. In: KAPLAN, H. I. Comprehensive textbook of psychiatry. Baltimore: Willians and Wilkings, 1995.





# FILIAÇÕES, DESFILIAÇÕES SOCIOPSÍQUICAS E DESAMPAROS NA PANDEMIA: ENCONTRO COM REDES DE APOIO

TERESA CRISTINA CARRETEIRO

## Realidade sociopolítica pandêmica

A pandemia faz aparecer de modo muito forte, dores e sofrimentos para a maioria da população, mesmo sendo as condições sociais de vida bastante diferenciadas. Algumas situações psíquicas, anteriormente existentes, são exacerbadas, outras passam a ocorrer. Pode-se dizer que muitas se vinculam às condições concretas da existência, visto que o novo e abrupto cotidiano lança muitas pessoas a ficarem em casa, confinadas, enquanto outras são obrigadas a sair devido ao trabalho que desempenham, como todas as profissões de saúde e os serviços ditos essenciais. Há também as que não têm nenhuma condição de subsistência e saem para vender sua mão de obra todos os dias; aqui encontram-se aquelas que não têm vínculo empregatício<sup>1</sup>, as autônomas (explodem os trabalhos uberizados) e as que vivem na miséria.

Todas as pessoas, tanto as que podem se proteger, se mantendo em casa e as que são obrigadas a trabalhar, se sentem afetadas pela pandemia. A prevenção implica cumprir grandes rituais de limpeza, como lavar as mãos, as roupas, as compras, limpar sapatos, usar máscaras, álcool em gel, etc. O cotidiano passa a ser povoado por atos que, em outros tempos, consideraríamos obsessivos e, na era pandêmica, tornam-se protocolos de prevenção. As que fogem a tais rituais são criticadas por não saberem se prevenir. As novas regras sanitárias recomendadas são interiorizadas pelas pessoas e tornam-se normas. Cria-se forte vigilância em relação a si próprio e aos outros na observância dos atos de prevenção. Luta-se contra um inimigo assustador e invisível, a COVID-19, e cada ato vigilante é considerado uma ação de combate.

As preocupações, ansiedades e medos atravessam os sujeitos de modo consciente ou inconsciente. Por outro lado, a obrigação do confinamento em

---

<sup>1</sup> A este respeito vide o livro de Ricardo Antunes (2020) Coronavírus: O trabalho sobre Fogo Cruzado.



família pode criar conflitos. Para muitas famílias, os espaços institucionais que se exerciam no espaço público foram rapidamente convertidos para o ambiente privado (trabalho dos pais, estudo dos filhos, etc.). A casa tornou-se, durante este período de confinamento, um “espaço total”, visto concentrar a totalidade da vida das pessoas e dos membros da família (trabalho, lazer, educação, vida familiar).

Na sombra de cada ação de combate ao vírus paira o desamparo humano, a doença, enfim, a sombra da morte. As notícias sanitárias brasileiras amplificam o desalento: o enorme número de mortos, a ausência de leitos de UTI para os casos graves, as precárias condições de atendimentos em hospitais públicos superlotados, a solidão dos doentes e a ausência de rituais de despedidas nos sepultamentos. Neste contexto, o espectro da morte paira sobre pessoas, famílias, grupos, enfim, sobre toda a nação brasileira e o mundo.

Muitas pessoas espreitam e pressentem a impossibilidade de dar um destino à dor pela morte dos que perderam ou podem perder. Não há rituais de despedida e possibilidades de partilhar vivências e memórias referente aos que foram usurpados da vida de modo brutal pela COVID-19. O adentrar no luto remete a uma dimensão coletiva, de compartilhamento de vivências, de sofrimentos sobre aquele que morreu, de narrativas de fatos e vivências. Implica viver sentimentos tristes e também poder rememorar alegrias sobre aquele que se torna ausência. Requer receber o carinho físico do outro, poder se tocar, abraçar, atos de afeto importantes na cultura brasileira.

No momento atual, as dificuldades dos lutos são também atravessadas por posições políticas baseadas na ideologia negacionista, que menospreza e minimiza a realidade do vírus, negam os sentimentos tristes, banalizam a morte. Tal ideologia lança no horizonte uma só ideia, a Economia. Aqui a vida é reduzida a um único parâmetro, o dinheiro. A vida deixa de ter espessura e complexidade. Se pensarmos na influência da política na produção subjetiva, pode-se hipotetizar que o modo de gestão, de consideração, de acolhimento dos cidadãos, refletido nas políticas públicas e nas narrativas de parte dos políticos, tem uma íntima relação com a forma como os sujeitos-cidadãos vivem as dimensões do desamparo. As políticas do governo brasileiro são diferentes em estados e municípios, daí não podermos generalizar. Sabemos que as dores e sofrimentos quando podem encontrar acolhimento em políticas e ações institucionais e governamentais, elas não são minimizadas, mas as pessoas se sentem respaldadas no lugar de cidadãos. No imaginário social haveria a mensagem de que cada vida humana importa, seja ela, branca, negra, indígena, amarela. Do contrário, o que surge como mensagem é a não importância da vida humana, da vida de cada sujeito. Os sujeitos não são incólumes a essas mensagens. Elas são golpes no narcisismo de vida. As



repercussões psíquicas se vinculam também ao sentimento de desamparo. Muitos sentem que têm de redobrar os cuidados sobre si próprios e exacerbam as atitudes de proteção contra o inimigo viral.

### **Construção de redes de apoio**

Desde o início da pandemia, os profissionais que exercem atividades de psicoterapia, das mais variadas orientações e os psicanalistas, tiveram de reestruturar suas clínicas. Todos começaram a trabalhar de modo virtual. Muito tem sido discutido em textos e em *lives* sobre essa questão. Estes profissionais continuaram a atender suas clientelas particulares.

A realidade pandêmica, como dissemos, produz sofrimento; os relatos de ansiedade, exaustão, desespero, depressão e mesmo tentativas de suicídio são constantes. Neste cenário, vemos surgir de forma espontânea uma série de grupos que se organizaram rapidamente para propor atendimentos *on-line* gratuitos à população. Há também a continuidade de alguns serviços institucionais já existentes, mas que passam a funcionar de forma emergencial. Os atendimentos propostos se estruturam de modos bem diferentes. Há os que só atendem na modalidade de plantão, ou seja, em uma única sessão. Outros, em psicoterapia focal, outros delimitam uma data para finalizar e, por fim, os que não estabelecem término. Existem também serviços que só atendem profissionais de saúde e enlutados por terem perdidos familiares. Outros recebem todas as demandas, mas priorizam as que vêm da saúde e os enlutados. Os atendimentos são feitos via internet, por WhatsApp ou Skype (com ou sem imagem), por telefone, alguns por e-mail. As modalidades são muito variadas e dependem da proposta do serviço, da singularidade do atendimento, das condições de telefone e de internet de quem demanda.

Nossa proposta visa refletir, de um lado, sobre o que pode levar esses profissionais a formarem redes e a proporem tais atendimentos e, de outro, pensar na clientela que vive grande vulnerabilidade social.

O imaginário do cuidado (Carreteiro, 2020) tem se mostrado muito forte durante o período pandêmico. O cuidar de si e ter atenção ao outro, tem sido muito presente.

Tem-se pensado muito no cuidado como orientação sanitária. No rastro deste imaginário se intensificam muitas redes de solidariedade. É neste contexto que os profissionais psi se voltaram rapidamente para os efeitos psíquicos da pandemia. Atentos e solidários ao sofrimento psíquico causado pela crise propuseram atendimentos gratuitos<sup>2</sup>. A maior parte dos

<sup>2</sup> Agradeço as informações de Fabiana Nascimento e de Marcia Tassinari por me propiciarem adentrar mais nas redes de serviços Psi. Entre elas podemos citar o [mapadasaudemental.com.br](http://mapadasaudemental.com.br), [observatorio3setor.org.br](http://observatorio3setor.org.br) e [conexaoafetiva.com.br](http://conexaoafetiva.com.br)



atendimentos propostos acolhe uma clientela que, em sua maioria, não teria condições financeiras para arcar, em tempos não pandêmicos, com auxílio psicológico. Considerava-se importante criar campos de escuta no momento em que as pessoas sofrem <sup>3</sup>. Sabemos como os sofrimentos, quando não podem ser elaborados, se repetem (Freud, 1914/1973). Há também os quadros traumáticos que ocorrem nesses momentos (Birman, 2014).

Cuidar significa voltar a atenção para si e para o outro e poder pensar que o outro pode estar vivendo situações de grande complexidade e, às vezes, não tem possibilidades de contê-las psíquica e coletivamente, podendo surgir sintomas. Propor tais atendimentos significa também pensar que a pandemia pode ter jogado algumas pessoas em condições extremas psíquicas e materiais. As situações psíquicas e de vida são muito variadas, mas uma questão é inegável: trata-se de um momento impactante, talvez traumático e que pode ser desestruturante. Podemos hipotetizar que esses profissionais da sociedade civil, criaram serviços movidos pelo imaginário do cuidado que encontra a solidariedade, a posição cidadã e democrática. Todos sabem da desigualdade social que divide os cidadãos. Uma postura comprometida com a ética permite ir ao encontro de outras categorias sociais, através dos serviços ofertados.

Freud em 1918, ao propor a psicanálise para as classe populares, argumenta que deve-se atender “os homens abandonados a si mesmos... as mulheres ...e as crianças” (Freud, 1918/1973). O sociólogo Robert Castel (1995) nos ajuda a pensar no abandono, a partir de sua concepção de suportes sociais. Ele divide esquematicamente a posição social dos indivíduos em duas grandes categorias: os “por excesso” e os “por falta”. As instituições sociais das quais os “indivíduos por excesso” participam, são aquelas que lhes conferem um pertencimento positivo, o que lhes possibilita terem suficientes suportes sociais (de educação, saúde, família, cultura, trabalho, entre outros). Tais suportes permitem construir posições sociais mais autônomas. Os “indivíduos por falta” seriam aqueles que se aproximariam do que Freud denomina “abandonados a si mesmo”. Eles têm uma ausência de suportes sociais positivos, o que gera dependência. Eles estão nas margens das instituições sociais, o que os faz terem uma ausência de pertencimento positivo, mas, ao contrário, negativo. Em muitas ocasiões os pertencimentos sociais negativos são realçados para alcançar direitos ou favores, se pensarmos no caso brasileiro.

Estes pertencimentos podem adquirir valor de capital (Carreteiro, 1993) e serem transformados em políticas públicas, fazendo valer direitos constitucionais. De modo distinto, em outras circunstâncias, os

<sup>3</sup> Neste sentido vale notar os trabalhos de Dunker, C. I. L., & Fragelli, I. K. Z. (2018) sobre a população ribeirinha do Xingu. e de Rosa, M. D. (2012) que denomina psicanálise implicada junto a migrantes e a categorias sociais desfiliaadas.



pertencimentos sociais negativos se inscrevem na dimensão do favor. Assim pessoas e grupos são ajudados por pessoas físicas e organizações por serem pobres, miseráveis, etc. Há a prevalência de uma posição de assimetria social, deixando em seu rastro a ideia de dívida. Diferente da posição de direito que se constrói sobre a concepção de igualdade entre as pessoas.

No Direito é a posição econômica das famílias que lhes permite beneficiar dos auxílios sociais. A inscrição social oriunda de uma posição “por falta”, se não se constrói como direito, pode deixar marcas psíquicas dos que dela participam. Na questão pandêmica vemos que existe uma fragilidade de suportes sociais de Estado para estas categorias, o que torna este momento ainda mais difícil. Temos visto a grande dificuldade para parte da população que tem direito ao auxílio emergencial, de poder recebê-lo. Muitos têm tido seus cadastros recusados, outros enfrentam filas enormes, o que os coloca em posição de exposição ao vírus.

Constatamos atualmente como os cidadãos estão podendo usufruir das instituições de saúde, trabalho, habitação de modo muito diferentes. Se a morte é uma sombra para todos, as condições sociais concretas para enfrentá-la são bastante diversas. Há os que têm planos de saúde, grande parte dessas pessoas pode trabalhar remotamente e ficar em casa. Contrariamente, os indivíduos por falta, não podem se beneficiar destes suportes e sentem o peso da desfiliação social. Tem sido flagrante, neste momento pandêmico, as impossibilidades de estudantes que vivem situações de vulnerabilidade de estudar, por falta de recursos (telefone, computador e internet) como inúmeras famílias não têm condições de subsistência e não dispõem de um mínimo de conforto em suas casas, o que se traduz como falta de espaço, saneamento, bens de primeira necessidade.

Todas estas questões têm mobilizado uma parte da sociedade civil consciente da desigualdade social. Muitas pessoas têm atuado em posições não assistencialistas, junto aos “indivíduos por falta”, pois o assistencialismo sustentaria a ordem do favor e atitudes de superioridade. A solidariedade aqui forjada, remete a uma posição cidadã. Todo cidadão é um sujeito de direito. A solidariedade definida a partir do princípio do direito sustenta uma posição política.

Existem suportes da sociedade civil que tentam mitigar as condições de desamparo, sofrimento e dor que pessoas e famílias estão vivenciando. É aqui que se inscrevem as redes de suporte psi.

A solidariedade que tem se descortinado com tanta força no horizonte social brasileiro comporta a ideia de alteridade, do reconhecimento do outro como completamente diferente em sua singularidade, mas potencialmente igual em sua humanidade. Há a constatação de forte vulnerabilidade de grande parte da população. Ela está muito exposta às contingências oriundas da fragilidade social e ao sofrimento sociopsíquico gerado por esta condição.



## **Sofrimento sociopsíquico e filiações**

Pensamos o sofrimento sociopsíquico a partir da dimensão das filiações: a parental e familiar e a social. Ambas são indissociáveis.

A subjetividade se faz em uma dupla filiação, a parental e familiar e a social e cultural. Elas funcionam, como veremos, de modo articulado.

### **Filiação parental e familiar**

Permite ao sujeito se inscrever como herdeiro de seus pais e da genealogia familiar (Gaulejac, 1999). O sujeito será depositário tanto de aspectos conscientes quanto de inconscientes. A ele são transmitidos desejos, projetos, ideais, segredos familiares, entre outras heranças. Herdam também contradições e conflitos. As dimensões inconscientes do casal parental e familiar, se constituem igualmente como heranças. Toda transmissão irá mobilizar projetos conscientes e mecanismos inconscientes. Encontramos aí, lealdades, conflitos parentais, paradoxos familiares. O conjunto das heranças que o filho recebe lhe permite se sentir pertencendo a uma família nuclear e extensa. Os significados do pertencimento são bastante singulares. Toda herança inclui também, como pano de fundo, aspectos sociais, culturais, históricos e econômicos.

### **Filiação social e cultural**

Aqui se insere o conjunto de posições sociais, culturais. O pertencimento dos sujeitos é resultante das relações que são estabelecidas no seio institucional e social, dos valores e dos lugares que lhe são atribuídos em uma sociedade e na cultura. Os lugares ocupados pelos sujeitos nas instituições vão do centro às margens. Cada instituição tem sua cultura (Enriquez, 1997), constrói projetos e ideais para todos que a integram. O que significa que elas reconhecem de modos distintos os que dela participam. Há os que são investidos em projetos de desenvolvimento, outros de manutenção e outros em projetos que lhes mantém nas margens. Esses terão poucas possibilidades de terem reconhecimento positivo. Neste ponto, reencontramos novamente a denominação de Castel de "indivíduos por falta".

Retomando a questão institucional, vale lembrar que nenhuma instituição funciona de modo uniforme, sem rachas e sem questionamentos, críticas e resistências. Elas não secretam uma única imagem.

Quase todas as instituições públicas, privadas ou multinacionais, no momento contemporâneo, estão sob a égide da gestão por resultados, reforçando a produtividade e o desempenho por números. Este tipo de gestão



ignora em grande parte do tempo a humanidade, as condições de vida e os sofrimentos de seus colaboradores. No entanto, grande parte de seus trabalhadores encontram modos de resistência a essas modalidades de gestão. Pode-se mudar os princípios gestionários, no entanto não se decide transformar rapidamente a cultura institucional.

No caso das instituições estatais brasileiras, as ideias relativas ao bem público, aos direitos dos cidadãos, não são apagados quando se modificam as orientações gestionárias. Em toda instituição, sempre existem *locus* instituídos e instituintes (Lourau, 1969). São os trabalhadores que, imbuídos do bem comum, da missão das instituições, que atualmente têm conseguido atender (com os meios que dispõe) a proteção da vida de seus usuários. São também os trabalhadores, nos seus cotidianos, que coletivamente lutam para oferecer a assistência necessária aos usuários. Encontramos aqui inúmeras instituições, entre tantas outras, as da saúde, educação e meio ambiente. Elas tiveram que transformar rapidamente suas práticas para lutar contra o coronavírus. À guisa de exemplo, temos visto o árduo trabalho dos profissionais da saúde. Eles têm arriscado suas vidas em condições árdias para ajudar e salvar vidas doentes. Reconhecer a humanidade das pessoas significa também reconhecê-las no lugar de sujeito de direito, tendo direito a vida digna. Os exemplos institucionais são inúmeros na crise atual. Mas eles não se restringem a este período. As resistências institucionais sempre estão presentes, elas favorecem a criação de formas instituintes e permitem a muitos indivíduos não integrarem as zonas marginais das instituições.

Ao se pensar no conjunto das filiações (parental-familiar e social-cultural) fica evidente a intrínseca relação que mantêm entre si, sendo impossível separá-las quando se pensa na produção subjetiva. Nenhum sujeito é independente das condições sociais. Freud no Livro "Psicologia das massas e análise do eu" (Freud, 1981) afirma que desde o início da vida se estabelece a nítida relação entre a psicologia social e individual. Ele afirma

Na vida psíquica do indivíduo considerado individualmente o OUTRO intervém geralmente como modelo, objeto, suporte e adversário; deste modo a psicologia individual é também desde o início, uma psicologia social, no sentido amplo e perfeitamente justificado<sup>4</sup> (Freud, 1981, p.123).

Observa-se um estreito vínculo entre as duas filiações que discutimos acima. Elas funcionam de modo intrinsecamente articulado. Quando pensa-

<sup>4</sup> Tradução livre da autora do texto em francês: "dans la vie psychique de l'individu pris isolément, l'Autre intervient très régulièrement en tant que modèle, objet, soutien et adversaire et de ce fait la psychologie individuelle est aussi d'emblée et simultanément une psychologie sociale, en ce sens élargie, mais parfaitement justifié".



mos na transmissão familiar não podemos ignorar que toda transmissão se faz envolta por um tecido social e cultural.

Ao apresentarmos as duas filiações, tivemos por propósito desenvolver a ideia de que qualquer que seja a construção subjetiva ela não se faz independente das condições sociais e reforçar, principalmente, como a grande desigualdade social brasileira tem fortes repercussões na esfera da subjetividade, o que Sawaia (2004) denomina sofrimento ético-político.

### **Para finalizar**

Entendemos que os profissionais, grupos e algumas instituições que desenvolveram serviços psi durante a pandemia estão conscientes das questões abordadas neste texto, apesar de terem modos diferentes de teorizá-las e entendê-las. Pensamos que todos têm o propósito de oferecer um contexto de acolhimento aos sofrimentos que, para muitas categorias sociais, encontra pequeno lugar nas instituições do Estado, sendo então relegados a invisibilidade.

Não é nosso propósito pensar nos próximos cenários que serão forjados no futuro, na pós crise pandêmica. Mas nos parece que esta crise está propiciando a construção de outras atividades que já existiam anteriormente, mas que passam a mobilizar um grande número de profissionais. Há muitas ações da sociedade civil e instituições não estatais. Talvez se tenha constatado a fragilidade do Estado ou ainda a grande violência do mesmo, e tenha se querido ter uma participação ativa, que traz em seu bojo um caráter político. Esses novos atores sociais têm sabido aliar uma enormidade de recursos específicos com criatividade e tem possibilitado uma parte da população ultrapassar este período de modo um pouco menos mortífero.

### **REFERÊNCIAS**

Antunes, R. (2020). *Coronavírus: O trabalho sob fogo cruzado*. E-Book. São Paulo: Boitempo.

Birman, J. (2014, 13 Agosto). Caos e trauma no mundo contemporâneo. *Instituto CPFL*. Recuperado em <http://www.youtube.com/watch?v=52Kcf0EjYdE>

Carreteiro, T. C. (2020). Pandemia: luta entre dois imaginários. *Caderno De Administração*, 28, 17-20. <https://doi.org/10.4025/cadadm.v28i0.53952>

Carreteiro, T. C. (1993). *L'exclusion sociale et construction de l'identité*. Paris: L'Harmattan.

Castel, R. (1995). *Les metamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard.



Dunker, C. I. L., & Fragelli, I. K. Z. (2018). *A clínica do cuidado: intervenção com a população ribeirinha do Xingu atingida por Belo Monte*. São Paulo: Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo.

Enriquez, E. (1997). *A Organização em Análise*. Petrópolis: Vozes.

Freud, S. (1973). Los caminos de la terapia Psicoanalítica. *Tome III*. Obras Completas. pp. 2457 -2462. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva. (Ed. originale: 1918).

Freud S. (1973). Recuerdos, Repetición y elaboración *Tome II*. Obras Completas. pp.1685-1688. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva. (Ed. originale: 1914).

Freud. S. (1981). *Psychanalyse des foules et analyse du moi*. Essais de Psychanalyse. Collection Petite Bibliothèque Payot. Paris: Payot.

Gaulejac, V. (1999). *L'Histoire en héritage*. Paris: Desclée de Brouwer.

Lourau, R. (1969). *L'Analyse Institutionnelle*. Paris: Ed. Minuit.

Rosa, M. D. (2012). Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clínicopolíticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 41, 29-40, jul. 2011/jun 2012. Recuperado de <http://www.apboa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista41.pdf>

Sawaia, B. (2004). *Artimanhas da Exclusão*. Rio de Janeiro: Ed Vozes.





AUTORES/AS



**Abrahão de Oliveira Santos**

Psicólogo, professor do Instituto de Psicologia da UFF; coordenador do Kitembo - Laboratório de Estudos da Subjetividade e Cultura Afro-brasileira; coordenador do GT - Psicologia e relações raciais da ANPEPP, 2020; publicou O Enegrecimento da Psicologia: Indicações para a Formação Profissional, Rev. Psic. Ciência e Profissão, 2019; e Saúde mental da população negra: Uma perspectiva não institucional, Rev. da ABPN, 2018.

**Ana María Correa**

Profesora Consulta de la Universidad Nacional de Córdoba en 2018. Licenciada en Psicología. Master en Psychologie Social, Francia. Directora de la Maestría de Intervención e Investigación Psicosocial (MIIPs) Universidad Nacional de Córdoba y miembro de la Red Internacional de Sociologie Clinique (RISC). Docente de Maestrías de Psicología Social, Institucional y Comunitaria en, Universidad Nacional de Tucumán y en UBA. Investigadora del Centro de Investigaciones de la Facultad de Filosofía y Humanidades de la UNC en la problemática de Cárcel. En su trayectoria fue desde 1988 Profesora titular por Concurso en la Cátedra de Psicología Social en Facultad de Psicología. Profesora Invitada en durante varios años al Institute Internationale de Sociologie Clinique Paris Francia. Fue eje en su desempeño académico y profesional la promoción en el acceso a derechos en la cuestión carcelar, habiendo sido Coordinadora y miembro del Programa Universidad y Cárcel (PUC) desde su fundación en la Facultad de Filosofía y Humanidades (UNC). Coordinadora del Programa Universidad, Sociedad y Cárcel (PUSyC) y del Observatorio de Prácticas en Derechos Humanos, ambos de la Secretaria de Extensión Universitaria de la UNC. Publicó como Co-autora de "Significaciones de la educación en la prisión. Atribuciones desde la perspectiva de los participantes del Programa Universitario en la Cárcel" (2012). Compiladora, con autorías de capítulos "La fase borrosa de las representaciones sociales" (2009) y de "Actualización en Derechos Humanos" (2009). Fue co-coordinadora con Jorge Perano de la Revista "Interferencia, Derechos y Seguridad humana" de la Secretaria de Extensión Universitaria de la UNC (2010-2012). Autora de numerosos artículos acerca del campo de Intervención en problemas institucionales y subjetividad, a nivel local, nacional e internacional.

**Ana Maria Valle Rabello**

Psicóloga com formação em psicanálise, especialista em Gestão Estratégica de Recursos Humanos, mestre em Psicologia pela PUC-Minas, doutora em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, servidora aposentada da Fundação Hemominas, professora da Fundação Dom Cabral, do Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio Libanês e do Centro Universitário UNI-BH. Pesquisadora do NUPESV- Núcleo de Pesquisa e Intervenção: Exclusão Social, Violência Urbana e Subjetividade.

**Brígida de Freitas Ferreira**

Brígida de Freitas Ferreira é Assistente Social pela Universidade de Ribeirão Preto- SP, especialista em Atendimento Integral às Famílias pela Universidade Veiga de Almeida- RJ, atualmente Gerente do Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes do Distrito Federal.



### **Bruna de Oliveira Santos Pinto**

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense , Especialização em Saúde Pública pela FIOCRUZ - RJ , Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (2010) e Doutorado em Psicologia pela UFF/ Université Paris Diderot (doutorado sanduíche com financiamento da capes) . Tem experiência na área de Psicologia, atuando principalmente nos temas: subjetividade, trabalho e juventude. É pesquisadora do grupo NUPEVS, professora na Seeduc - RJ e na Faculdade Unilagos - RJ.

### **Carlos Alberto Marinho Cirino**

Doutor em Antropologia (PUC/SP). Professor titular da Universidade Federal de Roraima, lotado no Instituto de Antropologia/INAN. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRR/PPGANTS. Atua nas seguintes áreas: Etnologia Indígena, Antropologia Jurídica, Antropologia da Sexualidade e Antropologia da Complexidade.

### **Carolina Rodrigues Alves de Souza**

Carolina Rodrigues Alves de Souza é psicóloga, especialista em direitos infanto-juvenis e mestre em psicologia social pela Universidade Federal de Sergipe. É também doutora em psicologia pela Universidade Federal Fluminense e pesquisadora do NUPESV-UFF. Trabalha desde 2010 no Sistema Único da Assistência Social, tendo atuado com medidas socioeducativas em meio aberto e com acolhimento institucional nas modalidades abrigo e casa lar. É psicóloga clínica, psicanalista e é ainda docente em instituição de ensino superior.

### **Carolyne Reis Barros**

Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos (LABTRAB/UFMG), atuando nos seguintes temas: sistema penal, trabalho e direitos humanos, e mobilidade humana.

### **Catia Eli Gemelli**

Professora de Administração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul/Campus Osório. Doutoranda em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, com período de Doutorado Intercalar no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

### **Célia Xakriabá**

Possui graduação em Formação Intercultural para Educadores Indígenas pela Universidade Federal de Minas Gerais (2013). Foi coordenadora na educação escolar indígena - Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Tem experiência na área de Educação Indígena, com ênfase em Educação nas políticas públicas que versam a educação diferenciada. Mestre do curso Profissional do Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável, Área de Concentração em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais /MESPT na Universidade Federal



de Brasília/UNB. Secretária Parlamentar da Deputada Federal Áurea Carolina. Doutoranda no Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social- PPGAn/UFMG.

### **Denise Pereira Alves de Sena**

Psicóloga clínica com experiência em atendimentos individuais e casais, psicanalista, especialista em psicologia da saúde, mestre e doutoranda pela Universidade Católica de Brasília.

### **Elaine Pimentel**

Professora Adjunta na Universidade Federal de Alagoas. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência em atividades de pesquisa e extensão nas áreas Direito e Sociologia, com ênfase em Criminologia, atuando principalmente nos seguintes temas: feminismo, gênero, segurança pública, sistema punitivo, violência, criminalidade. É líder dos grupos de pesquisa Núcleo de Estudos e Políticas Penitenciárias (NEPP) e CARMIM Feminismo Jurídico

### **Fábio Torres de Bastos**

Fábio Torres de Bastos, conhecido como Fabato, é jornalista formado pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador e autor de cinco livros sobre a folia carioca, é curador da série “Família do carnaval”, biografias em crônicas das principais escolas de samba do Rio. Já comentou o carnaval em televisão e rádio.

### **Fernanda Tarabal Lopes**

Professora na Escola de Administração da UFRGS e no PPGA do CEFET-MG. Pós-doutorado PUC-Rio e CNAM-Paris (França). Doutora e Mestre em Administração pela UFMG, com período de doutorado-sanduiche na Université Paris 13 (França) e de mestrado-sanduiche na Universidade Técnica de Lisboa (Portugal). Graduada em Psicologia pela UFMG.

### **Ghislain Deslandes**

Ghislain Deslandes é professor da ESCP Europe (campus de Paris) e diretor acadêmico do Advanced Master in Media Management. Suas atividades de ensino e pesquisa se concentram em comunicação, filosofia e gestão. Sua pesquisa mais recente foi publicada em Business Ethics: A European Review, Journal of Business Ethics, Leadership and Organization. Seus livros incluem Le management éthique (Dunod, 2012) e Essai sur les données philosophiques du management (Presses Universitaires de France, 2013).

### **Hellen Cordeiro Alves Marquezini**

Mestranda em Administração pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisa sobre raça, psicossociologia, subjetividades e identidades.

### **Isabel Cristina Gomes**

Psicanalista, Livre-docente e Professora Titular no Departamento de Psicologia Clínica do IPUSP; Coordenadora do Laboratório de Casal e Família: clínica e estudos psicossociais, também do IPUSP. Membro da Associação Internacional de Psicaná-



lise de Casal e Família (AIPCF) e Membro fundador e da Diretoria da Associação Brasileira de Psicanálise de Casal e Família (ABPCF). Com várias publicações na área de família e casal.

### **Jacques Rhéaume**

Professor emérito da Université du Québec à Montreal (UQUAM) – Montreal/Canadá. É Ph.D. em sociologia. Pesquisador do Centre de Recherche et de Formation (CRF) e do Centre de Services Sociaux et de Santé.

### **Jacyara Rochoael Nasciutti**

Psicóloga Social Clínica – Dra. pela Université Paris VII, professora (aposentada) do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

### **Jean-Philippe Bouilloud**

Jean-Philippe Bouilloud é professor de Organização e Filosofia das Ciências na ESCP Europe, Paris, França. Atuou como professor visitante em muitas universidades, incluindo a Université du Québec à Montreal, Canadá, a Universidade do México (UNAM) e a Universidade de San Andrés (Buenos Aires, Argentina). Sua pesquisa busca entender as formas de pensar em organizações e grupos científicos. Publicou em várias revistas, e. g. *Philosophy of social sciences*, *International Sociology*, *Organization studies*, *Journal of Business Ethics*, *Nouvelle revue de Psychosociologie*, ... Recebeu o Prix du Meilleur Ouvrage sur le Monde du Travail em Paris por seu último livro *Entre l'enclume et le marteau: les cadres pris au piège*.

### **Josette Halégoi**

Fundadora de Mimésis. Consultora, asesora en cultura organizacional e investigación cualitativa con enfoque socioclínico - París. Co-autora con Rachel Santerne de « une vie de zinc, le bar, ce lien social qui nous unit » - Editions du Cherche Midi – 2008. Co-autora con Mabel Meschiany de « mujeres de la buena leche, la solidaridad en red, historias de manzaneras y comadres » - Ediciones Indie Libros – 2019.

### **Júlia Silva Vidal**

Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. Orientadora da Clínica de Direitos Humanos da UFMG.

### **Juliana Cristina Teixeira**

Juliana Cristina Teixeira é doutora em Administração pela UFMG. Professora Adjunta da UFES. Pesquisadora Associada da ABPN – Assoc. Bras. de Pesquisadoras/es Negras/os. Membro-fundadora da Coletiva Compa.

### **Juliana de Arruda Castro**

Juliana de Arruda Castro é pós-doutoranda em Comunicação Social e Pública pela Université du Québec à Montréal, Canadá; mestre e doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília; atual gerente do Centro de Referência Especializada de Assistência Social, CREAS Brasília.



**Juliana Ferreira da Silva**

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). Especialista em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense (2005). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (2001). Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília. Pesquisadora da história da psicologia, segurança pública e criminologia no Brasil. Membro da ABRAPSO e da Sociedade da História da Psicologia da APA. Membro do GT História Social da Psicologia na ANPEPP.

**Juliana Schneider Mesquita**

Juliana Schneider Mesquita é mestranda em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo. Feminista negra interseccional e decolonial. Pesquisa sobre identidades, subjetividades, interseccionalidades e relações de poder.

**Lidia Levy**

Psicanalista, coordenadora e professora do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica da CCE-PUC-RIO; Membro da Associação Internacional de Psicanálise de Casal e Família (AIPCF); Coordenadora do Núcleo de Família e Casal da SPCRJ.

**Luciana da Silva Rodriguez**

Doutora e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense-RJ, na linha de pesquisa Clínica e Subjetividade, pós graduada em Clínica Psicanalítica pelo Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro, psicóloga clínica e pesquisadora NUPESV-UFF. E-mail: lu83rodriguez@gmail.com

**Luciana Rodrigues Martins**

Psicóloga, graduada pela Universidade FUMEC/1993, especialista em Sexualidade Humana (Universidade FUMEC/1995), mestre em Psicologia (UFMG/2006), doutoranda em Psicologia (UFF), membro do grupo de pesquisa NUPESV - Núcleo de Pesquisa e Intervenção: Exclusão Social, Violência Urbana e Subjetividade. Atuação em Psicologia Clínica, Psicologia do Trabalho (intervenção psicossocial), docência no ensino superior.

**Ludmila de Vasconcelos Guimarães**

Doutora em Administração. Professora no Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Coordenadora do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade e Subjetividade (NOSS)

**Luisa Cerdeira**

Professora Auxiliar do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Doutora em Ciências da Educação, Especialidade Políticas e Organização do Sistema Educativo, pela Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Membro do Grupo de Investigação “Políticas de Educação e Formação” da Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação da Universidade de Lisboa.



### **Luiz Alex Silva Saraiva**

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Subcoordenador do CE-PEAD/UFMG. Subcoordenador do NEOS/UFMG. Editor-Chefe da Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade. Bolsista Produtividade do CNPq.

### **Luiza Rodrigues de Oliveira**

Psicóloga. Doutora em Educação (USP). Professora do Departamento de Psicologia/UFF e dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Ensino de Ciências da Natureza - UFF. Coordenadora do LALIDH - Laboratório de Estudos Interseccionais da Linguagem e do Desenvolvimento Humano.

### **Lurdes Perez Oberg**

Dra. Psicologia Clínica. PUC Rio. Profa. Adjunta do Departamento de Psicologia da UFF de Campos dos Goytacazes. Pesquisadora da NEUPEVS (Intervenção Socio Clínica) e Pós Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFF.

### **Marcela De Grande**

Marcela De Grande es argentina, Lic. en Letras en la universidad de París III y traductora especializada en ciencias humanas y sociales. Ha traducido más de 10 libros publicados en el área de la psicología, la sociología clínica y la gobernanza mundial. Desde 2012, colabora con la consultora Mimèsis en análisis y coordinación de dinámicas socioclinicas. En el campo artístico, es actriz y dramaturga, co-fundadora del Centro Cultural El Colectivo (Buenos Aires).

### **Marcelo Wanderley Bouwman**

Psicanalista do Círculo Psicanalítico de Pernambuco, Médico e coordenador do Serviço de Psicossomática e Saúde Mental do Hospital Barão de Lucena (SUS-PE), Coordenador do Grupo Balint do HBL, Membro do Grupo Brasileiro de Pesquisa Sándor Ferenczi.

### **Marco Aurélio Máximo Prado**

Marco Aurélio Máximo Prado é doutor em Psicologia Social pela PUC/SP com estágio pós-doutoral na Universidade de Massachusetts/Amherst com apoio da Fundação Fulbright. Professor junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG. Bolsista CNPq.

### **Maria Aparecida Penso**

Professora titular do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica de Brasília. Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia pela UNB, Pós Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Psicodramatista e Terapeuta de Casais e Família. Pertence aos Grupos de Pesquisa: Socius; Saúde Mental, Terapêuticas e Cultura; Diálogos em Sociologia Clínica; Núcleo de Pesquisa e Intervenção: Exclusão social, violência urbana e subjetividade. E-mail: mariaaparecidapenso@gmail.com.



**Mariana de Lima Caeiro**

Mariana de Lima Caeiro é doutoranda, mestra em Administração pela PUC Minas, graduada em Administração pelo CEFET-MG, atua como professora na pós-graduação em Cidadania e Direitos Humanos da PUC Minas e analista administrativo no Instituto Severino Ballesteros - Programa Bom Aluno.

**Mário Theodoro**

Mário Theodoro, economista pela UnB, mestre pela UFPE e Doutor pela Université Paris I - Sorbonne. Consultor Legislativo aposentado do Senado Federal.

**Michele Castro Caldeira**

Psicóloga, doutoranda pela PUC Minas, bolsista CAPES, mestre em psicanálise pela FAFICH - UFMG. Especializou-se em Psicanálise nas Instituições de Saúde na PUC-MG, obtendo o título de Psicóloga Clínica pelo Conselho Federal de Psicologia.

**Phanel Georges**

Especialista em Cidadania e Direitos Humanos no contexto de políticas públicas da Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMINAS). Bacharel em Direito e Formação de Professores, respectivamente, na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas de Gonaives (EDSEG) da Universidade Estadual do Haiti (UEH) e na Universidade Pública de Artibonite em Gonaives.

**Rafaela Vasconcelos Freitas**

Mestre e Doutora em Psicologia Social pela UFMG. Pós-doutoranda e Professora Colaboradora no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Integra o Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero - NUPSEX/UFRGS. Pesquisa atualmente gênero e sexualidades; segurança pública e diversidade corporal.

**Raquel de Oliveira Barreto**

Pós-doutoranda em Administração pela UFMG. Doutora em Estudos Organizacionais e Sociedade pela UFMG. Docente efetiva do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas do CEFET-MG.

**Rhuan Cambuí Machado**

Rhuan Cambuí Machado, mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas pelo Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Tiradentes, bacharel em Direito, exerce docência no Curso de Direito em instituição de ensino superior e desenvolve pesquisa na área de direitos humanos com enfoque em identidade, gênero e sexualidade.

**Rogério Diniz Junqueira**

Rogério Diniz Junqueira é Doutor em Sociologia das instituições Jurídicas e Políticas pelas Universidades de Milão e Macerata com estágio pós-doutoral em Direitos Humanos e Cidadania no Ceam/Universidade de Brasília - UNB. Pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.



### **Sérgio Henrique Barroca Costa**

Sérgio Henrique Barroca Costa é doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, pela UnB, com estágio doutoral na Universidade Paris 7 - França e Université Catholique de Louvain La Neuve - Bélgica. Professor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (FACE/UFG), nas áreas de administração geral, métodos e técnicas de pesquisa e psicologia social e do trabalho, é pesquisador nas áreas de teorias críticas das organizações, modelos de gestão e saúde do trabalhador. Diretor da Diretoria de Acompanhamento e Desenvolvimento da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas/UFG

### **Silvana Melisa Herranz**

Licenciada y Profesora en Psicología por la Universidad Nacional de Córdoba. Doctoranda en Psicología de la Facultad de Psicología, Universidad Nacional de Córdoba, becaria CONICET, para el desarrollo de su tesis acerca de las producciones de subjetividad(es) en relación al trabajo en el proceso de salida de dispositivos de encierro, con atención en sujetos que salen de la cárcel y hospitales psiquiátricos. Profesora de Psicología Sanitaria de la Universidad Católica de Córdoba. Miembro del equipo docente del Seminario de la Facultad de Ciencias Sociales "Perspectivas y Estrategias de Intervención en el Campo de la Discapacidad". Participa desde 2012 en distintas investigaciones acerca del acceso a derechos y producción de subjetividad con el equipo autor de este libro. Actualmente –y desde 2016- forma parte del equipo de incubación de cooperativas en contextos de encierro, de la Facultad de Filosofía y Humanidades y el Programa Universitario en la Cárcel, Universidad Nacional de Córdoba, con funciones de coordinación del área Socio-Política.

### **Tânia Mara Campos de Almeida**

Graduada em Ciências Sociais/UFJF, mestra e doutora em Antropologia/UnB, com pós-doutorado em Representações Sociais pela Université de Provence e pela EHESS (França). É pesquisadora e professora do Departamento de Sociologia/UnB, bem como integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM) e editora-chefe da revista *sociedade e Estado* da mesma universidade. Tem experiência e publicações na área das Ciências Sociais e Humanas, com ênfase nos temas: gênero, violência, trabalho, saúde e religião. É bolsista produtividade PQ2 do CNPq.

### **Teresa Cristina Carreteiro**

Doutora em Psicologia Social Clínica - Université de Paris VII, Paris (1991), pós-doutorado em Sociologia Clínica, Université de Paris VII, Paris (1999). Professora titular do Programa de pós graduação de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, UFF.

### **Teresa Pinheiro**

Psicanalista, doutora em Psicanálise pela Université de Paris 7, Coordenadora do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da Contemporaneidade NEPECC/UFRJ, autora dos livros: *Ferenczi: do grito à palavra* (1995); *Ferenczi - Clínica Psicanalítica*(2016); *As bases do amor materno* (1991). Organizadora dos livros: *Sofrimentos narcísicos*(2012); *Psicanálise e formas de subjetivação contemporâneas* (2003)



**Thaís Augusta de Oliveira Máximo**

Doutora em Psicologia social. Professora do departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba. Professora colaboradora do Programa de pós graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba. Membro do Grupo de Pesquisa em Subjetividade e Trabalho (GPST).

**Thais Klein**

Psicanalista, doutora em teoria psicanalítica (PPGT-UFRJ) e doutora em saúde coletiva (IMS-UERJ), membro do Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da Contemporaneidade (NEPECC-UFRJ).

**Valéria Quiroga Vinha**

Valéria Quiroga Vinhas é doutora em Administração pelo Instituto COPPEAD de Administração/UFRJ com estágio doutoral na Universidade Paris 7 - França e mestre em Ciências Humanas e Sociais na especialidade Sociologia Clínica e Psicossociologia pela Universidade Paris 7 – França. Pesquisadora do NOSS - Núcleo de Estudos Organizacionais, Sociedade e Subjetividade - CEFET/MG. Tem como interesse de pesquisa e ensino os temas: Gestão de Pessoas, Estudos Organizacionais, Clínicas do Trabalho, Psicossociologia, Sociologia Clínica, Ética e Conformidade.

**Vanessa Andrade de Barros**

Professora visitante da Universidade Federal da Paraíba e professora associada aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais. Psicóloga, doutora em Sociologia pela Université Paris 7, com pós doutorado no Conservatoire National des Arts et Métiers, em Paris. É líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos. Desenvolve pesquisas no campo da Psicologia Social do Trabalho com ênfase em instituições coercitivas.

**Wladimir Porreca**

Padre (Diocese São João da Boa Vista-SP), Psicólogo; Doutor em Psicologia (USP) e em Serviço Social (UNESP); Pós-Doutor (UNB e Pontificia Università Lateranense – PITGPII/Roma); Pesquisador colaborador pleno (UNB); Membro do grupo de trabalho de Psicologia e Religião da ANPEPP; Psicoterapeuta de casais e família (Interspi); Analista bioenergético (Instituto Lumem).



# RESUMOS



## **Pandemia, Desigualdad y Vulneración de Derechos en el encierro.**

Ana María Correa  
Silvana Melisa Herranz

### **Resumen**

El artículo se propone presentar una apertura al análisis de la cuestión del encierro carcelario en las singulares condiciones que impone la Pandemia de COVID-19. Este objetivo es abordado a partir de tres vías: 1. Describir las continuidades en términos de producción de desigualdad y vulneración de derechos a partir de la instrumentación del encierro. 2. Remarcar algunos hitos del pasado recientes vinculantes a la emergencia carcelaria en Córdoba, Argentina, para situar los desafíos actuales en su contexto de producción. 3. Destacar las insistencias de lógicas que se recrudecen ante la situación de excepción que impone la Pandemia. Desde una perspectiva crítica del Enfoque de Derechos Humanos, se concluye que, si se considera al otro como sujeto de derechos, más acá o más allá de la pandemia, se buscarán nuevos caminos para su proceso de salida.

## **Educação remota em tempos de Covid-19**

Ana Maria Valle Rabello  
Carolina Rodrigues Alves de Souza  
Luciana Rodrigues Martins

### **Resumo**

Este artigo visa discutir o trabalho remoto no ensino superior privado face aos engendramentos neoliberais para responder à crise sanitária relativa à Covid19, em tempos de pandemia. À luz da Psicossociologia francesa e suas interlocuções com a Psicodinâmica do Trabalho e Clínica da Atividade, aborda os impactos psicossociais provocados por essa mudança de dispositivo de ensino, a partir da sobrecarga de trabalho, acúmulo de funções na atividade docente, exigência de novas competências e habilidades. No âmbito das tecnologias gestionárias, oportunas às organizações estratégicas, enfoca a gestão da subjetividade, enquanto ferramenta de produtividade, bem como as implicações da servidão voluntária. Sinaliza possíveis saídas a partir da possibilidade de subjetivação da experiência de modo mais ativo, passível de ascensão a alguma autonomia, com poder de agir, sobretudo através de mobilizações de ordem coletiva.

## **Maternidade e trabalho em tempos de pandemia: algumas considerações**

Bruna de Oliveira Santos Pinto

Luciana da Silva Rodriguez

### **Resumo**

Este capítulo objetiva discutir como na pandemia, acentuam-se as dificuldades vividas pelas mulheres em suas duplas e até triplas jornadas de trabalho, discutindo sobre desigualdade de gênero, os desafios de dar conta do home office, homeschooling, das tarefas domésticas e dos cuidados dos filhos e familiares. Para esse estudo, utilizou-se a Psicossociologia como aporte teórico, através de autores de diferentes campos teóricos, considerando a maternidade e o contexto da pandemia enquanto objetos complexos e multifacetados.

## **Educação a Distância e Pandemia: Momento Remoto de Ensino ou Educação Colonizada?**

Bruna de Oliveira Santos Pinto

Lurdes Perez Oberg

### **Resumo**

Observa-se desde o início da quarentena dessa pandemia a ampliação sobre o que conhecíamos sobre a educação a distância na rede pública de ensino. A partir das autoras desse artigo, ambas pesquisadoras de uma universidade pública, expõe-se nesse momento de crise sanitária mundial, suas trajetórias como professora de Ensino Médio, na SEEDUC-RJ e a outra, com sua prática de intervenção psicossocial, numa localidade rural, no noroeste fluminense. Nesse sentido, problematiza-se os riscos de uma educação remota que desconsidera a realidade de alunas e alunos das maiorias populares. Apresenta-se a Pedagogia das Alternâncias como um caminho potente para a proposição de saberes descolonizados no contexto escolar e distantes de uma política neoliberal. Conclui-se que é preciso buscar alternativas à uniformização do ensino, pois constata-se a pluralidade de alunos que compõem as redes, valorizando suas particularidades culturais.

## **Indígenas Encarcerados na Penitenciária Agrícola Monte Cristo/RR: o diálogo entre o direito e a antropologia**

Carlos Alberto Marinho Cirino

### **Resumo**

O artigo tem como escopo analisar a crescente judicialização dos conflitos que envolvem indígenas, principalmente na esfera dos direitos individuais, assim como à imputação penal por delitos cometidos tipificados no direito penal brasileiro. Há



sinais que os instrumentos jurídicos tradicionais dos indígenas não conseguem contribuir para uma administração institucional ou judicial dos conflitos evidentes, não obstante alguns avanços verificados. A antropologia e o direito precisam se encontrar e promover um debate/diálogo, a fim de realizar os desígnios de um autêntico Estado de Direito. No rol dessa discussão, o desafio é superar as desatualizações dos procedimentos forenses para emprestar efetividade constitucional aos direitos dos diferenciados culturalmente, assim como repensar o fazer antropológico diante desse novo desafio. Nesse desafio, analisaremos a situação dos indígenas encarcerados que cumpriam pena em sistema fechada na Penitenciária Agrícola Monte Cristo de Roraima.

### **Acolhedoras Desamparadas: Vivência Psicossocial e Sentimento de Pertencimento em Tempos de Pandemia**

Carolina Rodrigues Alves de Souza  
Rhuan Cambuí Machado

#### **Resumo**

Neste artigo, partindo de uma abordagem psicossociológica em articulação com as teorias críticas da sociologia e da psicologia social, intentou-se apresentar um panorama vivenciado por trabalhadoras de um serviço de acolhimento institucional em Aracaju-SE, enfatizando como o contexto da pandemia provocada pelo novo corona vírus produziu uma diminuição do sentimento de pertencimento social dessas cuidadoras em relação aos seus núcleos familiares e sociais e uma redução do seu sentimento de autonomia diante de suas possibilidades de cuidado de si mesmas e dos seus. Diante disso, buscou-se, então, identificar estratégias de ação possíveis norteadas pelo conceito de reconhecimento, de forma a reforçar, nesse campo de trabalho, sua função de suporte social e de espaço de pertencimento para as suas profissionais.

### **A Lei da Viagem: situação de migrantes, refugiados e apátridas na pandemia**

Carolyne Reis Barros  
Phanel Georges

#### **Resumo**

Este capítulo aborda a situação de migrantes, refugiados e apátridas na pandemia do COVID-19. Em uma sociedade que se estrutura a partir do fluxo do capital, mercadorias circulam com mais facilidade do que os trabalhadores, que encontram restrições nas fronteiras físicas, jurídicas e políticas nos diversos países. Na pandemia, assistimos ao agravamento das condições precárias devido ao fechamento das fronteiras, suspensão dos serviços de regulamentação da situação migratória e

a utilização da crise sanitária para efetivar o abandono dos abrigos destinados a acolher os migrantes em vários lugares do mundo. Nesse momento, os migrantes contam com a ajuda de suas associações e de organizações não-governamentais envolvidas em ações solidárias. É necessário discutirmos a construção de um sistema global de saúde e a abertura de fronteiras como referências que efetivam a migração como um direito humano.

## **COVID-19: Impactos e Desafios para a Educação Superior Brasileira e Portuguesa**

Catia Eli Gemelli  
Luisa Cerdeira

### **Resumo**

Esta pensata tem o intuito de refletir sobre a educação superior no contexto da pandemia provocada pela COVID-19. Abordaremos, sobretudo, o caso da educação superior brasileira e portuguesa, que apresenta universalidades e singularidades. Propomos discutir os impactos e desafios imediatos, vivenciados pelas IES, como a adaptação e/ou suspensão do calendário letivo, a migração das atividades presenciais para a modalidade a distância e o aumento da evasão. Ademais, tencionamos instigar a reflexão sobre os perigos que se apresentam, como a suplantação inapropriada do modelo de educação presencial – em favorecimento ao ensino a distância – o impacto nos recursos financeiros e o fortalecimento do processo de mercantilização e de empresariamento da educação. Dessas reflexões, tencionamos dois pontos em evidência atual e futura: a precarização do trabalho docente e a necessidade de reafirmação do papel social da educação e da ciência.

## **A cura não estará apenas no princípio ativo, mas também no ativar de nossos princípios de humanidade.**

Célia Xakriabá

### **Resumo**

Carta ao homem branco.

## **Aprisionamento de mulheres em tempos de pandemia de COVID-19**

Elaine Pimentel

### **Resumo**

Este ensaio apresenta reflexões sobre o aprisionamento de mulheres em tempos de pandemia de COVID-19, a partir da realidade prisional brasileira, considerando



dados do Departamento Penitenciário Nacional sobre o encarceramento feminino. Explica a necessidade de pensar o encarceramento em massa de mulheres por lentes interseccionais, que situem gênero, raça e classe como fatores indissociáveis para a compreensão das vulnerabilidades que levam mulheres à prisão, espaço de controle de corpos exercido por meio de práticas masculinizadas que ignoram as peculiaridades do encarceramento feminino. Aborda decisões do Supremo Tribunal Federal voltadas ao desencarceramento de mulheres, bem como a Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça, que sugere um conjunto de medidas judiciais desencarcerizantes, que abrangem a população carcerária feminina, diante da pandemia, e a resistência dos magistrados em aplicá-las, o que coloca em questão a defesa do direito fundamental à vida e à saúde de mulheres privadas de liberdade.

## **Notas de Percurso pela Universidade Pandêmica**

Fernanda Tarabal Lopes

### **Resumo**

As reflexões apresentadas neste ensaio voltam-se para a universidade no contexto da pandemia. A COVID-19 tem escancarado abismos sociais, dentre eles, a questão da inclusão digital, que visivelmente ainda não foi alcançada na realidade brasileira. A esse contexto, somam-se outras dimensões controversas, ligadas ao consentimento de precarizações advindas do sistema neoliberal e acentuadas na crise desencadeada pelo coronavírus; fenômeno que Dejours (2020) caracteriza enquanto uma fábrica de consentimento. Por fim, destacamos o papel essencial das universidades públicas na recondução dessa situação, sob a ameaça de seu próprio desaparecimento tal qual a conhecemos (SANTOS, 2020).

## **O tempo do “quieta aí” : Entrevista com Edgar Kanayakō Xakriabá**

Hellen Cordeiro Alves Marquezini  
Ludmila de Vasconcelos Guimarães

### **Resumo**

Em entrevista à Hellen Marquezini e Ludmila Guimarães, Edgar Kanaykō, indígena Xakriabá e mestre em Antropologia, discute a situação vivida pelos indígenas neste momento, os efeitos nocivos do sistema branco e capitalista sobre o mundo, a desigualdade de enfrentamento à pandemia as quais as minorias estão expostas, discorre sobre a atuação do Governo no combate a pandemia e ainda considera possibilidades para o mundo pós-pandêmico.



## **Pandemia pós-viral: paralisação global e recuperação "febril", para mudanças significativas?**

Jacques Rhéaume

### **Resumo**

Este ensaio apresenta algumas reflexões sobre a pandemia da COVID-19 foi experienciada no Canadá e no Quebec. Estratégias de saúde pública, restrições econômicas e o período de reabertura de atividades gerais são examinados, mostrando o impacto da pandemia e os possíveis resultados no futuro imediato e de longo prazo. Há também uma análise de outro evento nos EUA, o episódio racista e violento envolvendo alguns policiais e uma pessoa negra. Esse evento ilustra outro tipo de "pandemia" recorrente: desigualdades sociais e violência no contexto da modernidade avançada ou hipermodernidade em nossas sociedades. A ação política que poderia ser eficiente para a pandemia viral poderia ser muito menos adequada a partir dessa outra pandemia social, o racismo e a discriminação sistêmica. Algumas possíveis mudanças podem ser tomadas, a partir da solidariedade e participação do povo, incluindo minorias em todas as instituições sociais.

## **A vida não é uma quantidade: fragmentos filosóficos sobre a governança pelos números**

Jean-Philippe Bouilloud  
Ghislain Deslandes

### **Resumo**

A administração tem sido historicamente ligada ao fascínio por números, garantidores de decisões iluminadas, da cientificidade das análises, assim como de suas ditas evidências objetivas, levando a um "governo por números", característico das sociedades e economias modernas. Mas essas ilusões sobre os números foram amplamente criticadas pela tradição filosófica: se os números são fonte de poder, é sempre pela simplificação do real que eles funcionam (Nietzsche), e seu grande erro é reduzir tudo ao quantificável, sem conseguir explicar sobre o que tem "dignidade" (Kant). A partir das perspectivas filosóficas contemporâneas, ou mais antigas, mostraremos as ilusões ligadas às decisões baseadas apenas em números, mas também os desafios de gerenciar sua possível superação em tempos de crise sanitária. Para isso, confiamos nas capacidades individuais de julgamento, mas também em suas habilidades de desaprendizagem.

## **Covid-19: a la Escucha de lo que se Transforma Mujeres en cuarentena – Francia, Argentina, Estados Unidos**

Josette Halégoi



Marcela De Grande

### **Síntesis**

El presente artículo busca restituir la experiencia de 3 grupos de mujeres coordinados en abril de 2020 de manera simultánea en Francia, Estados Unidos y Argentina sobre una plataforma digital concebida para ese intercambio y desde una perspectiva socioclínica. Sintiéndonos parte de este fenómeno traumático para la “familia humana” mundial que constituyen la pandemia y sus consecuencias, reflexionamos a partir de esta experiencia sobre el impacto presente (desde el nivel de la organización sociopolítica hasta los cimientos de lo existencial) y sobre los caminos posibles hacia la resiliencia. Como intervinientes en el campo de lo social, nos interrogamos asimismo sobre el valor de una verdadera escucha clínica que no ceda a la tentación de querer controlar lo desconocido

### **Impactos da Pandemia do Novo Coronavírus no Acolhimento Institucional Público de Adolescentes do Distrito Federal**

Juliana de Arruda Castro  
Mariana de Lima Caeiro  
Brígida de Freitas Ferreira

### **Resumo**

A experiência de viver a pandemia não é a mesma para todos. Não estamos todos em um mesmo barco, mas sim em uma mesma tempestade. Diante disso, é importante refletir sobre os impactos da chegada do novo coronavírus sobre os mais diversos públicos, especialmente sobre aqueles já marcados pelas vulnerabilidades sociais. Assim, buscamos elucidar alguns impactos da pandemia sobre o acolhimento institucional de adolescentes em instituições públicas no Distrito Federal (DF). Entendemos que nosso papel enquanto profissionais e pesquisadores que atuam nesse campo também é tecer provocações quanto ao sentido e significado do acolhimento para os acolhidos e para os trabalhadores. Esse texto apresenta algumas hipóteses quanto à dinâmica que se estabeleceu nas Unidades de acolhimento públicas do DF e sugere a importância de que se construa um terceiro caminho na proteção social de crianças e adolescentes.

### **As Dobras da Crise: alguns Atravessamentos Da Pandemia De COVID-19 na Segurança Pública**

Juliana Ferreira da Silva

### **Resumo**

Este ensaio aborda os atravessamentos da Pandemia de COVID-19 na segurança

pública brasileira desde o ponto de vista da psicologia. Busca-se chamar a atenção para alguns pontos deste debate, seja pensando ações desenvolvidas no âmbito das instituições de segurança pública, seja em relação às políticas públicas de segurança, seja pela mobilização de esforços junto às demais políticas públicas. Assim, fez-se neste ensaio um apanhado do aporte que o campo *psi* traz na discussão de certos processos psicossociais e coletivos que, suscitados pela COVID-19, mas inseparáveis de conjunturas mais gerais, trazem questões para psicólogas(os) que dialogam com a segurança pública e os estudos da violência. A discussão está estruturada em três eixos: saúde, gestão do trabalho, dinâmicas sócio-políticas. Conclui-se que a crise sanitária suscitada pela pandemia se desdobra outras crises já discutidas na segurança pública agravando a vulnerabilidade tanto das/os profissionais, quanto das comunidades em que atuam.

### **A Naturalização do R.I. P. Homem Negro como Principal Grupo que Morre por Covid-19 no Brasil: os indícios interseccionais e históricos da manutenção de tecnologias de genocídio da população brasileira**

Juliana Schneider Mesquita  
Juliana Cristina Teixeira

#### **Resumo**

Este Capítulo é um esforço de conjugação de indícios analíticos que conferem à ferramenta da interseccionalidade e às perspectivas históricas a possibilidade de entendimentos mais contextualizados acerca da divulgação de pesquisa brasileira que constata que o principal grupo que morre por Covid-19 no Brasil, além de ser a população negra é, especificamente, os homens negros. Consideramos que as analíticas interseccionais e históricas possam ampliar o julgamento de que o retrato dos efeitos da pandemia sobre os homens negros se refira meramente à mobilização da categoria de gênero no que se refere ao entendimento de que os homens praticam menos o auto cuidado de saúde, como a análise da referida pesquisa sugere. Evidenciamos que mobilizar apenas essa categoria é minimizar as estruturas de poder que constituem nossa sociedade, deixando de se considerar a manutenção das tecnologias estruturais do genocídio da população negra brasileira desde o escravismo.

### **Adoção em Tempos de Pandemia**

Lidia Levy  
Isabel Cristina Gomes

#### **Resumo**

Objetivou-se refletir como as medidas de quarentena e isolamento social, relacionadas à pandemia de Covid-19, em nosso país, afetaram os procedimentos de aproximação, o início da convivência e a guarda provisória em processos de adoção.



Segundo relatos vivenciais, discutiu-se como os adotantes, que receberam crianças com o encurtamento do período de convivência, conseguiram lidar com a quarentena. As famílias que receberam crianças até então desconhecidas para convivência, visando construir laços de filiação encontraram-se em uma situação duplamente inédita: o cotidiano modificado pela pandemia que se instalou de modo até então nunca vivenciado e o relacionamento delicado, carregado de expectativas, entre adotantes e adotados. Para finalizar, a irrupção de uma situação totalmente inesperada e sua consequência frente à construção de determinados laços afetivos, permite observarmos as capacidades e/ou incapacidades dos seres humanos para se vincular e as dificuldades surgidas quando o lar se transforma em espaço laboral e instituição escolar.

### **Isolamento social e solidões na cidade**

Luiz Alex Silva Saraiva

#### **Resumo**

A partir de considerações sobre o que normalmente se toma como vida urbana e sua face blasé, faço algumas reflexões a respeito de como o período pandêmico em que vivemos alterou as concepções de solidão e de solidariedade no contexto das cidades. A solidão intencional de antes, voltada à construção de espaços reservados privados agora se vê convertida em recurso de solidariedade, pois o distanciamento estranhamente é uma manifestação solidária pela vida em comum.

### **Educação em Tempos de Pandemia – O Que Dizer Àqueles que Sempre Estiveram à Margem do Ensino Público no País?**

Luiza Rodrigues de Oliveira  
Abraão de Oliveira Santos

#### **Resumo**

Este texto é um breve relato sobre a educação da população negra em tempos de pandemia pelo covid-19. Na escrita buscamos, como intelectuais negros, racializar a questão, trazendo a provocação de que a pandemia deveria nos chamar não apenas para uma discussão acerca do acesso ao ensino remoto, mas para uma análise sobre a prática institucionalizada do racismo contra a infância e a juventude negra no país, que vem sendo “escancarada” nesse tempo de exceção.

### **Ética e Técnica: Duas Faces do Trabalho do Psicanalista**

Marcelo Wanderley Bouwman

## **Resumo**

A pandemia pelo coronavírus ocasionou uma perda súbita e inesperada do espaço físico e privado da psicanálise colocando um grande desafio para o analista que precisou se adaptar ativamente à nova situação. A lógica da quarentena e do isolamento social se impôs rapidamente. Vários destinos se apresentaram para cada análise na encruzilhada trágica da transferência. A “elasticidade anímica” do psicanalista favoreceu mudanças no enquadre e na situação analítica visando atender à singularidade de cada caso e possibilitar a continuidade da travessia da análise. Para pensar eticamente esse novo cenário alguns atributos do analista na sua busca da verdade foram destacados. Tendo como referência principal o pensamento clínico de Sándor Ferenczi, o autor procurou articular ética e técnica, teoria e prática, na tentativa de iluminar o campo novo e desconhecido da experiência analítica no contexto de catástrofe.

## **Relações Amorosas Em Tempos De Isolamento Social**

Maria Aparecida Penso  
Denise Pereira Alves de Sena

## **Resumo**

Este capítulo aborda as relações conjugais em tempo de COVID19 utilizando a Teoria Sistêmica, enriquecido pela experiência como terapeutas e pesquisadoras com família e casais. A pandemia alterou as rotinas familiares e recolheu as pessoas para dentro de seus lares, impondo novas formas de convivência. Baseia-se na perspectiva de que a construção da conjugalidade, mantendo as individualidades é um desafio e de que cada casal deverá estabelecer um contrato metafórico que definirá as regras do relacionamento em todos os seus aspectos (convivência, intimidade e sexualidade). Casais constituídos de diferentes e infinitas perspectivas terão de se reinventar e rever seus contratos para sobreviverem. Para discutir tais relacionamentos, construímos sete metáforas, baseadas em filmes representando diferentes dinâmicas conjugais casal “Sr. e Sra Smith, casal “2012”, casal “Atração fatal”, casal “Galinha Pintadinha”, casal “a história de nós dois”, casal “amizade colorida” e casal “Irmão do Jorel”. Também são apresentadas sugestões de enfrentamento para cada categoria.

## **Mercado de trabalho e informalidade no Brasil pós-Pandemia**

Mário Theodoro

## **Resumo**

O presente artigo apresentará alguns componentes históricos importantes e que até hoje influenciam na conformação do mercado de trabalho. Chamaremos aqui de componentes estruturais. Em seguida, observará alguns elementos de cunho



legal introduzidos pelos governos Temer e Bolsonaro, a saber, a PEC do Gasto, e as Reformas Trabalhista e Previdenciária, que representaram um duro golpe para a maioria dos trabalhadores. São alterações importantes, que mudam as regras do jogo e que trazem um prejuízo ainda maior para os trabalhadores mais pobres e que vão ser determinantes daqui para frente. Chegará na sequência, ao cerne do trabalho, justamente as considerações sobre os efeitos dessa pandemia no mercado de trabalho brasileiro. Por fim trará as considerações e algumas sugestões em guisa de alternativas possíveis.

## **O Gênero d/na Pandemia: Pessoas Trans e Travestis no Cárcere**

Rafaela Vasconcelos Freitas  
Júlia Silva Vidal

### **Resumo**

A proposta deste capítulo é indicar como as normas de gênero operam na reiteração da criminalização de pessoas trans e travestis presas na pandemia do covid-19. Para isso, observaremos como procedimentos administrativos disciplinares internos às alas reservadas às pessoas trans e travestis em Minas Gerais, são utilizados para cercear o direito das mesmas às medidas de proteção sanitárias. Além da restrição de visitas e saídas temporárias, o contexto da pandemia tem visibilizado a dinâmica perversa dos PADs que evidenciam como o gênero é utilizado para articular elementos heterogêneos para a criminalização e sobrevivência à pandemia.

## **Da “reinvenção” dos rituais: O trabalho do luto em meio à pandemia da COVID-19**

Raquel de Oliveira Barreto  
Ludmila de Vasconcelos Guimarães  
Michele de Castro Caldeira

### **Resumo**

A pandemia da COVID-19 traz inúmeros desafios no campo da saúde mental, sendo a perda de milhares de vidas uma das suas dimensões mais dolorosas. Trazemos, neste capítulo, reflexões acerca do trabalho do luto em meio a esse contexto, tendo em vista a impossibilidade da realização de rituais fúnebres tradicionais, como os velórios. Para tanto, partimos da compreensão de que a pandemia não acomete todas as pessoas do mesmo modo e que as s sociais que a antecedem tendem, nesse momento, apenas a se agravar. Nesse sentido, recuperamos a importância dos afetos para o enfrentamento do sofrimento provocado pela pandemia, principalmente no que tange a situação dos mais vulneráveis. Dentre as reinvenções que emergem da potência dos afetos, abordamos a proposta dos memoriais digitais, publicados em páginas na internet e nas redes sociais. Esses memoriais objetivam prestar



homenagens às vítimas por meio da narrativa de suas histórias e memórias, fazendo com que estas sim, sirvam de suporte para as elaborações necessárias frente à morte. Para além disso, destacamos o caráter político e afetivo dessas práticas.

## **A Gestão Ético-Política da Pandemia de Covid-19 no Brasil: “Grupo de Risco” e Normalização da Catástrofe**

Rogério Diniz Junqueira  
Marco Aurélio Máximo Prado

### **Resumo**

Considerando que pandemias são alvo de gestão ético-política por parte de governos e sociedade, objetivamos aqui reconhecer correlações possíveis entre a pandemia do HIV/aids e a atual da Covid-19 com vistas a sublinhar a herança de lutas sociais de grupos subalternizados e, desse modo, interpelar o uso da noção de "grupo de risco", fortemente criticada pelos movimentos de base comunitárias desde a década de 1990. Abordamos os sentidos dispersos desta noção e os efeitos de sua adoção, sobretudo, na gestão ético-política da pandemia da Covid-19. Por fim, buscamos caracterizar a resposta brasileira à pandemia atual e seus nexos com a reativação de uma noção anacrônica que parecia ter sido abandonada.

## **Dilemas de gênero e o *home office* em meio à pandemia da COVID-19**

Tânia Mara Campos de Almeida

### **Resumo**

O presente texto se propõe a identificar e realizar uma breve análise sobre desdobramentos da atual pandemia de coronavírus em questões afeitas às relações de gênero, particularmente, no interior dos lares e no trabalho em modalidade *home office* desenvolvidos pelas mulheres durante o isolamento social no Brasil. A pandemia evidenciou situações opressivas e interconectadas entre planos socioeconômicos, culturais, políticos e biopsíquicos da vida humana, as quais as Ciências Sociais e Humanas já vinham dando visibilidade, produzindo matrizes interpretativas e discutindo a respeito há décadas. Os conceitos e teorias oriundos desses saberes mostram-se, portanto, fundamentais no auxílio ao enfrentamento efetivo da COVID-19, especialmente por apontar a necessidade de reorganização societária, no nível macro e micro, em favor dos grupos mais vulneráveis, do fortalecimento democrático e da consolidação da justiça social.

## **Filiações, desfiliações sociopsíquicas e desamparos na pandemia: encontro com redes de apoio**

Teresa Cristina Carreteiro



**Resumo**

Este texto aponta, em um primeiro momento, os novos atores sociais que se fazem visíveis no Brasil na atual crise pandêmica, reforçando ações de solidariedade, que pensam o OUTRO em uma posição de igualdade de direito. Nesse sentido, destacou as redes de apoio psi que emergem neste período. Em um segundo tempo, discute-se a produção da subjetividade, embasada na perspectiva da psicossociologia que considera a dimensão singular dos sujeitos vinculada à social e apresenta duas formas de filiações: a parental e familiar e a social e cultural. Conclui que os novos atores sociais se sensibilizam com a grande desigualdade social e com as repercussões na esfera da subjetividade.

**Trabalho durante e depois da pandemia: entrevista com Dominique Lhuilier**

Teresa Cristina Carreteiro  
Jacyara Rochael Nasciutti

**Resumo**

A entrevista aborda a situação da pandemia do coronavírus, vivida como uma crise mundial e nas situações de trabalho que encontram-se profundamente alteradas pelo confinamento. Tomando a França como referência principal, e as posições governamentais, políticas e econômicas no cenário mundial, e colocando a retomada da economia e a preservação da vida como elementos centrais da discussão, a entrevistada questiona a ênfase na retomada precoce das atividades laborativas nas empresas, priorizando a economia em detrimento da situação de precariedade sanitária criada pela pandemia. São discutidas as situações do desemprego, do subemprego, dos que trabalham em casa e dos que estão submetidos à sobrecarga de trabalho nas atividades essenciais, as relações entre trabalho e emprego, e a vulnerabilidade dos trabalhadores. A conclusão de Dominique sobre o futuro pós-pandemia é centrada na necessidade de mudança nos valores e modos de vida em direção à sobrevivência e na força criativa dos coletivos organizados.

**A Pandemia Como Uma Cicatriz Histórica - Entrevista com Karen Worcman-Museu da Pessoa**

Teresa Cristina Carreteiro  
Jacyara Rochael Nasciutti

**Resumo**

A historiadora Karen Worcman relata, nesta entrevista, a história da criação do Museu da Pessoa, a partir de sua atuação como historiadora em um projeto inicial sobre a imigração de judeus e a descoberta, a partir daí, da relevância do registro de histórias de vida de toda e qualquer pessoa ser socializado. Discorre sobre os pro-



jetos do Museu da Pessoa registrando histórias de grupos brasileiros de norte a sul do país, sobre os projetos institucionais e sobre a internacionalização do Museu da Pessoa. Destaca a importância das ferramentas da tecnologia social, criada por ela e sua equipe para o registro e catalogação das histórias de vida coletadas, permitindo sua utilização sob diferentes categorias e finaliza descrevendo os projetos criados durante a pandemia, permitindo que as pessoas se expressem e relatem suas vivências neste momento.

## **Questões da melancolia na pandemia**

Teresa Pinheiro

### **Resumo**

Os impasses da clínica psicanalítica contemporânea diante das novas formas de sofrimento psíquico em que a depressão é o sintoma por excelência do fim do século XX, levou os psicanalistas a se voltarem para o estudo da melancolia, na medida mesmo em que esta coloca questões, justamente no campo do narcisismo, ou seja, na invenção da subjetividade. Se a histeria dos tempos de Charcot deu a Freud os instrumentos necessários para a construção do corpo teórico da Psicanálise, a depressão na atualidade obriga a psicanálise a buscar, nas formulações teóricas sobre a melancolia, subsídios para a compreensão dessas novas patologias. A pandemia trouxe uma inversão desta questão a melancolia que nos ocupava na clínica atual era agora não mais um fenômeno de construção interna psíquica, mas algo que vinha de fora para dentro. Aquilo que nos ocupava nos atendimentos agora tinham virado características incontornáveis trazidas pela Covid-19.

## **Sonar em tempos de pandemia: reflexões sobre a experiência analítica**

Thais Klein

### **Resumo**

O cenário instaurado pela pandemia do vírus COVID-19 engendrou uma série de questões para a prática analítica – dentre elas, destaca-se a saída forçada dos consultórios e a entrada na virtualidade. Apesar da temática do enquadre ser bastante discutida neste contexto, o artigo visa focar uma outra variável da situação analítica: o processo. Mais especificamente, trata-se de conceber o sonhar, a partir das considerações de Ogden, como um processo analítico central que inclui os sonhos acordados dos analistas e articula uma temporalidade particular. Se, acompanhando Ogden, a temporalidade do sonhar comporta a potencialidade do passado, do presente e do futuro – o sonhar em tempos de pandemia paradoxalmente se torna um desafio e um caminho possível. Como, enquanto analistas, conseguimos sustentar o sonhar enquanto um processo central na situação analítica em tempos de pandemia? Ainda que não seja possível responder a esse questionamento, o esforço desse artigo consiste em melhor situá-lo.



## **Carnaval e pandemia: passado, presente e futuro**

Valéria Quiroga Vinhas  
Fábio Torres de Bastos (Fábio Fabato)  
Sérgio Henrique Barroca Costa

### **Resumo**

O ano de 2020 está sendo bastante atípico para a civilização em razão da pandemia de coronavírus que aflige o planeta, que impingiu o confinamento social afetando pessoas e organizações. Não seria diferente com o carnaval carioca que discute se terá ou não o desfile do maior espetáculo da terra em 2021. Nesta direção, objetiva-se motivar a reflexão a respeito das origens e implicações da pandemia do covid-19 no processo de incubação e elaboração do carnaval do Rio de Janeiro. A discussão se dá a partir de um debate sobre a interdependência das dimensões da vida com as atividades culturais ligadas às escolas de samba do Rio de Janeiro, bem como a origem e evolução do carnaval e das pandemias através dos tempos. Assim, pondera-se sobre a necessidade de resguardo da vida dos integrantes das escolas de samba e foliões e a possibilidade de realização do carnaval carioca em 2021.

## **Trabalhar nas prisões em tempos de pandemia: questões para reflexão**

Vanessa Andrade de Barros  
Carolyne Reis Barros  
Thaís Augusta de Oliveira Máximo

### **Resumo**

Este texto trata da pandemia nas prisões brasileiras a partir de seus impactos no trabalho de policiais penais. Apresenta inicialmente o contexto prisional antes da crise sanitária provocada pela covid-19 e por meio de documentos e pesquisas traz algumas reflexões sobre o cenário atual intramuros. À histórica precariedade de trabalho dos servidores do sistema prisional soma-se agora a sobrecarga de atividades, a falta de preparo para lidar com a nova situação, o sentimento de abandono e o aumento do desgaste, tensão e ansiedade. A população presa por sua vez é submetida à maior segregação, impedida de receber visitas e atendimento jurídico ficando incomunicável, vítima de mais uma das inúmeras irregularidades e violações de direito nas prisões. Propõe a reflexão sobre a política de hiperencarceramento no Brasil e sobre a necessidade de se pensar alternativas às penas.

## **As religiões e a COVID-19: enfrentamentos e adaptações**

Wladimir Porreca

### **Resumo**



A pandemia causada pela COVID-19 com os seus contornos e limites na vida humana impactou as religiões em escala global. Com a rapidez da propagação da doença, estabeleceu-se, como principal medida para conter a disseminação do vírus SARS-CoV-2 e resguardar a saúde humana, o isolamento social, que impôs restrição/impedimento de acesso aos lugares religiosos. A realidade do isolamento social provocou e/ou acelerou nas religiões processos de enfrentamentos e adaptações, principalmente ao reconhecer a importância socioafetiva dos lugares religiosos, ao se utilizar da tecnologia midiática para ampliar e possibilitar as atividades religiosas, ao conferir práticas religiosas menos centralizadas e gerenciadas pelas lideranças, ao permitir iluminar a inteligência pela fé e pela razão e ao despertar a um “novo” olhar teológico, visual e emocional.



# FOTÓGRAFOS

## **Carolina Lopes Arantes Mascarenhas**

Assistente social. Especialista em Clínica Sistêmica e Psicanalítica de Famílias, Casais e Grupos.

## **Carolina Pedroso**

Engenheira, Fotógrafa Amadora

## **Edgar Xakriabá**

Edgar Kanaykō, pertence ao povo indígena Xakriabá, Estado de Minas Gerais. É mestre em Antropologia pela UFMG. Tem atuação livre na área de Etnofotografia: “um meio de registrar aspecto da cultura - a vida de um povo”. Nas lentes dele, a fotografia torna-se uma nova “ferramenta” de luta, possibilitando ao “outro” ver com outro olhar aquilo que um povo indígena é.

## **Eduardo Mourão Vasconcelos**

Psicólogo, cientista político, doutor pela London School of Economics, professor aposentado da UFRJ, e ativista histórico dos movimentos de reforma psiquiátrica e antimanicomial no Brasil. Fotógrafo desde 1986, com exposições individuais em Londres (1992) e no Rio de Janeiro (2017). Site: [www.evasconcelos.art.br](http://www.evasconcelos.art.br)

## **Letícia Santana Gomes**

É doutoranda em Estudos de Linguagens, mestra e bacharela em Letras (Tecnologias de Edição) pelo CEFET-MG. É também editora de livros e adora fotografar portas e janelas.

## **Ludmila Vasconcelos M. Guimarães**

Doutora em Administração pela UFMG com período sanduíche pela Université du Québec à Montréal. Formação em Psicanálise pelo CPMG. Mãe da Laura. Feminista. Apaixonada pelo ensino, pesquisa e extensão.



**Marli Ribeiro de Miranda**

Fotógrafa amadora.

**Pedro Céu**

<https://unsplash.com/@pedroceu>

**Renato Sarriddine Araújo**

Psicólogo, doutor em Psicanálise pela Université Paris 7. Diretor do documentário A paixão de Rita, sobre o cotidiano de uma mulher mãe de preso, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DWYscrWNSGE>

**Simine Fardjadi**

Eu venho do Irã. Vaguei por áreas remotas, na Ásia, na Europa, na América do Sul, ao encontro do outro, pessoas que lutam; aqueles que conseguem construir uma vida diante das adversidades, apesar das dificuldades econômicas, políticas e pessoais; são esses, essas pessoas, que me importam. Sediada em Paris, é a fotografia urbana que ocupa minhas atividades como fotógrafa, nestes tempos de confinamento.

Simine Fardjadi

40, Quai des Celestins – 75004 – Paris

[simine.fardjadi@gmail.com](mailto:simine.fardjadi@gmail.com)



# ÍNDICE REMISSIVO

## A

Abrigo 40, 49, 181, 182, 298, 373, 375, 376, 377, 378, 379, 381, 472  
Acolhimento – acolhimento institucional 47, 48, 49, 53, 55, 56, 57  
Ações afirmativas 140, 143, 146  
Agentes 140, 143, 146  
alternativas 28, 35, 74, 75, 91, 95, 119, 231, 232, 233, 277, 287, 289, 305, 317, 356, 402, 429, 470, 479, 484  
Autonomia 31, 37, 50, 53, 56, 89, 93, 128, 137, 181, 232, 271, 310, 343, 372, 379, 381, 395, 426, 471

## C

Caminhos alternativos 15, 296  
Capitalismo – produção capitalista 292, 94, 99, 104, 106, 122, 131, 139, 141, 175, 192, 193, 220, 328, 333, 352, 384  
Cidadania – sub-cidadania 46, 50, 132, 136, 139, 140, 141, 142, 178, 184, 202, 203, 204, 276, 278, 303, 317, 322, 330, 335, 351, 463  
Ciências – ciências sociais – ciências humanas 38, 39, 42, 43, 57, 59, 65, 81, 138, 174, 225, 255, 305, 308, 309, 322, 348, 363, 365, 367, 460, 461, 462, 463, 464, 465  
Coletivo - força criativa dos coletivos 41, 42, 45, 54, 66, 73, 74, 78, 79, 91, 95, 109, 121, 131, 141, 167, 169, 215, 219, 221, 230, 231, 235, 238, 246, 247, 250, 264, 308, 334,  
Comunicação 41, 43, 88, 90, 94, 104, 136, 140, 154, 158, 167, 175, 205, 234, 251, 263, 270, 305, 306, 347, 411, 412, 413, 459, 460  
Comunidade - comunitário 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 96, 113, 121, 123, 128, 137, 139, 142, 147, 167, 202, 203, 217, 218, 234, 247, 248, 248, 250, 251, 252, 259, 262, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 371, 375, 377, 390, 393, 394, 422, 438, 460, 476  
Confinamento 12, 34, 39, 42, 48, 62, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 102, 116, 157, 159, 174, 180, 206, 207, 212, 243, 357, 358, 359, 360, 362, 367, 422, 427, 445, 446, 481, 482  
Conflitos 14, 16, 38, 57, 77, 78, 79, 158, 217, 326, 242, 272, 293, 295, 297, 301, 319, 330, 346, 446, 450, 470, 471  
Contágio 41, 42, 56, 124, 126, 205, 208, 209, 229, 242, 255, 271, 273, 275, 302, 306, 310, 311, 378, 392  
Coronavírus 10, 11, 36, 39, 41, 57, 70, 74, 82, 113, 116, 119, 123, 124, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 153, 178, 204, 208, 209, 227, 229, 234, 248, 251, 252, 253, 270, 273, 278, 305, 307, 309, 311, 371, 2372, 373, 374, 377, 378, 379, 380, 387, 388, 392, 428, 433, 436, 437, 440, 445, 451, 473, 475, 478, 480, 481, 483  
Crise – crise sanitária – crise pandêmica – crise financeira 25, 27, 30, 31, 46, 64, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 87, 99, 100, 101, 103, 103, 104, 105, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 133, 158, 160, 169, 171, 183, 196, 201, 203,



## Janelas da Pandemia

210, 215, 217, 219, 220, 221, 223, 227, 236, 237, 252, 253, 261, 262, 273, 274, 276, 277, 313, 314, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 353, 358, 360, 361, 383, 417, 438, 447, 451, 452, 453, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 481, 483

Crianças 12, 39, 42, 45, 47, 55, 57, 71, 72, 81, 87, 95, 97, 133, 139, 142, 144, 145, 146, 147, 157, 158, 162, 166, 168, 170, 172, 173, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 208, 209, 211, 273, 274, 308, 309, 332, 333, 372, 374, 375, 377, 378, 382, 403, 422, 449, 457, 475, 477

Cultura – assimilação cultural – pluralidade cultural 14, 16, 30, 34, 37, 38, 54, 62, 65, 78, 92, 94, 97, 107, 108, 109, 110, 118, 120, 122, 128, 136, 138, 140, 141, 143, 144, 146, 147, 149, 159, 163, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 184, 193, 205, 213, 229, 242, 246, 249, 250, 251, 253, 256, 257, 260, 261, 272, 281, 284, 291, 295, 296, 297, 298, 299, 305, 307, 308, 310, 311, 332, 335, 337, 346, 347, 357, 364, 367, 387, 401, 403, 405, 417, 426, 434, 436, 442, 443, 446, 448, 450, 450, 451, 452, 457, 458, 459, 460, 462, 470, 471, 480, 481, 483

Criminalização 18, 141, 143, 144, 317, 319, 321, 322, 324, 481, 490,

## D

Degradação 70, 72, 77, 128, 129, 130, 131, 132, 173, 243

Demissão 119, 169

Desamparo 11, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 40, 48, 49, 50, 56, 267, 397, 430, 432, 434, 445, 446, 447, 449, 481

Desastre sanitário 14, 59

Desigualdade - desigualdades sociais – sociedades desiguais – desigualdades estruturais

15, 17, 28, 29, 34, 35, 37, 42, 44, 71, 79, 87, 93, 97, 117, 141, 143, 164, 169, 193, 194, 195, 205, 219, 219, 221, 229, 243, 282, 283, 306, 307, 314, 336, 342, 346, 347, 348, 349, 352, 353, 354, 358, 361, 362, 363, 365, 366, 367, 368, 387, 403, 429, 432, 437, 438, 44, 442, 443, 449, 452, 470, 473, 474, 479, 481

Direito – direitos humanos 31, 32, 35, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 57, 62, 72, 119, 126, 128, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 146, 164, 178, 201, 202, 203, 204, 209, 211, 218, 223, 258, 269, 272, 274, 276, 279, 293, 295, 296, 299, 300, 303, 304, 307, 308, 310, 311, 312, 314, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 328, 330, 331, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 344, 348, 351, 352, 354, 361, 364, 365, 366, 373, 374, 375, 377, 382, 387, 394, 427, 430, 431, 448, 449, 451, 458, 459, 460, 462, 463, 465, 470, 471, 472, 473, 479

Doméstica 29, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 71, 75, 99, 101, 102, 122, 123, 142, 145, 149, 154, 155, 165, 167, 168, 172, 173, 192, 220, 221, 222, 232, 262, 263, 351, 403, 429, 470

Dominação 61, 131, 137, 139, 142, 145, 168, 229, 364

## E

Educação - pública - ensino remoto – ensino a distância EAD – empresariamento da educação

10, 11, 29, 42, 60, 65, 85, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 155, 160, 169, 170, 175, 201, 203, 204, 207, 211, 213, 216, 223, 224, 260, 297, 305, 306, 307, 311, 334

Economia – atividade econômica – retomada da economia – ordem macroeconômica – planos socioeconômicos – setor econômico – condições socioeconômicas. 27, 29, 31, 35, 41, 59, 71, 72, 76, 79, 81, 82, 90, 91, 106, 113, 166, 229, 236, 245, 252, 254, 305, 360, 361, 362, 388, 391, 441, 446, 474, 481

Envelhecimento – Idosos 37, 39, 42, 78, 120, 127, 129, 159, 160, 161, 166, 209, 276, 309, 341, 357, 358, 359, 367, 430

Escolas – ensino remoto 15, 41, 42, 65, 71, 81, 87, 88, 99, 127, 131, 146, 342, 348, 350, 357, 363, 364, 368, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 403, 459, 471, 476, 483

Estado – papel do - política econômica – prioridades governamentais – crescimento inclusivo –

11, 12, 13, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 39, 42, 43, 44, 46, 47, 51, 53, 59, 85, 89, 90, 91, 95, 105, 118, 125, 127, 130, 131, 133, 137, 138, 139, 140, 141, 144, 148, 149, 150, 168, 180, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 197, 210, 212, 220, 222, 226, 248, 252, 253, 255, 261, 277, 278, 287, 294, 296, 299, 302, 304, 305, 307, 309, 312, 314, 315, 317, 321, 323, 330, 332, 334, 335, 336, 342, 346, 347, 349, 350, 351,

354, 363, 365, 373, 376, 380, 382, 385, 386, 389, 390, 391, 397, 405, 407, 408, 409, 411, 413, 415,  
423, 425, 432, 436, 440, 442, 448, 450, 454, 455, 466, 472, 476, 477

Encarcerado - Encarceramento 18, 23, 275, 277, 278, 279, 295, 296, 297, 303, 304, 323, 472, 473 , 485

## F

Família – relações familiares – núcleo familiar 11, 12, 13, 14, 20, 34, 42, 48, 49, 53, 54, 55, 56, 72, 75, 88,  
92, 102, 115, 116, 144, 151, 153, 154, 158, 160, 161, 162, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174,  
175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 209, 218, 228, 232, 241, 242, 244, 255, 257, 258, 262, 263,  
264, 298, 306, 321, 343, 349, 350, 352, 360, 363, 364, 372, 373, 374, 375, 376, 382, 391, 402, 429, 436,  
439, 446, 448, 449, 450, 455, 457, 459, 460, 463, 471, 477, 478, 485, 488

Filosofia 59, 107, 138, 459, 460

## G

Gênero 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 70, 71, 87,99, 164, 169, 174, 175, 205, 210, 216, 219, 220,  
225, 306, 307, 308, 309, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 319, 320, 321, 322,348, 350, 351, 352,  
353, 355, 362, 368, 437, 439, 459, 463, 464, 470, 473, 476, 479, 480

Gestores - gerentes 38, 55, 56, 88, 203, 209, 211, 217

Governo - governança - governança pelos números 11, 12, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 44, 75, 87,  
90, 114, 116, 122, 124, 133, 137,144, 163, 171, 173, 202, 207, 208, 218, 235, 250, 258, 272, 313,  
314, 331, 332, 334, 357, 358, 359, 360, 362, 363, 364, 367, 368, 387, 389, 392, 393, 394, 430, 446,  
472, 474, 479, 480

## H

Habitação 29, 30, 40, 333, 334, 449

Histórias de vida 16, 255, 256, 259, 262, 306, 482

Home-office 47, 371

## I

Ideologia 10, 72, 74, 101, 105, 11, 122, 174, 235, 256, 334,347, 353, 359, 366, 446

Inclusão social 128, 133

Indígenas 18, 19, 23, 37, 39, 138, 139, 140, 141, 143, 147, 148, 149, 232, 261, 273, 293, 294, 295, 296,  
297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 309, 311, 334, 340, 343, 361, 363, 383, 384, 385, 387, 388,  
389, 390, 391, 392, 393, 394, 430, 458, 461, 470, 471, 472, 473, 475

Informação 40, 42, 87, 88, 90, 96, 136, 147, 148, 168, 169, 171, 201, 205, 211, 324, 235, 236, 238, 339

Instituições 13, 17, 43, 44, 64, 88, 94, 99, 100, 101, 105, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 167, 170, 178,  
202, 215, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 225, 252, 262, 270, 271, 277, 295, 315, 320,333, 335, 347,  
358, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 368, 372, 373, 374, 376, 377, 378, 381, 448, 449, 450, 451, 452,  
463, 474, 475, 477, 486, 487

Intelectuais 9, 11, 135, 139, 141, 343, 346, 348, 477

## J

Justiça 41, 43, 44, 45, 46, 61, 63, 135, 137, 141, 145, 178, 219, 223, 225, 225, 264, 269, 273, 276, 296,  
297,300, 301, 302, 303, 304, 309, 310, 311, 316, 320, 337, 361, 364, 366, 367, 461, 473, 480

## M

Mercantilização 114,119

Minorias 39, 44, 38, 361, 363, 387, 389, 393

Miséria 29, 30, 31, 32, 34



## Janelas da Pandemia

Mobilidade Social 120

Movimentos sociais 35, 44, 203, 273

Mulheres – feminicídio – perspectiva feminista 11, 12, 37, 38, 39, 40, 41, 220

## N

Negros – População Negra – Movimentos Negros 11, 28, 29, 30, 33, 35, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 146, 147, 220, 270, 314, 316, 322, 339, 343, 346, 349, 350, 351, 352, 353, 433, 457, 476, 477

Neoliberal – Agenda – Neoliberalismo 30, 37, 41, 45, 46, 92, 95, 101, 113, 123, 128, 129, 130, 131, 132, 221, 224, 284, 285, 289, 331, 352, 353, 359, 361, 403, 470, 473

Núcleos Familiares 48, 55, 56, 471

## P

Pertencimento - pertencimento social 15, 47, 50, 53, 54, 55, 56, 124, 137, 139, 142, 206, 230, 343, 437, 448, 449, 450, 451, 471

Pobreza 29, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 40, 124, 188, 288, 292, 299, 342, 349, 350

Poder 29, 37, 39, 40, 44, 52, 53, 59, 61, 62, 64, 69, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 93, 97, 105, 109, 111, 115, 130, 131, 137, 177, 191, 219, 221, 230, 235, 236, 241, 246, 247, 257, 273, 274, 277, 283, 284, 288, 289, 303, 308, 309, 310, 311, 348, 350, 352, 353, 361, 363, 364, 382, 383, 404, 407, 436, 446, 448, 449, 469, 476

Policiais penais 18, 272, 276, 277, 278, 279, 308, 309, 485

Pós-Pandemia 27, 33, 90, 114, 121, 131, 264, 336, 360, 367, 478, 481

Precarizações – Precariedade - Do Trabalho Docente Precarização 15, 127, 31, 75, 90, 91, 97, 207, 226, 275, 315, 318, 338, 439, 473, 485

Preservação Da Vida 45, 59, 232, 313, 481

Proteção Social 31, 372, 475

Psicossocial 47, 110, 218, 270, 317, 336, 442, 461, 470

Prisão - presos - aprisionamento - 13, 18, 23, 231, 264, 269, 271, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 287, 289, 293, 297, 301, 303, 304, 306, 307, 309, 310, 311, 312, 313, 315, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 271, 297, 308, 310, 311, 368, 371, 381, 460, 466, 475, 481

Psicologia do trabalho 219, 272, 463

## Q

Quantificação 62, 63, 65, 103

Quarentena 32, 51, 69, 91, 92, 94, 111, 177, 179, 180, 184, 185, 209, 243, 251, 253, 254, 255, 263, 264, 357, 402, 403, 404, 405, 417, 419, 420, 421, 470, 476, 477, 478

Quilombolas 37, 94, 138, 393

## R

Racismo – negros – escravidão – população negra – questão racial – relações étnico-raciais 15, 17, 31, 37, 38, 51, 136, 137, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 220, 224, 284, 330, 343, 345, 346, 347, 349, 353, 354, 361, 366, 367, 384, 403, 429, 474, 475, 477

Reconhecimento 50, 53, 54, 55, 56, 57, 64, 74, 75, 95, 128, 167, 168, 169, 242, 250, 258, 203, 242, 295, 297, 303, 308, 314, 319, 330, 333, 365, 373, 374, 420, 449, 450, 471

Recursos – Recursos Humanos – Recursos Econômicos 28, 33, 35, 36, 37, 41, 44, 69, 70, 72, 73, 74, 78, 79, 104, 105, 106, 110, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 1910, 216, 219, 221, 233, 235, 242, 243, 247, 252, 269, 271, 288, 334, 358, 359, 360, 362, 380, 390, 428, 448, 452, 457, 472

Renda – transferência de renda 13, 27, 30, 32, 33, 34, 42, 76, 79, 91, 114, 171, 205, 229, 244, 250, 298, 299, 307, 311, 331, 342, 349, 352, 360, 391, 433, 438,



Religião 228, 229, 235, 237, 329, 346, 464, 465

## S

Saúde mental dos profissionais de segurança pública 102, 215

Saúde coletiva 46, 56, 209, 216, 222, 225, 465

Sistema prisional 276, 277, 279, 280, 304, 316, 317, 318, 323, 485

Solidariedade 12, 65, 97, 109, 137, 213, 231, 265, 335, 339, 361, 368, 383, 404, 418, 430, 447, 448, 449, 474, 476, 477, 481

Subjetividade - subjetivas 17, 105, 107, 108, 109, 110, 122, 151, 210, 221, 222, 223, 282, 285, 289, 290, 291, 399, 400, 403, 411, 421, 435, 450, 453, 457, 458, 459, 461, 462, 465, 469, 481

## T

Tecnologia 10, 12, 13, 40, 41, 72, 80, 87, 88, 89, 90, 91, 95, 99, 103, 105, 106, 107, 109, 117, 118, 132, 135, 146, 169, 219, 232, 233, 236, 241, 251, 259, 260, 261, 262, 264, 305, 339, 345, 349, 352, 360, 361, 401, 469, 476, 477, 483, 484

Tortura 272, 275, 294, 308, 366, 406

Trabalho - mudanças no mundo do trabalho - mercado de trabalho - informalidade - trabalho não remunerado - trabalho exaustivo - trabalho em home-office - reforma trabalhista

Trabalhador formal - trabalho domiciliar - trabalho informal - mão-de-obra 14, 31, 70, 81, 269, 445, 11, 25, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 80, 81, 82, 83, 99, 100

Travestis - pessoas trans 18, 23, 315, 316, 317, 319, 321, 322, 323, 324, 481

## U

Utilitarismo 65

Universidade - universidade pública 15, 95

## V

Valores - valores sociais - valores culturais - valores econômicos - valor de...

10, 45, 54, 62, 64, 75, 76, 103, 107, 154, 173, 190, 191, 194, 221, 233, 234, 272, 299, 347, 418, 434, 450, 481

Vínculos sociais 49, 53, 243

Violência - violência doméstica 29, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 129, 137, 144, 162, 175, 215, 216, 220, 221, 223, 250, 271, 272, 273, 277, 306, 309, 312, 315, 316, 330, 331, 343, 344, 352, 353, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 384, 460, 461, 462, 464, 474, 475, 476

Vulnerabilidade 17, 29, 38, 41, 47, 74, 80, 89, 92, 95, 172, 202, 205, 210, 216, 217, 220, 299, 307, 311, 313, 316, 319, 333, 342, 349, 350, 372, 384, 393, 420, 421, 422, 447, 448, 473, 475, 476, 481







© Simine Fardjadi

# MILÁGRIMAS

(Alice Ruiz)

em caso de dor, ponha gelo, mude o corte de cabelo  
mude como o modelo  
vá ao cinema, dê um sorriso, ainda que amarelo  
esqueça seu cotovelo  
se amargo for já ter sido, troque já esse vestido  
troque o padrão do tecido  
saia do sério, deixe os critérios, siga todos os sentidos  
faça fazer sentido  
a cada mil lágrimas sai um milagre  
caso de tristeza, vire a mesa, coma só a sobremesa  
coma somente a cereja  
jogue para cima, faça cena, cante as rimas de um poema  
sofra apenas, viva apenas  
sendo só fissura, ou loucura, quem sabe casando cura  
ninguém sabe o que procura  
faça uma novena, reze um terço, caia fora do contexto  
invente seu endereço  
a cada milágrimas sai um milagre  
mas se, apesar de banal,  
chorar for inevitável  
sinta o gosto do sal, do sal, do sal  
sinta o gosto do sal  
gota a gota, uma a uma  
duas, três, dez, cem, mil lágrimas  
sinta o milagre  
a cada mil lágrimas sai um milagre  
a cada milagrimas.





E-book produzido com as tipografias  
"Ubuntu", que significa "humanidade  
para todos" e "Covid-SY" durante a  
Pandemia do Corona Vírus.





Das *janelas da pandemia*, podemos dizer de dois olhares: um sobre os que podem ficar em casa, e outro, sobre aqueles que a vida não dá (muitas vezes nunca deu) opções, senão sobreviver. A experiência da guinada nas vidas humanas trouxe à tona rupturas – algumas já pré-existentes – no modo de ser e estar no mundo e, neste cenário, janelas passam a ser metáforas de um mundo em suspensão. Janelas que se abrem. Janelas que se fecham. Janelas virtuais. Janelas reais. Em parapeitos, autores inquietos com os inegáveis reflexos da crise nos mundos: do trabalho, da educação, da saúde física e psíquica, da segurança, da vida doméstica, da religião, dos vulneráveis urbanos, dos indígenas e dos presos. Este livro se propõe a descortinar realidades e perspectivas de diferentes matizes, fundamentais para aqueles tocados pelos impactos e contingências pessoais, sociais e políticas. Ele é um convite para que pessoas e grupos abram suas janelas e que frestas revelem alternativas criativas, críticas, solidárias e democráticas que nos amparem diante dos desafios do mundo atual e daquele que se desenha .